

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
CURSO DE DOUTORADO

Gleudson Passos Cardoso

“Bardos da Canalha, Quaresma de Desalentos”.

Produção Literária de Trabalhadores em Fortaleza na Primeira República

Niterói

2009

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
CURSO DE DOUTORADO

Gleudson Passos Cardoso

“Bardos da Canalha, Quaresma de Desalentos”.

Produção Literária de Trabalhadores em Fortaleza na Primeira República

Tese apresentada ao Programa de Pós  
Graduação em História da Universidade  
Federal Fluminense, como requisito parcial  
para a obtenção do título de Doutor em  
História.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Antonio Faria

Niterói

2009

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

C268 Cardoso, Gleudson Passos.

“BARDOS DA CANALHA, QUARESMA DE DESALENTOS”.  
Produção literária de trabalhadores em Fortaleza na Primeira República  
/ Gleudson Passos Cardoso. – 2009.

340 f. ; il.

Orientador: Fernando Antonio Faria.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de  
Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009.

Bibliografia: f. 347-360.

1. Trabalhadores – Fortaleza (CE). 2. Brasil – Primeira República,  
1889-1930. 3. Literatura popular – Ceará. I. Faria, Fernando Antonio.  
II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e  
Filosofia. III. Título.

## Folha de Exame

Nome do Doutorando: Gleudson Passos Cardoso

Título da Tese: “Bardos da Canalha, Quaresma de Desalentos”. Produção Literária de Trabalhadores em Fortaleza na Primeira República

Resultado Obtido: \_\_\_\_\_

Banca Examinadora:

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Fernando Antonio Faria (Orientador - UFF)

\_\_\_\_\_  
(Examinador)

\_\_\_\_\_  
(Examinador)

\_\_\_\_\_  
(Examinador)

\_\_\_\_\_  
(Examinador)

\_\_\_\_\_  
(Suplente)

\_\_\_\_\_  
(Suplente)

Niterói

2009

## Agradecimentos

Seria injusto não mencionar as pessoas, instituições e os respectivos momentos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para o resultado final desta tese. As circunstâncias que este texto foi submetido, em certa medida, foram extremas, diferentes e oscilantes, como o andar pelas dunas das praias cearenses: uma jornada sob frescor da brisa em meio ao areal frouxo, movediço e escaldante. Portanto, façamos justiça através dos “mimos” e “estilhaços” que colecionei neste percurso.

### Dos Mimos

Primeiramente, agradeço a todo o colegiado do Curso de História da Universidade Estadual do Ceará, sobretudo, pelo apoio institucional e fazerem valer com seriedade o cumprimento do plano de capacitação docente. Em especial, aos professores e camaradas Pádua Santiago, Carlos Jacinto, Gisafran Jucá, Sílvia Siqueira, Berenice Abreu, Alysson Bruno, Erick Assis e Francisco Damasceno.

Ao Programa de Pós Graduação em História da UFF, agradeço a possibilidade de desenvolver a tese neste centro de excelência da produção histórica e historiográfica brasileira. Ao Prof. Dr. Fernando Faria devo grande parte do bom andamento desta pesquisa. No trabalho de orientação, sua serenidade e objetividade foram precisas, sobretudo, na fase final, ante as dificuldades advindas. No momento em que importantes decisões precisaram ser tomadas, ele soube conduzir a situação apontando o caminho mais sensato, sem comprometer a qualidade do trabalho científico. Quero agradecer também a todos os funcionários do PPGH/UFF, sempre atenciosos e pacientes com a rotina dos discentes, especialmente, Inês, David, Stela e Salvador, este último, não mais ali.

Também sou muito grato aos funcionários dos acervos de pesquisa consultados. Gertrudes, Zilá, Francisco (Biblioteca Menezes Pimentel), Madalena (Academia Cearense de Letras), Cléa (Arquivo Público do Ceará) e os demais que me auxiliaram na Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Seminário da Prainha e Instituto do Ceará. Ao Sr. Miguel Ângelo de Azevedo, Nirez, eu agradeço a gentileza das fotos cedidas.

Às Professoras Dra. Adriana Facina (UFF) e Dra. Lúcia Bastos P. das Neves (UERJ), devo o cuidado com o refinamento teórico-metodológico deste estudo. Tanto na disciplina “Cultura e Sociedade” e “História Política” pude perceber que importante é dialogar com as correntes historiográficas, estabelecer uma boa análise crítica da documentação manuseada e situar a problemática junto à realidade histórica em questão. À Adriana devo ainda a amizade, camaradagem e a sinceridade com a qual lida na vida acadêmica. E à Lúcia Bastos, sou grato pelas observações pertinentes durante o Exame de Qualificação, juntamente com o Prof. Dr. Manoel Salgado Guimarães, que também muito estimo e sou agradecido.

À família Santos Magalhães devo muito. A começar pela D. Sandra que na ponte aérea Rio/ Fortaleza me acolheu, apoiou, alimentou e puxou minhas orelhas, quando eu quis fraquejar. Queria muito escrever na íntegra o que sempre me disse quando lhe agradecia: “- Obrigado o kr...! Você também é meu filho, ora p...!”. Ao Sr. Mário, sou muito grato pela amizade, acolhida e estada no Engenho Novo. Ao Bisa Altair, por compartilhar das lições do “Professor Calçada”. À Cris, pela camaradagem, apoio e amizade. Ao Felipe, pelas dicas e pela cartografia carioca apresentada. Aos demais, pois, são tantos, a minha eterna gratidão.

À minha família, sou grato e dedico boa parte deste trabalho. Ao meu pai, Dr. Cardoso, pelo apreço ao estudo. Às minhas irmãs, Glícia, Gliciane e respectivas famílias, pela torcida. À minha mãe, D. Nazaré (in memorian), por ter acreditado que esse sonho seria possível.

À família Pimenta Rodrigues, agradeço a torcida e o tempero “vivo”. Agradeço à D. Iêda, Iara, Levi, Lili, Stênio, Ivan e Sr. João, em nome dos demais, por ver em vocês o brilho nos seus olhos neste momento compartilhado. À D. Valderêz, por tudo o que foi dito anteriormente e por me fazer entender melhor as relações de poder, o espírito de facção e a política nos sertões com seus relatos apaixonados.

Aos amigos e amigas, Fernando Dumas, Josi Oliveira, Mardônio Guedes, Manoel Carlos, Afonsina Augusto, Sônia Menezes, Michel “Platt” e os demais que não recordo, sou grato pelas conversas, caricaturas improvisadas e desabafos sobre o “fabuloso” universo acadêmico. Aos professores Eurípedes Funes e Adelaide Gonçalves e outros colegas do Departamento de História da UFC, agradeço pela atenção e pelas dicas em alguns momentos deste trabalho. À minha eterna Jô de Castro, ao “cumpade” Eduardo Guimarães e à Rosa Ana pela amizade, solidariedade e por terem ido ao meu auxílio. Ao Prof. Adegildo Férrer, serei eternamente grato por me estender a mão quando eu mais precisei. E ao amigo Franzé Pereira, eu agradeço a zelosa revisão ortográfica e facilitar minha vida.

Enfim, não poderia deixar de mencionar os anônimos que me inspiraram pelos botequins e churrasquinhos de “gato” na Zona Norte e Av. 13 de Maio no Rio de Janeiro, Centro de Fortaleza e outras tantas esquinas, becos e subúrbios onde pude compartilhar a “vida como ela é”.

## Dos Estilhaços

Agradeço à FUNCAP pelo que foi possível durante a sensata presidência do Prof. José Vitorino e lamento profundamente tudo mais que não pode ser na gestão posterior. Longe dos “enigmas”, em particular, acredito que melhores dias virão para a pesquisa científica no Estado do Ceará.

Por fim, não poderia deixar de mencionar os funcionários e bolsistas da biblioteca do NUDOC/ UFC que, mesmo ausentes ou relutantemente acessíveis, essa pesquisa conseguiu interagir com importantes estudos da produção historiográfica local, encontradas naquele rico acervo.

*Aos Filhos...*

*Lis,*

*a Ternura...*

*Pedro,*

*a Força...*

*Ana Clara,*

*a Luz...*

*...minhas reais utopias,*

*fontes que me alimentam a vida...*

*Às Amoras...*

*Às Amoras.*

*...musa de carne e osso,*

*baixinha-guerreira*

*de paciência e desatino,*

*lágrimas, sorrisos*

*e brilho no cotidiano...*



IN MEMORIAN

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUSA

“PADRINHO CHICO”

PINTOR, PADRINHO, AMIGO E CONTADOR DE HISTÓRIAS E  
ACONTECIMENTOS DOS SUBÚRBIOS DE FORTALEZA

## Resumo

Como ocorreu em outras capitais brasileiras, a implantação da República fez surgir diferentes posturas no circuito letrado da cidade de Fortaleza. Tendo em vista o jogo político que restabeleceu a velha estrutura de poder em favor das oligarquias locais, contrapondo-se à boa parte dos intelectuais que foram absorvidos pela imprensa facciosa, burocracia ou pelos partidos políticos emergentes naquele momento, outros agentes letrados perceberam diferentemente aquela situação e denunciaram essa trama através dos seus textos literários. Em jornais operários, brochuras, livros, panfletos e outras fontes históricas foram testemunhados as experiências em comum dos seus autores. A partir da análise destes documentos históricos, a problemática de estudo se preocupou em entender as leituras sociais e percepções diferenciadas daquele olhar arrivista em torno do novo regime, a eleger o campo literário como espaço possível de debate, uma vez que, naquela ocasião, foram comprometidos os canais de discussão nos pleitos eleitorais, esfera partidária e o exercício dos direitos políticos, civis e sociais. Destarte, pode-se dizer que a obra literária deixada por guarda-livros, caixeiros, amanuenses, ferroviários, artesãos, tipógrafos, músicos e outros, foi a estratégia de inserção destes agentes sociais nos debates públicos, que se distanciaram dos circuitos intelectuais convencionais na Primeira República. Sua produção literária se diferenciou em estilos, léxicos e narrativas, a evidenciar seus repertórios de leituras, formas de produção e circulação dos seus textos, redes de sociabilidades, bem como, suas experiências junto às camadas subalternas da população e a inserção no circuito letrado da capital cearense naquele período.

## Palavras Chaves

Trabalhadores - Primeira República - Literatura Cearense

## Résumé

Ainsi que dans d'autres capitales brésiliennes, l'implantation du régime républicain a fait surgir différentes postures dans le circuit littéraire de la ville de Fortaleza. En ayant en vue le jeu politique établi par l'ancienne structure de pouvoir en faveur des oligarchies locales, certains agents littéraires ont perçu différemment la situation en dénonçant cette trame à travers leurs textes littéraires en s'opposant à une bonne parcelle des intellectuels qui ont été pris par la presse factieuse, bureaucratique ou par les parties politiques émergents à cet instant là. Les expériences en commun de ces auteurs ont été témoignées dans des journaux syndicalisés, brochures, livres et d'autres sources historiques. À partir de l'analyse de ces documents historiques, la problématique étudiée se consacre à comprendre les lectures sociales et les différentes perceptions de ce regard arriviste au tour du nouveau régime en élisant le champ littéraire en tant qu'espace possible de débats, une fois que, dans cette occasion, les voies de discussion au sein des disputes électorales, des sphères partisans et l'exercice des droits politiques, civils et sociaux ont été compromis. De cette façon, on peut considérer que l'œuvre littéraire laissée par des bouquinistes, copieurs à la main, typographes, musiciens et autres, a été l'outil stratégique d'insertion de ces agents sociaux lors des débats publics qui se sont éloignés des circuits intellectuels conventionnels dans la Première République. Cette production littéraire s'est différenciée en styles, lexiques et narratives, en mettant en évidence ses répertoires de lecture, forme de production et de circulation des textes, réseau de sociabilité, ainsi que par ses expériences avec les couches subalternes de la population et l'insertion dans le circuit littéraire de la capitale de l'État du Ceará à cette période.

## Mots clés

Travailleurs - Première République – Littérature de l'État du Ceará

## Abstract

As occurred in other Brazilian cities, the establishment of the Republic has resulted in arise different positions in the circuit clerk of Fortaleza . Taking in mind the political game that restored the old structure of power in favor of local oligarchies, contrasting to the great parcel of the intellectuals who were absorbed by the press factious, bureaucracy or the emerging political teams at that moment, other learned agents noted that situation on a different way and denounced the plot through their literary texts. All the common experience of the authors were shoun in worker's newspapers, brochures, books, pamphlets and other historical sources. Since analyzed, all of these historical documents, the issue of the study is concerned in the understanding of social lectures and the different perceptions of that upstart look around the new rules, to elect the literaria as a possible area for debate, since that time, the channels of discussion on the political teams area and the exercise of political rights and civil society were committed in that litigation election. Thus, we can say that the literary work left by book-keepers, clerk, amanuenses, rails, craftsmen, printers, musicians and others, was the strategy of these social agents inclusion in the public debates, which were far away from the conventional intellectual circuits on the First Republic . Their literary output is different in style, glossaries and narratives, mainly their repertoire of reading, forms of production and circulation of texts, networks of sociability, as well as their experiences with the subordinate sections of the population and the inclusion in the circuit clerk of the capital of Ceara on that period.

## Keywords

Employees - First Republic - Literature of Ceara

## SUMÁRIO

Introdução.....	16
Capítulo 1. Sociedade, Poder e Cultura Política em Fortaleza no Início da Primeira República.....	28
1. 1. A Problemática das Secas, as Atividades Produtivas e o Mercado de Trabalho Urbano na Virada de Século.....	28
A) Tensões Políticas e Discursos de Poder em torno das Secas.....	31
B) A Organização das Atividades Econômicas e o Controle Social.....	45
1. 2. “Na Nova Era com Ânimo Forte, Coração Puro e o Sentimento do Dever”: os Trabalhadores e as Elites Políticas no início da Experiência Republicana.....	52
A) Facções, Grupos, Entidades e Partidos.....	55
B) Outras Entidades Sócio-Profissionais.....	78
Capítulo 2. Experiências e Práticas Letradas dos Trabalhadores em Fortaleza.....	92
2. 1. Primeiras Letras: a Instrução Letrada dos Trabalhadores.....	92
2. 2. Letras, Artes e Ofícios: Atividades de Imprensa e Literatura entre Caixeiros, Operários Gráficos e outros Trabalhadores.....	122
2. 3. Espaços de Sociabilidade: Praças, Cafés, Livrarias, Sítios, Bodegas, Barbearias, Boticas e Salões.....	149
Capítulo 3. Nefelibatas, Decadistas e Simbolistas rumo à Turrís Ebúrnea.....	163
3. 1. Lopes Filho: Phantos em fuga.....	163
3. 2. Lívio Barreto: Dolentes “livres de peias”!.....	199

Capítulo 4 - Pândegos, Libertários e Ilustrados Cristãos: Encontros e Desencontros na República das Letras.....	226
4. 1. Raimundo Ramos "Cotôco": Cantares Boêmios Risonhos.....	226
4. 2. Pedro Augusto Mota e outros "Tupãs": a Poesia Combativa na Imprensa dos Trabalhadores Cearenses.....	259
4. 3. Conveniências e Afinidades: Homens de Saber, Fé e Política na Construção da Ordem Republicana.....	283
Considerações Finais.....	306
Documentação Manuseada.....	313
Referências Bibliográficas.....	317
Anexos.....	331

## “Bardos da Canalha, Quaresma de Desalentos”

### Produção Literária de Trabalhadores em Fortaleza na Primeira República



Herman Lima (1897 - 1981) e Otacílio de Azevedo (1896 - 1978) – Autodidatas, ambos tiveram em comum a experiência do balcão nos tempos de caixeiro e os devaneios literários, que encantavam os poetas e escritores de Fortaleza no início do século XX. Às duras penas, conseguiram publicar seus livros e angariar algum prestígio junto aos círculos letrados da capital cearense.

Fonte: Arquivo Nirez (fotos gentilmente cedidas pelo Sr. Miguel Ângelo de Azevedo/ Nirez).

# Introdução

## Do Tema em Estudo

Na virada do século XIX para o século XX, a cidade de Fortaleza foi marcada por episódios inusitados e outros parcialmente previsíveis. As secas (1889, 1900, 1915 e 1919), seguidas por epidemias (varíola e febre amarela), ameaçaram por diversas vezes os projetos econômicos das elites cidadinas, durante a instalação das primeiras manufaturas ligadas à cotonicultura e ao comércio na capital. Atreladas a estas atividades, outras também foram implantadas como o beneficiamento da oiticica, panificação, saboarias etc, criando demandas favoráveis para a composição de um mercado de trabalho urbano.

Naquelas circunstâncias foram retomadas diferentes intervenções sanitárias e de controle social pelos poderes públicos e regeneradores urbanos, no sentido de conterem o avanço dos retirantes sobre o centro comercial e administrativo, a exemplo das ações punitivas realizadas pelas campanhas médicas e pelo batalhão de polícia. Para o contingente de mendigos, alienados, órfãos, pestilentos, bêbados, prostitutas, vagabundos e depauperados, foram instalados asilos para além do perímetro urbano, dentre outras realizações (Ponte, 1993). Voltadas para o aproveitamento produtivo da força-de-trabalho disponível, foram adotadas outras medidas para aqueles que permaneceram na cidade, dentre elas a implementação de novos códigos de posturas (1896, 1904), a inspeção das fábricas, instalação de hospedarias e dispensários para os pobres (Neves, 2002), somadas ao recrudescimento da vigilância policial e às ações assistencialistas de pessoas ligadas à Igreja ou à filantropia das camadas médias da sociedade.

No campo político, com a implantação da República, os grupos que desde o período monárquico se entrincheiravam nas disputas pelo monopólio da máquina estatal vivenciaram relativa hegemonia sob a liderança da família Pompeu Accioly. Esta facção se alinhou à política de alianças visível no cenário nacional desde a posse do Mal. Floriano Peixoto até Hermes da Fonseca, entre 1891 e 1912 (Montenegro, 1980). Porém, tal harmonia entre as elites cearenses teve pouca consistência, pois, aproveitando o ensejo da revolta dos catraieiros no Porto do Mucuripe, em Fortaleza, 1903, antigos aliados dissidentes da oligarquia no governo de Pedro Borges (1901 - 1904) iniciaram freqüentes mobilizações junto à imprensa local (Jornal do Ceará e O Unitário), engrossando as fileiras dos segmentos sociais insatisfeitos com os rumos políticos do Estado sob a direção do presidente do Partido



Republicano Federal, Antônio Pinto Nogueira Accioly (Teófilo, 1914). Deste grupo de descontentes com a forma pela qual a ordem pública foi configurada, operários gráficos, caixeiros, artesãos, amanuenses, pintores, dentre outros segmentos sócio-profissionais, provenientes das camadas menos favorecidas, também se fizeram presentes naquele campo de tensões. Seja no embate direto contra as práticas adotadas durante os primeiros anos de República, ou a manter certo distanciamento das querelas políticas, este segmento social saiu em busca de melhorias para sua condição de vida através das atividades beneficentes e do associativismo.

Tendo em vista as forças sociais e políticas destacadas acima, foi no sentido de entender como aqueles setores de Fortaleza vivenciaram o período em questão que se desenvolveu esta pesquisa. De certo modo, foi percebido que eles elegeram as práticas letradas, sobretudo, atividades de imprensa e literatura, como espaço de inserção social. Suas idéias, leituras, desejos e vivências de grupo se fizeram presentes nos textos literários publicados, apontando impressões junto ao processo sócio-político e as transformações históricas em que estiveram envolvidos. À luz da análise histórica foi possível entender suas trajetórias de vida, leituras, diálogos, enfrentamentos e “estratégias” (Certeau, 1994) de inserção nos embates sociais, questões políticas e processos decisórios referentes à configuração do regime republicano no Ceará, a partir das “estruturas de sentimento” (Williams, 1979 e 1990) presentes nos conteúdos narrativos, discursos, metáforas, sinestésias, alegorias e construções literárias deixadas na documentação encontrada.

Nesta documentação em evidência não será encontrada nenhuma postura anti-republicana ou monarquista. Entretanto, naquele momento, as promessas e lucubrações em torno de um ideário republicano-democrático, despertaram-lhes o desejo por se fazerem presentes nas decisões institucionais. Portanto, especificamente sobre este segmento social, proveniente das camadas pobres e as suas privações, que se ocupou dos ofícios manuais, mas, também das práticas letradas, se fez necessário entender como eles viveram e se posicionaram na cena pública daquele momento. A compreender que a produção literária destes agentes sociais foi afetada por suas “experiências em comum” (Thompson, 2002), os documentos históricos deixados permitiram ver como suas vivências foram compartilhadas, quais suas relações com o espaço urbano, as atividades de trabalho em que eles se ocuparam, a realidade material destes indivíduos, posicionamentos junto às relações de poder à época, a participação nos debates políticos, estratégias de inserção social desenvolvidas, seus projetos e desilusões quanto à ordem configurada naquele período.

## Da Trajetória da Pesquisa, a Construção do Objeto de Investigação e a Problemática

O interesse por esse tema surgiu no final do mestrado, ao término da dissertação *As Repúblicas das Letras Cearenses. Literatura, Imprensa e Política, 1873 – 1904* (2000). Naquele momento, entendeu-se que duas gerações<sup>1</sup> de intelectuais, “Mocidade Cearense”<sup>2</sup> e “Novos do Ceará”<sup>3</sup>, distribuíram-se pelas sociedades literárias ou participaram dos movimentos intelectuais, políticos e sociais durante a transição Monarquia/ República, entre as campanhas positivista (Academia Francesa, 1872/1875), abolicionista (Clube Literário, 1887/1888) e republicana de “última hora” (Padaria Espiritual, 1892/1898; Academia Cearense, 1894/1922 e Centro Literário, 1894/1904). Entretanto, parte das fontes históricas manuseadas e não incorporadas na dissertação, permitiu constatar a existência de posturas e práticas letradas diferentes daquelas adotadas pelos intelectuais orgânicos (Gramsci, 1982) das gerações supracitadas.

Ao longo dos anos de 1999 e 2006, entre as idas e vindas nos acervos de pesquisa, atividades no magistério e o doutoramento, houve a necessidade de se desenhar um novo roteiro de pesquisa<sup>4</sup>, no qual as obras literárias de época, os livros de memória, jornais operários, panfletos, bem como, documentos oficiais, ajudaram a recompor aquela sociedade e seus dilemas. Assim, observaram-se conflitos de natureza social e política nas práticas letradas em Fortaleza, entre 1889 e 1922. A partir da leitura de alguns textos literários e jornais da imprensa operária, agentes sociais menos comprometidos com a reorganização do

<sup>1</sup> Sendo a geração como “uma peça essencial da ‘engrenagem do tempo’, (...) cuja importância pode variar conforme os setores estudados e os períodos abordados”, tanto as gerações de intelectuais anteriormente estudadas quanto a geração analisada nesta proposta de pesquisa, foram levadas em conta suas distinções a partir do conjunto de práticas sociais, referências filosóficas, leituras, ideais de luta, projetos políticos, experiências de vida, formação e trajetórias intelectuais que as distinguiram ao longo de suas vivências em cada conjuntura. Sobre gerações, ver SIRINELLI, Jean-François. IN: FERREIRA, Marieta de M. e AMADO, Janaína. “A Geração” IN: Usos e Abusos da História Oral – Rio de Janeiro: FGV, 2005 (6ªed) p. 131 e 137.

<sup>2</sup> É no primeiro número da revista *A Quinzena* (15/ 01/ 1887, p. 07), órgão do Clube Literário, que é feita a primeira auto-menção à “Mocidade Cearense” aludida aos antigos integrantes da Academia Francesa (Rocha Lima, Araripe Júnior, Capistrano de Abreu, Tomáz Pompeu de S. Brasil Filho, João Lopes) e aos Abolicionistas de 1884 como, Guilherme Studart, Oliveira Paiva, Justiniano de Serpa, Antônio Bezerra, Rodolfo Teófilo, Júlio César da Fonseca, dentre outros.

<sup>3</sup> Sobretudo, referente aos membros da Padaria Espiritual e aos moços que fundaram o Centro Literário, como Antônio Sales, Lívio Barreto, Adolfo Caminha, Lopes Filho, Ulisses Bezerra, Valdemiro Cavalcante, Xavier de Castro, Jovino Guedes, José Nava, Sabino Batista, Temístocles Machado, Álvaro Martins, Soares Bulcão, Pádua Mamede dentre outros.

<sup>4</sup> A pesquisa de identificação e análise das fontes foi em grande parte realizada ao longo dos anos de 1999 a 2005 nos setores de obras raras, microfilmes e periódicos da Biblioteca Pública do Ceará, Academia Cearense de Letras, Instituto do Ceará, Arquivo Público do Estado do Ceará, Museu da Imagem e do Som/CE, biblioteca particular de José Bonifácio Câmara (após sua morte, transferida do Flamengo/ RJ para a Biblioteca Pública do Ceará), Biblioteca Nacional e Academia Paulista de Letras. Durante o exercício do magistério superior na UECE, a pesquisa foi contemplada com recursos de Iniciação Científica junto à FUNCAP (2004 - 2006). Contudo, nos semestres 2006. 1 ao 2007. 2, no decurso das Atividades de Pesquisa 1, 2, 3 e 4, respectivamente, as disciplinas de orientação no PPGH/ UFF, foi possível uma melhor organização e seleção do corpo documental a ser utilizado no estudo corrente.

poder oligárquico após o golpe de 1889, dentre eles, escritores pertencentes aos segmentos menos favorecidos da população, diferenciaram o conteúdo narrativo da sua produção cultural daqueles discursos elaborados pelos intelectuais que atuaram tanto em parceria com o Estado, partidos políticos emergentes, imprensa facciosa, bem como, nas academias científicas, literárias e outros espaços de saber.

Neste sentido, os textos deixados por Lívio Barreto, Lopes Filho, Raimundo Ramos (Cotôco), Pedro Augusto Mota, Eliézer Rocha, Otacílio de Azevedo, Gastão Justa, Carlos Severo, dentre outros, levam a crer que suas obras se inseriram em um específico “campo artístico, político e cultural” (Bourdieu, 1996). Estes sujeitos divergiram seu conteúdo literário daqueles outros já mencionados que se empenharam nas campanhas “em prol do progresso e da civilização”. Ao contrário daqueles produtores de um saber comprometido com a estrutura do poder local, que obtiveram alguma benesse participando das instituições ilustradas montadas no calor do golpe republicano (Academia Cearense, Instituto do Ceará, Faculdade de Direito do Ceará, por exemplo), os sujeitos aqui pesquisados vivenciaram diferentemente a acomodação das novas instituições sobre as demandas sociais entre a última década do século XIX e as duas primeiras do século XX. O pessimismo, o desencanto, a pilhéria e a crítica social engajada tomaram conta das narrativas dos seus textos literários, demonstrando percepções variadas e leituras sobre aquelas tensões sociais e políticas que o discurso dominante no circuito intelectual do período (eminentemente liberal e positivista) se empenhou em ofuscar.

Viu-se, portanto, que os autores investigados nesta pesquisa estiveram unidos pelas suas frustrações com a nova ordem, outros pela formação letrada, alguns pelas trajetórias de vida, cânones literários e filosóficos, representações sociais, experiências e ideais de luta. Em certa medida, estiveram distanciados pelos estilos e léxicos, pois, alguns se alinharam às estéticas literárias em voga no período (romantismo tardio, parnasianismo, decadentismo-simbolismo) e outros pelas posturas, seja ela pândega e pilhérica ou fervorosamente militante e engajada. Porém, todos tiveram em comum o mesmo habitus ou “disposição incorporada” (Bourdieu, 1998) junto às práticas letradas desenvolvidas.

Concernente às obras literárias e os livros de memória, constatou-se que os agentes letrados em destaque eram trabalhadores urbanos, caixeiros, amanuenses, operários gráficos, pintores etc, pertencentes às camadas subalternas de Fortaleza e compartilharam das

atividades letradas na imprensa ou na literatura<sup>5</sup>. Como foi dito, o conteúdo dos seus textos se distanciou do discurso liberal e positivista adotado tanto pela imprensa partidária (Pedro II, Cearense, Gazeta do Norte, Constituição, A Pátria, O Norte, Estado do Ceará, A República, Jornal do Ceará) quanto pelos órgãos literários e científicos da época (Revista Iracema<sup>6</sup>, Revista Trimestral do Instituto do Ceará, Revista da Academia Cearense). Eles freqüentaram os mesmos espaços e redes de sociabilidade e discussão (sítios, cafés, barbearias, praças, livrarias<sup>7</sup>) e tiveram relativo acesso ao mesmo “repertório de leituras”<sup>8</sup>. A grande maioria era oriunda dos sertões ou dos subúrbios de Fortaleza<sup>9</sup>, mas, através das suas atividades letradas, seja de forma isolada ou organizada nas entidades, se envolveu com os acontecimentos da vida pública, embates políticos, campanhas beneficentes, revoltas armadas e no incipiente movimento operário local (Azevedo, 1992. p. 85 e 100).

Destarte, a partir da tese de que a literatura foi utilizada por estes sujeitos históricos como estratégia de inserção nos debates correntes, uma vez que sua representação social esteve comprometida nos canais habituais de discussão, pleitos eleitorais, fóruns decisórios e vida institucional, deu-se o interesse por investigar as condições de produção daquelas obras à luz do processo histórico, entender as relações existentes que ajudaram a configurar sua produção literária e a compreender a inserção de suas leituras sociais, mediante as tensões vividas no respectivo período. Tendo em vista os acontecimentos históricos ali presentes, foi problematizado como se deu o envolvimento daqueles agentes letrados nos embates à época, a compreender como eles se perceberam junto às transformações históricas em curso, quais iniciativas tomadas a realizarem seus desejos de participação na vida republicana e o empenho por garantir melhorias para a sua condição social.

<sup>5</sup> AZEVEDO. Op. Cit. p. 23, 44, 73, 87, 89 e 91; TEÓFILO, Rodolfo. O Caixeiro (Reminiscências) – Fortaleza: Typographia Minerva, 1927. Ver também GONÇALVES, Adelaide e SILVA, Jorge E. A Imprensa Libertária no Ceará (1908 - 1922) – São Paulo: Imaginário, 2000 e CARDOSO. Op. Cit. 2002.

<sup>6</sup> Órgão do Centro Literário (1895 - 1904).

<sup>7</sup> Nas primeiras duas décadas do século XX, os espaços de sociabilidade e pontos de encontro dos poetas boêmios, pândegos, artistas e operários, bastante repercutidos à época, nada se aproximava dos salões do Palácio do Governo ou da Assembléia Legislativa (como acontecia nas reuniões da Academia Cearense e do Centro Literário). Foram, assim, o “Cafê do Pedro Eugênio” (ponto final da linha do bonde, na estação do Benfica), as livrarias “Imperial ” e do “Banco do Ceará”, o “Sítio do Pedro Dantas” (jocosamente chamado de “Mata Galinha”), a “Barbearia João Catunda” (onde foi fundada a pilhérica “Academia Rebarbativa”) e, como não poderia deixar de ser, os bancos da Praça do Ferreira. AZEVEDO, Otacílio de. Fortaleza Descalça. – Fortaleza: Casa de José de Alencar/ UFC, 1992.

<sup>8</sup> Idem p. 37, 38 e 52. Sobre o conceito “repertório de leituras”, ver: CHARTIER, Roger (Org.). Práticas da Leitura. – São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p. 231 - 252.

<sup>9</sup> AZEVEDO. Op. Cit. p. 23, 119, 124 e 169 - 272; SALES, Antônio. Novos Retratos e Lembranças. – Fortaleza: Casa de José de Alencar/ UFC, 1995; NOBRE, F. S. 1001 Cearenses Notáveis. – Rio de Janeiro: Ed. Casa do Ceará; 1996 e CARDOSO, Gleudson Passos. Padaria Espiritual. Biscoito Fino e Travoso – Fortaleza: SECULT/ Museu do Ceará, 2002.

## Do Diálogo com a Historiografia e o Enquadramento Teórico-Metodológico

Ao longo do texto foi estabelecido diálogo com diferentes abordagens do campo histórico-historiográfico e do pensamento social. Contudo, como pode ser percebido, o aprofundamento das reflexões elencadas está, de modo geral, relacionado ao debate no âmbito da História Social, mais especificamente aos seus recortes nomeados “História Social da Cultura” ou “História Social das Idéias” (Falcon, 1997). Na produção historiográfica corrente, vale dizer que autores como Antônio Cândido, Nicolau Sevcenko, Roberto Ventura, Wilson Martins, Leonardo de M. Pereira, Edmilson Martins Rodrigues e Mônica Pimenta Velloso, dentre outros, contribuíram aqui tanto para o debate que envolve as relações entre História, Literatura e Imprensa, quanto à inserção letrada na vida pública e as condições materiais, sociais e simbólicas que configuraram a produção intelectual no Brasil entre os séculos XIX e XX.

Outro campo que certamente dialoga com a produção literária dos agentes sociais aqui destacados é a História Social do Trabalho. Neste sentido, os estudos de Boris Fausto, Francisco Foot Hardman, Ângela de Castro Gomes, Sidney Chalhoub e Cláudio Batalha, dentre outros autores, possibilitaram a reflexão sobre a realidade dos trabalhadores no Brasil durante a transição Monarquia/ República, a destacar suas formas de luta, práticas sociais, modos de vida, atividades de trabalho, organizações políticas e/ou beneficentes e representações de classe nesse período histórico. Da mesma forma, a História Política teve sua contribuição para as questões pertinentes aos processos políticos e institucionais em que se envolveram os diversos grupos sociais brasileiros. Assim, foi dialogando com os textos de José Murilo de Carvalho, Edgard Carone, Celso Castro, Emília Viotti da Costa, Maria de Lourdes Janotti, Victor Nunes Leal, que se vislumbrou a participação da sociedade brasileira nas decisões políticas, disputas entre instituições, grupos sociais, facções e partidos pelas instâncias representativas do poder público, as leituras sobre a cidadania e a concepção de modelos para Estado e Nação, elaborados no período estudado.

No que diz respeito à produção historiográfica local, os textos de Raimundo Girão, Geraldo da Silva Nobre, Celeste Cordeiro, Adelaide Gonçalves Pereira, João Alfredo Montenegro, Sebastião Rogério Ponte, Aroldo Mota, Gilmar de Carvalho e Abelardo Montenegro, dentre outros historiadores e ensaístas, foram referências importantes para o mapeamento das práticas sociais, atividade de imprensa, processos políticos, disputas partidárias e facciosas, modos de vida e estratégias de luta produzidas pelo conjunto da

sociedade cearense entre o final da década de 1880 e 1920. Como não poderia deixar de ser, na historiografia literária local, os trabalhos de Dolor Barreira, Sânzio de Azevedo, Mário Linhares, entre outros, foram de suma relevância para a identificação das obras, correntes literárias e o universo letrado em Fortaleza no período destacado.

No que compete às apreciações teórico-metodológicas, por se tratar de um tema que lida com a produção literária de “trabalhadores”<sup>10</sup>, cabe aqui destacar que as ferramentas teóricas de outras correntes historiográficas e do pensamento social, que reconhecem a participação destes sujeitos em torno de suas práticas sócio-culturais, também auxiliaram no trato com as fontes primárias, em particular, e com o restante do corpo documental, em geral. Neste sentido, cabe dizer que foi a documentação manuseada que elegeu seu quadro referencial teórico e não o caminho inverso.

No campo da História Social, as considerações de E. P. Thompson e R. Williams foram relevantes, no que se reportou à compreensão das condições materiais desta produção cultural e como a intensidade das forças históricas vivenciadas podem se apresentar em uma narrativa literária. Assim, o conceito “experiência histórica vivida” (Thompson, 1987 e 2002) ajudou a entender melhor como o texto literário pode comportar o testemunho de vida, comportamentos, valores, atividades de lazer, angústias, embates cotidianos, relações de poder, ideais de luta, táticas de inserção pública, social e política (Chalhoub, 1991) relacionados aos agentes históricos em questão. Da mesma forma, estas “vivências pessoais” na obra literária careceram de uma análise das “estruturas de sentimento” (Williams, 1990), no sentido de perceber, entre o limite da ficção e a realidade, o papel dos desejos reais e das possibilidades imaginadas pelos sujeitos históricos mencionados, no campo das suas inquietações sociais, ora metaforizadas, omitidas ou denunciadas.

---

<sup>10</sup> Aqui não se fez a necessidade de teorizar exaustivamente sobre o conceito “classe trabalhadora”. Mas, sucintamente, cabe dizer que entre os “trabalhadores” estão incluídos aqueles segmentos sócio-profissionais oriundos dos setores menos favorecidos da população, que possuem um cotidiano perpassado por suas atividades de trabalho, em geral, serviços braçais, repetitivos, a vender sua força-de-trabalho e seu tempo por salário ou pagamento por serviços prestados. Sabe-se que esses estratos sociais possuem seus espaços de lazer e reprodução social, bem como, suas representações de mundo, hábitos, valores, modos de vida, formas de pensar e sentir autônomos ou relacionados com alguma nuance de outros segmentos sociais. Ver: THOMPSON, Edward P. A Formação da Classe Operária Inglesa Trad. Denise Bottmann – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Vol. 1, 2 e 3. Col. “Oficinas de História” e Costumes em Comum. Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional (Trad. Rosaura Eichenberg) – São Paulo: Cia das Letras, 2008 (3ª Ed.); SAMUEL, Raphael (org.). História Popular y Cultura Socialista – Barcelona: Critica/ Grjalbo, 1984 e BOURDIEU, Pierre. “Condição de Classe e Condicionamentos Sociais” IN: A Distinção. Crítica Social do Julgamento – Trad. Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo/ Porto Alegre: EDUSP/ Zouk, 2007.

Em sintonia com estas reflexões, a obra de M. Bakhtin auxiliou na compreensão dos usos da linguagem em meio às disputas, apropriações e reapropriações, pelos significados inseridos numa relação de poder e embates sociais (1979). Já a contribuição de Michel de Certeau permitiu entender todo ato que envolveu a feitura, publicação e circulação da obra literária enquanto “prática social” (1995) daquele grupo. Sob os pressupostos de Scholes e Kellog (1977), a análise do discurso também auxiliou na compreensão dos “pontos de vista” em comum, bem como, as “percepções de mundo não-autorizadas” vislumbradas por Bourdieu (1998).

Ainda no diálogo com outras áreas do conhecimento, a obra de P. Bourdieu também trouxe conceitos relevantes para a compreensão teórica sobre o espaço das relações e condições de produção da obra literária. Tanto na definição de “campo literário” (1996) quanto habitus (1998), sua produção ajudou a entender as razões e as disposições dos respectivos autores ante a realidade material na feitura dos seus textos, junto às redes de sociabilidades ou ao universo de criação de suas práticas sociais letradas. Desta feita, a noção de “poder simbólico” e “violência simbólica legítima” em Bourdieu (Idem) também permitiram compreender a relação de força em que as idéias do período se chocaram naquele circuito ou espaço literário.

A considerar as relações entre saber e poder, em que os agentes letrados em questão vivenciaram as tensões políticas de época nos primórdios da experiência republicana no Brasil, as apreciações de K. Baker (1994) e S. Bernstein (1998) foram relevantes para a compreensão das “culturas políticas” que se fizeram presentes na obra literária analisada. Naquele momento, sabe-se que as atividades intelectuais estiveram amplamente sintonizadas com a construção do novo regime. Logo, foi pontual o entendimento das leituras políticas, representações sociais e desejos de grupo identificados nas narrativas encontradas em poemas, contos, romances etc. Da mesma forma, sugerido por C. Charle (s/d mimeo), o recurso da “prosopografia” ou o “mapeamento social vivido” para o estudo das experiências individuais e coletivas, auxiliou no acompanhamento das trajetórias e as posturas daqueles indivíduos. Com esta ferramenta metodológica, foi possível ainda mapear as atividades de trabalho, produção intelectual, cotidiano, lazer e demais práticas realizadas por aqueles sujeitos, a partir de um rico exercício de análise e crítica no cruzamento entre as diferentes fontes históricas encontradas.

## Da Estrutura dos Capítulos e a Documentação Manuseada

A divisão dos capítulos foi pensada de acordo com o que se observou no corpo documental analisado. A obra literária, os livros de memória, jornais facciosos e órgãos das entidades de classe, os documentos oficiais, dicionários biográficos, dentre outros, orientaram como deveriam ser distribuídos os temas aqui tratados.

A princípio, cabe dizer que, para aquele leitor mais ávido em adentrar no universo intelectual investigado, ansioso por se deixar envolver pelas composições literárias analisadas, a leitura do Capítulo 1 se torna desnecessária. Isso se justifica pelo fato deste primeiro momento da tese ser dedicado à compreensão do “chão histórico” que apresenta a sociedade do período, suas tensões, embates políticos, interesses sociais, entidades de classe, enfim, ele foi dedicado à cartografia das forças históricas do período. No entanto, sua feitura não poderia deixar de compor a tese, pois trata-se do espaço por onde as narrativas literárias teriam se configurado. Ali, foi exposto o quadro social de Fortaleza naquela virada de séculos, primeiramente, a entender como o fenômeno da estiagem esteve intimamente ligado à formação do mercado de trabalho urbano na capital e quais foram as principais atividades de produção encontradas. Naquele momento, percebeu-se a disputa do espaço urbano entre as elites (comerciantes, políticos, camadas emergentes) e os componentes pobres e miseráveis daquela sociedade, sua vida material e demandas para sobreviver. Em seguida, apresentam-se as forças políticas do período, os grupos, os partidos, as facções oligárquicas e as famílias envolvidas na construção da República no Ceará. Por fim, destacou-se como alguns trabalhadores organizados em partidos, associações mutualistas e sociedades beneficentes, se posicionaram naquele momento, a fim de participarem daquele novo momento da vida política brasileira.

No Capítulo 2 foram estudadas as condições de acesso ao ensino e à instrução letrada das camadas subalternas da população. A partir da realidade encontrada sobre o estado das instituições de ensino de Fortaleza e algumas localidades do interior cearense, primou-se por investigar as estratégias elaboradas por estes segmentos sociais, tendo em vista a escassez de recursos, o descaso dos poderes públicos, a carestia junto às instituições privadas de ensino, dentre outros aspectos da realidade material que comprometia o aprendizado dos filhos dos trabalhadores rurais, pequenos agricultores, comerciários, operários fabris, gráficos, artesãos, funcionários públicos de menor prestígio, dentre outros setores sócio-profissionais. Em seguida, compreendeu-se como as atividades de imprensa e literatura foram apropriadas por estes agentes sociais, enquanto canais de inserção na vida pública, a destacar suas



experiências, demandas sociais e tensões cotidianas vivenciadas. Fez-se ainda a identificação e descrição dos espaços de sociabilidades por eles freqüentados, eleitos para o estreitamento dos laços sociais, trocas de informação e notícias sobre os acontecimentos no circuito letrado e cotidiano à época.

O Capítulo 3 foi dedicado à apreciação do campo semântico presente nas obras de Lopes Filho e Lívio Barreto, respectivamente, um funcionário da Alfândega e um caixeiro. Afeiçoados à estética decadentista-simbolista, esses autores diferenciaram o conteúdo dos seus textos daquelas leituras em voga, que condenaram os modos de vida simples, os costumes rústicos, hábitos e valores das camadas populares, camponeses e moradores dos subúrbios de Fortaleza. Mesmo integrantes da Padaria Espiritual (1892 - 1898), agremiação literária que fazia defesa da vida *in natura*, esses autores foram além do “idílio bucólico”. Com verve pessimista, misantropa e mórbida, nos livros *Phantos* (1893) e *Dolentes* (1897) eles denunciaram as redes de sociabilidades do período através de metáforas, simbolismos e alegorias. As práticas comumente empregadas pelos intelectuais em relação às estruturas de poder, aos partidos políticos e à imprensa facciosa, durante os primórdios da República se defrontaram com o desencanto nos versos tristes e soturnos compostos por esses poetas, tanto em relação ao meio social que eles pertenceram quanto às promessas anunciadas naquele momento.

Por último, o Capítulo 4 se deteve à análise de outros dois campos semânticos em evidência na produção literária aqui destacada. A princípio, na obra de Raimundo Ramos (“Cotôco”), pintor e músico, foram encontrados embates cotidianos travados naquela realidade e apresentados em suas narrativas literárias. Nelas, os gestos grotescos, os comportamentos rústicos, a simplicidade nos modos de viver, fazer e pensar das camadas menos favorecidas da população entraram em choque com os valores “civilizados”, posturas “elegantes” e hábitos higiênicos, amplamente incorporados pelos grupos dominantes, abastados ou em ascensão naquela sociedade. Em seguida, fez-se o esforço por compreender as estratégias discursivas e semânticas presentes nos textos deixados por Pedro Augusto Mota e outros autores militantes menos expressivos, que publicaram seus textos nos jornais *O Combate* (1921) e *Voz do Gráfico* (1921 - 1922). Seus poemas e artigos estiveram em sintonia com os cânones e respectivas leituras respaldadas nas teorias do Socialismo Científico e do Anarco-Sindicalismo, mas, também beberam nas concepções evolucionistas, bem como, se alinharam às bandeiras de luta dos movimentos operários organizados em diferentes cidades mundo afora. Finalmente, foram tratadas as ações, práticas e discursos utilizados pelos intelectuais ligados às oligarquias locais, à administração pública, às elites econômicas, às

camadas médias e, sobretudo, à Igreja. Com interesses recíprocos, estes setores hegemônicos se empenharam na construção do regime republicano, amparados na ordem política e no controle social favoráveis à manutenção dos seus anseios dominantes sobre as demais esferas da sociedade e suas demandas afloradas com as promessas de participação democrática nos primórdios da República.

Aqui se reconhece que muito ainda poderia ser dito, a exemplo da obra literária de outros autores que não foram contemplados, as mulheres escritoras do período<sup>11</sup>, autores anônimos e heterônimos<sup>12</sup> que foram encontrados na documentação manuseada. Entretanto, a constatar que estas obras cujo conteúdo narrativo ou trajetória dos seus autores fugiram do recorte metodológico proposto, acredita-se que, em geral, a tese possa contribuir para compreensão das diferentes estratégias de inclusão social nos debates públicos, sendo a literatura eleita como espaço de discussão. Através da denúncia, crítica, deboche, escárnio, sátira e outros requintes da linguagem, trabalhadores urbanos, filhos de retirantes e outros agentes sociais sem maior prestígio marcaram posicionamento, tendo em vista que os outros mecanismos convencionais estiveram comprometidos, a obstruir as inquietações manifestas por aquelas demandas não priorizadas pelo Estado brasileiro e seus representantes no início da experiência republicana.

\* \* \*

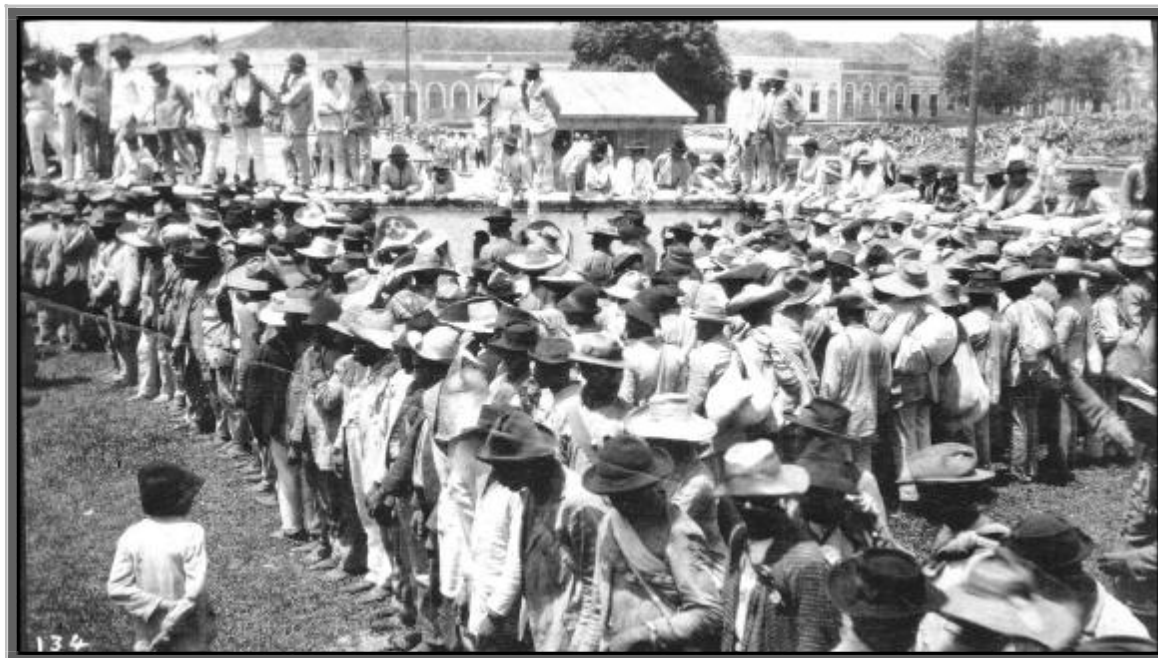
---

<sup>11</sup> A princípio, pensou-se no estudo das obras de Francisca Clotilde, Ana Facó e Emília de Freitas. Porém, mais especificamente no primeiro caso, ambas estiveram ligadas às classes médias, grupos dominantes e às esferas do poder político.

<sup>12</sup> Acredita-se que os inúmeros anônimos e heterônimos encontrados nas páginas da imprensa local apenas ilustrariam a variedade literária da época, a inviabilizar um método recorrentemente aqui empregado para a compreensão das narrativas, que foi o estudo das trajetórias intelectuais e experiências sociais dos autores elencados.

## Capítulo 1

### Sociedade, Poder e Cultura Política em Fortaleza no Início da Primeira República



A República e a Seca – As fotos acima apresentam a formação do Centro Republicano Cearense (1889) e os retirantes amontoados em frente ao prédio da Estação Central de Fortaleza (1915). Duas forças antagônicas em que projetos políticos e demandas sociais puseram à prova a eficiência do novo regime.  
Fonte: Arquivo Nirez (fotos gentilmente cedidas pelo Sr. Miguel Ângelo de Azevedo/ Nirez).

# Capítulo 1

## Sociedade, Poder e Cultura Política em Fortaleza no Início da Primeira República

Este capítulo trata da experiência dos trabalhadores urbanos de Fortaleza, a formação do mercado de trabalho na capital cearense, a saber, como o fenômeno das secas foi tão decisivo para sua constituição quanto à hegemonia comercial da cidade sob o influxo da economia algodoeira. Trata também dos interesses hegemônicos sobre a ordem urbana e econômica da cidade representados pelas elites políticas e comerciantes de Fortaleza, que tomaram a frente na construção do regime republicano, a relação dos seus principais agentes (bacharéis, militares, intelectuais, higienistas, administradores públicos) com as demais parcelas da população. Destaca-se o jogo de interesses que consolidou o novo regime sem ameaçar a antiga estrutura de poder oriunda do Império, as iniciativas dos segmentos sócio-profissionais urbanos (caixeiros, artistas, operários gráficos etc) que se organizaram em partidos políticos e associações beneficentes como estratégias de inserção pública, em busca de melhorias para seu grupo social. O rol de fontes trabalhadas é composto pelos documentos oficiais, relatórios dos presidentes do Estado do Ceará, jornais de época e livros de memória. O manuseio desta documentação histórica possibilitou compreender quais culturas políticas e representações sobre a República foram configuradas naquele momento, como as camadas trabalhadoras se inseriram junto às atividades econômicas da cidade, bem como, suas formas de participação nos assuntos do dia e as ações dos poderes públicos e das elites com a organização política após a queda da Monarquia.

### 1. 1. A Problemática das Secas, as Atividades Produtivas e o Mercado de Trabalho Urbano na Virada de Século

Na historiografia cearense, o tema das secas é recorrente, configurando uma vasta gama de estudos em que se encontram gerações de autores, correntes e olhares diferenciados. É do célebre historiador cearense Raimundo Girão a afirmativa que “a seca é um dos impertinentes lugares-comuns da história do Ceará” (Girão, 2000. p. 435). E não poderia deixar de ser, afinal, diante dos muitos limites presentes na organização sócio-

econômica cearense, pode-se dizer que a relevância deste tema para a historiografia local recai sobre a presença marcante que as estiagens tiveram sobre os diferentes aspectos da realidade material e simbólica, ajudando a configurar determinados fatores característicos da vida humana, como a distribuição demográfico-espacial, o ordenamento dos espaços urbanos, a organização das atividades produtivas e da infra-estrutura, a natureza dos conflitos sociais (rurais e urbanos), as políticas públicas historicamente adotadas, a concepção de lucubrações intelectuais científico-deterministas. Enfim, dificilmente o historiador cearense não irá recorrer a este aspecto da realidade local para entender melhor seu objeto de estudo.

Aqui, este fator deve ser levado em conta. Para entender as experiências sociais e práticas letradas dos trabalhadores em Fortaleza, entre 1889 e 1922, exige-se uma busca por compreender a complexa teia que compôs a sua realidade material, a circulação destes indivíduos no espaço urbano, os conflitos de ordem social gerados pelas relações de poder estabelecidas com outros segmentos da sociedade, os projetos, os sonhos e desejos que alvoreceram junto às transformações políticas naquela passagem de século. No período em debate, quatro ciclos de estiagem (1889, 1900, 1915 e 1919) afetaram a experiência urbana da capital cearense. Todavia, para este capítulo inicial, as duas primeiras são evidenciadas, a princípio, por conta dos seus efeitos sociais terem desafiado as elites políticas locais, na ocasião em que estas se reorganizavam durante a construção do regime republicano. Em segundo, porque nestes ciclos de estiagem foram percebidas práticas sociais (Certeau, 1995. p. 246 – 251) em que diferentes segmentos populares, dentre eles, trabalhadores urbanos, emigrantes pobres acossados pela seca, mendigos, desocupados etc, expuseram à sua maneira as demandas materiais e os desejos a atenderem suas necessidades imediatas, tendo em vista a sobrevivência no espaço urbano da cidade, área privilegiada para a moradia das elites, instalação dos prédios público-administrativos, atividades comerciais e outros serviços.

Em virtude do aumento exasperado da população emigrante dos sertões, os grupos dominantes de Fortaleza, formados por comerciantes, administradores, clérigos, classes médias e outros setores reatualizaram e renomearam antigas práticas coercitivas, criaram outras com o verniz da caridade, a fim de amortizar os efeitos negativos sobre a boa racionalidade e o bom ordenamento das atividades econômicas, dentre elas, o comércio, a “principal vocação” da cidade (Girão, 1997 e Takeya, 1995), tendo em vista os investimentos realizados em torno da implantação e melhoria dos equipamentos urbanos a atenderem as demandas da exportação algodoeira e seus desdobramentos na capital.

Entre 1860 e 1930, foram realizadas na capital cearense várias intervenções urbanas, a saber, as melhorias no Porto do Mucuripe, a construção da rede ferroviária Fortaleza-Baturité dentre outras atreladas ao cumprimento do plano xadrez para o perímetro de Fortaleza projetado pelo urbanista Adolfo Hebbster (1875), como o alinhamento e a pavimentação das ruas, instalação de iluminação pública e bondes, normatização das edificações ao padrão higiênico à época etc. Todas elas deram-se em virtude das exigências que a cidade de Fortaleza demandava em torno do crescimento de sua atividade comercial e exportadora (Girão. Op. Cit. p. 71 – 106). A necessidade das elites urbanas em controlar a multidão de retirantes que compôs o contingente de trabalhadores pobres, desocupados e miseráveis foi uma realidade presente na vida dessas pessoas comuns, ajudando a configurar o seu modo de ser, viver e desejar, afetando seus hábitos voluntária ou involuntariamente, a permitir em suas vivências momentos oscilantes que transmutariam o jardim dos sonhos em vale do desespero.

O sofrimento humano e as tecnologias punitivas inerentes à seca e seus efeitos já foram visitados e estudados por diferentes gerações de historiadores. Do período em questão, os escritos de Rodolfo Teófilo apresentaram relatos, memórias e a leitura deste enquanto agente filantropo engajado nas lutas contra a varíola (“aliada exclusiva da seca”<sup>13</sup>), nas denúncias dos abarracamentos<sup>14</sup> e a narrativa de imagens do cotidiano vivenciado nas secas do final do século XIX aos primeiros anos do século XX<sup>15</sup>. Sob a narrativa do Instituto do Ceará, o historiador Raimundo Girão teceu análises das estiagens que assolaram as terras alencarinhas, sendo a mais expressiva sua leitura em *História Econômica do Ceará* (Girão, 2000), a destacar os efeitos da seca relacionados à organização da economia local. À luz da *História Social*, Frederico de Castro Neves teceu importantes considerações sobre os conflitos, desdobramentos e estratégias de sobrevivência que as “multidões” de retirantes

---

<sup>13</sup> Como bem aponta a historiografia local, desde o primeiro boom de crescimento urbano-econômico, a cidade de Fortaleza vivenciou surtos epidêmicos de pestes como a malária (1854), o cólera morbus (1862 - 1864) e varíola (1878, 1889, 1900, 1915), o que motivaram às autoridades a criarem ou apoiar medidas sanitárias, preventivas ou de segregação dos enfermos do espaço urbano. Conf. PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque. Saneamento Urbano e Controle Social (1860 - 1930)*. Fortaleza: Multigraf, 1993. p. 78 – 97.

<sup>14</sup> Condenados por Rodolfo Teófilo em virtude das péssimas condições de higiene, os abarracamentos ou “currais do governo”, foram, na verdade, campos de concentração criados pelos governos cearenses desde a seca de 1877 – 1879 fora do perímetro urbano de Fortaleza. Sua finalidade era conter o avanço da população retirante sobre o centro comercial da cidade. Esta prática foi correntemente retomada nas estiagens de 1889, 1900, 1915 e 1932, com várias alterações e desdobramentos peculiares a cada período. Conf. RIOS, Kênia Sousa. *Os Campos de Concentração no Ceará: Isolamento e Poder na Seca de 1932*. Fortaleza: SECULT/ Museu do Ceará, 2001.

<sup>15</sup> Rodolfo Teófilo reproduziu em diferentes formas texto as suas impressões sobre as secas e seus efeitos catastróficos. Contudo o romance *A Fome*, o conto *Violação* (Rio de Janeiro: José Olympio/ Fortaleza: ACL, 1979, 2ª ed) e os relatos em *Varíola e Vacinação no Ceará* (Fortaleza: Tipografia do Jornal do Ceará, 1904) foram suas obras mais expressivas.

realizaram ao longo dos ciclos de estiagem entre a segunda metade do século XIX e a primeira do século XX (Neves, 2000). Outros estudos não diretamente relacionados ao tema, mas, que debateram sobre a organização sócio-urbana de Fortaleza compõem as prateleiras da historiografia cearense, sendo um dos mais expressivos o estudo de Sebastião Ponte, relativo às tecnologias de controle social implantadas na capital cearense, entre 1860 e 1930 (Op. Cit. 1993). Com tantas leituras em destaque, não é de interesse do estudo que aqui se apresenta propor um “novo olhar” sobre o fenômeno da seca.

Concernente às particularidades deste estudo, é importante entender a intercessão da estiagem com as atividades econômicas desenvolvidas em Fortaleza, a destacar os seus desdobramentos na organização do trabalho urbano na capital. No que se reporta aos usos discursivos do respectivo fenômeno climatérico, deve-se compreender que o fenômeno foi percebido e apresentado pelas esferas dominantes do período, sobretudo, pelas elites políticas e econômicas da cidade (comerciantes, administradores públicos), como uma ameaça à normalidade da vida econômica e do ordenamento moral e urbano. Por diversas vezes, esses grupos apelaram para a implantação de medidas que viessem amenizar os resultados estatísticos e os prejuízos materiais durante e após o período de escassez. Com um mapeamento das atividades econômicas desenvolvidas na cidade foi possível compreender como se configurou o mercado de trabalho naquele momento, tendo em vista os impactos sofridos na produtividade local e as ações deliberadas pelos grupos hegemônicos nos períodos de estiagem. Assim, será possível de ser entendida a razão pela qual se fundamentaram os discursos de eficiência que se propuseram solucionar os efeitos adversos, conceber um perfil das atividades existentes onde se somaram prejuízos aos olhos das elites locais, bem como, visualizar os impactos sobre a oferta de trabalho decorrente da crise. Ao longo da análise, foi possível ter uma idéia de como esses discursos repercutiram sobre a vida e as atividades produtivas em que se ocupou parte dos trabalhadores pobres, retirantes e outros setores subalternos que compuseram a população de Fortaleza.

#### A) TENSÕES POLÍTICAS E DISCURSOS DE PODER EM TORNO DAS SECAS

No manuseio da documentação histórica de época, viu-se a tamanha inquietude que atingiu todas as camadas sociais, indistintamente, ricas, pobres, rurais ou urbanas, em

torno da estiagem anunciada. Nos jornais investigados<sup>16</sup>, as primeiras edições entre os meses de janeiro e maio destacaram, nas páginas iniciais, preocupações unânimes, a mostrar o receio existente sobre o primeiro quadrimestre, presumidamente chuvoso. Em colunas como “Chuvas”, “Metereologia”, “Observações Pluviométricas”, dentre outras chamadas, os jornais poderiam acalantar os ânimos ou dar espaço às manchetes envolvendo cenas narradas de dor e aflição. Para os diferentes grupos que compuseram a sociedade cearense naquele período, o sofrimento teria um traço singularmente direcionado. Para os agricultores, em geral, o fato de terem ou não posses (terra, cultivo, criatórios) apressaria ou retardaria um pouco sua penosa fuga para a capital. Aos administradores, seria conviver com “as aglomerações e as maiores desordens e males de toda a espécie [mendicância, vadiagem, prostituição, vícios, epidemias etc], tornando muito mais pesados os sacrifícios do Tesouro”<sup>17</sup>. Os comerciantes e as elites econômicas de Fortaleza, como se não bastasse a crise econômica, aos seus prejuízos somavam-se os saques, pequenos furtos, os pedintes e mendigos à porta dos seus estabelecimentos e casas. Para os segmentos pobres da população, em geral, as medidas punitivas e de controle social foram baseadas em “uma ampla disciplinarização urbana e social (...) no controle da saúde, nos hábitos higiênicos e no comportamento da população”(Ponte. Op. Cit. p. 31).

Confirmada a escassez de chuvas, as imagens da seca na cidade já eram novamente previstas. A fome, a peste, a vadiagem, mendicância, os delitos, dentre outras mazelas sociais, renovavam dolosas cenas no cotidiano que aos olhos gritavam o desespero da vida urbana. Para os poderes públicos do período, aquela era uma situação exasperadora, pois, alimentados por uma atmosfera reverberada de “progresso e civilização”, programar uma racionalidade urbano-social condizente com os referenciais da República recém-implantada, atenderia a necessidade de afirmar não só o novo regime (“inerente ao ideário das elites urbanas”<sup>18</sup>), mas, o anseio dos comerciantes e atravessadores sobre o bom funcionamento do comércio na capital. Movidos por “novas estruturas de sentimento que delimitaram a percepção das secas e das migrações” naquele período (Neves, 2000. p. 92 - 99), não custou a

---

<sup>16</sup> As fontes hemerográficas manuseadas neste capítulo encontram-se à disposição no Setor de Microfilmagem da Biblioteca Pública Menezes Pimentel (Fortaleza/ CE) e Setor de Periódicos da Biblioteca Nacional.

<sup>17</sup> Relatório com que o Exm. Sr. Conselh. Henrique d’Ávilla, Senador do Império e Presidente do Ceará, passou à administração desta Província... Fortaleza: Tipografia Economia, 1889. p. 03 (Acervo do Instituto do Ceará).

<sup>18</sup> Ponte. Op. Cit. p. 99.



estes setores dominantes imporem suas práticas de erradicação para “atenuar os efeitos da tremenda crise da seca”<sup>19</sup>.

Para efeito ilustrativo, vale a pena mencionar que uma das medidas mais usuais para conter os efeitos sociais da estiagem, foi a ação implacável dos aparelhos repressores sobre a população. A seção “Da Parte da Polícia” do jornal A República, órgão ligado à oligarquia acciolina, entre os anos de 1898 e 1911, estampou dezenas de prisões realizadas por diferentes motivos, mas, em destaque, a vadiagem, a mendicância, a desordem, a embriaguez feminina e a prática de furto cometida por menores infratores, sobressaíram nas páginas dos órgãos da imprensa à época. Contudo, as formas de sentir e pensar aquelas agruras, não puderam deixar de se revelar nos versos do poeta Álvaro Martins, enquanto representação vivenciada daquela população urbana desprovida de recursos, ou seja, o abandono por parte das autoridades competentes, encarregadas dos socorros públicos. Se por um lado os agentes repressores buscavam atender seus anseios aplicando medidas coercitivas, por outro, as imagens versejadas pelo poeta elucidaram a penosa existência no cotidiano das camadas pobres, aqueles que mais sofreram com a fome e a peste, os efeitos mais visíveis da seca em Fortaleza.

Noite. A Peste consome...  
Dentro, no fundo escorço de um casebre  
Uma criança exaure-se... de fome!

No delírio e na febre,  
O pequenino ser abandonado,  
Ergue aos céus os bracinhos,  
E uma voz tão cheia de carinhos,  
Diz para a doce Mãe dos desgraçados:

- Ó Mãe... eis-me contigo  
Ai! Leva a minha dor:  
Ao teu celeste abrigo,  
Ao teu divino amor!

Minh' alma em pranto veste...  
E dá que eu te acompanhe.  
Tu és mãe celeste,  
E eu não tenho mãe...

O pai – velho João – naquele dia  
Vendo, que lhe morria  
A filha, único ser que lhe restava,

<sup>19</sup> “Socorros Públicos” IN: A República – Órgão da Sociedade Anônima Ceará-Libertador. Fortaleza. Ano IX, nº 12, 14/janeiro/1901, p. 01.

Ele – que até então nunca pedia  
 E que não mendigava,  
 Saiu... correu às ruas da cidade –  
 A todos revelou sua agonia;  
 Porém a caridade,  
 Já era esgotada,  
 E ninguém lhe deu nada! (... ..)<sup>20</sup>

O pequeno casebre e a resistência do pai da criança em não pedir esmolas, mesmo necessitado, revelam traços sobre o modo de viver e pensar das populações pobres que habitavam os subúrbios e arrabaldes de Fortaleza, como Benfica, Lagoa Funda, Outeiro, Aldeota, Parangaba, Meireles, Messejana, Mondunbim, Alagadiço, Alagoinha, dentre outros. Num estudo sobre a educação primária no início do século XX, Joaquim Alves fez uma breve descrição das áreas geográficas dos subúrbios de Fortaleza e de seus moradores: “Toda a Aldeota era constituída por sítios de mandioca, com plantações de milho. O calçamento de Messejana, atual Joaquim Távora, estava dentro da área suburbana e rural, com sítios de mangueiras e outras fruteiras. O Alagadiço fornecia cana para as engenhocas e fabricava farinha de mandioca nos seus aviamentos. Os 48 mil habitantes distribuíam-se irregularmente pela área do Mucuripe, que contava, naqueles tempos, com a grande mata do Cocó, que o povo chamava de mata do Capitão Moura, que abastecia a cidade de lenha e madeira para as construções de taipa e de tijolo. Toda área praieira, do Mucuripe à Barra do Ceará, era habitada por pescadores que praticavam uma pequena agricultura do milho, feijão e mandioca” (Alves IN: Martins Filho e Girão, 1966. p. 362). Nos períodos de seca, essa população desassistida dos serviços públicos se permitia a resignar. Muitos, compelidamente, não mendigavam, pois, “a percepção de uma decadência ou de uma degeneração física e moral por conta da miséria, da fome e das agruras da migração, parece ter se generalizado nestes primeiros anos de relacionamento com os refugiados da seca” (Neves. Op. Cit. p. 92). Constata-se que este valor simbólico é bastante presente no imaginário da fome no povo cearense, em que a privação é sinônimo de vergonha.

Comum aos períodos de estiagem, além do engrossamento do número de pedintes e mendigos, os impactos funestos sobre a cidade eram somados aos surtos de epidemias, tendo em vista o péssimo estado sanitário do perímetro urbano de Fortaleza e subúrbios (Teófilo, 1904. Op. Cit.). Durante as secas de 1889 e 1900, por exemplo, a varíola

<sup>20</sup> MARTINS, Álvaro. “Último Quadro” IN: A República – Órgão da Sociedade Anônima Ceará-Libertador. Fortaleza. Ano IX, nº 77, 03/abril/1901, p. 01.

aliou-se à miséria numa proporção tamanha que nem as medidas preventivas que priorizaram o centro urbano, enquanto espaço por excelência, como os asilos, abarracamentos e a vigilância da polícia sanitária, foram capazes de evitar o alastramento da peste sobre a área privilegiada das atividades comerciais da cidade. Como bem relatou o jornal de época, “a varíola continua a grassar com intensidade nesta capital. Até bem pouco tempo ela se limitava aos subúrbios, agora, porém vai aos poucos invadindo as ruas mais centrais da cidade. Ninguém supunha que o inverno debele essa terrível doença”<sup>21</sup>.

Além da tragédia anunciada, os versos do poeta Álvaro Martins trouxeram uma forte sensação de esgotamento das forças humanas capazes de solucionar os males existentes na cidade. Assim como impotência dos demais habitantes, já supliciados com o flagelo em atender o pai da criança moribunda, o poema também sugeriu a inabilidade do poder público em equacionar o sofrimento da população. Deveras, esse poder não existe naquele texto literário, mas, tratando-se de um autor ligado às esferas governamentais da época, com obra publicada num órgão governista comum às práticas políticas naquele momento, revelou-se a imagem de uma administração carente de auxílios, que deveria ser ajudada no combate “dos problemas que se oferecem à manutenção da ordem e ao desenvolvimento da prosperidade”<sup>22</sup>, como pode ser lido nos incansáveis apelos dos governadores estaduais do Ceará comunicados à Assembléia Estadual e nas manchetes em que os deputados federais da bancada cearense rogavam ao Congresso Federal o repasse dos “auxílios pecuniários para os socorros dos necessitados”<sup>23</sup>. Como se sabe, a seca se tornou um precioso álibi dos governos locais a angariar recursos junto à esfera federal (no período republicano), a reforçar o poder patrimonial das oligarquias locais que, diante das intrigas e dos revezamentos na esfera político-administrativa, utilizaram o discurso de modernidade em combate às secas para permanecerem no poder e acumular proventos (Parente, 2000. p. 66 – 73).

Neste sentido, as obras públicas foram inúmeras vezes anunciadas como soluções definitivas, ações eficazes e necessárias para o alavancamento da sociedade. Algumas foram ao longo dos tempos realizadas, tanto no interior do Estado (açudagem, barragens, rede ferroviária etc), bem como, na capital, onde os efeitos negativos se

<sup>21</sup> “Varíola” IN: A República – Órgão da Sociedade Anônima Ceará-Libertador. Fortaleza: Ano IX, nº 64, 16/março/1901, p. 01.

<sup>22</sup> Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Ceará pelo Presidente do estado Exmo. Sr. Dr. Antônio Pinto Nogueira Accioly, em 1º de julho de 1900. Fortaleza. Tipografia d’ A República, 1900, p. 03.

<sup>23</sup> Os discursos dos deputados cearenses Francisco Sá e Virgílio Brígido solicitando “auxílio das Verbas Federais” foram publicados em diferentes órgãos de cidades como Belém, São Paulo, Rio de Janeiro, São Luiz, dentre outras, como pode ser lido na seção “Secas do Ceará” IN: A República – Órgão da Sociedade Anônima Ceará-Libertador. Fortaleza. Ano IX, nº 94, 24/abril/1901, p. 01.

avolumavam, em virtude da concentração demográfica fruto da emigração sertaneja. No perímetro urbano de Fortaleza, houve recrutamento da força-de-trabalho dos retirantes junto às secretarias de socorros e obras públicas destinado à construção de prédios públicos, pavimentação das ruas, melhorias do porto, dentre outras atividades. Nos subúrbios e arrabaldes, as obras giravam em torno da abertura de poços, instalação de cata-ventos e chafarizes, a fim de conter esta população pobre distante das ruas do centro comercial<sup>24</sup>. Vale lembrar que este contingente de depauperados pouco a pouco veio a compor a força-de-trabalho disponível para as atividades urbanas da capital. Não se pode esquecer também que, em consenso, as facções políticas no poder discursaram favoráveis a solucionar os problemas advindos com a estiagem, mas, o efeito positivo das obras sempre fora comprometido pelas intrigas partidárias antes mesmo de dar algum resultado, tendo então maior prejuízo à população flagelada que dele se beneficiaria.

A hostilidade presente nos discursos da imprensa periódica mostra quais os reais interesses que orientaram as obras públicas no período. Nos últimos meses do Império, quando ocorreu o fechamento da Hospedaria de Emigração, em 11/julho/1889, as intrigas políticas entre as facções do Partido Liberal, encabeçadas pelas famílias Paula Rodrigues e Pompeu-Accioly, envolveram o então Presidente de província Senador Henrique d'Ávila, após suspender por decreto as medidas contra os efeitos da seca implementadas pelo seu antecessor, Caio Prado. Acusado de ser “levado por informações suspeitas de uns e pela passividade silenciosa de outros”<sup>25</sup>, Ávila repetiu práticas habitualmente conhecidas: dispensou pessoal e cortou recursos destinados aos socorros.

As atitudes do antigo presidente Caio Prado, sob a influência das facções Pompeu-Accioly e Ibiapaba<sup>26</sup>, fortaleceram mais ainda o argumento do jornal opositor Cearense (órgão da facção Paula Rodrigues) e excluíram a participação de outros segmentos da elite local também de olho nas benesses públicas, a exemplo daqueles ligados ao grupo de João Cordeiro. Este último era o proprietário do antigo jornal abolicionista Libertador, que no seu entorno agregou grande parcela dos homens de letras com prestígio, jornalistas, escritores, poetas, abolicionistas, republicanos de “última-hora”, enfim, sujeitos pertencentes às classes médias urbanas em projeção diante dos acontecimentos no final da década de 1880. Como grupo em ascensão e fora do núcleo de poder que concentrou naquele ensejo as decisões

<sup>24</sup> “Serviço de Sondagens da Superintendência de Obras contra as Secas” IN: A República – Diário da Tarde. Fortaleza. Ano XVI, nº 66, 20/março/1908, p. 01.

<sup>25</sup> Libertador – Diário da Tarde. Fortaleza. Ano IX, nº 164, 23/julho/1889, p. 02

<sup>26</sup> Cisão do Partido Conservador, liderada pelo rico comerciante Joaquim da Cunha Freire, o Barão da Ibiapaba.

político-administrativas, a redação do Libertador não hesitou em fazer uso das cenas cotidianas da cidade para macular a credibilidade pública do atual governo e seus aliados.

Numerosa multidão de famintos, que avulta de dia em dia, aglomeram-se andrajosa e mendiga em torno do palácio do governo ou dispersa-se pelos subúrbios, asilando-se à sombra das árvores, improvisando ranchos miseráveis, nos terrenos devolutos, mendigando às portas das casas comerciais e particulares. Turmas de operários, dispensados de várias obras em execução, deslocam-se com suas famílias em busca de outros recursos que lhes garantem a vida. Caravanas de retirantes que se destinaram a Hospedaria da Emigração foram desviadas desse destino e vieram empossar a procissão de mendigos. (...) praças e ruas adjacentes ao palácio do governo e à Intendência estão constantemente apinhadas dessa multidão esfarrapada, que crescerá todos os dias, até que a cidade fique no estado em que se achou no princípio de 1878, gravemente cometida em sua constituição médica, preparada para a devastação das epidemias que costumam irromper em circunstâncias idênticas, como sucedeu naquela quadra de tristíssima recordação<sup>27</sup>.

O órgão oposicionista tinha como argumento as decisões tomadas pela administração do Senador d'Ávila, como o fechamento da Hospedaria da Emigração e da dispensa dos “operários”, retirantes recrutados, que se destinavam às obras contra as secas. A ilustrar cores tétricas ao cotidiano local, o discurso do Libertador teceu uma imagem de caos urbano e desgoverno, acentuada pela paisagem do palácio e no seu entorno a “multidão faminta, andrajosa e mendiga”, alimentando o descrédito junto aos comerciantes e aos demais habitantes da cidade, assim como a idéia de inabilidade administrativa e desperdício quando o governo provincial “entendeu oportuno nesta época, em pleno rigor da seca, empregá-las em trabalhos da lavoura”<sup>28</sup>.

Sempre apropriada como argumento das querelas políticas, em diferentes momentos da história do Ceará, a estiagem foi, talvez, o maior chamariz do ataque e contra-ataque entre os grupos rivais. Nos labirintos semânticos, antônimos e sinônimos da concepção de descrédito, desgoverno, inabilidade, incompetência, desonestidade, transitaram entre as trincheiras facciosas a revelar que “a seca é, pois, um fator importante na decomposição das elites políticas e econômicas cearenses”, confirmando a fragilidade dessas elites e a sua “necessidade de estabelecer pactos, fortalecer o Estado (...) o que proporcionará uma

---

<sup>27</sup> Idem.

<sup>28</sup> Idem. Ibidem.

apropriação dos recursos públicos de forma patrimonial” (Parente, Op. Cit. p. 58 e 59). A maneira como os órgãos facciosos de época se comportaram em torno das políticas públicas no contexto da seca de 1889, pode bem ilustrar essa realidade em que as sucessivas estiagens acometidas no território cearense se converteram em argumentos incisivos contra qualquer dos grupos que estivesse no poder. O caso das migrações programáticas, dentre outras iniciativas, organizadas pela administração do mais polemizado dos presidentes de província do Ceará, Caio Prado, já mencionado, foi um dos momentos mais emblemáticos destes embates na imprensa local. Segundo a acusação do jornal Cearense, na edição de 13/janeiro/1889, por conta da emancipação dos escravos, o referido presidente tentou reverter os efeitos negativos nas lavouras de café da sua parentela, em São Paulo, com a força-de-trabalho dos retirantes cearenses.

(...) a Gazeta do Norte, do Ceará, faz exceção, e apóia aqui, e está a serviço do Sr. Caio Prado, cuja administração é a mais despótica, reatora, esbanjadora e patusca que há notícia! Por quê? Quando, além disso, o Sr. Caio Prado despoeva tiranicamente o Ceará, constringendo os exilados da seca a se expatriarem para o sul, quando eles, quase em unanimidade, preferem ir para o norte?! (...) <sup>29</sup>.

O jornal Gazeta do Norte, órgão ligado à facção liberal Pompeu-Accioly, fez naquela época adesão irrestrita às deliberações da administração Caio Prado. Por sua vez, a simpatia deste político paulista com a família Pompeu veio desde a época em que seu pai, o Barão de Loreto, consolidou amizade com o falecido Senador Pompeu, entre as décadas de 1860 e 1870. A curiosa aliança entre um chefe conservador paulista e um grupo liberal dissidente do Ceará, se justificou, naquele momento, mais pela comunhão dos interesses oligárquicos que pelas possíveis similitudes entre as legendas partidárias. Como administrador forasteiro, para consolidar sua força política e prestígio público, Caio Prado atendeu os caprichos dos Pompeu-Accioly, sendo-lhe mais grave a acusação de “abrir verba de 600 contos de réis a pretexto de socorros públicos para corromper o eleitorado”, a favorecer a eleição de Antônio Pinto Nogueira Accioly nas eleições senatoriais de 1889 (Montenegro, 1980. p. 45). Impedido de assumir o cargo de senador pelo golpe de 15/novembro/1889, Nogueira Accioly, assim como outros chefes políticos ligados aos partidos monárquicos, levou alguns anos para retomar seu prestígio junto ao novo regime político.

<sup>29</sup> “Dicant Paduani!” IN: Cearense – Órgão Liberal. Fortaleza: Ano XLIII, nº 11, 13/janeiro/1889. p. 01.

O alvorecer da República no Ceará foi recebido pelo calor da estiagem ainda corrente e as hostilidades políticas, acirradas por conta do oportunismo das facções na tumultuada implantação do regime. Em cena (e na “ponta de lança”) personalidades já conhecidas, mas que, diante dos duelos entre os partidos monárquicos locais, ficaram tímidos em tomar posição adversa, pois, “a Monarquia constituía a forma de governo desejada pela maioria da população cearense” até o dia 16/novembro/1889 (Idem. p. 62). Para o grupo político que tomou a frente da primeira administração no alvorecer do novo regime, sob a presidência do Coronel Antônio Ferraz, apoiado pelo Centro Republicano Cearense (CRC)<sup>30</sup>, composto em maioria pelos homens de letras ligados a João Cordeiro e à redação do jornal Libertador, a República e seu “reinado da moralidade e da ordem” haveria de aniquilar as mazelas sociais acometidas pelo mau gerenciamento político vigente no regime anterior. Como não poderiam fugir a regra, mais uma vez, a seca e suas tragédias se tornaram munição indispensável no combate político, desta vez, justificar não só a República, mas, sobretudo, aniquilar a influência dos antigos chefes ligados aos extintos partidos monárquicos.

(... ..) Felizmente, agora pode-se dizer que os dinheiros públicos têm uma séria e verdadeira aplicação. Já os especuladores das misérias da seca viram extinto o seu predomínio, e não contam mais com o governo para os seus cálculos interesseiros e pouco honestos. Ainda bem que a República, além de outros benefícios incalculáveis, trouxe para o Ceará o reinado da moralidade, da ordem e da paz. E, por isso, os beneméritos cidadãos, que sempre pugnaram por aqueles são princípios, são hoje os primeiros a dar [sic] o exemplo da sua aplicação prática<sup>31</sup>.

Nem mesmo o advento da República, no desabrochar das suas primeiras horas de existência, ficou ileso ao mal-estar político e social que a escassez possibilitava. Preocupados com os prejuízos da lavoura, outros setores sociais como os comerciantes, grupo de grande prestígio e influência na capital, chamou os novos dirigentes às responsabilidades sobre as medidas cabíveis, a fim de conter os danos que aquele ano de 1889 causara às suas rendas e empreendimentos. Em certa medida, foi também uma forma deste segmento reclamar atitude dos novos administradores frente à intempérie e conhecer sua postura e estratégias. Todavia, não pode ser esquecida a simpatia recíproca entre os “homens de negócio” de Fortaleza e João Cordeiro desde a campanha abolicionista, sobretudo, com a família Gurgel do Amaral.

<sup>30</sup> Essa entidade política será melhor estudada no próximo tópico.

<sup>31</sup> “O Serviço da Seca” IN: A Pátria – Folha da Manhã. Fortaleza: Ano I, nº 22. 17/janeiro/1890. p. 02

O Comércio desta praça reunido em sessão plenária deliberou representar a esse Ministério [do Interior], como ora representa, solicitando, providências imediatas, eficazes, tendentes a ser-lhe paga a dívida contraída pela nação sob a verba de ‘Socorros Públicos’. O Comércio está extremamente agitado e apreensivo, sob a pressão de uma crise tão intensa que, prolongando-se, se converterá em verdadeira convulsão. (... ..) O Comércio confia em que ao ânimo patriótico desse preclaro Ministério não faltará a superior intuição das circunstâncias hipercríticas do momento, nem a vidência dos grandes males iminentes, hoje ainda obviáveis, amanhã, certamente, irremediáveis. (...) envia a esse Ministério saudações: Singlehurst & Cia; Albano e Irmão; Gradvohl Frères; Barroso e Irmão; J. Bruno e Abdon & Cia; S. R. Cunha & Cia; Mota, Vieira & Cia; Guilherme Rocha & Cia; Simões, Irmão & Cia<sup>32</sup>.

Conforme se viu, era comum a todo o grupo político que, chegando ao poder, direcionava ataques à administração anterior pelo mau uso dos recursos públicos. No início da República, o tema da seca foi demasiadamente tomado como questão moral incontestável, tendo em vista o desejo de legitimidade e reconhecimento dos primeiros governos republicanos cearenses em se afirmar no poder, ainda mais que estes foram movidos pela atmosfera de “ordem e progresso”.

As páginas incendiadas de ódios no fogo cruzado entre as extintas facções liberais e conservadoras que se revezavam outrora na esfera público-administrativa, tomaram proporções maiores ainda diante do empenho que os neófitos da República (intelectuais, militares, jornalistas, bacharéis) fizeram frente aos grupos políticos identificados com as “forças do atraso”. Como estratégia de anular seu prestígio político conquistado há décadas, bem como, o temor da “concorrência dos adesistas”, através do jornal A Pátria, os membros do CRC não pouparam esforços para conter a possibilidade do retorno à cena pública dos antigos chefes políticos.

(...) Não bastam cortar os abusos que se davam, no antigo regime, é necessário indispensável mesmo, tomar contas severíssimas a todos os indivíduos que têm ou tiveram a seu cargo dinheiros ou gêneros do Estado e que, por criminosa condescendência dos governos transatos, ou os conservam ainda abusivamente em seu poder, como coisa própria, ou não dão razão dos dispêndios feitos (... ..) na confusão a que o governo anterior, notadamente nas duas últimas administrações [Caio Prado e Senador Henrique D’Ávila]

<sup>32</sup> “O Comércio e o Governo” IN: A Pátria – Folha da Manhã. Fortaleza: Ano I, nº 01, 28/novembro/1889. p. 03.



liberou, reduziu o importante serviço da assistência pública, causa assombrosa soma dispendida neste Estado a título de socorros aos indigentes. Cerca de 12 mil contos se escoaram inutilmente pelas mãos de comissários nomeados, antes no sentido de favorecer os pequeninos interesses das facções políticas do que dar ordem e direção convenientes ao serviço da seca e no entanto nem uma obra de utilidade existe que ateste, justifique ao tamanho dispêndio dos dinheiros da nação (...)<sup>33</sup>.

Por sua vez, as facções políticas que outrora se entrincheiraram entre as legendas dos partidos Conservador e Liberal, após o golpe de 1889 procuraram retornar à cena pública na atmosfera do novo regime. Através da imprensa, foram estridentes as retaliações ao primeiro governo-provisório do Ceará e ao CRC emanadas pelos jornais Cearense, Gazeta do Norte e, posteriormente, o Estado do Ceará (resultado da aliança entre o órgão dos Pompeu-Accioly e o jornal Pedro II, ligado à ala “miúda” ou “carcará” do extinto Partido Conservador, liderada pelo Barão de Aquiráz). Em boa medida, os ataques das antigas facções, naquele momento, deveram-se às nomeações que o Governo Provisório fizera sem incluir nomes ligados aos antigos chefes monarquistas, como pode ser lido em A Pátria, Ano I, nº 30, 30/janeiro/1890, p. 02, referentes às comissões nomeadas nos municípios de Morada Nova, Areias Brancas, São Gonçalo e União.

Naquele momento, João Cordeiro era Superintendente dos Negócios da Seca. O fato deste não ter nomeado apadrinhados políticos dos antigos chefes políticos naquelas comissões, lhe fez colecionar desafetos pessoais e, sobretudo, formalizar a oposição declarada ao Governo Provisório, do qual ele era 1º Vice-Governador e havia sido Ministro da Fazenda<sup>34</sup>. Posteriormente, tendo em vista o programa econômico e financeiro lançado pelo então Ministro da Fazenda Rui Barbosa, que previu socorrer o tesouro nacional com a contenção de gastos, suspendendo por tempo indeterminado o repasse aos estados, João Cordeiro suspendeu os socorros e exonerou agentes das comissões nos municípios cearenses que há pouco havia nomeado. No flanco opositorista, o Cearense, na edição nº100, Ano XLIV, de 08/maio/1890, p. 01, o acusou de continuar o envio de verbas para seus aliados e

<sup>33</sup> “A Pátria” IN: A Pátria – Folha da Manhã. Fortaleza: Ano I, nº 04. 06/dezembro/1889. p. 01.

<sup>34</sup> Conforme se fez entender a idéia de autonomia federativa na Constituição de 1891, era bastante variada de um Estado para outro a terminologia empregada para cargos ocupados na administração, tendo “ministro” ou “secretário” a mesma função. De acordo com Tassigny (2005. p. 15), houve confusão no discernimento da idéia federativa, principalmente nas “rodas de calçada” em que “muitos pensavam que (...) o Estado do Ceará, iria transformar-se em um estado confederado, autônomo, completamente livre ou que cada estado seria quase independente, devendo cuidar de suas próprias relações exteriores, organizar suas tropas e esquadras, ligando-se aos outros estados em comunhão geral somente em caso de invasão estrangeira”.

estar ausente “para dar a justificativa da remessa de gêneros para o interior após a declaração oficial de estarem suspensos os socorros e dispensados os comissários e empregadores deste serviço”. Segundo aquele órgão, “essas remessas eram para liquidar faturas e arredondar algarismos de alguns fornecedores (...) dos amigos Amarais”, referindo-se ao comerciante Gurgel do Amaral, aliado político de João Cordeiro, acusado de ter desviado mercadorias com repasse de verbas públicas federais. Fica notório que, bem mais que a oposição político-ideológica ao grupo que havia ascendido ao poder com o advento da República, foi a inclusão ou exclusão de nomes ligados aos diferentes grupos políticos junto às verbas públicas que inaugurou a oposição declarada ao primeiro governo provisório no Ceará.

Depois de consolidado o pacto oligárquico que favoreceu a ascensão da família Pompeu-Accioly no poder junto à “Política dos Governadores”, em 1900 uma nova estiagem fechou com tristeza aquele último ano do século para os cearenses. Na matéria publicada no jornal A República, início de 1901, sobre a necessidade de se plantar o algodão herbáceo nas áreas cuja safra do café havia sido comprometida pela estiagem, aquelas imagens pavorosas foram vivenciadas mais uma vez como “as conseqüências desastrosas da terrívelíssima seca que devastou, impiedosamente, o nosso infeliz Estado, no último ano do século recém-findo – se faz ainda sentir com a brutalidade esmagadora que resulta sempre dos grandes cataclismos! A fome, a miséria e a malária diversa, continuam a dizimar, às centenas, os nossos desgraçados conterrâneos! Deslocalizada pela necessidade do estômago, a população rural vagueia ainda, famélica e andrajosa, por cidades e vilas, a mendigar trabalho e pão! (...)”<sup>35</sup>.

Ocorrida durante a administração de Pedro Borges (1900 - 1904), que o “próprio se declarava que era governado pela vontade do Sr. Accioly” (Teófilo, 1914, p. 11), a seca que virou os séculos apresentou um dos episódios mais sintomáticos concernente ao pacto oligárquico estabelecido por Campos Sales, em 1898. Tendo em vista o “sistema de apoio às oligarquias” (Carone, 1971, p. 177 - 181), a coesão entre os interesses do Governo Federal e dos deputados e senadores cearenses daquele período foi determinante para garantir o envio das verbas federais, em forma de recursos públicos destinados ao combate dos males causados pela seca. Assim, o pacto estabelecido entre Campos Sales, seus sucessores na Presidência da República e as oligarquias estaduais funcionou generosamente em relação aos pedidos atendidos pela bancada cearense no Congresso Nacional, a garantir o envio de recursos para combater os prejuízos da estiagem. O jornal governista do período não hesitou

---

<sup>35</sup> “Plantio de Algodão” IN: A República – Órgão da Sociedade Anônima Ceará-Libertador. Fortaleza. Ano VII, nº 23, 26/janeiro/1901, p. 01.

em apresentar o trânsito suave entre a oligarquia local e as esferas federais ao noticiar: “Cumprimos grato dever, nestas linhas, informando aos nossos conterrâneos, que atendendo às judiciosas ponderações feitas em carta pelo nosso erudito amigo [deputado federal], Dr. Francisco Sá, o benemérito Sr. Presidente da República resolveu que continuassem as obras de açudagem iniciadas no humanitário intuito de atenuar os efeitos da tremenda crise da seca que ainda se faz sentir em todo estado”<sup>36</sup>.

Desta forma, torna-se bastante lúcida a noção de como funcionou o imaginário político cearense sobre a seca, estando em pauta as práticas adotadas e sua publicidade levada à população. No poema “Em Nome do Povo”, publicado em A República (Ano IX, nº 51, 01/março/1901, p. 01), as homenagens rendidas ao gesto “patriótico” do deputado Francisco Sá, quando este garantiu o respectivo envio de verbas, evidenciou o sofrimento dos setores sociais mais atingidos com a seca enquanto se afirmava o discurso legitimador daquelas práticas políticas.

(...) Jamais o Ceará bondoso esquece,  
Aquele que de nós se compadece,  
E chora a nossa dor;  
E do seio do horrendo cataclismo,  
Levanta a voz para salvar do abismo,  
O pobre e o lavrador!...

No último verso se destacou a fórmula do imaginário político predominante naquela realidade: acometidos pela crise, tanto a população pobre quanto os indistintos produtores agrícolas, grandes e pequenos, careceriam do representante para “salvá-los” da hecatombe. Tanto a manutenção da subserviência das camadas subalternas quanto das bases eleitoreiras do poder oligárquico local, fizeram do grupo acciolino “um dos temas mais emblemáticos do coronelismo na Primeira República” (Parente, 2000. p. 67). O apelo por legitimar este exercício de poder sobre a população pode ser encontrado em diferentes números de A República, em que foram transcritas várias matérias publicadas em outros jornais nas capitais brasileiras, sendo destacadas as “ações beneméritas” dos políticos cearenses na Capital Federal, como se viu em A República de 24/abril/1901 (Ano IX, nº 94, p. 1), em que a coluna “Secas do Ceará” reproduziu o texto do Jornal do Comércio, aludindo ao discurso do também deputado federal cearense, Virgílio Brígido.

---

<sup>36</sup> “Socorros Públicos” IN: A República – Órgão da Sociedade Anônima Ceará-Libertador. Fortaleza. Ano IX, nº 12, 18/janeiro/1900, p. 01.

Retomadas as chuvas, nos anos seguintes àquela seca, foram noticiados no órgão governista apenas “as bonanças que voltaram com as aguadas do inverno”. Nos períodos que não foram acometidos pela estiagem, as matérias sociais são quase inexistentes, cedendo espaço para as intrigas políticas, circulares oficiais, publicações literárias e anúncios. Contudo, ponderações devem ser feitas.

Primeiramente, finda a gestão de Pedro Borges, retornando ao executivo estadual Nogueira Accioly (1904 – 1908), a oligarquia sofreu uma cisão encabeçada por João Brígido e Waldomiro Cavalcante, que nas páginas dos seus respectivos jornais, Unitário e Jornal do Ceará, trocaram farpas e acusações com a redação d’A República. Até o final do terceiro governo de Nogueira Accioly (1908 - 1912), as intrigas foram feitas, em grande parte, em torno da Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS), delongando-se até às vésperas da queda da oligarquia pelas armas. Como se viu em A República do dia 04/janeiro/1911 (Ano XIX, nº 03, p. 01), em notas intituladas “Explicação Necessária” e “Mais Infâmia” o jornal rebateu as denúncias feitas pelos órgãos opositores já mencionados, quando estes acusaram o Presidente Nogueira Accioly e o chefe da 1ª Seção do IOCS, Carlos Pinto de Almeida, de especularem sobre o preço das sacas de cimento a serem utilizadas para construção de barragens. Logo, não mais sobre a crise climática em si, mas, ainda em torno da sua chegada, a estiagem continuava a ser uma forte arma política.

Em segundo, passada a escassez, os efeitos sociais da seca continuavam a existir, circulando pela cidade, aterrorizando as elites cidadãs e contrariando seus preceitos civilizados. Mendigos, prostitutas, loucos, órfãos abandonados, gatunos, doentes contagiosos, dentre outras pessoas assoladas pela miséria, não mais eram vistas como necessitados, mas, casos de polícia, uma “responsabilidade adicional de procurar soluções, isto é, de enfrentar diretamente a questão da pobreza, da mendicância e seus excessos, além dos comportamentos desviantes ou criminosos, como o roubo e a prostituição” (Neves. Op. Cit. p. 97).

Diante da excelência de Fortaleza como pólo comercial exportador, este atributo conferiu à capital cearense distinta preocupação frente aos investimentos públicos. No entender dos grupos hegemônicos, estes contratemplos de ordem social jamais poderiam comprometer as atividades econômicas e os interesses materiais que haviam destacado a cidade desde o início da segunda metade do século XIX. Neste sentido, torna-se, portanto, necessário saber que atividades produtivas foram desenvolvidas na capital cearense durante o período estudado, a perceber o grau de comprometimento que as secas e seus reflexos sociais lançaram sobre as mesmas, bem como, ter uma percepção de como esses trabalhadores

urbanos circularam naquele espaço social, juntamente com outras parcelas dos segmentos pobres da população.

## B) A ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS E O CONTROLE SOCIAL

Na sessão “Boletim Comercial”, o Cearense de 19/novembro/1889 (Ano XLIII, nº284, p. 03) destacou o volume dos produtos mais comercializados no Ceará, com destaque para o algodão, as carnes, couro, café, aguardente, feijão, farinha de mandioca, estando, entre os últimos, os “manufaturados”. Mesmo sem um dado mais preciso, percebe-se que a arrecadação do Estado e a receita gerada pela produção agropastoril possuíram a excelência das atividades econômicas, bem superiores ao que se produziu em torno do beneficiamento matéria-prima. A princípio, deixando em segundo plano os antigos portos coloniais remanescentes do Ciclo do Couro e das Charqueadas, Aracati e Camocim, deve ser considerado que boa parte dos produtos exportados no último quartel do século XIX foram escoados do Porto do Mucuripe, em Fortaleza. Interligado à rede ferroviária do Ceará, o Porto do Mucuripe compreendeu um precioso apêndice da Estrada Fortaleza-Baturité. Este último, município que leva o nome do maciço serrano onde se localiza, arrecadava boa parte do volume de algodão, açúcar, farinha, carnes, couros e outros produtos agrícolas produzidos nas regiões cearenses do Sertão Central, norte da bacia do rio Banabuiu e noroeste da região jaguaribana, compreendendo assim um pólo convergente para onde se destinava a produção agrícola, oriunda das vilas e dos municípios que ficavam no seu entorno.

Com estes dados, inicialmente, pode ser entendido que a hegemonia comercial de Fortaleza teve destaque sobre outras duas cidades portuárias do Ceará, dando a entender que foi o comércio e os serviços que deveras concentraram boa parte da oferta de mão-de-obra na cidade. Como o jornal mencionado apresentou também dados sobre os “manufaturados”, percebe-se também que a exportação de produtos como chapéus de palha, algodão beneficiado, óleos vegetais (oiticica, babaçu e mamona), calçados, cintos, etc, não foram considerados irrisórios na arrecadação alfandegária.

Sobre a experiência fabril no Ceará, o artigo “Ciências e Artes – o Ceará em 1886”, memorando publicado no jornal O Operário- Órgão da Classe Operária (Ano I, nº 02, 06/ março/ 1892, p. 03), apresentou dados sobre a aquisição das primeiras máquinas a vapor ainda na antiga província, alegando também o crescimento das atividades manufatureiras a

partir dali, desenvolvidas em virtude do aumento da força-de-trabalho disponível após a estiagem de 1877/ 1879.

Em 1886 existiam no Ceará muito poucas máquinas a vapor, devido ao não conhecimento da força motora às necessidades da agricultura. (...) Veio o ano de 1877 e 1878, trazendo o terrível flagelo das secas, nem por isso o Ceará deixou de aproveitar a grande necessidade de emigrar para esta capital e as capitais vizinhas. Instruíam os sertanejos, mostrando os empregos dos motores, e é por essa razão que em 1882 entraram para este Estado 29 motores, em 1882 9, em 1883 5, em 1884 3 e em 1885 2, e daí até a presente data continua a entrar máquinas a vapor para diferentes aplicações.

Diante dos dados recém-apresentados, aliados à repercussão da estiagem no espaço social da capital, deve ser considerada relativa aderência da força-de-trabalho retirante junto às atividades fabris desenvolvidas. Essa consideração não pode ser completamente descartada, pois, sendo instalada algumas fábricas de beneficiamento como a Fábrica de Tecidos Progresso (1881), a Companhia Cearense de Cortumes, Companhia Cearense de Meias e a Companhia Cerâmica e Industrial do Ceará (todas de 1891), imagina-se que um número razoável de operários fosse necessário, dentre eles, filhos, netos ou os próprios emigrantes do sertão expulsos pelas condições adversas já apresentadas. Na mesma edição do jornal *O Operário*, para aquele ano de 1892, os redatores apontaram para a capital os números de “mais 2 fábricas de fiação e tecidos, 1 litografia a vapor, 1 serraria a vapor e dezenas de marcenarias, 1 fábrica de celas, muitas oficinas de calçados e muitas oficinas de ferreiros”<sup>37</sup>.

Segundo os dados apontados acima, sendo naquele momento as poucas “indústrias ligadas ao setor exportador e à produção de bens de consumo visando suprir o mercado interno” (Amora IN Souza, 1994. p. 121), percebe-se que boa parcela do modesto setor fabril em Fortaleza esteve ligada diretamente às principais atividades agro-exportadoras do Estado, ou seja, no beneficiamento da produção proveniente da cotonicultura e da pecuária. No caso da produção algodoeira, as dificuldades com o transporte, embalagem adequada e, sobretudo, o final da Guerra de Secessão e a gradual retomada das exportações do sul dos EUA para a Inglaterra, estimularam o surgimento das primeiras fábricas de tecidos no Nordeste (Idem, p. 122). De acordo com o “Quadro Demonstrativo da Exportação do Estado do Ceará, organizado na Seção de Estatística, durante o ano de 1900, conforme os despachos

---

<sup>37</sup> *O Operário* – Órgão da Classe Operária. Fortaleza: Ano I, nº 02, 06/ março/ 1892, p. 03

e saídas, processados na Recebedoria do Estado<sup>38</sup>, a excelência dos produtos agrícolas e das atividades do seu beneficiamento se fez bastante presente na economia do Estado.

Produtos Exportados	Quantidade e Valores para outros Estados		Quantidade e Valores para Europa	
Algodão em pluma	628.053 kg	552.673\$000	281.693 kg	1.337.801\$610
Couros			1.070.163 kg	1.187.189\$000
Ossos e unhas de boi			528.000 kg	1.560\$000
Gordura elástica (borracha)			408.276 kg	2.041.380\$000
Gado vacum	4.340 cabeças	390.600\$000		
Redes	58.217 peças	337.433\$000		
Aguardente	4.240 litros	5.313\$750		
Cigarros	3.511 dúzias	14.099\$000		
Chapéus de palha	202.277 unid.	51.954\$600		
Calçados	559 peças	1.109\$000		
Massas alimentícias	16.699 kg	24.522\$880		
Móveis	20 peças	200\$000		
Óleo de caroço de algodão	5.640 litros	2.246\$400		
Obras de ferro	2.693 kg	4.273\$000		
Chapéu de sol	163,5 dúzias	1.952\$300		
Rendas de algodão	135,5 kg	3.004\$000		
Rapadura	4.159 kg	1.278\$000		
Roupas feitas	31.904 peças	99.574\$000		
Sola	10.395 kg	60.796\$00		
Sabão	2.396 kg	62\$000		
Pano de algodão	95 kg	57\$000		

\* Fonte: A República – Órgão da Sociedade Anônima Ceará-Libertador. Fortaleza. Ano IX, nº 37, 13/fevereiro/1901, p. 02.

<sup>38</sup> “Exportação - Quadro Demonstrativo da Exportação do Estado do Ceará, organizado na Seção de estatística, durante o ano de 1900, conforme os despachos e saídas, processados na Recebedoria do Estado” IN: A República – Órgão da Sociedade Anônima Ceará-Libertador. Fortaleza. Ano IX, nº 37, 13/fevereiro/1901, p. 02.

A tabela apresentada permite visualizar rapidamente o quadro sócio-econômico do Ceará que, a reflexo da economia brasileira, priorizava as atividades agropastoris, sendo as atividades fabris consideradas de importância secundária. A dependência do setor manufatureiro junto aos produtos agrícolas (couros, algodão, cana-de-açúcar, fumo, borracha), demonstra que boa parte dos trabalhadores ali empregados exerceu as “evoluídas tarefas complementares”, que “concomitante com a vida urbana e a necessidade por ela imposta (...) representou uma herança de trabalho (...) valorizada por uma enorme classe de artesãos” (Nobre, 2001. p. 120). Com os dados até agora apresentados, pode ser compreendido que grande parte das manufaturas estava concentrada no perímetro urbano, a absorver certo contingente de pessoas oriundas dos sertões, sobretudo, aquela parcela de filhos ou os próprios retirantes. Diante da familiaridade com o artesanato do couro, fiação caseira do algodão, marcenaria, ferraria, dentre outras tarefas e habilidades exigidas no meio rural, esses homens e mulheres ingressaram nas atividades urbanas de Fortaleza.

Outros dados permitiram entender melhor o universo do trabalho que absorveu esta parcela de pessoas pobres, onde muitas já moravam ou passaram a residir na cidade. De acordo com os anúncios publicitários impressos na documentação hemerográfica de época<sup>39</sup>, foi relevante o número de casas comerciais e outros serviços existentes no perímetro urbano da capital, dentre elas a Merceria Braga, Casa Camocim, Tinturaria Brasileira, Loja Colombo, Sapataria Iracema, Drogaria Central, Farmácia Pasteur, Bordado & Cia, Casa Sobral. Seguindo destas, as fábricas que também anunciavam nos jornais do período foram Sabão Proença, Sabão Sousa Mattins & Cia, Cigarros Populares Ovídio & Irmão, Fábrica de destilações do Dr. Pedro de Queirós, Fábrica de Chapéus de Sol J. Motta & Mello, Fundação Cearense e outras empresas como a Padaria Palmeira, Padaria Aveirense e a Empresa Construtora Barreto, Gadelha e Pinto. Havia também os serviços de refinarias, ourivesarias, contratantes (empreiteiras de obras), alfaiatarias, casas fotográficas, oficinas de conserto de piano, marcenarias e carpintarias, torrefação de café, eletricitas, marmoristas, tanoarias, escultores, seleiros e carrieiros, dentre outros serviços e profissões.

Diante do contingente configurado pelas estiagens, composto, em maioria, por inúmeros retirantes, uns em busca de trabalho e outros depauperados lutando pela sobrevivência imediata, pode-se imaginar que se formaram diferentes segmentos no conjunto dessa população. Aqueles familiarizados às atividades desenvolvidas naquele momento, que

---

<sup>39</sup> Os proprietários destes estabelecimentos publicaram seus anúncios nos jornais Cearense, A República, Jornal do Ceará, Primeiro de Maio dentre outros órgãos.



trouxeram algum aprendizado, seja nas habilidades manuais, nas primeiras letras ou o domínio das operações numéricas, com alguma recomendação pessoal dos seus sertões de origem, foram certamente incorporados aos ofícios no comércio. Os casos de Lívio Barreto e Antônio Sales, poetas, respectivamente, oriundos dos municípios de Granja e Paracuru (Mota, 1994 e Sales, 1995) e tantos que se ocuparam dos serviços de caixeiro, ilustraram bem aquela experiência social, como também aqueles mencionados nas memórias de Rodolfo Teófilo (Teófilo, 1927). Outros, como Otacílio de Azevedo, poeta, pintor, natural de Redenção, se ocuparam dos trabalhos junto às oficinas, funilaria, pintura (Azevedo, 1992) e alguns ainda foram absorvidos nas atividades manufatureiras e tipográficas, esta última, aliás, “única atividade equipada por máquinas” antes da instalação das primeiras fábricas de fiação (Nobre 1973 APUD Amora. Op. Cit. p. 123).

Conforme dados estatísticos do Almanaque do Ceará, localizado no Setor de Obras Raras da Academia Cearense de Letras, publicado por comerciantes e donos de manufaturas com a contribuição de alguns intelectuais, entre os anos de 1900 e 1920, havia em Fortaleza um número estimado de 8,86% da população ativa com ocupação econômica. Ou seja, de 60.000 habitantes (aproximadamente entre 1900 a 1920, pois, circunstancialmente os números variavam durante as estiagens, com fluxos de êxodos rurais e urbanos), apenas 5.316 pessoas, aproximadamente, trabalhavam em ofícios de manufaturas, beneficiamento e serviços na cidade, incluindo também nestes números as atividades comerciais e tipográficas, que absorveram parte relevante deste contingente. Sobre os dois últimos setores mencionados, não ligados diretamente à produção manufatureira, os almanaques de 1910 (p. 128) e 1920 (p. 260 - 261) revelaram que estes estabelecimentos foram em número expressivo entre aqueles anos.

Deve se lembrar que nestas estatísticas não estão incluídos os pequenos funcionários públicos com empregos políticos, aqueles arranjados pelas oligarquias, que não eram poucos, como amanuenses, porteiros, vigias etc. Outro detalhe, é que tanto as estatísticas de época quanto a historiografia corrente, não revelaram informação alguma a respeito do mercado informal de trabalho existente em Fortaleza, uma vez que este setor foi marcante na vida dos centros urbanos brasileiros, a saber, a preocupação constante da sua regularização pelos governos republicanos (Silva, 1998. p. 40 - 42). Mesmo assim, diante do pequeno percentual de pessoas com ocupação, num cotidiano em que as relações sociais eram orientadas pelas práticas mercantis, pode-se perceber o grau de preocupação das elites em torno da grande quantidade de desocupados que havia no perímetro da cidade.

Diferentemente desta pequena parcela com ocupação econômica, muitos indivíduos não tiveram participação junto às atividades produtivas na capital, como foi a realidade daquela grande maioria que os regeneradores urbanos denominaram de “classes perigosas”: mendigos, prostitutas, bêbados, vagabundos, órfãos, doentes infecciosos. Se o problema era pertinente à organização da racionalidade sócio-espacial, com o relativo crescimento das atividades econômicas e a implementação das primeiras manufaturas de beneficiamento do algodão em Fortaleza, que trouxe a reboque o desdobramento de outras atividades (panificação, extração de óleos, fábrica de sabão etc), houve, naquele momento, a necessidade de reorganizar essa população pobre que, em grande parte, não foi absorvida pelo mercado de trabalho.

Conforme será dado a perceber ao longo dos capítulos, diante dos efeitos pouco satisfatórios observados outrora na seca de 1877 – 1879<sup>40</sup>, sobre a utilização dos campos de concentração, asilos e lazaretos nos subúrbios e arrabaldes do perímetro urbano, diferentes segmentos sociais pertencentes às classes médias urbanas<sup>41</sup>, intelectuais, comerciantes, clérigos, agentes públicos, se empenharam no intuito de investir mais sobre o controle da população pobre do que a isolar do centro comercial. Destarte, pode ser entendido neste tópico que as estiagens contribuíram para a formação do mercado de trabalho urbano em Fortaleza, tanto quanto o aquecimento econômico ocasionado pela exportação algodoeira. Incorporada ao imaginário político, sua representação esteve presente nos discursos dos grupos dominantes, seja no Império ou na República, tanto para hostilizar facções políticas rivais quanto se constituir em argumento legitimador de práticas e ações sobre as camadas populares. Não só o que compete ao ordenamento da força-de-trabalho, mas, sobretudo, o controle sócio-político foi uma preocupação pontual no cotidiano de Fortaleza, como bem ocorreu em outras capitais brasileiras do período.

Em meio a tantos olhares e atitudes empregados pelas elites econômicas e políticas sobre os segmentos pobres, vale ressaltar que aqueles setores pertencentes aos setores sócio-profissionais organizados não ficaram totalmente alheios às possibilidades de decidirem sobre suas próprias vidas. Em momentos decisivos como o pleito eleitoral de 1891,

---

<sup>40</sup> Denúncias de Rodolfo Teófilo feitas no livro *Varíola e Vacinação no Ceará* apontaram para ineficácia destes aparelhos segregadores, em virtude das condições insalubres a que a população retirante ficou submetida e exposta às infecções e proliferação de epidemias.

<sup>41</sup> Para Needell, tomando como parâmetro a sociedade carioca na virada no século XIX para o XX, os “setores médios urbanos” seriam compostos de “profissionais liberais, burocratas subalternos, empregados dos escritórios e pequenos lojistas”, dentre outros. Ver: NEEDELL, Jeffrey. *Belle Époque Tropical. Sociedade e Cultura de Elite no Rio de Janeiro na Virada do Século*. Trad. Celso Nogueira - São Paulo: Cia das Letras; 1993. p. 20.

a fundação do Partido Operário no Ceará, bem como, as associações beneficentes, dentre elas, a União Operária, Phenix Caixeiral, Centro Artístico Cearense e outras, levam a crer que as iniciativas daqueles sujeitos históricos se distanciaram da omissão e passividade perante os acontecimentos em torno do regime recém-implantado. Diante da reorganização dos grupos políticos hegemônicos naquela ocasião, indivíduos pertencentes às camadas menos favorecidas da sociedade não ficaram indiferentes. Alguns não ficaram indiferentes e se empenharam na reivindicação do direito deles suprirem as necessidades sociais imediatas, como o acesso à instrução e melhorias nas condições de trabalho e de vida.

Guardadas as devidas limitações, pois, suas alianças políticas eram suspeitas sob o ponto de vista dos interesses em voga, aqueles preocupados com a idéia de “eleger a via partidária como forma de organização dos trabalhadores” (Pereira. Op. Cit. p. 85), sentiram esse desejo estimulado pelas arestas do discurso republicano em se fazer gesto “democrático”. Contudo, as desilusões surgiram tanto com a força dos acontecimentos que favoreceram a concentração dos poderes políticos sob o controle das oligarquias locais, quanto da influência dos grupos dominantes sobre determinados segmentos de trabalhadores. Distantes de se definirem enquanto “classe”, grupo ou segmento social organizado, tendo em vista as relações de produção amplamente ligadas à herança escravocrata, sabe-se que estes setores não possuíam uma “bandeira de luta” autônoma, muito menos um projeto elaborado de inserção na vida pública, o que os teria deixado atônitos em meio aos mais diferentes modelos de República elaborados (Carvalho, 1997).

No entanto, a fim de “tomar[em] distância das querelas partidárias”, outros vieram a interpretar a ocasião do pleito como oportunismo, levados pela inabilidade das alianças com algumas forças políticas em ascensão, a enaltecer as práticas da beneficência e dos socorros mútuos como soluções mais práticas para atender as demandas mais urgentes. Assim, o próximo tópico debruçará sua análise sobre essas inquietações que assolaram as leituras e práticas diferenciadas dos trabalhadores organizados em Fortaleza, a percebê-los junto aos demais grupos políticos consolidados, naquele momento em que a solução dos problemas da sua experiência social se fez ver a partir de iniciativas autônomas ou aliadas aos setores hegemônicos da sociedade.

1. 2. “Na Nova Era com Ânimo Forte, Coração Puro e o Sentimento do Dever”<sup>42</sup>: os Trabalhadores e as Elites Políticas no início da Experiência Republicana

O empenho que alguns trabalhadores tiveram no sentido de envolver os demais nos assuntos políticos durante os primeiros anos de República, não se fez em dias fáceis. No dizer de Ângela de Castro Gomes, naquele momento, “marcado pela diversidade e pela significativa esperança na conquista de um espaço de expressão política (...) sobre a participação daqueles que trabalham”, os mesmos depositaram uma “franca esperança em relação às potencialidades do novo regime” (Gomes, 2005. p. 36 - 38). Tanto na Capital Federal (palco das principais agitações políticas) quanto em outras cidades do país, o advento do regime republicano fez que eles aspirassem à conquista de alguns direitos civis, dentre eles o sufrágio (Kocher, 1987. p. 59 - 61).

No entanto, eles tiveram sua participação comprometida quando, durante o pleito de 15/setembro/1891, as fraudes eleitorais, os desmandos oligárquicos e, em alguns estados, a violência militar dos governos provisórios fizeram com que “a expectativa positiva com o novo regime fosse seguida de uma igualmente grande desilusão, na medida em que este se mostrou incapaz de atender aos anseios da classe operária” (Batalha IN: Ferreira e Delgado Op. Cit. p. 173). Vale lembrar que, desde o início, os segmentos políticos e sociais que tomaram a frente da organização do novo regime, em nenhum momento estiveram interessados na participação dos trabalhadores naquele momento, pois, sendo elaborado o Código Penal (11 de outubro de 1890) antes da própria Constituição (24 de fevereiro de 1891), as reais preocupações estiveram mais atentas ao controle social que à garantia dos direitos civis (Samet, 2001. p. 84).

No início da República, em torno das interpretações sobre a inserção política dos diferentes segmentos sócio-profissionais, duas entidades se destacaram em Fortaleza travando embates na imprensa e nas práticas políticas daquela realidade. Em geral, pode-se dizer que, em meio à construção do regime, a “cultura política”<sup>43</sup> presente nestas duas congregações esteve sustentada em torno das demandas sociais, políticas e civis inerentes aos

---

<sup>42</sup> Com esta expressão no artigo “Nova Era”, o Cearense, antigo jornal liberal da facção Paula Rodrigues, deixou de se considerar “Órgão Liberal” para ser denominado “Órgão Republicano”, na edição 261, Ano XLIII, 22/novembro/ 1889, p. 01.

<sup>43</sup> Conf. BERSTEIN, Serge. “A Cultura Política” IN: RIOUX, Jean-Piérre & SIRINELLI, Jean François. Para uma História Cultural. Trad. s/d. – Lisboa: Estampa, 1998. p. 349 – 363. Ver também BAKER, Keith M. “The Political Culture of the Old Regime” IN: The French Revolution and the Creation of modern Political Culture – s/d Pergamon Press, 1994. Vol. 1 e SOIHET, Rachel; BICALHO, Ma. Fernanda B. e GOUVÊA, Ma. de Fátima S. (orgs) Culturas Políticas. Ensaio de História Cultural, História Política e Ensino de História – Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

anseios dos trabalhadores brasileiros junto à idéia republicana: sufrágio universal, inclusão econômica, melhorias nas condições de trabalho, políticas de bem-estar social, a princípio, referências próximas às idéias sociais-democratas. Contudo, diante da pouca autonomia ou da imaturidade político-organizacional destes segmentos naquela realidade política, foram constantes os desencontros e contradições em suas práticas, muitas vezes, tendo suas necessidades se ofuscado em favor dos anseios facciosos e oligárquicos.

A primeira entidade é o Partido Operário Cearense, cujos fundadores foram o dentista-prático Anderson Ferro, Antônio Duarte Bezerra, Joaquim Lino Silveira, Miguel Augusto Ferreira Leite, Olegário Antônio dos Santos, dentre outros, tendo como órgão de imprensa o jornal O Combate. Em meio às disputas entre as facções políticas da época, este partido recebeu o apoio da família Paula Rodrigues, liderada pelo Conselheiro Rodrigues Júnior, chefe do Partido Liberal “Paula” outrora mencionado, cujo jornal Cearense era o órgão de imprensa e o Clube Democrático fazia a representação daquele grupo no cenário político local. Conforme seu enunciado, o Partido Operário não negou o interesse de certo contingente em participar das eleições de 1891, razão que o fez colecionar hostilidades junto a outros grupos políticos e parte dos trabalhadores no período.

A segunda entidade a ser destacada foi a União Operária, “sociedade puramente beneficente”<sup>44</sup> no dizer de um dos seus principais mentores intelectuais, o tipógrafo João da Rocha, que se propalava “sem ambição política, sem pretensões a emprego público, sem o cinismo hipócrita dos exploradores”<sup>45</sup>. A União Operária foi fundada no dia 17/agosto/1890, no prédio da antiga Assembléia Provincial e contou com a presença do Governador Provisório Coronel Ferraz e de autoridades militares, civis e da imprensa. Nos “Estatutos da Sociedade Beneficente União Operária”, publicado no Libertador (Ano X, nº 174, 01/agosto/1890, p. 03), a entidade previu nos cinco primeiros artigos se empenhar nas melhorias das condições de trabalho dos seus associados, estabelecer medidas de beneficência aos mesmos e às suas famílias, facilitar o aperfeiçoamento dos ofícios em que estes se ocuparam, defendê-los em caso de processos políticos e civis, auxiliar na instrução dos seus filhos com aulas do ensino primário.

No artigo 23, a entidade previu que “o sócio que aventar no seio da sociedade questões políticas, será eliminado e perderá todo o capital com que houver entrado para os

---

<sup>44</sup> “Aos Operários” IN: Libertador- Órgão do Centro Republicano. Fortaleza, Ano X, nº 155. 08/julho/1890. p. 03.

<sup>45</sup> Cearense – Órgão Democrático. Fortaleza. Ano XLIV, nº 131. 15/julho/1890, p. 02.

seus cofres e nunca mais poderá fazer parte da sociedade”. Mas, diante do que se observou na documentação histórica analisada, somente em linhas retóricas ela se fez distante dos interesses políticos em voga no momento, pois esta entidade teve participação direta naqueles debates do período, quando ela se aproximou do Centro Republicano Cearense (CRC), agremiação ligada ao jornalista João Cordeiro e à redação do jornal Libertador. Através deste órgão, a entidade fez veementes ataques ao Partido Operário e ao Conselheiro Rodrigues Júnior.

Vale salientar que a afeição de João da Rocha com o jornalista João Cordeiro, em grande parte, deveu-se ao primeiro ser operário das oficinas do Libertador e, como pode ser visto ao longo dos posicionamentos do segundo, João da Rocha se fez perseverante às escolhas do seu patrão na vida política, como se observou na publicação de A Legalidade – Homenagem dos Operários do ‘Libertador’ aos Salvadores da República. Concomitante ao apoio de João Cordeiro ao contra-golpe dos florianistas sobre o Gal. Clarindo de Queirós, nomeado pelo “generalíssimo” Deodoro da Fonseca para o governo local, os tipógrafos daquele jornal ligado ao CRC renderam ovações às investidas do Marechal Floriano Peixoto e seus aliados Brasil afora. A princípio, percebe-se a dificuldade dos trabalhadores naquela época em consolidar projetos políticos com sua autonomia social, uma vez que era histórica a força expressiva dos grupos remanescentes dos antigos partidos monárquicos, bem como, a plena ascensão de outros setores ligados às profissões liberais e às classes médias urbanas na cena pública nacional, como os profissionais liberais, intelectuais, bacharéis, militares, jornalistas, dentre outros.

Antes de entrar nas discussões entre o Partido Operário e a União Operária, vale ressaltar que, no Ceará, as forças políticas do período em nada favoreceram a participação autônoma dos trabalhadores enquanto “classe” em torno das decisões públicas. Marcados pelo clima de acirramento já existente entre as antigas facções políticas, os ânimos se tornaram mais exasperados quando novos agentes entraram em cena e tomaram para si a responsabilidade de orientar “o novo regime com a organização de novas forças sociais”<sup>46</sup>. Em meio às trincheiras, estava o desejo de se fazer hegemônico dos grupos políticos em ascensão, oriundos das classes médias urbanas, ligados ao CRC, em oposição às famílias que durante todo período monárquico detiveram expressão e notoriedade na política local, ou seja, os Paula Rodrigues e os Pompeu-Accioly, facções rivais do extinto Partido Liberal e, do outro lado, os também rivais, ligados ao Partido Conservador, as famílias Fernandes

---

<sup>46</sup> “Notas da Manhã” IN: A Pátria – Folha da Manhã. Fortaleza. Ano I, nº 04. 06/dezembro/1889, p. 03.

Vieira e Cunha Freire. Logo, faz-se necessário estabelecer um breve mapeamento das forças políticas do período, a fim de saber a composição das “culturas políticas” configuradas naquele momento, bem como, o jogo de interesses em que os trabalhadores organizados se viram envolvidos.

#### A) FACÇÕES, GRUPOS, ENTIDADES E PARTIDOS

A princípio, sobre a agremiação política que mais polemizou aqueles primeiros anos de República no Ceará, deve-se compreender que o CRC foi a primeira entidade que, na antiga província, arregimentou intelectuais, ex-abolicionistas e militares em torno da implantação do novo regime sobre a Monarquia. Fundada em 01 de julho de 1889, a agremiação surgiu no calor das questões que envolveram a posse do trono, tanto em virtude da avançada senilidade do Imperador, quanto em torno do desgaste da base política com a abolição dos cativeiros e o mal-estar político-institucional gerado desde a posse do ministério de Ouro Preto (Carvalho, 1988 e Janotti, 1986. p. 16 - 20).

Inicialmente, este núcleo fora integrado por cadetes e caixeiros. No entanto, em decorrência do acelerado desgaste do regime monárquico em seu último ano de existência, intelectuais, militares de alta patente do Exército e do batalhão de Polícia, antigos abolicionistas, jornalistas engajados e comerciantes foram se somando aos demais envolvidos com as polêmicas que pairavam naquele momento. Em certa medida, a agremiação arregimentou diversas culturas políticas, desde o liberalismo ilustrado dos intelectuais à ditadura positivista próxima aos militares.

Os membros fundadores e os mais representativos do CRC já eram bastante conhecidos de outras campanhas de cunho social e político na capital cearense e também no interior da província. Dos intelectuais provenientes da campanha abolicionista, João Cordeiro, Abel Garcia, Oliveira Paiva, Martinho Rodrigues, João Lopes e Justiniano de Serpa foram destaques. Dos fundadores do Instituto do Ceará, em 1887, teve o intelectual e militar Joaquim Catunda. Outros que, no início da década de 1890 passaram a se destacar no cenário letrado cearense, como Antônio Sales, Waldomiro Cavalcante e Jovino Guedes, integrando a Padaria Espiritual<sup>47</sup> ou chegaram à Academia Cearense<sup>48</sup>, iniciaram sua vida pública no CRC

---

<sup>47</sup> Grêmio literário surgido em Fortaleza entre 1892 e 1898, formado pelos “Novos do Ceará”, segundo a descrição do seu idealizador Antônio Sales. Tinha como periódico O Pão e seus sócios eram denominados “padeiros”. Ficou nacionalmente conhecida pela sua irreverência e originalidade, após o envio do seu “Programa de Instalação” aos círculos intelectuais das principais cidades do Brasil. Conf. CARDOSO, 2002.

(Cardoso, 2002). Muitos militares também o integraram, desde o vibrante alferes Floriano Florambel (exemplo a “inspirar a mocidade à causa patriótica”) e, após o 16 de novembro, outros de alta patente, como o Cel. Ferraz, primeiro governador do Estado Confederado do Ceará durante o governo provisório (cujo CRC declarou apoio incondicional ao seu mandato) e o Gal. Bezerril Fontenele, empossado por Floriano Peixoto em 1892. De antemão, não se viu preocupações em arregimentar os trabalhadores locais para a causa republicana, mesmo tendo a participação de alguns caixeiros na fundação desta entidade, a exemplo de Antônio Sales.

As reuniões do CRC ocorreram no Clube Cearense, na Praça do Ferreira, centro comercial e das agitações políticas e sociais da cidade de Fortaleza. De início, a agremiação se preocupou em discutir, através de palestras e conferências (pois sequer possuía periódico) a viabilidade do regime republicano, visto a previsível queda da Monarquia. Com a implantação oficial da República na antiga província, em 16 de novembro de 1889, o CRC tomou pra si a incumbência da “regeneração patriótica” e incorporou o compromisso moral para encabeçar a legitimidade do regime recém-implantado. Neste sentido, vale salientar que o grupo utilizou diferentes estratégias em favor de consolidar um “pensamento hegemônico”<sup>49</sup>, em que se destacaram as táticas discursivas através dos seus órgãos de imprensa (Libertador e A Pátria), as campanhas de adesão dos clubes republicanos fundados nos municípios e vilas cearenses à causa recém-anunciada (por comissões que presenciavam o juramento ao estatuto orgânico do CRC) e, por fim, o apoio incondicional aos governadores cearenses e à Presidência da República, seja deodorista ou florianista, por excelência e por estratégia de manutenção ao jogo político favorável aos membros do CRC. No período compreendido entre o 16 de novembro de 1889, quando é oficializado o novo regime no Ceará, à exoneração de João Cordeiro da vice-presidência do Estado (que o aproximou dos antigos chefes monárquicos Barão de Aquiráz e Nogueira Accioly), se fizeram presentes as principais ações do CRC na configuração de uma cultura política republicana, marcada contraditoriamente pelo amplo discurso federalista, porém, reconhecida pelas práticas autoritárias e centralizadoras de orientação positivista.

---

<sup>48</sup> Até 1922, este foi o nome da atual Academia Cearense de Letras. Foi fundada por intelectuais oriundos do movimento abolicionista local, Instituto do Ceará, bem como, da campanha anticlerical promovida pelos intelectuais da Academia Francesa (1872 - 1875). Conf. CARDOSO, 2000, p. 129 - 140.

<sup>49</sup> Conf. GRAMSCI, Antonio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. Ver também WILLIAMS, Raymond. Marxismo e Literatura - Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979. p. 111 - 117.



Como órgão oficial, o CRC teve o antigo jornal abolicionista *Libertador*, de propriedade do já mencionado João Cordeiro e por redator chefe João Lopes. Em torno de si, o jornal congregou vários talentos intelectuais que colaboraram com diferentes textos. Pode-se dizer que somente no último semestre em que existiu o regime monárquico, o respectivo jornal foi o único que, tímido, sugeriu a eminente queda do Imperador, dando notícia apenas do “alvorçado movimento triunfante da bandeira da federação” que agitava a antiga Corte (*Libertador*. Fortaleza, 12/jul/ 1889, p. 02).

Assim como as demais forças políticas do Ceará, até o dia 16/novembro/1889 não havia sido feita menção alguma sobre a adesão do *Libertador* à República em detrimento do regime monárquico. Um relato memorável sobre a ocasião em que se deu a proclamação do regime republicano no Ceará, distancia-se significativamente do discurso que foi utilizado pelos segmentos dominantes, chefes políticos, intelectuais orgânicos, jornalistas, imprensa de época, higienistas, juristas e tantos outros que aderiram à nova ordem política de última hora: “Foi no Passeio [Público] que se reuniram os que deviam proclamar a República no Ceará. Um republicano antigo, sincero e respeitável, que acudiu ao local, ficou estupefado de ver entusiasmadas pessoas que, pouco antes, nenhum interesse mostravam pela nova forma de governo (...) Não tardou muito para que certos fiotas entrassem a dizer: ‘Não era esta a República que eu sonhei’. À medida que esta avançava no caminho da Ordem e Progresso, as definições que lhe davam eram cada vez mais mordazes, pungentes e desanimadoras justificando assim o negrume daquele agouro. Contou-me esse honrado amigo que dois meninos, filhos seus, brincavam uma noite à calçada, quando passaram os cadetes da Escola Militar, música à frente, empunhando balões venezianos e dando vivas à República. Que é República? Perguntou um deles. República... são cadetes com lanterna, respondeu o outro. Já ouvimos dizer que esta é a melhor definição da grande obra de 15 de novembro” (Nogueira, 1980. Op. Cit. p. 21 e 22).

Entretanto, no jornal *Libertador*, foram publicadas diversas matérias sobre as atuações do Partido Republicano no eixo Rio-São Paulo. Em matérias como “Trono em Viagem” (Ano IX, nº 161, 19/julho/1889, p. 02), “Eleição de Deputados” (Ano IX, nº 163, 22/julho/1889, p. 03) e “Viva a Monarquia!” (Ano IX, nº 203, 06/setembro/1889, p. 02), o jornal já fazia menção à eminente crise política enfrentada pelo Imperador na Corte, deixando a entender que havia novos agentes políticos em cena, “republicanos e federalistas”, estando “os partidos históricos atravessando uma fase de dissolução que os conduzem ao desconhecido” (nº 163). Sua redação tratou com ironia o atentado que D. Pedro II sofreu na saída do Teatro Imperial por simpatizantes do Partido Republicano e o decreto que foi

baixado pelo Chefe de Polícia Interino de Fortaleza, em que processava e prenderia “os indivíduos que nas praças, ruas e outros lugares públicos ou em presença das autoridades constituídas derem – vivas à república, morras à monarquia, vivas ao partido republicano ou proferirem gritos e frases igualmente sediciosas” (nº 203). Mas, sobre o proprietário daquele órgão, o jornalista e comerciante João Cordeiro, as memórias do poeta Antônio Sales afirmaram que “ele foi o primeiro republicano, como também o primeiro abolicionista” (Sales, 1995. p. 89). Após a proclamação, o órgão passou a publicar as notícias e os decretos baixados pelo primeiro governo provisório do Ceará, na figura do Coronel Ferraz.

Sobre sua relação com o CRC, foi somente na edição do dia 20/dezembro/1889 (nº 266, p. 03) que se leu uma pequena chamada a uma reunião daquela entidade na casa do escritor Jovino Guedes e, na edição seguinte, uma convocação ao público para participar de “uma marcha cívica, em que se representem as diversas classes da comunhão cearense”. Apenas no ano posterior à sua proclamação é que o Libertador se reconheceu “Órgão do Centro Republicano”, em formato oficial. Até então, ele se dizia “Diário da Tarde” e custava 40 réis. Em 1890 passou então a ser folha oficial do Governo Provisório do Estado Confederado do Ceará. Até aquela data, nenhuma menção sequer havia sido feita em relação à adesão do jornal ao CRC. Sua relação com os trabalhadores e as camadas menos favorecidas da população, também não era estreita. Assim, pode-se dizer que a cultura política presente neste jornal é inerente à postura do seu proprietário: liberal, federalista e republicano “de última hora”.

A Pátria foi outro órgão que se proclamou adepto carbonário da República. Este se disse “Folha da Manhã”, publicava todas as atividades do CRC e circulou aproximadamente um ano, entre 28 de novembro de 1889 até meados do mesmo mês em 1890. Tinha como legenda o estandarte positivista: “O amor como princípio, a ordem como meio e o progresso por fim”. Sua circulação foi interrompida quando, após o pleito de 15 de setembro de 1890, seus redatores Justiniano de Serpa e Martinho Rodrigues fundaram outro jornal, O Norte, na ocasião em que romperam com João Cordeiro e o CRC, por conta da oposição deste ao Ministério do Barão de Lucena, o que resultou na sua exoneração da Vice-Presidência do Estado, em retaliação aos opositores daquele ministro nos estados. A tiragem de A Pátria era de 1200 exemplares diários, custo de 80 réis, possuía em torno de 50 correspondentes espalhados pelos municípios e vilas cearenses. Desde o início da circulação, o órgão se dizia “partidário sincero da República federativa, [em que] o maior apelo é manter, ao lado da autonomia dos Estados, a unidade da Pátria Brasileira” (A Pátria. 28/ nov/ 1889. nº 01, p. 01).

Propagador incondicional das idéias do CRC, na coluna “Notas da Manhã” (p. 03), A Pátria discorreu sobre a necessidade de “lutar pela conquista das liberdades (...) exercendo corajosamente o seu dever (...) os dois grandes princípios da nova religião social” (Idem). Percebe-se nestas palavras os anseios inerentes em torno da existência de um pacto federativo sólido. Porém, quanto à aclamação geral pela futura convocação de uma Constituinte, não distou a preocupação destes republicanos com a possibilidade do novo regime ser tomado pelas antigas forças políticas, chefes e correligionários dos partidos monárquicos extintos, identificados com o atraso: “Estarão preparados para essa dupla função os antigos partidos políticos? Serão capazes de concorrer para o funcionamento regular do governo, (...) da Pátria?” (Idem. Ibidem). Como a maioria das iniciativas ilustradas da época, os textos redigidos neste órgão de cultura política orientada pelos princípios federalistas e as práticas centralizadoras do positivismo, também não vislumbraram qualquer participação dos segmentos menos favorecidos da população na vida pública.

Válido é destacar que tanto A Pátria quanto o Libertador, a princípio, foram incisivos em atacar os antigos chefes políticos, ligados às famílias que assumiram a direção das facções liberais e conservadoras na antiga província. Contudo, enquanto o segundo teve um caráter mais oficial (publicando editais, portarias, decretos etc), o primeiro teve um traço mais carbonário e ideológico diante das tensões junto ao processo político-eleitoral que resultaria nas eleições de 15/ setembro/ 1890. Tendo em vista a ameaça da inserção política das “forças do passado”, não tardou aos membros do CRC tomarem postura autoritária, em defesa de um regime ditatorial segundo a matriz positivista, uma vez que sua maioria era composta por intelectuais e militares, adeptos da corrente de Augusto Comte. No artigo “Doutrinemos”, publicado em 08 de dezembro de 1889, nº 05, p. 01, sobre o decreto em que o Governo Provisório proibiu a circulação de qualquer jornal com tendência monárquica (em alusão direta ao Tribuna Liberal, do Visconde de Ouro Preto, tendo em mente o pleito de 15/ setembro/ 1890), A Pátria publicou:

(...) são nossos ardentes votos que o Gal. Deodoro prolongue o mais que for possível a ditadura republicana, para que assim a Pátria não corra o perigo de ver conspurcada a representação nacional pela presença em seu seio de deputados desmoralizados pela corrupção bragantina.

O receio do CRC não foi por menos. Sabe-se que durante o período imperial, as famílias Fernandes Vieira, Cunha Freire, Paula Rodrigues e Pompeu foram as principais

protagonistas na vida política cearense. Concentrando poderes lícitos e ilícitos, ao longo do revezamento entre os ministérios liberais e conservadores, elas se envolveram em disputas acirradas em prol do monopólio dos bens públicos. Entretanto, em meio à grande massa de analfabetos e desprovidos de bens materiais, entre os poucos letrados que para sobreviverem se deixaram cooptar junto às redações dos órgãos facciosos, estas famílias mantiveram ileso a estrutura de poder em favor dos grandes proprietários de terra e dos opulentos comerciantes na província cearense. Cada uma liderou uma facção oligárquica que não poupou esforços para materializar seus interesses. Chegaram até mesmo a superar seu tradicional personalismo, as querelas e intrigas pessoais de umas em relação às outras, quando o que estava em jogo era o domínio da máquina administrativa, conforme registrou Tomás Pompeu Filho, primogênito do antigo chefe liberal Senador Pompeu, sobre o envolvimento destes grupos na campanha abolicionista de 1884, se apropriando do tema abolicionista a promoverem fins eleitoreiros:

A esse tempo, as aproximações dos grupos adversos pela necessidade de luta pela vida; não no pensamento de abdicarem os seus princípios e se recolherem à sombra da bandeira contrária, mas se secundarem pelo voto e formarem coligações eleitorais, na ocasião dos pleitos representativos. Os Paulas [liberais históricos do jornal Cearense] ligaram-se aos conservadores do Pedro II [conservadores históricos liderados pelo Barão de Aquiráz], os Pompeus [liberais dissidentes do jornal Gazeta do Norte] aos da Constituição [da família Freire, ala dissidente do partido conservador liderada pelo Barão de Ibiapaba]. Foi no convívio dessa união (...) que a Constituição e a Gazeta do Norte fraternizaram para o fim comum da emancipação dos escravos<sup>50</sup>.

Em meio à cultura personalista, ao patrimonialismo e ao espírito de facção que bem caracterizaram a cultura política destas famílias, não caberá aqui o esforço em aproximar cada grupo político em destaque junto às “idéias políticas” que as sociedades ocidentais desenvolveram sobre os projetos de organização política e social em voga naquele período. Certamente, os “sistemas de representação” (Winock IN: Rémond, 2003. p. 285) presentes na realidade política cearense à época estiveram distantes dos conteúdos sistematizados por autores, cânones ou teóricos do pensamento político e filosófico, representantes das idéias correntes entre os séculos XVIII e XIX. Portanto, de acordo com Holanda (1994) e Carvalho (1988), as teorias políticas em ressonância no debate do

<sup>50</sup> BRASIL FILHO, Tomás Pompeu de Sousa. In Memmoriám. Discurso sobre (...) Justiniano de Serpa. – Fortaleza: Off graph/ Diário do Ceará; 1924. P. 07 e 08.

cenário europeu daquele momento (absolutismo, centralismo, liberalismo, constitucionalismo etc), no Brasil, foram moldadas pelas forças sociais e históricas que favoreceram a estrutura de poder, em nome da manutenção dos privilégios e benesses dos senhores de terra e grandes proprietários, caracterizando-se num desafio para se “construir quase do nada uma organização que costurasse politicamente o imenso arquipélago social e econômico em que consistia a ex-colônia portuguesa”. Desta feita, percebe-se que a cultura política marcada na experiência daquelas famílias foi amplamente configurada pela afirmação dos seus interesses facciosos e personalismo político, manutenção dos privilégios oligárquicos e seu patrimonialismo sobre as instituições públicas, dentre outros aspectos (Araújo IN: Sousa, 1994 e Faoro, 1995).

A fim de evitar a retomada do histórico prestígio destas forças políticas do passado imperial, ao longo das edições d’ A Pátria, percebeu-se que aconteceu um considerável número de adesões dos clubes republicanos fundados no interior em relação ao estatuto do CRC. Desde localidades mais próximas a Fortaleza, como Parangaba, Messejana, Aquiráz, Maranguape, Baturité, Soure, Pacatuba, até os mais distantes recônditos sertanejos ou litorâneos, dentre os quais, Crato, Icó, Araripe, Pedra Branca, Aracati, Trairi, pode-se seguramente afirmar que, em proporções geográficas, a irradiação da influência do CRC, graças às suas “caravanas patrióticas”, atingiu grande parte dos municípios e vilas cearenses. A razão maior destas campanhas era garantir a adesão imediata dos agentes políticos em suas respectivas localidades ao projeto do CRC que, identificados como os “regeneradores da pátria”, procuravam minar a influência e o oportunismo “de última hora” dos antigos chefes monárquicos.

De acordo com a lei orgânica do Centro Republicano, aos Clubes Municipais e todos os seus adeptos devem considerar-se definitivamente desligados de quaisquer dependências ou compromissos para com as antigas frações monárquicas. O Partido Republicano (...) não reconhece grupos e considera inimigos da República todas as agremiações partidárias que porventura subsistam com os velhos moldes, presos por quaisquer laços à direção dos antigos partidos que desapareceram com a patriótica revolução de 15 de novembro e são incompatíveis com a democracia<sup>51</sup>.

Na corrida por se fazer legítimo, o CRC se alinhou, inicialmente, ao Partido Republicano Paulista (PRP) e via a adesão dos clubes municipais à sua lei orgânica como

---

<sup>51</sup> “A Nova Política” IN: A Pátria. 04/ dez/ 1889, n° 03, p. 01.

uma estratégia rumo à absoluta coesão política, de caráter hegemônico, a combater as iniciativas tomadas adiante pelos políticos ligados ao passado monárquico. Neste sentido, os membros do CRC se entenderam como uma “vanguarda”, a romper com as posturas e as orientações político-partidárias outrora vigentes no período imperial. Interessante é que tal iniciativa foi determinante para que a influência do CRC viesse a incidir diretamente sobre as Câmaras Municipais, dissolvidas e reinstaladas por decretos baixados pelo Governo Provisório. De acordo como o que se leu no nº 21 d’A Pátria, 15/janeiro/1890, p. 02, na coluna “Intendências Municipais”, aqueles que foram indicados como representantes das câmaras de Baturité, Aquiráz e Pacatuba, eram membros dos Clubes Municipais Republicanos em suas respectivas localidades, todos ligados ao estatuto orgânico do CRC, aspecto que também se confirmou em outras edições daquele órgão. Neste sentido, pode-se dizer que naquele momento o CRC manteve a orientação político-partidária de várias câmaras municipais à sombra do seu estatuto.

A confusão que o Conselheiro Rodrigues Júnior e seu grupo fizeram nas páginas do jornal Cearense, a exemplo das posturas tomadas pelos antigos políticos em relação ao novo regime foi oportuna para que os membros do CRC considerassem risível o despreparo daqueles com a “nova idéia”. Existente desde 1846, o Cearense se disse “Órgão Liberal”, até 16/novembro/1889, quando seu exemplar custava 40 réis e possuía um grande volume de assinaturas espalhadas pelo interior. Na edição de nº 261, 22/novembro/1889, se denominou “Órgão Republicano”. Já na edição seguinte, nº 262, em 23/novembro/1889, se definiu como “Órgão Democrático” e, posteriormente, “Órgão do Clube Democrático”. Nos primeiros dias da República, limitou-se a noticiar as nomeações, exonerações, a fazer cobertura dos acontecimentos locais e nacionais em torno das deliberações tomadas pelos governos provisórios. Iniciou também uma seqüência de debates e exposições de idéias constantemente publicadas nas colunas “Federalismo no Brasil” e “Federalismo ou Unitarismo”, a partir do número 283, em 18/dezembro/1889. Por fim, sobre a fundação do Clube Democrático, tendo em vista o pleito de 15/setembro/1890, o Cearense de 21/fevereiro/1890, Ano XLIV, nº 41, dizia ter “o intuito de coadjuvar ao Governo Federal na consolidação do regime republicano”. Sobre a perseguição do CRC aos antigos chefes monárquicos, o Cearense, Ano XLIV, nº 09, 12/janeiro/1890, p. 01, discorreu: “Para sermos republicanos, não precisamos pedir licença a ninguém, desagrade, embora esta declaração aos associados do Centro, que arrogam a si a competência de expedir patentes de republicano, de monarquista ou de suspeito a quem lhes apraz (...) Se somos suspeitos porque militávamos

ontem nas fileiras monárquicas, suspeitos são igualmente todos os centristas hoje republicanos, tão fervorosos quanto eram ontem devotados monarquistas (...).”

A febre adesista chegou assim a provocar receio dos integrantes do CRC. Na ocasião em que estes perceberam a infiltração de agentes políticos ligados ao passado monárquico junto à composição de clubes republicanos, não tardaram para que alguns correligionários reagissem a esta situação. Tensões foram então vivenciadas na arena política de Fortaleza, em torno do surgimento do já mencionado Clube Democrático e da União Republicana - esta última, fruto da aliança entre os chefes políticos Fernandes Vieira e Nogueira Accioly. É ainda no nº 05 d’A Pátria que no artigo “Exclusivismo”, o jornal rebateu as críticas do Cearense. Este jornal acusou os membros do CRC de “exclusivistas” (Cearense, 03/ jul/ 1890, p. 01), por eles tomarem a frente da reorganização política e da proximidade destes com o governo provisório do Estado Confederado do Ceará, sob o comando do Cel. Ferraz. A Pátria retrucou assim:

O Centro Republicano, a grande associação que já se achava constituída desde muito antes da revolução [quatro meses, apenas], (...) pede mesmo o concurso de cada cidadão para a grande obra de reconstrução deste país por tanto tempo sacrificado às ambições dos partidos monárquicos (...) O artigo do ‘Cearense’ é o brado do vencido que vê com amargura a partida dos soldados que, desesperados do triunfo que não conseguiram (...) prestígio e patriotismo daqueles que o dirigiram.

Outro não poupado foi o jornal Brasil - Ordem e Progresso, que até o dia 16 de novembro de 1889 denominava-se Pedro II, pertencente à facção do antigo partido conservador cearense, liderado pelo Barão de Aquiráz, Manuel Fernandes Vieira. O primeiro número deste jornal, aos 28/ novembro/ 1889, dizia timidamente “lutemos nós, neófitos da República, não só pelo princípio democrático, como pelo bem-estar da Pátria comum, que tanto precisa, atualmente, do concurso de todos os brasileiros” (p. 01). Os membros do CRC não hesitaram em comemorar o desaparecimento definitivo deste órgão na arena local, quando a edição de nº 17 d’ A Pátria, de 10/ janeiro/ 1890 lançou elogios envernizados de ironia ao “Barão de Aquiráz, herói derrotado, por ser diferente dos demais oportunistas”. Porém, Fernandes Vieira não se deu por vencido, fato é que a União Republicana foi fundada sob a sua liderança em conjunto com o antigo rival, o Comendador Antônio Nogueira Accioly, chefe da outra facção dissidente do extinto partido liberal. O seu jornal foi O Estado do Ceará e era resultado dos esforços na imprensa outrora empenhados pelos jornais Gazeta do Norte e o efêmero Brasil - Ordem e Progresso, outrora Pedro II.

À medida que se aproximava o pleito de 15 /setembro/ 1890, acirravam-se os ataques e as ofensas a uma ou a outra entidade. Este ódio se intensificou com as atitudes arbitrárias do governador provisório, Cel. Ferraz (amplamente ovacionado nas edições d’A Pátria, sobretudo, no nº 31), em favor dos membros do CRC candidatos à Constituinte. N’ O Estado do Ceará, nº 36, em 02/ setembro/ 1890, a matéria “Um Governo em Delírio” (p. 02) publicou um telegrama em que o então governador autorizava o juiz municipal de uma localidade a intimar “padres ou quaisquer indivíduos para não continuarem a insuflar a população contra o governo”, sob a ameaça de serem recolhidos à prisão. Na edição seguinte, nº 37, 03/ setembro/ 1890, na matéria “Movimentos Sediciosos” (p. 02), o mesmo jornal explica que:

(...) o padre que pedir aos seus paroquianos para não votarem em candidatos ateus; o político que se mantiver fiel aos seus antigos amigos; o eleitor que não quer receber a cédula do Centro Republicano; eis os sediciosos, que o Sr. Cel. Ferraz manda intimar e prender.

O texto acima se reportou às perseguições que o principal aliado do CRC, o governo provisório local, fez sobre a campanha do Partido Católico, ocasião em que os clérigos, assim como outros setores, viram a possibilidade de retornarem à cena política nacional, se contrapondo às investidas dos primeiros governos republicanos contra a influência da Igreja Católica na vida pública brasileira. Naqueles tempos acometidos pela onda assoladora do laicismo, sabe-se que indivíduos ligados à Igreja Católica viram a possibilidade de retomarem sua participação nas decisões do país, desde o seu rompimento com o Estado Brasileiro durante a crise do regime de padroado.

O pleito seria o caminho. Através do jornal A Verdade que se proclamou “Órgão do Partido Católico”, o clero cearense se dispôs a participar das eleições de 15/setembro. Era, na verdade, uma forma da Igreja rever o efeito dos decretos baixados em torno do casamento civil e da proibição do ensino religioso nas escolas após a implantação da República. Mesmo após as eleições, artigos como “O Eleitorado Católico do Ceará” (Ano I, nº 16, 09/novembro/1890. p. 01), “Separação da Igreja e do Estado” (Ano II, nº 22, 21/dezembro/1890. p. 02), “Casamento Civil” (Ano II, nº 40, 03/maio/1891. p. 02), “Sacramento do Matrimônio” (Ano I, nº 19, 30/novembro/1890. p. 01), “Escola sem Deus” (Ano II, nº 04, 20/agosto/1893. p. 01), ilustraram bem as reais preocupações do referido órgão da imprensa católica naquele momento. Mas, para o CRC, o que foi levado em conta se referiu ao amplo acolhimento que os padres tiveram junto às paróquias e, certamente, isso



poderia contribuir como fator favorável para as candidaturas do Partido Católico, naquele momento, com uma cultura política ancorada nos princípios da democracia cristã.

Deveras, o grande receio dos membros do CRC que veio justificar as medidas autoritárias tomadas pelo seu aliado no governo, esteve relacionado aos interesses que a União Republicana deixou evidente no nº 06 d' O Estado do Ceará, de 26/ julho/ 1890, p. 02, em que disse o seu redator:

São puros sonhadores os que pretendem de momento consolidar, a todo o transe, a nova ordem de coisas, inaugurada a 15 de novembro, por movimentos bruscos (...) Aceito, como foi, por todos de boa ou contrária vontade, o golpe de Estado, dado pelo Exército (...) sem desprezar-se o que fosse aproveitável do regime decaído (...) Podem conservar-se as partes úteis da velha instituição, e estabelecer a harmonia entre o que se reformar, e o que se mantiver (...).

As razões do ódio entre o CRC e a União Republicana foram, em grande escala, motivadas pela disputa da direção do Partido Republicano que no Ceará foi, inicialmente, representada pelo CRC. Inconformados tanto com a orientação dos rumos políticos e administrativos do Estado do Ceará, que fugiu às mãos das antigas facções oligárquicas, os membros da União Republicana procuraram a todo o custo denunciar as arbitrariedades do governador cearense. Também não era para menos, pois, este ordenou ações violentas contra seus adversários e opositores do CRC. O episódio da represália em que o Batalhão da Polícia Estadual e a Cavalaria se voltaram contra militantes do Partido Operário Cearense e dos membros da União Republicana (oportunamente buscando aliança com os trabalhadores a fragilizar o CRC), durante uma marcha às vésperas das eleições do dia 15/setembro com destino à residência do governador, em 14 de setembro de 1890. O incidente foi amplamente noticiado nos jornais O Estado do Ceará (nº 44, 16/ setembro/ 1890. p. 02, 03), Cearense (nº 207, 28/setembro/1890) e O Combate (07/ abril/ 1891), o órgão do Partido Operário.

Ali ficou emblemática a situação delicada daquele partido que se propôs a representar os interesses dos trabalhadores cearenses, bem como, a postura indiferente dos integrantes da União Operária diante daquela ocasião, o que aponta para a fragmentação da força destes segmentos sociais em virtude das divisões de liderança e a aproximação de uma ou outra entidade com as facções e grupos políticos em confronto. Logo, através deste mapeamento apresentado sobre as forças sociais, culturas políticas e o jogo de interesses presentes naquela arena de debates permite-se agora uma melhor apreciação, a fim de

entender como as referências dos trabalhadores organizados, seja no Partido Operário ou na União Operária, existiram em meio às tensões geradas pelos grupos políticos rivais já estabelecidos, tendo em vista suas expectativas sobre a inserção na vida republicana.

Alguns episódios ajudam a compreender suas práticas, posturas e como se relacionaram com os demais grupos políticos naquele momento. Primeiramente, sobre a repressão policial lançada à passeata organizada pelo Partido Operário às vésperas das eleições de 15/setembro, fica patente o desafeto que os representantes da primeira administração republicana (fórmula que será obedecida pelos demais governos) dispensou a qualquer possibilidade destes participarem da vida política. Similar às perseguições ocorridas sobre outros núcleos políticos que também se empenharam naquelas eleições, a verdade é que, segundo a expressão do primeiro Vice-Presidente do Partido Operário da Capital Federal, Luís França e Silva, “o atual governo não quer consórcio com a classe operária” (Apud Gomes. Op. Cit. p. 63). Portanto, foi problemática a situação do segmento, começando pelo código penal “promulgado como uma franca ameaça à liberdade do operariado” (Gomes. Idem). Neste sentido, com a aliança entre o Partido Operário e os setores oligárquicos hostilizados e alheios às decisões políticas, naquele momento foram elaboradas estratégias no sentido das partes ameaçadas se unirem com o objetivo nas eleições, como ocorreu entre o respectivo partido e a família Paula Rodrigues. Após duas semanas sem circular (o nº 206 foi publicado em 14/setembro e o nº 207, no dia 28/setembro/1890), sobre a contenção violenta da passeata organizada pelo Partido Operário naquele 14/setembro/1890, o Cearense comentou:

(... ..) O que, porém, importa saber é que o governo do Ceará concebeu o plano sinistro de vencer, pela violência e pela fraude, a primeira eleição republicana. E por isto, além das medidas violentas que há posto em prática, demitindo funcionários públicos, aposentando e removendo magistrados, (...) resolveu no dia 14 dispensar violentamente o povo, quando pacificamente se dirigia o Partido Operário (...) para a residência do presidente do mesmo partido. E não ficou só nisto: era necessário prender o Conselheiro Rodrigues Júnior, o Dr. Fco. Barbosa de Paula Pessoa [redator chefe do Cearense], o presidente do Partido Operário como todos os vultos mais salientes da oposição [dentre os quais, o filósofo Farias Brito]; era conveniente prender os candidatos oposicionistas; por debaixo de sítio a Capital, lançar terror sobre a sociedade, confundir e anarquizar tudo?<sup>52</sup>

<sup>52</sup> “Acontecimentos de 14 de setembro” IN: Cearense – Órgão Democrático. Fortaleza: Ano XLIV, nº207, 28/setembro/1890, p. 02.

Como bem frisou Adelaide Pereira (Op. Cit. p. 88 - 90), tanto a aproximação de Rodrigues Júnior e seu grupo político com o Partido Operário, como entre João Cordeiro (CRC) e a União Operária, deveu-se, sobretudo, ao estabelecimento de “alianças tópicas, notadamente na política eleitoral”. E não por outro motivo seria, pois, a constatar a necessidade de se fazer ressonante frente à cena pública local, o Partido Operário Cearense teve que procurar apoio político-eleitoral junto a alguma fração já conhecida que, assim como ele, viu seu prestígio ameaçado pelos membros do CRC, apoiados pelo governo do Cel. Ferraz. Percebe-se que diante da discussão acesa, a referência político-ideológica do partido, com “orientação idêntica àquela proposta em 1890, no Rio de Janeiro, pelo tipógrafo Luís França e Silva, editor do Echo Popular, combinando os enunciados clássicos (...) da tradição francesa à experiência em curso do Partido Socialista na Alemanha” (Idem. p. 85), esteve, em certa medida, menos presente que a urgência diante das eleições de 15/setembro. Entretanto, alguns trabalhos alertaram sobre esta acomodação de interesses entre os trabalhadores e as elites políticas no início da República, a entender que existiram ambigüidades e contradições que apontaram para a elaboração de estratégias sutis de afirmação dos seus interesses, a partir das alianças com os grupos políticos hegemônicos do período (Lemos, 2000. p. 84 e 85).

Por sua vez, sobre o incidente há pouco mencionado, o CRC e o governo se defenderam através do Libertador, alegando que o Corpo de Segurança veio a conter as perseguições que autoridades governistas (inclusive o Governador Ferraz) passaram a sofrer no início da manifestação. Disse ainda:

(... ..) Dessa missão [realizar tumultos] do chamado Partido Operário não conheciam a mor parte dos cidadãos que o compõem, os quais, entretanto, em boa fé, acreditamo-lo, assentavam os embustes, calúnias e falsidades, que lhes pregavam, em nome de pretendidos interesses e direitos das classes operárias. Sabiam-se, porém, perfeitamente, alguns dos diretores da agremiação, principalmente o dentista Anderson Ferro (...) chefe do partido (...). Nos últimos dias o chamado Partido Operário celebrava repercutidas sessões de assembléia geral, onde se faziam falações incendiárias, sendo porta-voz dos ódios do Conselheiro Rodrigues Júnior (...) o seu protegido Raimundo de [Farias] Brito. (...) No dia 13, à noite, foi avisado o Coronel Governador de pretender Anderson Ferro com seu grupo percorrer as ruas da capital em passeata, assaltar o quartel do Corpo de Segurança e até depor de seu cargo o Coronel Ferraz para aclamar em seu cargo o supracitado Rodrigues! (...) De duas para três horas da tarde começou efetivamente a desfilar o préstito, composto de cerca de 400 pessoas, das quais uns 150 artistas (...) e o maior número de indivíduos de outras classes, ao serviço da oposição (...) A

sessão que se deliberara a passeata durava, dizem-nos, desde as 10 horas da manhã e durante ela beberam-se, ao que informam, muitas carradas de vinho e aguardente (...) <sup>53</sup>.

Narrativas a parte, entre boatarias e interpretações, a entender que o fato/ notícia é uma construção dos interesses através da imprensa à época, a repercussão deste incidente formou uma opinião depreciativa do Governo Provisório do Cel Ferraz e do CRC, em que foi entendido que ambos foram violentamente indispostos com seus opositores. E não foi por menos, pois, diante das cenas de violência descritas pelos órgãos de oposição, bem como, a confissão do jornal governista (o Libertador), a força policial fora implacável a fim de zelar pela ordem pública e a integridade física de algumas autoridades ameaçadas pela “passeata enfurecida”. Contudo, é interessante perceber que, segundo a narrativa da informação apresentada, juntamente com a imagem de desolação das “ruas dominadas pelo terror e pelo medo”, no texto acima, o jornal do Governo se esforçou para amenizar a carga de enunciados negativos sobre seus representantes, apelando para não difamar a imagem dos “profissionais”, quando alega que o maior número era de indivíduos ligados à oposição, que se encontravam enfurecidos pelos discursos inflamados somados à embriaguez da aguardente. A oposição, porém, sem hesitar, não poupou o governo das acusações de truculência e intolerância.

Anteontem [14/ set] uma multidão de operários, tendo terminado uma sessão pública (...) à rua Formosa, saíram para acompanhar o seu presidente [Anderson Ferro] até a residência deste (...) Diversos candidatos respeitáveis [sobretudo, ligados à União Republicana], cortezmente, incorporaram-se à passeata, com o intuito, natural na véspera de um dia de eleição, de mostrar simpatias públicas que os cercavam e assim de animar o povo para o pleito do dia seguinte (...) caiu [então] sobre ela uma numerosa força da guarda cívica (...) os soldados, de rifles desembainhados, começaram a espancar brutalmente o povo (.....) Foram presos já os seguintes cidadãos, os quais todos, exceto o primeiro, foram recolhidos à cadeia Pública: Conselheiro Rodrigues Jr, Francisco Paula Pessoa, Miguel A. Ferreira Leite, Miguel Fernandes Vieira (...) <sup>54</sup>.

Diante dos ataques feitos pelo Estado do Ceará – Órgão da União Republicana, o jornal Libertador insistiu em defender-se, confirmando que “não era uma multidão de operários, mas [somente] 150 artistas dentre aquela multidão de mais de 400 indivíduos”. A acusação mais uma vez recaiu sobre os antigos chefes monárquicos e os novos

<sup>53</sup> “Ocorrências de Anteontem” IN: Libertador – Órgão do Centro Republicano. Fortaleza. Ano X, nº 210, 16/setembro/1890, p. 02.

<sup>54</sup> “Graves Acontecimentos” IN: Estado do Ceará – Fortaleza: Ano I, nº 44, 16/ set/ 1890. p. 02 e 03.

partidos (operário e católico), como atitudes desesperadas, tendo em vista a perda do prestígio público dos primeiros, bem como, o insucesso no pleito dos segundos. No intuito de rebater as críticas e justificar as acusações, o Libertador comentou ainda:

O pretendido Partido Operário só na capital tinha alguns elementos que não passariam mais de 200 votos; as facções Ibiapaba e Accioly haviam desaparecido completamente (...) a do Conselheiro Rodrigues fora reduzida a proporções insignificantes. Restava somente em frente o Partido Republicano os clérigos e estes não atingiriam nunca, na capital, mais de 300 votos. A liga minu-Aquiráz, a que o Estado [do Ceará] chama, por escárnio à República, União Republicana, abstendo-se do pleito, fê-lo, não em virtude dos acontecimentos do dia 14, mas porque teve vergonha de pleitear a eleição com meia dúzia de eleitores<sup>55</sup>.

A princípio, a facção Rodrigues Júnior, através do Clube Democrático e seu jornal Cearense, tentou arremessar em torno de si a atenção dos trabalhadores urbanos de Fortaleza. Para este fim, foram feitas tentativas de aproximação com as duas entidades que, naquela ocasião, buscaram legitimar o seu papel junto ao regime republicano na esfera local. Com o Partido Operário, o apoio da facção Rodrigues Júnior se fez logo durante o seu surgimento. Em contrapartida, os órgãos governistas, em especial o Libertador, se empenharam a depreciá-lo, pois seria este mais um concorrente às urnas. Como se leu no artigo “Operários e Artistas”<sup>56</sup> nas páginas do Cearense, Ano XLIV, nº 148, 06/julho/1890, p. 01, o órgão o Clube Democrático se manifestou em defesa do partido neófito.

Sabeis o que é o Partido Operário? O Partido Operário é grande parte da nação. É um dos movimentos mais imponentes que já se operou no Brasil, nascido diretamente do povo, sem ser impulsionado por inspirações do governo (...) Aqueles que acreditam que as aspirações do partido Operário deveriam limitar-se ao estabelecimento de uma associação de beneficência, revelam-se ineptos (...) Entretanto, a verdade não é esta por parte do ‘Libertador’ que não cremos desconheça ainda que o partido operário é um partido político. Parece-nos haver nas intrigas movidas dali uma intenção condenável, e isto é tanto mais procedente quanto se sabe que a gente do ‘Libertador’ não peca por ingenuidade.

<sup>55</sup> “Os Acontecimentos do dia 14” IN: Libertador – Órgão do Centro Republicano. Fortaleza. Ano X, nº 211 17/setembro/1890, p. 02.

<sup>56</sup> De acordo com a documentação de época, os termos “artista” ou “artesão” e “operário” se diferenciavam no sentido em que aos dois primeiros caberiam-lhes as habilidades manuais no trabalho artesanal, como curtidores, marceneiros, mestres-de-obra, pintores, sapateiros, chapeleiros, alfaiates, escultores, funileiros, dentre outros. Ao último termo, referiu-se àqueles trabalhadores das atividades fabris e manufatureiras. Ver também: Pereira. Op. Cit. 2001. p. 40 – 50.

Em diferentes números do Cearense, se viu notas diversas em nome do Partido Operário, que variavam desde as coberturas de suas sessões, eleições para sua diretoria, chamadas para as suas assembléias, dentre outras publicações sempre acompanhadas do brasão da República. A demonstrar simpatia pela iniciativa “das classes laboriosas – artistas e operários”, o Cearense, fazendo-se em nome da causa do referido partido, chegou a transcrever o “Programa de Combate” do Partido Operário atuante no cenário da Capital Federal, publicado na Gazeta do Operário, assinalado por Calazans Figueredo. Dentre outros pontos, os artigos do programa reivindicaram diminuição da carga horária de trabalho para oito horas, atribuir responsabilidade aos patrões, diretores e mestres em matéria de acidentes de trabalho, redução das horas de trabalho às mulheres e crianças, democratização do capital (estabelecimento de caixas cooperativas e auxílios mútuos), criação de vilas operárias e “propagação do nacionalismo (...) e libertação dos operários das garras da politicagem”<sup>57</sup>.

Ainda frente às disputas em torno da legitimidade partidária nas primeiras eleições republicanas, o Cearense cedeu espaço em suas páginas para Anderson Ferro, presidente do Partido Operário, que rebateu os comentários depreciativos feitos pelos órgãos de imprensa ligados ao governo provisório, acusando a entidade de ser oportunista:

Partido Operário - Enuncio de novo a segunda parte da tese formulada pela ilustre redação d’A Pátria: ‘Aqui ele [o Partido Operário do Ceará] pode ser um produto de imitação’. (...) a imitação contém bastante mérito, porquanto é ela o prolongamento dum fenômeno dado num mundo evolutivo. Não supomos e nem ao menos desejamos que nos suponham com tal ou qual merecimento na organização desse partido<sup>58</sup>.

Ficou evidente que o grupo ligado ao Conselheiro Rodrigues Júnior manteve sólidos interesses quando se aproximou do Partido Operário. Naquela conjuntura, assim como o Católico, ele representava uma dentre as novas forças políticas que poderiam certamente angariar prestígio público. No âmbito local, poderia até abalar as bases do CRC, tendo em vista a aspiração que os trabalhadores organizados, assim como os clérigos, tiveram em torno da possibilidade de participarem democraticamente da República. No entender das antigas

<sup>57</sup> “Partido Operário – Evolução Operária – Programa de Combate – Nossa Nota: 1891!” IN: Cearense – Órgão Democrático. Fortaleza: Ano XLV, nº 03, 04/janeiro/1891, p. 01.

<sup>58</sup> Cearense – Órgão Democrático. Fortaleza: Ano: XLIV, nº 136, 21/julho/1890. p. 02.

oligarquias cearenses, a crescente campanha do CRC seria desfalcada com a participação de outros grupos partidários que, certamente, subtrairiam seus votos, possibilitando, assim, uma provável retomada das famílias remanescentes da política imperial às esferas administrativas, tendo em mente o apoio dos seus antigos redutos eleitorais.

Já as tentativas de aproximação do Conselheiro Rodrigues Júnior com a União Operária não foram bem sucedidas. O fato é que os órgãos governistas, em especial o Libertador, fizeram parecer que havia deliberado apoio do governo provisório àquela entidade. Na edição do dia 08/julho/1890, João da Rocha, empregado das oficinas tipográficas do respectivo jornal, atacou a redação do Cearense a respeito de uma possível hostilidade entre ele e o Partido Operário.

Numa tentativa desesperada de se redimir e aproximar-se dos diretores da União Operária, a redação do Cearense, Ano XLIV, nº 131, 15/julho/1890, p. 02, publicou o artigo “Aos Operários”, de autoria do maior publicista daquela entidade. A fim de demonstrar neutralidade em meio às querelas entre os órgãos Libertador e o Cearense, apontando para a “solidificação da classe operária por um novo prisma”<sup>59</sup>, João da Rocha fez uma chamada “humanitária” em que reconheceu a condição dos trabalhadores enquanto agentes sociais na República. Entretanto, ao contrário do que ocorreu com as agitações operárias na Capital Federal, as “classes laboriosas cearenses” deveriam tomar outro posicionamento que não fosse aquele do embate direto, como as greves ou a participação nos pleitos eleitorais.

Venho hoje perante os meus irmãos – os operários – pedir a atenção de todos para o movimento que, depois da proclamação da República, está se manifestando no Brasil, notavelmente na Capital federal, entre as classes operárias (...) Longe de pensar como os nossos infelizes irmãos proletários da Europa, suplantados pelo peso descomunal do trabalho (...) que procuram pelas greves que só a eles são prejudiciais, esclarecer aos ricos, os que sem dó nem piedade sugam-lhe o sangue, o princípio humanitário (...) venho, pois contrário, por meios brandos (...) estender a mão calosa aos meus irmãos operários para atravessarmos a estrada íngreme da nossa existência (...).

No texto acima, está claro que, através de um representante, a União Operária apresentou uma possibilidade de inserção na vida pública, sem que a respectiva organização trouxesse os conflitos de ordem social à tona dos interesses partidários. Em verdade,

---

<sup>59</sup> Com essa expressão, no artigo “Minha Posição”, n.º O Operário – Órgão da Classe Operária, Ano I, nº 20, 31/julho/1892, p. 01, João da Rocha tenta justificar a sua não-participação junto às atividades político-partidárias após a deposição dos deodoristas, tendo em vista a consolidação do pacto oligárquico local sob a liderança de Nogueira Accioly.

independente do grupo político dominante a que o tipógrafo estivesse ligado, este discurso foi muito bem vindo numa época marcada por tensões em torno da consolidação de um pacto social, pois houve urgência por parte das elites urbanas em ascensão, como o grupo representado pelo jornalista João Cordeiro, de se afirmarem sobre as antigas forças políticas, sem que houvesse adversários e concorrentes políticos em outros setores da sociedade civil, também vislumbrando a participação democrática como realização do novo regime.

O apoio explícito do CRC à União Operária pode ser percebido nas chamadas e notícias correntemente publicadas: “Ontem ao meio dia reuniu esta sociedade na oficina do artista Raimundo Balaio. Informam-nos que a União Operária vai tendo bom êxito, em vista da adesão franca de artistas e operários que se tem escrito” (Libertador. Ano X, nº 154, 07/julho/1890, p. 02). Na mesma edição, pode se ver a hostilidade que o CRC alimentou entre a União e o Partido Operário: “A um anônimo – mais uma vez protesto que não faço parte da sociedade do Partido Operário do Sr. Anderson Ferro, visto ter fins políticos. Ao vagabundo, astuto e pretensioso, que tomou a si a defesa do meu protesto e não teve a precisa coragem de assinar-se, que tire a máscara e apareça – Fco. Alves de Abreu” (Idem).

Para os interesses eleitorais do CRC, era cômoda e favorável uma dissensão entre os trabalhadores que, naquele momento, se viram motivados a se organizar segundo as arestas do imaginário democrático republicano. Mesmo, a saber, que em seus estatutos ambas se tiveram finalidades distintas (o Partido Operário a concorrer ao pleito e a União Operária enquanto sociedade beneficente), o fato é que o CRC oportunamente apoiou a postura “neutra” e beneficente da União para desgastar a imagem do partido como “oportunista” e, com isso, a comprometer a legitimidade das camadas subalternas junto às decisões políticas. Através dos seus órgãos de imprensa, o CRC reforçou o caráter beneficente da União que, por sua vez, manteve uma postura conciliadora com as elites, mas, em relação aos companheiros de classe, foi duramente incisiva, como se mostrou nos ataques de João da Rocha nas páginas do Libertador ao Partido Operário e, sobretudo, ao Cearense, na tentativa de se mostrar distante e denunciar o “oportunismo político”.

(... ..) O editorial do Cearense traz um tópico que, para mim e para os que me acompanham, encerra um insulto porque tenta rebaixar a consciência do operário, encarando-o como uma simples manivela. (... ..) Eu não sou inspirado por nenhum partido político, e por haver empreendido esta campanha pelas colunas do Libertador sou julgado réu de assinar aquilo que não escrevo [João foi acusado de ser aliado-submisso do governo]. Não é só neste ponto que a ilustre redação do Cearense procura amesquinhar o fim social que tive em vista fundando a União Operária; chama-nos de



ineptos, porque antes de organizar um partido operário tratamos da fundação de uma sociedade puramente beneficente. (...) Para mim e para muitos, a criação do partido operário tão afogadilho, não passa de estratégia política para apanhar os votos dos operários nas próximas eleições<sup>60</sup>.

Em meio aos embates entre a União Operária e o Partido Operário, houve momentos em que se tentou diferenciar o papel de cada entidade, no intuito de amenizar as intrigas e acalmar os ânimos. Porém, essa iniciativa foi sem êxito, pois, no momento em que a participação dos trabalhadores na vida política entrava em pauta, as diferenças entre as entidades e os ânimos novamente se acirravam. Emblemática foi a ocasião em que na edição de 21/julho/1890 do Libertador (Ano X, nº 165, p. 02) o tipógrafo João da Rocha publicou outra nota denominada “Aos Operários”. Após receber correspondência do vice-presidente do Partido Operário da Capital Federal, Luís da França e Silva, segundo sua versão, João participou de uma assembléia do Partido Operário Cearense, ocorrida na residência de Anderson Ferro, então presidente. Na ocasião, ele admitiu não haver hostilidade “entre as duas associações operárias fundadas nesta capital”. Contudo, ao aludir à leitura realizada do Manifesto do Partido Operário Cearense, João atacou:

(...) não suponham que eu estou de acordo com o Partido Operário desta Capital, pois, basta a leitura do seu Manifesto, há pouco publicado, para desvanecer as esperanças (...) O manifesto, como uma gargalhada homérica às faces do operário, diz que só na Europa é que o operário precisa de caixas econômicas e monte-pios, porque lá o operário anda atrás do trabalho, e aqui, país vasto e rico, o trabalho ANDA ATRÁS DO OPERÁRIO [grifo do autor]. E é em pleno século XXIV [sic], em pleno reinado da luz, que se vem dizer ao operário: - tu não tens necessidade de economias nem de garantir o futuro de teus filhos, porque o trabalho se encarregará de vos procurar!... (...) tem razão o cidadão Anderson; nós o que precisamos é de música, e quanto ao resto... cada um se arranje como puder! A vista do que acabou de expor, me é impossível pertencer ao Partido Operário (...)<sup>61</sup>.

Além das posturas políticas divergentes, entre as respectivas entidades, existiram também pontos destoantes em relação à leitura que cada uma fez sobre a realidade do

<sup>60</sup> “Aos Operários” IN: Libertador – Órgão do Centro Republicano. Fortaleza. Ano X, nº 155, 08/julho/1890, p. 03.

<sup>61</sup> “Aos Operários” IN: Libertador – Órgão do Centro Republicano. Fortaleza. Ano X, nº 165, 21/julho/1890, p. 02.

seu grupo social naquela época. Segundo o documento acima, em nome daquela sociedade beneficente, João da Rocha deixou claro que a preocupação era com as necessidades imediatas demandadas pelos trabalhadores de Fortaleza, como melhores condições de trabalho, remuneração nos fins de semana e feriados e, na lógica de uma associação beneficente, auxílios mútuos, o que, certamente, uma organização da sociedade civil para aqueles fins daria conta de solucionar. Mas, desprestigiando os métodos utilizados pelo adversário, a via político-eleitoral escolhida pelo Partido Operário foi entendida como “oportunista”, mesmo quando este também se dispôs a solucionar os mesmos problemas apontados pela União Operária, em pauta na agenda daqueles segmentos. Em síntese, atesta-se a fragilidade destes setores em se organizar naquele período, em busca de um projeto político-social consistente, a participarem das decisões na neófito República. Forças desfavoráveis como a ascensão das elites urbanas, a mobilização das oligarquias remanescentes dos antigos partidos monárquicos, dentre outras, disputaram a atenção dos trabalhadores como forma de fragilizar seus adversários, oportunamente se aproveitando da inabilidade até então presente nestes setores que estavam engatinhando na experiência político-partidária.

Após João Cordeiro e o CRC retirarem o apoio a Deodoro e, concomitante, a queda deste e dos seus governadores estados afora, com o contra-golpe de Floriano Peixoto, em 23 de novembro de 1891 (Carone. Op. Cit. p. 56 - 84), o Cel. Benjamin Liberato Barroso (vice-governador deposto por Deodoro e ligado a Nogueira Accioly) conseguiu recuperar o cargo e depor, após três meses de resistência, o então insistente governador deodorista no Ceará, Gal. Clarindo de Queiroz, em 16 de fevereiro de 1892, com o apoio da Escola Militar de Fortaleza. Antes deste episódio, diante da aclamação popular ao Cel. Liberato Barroso e a Floriano Peixoto para expulsarem o último vestígio deodorista do Ceará, João da Rocha e outros operários do Libertador publicaram A Legalidade. Homenagem dos Operários do ‘Libertador’ aos Salvadores da República, em 02/ dezembro/ 1891. Nos seus dizeres, João da Rocha se mostrou diferente daquele outro momento em que se disse “livre das intrigas políticas”.

Caiu o generalíssimo Deodoro da Fonseca! (...) Rasgando a Constituição política da República brasileira, o governo do generalíssimo Deodoro abriu uma chaga no coração da Pátria que só poderia ser cicatrizada com a sua deposição (...) Felizmente, o caráter brasileiro não se deixou suplantar diante de covardes traidores da Pátria, que lhe moviam na sombra guerra de extermínio, e os déspotas de ontem não passam

hoje de míseros Judas, que nem sequer são dignos de comiserção pública<sup>62</sup>.

Após a queda do Gal. Clarindo de Queirós, as tensões da política local ficaram relativamente menos exasperadas, em virtude da aliança entre João Cordeiro, o CRC e a União Republicana. Em curso, ali foram colocadas as manobras que consolidaram o pacto oligárquico sob a direção do Comendador Nogueira Accioly, unindo também seus órgãos de imprensa, o Libertador e O Estado do Ceará, no jornal A República, neutralizando, assim, a força política dos possíveis adversários da facção Rodrigues Júnior e do Partido Operário. Ficou, portanto, evidente que o tipógrafo João da Rocha, mesmo não participando diretamente do processo político-eleitoral, esteve atento aos movimentos que ocorreram envolvendo a consolidação da República em sua versão oligárquica no Ceará.

Em 28/fevereiro/1892, pouco após a queda dos deodoristas cearenses, juntamente com João Benevides, ele fundou O Operário, jornal cuja “principal missão é pugnar pela fiel execução das artes, reagir contra a postergação dos direitos dos operários e restabelecer a verdade, quando empanada pela mentira”<sup>63</sup>. O Operário se disse adepto dos ideais cívicos do republicanismo e parafraseou “Silva Jardim, o destemido apóstolo das idéias republicanas”, para aclamar a firmeza nos objetivos a serem alcançados, como “a unidade de todas as classes laboriosas cujo estandarte deve trazer estampado em letras de ouro a legenda universalmente ambicionada – o progresso!”<sup>64</sup>.

Naquela ocasião, a troca de farpas entre a União Operária e o Partido Operário deu espaço para outras circunstâncias latentes ao momento, como o grande número de sócios inadimplentes<sup>65</sup> que ameaçava falir a entidade, bem como, o partido que se eximiu das lutas eleitorais por conta do seu esgotamento com a reorganização das facções locais. Como bem sugeriu Batalha (Op. Cit. p. 176), “como resposta à exclusão social e política que não terminou com o advento da República, parte substancial dos setores organizados da classe operária priorizou a luta por direitos sociais”. Tanto O Operário quanto O Combate, na arena

<sup>62</sup> ROCHA, João da. “Caiu o Generalíssimo Deodoro da Fonseca!” IN: A Legalidade. Homenagem dos Operários do ‘Libertador’ aos Salvadores da República. Fortaleza: Tipografia do Libertador. 02/ dez/ 1891. p. 02.

<sup>63</sup> “O Operário” IN: O Operário – Órgão da Classe Operária. Fortaleza. Ano I, nº 01, 28/fevereiro/1892. p. 01.

<sup>64</sup> Idem.

<sup>65</sup> Em diferentes números do ano de 1891, desde os primeiros meses da União Operária várias chamadas foram feitas a lembrar, cobrar e até ameaçar os sócios da entidade em débito com a arrecadação, em que o tesoureiro chamou a “atenção dos Srs. associados que se acham em atraso, para o artigo 18, § 3º dos nossos estatutos (...)”, reportando-se à exclusão dos inadimplentes. “União Operária” IN: Libertador – Órgão do Centro Republicano. Fortaleza. Ano X, nº 247, 28/outubro/1890. p. 03.

jornalística de Fortaleza, passaram a tratar de temas comuns às necessidades dos trabalhadores.

Com discurso que sugeriu autonomia, O Operário tratou de temas polêmicos e bateu de frente com instituições públicas como a Intendência Municipal, acusada de “falta de patriotismo” em virtude desta não intervir sobre os preços cobrados dos produtos de primeira necessidade, como o pão, carnes, grãos, farinha, dentre outros. Disse ainda: “A nossa Intendência devia empregar esforços para afugentar ou desarmar os monopolizadores daqui (...), auxiliando com certos favores a certos negociantes que quisessem vender gêneros alimentícios por preços razoáveis”<sup>66</sup>. Além da carestia combatida naqueles tempos de escassez e de ágio, outros temas também foram denunciados pelo jornal: as demissões de trabalhadores braçais contratados para serviços públicos e perseguidos pelas facções políticas no poder, as péssimas condições de trabalho, a redução da jornada e a campanha pela remuneração nos finais de semana<sup>67</sup>. Seus editores chegaram ainda a fundar a “Confederação Operária”, idealizada por “artistas e operários”, que, de acordo com o seu discurso, irradiaria influência sobre outros “clubes filiados” a serem criados pelos municípios do Ceará, com o intuito de realizar congressos anuais e sessões permanentes<sup>68</sup>. Mas, segundo Pereira (Op. Cit. p. 133), “o projeto definha até em razão dos desentendimentos entre João da Rocha e João Benevides”.

No tocante ao embate direto contra os desmandos patronais, O Operário hesitou em apelar para a greve como estratégia de luta. Segundo o jornal, “a greve é a ruína de uma classe – é o caminho da miséria dos que só vivem do trabalho”. Disse ainda que a greve dos tipógrafos em 1882 e a “que se deu nas oficinas da Estrada de Ferro de Baturité, é a prova mais exuberante das conseqüências funestas que sempre nos trazem em meio à resistência que nossos irmãos têm lançado mão, aconselhados por indivíduos que se intrometem na classe como emissários dos que têm interesses em especular com os filhos do trabalho”, se reportando à atenção que os operários deram às intrigas partidárias naquela ocasião, em que os chefes opositoristas saíram ilesos e os grevistas “resultou [na] emigração de muitos pais de família e o acabrunhamento de outros que encontravam diante de si as portas das oficinas fechadas (...)”<sup>69</sup>. Diante do receio à repressão policial, à perseguição

<sup>66</sup> “Carestia” IN: O Operário – Órgão da Classe Operária. Fortaleza. Ano I, nº 05, 27/março/1892. p. 01.

<sup>67</sup> Conf. “Uma Injustiça” e “Ver para crer” IN: O Operário - Órgão da Classe Operária. Fortaleza. Ano I, nº 03, 13/março/1892. p. 02 e 03.

<sup>68</sup> “O Operário” IN: O Operário - Órgão da Classe Operária. Fortaleza. Ano I, nº 10, 08/maio/1892. p. 01 e “Confederação Operária” IN: O Operário - Órgão da Classe Operária. Fortaleza. Ano I, nº 12, 22/maio/1892. p. 01.

<sup>69</sup> “As Greves” IN: O Operário - Órgão da Classe Operária. Fortaleza. Ano I, nº 02, 06/março/1892. p. 01.

patronal, dentre outros aspectos negativos à sua existência, devem ser levadas em consideração as inabilidades e a pouca experiência dos trabalhadores brasileiros, em geral, concernente à sua organização autônoma e combativa, uma vez que, conforme já vislumbrados, havia tanto a proximidade destes com as oligarquias locais e as elites urbanas, bem como dos clérigos, junto às demais camadas populares, minando qualquer postura que vislumbrasse o conflito, em nome da via conciliadora.

Do mesmo modo, o Partido Operário através d'O Combate se alinhou àquela postura de “tocar, reunir, enrolar a bandeira e recolhermo-nos às sombras acariciadoras do lar e ai esperar – os clarões alviaçareiros de melhores dias para os brasileiros e para a Pátria”<sup>70</sup>. Em relação às greves, leitura d'O Combate chegou a apontar “a agitação em que se debate a velha e culta Europa, ameaçada pelas doutrinas socialistas, a que tem sido levadas as classes operárias pelo desespero produzido pela ambição dos grandes capitalistas e pelo abandono dos governos imprevidentes”<sup>71</sup>. Inserido nesta realidade em que se viu anulado no jogo político-eleitoral, o Partido Operário Cearense também fez concessões aos rumos que a política brasileira passou a tomar nos anos em que a Presidência da República ficou sob o controle do “Marechal de Ferro”, Floriano Peixoto, e o Ceará ao controle da oligarquia acciolina. Mesmo diante da violência típica daqueles dias, os editores d'O Combate afirmaram que “o grupo operário de que somos o seu representante na imprensa do Estado – não está ligado a nenhum dos partidos políticos que presentemente disputam ou gozam as delícias do poder, ou as propinas das posições oficiais”<sup>72</sup>. Deu a entender que, em Fortaleza, os trabalhadores organizados ainda estavam divididos entre os grupos políticos rivais. Mas, em seguida, o jornal reconheceu as limitações do seu grupo e concluiu:

Não erguemos um grito de guerra contra a burguesia que assenta nas cumiadas do poder dirige os destinos deste imenso país, queremos sim, que ela que fez uma revolução – não lance um olhar de desdém e desprezo cá para a planície onde ficou o povo, talvez bestializado [grifo do jornal] (...) É preciso que ela se convença de que o operário não quer somente o pão para saciar a fome, exige também a instrução e a oficina para os seus filhos, a casa confortável e sadia porque ele também tem família e o direito de ser cidadão<sup>73</sup>.

Ficou patente que, estando os direitos políticos comprometidos pelas arbitrariedades dos primeiros governos republicanos, aos trabalhadores restaria o esforço para

<sup>70</sup> “O Combate” IN: O Combate – Órgão do Partido Operário. Fortaleza. Ano VI, nº 01, 01/janeiro/1896. p. 02.

<sup>71</sup> “O Operário” IN: O Combate – Órgão do Partido Operário. Fortaleza. Ano VI, nº 01, 01/janeiro/1896. p. 03.

<sup>72</sup> “O Combate” IN: O Combate – Órgão do Partido Operário. Op. Cit. 01/janeiro/1896. p. 02.

<sup>73</sup> Idem.

garantir seus direitos sociais, tão caros naqueles dias em que predominou “um liberalismo ortodoxo, já superado em outros países”. Segundo José Murilo de Carvalho (2002. p. 61 e 62), na primeira Constituição republicana, 1891, “com direitos civis e políticos tão precários, seria difícil falar de direitos sociais [e que] houve mesmo retrocesso na legislação”.

Passadas as agitações no início da década de 1890, o jogo político foi favorável à consolidação da oligarquia liderada por Nogueira Accioly no poder local. Em virtude das suas alianças com os presidentes do pacto oligárquico no âmbito nacional, o oligarca exerceu três mandatos (1896 – 1900, 1904 – 1908, 1908 - 1912), sendo intercalado por Pedro Borges (conhecido por “governador fantoche”, entre 1900 – 1904), no período compreendido de 1896 a 1912. Neste espaço de tempo, a realidade dos trabalhadores organizados e de outros setores subalternos da população de Fortaleza não foi tão distante daquela observada pela União Operária e pelo Partido Operário. Cabe dizer que essas entidades foram esgotadas e seu caráter político sucumbido, tanto pelo desgaste social das oportunidades que não lhes vieram, bem como, pela indiferença com que o acciolismo dispensou às camadas populares em geral.

## B) OUTRAS ENTIDADES SÓCIO-PROFISSIONAIS

Outras entidades surgiram e, à sua maneira, se empenharam na participação das discussões públicas, dispondo de pautas pertinentes às demandas enunciadas por cada categoria que era representada. Primeiramente, destacou-se a Phenix Caixeiral, representante dos caixeiros, fundada em 1891, mas, com maior expressão no início do século XX. Em segundo, o Centro Artístico Cearense, de 1904, criado com o apoio da Maçonaria e se dizia porta-voz dos “artistas”, assim denominados marceneiros, pintores, mestres-de-obra, carpinteiros, curtidores, mas que também agregou trabalhadores fabris. Assim como ocorreu no momento anterior há pouco vislumbrado, vale ressaltar que a relação entre estas entidades e as elites políticas em evidência foi relativamente estável, até ser colocada em cheque a legitimidade do pacto oligárquico instituído por Campos Sales, no início dos anos 1910 com a ascensão de Hermes da Fonseca e a “Política das Salvações”. No que diz respeito à cultura política presente nestas entidades, foram predominantes as reivindicações em torno da meritocracia, reclames em nome das políticas de bem-estar social inexistentes, a caracterizar suas práticas em torno do assistencialismo e da beneficência sócio-profissional, sem posicionamentos político-ideológicos bem definidos.

Sobre a Phenix Caixeiral não foi encontrado registro histórico algum de hostilidade entre os caixeiros e o acciolismo, a não ser nos últimos suspiros da oligarquia, no final de 1911 como será enfocado. De acordo com Francisco de Assis Oliveira (2005. p. 48 e

49), “a Sociedade Phenix Caixeiral realiza um associativismo em que se combinam as práticas do mutualismo e beneficência e as ações nos campos instrutivo, educacional e literário. Tais práticas incluem a aproximação do poder local e da esfera política, em busca de apoio à construção e manutenção de equipamentos sociais. Também por distinção social, no meio, cria sensíveis diferenças com a atuação de outras categorias no mundo do trabalho”. Esta relação suave entre os trabalhadores do comércio e a elite política consolidada no poder local pode ser compreendida pela própria natureza e pelos objetivos capitais daquela entidade. Segundo a com a documentação histórica encontrada no Instituto do Ceará, “Dizia Antônio Alves Brasil, primeiro presidente da Phenix Caixeiral, numa das páginas do Relatório do segundo e último ano de sua gestão, 1892, que (...) a Phenix Caixeiral, este grande monumento tem por fim proporcionar a educação de seus associados e a uniformidade da classe”<sup>74</sup>. Ligada diretamente à principal atividade econômica de Fortaleza (o comércio), os caixeiros já experimentavam certo prestígio e desejavam galgar ascensão social, tendo em vista que, desde meados do século XIX, eles “cuidam da instrução como meio de distinção social e vão tomando parte nas lutas sociais” (Gonçalves e Funes IN: Teófilo, 2003. p. 20).

Portanto, fica evidente que o horizonte vislumbrado pela entidade girava em torno da inserção pública e, sobretudo, da ascensão social dos comerciários pelo aprimoramento letrado. Como sugeriu Nicolau Sevcenko (1995), o ingresso na vida pública pelas letras foi amplamente contemplado pelas camadas urbanas na transição da Monarquia para a República. Um dado curioso sobre os primórdios da vida republicana em Fortaleza e a preocupação dos “rapazes empregados do comércio com a propaganda republicana”, foi registrado nas memórias do antigo caixeiro Antônio Sales, quando este relatou em suas reminiscências que “postos em contatos por mim os elementos civis e militares, aproveitando-se a ocorrência do meu aniversário, largamente noticiado nos jornais, para reunimo-nos ao sobradinho da rua das Trincheiras, e nesse dia o Clube Educando Caixeiral transformou-se em Centro Republicano Cearense” (Sales, 1995. Op. Cit. p. 86). Ficam patentes os anseios daquele segmento com o novo regime desde o seu alvorecer em Fortaleza.

Diante desta perspectiva, reportando-se às tensões políticas em que diferentes setores sociais se envolveram nos primórdios da República, a saber, que uma pequena minoria se afirmou no poder e subtraiu dos demais os direitos políticos e civis, a memória registrada dos trabalhadores do comércio pela Phenix Caixeiral afirmou: “para que os indivíduos componentes de determinada classe soubessem reclamar esses mesmos direitos sonogados por

---

<sup>74</sup> Memória Histórica da Phenix Caixeiral do Ceará. Publicada por Ocasião do Primeiro Centenário da Independência do Brasil. Fortaleza. Tipografia Comercial; 1922. p. 16.

outros indivíduos que se julgassem membros de uma classe privilegiada, preciso se tornava que se lhes iluminasse a inteligência com o tirocínio do ABC, isto é com a Ciência”<sup>75</sup>.

No intuito de “promover o adiantamento da classe”, a Phenix Caixeiral, “surgida das cinzas da [primeira] Beneficente Caixeiral [1868]” (Teófilo, 1927. Op. Cit. p. 67), foi fundada por Antônio Alves Brasil, Pedro Moniz, Joaquim Sá, José Rodrigues Carvalho, Francisco Barros Teles, Antônio Ivo de Matos, dentre outros, que foram também membros da diretoria da “Escola do Comércio do Ceará”<sup>76</sup>. Porém, os alunos da referida escola vivenciaram uma dolorosa rotina, tendo em vista a conciliação entre a jornada no comércio e o início das aulas, sempre no período noturno. A reconhecer que, “a principal nobreza da Phenix Caixeiral é esta: os caixeiros, depois de um dia de trabalho, desde a manhã até um pedaço da noite [das 08 às 21 horas, respectivamente], correm presunçosos com seu livro debaixo do braço em busca dum pouco de instrução”<sup>77</sup>, para atender seus fins, os interesses da entidade entrou em choque com os proprietários, ou seja, os donos do comércio, seus respectivos patrões. A jornada de trabalho sobrecarregada foi o alvo mais combatido pelos caixeiros, a fim de promover a educação dos seus sócios. A demanda justificou a defesa da causa, pois, grande era o contingente de empregados do comércio que variava entre “caixeiros de balcão, armazém ou de escritórios dos estabelecimentos comerciais, guarda-livros, agentes e representantes das casas de importação, empregados de atendimento das casas bancárias, despachantes e pessoal de escritório das alfândegas, agentes e pessoal de escritório das estradas de ferro, leiloeiros, corretores, cobradores de sociedades de direito privado, empregados de escritórios dos estabelecimentos industriais, entre outros” (Pereira. Op. Cit. p. 148).

Por sua vez, esse objetivo fez com que ela colecionasse desafetos em torno de si a partir dos proprietários comerciais. A saber, os comerciantes representavam um grupo bastante influente no Estado, junto aos poderes públicos e aos demais segmentos hegemônicos urbanos, sobretudo, pelo que representavam em termos de prestígio e poder econômico, ligados diretamente aos interesses agro-exportadores de Fortaleza enquanto pólo convergente (Girão. 1995. Op. Cit.). Contudo, em virtude das tensões geradas em torno das elites no início dos anos 1910, tendo em vista os atritos entre os comerciantes e a oligarquia, o apoio aos interesses dos caixeiros veio de forma inusitada. O atrito entre a Associação Comercial do Ceará e o governo, estimulou a redação do jornal A República, órgão acciolista,

---

<sup>75</sup> Idem. p. 17.

<sup>76</sup> Idem. Ibidem. p. 22.

<sup>77</sup> Phenix Caixeiral – Órgão da Sociedade Phenix Caixeiral. Fortaleza. Ano II, nº 01, 24/junho/1893. p. 01.



a ir em defesa dos caixeiros por estes conquistarem “a golpes de esforço” reduzir a jornada para o término às 18 horas<sup>78</sup>, tendo como cerne da tensão a “lei orçamentária que [sobre] as taxas de indústria e profissão, já por si pesadíssimas, mandou, em seu artigo 7º, sobrepor as porcentagens de 30, 60 e 80% a que se refere a lei-monstro, sob o nº 877, de 11 de fevereiro de 1907”<sup>79</sup>, como também se leu no *Jornal do Ceará*, órgão oposicionista. Mais uma vez, constatou-se a disputa das facções políticas rivais pela atenção e apoio junto às categorias profissionais organizadas.

Durante boa parte da sua permanência no poder, o grupo acciolino não se viu em divergências com os caixeiros, a demonstrar que os interesses da entidade em nada estiveram ligados às questões políticas. Até mesmo sob o mal-estar do episódio da Revolta dos Catraieiros (1903) quando foi morto o comerciante Adelino Marques Dias por disparos efetuados contra a multidão pela Força Policial, em que seu cadáver foi exposto às escadarias do Palácio do Governo, a *Phenix Caixeiral* não tomou partido em nome do morto, a intervir apenas na campanha de donativos para “os órfãos e as viúvas do massacre de 03 de janeiro”, arrecadando auxílios vindos da “Liga Cearense de Belém, Cearenses de Manaus, Centro Cearense do Rio de Janeiro”, dentre outras instituições e entidades, noticiados nos jornais oposicionistas<sup>80</sup>. Em nenhuma ocasião, a categoria responsabilizou o governo pelos seus excessos junto aos trabalhadores do porto e os demais manifestantes. Pelo que se viu, até então, a *Phenix Caixeiral* teve livre-trânsito e muito bem se relacionou com as duas facções políticas que se digladiavam à época, de um lado, a oligarquia acciolina e do outro os dissidentes João Brígido, Waldomiro Cavalcante, Agapito dos Santos e outros. Tanto nos órgãos oposicionistas *Unitário* e *Jornal do Ceará* quanto em *A República*, chamadas, matérias e notícias referentes à *Phenix Caixeiral* foram publicadas em inúmeras edições. Comum naquele momento, assim como outros profissionais, a atenção dos caixeiros foi disputada entre as respectivas facções, a ponto do jornal *Unitário* se dirigir “ao seu digno Presidente, o nosso distinto e prezado correligionário Joaquim Magalhães”<sup>81</sup>.

Na documentação histórica referente à *Phenix Caixeiral*, não são testemunhados fins políticos na entidade. Ao que parece, essa preocupação com o aprimoramento intelectual, a eximiu dos embates político-partidários e abriu arestas para que

<sup>78</sup> “Entrelinhas” IN: *A República* – Folha da Tarde. Fortaleza. Ano XX, nº 106, 07/maio/1911, p. 01 e *Memória Histórica da Phenix Caixeiral do Ceará*. Op. Cit. p. 20.

<sup>79</sup> “O Comércio Cearense e o Sr. Nogueira Accioly” IN: *Jornal do Ceará* – Político, Comercial e Noticioso. Fortaleza. Ano IV, nº 831, 26/maio/1908, p. 01.

<sup>80</sup> “As Esmolas” IN: *Jornal do Ceará* – Político, Comercial e Noticioso. Fortaleza. Ano I, nº 08, 04/abril/1904, p. 03.

<sup>81</sup> “Ecos e Notícias – Phenix Caixeiral: manifestação a J. Magalhães” IN: *Unitário* – Jornal Político. Fortaleza. Ano III, nº 327, 23/outubro/1905, p. 01.

ela circulasse livremente entre as trincheiras. Atenção também foi dispensada a qualquer gesto que sugerisse o envolvimento nas querelas políticas tão latentes à época, a se fazer presente no próprio funcionamento da agremiação. Nos corredores da Escola de Comércio, eram rigorosamente incentivados comportamentos que não chamassem a atenção ou dessem indício de motins urbanos, tão comuns no período. Como pode ser lido no “Aviso aos Alunos da Escola de Comércio da Phenix Caixeiral” (s/d), cartaz de época encontrado no Instituto do Ceará, segundo o “Art. 117 do Regulamento em vigor”, era “expressamente proibido: (...) 3º - Efetuar reuniões dentro da Escola, 4º - Fazer reuniões em frente ao estabelecimento (...), 8º - Ler livros estranhos à aula, jornais ou revistas, 9º - Tratar de assunto alheio à matéria da aula”. Para amenizar a rigidez diante da preocupação com a sociabilidade dos caixeiros, o caráter beneficente e outras formas de sociabilidades foram cultivados, a exemplo dos bailes dançantes e saraus promovidos, como leu se a respeito do carnaval de 1911: “nos amplos salões do palacete da ‘Phenix Caixeiral’, festivamente decorados, efetuou-se anteontem uma atraente festa promovida pelo apreciado ‘Clube Caixeiral’, que conta inúmeras simpatias no nosso meio social. O comparecimento de senhoras, senhoritas e cavalheiros foi avultado, dançando-se alegremente até alta madrugada nos cinco salões (...)”<sup>82</sup>.

Mesmo evidente que a entidade não foi afeiçoada às questões políticas, um fato merece ser destacado. No calor das dissidências oligárquicas, tendo a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca alimentado o rancor de determinados setores sociais, como os militares, alguns intelectuais, comerciantes, dentre outros, o surgimento da “Seção Militar” da Phenix Caixeiral foi no mínimo curioso, principalmente por esta iniciativa ter o apoio do próprio governador do Estado, o Comendador Accioly. Visando “dar aos sócios da Phenix a educação militar indispensável a todo cidadão”, esta seção se imbuu de dar instruções bélicas aos domingos, dadas por um oficial do Exército nacional, em que se constatou “evoluções militares, emprego, conhecimento e manejo de armas, curso de tiro (...) quando os inscritos são obrigados a comparecerem uniformizados, trajando túnica, calça e bonés brancos, conforme o plano adotado”<sup>83</sup>. A presença do Vice-Presidente do Estado, Gracco Cardoso, em um desses treinamentos, sugere o quanto esta atitude foi bem-vinda. Naquele momento, às vésperas do levante armado de 1912, a iniciativa da “sessão militar” caixeiral se mostrou favorável à situação da oligarquia, tendo em vista que nos seus últimos dias no poder, os

---

<sup>82</sup> “Clube Caixeiral” IN: A República – Folha da Tarde. Fortaleza. Ano XIX, nº 47, 27/fevereiro/1911, p. 01.

<sup>83</sup> “Seção Militar da Phenix Caixeiral” IN: A República – Diário da Tarde. Fortaleza. Ano XVI, nº 65, 18/março/1908, p. 01.

Accioly se depararam com o surgimento de inúmeras “ligas” que, a exemplo da “Liga dos Alfaiates”<sup>84</sup> arregimentaram diferentes setores contra o governo.

A simpatia e o empenho que o governo do Estado dispensou à seção militar foi tanta, que n’A República de 08/maio/1908 (Ano XVI, nº 106, p. 02) se publicou: “Exmo. Sr. Dr. Gracco Cardoso, 1º Vice-Presidente do Estado e representante do Ceará na Câmara Federal, em telegrama que ontem dirigiu à Phenix, gentilmente comunicou que o Marechal Hermes da Fonseca, Ministro da Guerra, atendendo à solicitação daquela benemérita sociedade, providenciou para que os exercícios da ‘Seção Militar da Phenix’ se realizem dora em diante no Quartel da 9ª Infantaria, e bem assim que, nesses exercícios, os inscritos se utilizassem das armas do referido Batalhão”. Ao que parece, tendo em vista os diversos incidentes violentos, ocorridos isoladamente tanto na capital quanto no interior, a presença de integrantes do grupo governista e o apoio a qualquer iniciativa com armas em punho ao seu favor, leva a crer que, acima do imaginável apoio para-militar dos caixeiros à oligarquia em crise, o grupo acciolino apelou para angariar adesão de qualquer segmento social. Ao que se atesta, somente nos últimos momentos, quando a oligarquia já agonizava, é que se viu indício de que a categoria participou da “Liga Caixeiral Pró-Franco Rabelo”, enquanto classe representativa, em apoio ao candidato opositor no pleito de 1912, identificado com a “Política das Salvações”<sup>85</sup>.

Outra entidade em Fortaleza com projeção pública foi Centro Artístico Cearense. De “hegemonia maçônica” (Parente IN: Souza. Op. Cit. p. 350), fundada em 1904 por José Bezerra de Menezes, Amâncio Cavalcante e Teodomiro de Castro, a instituição também teve sua atenção disputada entre opositores e a oligarquia acciolina, no cerne das tensões ocorridas em torno da “Revisão Constitucional” - movimento encabeçado por Lauro Sodré, cujos aliados no Ceará compuseram o Partido Republicano Democrático, representado por Waldemiro Cavalcante, João Brígido e Agapito dos Santos. O Partido Republicano Conservador, cujo presidente cearense era o Comendador Accioly, também não recuou ao confronto direto, tendo em vista a disputa no pleito estadual de 11/abril/1904.

A princípio, foram os opositores da oligarquia que se aproximaram do Centro Artístico. De antemão, sua existência foi marcada essencialmente pelo associativo beneficente entre os artistas e os operários, sem viés político-partidário algum, agregando significativos segmentos profissionais urbanos, como os marceneiros, mestres-de-obra, pintores, curtidores,

<sup>84</sup> “Nova Liga?” IN: A República – Diário da Tarder. Fortaleza. Ano XVI, nº11, 15/janeiro/1908, p. 03.

<sup>85</sup> “Candidatura Franco Rabelo” IN: Jornal do Ceará – Político, Comercial e Noticioso. Fortaleza. Ano VIII, nº 1438, 20/dezembro/1911, p. 01.

ferreiros, sapateiros, dentre outros com habilidades manuais. De acordo com as colunas do seu órgão, o jornal Primeiro de Maio, a entidade manteve vínculo e notoriedade com outras da mesma natureza, a saber, o Centro Operário de Pernambuco, Centro Artístico e Operário da Paraíba, Centro Protetor dos Operários (PE), Estímulo Caixeiral (PI), Centro Operário da Bahia, Centro Defensor dos Trabalhadores do Mar (BA), União Operária (RS), União Operária do Engenho de Dentro (RJ), Partido Operário Independente do Rio de Janeiro, Federação Operária do Rio de Janeiro e a famigerada Confederação Operária Brasileira, sediada na Capital Federal. Assim, não tardou para que as elites políticas locais buscassem o apoio da associação junto às suas causas. Mais destacado foi o empenho do Jornal do Ceará em colocar o Centro Artístico à sombra da sua trincheira, se apropriando de discursos isolados de dirigentes da entidade a propalar aparentes desafetos com o grupo governista.

Aberta a sessão tomou a palavra Teodomiro de Castro, que se congratulou pela nova era que se abria ante a classe artística, após treze anos de dificuldades ingentes que teve de sustentar contra o governo antipatriótico que tem tido infelizmente o Estado do Ceará<sup>86</sup>.

Mais do que A República fez em relação à Phenix Caixeiral, foi o que se viu em diferentes números do Jornal do Ceará, no tocante à chamada às reuniões e outras realizações do Centro Artístico sobre a discussão sobre o pleito estadual. Tendo em vista a possibilidade dos artistas participarem das eleições e apoiarem a chapa do Partido Republicano Democrático, o Jornal do Ceará rebateu no artigo “A República e os Artistas” a afirmação do órgão governista que “menciona a necessidade da classe artística não concorrer ao pleito eleitoral, para não dar predomínio de uma [profissão] sobre as outras”. E com ironia o Jornal do Ceará concluiu: “(...) É lamentável, porém, que apenas agora, véspera de eleição, apareçam estes bons desejos, que há mais tempo deviam ter sido postos em prática, em favor desta classe laboriosa, que só tem deveres sem direito (...). Ontem eram eles oprimidos com onerosos impostos, perseguidos com outras vexações e o conselheiro d’ A República [Nogueira Accioly] não via estes sofrimentos para implorar ao sultão desta desgraçada terra compaixão para os operários que se estorciam nas garras da tirania (...) Foi certamente por amor ao proletariado que o Sr. Accioly mandou aumentar os impostos sobre os gêneros alimentícios”<sup>87</sup>.

Durante aquele pleito, acirraram-se as disputas. O Jornal do Ceará se empenhou para construir a legitimidade dos seus candidatos e simpatias entre os trabalhadores.

<sup>86</sup> “Centro Artístico Cearense” IN: Jornal do Ceará – Político, Comercial e Noticioso. Fortaleza. Ano I, nº 07, 30/março/1904, p. 02.

<sup>87</sup> “A República e os Artistas” IN: Jornal do Ceará – Político, Comercial e Noticioso. Fortaleza. Ano I, nº 09, 06/abril/1904, p. 01.

Neste sentido, foram publicadas matérias em que o Centro Artístico homenageou chefes oposicionistas, como aquela em que aconteceu uma reunião na casa de João Brígido, onde 200 artistas, representando a entidade, presentearam-no com um quadro pintado por Antônio Rodrigues, sendo em seguida realizados discursos de membros da Comissão Executiva do Centro, como José Bezerra de Menezes, Teodomiro de Castro e Teófilo Cordeiro. Em contrapartida, pode-se entender também que o Centro Artístico, enquanto entidade, estava buscando se afirmar, angariando notoriedade e prestígio público junto às facções políticas, como ocorreu em relação aos trabalhadores organizados em outros momentos já analisados.

No dia 10 reuniu-se o pujante Centro Artístico em número superior a 500 que plenamente identificados prepararam-se para o pleito, descarregando toda a votação sem discrepância, nos candidatos da chapa oposicionista. Como se havia de esperar a hora aprosada, estavam todos a postos ao lado da grande causa que representamos<sup>88</sup>.

Como já foi dito, houve também interesse da oligarquia no poder em se aproximar também daquela agremiação. Na ocasião do 1º de maio de 1911, poucos meses antes da deposição dos Accioly e já a sentir seus alicerces ruírem, o jornal A República noticiou com elogios carregados a iniciativa do Centro Artístico em comemorar o dia do trabalhador como a “festa do trabalho livre”. Na edição do dia 02/maio/1911, nº 100, o jornal fez cobertura de toda a movimentação do Centro Artístico, a começar pela divulgação na cidade de um boletim convidando em todos os estabelecimentos “os trabalhadores, funcionários, artistas e operários” do centro comercial. Como se leu naquele número, durante a comemoração, foram realizados discursos, brindes e, ao término, uma comissão se dirigiu à Fundação Cearense “carinhosamente recebida pelos proprietários (...) a retribuir os gentilíssimos cumprimentos que os operários daquele estabelecimento enviaram” ao Centro<sup>89</sup>. Vale destacar que, segundo o que se noticiou, as comemorações fora em torno do “trabalho livre”, referindo-se à emancipação dos cativeiros, não enfatizando o caráter de luta e resistência frente à exploração patronal.

Mesmo sendo A República órgão de um segmento das elites, pode parecer intrigante constatar que os trabalhadores empenhados naquela comemoração hesitassem em elevar a lembrança desta data ao caráter combativo, sendo suas experiências naquele momento marcadas por exaustivas jornadas de trabalho, péssimas remunerações, sem nenhuma

<sup>88</sup> “Centro Artístico” IN: Jornal do Ceará – Político, Comercial e Noticioso. Fortaleza. Ano I, nº 12, 12/abril/1904, p. 02.

<sup>89</sup> “Gazetilha – A Festa do Trabalho” IN: A República – Diário da Tarde. Fortaleza. Ano XX, nº 100, 02/maio/1911, p. 01.

assistência do poder público, vigiados pela polícia, dentre outros infortúnios. Porém, a lembrar que sua postura deve ser considerada como “uma amálgama de vertentes distintas”, pode-se constatar que no jornal Primeiro de Maio – Órgão do Centro Artístico Cearense os axiomas da “luta de classe” e da “revolução social” não estiveram presentes naquela associação, sendo “o tema do Socialismo como um compósito que incorpora a religião, a fraternidade, a busca da harmonia (...) numa linhagem de gloriosos mártires – de Jesus Cristo a Karl Marx – modelos para reformadores sociais” (Pereira. Op. Cit. p. 177 e 178), como bem mostrou o seguinte trecho de época:

Todos eles [Jesus e os “mártires do Bem”] seguiram religiosamente suas luminosas pegadas, seus sublimes exemplos, não compreendidos numa época de trevas bárbara e despótica, patentearam aos olhos do mundo – pasmo de extraordinária admiração – o que de belo, sublime e verdadeiro em si consubstanciava - o socialismo, o problema da felicidade humana! – Problema extraordinaríssimo iniciado pelo divino mestre e resolvido pelo cérebro de ouro de Marx! (...) <sup>90</sup>

Dois anos após, comemorando a mesma data, o jornal católico Cruzeiro do Norte noticiou no dia 03/maio/1913 “o dia consagrado às expansões festivas do operariado (...) bastante movimentado”, em que se destacou a participação do Centro Artístico Cearense. Tanto pela influência do liberalismo maçônico quanto da atenção das elites políticas junto aos trabalhadores organizados, bem como, a aproximação dos clérigos, pode-se entender que, até àquele momento, estes últimos não tiveram propensão à crítica incisiva e ao confronto direto com os grupos dominantes hegemônicos no início da experiência republicana brasileira. Concernente ao Centro Artístico e sua cultura política, diferentes nuances estiveram presentes em suas práticas e discursos: da fraternidade cristã aos princípios da social-democracia; do verniz marxista ao assistencialismo, apropriando-se de uma ou de outra referência política e filosófica de acordo com suas demandas imediatas.

Próximo a queda da oligarquia acciolina pelo levante armado de 1912, às vésperas das eleições para presidência do Ceará, naquele mesmo ano, os jornais oposicionistas noticiaram a aclamação de diferentes setores da sociedade em prol da candidatura de Franco Rabelo, opositor do Comendador Accioly. Naquela ocasião, uma manifestação pública no centro de Fortaleza em que “o comércio, unânime, se fechou espontaneamente, todas as

---

<sup>90</sup> “Jesus e o Socialismo” IN: Primeiro de Maio – Órgão do Centro Artístico Cearense. Ano: V, s/d (ilegível). Fortaleza: 01/maio/1908. p. 02.

pequenas fábricas e oficinas operárias do centro da cidade”<sup>91</sup>. Seguiram-se também outros incidentes que contaram com a participação de várias ligas formadas por diferentes agentes sociais. Na edição do dia 27/dezembro/1911 (Ano VIII, nº 1439, p. 01 e 02), o Jornal do Ceará apresentou a fundação do “Movimento Libertador”, em que todas as ligas pró-Franco Rabelo se uniram, dentre elas, a “Liga Caixeiral” e a “Liga Artística Pró-Rabelo”, aclamando chamadas às armas, no dizer “faça-se a libertação do Ceará, custe o que custar! Se cairmos na luta, nossos filhos nos vingarão! (...) Avante, Povo Cearense, que o triunfo será nosso, porque a nossa causa é a da justiça, do direito e da liberdade!”. Dezenas de boletins e panfletos circularam naquele momento, a expressarem adesão à candidatura de Franco Rabelo, assinados por diferentes segmentos e ligas (tipógrafos, alfaiates, caixeiros, feminista, infantil), embevecidos de palavras cáusticas ao acciolismo<sup>92</sup>.

Após o incidente do dia 21 de janeiro de 1912 quando a terceira grande passeata Pró-candidatura de Franco Rabelo, conhecida como a “Passeata das Crianças”, foi duramente reprimida pela Cavalaria do Batalhão de Polícia, com expressivo saldo de mortos e feridos, a dúvida em relação às armas foi exaurida. O estopim dos três dias de confronto que marcaram a experiência urbana de Fortaleza, dividindo a cidade entre rabelistas e acciolistas até a queda dos últimos, registrou na memória histórica da cidade a presença de alguns “rapazes, empregados do comércio, artistas, armados de rifles, [que] viraram alguns bondes no Benfica” (Teófilo, 1914. p. 123 e 124). Sobre este incidente, em suas memórias, o jornalista e escritor Herman Lima, na época empregado da Fotografia Olsen, relatou: “Pode-se dizer que todos os jovens, sem distinção de classe social, mas principalmente estudantes e caixeiros, pegaram em armas (...) lutar contra os soldados do governo” (Lima, 1967. p. 16). Reconhecida pela historiografia como “insurreição popular” de caráter espontâneo (Ponte. Op. Cit. p. 50), foi no calor da revolta contra o atentado às crianças que, amotinada e agrupada com outros setores, junto à multidão enfurecida, se deu a participação isolada de alguns profissionais do comércio, das fábricas ou de habilidades manuais.

De 1889 a 1912, não se deve entender que os trabalhadores organizados em Fortaleza se fizeram indiferentes, cômodos ou passivos, frente aos desmandos dos primeiros governos republicanos. Como se entendeu, à sua maneira, eles criaram suas estratégias de inserção na vida pública, porém, em quase nada lhes foram favoráveis as forças históricas do período, no sentido de que lhes fosse permitida a participação nas decisões coletivas na

<sup>91</sup> “Candidatura Franco Rabelo” IN: Jornal do Ceará – Político, Comercial e Noticioso. Fortaleza. Ano VIII, nº 1438, 23/dezembro/1911, p. 01.

<sup>92</sup> A maioria destes panfletos e boletins foi microfilmada e se encontra no Setor de Microfilmes da Biblioteca Pública do Ceará Menezes Pimentel, microfilme/rolo nºs 62 e 44.

República em construção. Repressão policial, esforços afanados pelas facções oligárquicas, a intervenção conciliadora da Maçonaria e da Igreja Católica, enfim, pode-se dizer que a sombra do discurso democrático propalado pelos agentes republicanos não acolheu as demandas concretas existentes em toda diversidade social presente na realidade dos centros urbanos brasileiros. Isso aponta para a existência de diferentes culturas políticas e percepções variadas de República naquele momento, a entender que o imaginário político à época não era homogêneo, mas, composto por representações variadas que se fizeram perceber, desde as práticas oligárquicas (nepóticas, clientelistas, autoritárias) aquelas mais imediatas (assistencialismo, beneficência) referentes aos desejos dos segmentos sociais menos favorecidos. Não por menos, fora das entidades associativas, houve momentos em que percebendo seus desejos se estrangularem, eles participaram das investidas contra os poderes da época, seja de forma isolada, espontânea, compelida ou desorganizada, infiltrando-se nas multidões e no anonimato da rebeldia popular.

Sobre as revoltas não organizadas deste período, não se pode desmerecer a greve dos catraieiros do Porto do Mucuripe já mencionada. Ela foi a bandeira de luta da primeira e maior cisão no grupo acciolino, que se deu entre o final do governo de Pedro Borges e o retorno de Nogueira Accioly à presidência do Ceará, na gestão de 1904 a 1908. Para os jornais oposicionistas, o “morticínio do dia 3” passou a ser chave para abrir outros temas envoltos da violência cotidiana praticada pela oligarquia, a estampar denúncias que variaram desde a deportação e fuga de “aportados a Belém, bacharéis e empregados públicos (...) vítimas da oligarquia Accioly”<sup>93</sup> à “implantação do terror para eternizar a dominação (...) envolvendo até os indiferentes”<sup>94</sup>, quando também se narrou episódios em que a Polícia do Estado perseguiu estudantes, espancou trabalhadores e ameaçou filhas e esposas de moradores de Fortaleza. Em diferentes edições, o Unitário e o Jornal do Ceará reatualizaram a lembrança daquele episódio, a fim de que ficasse marcada a imagem das práticas políticas da oligarquia, naquelas circunstâncias, dando a entender que “ainda perdura n’alma do povo cearense o terror da horrível tragédia de sangue, de que foi teatro o porto de Fortaleza no lutuoso dia 03 de janeiro do corrente ano, que passará para a história como uma página ensangüentada da política do Sr. Comendador Accioly”<sup>95</sup>.

---

<sup>93</sup> “Ceará - Amazônia” IN: Jornal do Ceará – Político, Comercial e Noticioso. Fortaleza. Ano I, nº 02, 18/março/1904, p. 01.

<sup>94</sup> “Ecos e Notícias” IN: Jornal do Ceará – Político, Comercial e Noticioso. Fortaleza. Ano I, nº 04, 23/março/1904, p. 03.

<sup>95</sup> “Ainda o dia 03 de janeiro” IN: Jornal do Ceará – Político, Comercial e Noticioso. Fortaleza. Ano I, nº 19, 20/abril/1904, p. 02.



O passar do tempo não ofuscou o apelo da oposição. No primeiro aniversário do massacre, o jornal Unitário recordou o “percurso de um ano decorrido da horrorosa tragédia policial, em que mais de uma dezena de cearenses infelizes, foi vitimada pelos combates da força policial do estado, sob o governo tristemente célebre do Dr. Pedro Borges (...)”<sup>96</sup>. Quatro anos após o episódio, já no término do segundo mandato de Nogueira Accioly, o Jornal do Ceará também se posicionou, ao dizer que “sangra-nos ainda o coração de dor ao relembrar a tragédia de 3 de janeiro de 1904. Nunca as praias cearenses, mesmo nos tumultuosos dias da abolição, houveram encharcado as suas brancas areias do sangue de nossos irmãos. Esse batismo rubro não lhe fora dado ainda até o dia em que varados pela bala, caíram por terra vítimas da perversidade inaudita dos mandões da época, um punhado de homens que apenas pediam justiça. (... ..) Rememorando tão triste e vergonhoso acontecimento, o Jornal do Ceará curva-se reverente ante o túmulo dos mortos daquele dia”<sup>97</sup>.

O 03 de janeiro motivou também o apelo às armas, por parte dos jornais da oposição. A crônica “O Olho da Rua”, assinada por um autor anônimo, cujo pseudônimo era Jack, incitou a luta armada para a deposição da oligarquia: “(... ..) falas do teu rifle... Ah, meu pobre amigo! Falas assim dessa arma de morte (...) e ainda põe as mãos na cabeça, e choras as tuas desventuras de todos os nossos desgraçados irmãos das plagas tristes onde compõe a tua desolação de oprimido? (...) Olha: acredito que a salvação do Ceará depende dos cearenses (...) É difícil? Não, Manoel, não é difícil, dês que possuímos a idéia de salvação e é por ela que estamos dispostos à luta (... ..) Eis a verdade – haja a Revolução e será certa a Salvação (... ..)”<sup>98</sup>. Em resposta àquela crônica publicada no Jornal do Ceará, A Republica publicou na edição do dia 18/maio/1908 (Ano XVII, nº 112, p. 01) a nota “Tomem tento!” e, em tom de esclarecimento, se apropriou do tema em torno daquela greve para contra-atacar e intimidar com ameaça sutil a oposição.

(...) Ainda não vai longe o tempo em que a oposição sistemática e odienta arremessou os nossos incautos conterrâneos à revolta de 3 de janeiro, onde bem se evidenciou a perversidade requintada daqueles que, expondo o povo à repressão legal, fugiram miseravelmente no momento do perigo, quando se tornou necessária a intervenção da força pública. E agora, simulando esquecimento daquela triste cena de que fora única responsável essa mesma infrene oposição, cena que o honrado governo de então tanto lamentou, mas que

<sup>96</sup> “O 3 de janeiro de 1904” IN: Unitário – Jornal Político. Fortaleza. Ano II, nº 220, 03/janeiro/1905, p. 01.

<sup>97</sup> “3 de janeiro” IN: Jornal do Ceará – Político, Comercial e Noticioso. Fortaleza. Ano IV, nº 716, 03/janeiro/1908, p. 01.

<sup>98</sup> “Ainda o dia 03 de janeiro” IN: Jornal do Ceará – Político, Comercial e Noticioso. Fortaleza. Ano IV, nº 823, 15/maio/1908, p. 01 e 02.

lhes cumpriu restabelecer a ordem pública seriamente alterada, -  
anda a imprensa a lembrar nova revolta, insinuando mão  
armada contra as autoridades constituídas do estado (... ..) E,  
terminando, lhes repetimos com o imortal Rio Branco: ‘tomem  
tento’!

Da mesma forma, recorrendo ao “03 de janeiro”, o Jornal do Ceará retrucou à  
resposta d’A República naquela chamada às armas dos opositores: “(... ..) Podeis gritar,  
pela palavra mal ouvida dos vossos arautos, que o 3 de janeiro não é obra da oligarquia. Que  
haveis conseguido com isto? Provar somente que vos arreceais, medroso, do dia em que a  
vingança popular exigir o castigo para os sanguinários responsáveis da matança terrível (...  
...) A Revolução será, pois, uma operação salvadora da justiça social (... ..). Esperai-a,  
Comendador Accioly!”<sup>99</sup>. Em resumo, vê-se que até nos momentos em que os trabalhadores  
reivindicaram direitos civis, como não aceitar o sorteio para incorporação obrigatória dos  
estivadores à Armada, as elites disputaram também o apelo à memória dos mortos para  
legitimarem suas trincheiras.

Com a análise apresentada, ficou patente que em meio aos interesses das elites  
políticas, os trabalhadores não foram incorporados ao projeto republicano. A anulação das  
suas demandas sociais sob o ponto de vista da sua autonomia e a violência foram as respostas  
que estes segmentos tiveram ao dialogar com outros setores, concernente à sua participação  
nas instituições republicanas. Naquele período, chefes políticos, clérigos, homens de letras e  
outros segmentos ligados aos grupos hegemônicos urbanos, contribuíram à sua maneira para a  
configuração da República em uma experiência política excludente. Tendo em vista a  
aclamação sobre a instrução letrada como um fator importante de inserção na vida pública no  
período, serão observadas no próximo capítulo as experiências dos trabalhadores de Fortaleza  
no campo das letras, entendido como espaço de oportunidades nos debates públicos.

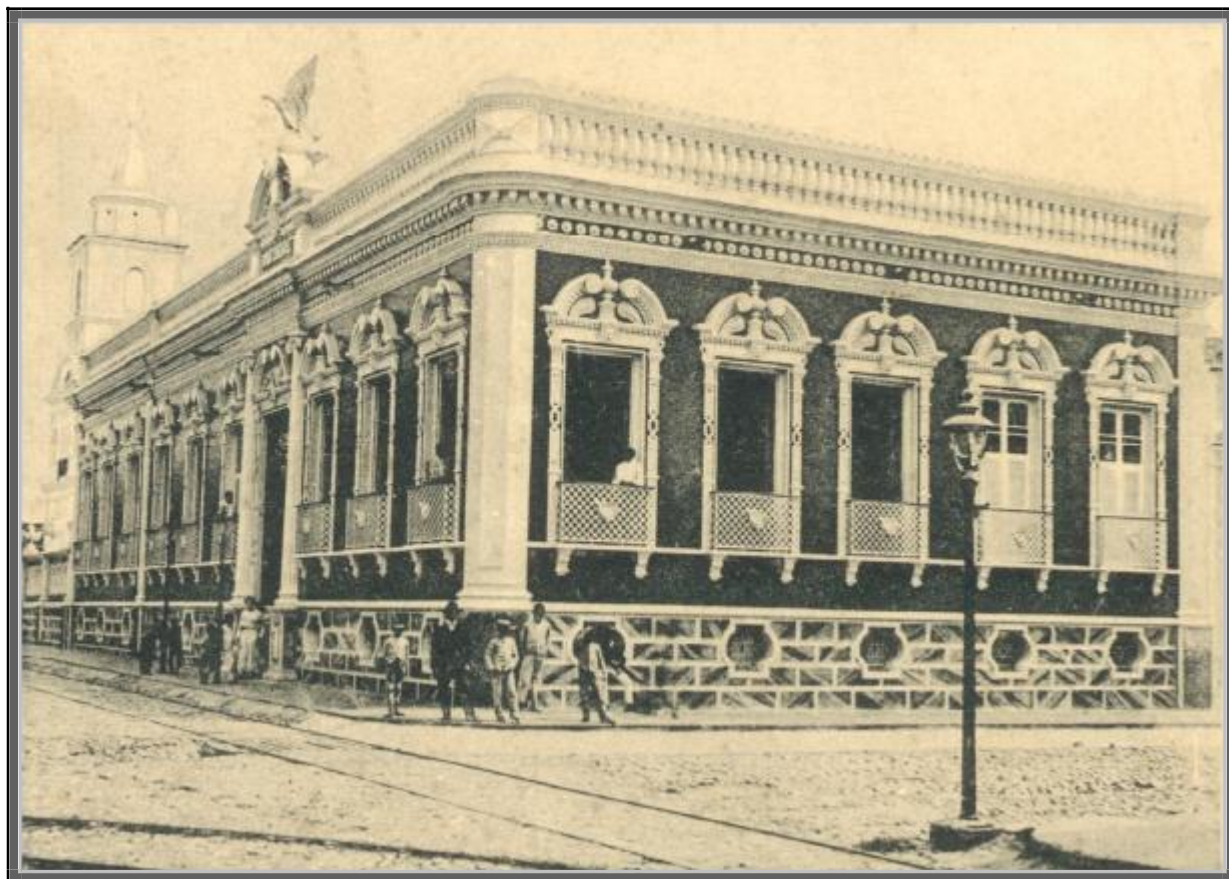



---

<sup>99</sup> “A Revolução é a Salvação” IN: Jornal do Ceará – Político, Comercial e Noticioso. Fortaleza. Ano IV, nº  
826, 17/maio/1908, p. 01 e 02.

## Capítulo 2

### Experiências e Práticas Letradas dos Trabalhadores em Fortaleza



Antigo prédio da Phênix Caixaerial – Entidade fundada em 1893. O engajamento dos seus sócios ajudou a projetar os caixeiros na imprensa e nas rodas literárias de Fortaleza.

Fonte: Arquivo Nirez (fotos gentilmente cedidas pelo Sr. Miguel Ângelo de Azevedo/ Nirez).

# Capítulo 2

## Experiências e Práticas Letradas dos Trabalhadores em Fortaleza

Alguns trabalhadores deram grande importância às práticas sociais em torno da leitura e da escrita. A imprensa, a produção literária e as redes de sociabilidades intelectuais marcaram esta experiência. Porém, não faltaram aspectos desfavoráveis que se somaram a inviabilizar o acesso e o domínio no campo das letras. A começar pela instrução, poucos foram aqueles que, dentro das suas condições materiais, conseguiram concluir o ensino secundário. Muitos não foram além da escola primária, sequer adentraram num curso superior. Outros limites a serem superados foram as condições da publicação, os recursos e os meios de tornar pública suas leituras e impressões, aspecto ligado à inserção nos círculos letrados e à participação nas questões da ordem do dia e, por fim, as relações que foram estabelecidas com outros agentes sociais, a configurar os espaços e as redes de sociabilidade que proporcionaram interlocuções dos trabalhadores afeiçoados às práticas letradas com outros segmentos sociais. Acredita-se que nestes momentos (instrução, publicidade e sociabilidade) os agentes sociais aqui evidenciados superaram limites e criaram estratégias de fazerem suas leituras ressonantes nas rodas intelectuais do período. A fim de dar conta destas reflexões, para este capítulo foi manuseada documentação histórica baseada em livros de memórias, produção literária, jornais da imprensa dos trabalhadores, dados estatísticos e documentos oficiais que permitiram perceber como esteve configurada a participação destes sujeitos históricos no circuito letrado de Fortaleza, na virada entre os séculos XIX e XX.

### 2. 1. Primeiras Letras: a Instrução Letrada dos Trabalhadores

Para esta apreciação, será interessante delimitar o eixo da análise nas primeiras letras ou na realidade do ensino primário cearense entre o final do século XIX e o início do século XX. Este recorte justifica-se por dois aspectos. Primeiramente, por constatar que boa parte dos sujeitos em evidência sequer terminou o ensino secundário e com raríssimas exceções houve quem ingressou num curso superior. Casos isolados foram aqueles oriundos dos segmentos sociais ligados aos agricultores pobres, que concluíram o ensino secundário e chegaram a ocupar distintas posições sociais, a exemplo de Antônio Sales e João Cordeiro. Em menor número foram os filhos de trabalhadores urbanos que concluíram o ensino

superior, nos casos de Rodolfo Teófilo e Herman Lima. Como serão observados, muitos aceitaram os desafios impostos pelas limitações do sistema educacional brasileiro à época e foram, em verdade, autodidatas, como o poeta Otacílio de Azevedo. Outros, familiarizados com as letras (ou com os números) por conta do ofício que realizaram, se aventuraram nas atividades da literatura e da imprensa, a exemplo do caixeiro Lívio Barreto e do operário gráfico Pedro Augusto Mota. Uma vez que no Brasil era “a educação de tipo aristocrático, destinada antes à preparação de uma elite do que à educação do povo” (Azevedo, 1996. p. 558), pode-se dizer que o estudo era um privilégio. Mundo afora, os estudos que se reportaram à educação das camadas populares informam que se comparado ao início do século XVIII, em geral, o acesso à instrução foi significativo em algumas realidades européias, a destacar França e Inglaterra, seja pela iniciativa do Estado, seja pelas profissões e habilidades fabris que demandavam o domínio da leitura, ajudando a fomentar um público leitor e produtor de textos, mesmo sendo número de analfabetos e iletrados ainda bastante expressivo<sup>100</sup>.

Em segundo, como os agentes históricos em destaque nesta pesquisa receberam o ensino das primeiras letras entre as décadas de 1860 e 1900, evidencia-se a realidade do ensino primário no Ceará a partir deste recorte cronológico. Sendo boa parte desses letrados oriunda das vilas e das cidades do interior cearense, coube aqui em certos momentos considerar o ensino primário além da capital. Logo, os aspectos de ordem administrativa, as políticas de ensino, o cotidiano das salas de aula, as dificuldades enfrentadas pelas camadas sociais menos favorecidas a manterem sua prole na escola, bem como, as iniciativas do poder público, os investimentos privados e as estratégias de determinadas entidades de trabalhadores a superarem as precárias condições de instrução aos seus filhos, permitiram entender quais foram os desafios enfrentados por este segmento social no acesso ao mundo letrado.

A princípio, pode-se dizer que o sistema educacional brasileiro, no período imperial, foi marcado por um conjunto de leis com intenções que destoavam da realidade social. O Ato Adicional (1834), a Reforma Couto Ferraz (1854), Reforma Leôncio de Carvalho (1871) ilustraram bem esse distanciamento entre as políticas de ensino e as reais

---

<sup>100</sup> Segundo Ponce, o “índice da eficácia da escola primária a porcentagem de alunos que conseguiram terminá-la, somos obrigados a concluir que só um número muito reduzido de crianças está em condições de cursá-la de ponta a ponta: 45% na Prússia, 41% na Áustria, 25% na Bélgica”. Ver: PONCE, Aníbal. Educação e Luta de Classes. Trad. José Severo de Camargo Pereira. 19ª ed. – São Paulo: Cortez, 2001. p. 155. THOMPSON, Edward P. A Formação da Classe Operária Inglesa Trad. Denise Bottmann – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Vol. 3. Col. “Oficinas de História”. p. 303 – 440 e DARNTON, Robert. Boemia Literária e Revolução. O Submundo das Letras no Antigo Regime – São Paulo: Cia. Das Letras; 1989. p. 27 e 28.

condições de vida da população, a conceber uma “educação [que] teria de arrastar-se, através de todo o século XIX, inorganizada, anárquica e incessantemente desregrada” (Azevedo. Op. Cit. p. 556). Não tão distante daqueles tempos, as políticas educacionais desenvolvidas nos primeiros governos republicanos, como a Reforma de Benjamin Constant (1890), Reforma Epitácio Pessoa (1901), Reforma Rivadávia Correia (1911) e Reforma Carlos Maximiliano (1915), levam a crer que “a República manteve a responsabilidade do governo central para com o ensino superior e a instrução primária e secundária no Distrito Federal (Rio de Janeiro), [sendo que] a maioria das iniciativas atinge os Estados apenas de forma indireta”, cabendo aos governos locais organizá-las (Vieira e Farias, 2002. p. 131).

Para a vastidão de trabalhos na historiografia do ensino no Brasil, há um forte consenso de que as políticas educacionais só tiveram reais preocupações com os segmentos pobres da sociedade, primeiramente, a partir de 1922, com a Reforma de Lourenço Filho e, posteriormente, na década de 1930, quando, de início, houve necessidade de ajustar a força-de-trabalho à velocidade da produção fabril, bem como, distanciar a orientação política dos trabalhadores das concepções comunistas, socialistas e libertárias e, concomitante, quando se deram efetivamente os primeiros passos para integração de um sistema educacional unificado e uma administração estrutural do ensino no território nacional na década de 1930<sup>101</sup>. Contudo, no que ficou entendido, esses dois últimos momentos não estão comportados no recorte proposto nesta análise.

Naquela virada de século, o cotidiano das salas de aula esteve deveras distante do conteúdo das leis, reformas, discursos e políticas de ensino. Difícil, sem dúvida, descrevê-lo na íntegra, pois, é escassa a documentação tocante a este aspecto. As professoras e mestres pouco ou quase nada relataram fielmente como era a sua labuta na instrução das primeiras letras. Logo, juntar fragmentos e realizar quase um exercício de arqueologia, desvendando memórias empoeiradas pelo tempo, recorrer vez ou outra ao método analógico, foram estratégias aqui adotadas para se ter uma idéia de como foi a rotina dos alunos, os filhos das camadas populares, e dos seus professores naquele período.

---

<sup>101</sup> Alguns trabalhos foram importantes para a feitura deste tópico: AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira*. (6ª ed)– Brasília/ Rio de Janeiro: UNB/ UFRJ, 1996; CUNHA, Luiz Antônio. *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*. – Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978; FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade*. – São Paulo: EDART, 1978; NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. – São Paulo: EPU, 1976; ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da Instrução Pública no Brasil (1500 - 1889)*. – São Paulo: EDUC, 1989. Sobre a História do Ensino no Ceará, ver: CASTELO, Plácido Aderaldo. *História do Ensino no Ceará*. – Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial/ Instituto do Ceará, 1970; HAGUETTE, André. *A Educação no Ceará*. – Brasília: UNICE, 1989; VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Sabino de (col.). *História da Educação no Ceará: Sobre Promessas, Fatos e Feitos*. – Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002; CAVALCANTE, Ma. Juraci Maia (org.). *História e Memória da Educação no Ceará*. – Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002.

Numa certa passagem de um texto biográfico sobre o poeta Antônio Sales, baseada em relatos coletados pelas narrativas e memórias de contemporâneos e do próprio versejador de Trovas do Norte, algumas pistas foram reveladoras sobre a instrução primária no final do século XIX.

Paracuru não contava ainda quando o nascimento de Antônio Sales com um grupo escolar e, por isso, o menino estudando com o pai as primeiras letras já aos cinco anos de idade lia com facilidade. Tanto que ao se fundar por lá a primeira escola primária o pequeno e franzino Antônio nela ingressaria alfabetizado em contraste com os demais companheiros, analfabetos e bem taludinhos (...) Miguel [o pai de Antônio] era de pouca instrução, gostava de política e declamava versos de Gonçalves Dias, Domingos Magalhães e de Antônio Bezerra. Aparecera mesmo por Paracuru um vendedor que presenteara o menino Antônio com o volume *Serões Fluminenses*, uma seleta de poesias para o recitativo ao piano (...) Aos doze anos de idade, em 1880, Antônio terminava o seu curso primário com notas brilhantes em aritmética e com os *Lusíadas* na ponta da língua (...) O amor pelas línguas e em especial pela inglesa, deve-o ao Padre Leopoldo, colaborador do órgão católico *Verdade* e que o presenteara com uma gramática inglesa do Mota. Mas o rapazinho Antônio preferia, aos livros escolares, o convívio com os personagens dos romances de Gaboriau, Dumas, Gonzáles, Alencar, Escrich, Macedo e a companhia dos bons poetas<sup>102</sup>.

Esta passagem traz informações preciosas sobre o contato que poucas crianças tiveram com as primeiras letras naquele período. A começar pelo raro estímulo dado por alguns pais ao iniciarem seus filhos em casa, tendo a leitura dos cânticos litúrgicos e o recital de poesias como os principais atrativos, a envolver pela musicalidade, rimas e ritmos tão contagiantes. Como ficou claro no texto, o estímulo recebido em casa certamente contribuiu para que o menino Antônio Sales se diferenciasse em relação aos seus coleguinhos no grupo escolar, analfabetos e bem “taludos”, robustos, provavelmente, em virtude das atividades que eles realizavam na labuta doméstica comum ao ambiente rural. Longe da grande maioria de muitos infantes do interior cearense, Sales era filho de um modesto comerciante, Antônio Miguel, “de pouca instrução e que gostava de política e declamar versos” (Bóia, 1984. p. 73). Tanto o comércio quanto a política exigem certa intimidade com as letras, o que teria contagiado pai e, em outras circunstâncias, o filho.

A princípio, esta seria uma rara exceção para o exercício e a prática da leitura, em que crianças de condições sócio-econômicas mais modestas receberam estímulo além da

<sup>102</sup> BÓIA, Wilson. Antônio Sales e sua Época. – Fortaleza: BNB, 1984. p. 73 e 74.

sala de aula, ou seja, no próprio espaço doméstico ou nas atividades religiosas, tendo por perto parentes, amigos ou outra “alma generosa” que emprestassem livros, revistas jornais. A saber, se o custo dos materiais de leitura como livros e jornais eram considerados onerosos às condições de época, nota-se que o acesso à leitura era, sobretudo, muito limitado, uma vez que, em média, uma folha diária custava \$60 cada exemplar e um livro variava entre 1\$000 e 10\$000, de acordo com a encadernação, procura, autor e editora<sup>103</sup>.

Elevado também era o valor dos portadores de texto e mais ainda era o custeio dos estudos se os pais optassem pela rede privada. A jóia (equivalente à matrícula) e as parcelas cobradas nos estabelecimentos de ensino presentes nos anúncios de época informam que esses valores foram bem onerosos, se tomar como parâmetro uma renda familiar modesta, comparada ao “magro ordenado de sessenta mil réis”, recebido pelo poeta Otacílio de Azevedo, quando este exerceu nos anos 1910 a função de auxiliar de fotografia e vez ou outra, caixeiro-balcão (Azevedo. Op. Cit. p. 202). Seu contemporâneo, também funcionário no mesmo estabelecimento a exercer ofício similar, o escritor Herman Lima discorreu em suas memórias que “ganhava quarenta mil réis por mês e trabalhava das oito às seis da tarde” (Lima, 1967. p. 51). Realizando a mesma função em meados da década de 1880, o jovem Antônio Sales recebia na Casa Comercial de Jesuíno Lopes 25\$000 “com direito à casa e comida” (Bóia. Op. Cit. p. 74). Se aproximados aos custos do ensino, os salários pagos à época apontam para o distanciamento das possibilidades de estudo vivenciado por boa parcela dos trabalhadores pobres naquele momento.

A historiografia do Ensino no Ceará revelou números correspondentes às taxas cobradas pelo ensino primário à época nas escolas particulares de Fortaleza. No ano de 1876, o Colégio São José cobrava aos alunos internos 400\$000 anuais divididos em quatro parcelas e para os semi-internos 200\$000, mais a jóia de 30\$000. Para os alunos externos, além da jóia de 30\$000, a mensalidade era de 4\$000, acrescidos os preparatórios que variavam de 5\$000 (equivalente a um curso) a 15\$000 (para cinco cursos). Já o Instituto Cearense de Humanidades, em 1879, cobrava para os internos 40\$000, 20\$000 para os semi-internos e

<sup>103</sup> De acordo com Arruda (2006), com 1\$000 réis comprava-se da loja de Gualter Silva As Fábulas de La Fontaine “ou optar por uma régua de madeira, um frasco de aguardente, um envelope, ou, ainda, duas escovas de dente”. Com 2\$000 réis se comprava qualquer das obras de Aluísio Azevedo: O Homem, O Mulato, O Coruja. “Juntando mais 1\$000 réis ao seu valor poderia escolher entre O Primo Basílio de Eça de Queiroz, As Pupilas do Sr. Reitor de Júlio Diniz ou Lucíola de Alencar. Ou ainda entre três títulos da Condessa de Segur e dez títulos de Georges Ohnet. Para os que estavam dispostos a retirarem muitos mil-réis da algibeira, Gualter possuía cinco exemplares de Os Miseráveis de Victor Hugo; três exemplares a 40\$000 réis e dois exemplares a 50\$000 réis”. Ver: ARRUDA, Ozângela. A Atuação dos Livreiros e a Circulação de Romances em Fortaleza no século XIX. [www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios](http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios). Sobre valores, preços e custos de diferentes livros, jornais, revistas e outros materiais de leitura, ver também: <http://www.unicamp.br/iel/memoria/cronologias/numeros>.



5\$000 para os externos, acrescidas as disciplinas, que variavam o preço de 8\$000 por duas a 13\$000 por quatro, mais a jóia não informada (Castelo, 1970. p. 247 e 248). Os anúncios estampados num jornal do início de 1890 também mostraram que o Colégio Franco-Brasileiro cobrava para o ensino primário as seguintes mensalidades: 150\$000 (aluno interno), 90\$000 (semi-interno) e 18\$000 (externo)<sup>104</sup>. Já no início do século XX, o Ginásio Cearense cobrava pelo curso primário os valores mensais de 6\$000 (primeiro ano), 8\$000 (segundo ano) e 10\$000 (terceiro ano), mais a jóia de 10\$000 e pagamento de exames: 10\$000 por uma matéria, 15\$000 por duas e 20\$000 por três<sup>105</sup>.

De acordo com o custo de vida da época, comparado à carestia em voga, pela razão da gratuidade, o ensino público primário tornava-se a alternativa mais favorável aos filhos das camadas de baixa renda da população. Como bem foi apontado, “os colégios eram privilégio de poucos não apenas porque seu número era reduzido, mas, também, pelos custos que representavam para uma população de pobres recursos” (Vieira e Farias. Op. Cit. p. 114). Naquele período o recurso das “subvenções”, bolsas de estudos concedidas pelo erário público, foi utilizado, mas, como se constatou, “constituíram uma expressão clientelista de troca de favores entre deputados e seus afilhados políticos” (Idem. p. 115). Os valores acima apresentados, se equiparados aos dos gêneros de primeira necessidade e as condições de vida de grande parcela da população, sugerem que a educação era um privilégio de poucos.

Raimundo de Menezes apresentou os preços de alguns produtos vigentes no comércio de “Fortaleza há 40 ou 50 anos passados”. Suas crônicas publicadas ao longo da década de 1930, sendo a primeira edição do seu livro *Coisas que o Tempo Levou* de 1938, ilustrou no texto “O Comércio de Outros Tempos” os preços de certos produtos nas décadas de 1880 e 1890 (Menezes, 2000. p. 154). Abaixo se apresentam algumas mercadorias indispensáveis a qualquer família, por mais modesta que seja.

Produtos	Valor
Arroz (litro)	\$240
Feijão (litro)	\$240
Farinha (litro)	\$060
Querosene (garrafa)	\$200

<sup>104</sup> “Anúncios - Colégio Franco-Brasileiro” IN: A Pátria. Folha da Manhã. Ano I, nº 25. Fortaleza: 22/ janeiro/ 1890. p. 04.

<sup>105</sup> “Anúncios – Ginásio Cearense” IN: A República. Ano XV, nº 11. Fortaleza: 14/janeiro/1907. p. 02.

Açúcar (garrafa)	\$400
Carga de água	\$300
Sabão (quilo)	\$400
Peixe fresco (quilo)	\$600
Carne verde (quilo)	\$400
Aluguéis de casa (duas portas)	12\$000 a 14\$000
Aluguéis de casa (três portas)	20\$000 a 25\$000

FONTE: MENEZES, Raimundo de. *Coisas que o Tempo Levou*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000. p. 154.

Em primeira instância, o gasto numa única compra, sem considerar a priori que certos produtos seriam adquiridos novamente ao longo de um mês, acrescido o valor médio de um aluguel, tinha uma soma que variava em torno de 16\$840 a 27\$840. A contar que uma família à época possuía uma prole expressiva, esse valor seria indubitavelmente acrescido de outras compras recorrentes, como foi dito, tanto dos gêneros supracitados, bem como, outros, a saber: banhas para fritura (porco, dendê etc), melação, lenha, roupas, calçados, transporte (para usuários do bonde), lazer etc. Somado o valor de um jornal, segundo o cronista Raimundo Menezes, seria em média \$60 a mais. Logo, se uma família se dispusesse à leitura de um órgão semanal (hábito muito raro entre famílias de baixa renda), esse hábito acrescentaria \$240 em média sobre o orçamento doméstico. Válido é destacar que nesta crônica o autor se reportou aos valores “mais ínfimos”, de “diferença fantástica” se comparados aos dos anos de 1930.

Em período de seca, esses valores se elevavam bastante, como mostra a documentação histórica disponível. Equilibrar o orçamento doméstico exigia malabarismos diante da carestia dos gêneros de primeira necessidade, constantemente acometidos por ágios. No início da década de 1890, momento em que a sociedade cearense saía de uma estiagem, uma outra tabela de preços com produtos básicos para o consumo doméstico foi encontrada no jornal *O Operário*, quando seu editor apelou para a “Intendência [que] devia afugentar ou desarmar os monopolizadores”<sup>106</sup>. O jornal porta-voz da Sociedade Beneficente União Operária (analisada no capítulo anterior), denunciou a prática do ágio correntemente empregada naquele período de escassez. Abaixo, segue a tabela dos preços cobrados em Fortaleza.

<sup>106</sup> “Carestia” IN: *O Operário*. Órgão das Classes Operárias. Ano I, nº 05. Fortaleza: 27/março/1892. p. 01.

Produto	Valor
Carne do Sul (quilo)	1\$000
Carne Verde (quilo)	\$800
Açúcar (quilo)	\$800
Café (quilo)	\$300
Sabão (litro)	\$640
Farinha (litro)	\$160
Arroz (litro)	\$400
Feijão (litro)	\$320
Rapadura (unidade)	\$080
Lenha (uma acha)	\$020

FONTE: Jornal “Carestia” IN: O Operário. Órgão das Classes Operárias. Ano I, nº 05. Fortaleza: 27/março/1892. p. 01.

Acrescido o aluguel de um imóvel modesto de duas portas, como os apresentados na tabela anterior, o custo médio de um gasto seria em torno de 18\$520, sem contar outros produtos e outras necessidades, já mencionados, como transporte, leitura, lazer etc. Ademais, não bastassem as estiagens e o respectivo comprometimento das lavouras de grande cultivo e de subsistência, as oscilações cambiais e a dependência financeira e comercial da economia brasileira às variantes externas deixavam os preços dos produtos “sujeitos às avaliações subjetivas dos comerciantes” (Menezes, 1998. p. 85). Portanto, constata-se a dificuldade visível para a prole de um trabalhador residente na capital cearense manter-se na escola, tendo em vista não só a carestia como uma constante no cotidiano dos setores menos favorecidos, mas, também, o parco ordenado recebido por estes em suas desgastantes jornadas de trabalho. Assim, estima-se que foi bastante improvável que algum dos seus filhos pudesse freqüentar as primeiras letras em escolas particulares, cabendo então às escolas públicas essa tarefa de absorver as crianças de baixa renda. Além destas, há de ser considerado que boa parte das crianças de origem pobre, proveniente dos subúrbios e sertões cearenses, ajudava nas atividades domésticas (agricultura de subsistência, oficinas de beneficiamento e outras tarefas como traslado de água, cozinha, limpeza etc) e que não teve quase ou nenhum acesso à instrução primária, conforme será analisado.

A rede pública de instrução primária na transição da Monarquia para a República foi perpassada por “um grande ecletismo de idéias e intenções políticas” (Olinda IN: Cavalcante, 2005. 2. p. 128). No entanto, as intenções presentes nas leis, reformas e decretos não foram absorvidos ou sequer corresponderam à realidade das salas de aula. Na prática, a preocupação vislumbrada nos discursos sobre a instrução primária da população de baixa renda, entrou em contraste com um universo social em que “a educação ainda não era tida como uma obrigação do Estado, mas como um sacrifício para as famílias; sacrifício esse que seria compensado economicamente mais tarde” (Idem. p. 129). Assim, a expressão de José Murilo de Carvalho, quanto à realidade de “uma ilha de letrados num mar de analfabetos” foi bastante lúcida para definir a sociedade brasileira no tocante ao acesso à instrução<sup>107</sup>. As estatísticas do período não contrariam esta afirmação, pois “em 1872, para uma população recenseada de cerca de 10 milhões de habitantes, a matrícula geral nas escolas primárias não excedia a 150 mil alunos, e se calculava, segundo os dados oficiais, em 66,4 a porcentagem de analfabetos” (Azevedo, 1996. p. 571). De acordo com o gráfico da “Diretoria Geral de Estatística”, a população alfabetizada no Ceará correspondeu a um índice alarmante, sendo de apenas 13,0 % no recenseamento de 01/agosto/1872 (Apud Bastos, 1985. p. 307).

Na alvorada da República, a primeira administração estadual, encabeçada pelo Cel. Ferraz e o CRC, analisada no capítulo anterior, esteve amplamente sintonizada com o discurso de progresso e modernidade propalado pelo novo regime político. A entender que a “República não pode manter o ensino público no estado em que o deixou o regime decaído. [Tendo] obrigação de dar-lhe vida, desenvolvimento, cunho científico e horizontes mais puros”<sup>108</sup>, no ano de 1890, o jornal A Pátria apresentou as tensões vivenciadas por aqueles agentes políticos, em que apontaram vários posicionamentos, iniciativas, preocupações, práticas e discursos envolvendo a primeira administração republicana na esfera da Instrução Pública, em particular, no ensino primário.

A começar, dos números 15 ao 22, respectivamente, de 12/ janeiro/1890 a 19/janeiro/1890, João Saraiva, membro do CRC, publicou uma seqüência de artigos intitulados “Instrução Popular” que, dentre outras preocupações, apontou como deveria ser pautada a educação moderna da população, previsivelmente, tendo por base as críticas ao período monárquico e suas limitações. Naquele artigo, ele sugeriu aos novos administradores

---

<sup>107</sup> José Murilo de Carvalho dedicou uma preciosa parte do seu livro *A Construção da Ordem à análise da cultura letrada dos dirigentes brasileiros (burocratas, políticos, magistrados etc), a compreender a formação intelectual da elite política no Brasil Imperial. Ver CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem (A Elite Política Imperial)/ Teatro de Sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2003.*

<sup>108</sup> “Recenseamento Escolar” IN: A Pátria. Folha da Manhã. Ano I, nº 37. Fortaleza: 14/ fevereiro/ 1890. p. 02.

parâmetros educacionais como aqueles deliberados pela “opinião dos membros do Congresso Nacional de Paris”, a destacar a erradicação do analfabetismo entre os trabalhadores, a disseminação do laicismo nas escolas, incentivar o ensino científico e tecnológico aos alunos, sobretudo, da Escola Normal e do Liceu. Em outro momento, o lente do Liceu do Ceará, Dr. Helvécio Monte, publicou um artigo no nº 24 de 21/janeiro/1890 d’A Pátria, intitulado “Inspeção das Escolas”, em que este narrou minuciosamente, dentre outros aspectos, sua observação do estado físico das escolas do ensino primário nos municípios de Sobral e Granja, sertão norte do Ceará, onde ele esteve a desenvolver trabalhos. As precárias condições de funcionamento, reduzida frequência dos alunos, o rendimento comprometido destes, além dos baixos salários dos professores e as ínfimas condições de trabalho, foram os destaques na observação que ele concluiu da seguinte forma:

São estas as informações, que posso dar, por observação do funcionamento das aulas primárias nas escolas de Sobral e Granja; e, como complemento às minhas observações, faço sentir a diretoria que, sem inspetores locais, interessados pelo desempenho do cargo, será difícil, ou quase impossível, conseguir-se pelo interior da província um ensino primário regular, na altura dos esforços do governo, e dos gastos, feitos com ele<sup>109</sup>.

O que pode ser vislumbrado é que diante da emergência em tornar legítimo e competente o novo regime político e a sua eficiência na esfera do ensino, o governador Cel. Ferraz fez a urgente nomeação dos membros do CRC, dentre eles, Joaquim Catunda, professor da Escola Militar e lente do Liceu do Ceará, para a Inspetoria Geral da Instrução Pública, auxiliado por Dr. Helvécio Monte, Dr. Sant’Iago Sobreira, Martinho Rodrigues, Sérvulo Juçuba e Justiniano de Serpa. Esta instituição deu início ao primeiro recenseamento escolar do período republicano no Estado o que, posteriormente, teria legitimado uma série de intervenções na rede pública do ensino no Ceará. A começar pelas escolas primárias, a supressão de professores, fechamento de cadeiras, punições, demissões, suspensão de vencimentos, contratações etc, deixaram a entender, posteriormente, que motivos políticos orientaram bem mais essas práticas que alguma preocupação efetiva com as melhorias na educação estadual. Segundo a documentação de época, o “recenseamento escolar (...) mais ou menos como ensaio deve ser tentado no município da capital, onde havendo grande número de escolas, em vez de diminuir, cresceu o número de analfabetos. Depois então estender-se-á

---

<sup>109</sup> “Inspeção de Escolas” IN: A Pátria. Folha da Manhã. Ano I, nº 24. Fortaleza: 21/janeiro/ 1890. p. 02.

a providência aos outros municípios do Estado, para assentar em base segura a distribuição de escolas que deve ser decretada por ocasião da reforma”<sup>110</sup>.

A partir do nº 26, de 23/janeiro/1890, A Pátria passou a publicar em quase todas as edições posteriores a coluna “Instrução Pública”, narrando os feitos de Joaquim Catunda e seus assessores, que deram conta de apresentar ao público leitor as realizações daquela inspetoria. Segundo aquele órgão, diariamente o inspetor e sua equipe visitaram as escolas primárias, a princípio, da capital e, posteriormente, em algumas vilas e cidades do interior cearense, acompanhando atividades do cotidiano escolar, apresentando relatórios que destacaram o perfil das escolas públicas junto aos gêneros (masculino, feminino, misto), comparando a matrícula e a frequência dos alunos, os conteúdos estudados, instalações, higiene, estado de funcionamento. A equipe também publicou advertências aos professores responsáveis por um ou outro estabelecimento que deixasse a desejar no perfil de uma escola “moderna”. Sobre a instrução primária em Fortaleza, os relatórios concluíram que “funcionaram no mês de novembro p. findo 13 escolas primárias nesta capital, sendo 3 do sexo masculino, 4 mistas e 6 do sexo feminino. Frequentaram-nas 272 alunos, o que dá uma média de 21 alunos para cada escola. Com essas 13 escolas gastou o Estado 1.329\$000 e por conseqüência custou cada aluno 4\$880”<sup>111</sup>. Não foi possível a Inspetoria concluir todos os municípios cearenses, mas, até onde conseguiu chegar, a constatação de que o analfabetismo, a má formação dos professores, as péssimas condições de instalação das escolas e o improvisado pedagógico, compuseram uma gritante incongruência com os anseios civilizatórios do imaginário republicano.

Em verdade, o recenseamento escolar e as medidas tomadas pela Inspetoria Geral da Instrução, tendo por parâmetro os dados coletados, não tiveram tempo necessário para realizarem a “reforma” anunciada nos discursos daquele grupo no poder, pois, como se viu, a conjuntura política do momento não permitiu que perdurassem por muito tempo na esfera administrativa. Diante do exposto, entende-se que suas realizações se limitaram às intervenções políticas, a favorecerem aliados e perseguir adversários, tendo por saldo a constatação do grande número de analfabetos existentes em boa parte do território social cearense, a começar pela capital e adjacências.

Mesmo antes de concluir aquelas estatísticas no Ceará, um dado curioso se fez presente quanto à publicação de um edital n’A Pátria, nº 35, 12/fevereiro/1890, p. 03, em que a Inspetoria Geral da Instrução Pública autorizou a abertura e instalação de escolas

<sup>110</sup> “Recenseamento Escolar” IN: A Pátria. Folha da Manhã. Ano I, nº 37. Fortaleza: 14/ fevereiro/ 1890. p. 02.

<sup>111</sup> “Instrução Pública” IN: A Pátria. Folha da Manhã. Ano I, nº 27. Fortaleza: 25/ janeiro/ 1890. p. 02.

particulares, obedecendo aos critérios de inspeção, fiscalização e normas estabelecidas pelo respectivo órgão do governo. Não diferente das políticas existentes seja no período monárquico ou posterior a ele, este aspecto revelou o quanto a primeira administração republicana no Ceará previu a dificuldade em sancionar a problemática da carência e demanda do ensino ante a oferta do Estado, ao abrir margem para a iniciativa privada.

Segundo o relato do historiador do Instituto do Ceará, Antônio Bezerra de Menezes (1992. p. 171 - 174), só em Fortaleza, por volta da década de 1890, existiram aproximadamente dez escolas particulares, a contemplarem o ensino primário e secundário, sendo, no primeiro caso, o Colégio Santa Rosa de Lima (1881), Externato Florisa (1884, do professor e tipógrafo Lino Sousa Encarnação), o Panteron Cearense, a Escola Cristã (1882), o Ginásio Cearense, Colégio N. S. de Lourdes (1896), Colégio São José (1876) e o Instituto Cearense de Humanidades (1879), que depois mudou o nome para colégio São Luís (1884). No início do século XX, outras escolas particulares foram fundadas, dentre elas, o Colégio Frota, Colégio Coração de Jesus, Instituto Miguel Borges, Grupo Escolar Nogueira Accioly, Colégio Amaral e Colégio 15 de Novembro<sup>112</sup>. Houve também outras iniciativas como o ensino dado por professoras formadas pela Escola Normal em suas próprias residências ou em domicílios a quem lhes solicitasse os serviços, como se viu em vários anúncios nos jornais de época:

Amélia Castro, professora diplomada pela Escola Normal, ensina em sua residência e em casas particulares, primeiras letras e noções de Português, Francês, Aritmética, Geografia e trabalhos de agulha e bordado de toda a espécie como oiro, a seda, a branco, filete etc, sendo que para os matriculados o ensino de trabalho será gratuito. Garante-se aos srs. pais de família todo o cuidado, solicitude, zelo e carinho<sup>113</sup>.

Constata-se que tanto os grandes empreendimentos quanto os mais modestos do setor privado do ensino foram bem vindos aos olhos dos primeiros governos republicanos. De certa forma, a legislação daquele período favoreceu a abertura e o funcionamento dos estabelecimentos privados e o compromisso do Estado com a educação cada vez mais distante. Não que durante o regime monárquico a política imperial tivesse obstruído tal setor e assumido totalmente o ensino como prioridade de governo, a constatar a existência dos ateneus fundados em boa parte do Brasil, mas, há de convir que a política centralizadora do império, sobretudo, o seu aparato jurídico-político, procurou manter seus discursos favoráveis

<sup>112</sup> Registros coletados a partir da sessão de anúncios dos jornais A República e Jornal do Ceará.

<sup>113</sup> “Anúncios – Professora – Ensino Primário” IN: A República. Ano IX, nº 21. Fortaleza: 24/janeiro/1901. p. 03.

à presença do Estado junto ao compromisso de prover a educação, mesmo com as contradições gritantes da realidade sócio-educacional brasileira.

No início do século XX, viu-se que os representantes do poder público acolheram bem a participação do setor privado na educação, pois, para o ano de 1907, o relatório anual do governo estadual concluiu que “não [possuindo] estatística exata do ensino particular, felizmente bastante disseminado neste Estado. É de presumir que o número de alunos instruídos fora dos institutos oficiais se aproxime de 50% (5 a 6.000) do total dos que freqüentam as escolas públicas (11.000), elevando a 15 ou a 16.000 o número de crianças que receberam as primeiras noções literárias”<sup>114</sup>, segundo as estatísticas da Secretaria de Instrução Pública do Ceará, durante o segundo governo de Nogueira Accioly.

Para Vieira (Vol. I. 2005. p. 35), “nas primeiras Constituições pode-se se observar uma ausência quase absoluta de referências à educação, o que bem ilustra sua pequena relevância para a sociedade da época”. Concernente à Instrução Pública, assim como a Constituição Federal daquele ano (que “apresentou poucos dispositivos sobre a educação, refletindo um momento histórico de reduzida preocupação com o assunto, expresso em uma população analfabeta de cerca de 85%”), a Carta Cearense de 1891 “emerge no contexto da Reforma Benjamin Constant, que aprova os regulamentos da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal, do Ginásio Nacional (Decretos nºs 981 e 1075 de 08 e 22 de novembro de 1890) e do Conselho de Instrução Superior (Decreto nº1232-G de 02 de janeiro de 1891)” (Idem. p. 37). Na Constituição Estadual de 1891, as exíguas menções à instrução vieram no sentido de apresentar que, dentre outras atribuições da Assembléia, é ela quem “legisla sobre a instrução pública em todos os seus graus” (Título V, Art. 19, § 11º)<sup>115</sup>, como bem declarou assegurada nos direitos civis “a liberdade profissional e de ensino, sem ofensa à moral e sem prejuízo da segurança e higiene pública” (Título XV, Art. 85, § 4º)<sup>116</sup>. Transcrito na lei, nota-se o reconhecimento em ceder espaço ao setor privado na esfera da instrução, tendo em mente as limitações do poder público em atender as demandas do ensino.

Devido à instabilidade política que pairava na Capital Federal, em maior escala entre as tropas deodoristas e florianistas, que se refletiu no Ceará nas violentas disputas pelo poder político entre as facções oligárquicas, em 1892 foi praticamente elaborada uma outra Carta Estadual, alterando vários pontos da anterior e que deram a entender estar mais

---

<sup>114</sup> Mensagem Dirigida à Assembléia Legislativa do Ceará em 1º de Julho de 1907 pelo Presidente do Estado, Dr. Antônio Pinto Nogueira Accioly. Fortaleza. Tipografia a Vapor, 1907. p. 65.

<sup>115</sup> Constituição do Estado do Ceará de 1891 e Decreto nº 122, de 23 de dezembro de 1890 IN: POMPEU, Gina Marcílio; FARIAS, Isabel Sabino de; VIEIRA, Sofia Lerche (Orgs). Vol. I – Fortaleza: INESP; 2005. p. 44.

<sup>116</sup> Idem. p. 57.



favorável à inclusão do Ceará no pacto federativo. Somente em 1921, os cearenses conheceram outra Carta Estadual, porém, esta praticamente manteve as mesmas disposições referentes à Instrução Pública<sup>117</sup>.

Nos relatórios de governo, a desorganização generalizada que se apresentou no sistema de ensino, deixou a entender que as demissões, contratações, licenças, remoções a gosto dos interesses particulares (partidários e oligárquicos), supressões de cadeiras justificadas pela insuficiência das matrículas e frequências, nomeações de outras em localidades com demandas, dentre outros aspectos, fizeram da instrução pública, aos olhos dos representantes políticos, uma “moeda” a viabilizar a consolidação dos objetivos político-eleitoreiros. Fora isso, destacou-se na leitura e análise dos relatórios de governo entre os anos de 1881 a 1910 ficou para as precárias condições do ensino, os baixos vencimentos de professores, supressão de verbas, sucateamento de prédios, sobretudo, das escolas públicas primárias. O relatório do Presidente de Província Enéas de Araújo Torreão, de 1888, deixou claro que “das 266 escolas públicas de instrução primária para ambos os sexos, não há talvez uma só, a começar pela Capital, que possuía material técnico, utensílios indispensáveis ao seu funcionamento”<sup>118</sup>.

Já na primeira década do século XX, os mapas remetidos à Secretaria do Interior pelos inspetores escolares de Fortaleza, com otimismo suspeito apresentaram o seguinte movimento das escolas públicas primárias para crianças na faixa etária entre 5 a 14 anos: na capital, 1.486 matrículas, sendo 368 masculinas e 818 femininas, a perfazer a frequência média de 1.068 alunos em sala de aula (71,8%); nos subúrbios, 773 matrículas, sendo 306 masculinas e 467 femininas, com frequência de 652 (84,3%)<sup>119</sup>. Confrontados com outras estatísticas da época, cabe afirmar que estes dados estão bem distantes das constatações feitas na historiografia corrente. O governo à época compreendeu a volta de Nogueira Accioly ao executivo estadual, que por sua vez sofreu veementes ataques da ala oposicionista, liderada pelo antigo Inspetor Especial da Instrução Pública e ex-Diretor da Escola Normal, o deputado Waldomiro Cavalcante, já mencionado no capítulo anterior. Portanto, as estatísticas sobre o ensino precisavam ser as melhores possíveis, deixando a entender que alterações de números não gerariam constrangimento algum aos administradores em aparecer nos relatórios oficiais.

---

<sup>117</sup> Constituição do Estado do Ceará de 1892 e Reforma da Constituição do Estado do Ceará, de 19 de julho de 1905 e Constituição do estado do Ceará de 1921. POMPEU, Gina Marcílio; FARIAS, Isabel Sabino de; VIEIRA, Sofia Lerche (Orgs) Vols. II e III – Fortaleza: INESP; 2005.

<sup>118</sup> Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Enéas de Araújo Torreão passou a Administração da província do Ceará ao Sr. Dr. Caio da Silva Prado, no dia 21 de abril de 1888. – Fortaleza: Typographia Constitucional; 1888. p. 19.

<sup>119</sup> “Instrução Primária” IN: A República. Ano XV, nº 46. Fortaleza: 23/fevereiro/1907. p. 01.

Ainda sobre a realidade do ensino em meados do século XIX no Ceará, de acordo com os dados estatísticos coletados pelo Senador Tomáz Pompeu na década de 1860, no que compete ao contingente de estudantes do ensino primário, ele afirmou que “a população das escolas decresce à proporção que aumenta o número destas”, a constatar que o número de escolas por habitante é de uma para 4.473 habitantes na província do Ceará, ou seja, teria um aluno por 94 habitantes (Brasil, 1863. Vol. I. p. 807). O próprio Senador Pompeu contestou estes dados ao apontar perspectivas mais pessimistas ainda, podendo a frequência de alunos ser bem menor que a apresentada, pois, em nota explicativa ele afirmou: “Em geral os dados oficiais e particulares, de que me tenho servido neste trabalho, não me inspiram confiança, mas, sobretudo duvido dos mapas das escolas; porque todo professor quer mostrar que tem 40 a 50 alunos (embora tenha só 10 como sei de alguns), para ter direito à gratificação de aluguel de casa” (Idem. p. 812). Fica explícito que era muito comum o fato de alguns professores se cadastrarem na rede pública e alterarem dados para manter a verba do governo e não perderem o subsídio. Naquele ano em Fortaleza, o ensaio estatístico documentou a existência de 940 alunos, distribuídos em 12 escolas primárias (públicas e privadas), para uma população de 35.373 habitantes, sendo a média de um aluno matriculado (que não implica dizer em sala de aula) para 35, 6 habitantes (idem. p. 814). Para o historiador Djacir Menezes, ao discorrer sobre as estatísticas do ensino na virada do século XIX para o XX, ele afirmou: “os relatórios renovam, periodicamente, as mesmas queixas sobre exigüidade dos vencimentos, pobreza e desarranjo das escolas, incompetência de maior parte dos mestres”, o que leva a crer que estes dados durante muitas décadas permaneceram quase que inalterados (Menezes IN: Martins Filho e Girão, 1966. p. 358).

Como já foi percebido, na capital, não havia considerável diferença frente àquela realidade calamitosa visível em todo Estado do Ceará. O relato do historiador Antônio Bezerra de Menezes, para o ano de 1895, mostrou que em Fortaleza, com uma população de 35.065 habitantes, havia em número “20 escolas públicas, sendo 4 do sexo masculino, 7 do feminino e 11 mistas (...) matriculados 60 meninos nas aulas do sexo masculino e 226 nas mistas, e nas do sexo feminino 271 meninas e 504 nas mistas, das quais a frequência é de 639” (Menezes, 1982. p. 175 e 176). Segundo ele, dos 1.061 alunos e alunas matriculados, apenas 639 freqüentaram a sala de aula, com evasão de 422 alunos, a corresponder o total de 60,3% do número de matriculados presentes em sala de aula. Assim, tendo por base os dados apresentados no capítulo anterior, sobre o mercado de trabalho, as atividades produtivas e os estabelecimentos fixados no perímetro urbano de Fortaleza, confrontados com as informações

presentes sobre a instrução pública, levam a crer que entre os trabalhadores urbanos havia um grande número de analfabetos e semiletrados, sugerindo que muitos tivessem evadido às salas de aula ainda na infância e juventude.

A grande evasão escolar pode ser explicada em grande parte pelos imperativos econômicos, apontados na historiografia do ensino no Ceará como os grandes motivadores desta infeliz realidade. Segundo Joaquim Alves, “as meninas eram solicitadas pelas mães para as atividades domésticas, e os meninos, no interior, para os trabalhos da roça e, nas cidades e na capital, para auxiliar os pais nos serviços de oficinas ou em pequenos empregos. Com estes dados, nota-se que mais de 50% abandonavam a escola antes de terminar o curso primário” (Alves, 1966. p. 363). Ele disse ainda:

A situação econômica dos pais pobres do interior e das famílias operárias da capital exige a colaboração econômica da criança na manutenção da família (...) a vida da criança, em idade escolar, esteve sujeita à colaboração econômica no custeio e manutenção do grupo doméstico (...) é o imperativo econômico o que determina o afastamento da criança em idade escolar, das atividades do ensino, antes de concluir o curso primário<sup>120</sup>.

Além das dificuldades econômicas advindas nos períodos de estiagem e as demandas domésticas cotidianas, para a historiografia corrente essa evasão deveu-se também à pedagogia do período, baseado no método de Lancaster ou do "ensino mútuo", pelo qual um aluno treinado (decurião) ensinava um grupo de 10 alunos (decúria) sob a rígida vigilância de um inspetor. Esse método ainda era reforçado pela “pedagogia da palmatória”, prática pedagógica que atravessou séculos no cotidiano dos alunos (Olinda, 2005. 1). Ao discorrer sobre a primeira metade do século XIX, o historiador João Brígido disse que “o ensino daqueles tempos se ressentia da crueldade, que era peculiar aos homens de governo, e andava associada a toda idéia de mando. Os pais de família corrigiam seus filhos seviciando-os a chicote; os mestres faziam outro tanto por delegação deles e consenso universal. A escola inspirava horror aos rapazes e não era de balde. Além dos castigos usuais da palmatória e outros (...)” (Brígido, 2001. p. 259). Não bastassem as dificuldades materiais encontradas na vida doméstica, a escassez de recursos para melhor aparelhar as escolas, dentre outros fatores, nota-se que é consenso na historiografia a ausência de estímulos em sala de aula para garantir a frequência dos alunos. Segundo Joaquim Alves, o “empirismo pedagógico da escola antiga”

---

<sup>120</sup> ALVES. Op. Cit. p. 363.

predominou no método de ensino das escolas até 1922, quando entrou em vigor a reforma pedagógica do educador Lourenço Filho (Alves. Op. Cit. p. 362).

Outros aspectos compuseram as adversidades do cotidiano escolar. Na experiência de Herman Lima, que à época analisada sobrevivia junto com uma prole de sete irmãos dos poucos recursos do seu pai (um modesto comerciante do ramo de curtumes), em suas reminiscências ele testemunhou as dificuldades das crianças em se deslocarem até às escolas:

Menino tímido e agreste (...) não mudaria muito no correr da vida - genuíno bicho do mato, daquele insulamento a que me obrigara desde pequeno à moradia num sítio distante da cidade quase uma légua, meus primeiros camaradas da escola primária, onde entrei aos doze anos (...) Nos garotos da minha classe me atraía, muito mais do que a estúrdia, contingente das brincadeiras comuns (...) desde que à minha entrada para a escola, a professora D. Ifigênia Amaral, muito zelosa do nível mental dos seus alunos, me havia colocado logo no nível restrito dos mais graduados (...) mal acabava as aulas tínhamos de voltar às pressas, eu e meu irmão Fernando, no bonde do Outeiro, para cujas bandas não morava nenhum colega, por sinal. Assim, foi-se todo o curso de três anos (...) <sup>121</sup>.

Assunto já observado, o poeta discorreu sobre certa intimidade que ele, enquanto criança, manteve com as letras e que trouxe certo destaque na sua vida escolar. Certamente, essa familiaridade foi adquirida graças ao convívio com a avó e suas tias maternas (professoras primárias), às revistas e aos jornais que uma tia avó levava ao sítio onde ele morava, bem como, a existência de uma modesta biblioteca em sua casa, aspectos que logo serão retomados em linhas seguintes. Sobre as adversidades encontradas por ele, nota-se que no subúrbio onde morava, bairro do Outeiro, não havia até o início do século XX um grupo escolar, o que aponta uma exígua oferta de salas de aula para o ingresso na instrução primária ao longo dos arrabaldes da capital.

No ensaio “O Ensino Primário na Primeira Metade do Século XX” (IN: Martins Filho e Girão, 1966. p. 361), Joaquim Alves enumerou ainda que “ao findar do século XIX, o Estado contava com 336 escolas (públicas primárias), nas quais estavam matriculados 11.305 alunos”, para uma população compreendida de 849.118 habitantes do Estado e 48.369 para os habitantes na capital. Não bastassem os números mencionados já comprovando a

---

<sup>121</sup> Lima. Op. Cit. p. 45.

debilidade na oferta do ensino primário no território cearense, as freqüentes secas atingiram a estrutura do ensino público, tornando mais difícil o acesso das populações de baixa renda à instrução, além do custo de vida elevado pela carestia já apresentado anteriormente.

De acordo com o mesmo autor, “em face da situação em que se encontrava o Estado, foram suprimidas 77 escolas primárias, pela Lei nº 587, de 07 de julho de 1900 e mais 13 [num total de 90], por ato de 05 de junho de 1901 (...) das 336 escolas que funcionavam em 1900, ficaram 246, isto em conseqüência da crise climática que devastou o Ceará naquele ano”, com a freqüência média de 8.821 alunos (Idem. p. 362). Segundo o relatório do Presidente do Estado do Ceará à época, Pedro Borges, aquelas “escolas acarretavam uma despesa supérflua para os cofres públicos”, pois, “(...) após acurado exame e mediante informes seguros, que diversas escolas, regidas na maior parte por professores interinos, não tinham freqüência nem preenchiam seus fins, e que o ensino era um mal distribuído e inteiramente descarado(...)”<sup>122</sup>.

Vê-se que, além da estiagem, as precárias condições já existentes na esfera do ensino foram os argumentos que justificaram a supressão de 26,7% das escolas primárias distribuídas pelo Ceará na administração estadual de Pedro Augusto Borges. Contudo, segundo Rodolfo Teófilo, adversário político da oligarquia acciolina, “a supressão de 90 escolas primárias [justificou-se] para criar uma Faculdade Livre de Direito, absurdo exigido pelo sr. Accioly, para fazer bacharéis a dois filhos, genro, muitos parentes e o Sr. Graccho Cardoso (...) Embalde reclamaram os pais de família das localidades onde a instrução havia desaparecido; mas o governo sustentou o seu ato. Que importava ao Sr. Accioly que centenas de pobres ficassem sem aprender a ler, se assim era preciso para que seus filhos fossem doutores?” (Teófilo, 1914. p. 13). O testemunho de época revela que interesses voltados para a continuidade da política educacional era favorável à instrução das elites, justificando não a contenção de gastos públicos, mas, a transferência destes recursos para outras prioridades.

Passado o período da estiagem, segundo relato historiográfico, em 1905 o número de escolas públicas primárias se elevou para 272 no Ceará, com freqüência de 9.534 alunos, sendo 24 dessas escolas sediadas em Fortaleza (Alves. Op. Cit. p. 364). Interessante foi conferir a constatação do governo à época, ao entender que “sendo atualmente a população em idade escolar de 160 a 180.000 crianças, segue-se que, para o Estado dar-lhes ensino

<sup>122</sup> Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Ceará em 1º de Julho de 1901 pelo Presidente do Estado, Dr. Pedro Augusto Borges. Fortaleza. Tipografia Econômica; 1901. p. 65.

primário, careceria de 2.600 a 3.000 escolas contra as 296 existentes [em 27 de agosto de 1906 foram criadas mais 24 escolas] (...) Na melhor hipótese, só a décima parte destas crianças se depararam com meios para sair do analfabetismo!”<sup>123</sup>. A observação feita pelos administradores num relatório oficial revela o tom indiferente sobre as reais condições da instrução pública às populações de baixa renda, levando a crer que o acesso à educação primária para estes grupos sociais estava distante de ser considerada prioridade do poder público à época.

A década de 1910 foi enormemente conturbada com agitações políticas (Queda da Oligarquia Acciolina e a Sedição de Juazeiro, por exemplo) e os efeitos sociais e econômicos devastadores nas estiagens de 1915 e 1919. Naquele momento, o historiador Joaquim Alves mencionou que “a falta de aparelhamento das escolas, desprovidas de material didático, localizadas segundo os interesses políticos, com um professorado percebendo ordenados de fome, inferiores a Cr\$ 150,00 mensais (...) no decênio referido<sup>124</sup>, foram fatores que contribuíram para a decadência do ensino primário no decênio referido” (Idem. p. 364). Concernente à estiagem de 1915 e seus efeitos sobre o funcionalismo público estadual, sobretudo, as professoras primárias, o escritor Herman Lima registrou a seguinte passagem quando era funcionário da Secretaria da Fazenda do Estado:

Estávamos em plena seca, O Quinze, de Rachel de Queiroz, e, não havendo dinheiro para pagar o funcionalismo, não havia, logicamente, o que fazer. Era triste fechar o guinchê, mandar embora sem esperança aquela gente, na mor parte pobres professoras de ordenado de fome ou aposentados do mesmo regime, embora não fossem raros também outros mais graduados, juizes ou lentes da Faculdade de Direito, que lá se iam esbravejando<sup>125</sup>.

Diante do que até agora foi exposto, pode ser compreendido que tão próximo à realidade do ensino público nas demais regiões do Brasil, o acesso à instrução primária pelos filhos dos trabalhadores e populações de baixa renda no Ceará era bastante comprometido. Esta realidade era agravada ainda mais pelas adversidades econômicas provenientes das estiagens, o recrutamento da prole nas atividades provedoras do núcleo familiar, bem como, a defasagem nas práticas pedagógicas e nas políticas educacionais do sistema de ensino daquele

<sup>123</sup> Mensagem Dirigida à Assembléia Legislativa do Ceará em 1º de Julho de 1907 pelo Presidente do Estado, Dr. Antônio Pinto Nogueira Accioly. Fortaleza. Tipografia a Vapor, 1907. p. 16.

<sup>124</sup> Acredita-se que o autor tenha se equivocado, pois, somente com a Reforma Monetária de 1943 é que a moeda foi substituída de réis para cruzeiro.

<sup>125</sup> LIMA, Herman. Poeiras do Tempo. Memórias. – Rio de Janeiro: José Olympio; 1967. p. 76.

período, somados à indiferença dos administradores públicos com a educação das crianças pobres e a manutenção dos caprichos políticos com fins eleitoreiros (práticas clientelistas).

Vale lembrar que, guardadas as devidas proporções, outras iniciativas públicas e/ou filantrópicas foram empreendidas a fim de conter impactos sociais negativos, tendo em vista a educação para amortizá-los. Conforme será observado no último capítulo, no início do século XX, a fundação da “Escola Jesus, Maria e José”, para a juventude e infância desvalida, teve como objetivo instruir e educar jovens e crianças órfãs vitimadas pelas secas, com anseios disciplinadores. Como será constatado, as preocupações gravitaram bem mais sobre a contenção dos índices de furto, saques, mendicância, prostituição e vadiagem ocorridos na capital, que de fato uma preocupação em dar efetiva instrução letrada àqueles meninos e meninas.

Uma das primeiras investidas direcionadas a esse fim foi a construção do Colégio de Educandos, em Fortaleza, autorizado pela lei 1759, de 05 de agosto de 1856. Em seu projeto, constava que seria “para o recolhimento de meninos órfãos e desvalidos, maiores de 7 e menores de 18 anos, que deixariam o estabelecimento ao completar 20 anos. Ensinar-se-iam: leitura, escrita, noções essenciais de gramática nacional, contabilidade até complexos, música instrumental e vocal, bem como os ofícios de ferreiro, carpina, alfaiate, sapateiro, além de outras artes mecânicas” (Castelo, 1970. p. 175). Sua inauguração deu-se um ano mais tarde, abriu a primeira turma com dez alunos e em 1865 foi fechado para dar lugar ao Asilo de Órfãos, atual Colégio Imaculada Conceição (Idem. p. 180).

É pertinente mencionar que outras ações orientaram o poder público no período. No tocante ao ensino profissional, em 1910 foi instalada a Escola de Aprendizes e Artífices, depois, Liceu de Artes e Ofícios, em “decorrência do Decreto Federal nº 7566, de 23 de setembro de 1909, por inspiração direta do Presidente Nilo Peçanha, criando em cada unidade da Federação uma escola profissional em regime de semi-internato, após verificar (...), na Europa, a importância do ensino industrial” (Idem. Ibidem. p. 187).

Longe da influência dos poderes públicos foram aquelas iniciativas de caráter filantrópico e de natureza beneficente que, paralelamente à instrução pública, se convencionou a chamar “imbuída dos valores morais, em nome do engrandecimento do espírito” (Mota, 1995. p. 30), a contribuir para a iniciação e o gosto pelas letras daqueles muitos que possuíam poucos recursos. Neste sentido, o folclorista Leonardo Mota listou 11 gabinetes de leitura espalhados pelo Ceará e mais 06 entidades (variando a nomenclatura entre “associação”, “união”, “federação”), dentre outras 55 congregações literárias (grêmios, sociedades, clubes e grupos) existentes entre 1870 e 1922 em Fortaleza (onde a maioria

funcionou) e nos demais municípios cearenses (Idem. p 27 - 29). Aqui, os gabinetes de leitura certamente merecem destaque, pois, na impossibilidade da plena realização dos seus estudos, muitos jovens e filhos de agricultores e moradores pobres dos sertões e da cidade que não chegaram a preencher os bancos das escolas públicas ou particulares, tiveram nestes estabelecimentos o primeiro contato com as atividades letradas.

Foi assim para alguns escritores aqui evidenciados, como no caso de Lívio Barreto que estudou na “Escola de Mestre Francisco Garcez e no Gabinete de Leitura Granjense, dirigido pelo Dr. Antônio Augusto de Vasconcelos” (Barreira, 1948. p. 165 e 166). O Gabinete de Leitura do município de Baturité foi outro espaço destinado ao cultivo das letras, fundado pelo Professor Amaro Cavalcante em 1875 (Idem. p. 108). No dizer de Leonardo Mota, a “inclusão dos gabinetes de Leitura justifica-se, não apenas pelo real impulso por eles trazidos à criação literária, com o disciplinar de vocações que desabrocham, mas também porque tais Gabinetes valem por associações regularmente organizadas e orientadas quase sempre por espíritos de prol” (Mota. Op. Cit. p. 30). Ou seja, sob o calor dos anseios civilizatórios do período, determinados indivíduos afeiçoados às letras organizavam o funcionamento destes espaços, os horários de leitura, empréstimo de livros, muitas vezes, habilitando jovens freqüentadores na arte do versejar, como nos casos expostos acima.

Em Fortaleza, três destes espaços mereceram destaque, pois tiveram relativa influência na formação de alguns letrados aqui mencionados, dentre outros aspectos, ajudando a configurar o hábito da leitura. A primeira delas, a Escola Popular, de 1874, iniciativa da Academia Francesa, grêmio filosófico fundado por Rocha Lima, Capistrano de Abreu, Tomás Pompeu Filho, Araripe Júnior, Xilderico Farias e outros. Como já foi estudada em outra ocasião, concluiu-se que a Escola Popular, por mais que se vislumbrasse enquanto destinada à instrução dos trabalhadores, foi na verdade um conjunto de conferências ministradas por jovens intelectuais sobre os mais diferentes temas (“Direito Natural”, “Eletricidade”, “Religião e o Estado” etc), tendo a participação de senhoras de família e outros interessados nestas palestras, como alguns comerciantes e outros “homens de distinção”, tangente à proposta do discurso anunciado (Cardoso, 2000. p. 46 - 87).

Em segundo, o Gabinete Cearense de Leitura, instalado em 02 de dezembro de 1875, na rua Formosa, centro da capital, com dois mil volumes, uma iniciativa de integrantes das camadas médias urbanas e elites esclarecidas, como Dr. Antônio Domingues da Silva, João da Rocha Moreira (farmacêutico), Fausto Domingues da Silva, Vicente Alves Linhares, Joaquim Álvaro Garcia, Francisco Perdigão de Oliveira, dentre outros (Barreira. Op. Cit. p. 107 e 108). Seus fundadores visaram, dentre outras coisas, “o maior alargamento e progresso,



na Província, da Instrução Pública” (Idem. p. 109). Tinha como freqüentadores e colaboradores vários liceístas e outros intelectuais de renome, na época, jovens envolvidos nas questões literárias e filosóficas do período, dentre eles, Guilherme Studart, Clóvis Beviláqua, Paula Ney, João Lopes e os rapazes da Academia Francesa, há pouco mencionados. De acordo com a historiografia literária local, o respectivo gabinete “instituiu um curso de conferências públicas e (...), por muito tempo, um curso noturno de instrução primária” (Idem. Ibidem. p. 110). Estas realizações almejavam “ao povo (...) colher os frutos da árvore que plantou o vosso patriotismo” (Rocha Lima, s/d. APUD Barreira. Op. Cit. p. 111), mas teve duração efêmera, vindo a findar-se em 1886.

Por fim, o Reform Club, “com o fim de criar uma biblioteca e que proporcionasse leitura aos seus associados” (Sales, 1995. p. 210). Fundado em 1876 por iniciativa dos comerciantes da capital, foi um espaço bastante freqüentado não só pelos membros das elites urbanas, mas, também, com razoável fluxo de trabalhadores do comércio. Contudo, numa passagem de suas memórias, o poeta Antônio Sales, na época um modesto caixeiro, lamentou não poder solicitar um livro daquela biblioteca, deixando a entender que somente os sócios e suas famílias, em maioria, comerciantes, poderiam realizar o empréstimo (Idem. p. 211). De acordo com o exposto, até então se viu as iniciativas de determinados segmentos dominantes sobre as limitações no acesso à leitura e, em certa medida, à instrução. Estas ações tiveram em mente levar o tônus da “civilização” àqueles que não tiveram acesso à leitura. Porém, como bem afirmou Pereira (2001. p. 357), os trabalhadores cearenses do período também se ocuparam de estratégias a superarem tais limites prescritos naquela realidade.

Artistas, caixeiros e operários fabris organizados deliberaram práticas em suas associações, a fim de solucionarem o problema da deficiência na instrução letrada comum ao seu grupo social. As aulas noturnas promovidas pelo Partido Operário, por exemplo, apontam para a preocupação destes agentes históricos em se inserir nos debates públicos através da educação e do acesso às letras e à instrução. No jornal daquele partido, O Combate, viu-se a disposição do “Conselho de Instrução do Partido Operário” quanto às aulas e à oferta de matrículas, a compor a grade curricular do ensino secundário, as disciplinas de Português, Francês, Inglês, Alemão, Aritmética, Álgebra, Geografia, Geometria, História e Desenho<sup>126</sup>. Uma vez que as atividades de ensino inerentes à iniciativa privada estiveram respaldadas pela lei vigente, pode ser entendido que esta foi uma estratégia a fim de possibilitar instrução

<sup>126</sup> “Conselho de Instrução do Partido Operário” IN: O Combate – Órgão do Partido Operário. Ano I, nº 02. Fortaleza: 07/abril/1891. p. 02.

letrada àqueles que não dispuseram de poder aquisitivo ou tempo disponível para a realização dos seus estudos. Isso aponta também a compreensão de que certos trabalhadores organizados não ficaram a mercê das iniciativas estatais, tampouco das elites letradas, a criar suas alternativas frente à precariedade do acesso à rede pública primária, bem como, das condições onerosas estipuladas pela rede privada de ensino. Aquelas aulas passaram a funcionar em fins de 1890, com matrícula inicial de 36 alunos (cobrando a quantia de 5\$000 para alunos não associados), num turno de duas horas diárias e quadro de professores voluntários.

Diante das dificuldades em manter as aulas funcionando, festas, leilões, quermesses e outras atividades foram realizadas pelo Partido Operário “em benefício de suas aulas”. Colecionando simpatias nos meios intelectuais, o jornal O Pão, órgão da sociedade literária Padaria Espiritual (1892 - 1898) publicou na edição nº 05 de 24/dezembro/1892, p. 08, a “nobre e sublime a ação do Partido Operário; e quando o governo trata de sobrecarregar de impostos a instrução entre nós, o Partido Operário, composto em sua totalidade por homens sem instrução, de artistas rústicos, angaria donativos para uma quermesse, faz leilão de objetos oferecidos por particulares e emprega todo o seu produto em favor das aulas noturnas (...)”. Em 1894 foram instaladas as aulas para o ensino secundário, chegando a frequência diária entre 80 a 109 alunos (Pereira. Op. Cit. p. 360 - 367).

Aulas noturnas também foram promovidas por iniciativa dos “rapazes do comércio”. Uma das mais remotas menções na história foi aquela em que os alunos e o professor Joaquim Catunda da Escola Militar promoveram no final da década de 1880. O “Clube Educando Caixeiral, fundado numa segunda-feira, 11 de abril de 1887, sociedade que congregava rapazes do comércio com o objetivo de estudar o nosso idioma por meio de aulas noturnas ministradas por Joaquim Catunda. Essas aulas funcionavam no sobradinho da rua Major Facundo, esquina com a das Trincheiras, uma república” (Bóia, 1984. p. 88). Na época um “pobre, sozinho, simples empregadinho”, Antônio Sales narrou em suas memórias aquela iniciativa que demonstrou ser mais uma empreitada de determinados segmentos desfavorecidos com objetivos de aprimorarem a instrução letrada. Como se vislumbrou no capítulo anterior, o Clube Educando Caixeiral foi além da proposta de ensino, adentrando nas discussões políticas daquela conjuntura que permitiu ali a fundação do Centro Republicano Cearense.

Também mencionada no capítulo anterior, foi a Phênix Caixeiral que se preocupou em levar a instrução e a educação aos funcionários do comércio, como fora

observado em suas memórias<sup>127</sup>. Para este fim, a entidade criou em 01 de agosto de 1891 a “Escola do Comércio do Ceará”, cuja formação dos alunos era de seis anos, com o ensino de Português, Aritmética e Línguas Estrangeiras, do 1º ao 4º ano, e do 5º ao 6º ano, aulas de Escrituração Mercantil, Direito Comercial, Geografia, Contabilidade Comercial<sup>128</sup>. No dizer do historiador Plácido Castelo, “extraordinários benefícios de ordem cultural desde então, decisiva e eficazmente, prestando à mocidade comerciária” (Castelo. Op. Cit. p. 300).

Segundo dados do Almanaque do Ceará de 1920 (p. 261), “matricularam-se em 1919 – 218 alunos, sendo: no curso anexo (instrução primária propriamente dita) 75 alunos; no curso profissional (ensino de português, aritmética, escrituração mercantil, geografia e direito comercial): 1º ano – 47 alunos; 2º ano – 35; 3º ano – 22; 4º ano – 17; 5º ano – 13; no curso complementar (ensino de francês e inglês) – 31; avulsos – 9”. A Escola do Comércio possuía subvenção da União e do Estado e teve como colaboradores poetas e intelectuais em evidência, engajados com a construção do regime republicano, como Farias Brito, Temístocles Machado, Álvaro Martins, Antônio Sales e Rodolfo Teófilo, dentre outros. Se a entidade não pôde melhorar por completo a realidade dos comerciários, ao menos os estimulou, alimentando a esperança que os caixeiros ascenderiam socialmente com o aprimoramento das “coisas do intelecto”.

Ainda no tocante à instrução voltada ao comércio, por parte dos poderes públicos foi criada a Escola de Comércio do Ceará pela Lei nº 154 de 14 de agosto de 1899, promulgada pelo Presidente do Estado Antônio Pinto Nogueira Accioly. Anexa ao Liceu, oferecia curso de dois anos com disciplinas ministradas de Português, Inglês, Francês, Matemática, Geografia, Contabilidade, Direito Comercial, Economia Política e outras. Entende-se que esta iniciativa deveu-se às preocupações do governo à época em aprimorar a atividade comercial de Fortaleza, uma vez que a cidade ocupava posição destacada como pólo exportador, daí “a Escola se constituía [num] curso especial o ensino teórico e prático das matérias necessárias à profissão de comerciante” (Castelo. Op. Cit. p. 298). Porém, bem diferente da escola fenixista, ela foi extinta em junho de 1904 e em 1913 foi restabelecida ao Liceu do Ceará e integradas suas disciplinas à grade curricular desta instituição (Idem. p. 299 e 300).

No início do século XX, outras entidades de trabalhadores organizados também se fizeram presentes na promoção da instrução letrada. A Sociedade Artística

---

<sup>127</sup> Memória Histórica da Phenix Caixeiral do Ceará. Publicada por Ocasão do Primeiro Centenário da Independência do Brasil. Fortaleza. Tipografia Comercial; 1922.

<sup>128</sup> Idem. p. 22.

Beneficente, fundada em 9 de novembro de 1902, foi uma destas que, de acordo com o Almanaque do Ceará de 1920 (p. 228), era “promotora de benefícios entre a classe artística desta capital, no interesse e para auxílio mútuo de seus associados. Conta em seu seio 457 sócios de várias artes e mantém, desde o ano de 1912, uma escola primária com matrícula sempre superior a 100 alunos. Funciona em prédio próprio, à rua Barão do Rio Branco, 453”.

O Centro Artístico Cearense, também mencionado no capítulo anterior, manteve as escolas Pinto Machado e Elisa Scheid, “tendo preferência os associados e seus filhos [Art. 7º, § 6 dos Estatutos do Centro]”, a entender que “são incalculáveis os benefícios que vai prestando esta [s] modesta[s] escola[s], aos pobres desfavorecidos de sorte”<sup>129</sup>. Em 1908 a Escola Pinto Machado teve 35 matrículas com a média de frequência de 28 alunos e a Escola Elisa Scheid, 34 matrículas com 25 de frequência<sup>130</sup>. Para o seu funcionamento, as escolas receberam doações de tabuadas, cartilhas do ABC, lápis, caixas de penas, resmas de papel e canetas, dentre outros donativos. Além da instrução como meta, outra preocupação que o Centro Artístico esboçou em suas escolas foi o “levantamento moral do operariado de Fortaleza, já notado com grande diferença”, conforme o discurso do seu órgão, o jornal *Primeiro de Maio*.

Hoje, é muito mais difícil encontrar-se no seio de nossa associação um artista, ou mesmo um operário, que se dê o ao vício da embriaguês, ou que ande praticando atos em desabono de sua conduta (...) As escolas criadas e mantidas pelo ‘Centro Artístico Cearense’, têm sido para o proletariado do Ceará, de uma soma incalculável de benefícios. Estes estabelecimentos de instrução, que muito elevam o conceito público a nossa Benemérita agremiação, têm sempre funcionado com uma matrícula nunca inferior a 70 alunos, com frequência diária de 40<sup>131</sup>.

No texto acima, percebe-se a clara inquietação da entidade em aprimorar a conduta através da educação. Logo, não tratou somente de aperfeiçoar a instrução letrada dos sócios, mas, evitar os “desvios de comportamento”. Em boa medida, sabe-se que esta foi uma preocupação tanto dos administradores públicos da época, quanto dos “agentes regeneradores sociais”, naquela ocasião, identificados com o imaginário republicano de ordenamento civilizatório (Needell, 1993; Sevcenko, 1995 e Carvalho, 1996). Outro aspecto que se

<sup>129</sup> “Escola ‘Pinto Machado’” IN: *Primeiro de Maio – Órgão do Centro Artístico Cearense*. Ano: V, nº 64. Fortaleza: 08/fevereiro/1909. p. 01.

<sup>130</sup> “Escolas do Centro” IN: *Primeiro de Maio – Órgão do Centro Artístico Cearense*. Ano: IV, nº 61. Fortaleza: 08/fevereiro/1908. p. 02.

<sup>131</sup> “Centro Artístico Cearense” IN: *Primeiro de Maio – Órgão do Centro Artístico Cearense*. Ano: V, nº 64. Fortaleza: 08/fevereiro/1909. p. 01.

evidencia ainda no testemunho de época para em torno da grande evasão nas salas de aula, equivalente a 42,9%. Neste caso, o aspecto pode certamente ser explicado, em parte, pelo cansaço e exaustão que caíam sobre os ombros e olhos dos frequentadores, uma vez que o turno das aulas era noturno, após exaustivas jornadas de trabalho.

As investidas do Centro Artístico foram, assim como as da Phênix Caixeiral, umas das mais emblemáticas e incansáveis, tendo como meta o aprimoramento moral e intelectual da classe. Em 1908 a entidade esteve em ressonante campanha para a construção de “um prédio, no qual passou a funcionar a sua sede e escolas (...) idéia tão nobre, tão grandiosa e que tantos benefícios irá prestar aos desfavorecidos da fortuna, dando-lhes a instrução necessária para saírem da obscuridade em que vivem suplantados”<sup>132</sup>. Assim, aconteceu a construção deste prédio a duros esforços, sendo os recursos gerados por campanhas de donativos, venda de ações no valor de 20\$000 cada uma. Na edição do Primeiro de Maio de 08/fevereiro/1908 (Ano V, nº 64, p. 03 e 04) foram noticiados 198 compradores de ações, a perfazer um saldo total de 15:837\$000. Entre os compradores estavam os nomes do prefeito Guilherme Rocha (10 ações), do chefe oposicionista João Brígido (2), do diretor do jornal A República José Accioly (3), clérigos, comerciantes e trabalhadores anônimos. Houve também aqueles que devolveram as ações emitidas pelo Centro Artístico, como as 50 destinadas ao Presidente da República à época, Nilo Peçanha. Mas, por conta das despesas, houve ocasiões em que as aulas nas escolas do Centro foram suspensas por momentos esporádicos, como o que fora noticiado na edição do dia 01/maio/1908 (ano V, s/d. p. 02), a urgência em “tratar de grande economia [a fim de] realizar o pagamento do empréstimo” para a construção da sua sede.

Naquele mesmo ano de 1908 foi anunciada a inauguração da “Sessão Infantil”, destinada à instrução primária dos filhos dos associados. Na ocasião, “foi [ainda] denominada – Aula ‘Teodomiro de Castro’ – o curso de instrução primária noturna da mesma Associação, com justa homenagem ao prezado companheiro”<sup>133</sup>, que foi presidente do Centro Artístico em várias gestões, teve grande prestígio e contato com diferentes setores sociais (em certa medida, graças ao seu ofício de barbeiro, que por sua vez o levou ao cargo de vereador).

Ainda sobre a inauguração da sessão infantil, o jornal Primeiro de Maio discorreu:

O salão estava brilhantemente iluminado. Aos presentes foi oferecido um copo d’água pelos infantes. Eles, agrupados em

<sup>132</sup> “Apelo” IN: Primeiro de Maio – Órgão do Centro Artístico Cearense. Ano IV, nº 60. Fortaleza: 01/janeiro/1908. p. 01.

<sup>133</sup> “Sessão Infantil” IN: Primeiro de Maio – Órgão do Centro Artístico Cearense. Ano: IV, nº 60. Fortaleza: 01/janeiro/1908. p. 02.

frente ao retrato de Marx, ergueram muitos vivas ao Centro, a Carlos Marx, e à sessão infantil e com ruidosas salvas de palmas terminou a festa<sup>134</sup>.

Além da preocupação com a instrução dos associados e de sua prole, viu-se também o interesse em fazer ressonante a lembrança aos vultos de referência da “classe trabalhadora”. As ovações em torno do retrato de Marx, por exemplo, apontam para preocupações que pairaram no Centro Artístico além da educação e instrução: o doutrinamento, que pode ser entendido como uma estratégia em unificar os trabalhadores através da memória e ideais de luta defendidos por seus ideólogos. Neste sentido, nas “escolas noturnas, onde os filhos dos seus associados recebem gratuitamente e sem sacrifício as luzes da instrução”<sup>135</sup>, foram semeadas também as referências classistas naquele espaço. Mas, como já foi estudada no capítulo anterior, a verve combativa foi em certa medida abrandada nos discursos do Centro Artístico, o que pode ser constatada com a colaboração de pessoas ligadas ao Estado nas escolas da entidade. Em 1911, as escolas Pinto Machado e Elisa Scheid contaram com o apoio de professores ligados ao setor público na realização dos seus exames, como Amélia Castro, Luíza da Silva, Manoel Pereira do Sacramento, bem como, de instituições privadas, a exemplo do diretor do Instituto de Humanidades, Joaquim da Costa Nogueira, em doações de livros para brindes aos alunos<sup>136</sup>.

Nas décadas de 1910 e 1920, vale a pena mencionar outras iniciativas vinculadas às congregações de trabalhadores. Em primeiro lugar, de caráter essencialmente católico e anticomunista, o Círculo dos Operários e Trabalhadores Católicos São José<sup>137</sup>, fundado em Fortaleza a 14 de fevereiro de 1915, que, “sob os auspícios do Sr. Arcebispo Metropolitano”, manteve “uma escola noturna primária e secundária para os sócios, cuja matrícula em 1919 foi de 60 alunos e outra de meninos pobres, com matrícula de 80 alunos”, de acordo com o Almanaque do Ceará de 1920 (p. 240). Em segundo, contrapondo-se à iniciativa acima, o jornal Voz do Gráfico (06/jan/1921, nº02), órgão da Associação Gráfica do Ceará, noticiou a abertura de uma “Escola Operária Secundária”, tratando da sua fundação e a abertura de matrículas. Chamadas como “À Escola, camaradas!” e “Aproximai-vos da luz!”, mostraram a ênfase que os redatores do jornal deram primando pela formação dos trabalhadores, não somente ao desenvolvimento intelectual, mas também na formação

<sup>134</sup> Idem.

<sup>135</sup> “Centro Artístico Cearense” IN: Primeiro de Maio – Órgão do Centro Artístico Cearense. Ano: IV, nº 61. Fortaleza: 08/fevereiro/1908. p. 01.

<sup>136</sup> “Centro Artístico Cearense” IN: A República. Ano XX, nº 225. Fortaleza: 06/novembro/1911. p. 01.

<sup>137</sup> Essa entidade será melhor abordada no Capítulo 4.

política, como se atestou no uso recorrente de léxicos particulares e termos identitários (“camaradas”) nas páginas do referido órgão.

#### Escola Operária Secundária

Este importante estabelecimento de instrução abrirá brevemente a sua matrícula, que será franqueada a todos os trabalhadores que desejam libertar-se dos elastíssimos tentáculos desse polvo horripilante – a ignorância.

Como será entendido posteriormente, percebe-se que à medida que os embates ideológicos vão se dando de forma mais acirrada, vários segmentos da sociedade passaram a conciliar seus discursos político-ideológicos às demais atividades realizadas pelas entidades de classe, dentre elas, os investimentos em torno da instrução letrada, a partir da década de 1910, gravitando em torno da “questão social”. Os embates ideológicos que envolveram práticas pedagógicas aliadas tanto aos interesses da Igreja, bem como, dos trabalhadores organizados, seja sob a inspiração da corrente anarquista, socialista ou ainda aliada à idéia do trabalhismo, fizeram parte das preocupações destes setores em torno da arregimentação à sua causa, tendo a educação como estratégia doutrinária, como se observou em outras capitais brasileiras (Trotta, 1991).

Ao retomar considerações anteriores, nota-se que a legislação federal e estadual daquele momento permitiram tanto aos investidores com interesses econômicos no mercado do ensino, quanto algumas parcelas organizadas da sociedade civil (trabalhadores urbanos, filantropos etc) que se organizassem nas frentes de ensino, uma vez que esta tarefa ficaria comprometida se coubesse exclusivamente ao setor público, que pouco se mostrou apto a corresponder às demandas sociais. Desta feita, merece destacar as investidas das entidades trabalhadoras, que criaram suas estratégias a proporcionarem instrução aos seus associados e outros sujeitos com restrito acesso ao estudo, a entenderem que, através da educação letrada, seria mais favorável a inclusão daquele segmento nas questões cotidianas do ambiente republicano, não deixando seus anseios esmorecerem frente às adversidades econômicas e descasos públicos, há pouco analisados. Como sugeriu Pereira, a “busca de participação na cena política e na luta por reformas sociais possíveis de alterar a situação no mundo do trabalho, compreendem a necessidade das escolas com o objetivo de elevação dos níveis de consciência social e como condição de possibilidades de participação nos processos eleitorais e na postulação de cargos eletivos” (Op. Cit. p. 363).

Ainda que distantes nos perfis sócio-econômicos e, guardadas as devidas proporções, vale salientar que foi bastante fluente a circulação de interesses e objetivos entre

os intelectuais engajados e os setores sócio-profissionais organizados, na luta pela garantia da instrução como um direito civil. Os contatos e as preocupações em torno das idéias civilizatórias, a condenar o “atraso moral”, acabaram por constituir redes de sociabilidades entre esses grupos de origens sociais bem distintas (Cardoso, 2000. Op. Cit.). A Escola Popular, o Reform Club, os gabinetes de leitura, a colaboração mútua nas escolas das entidades, permitiram entender que havia entre eles um movimento corrente de idéias e desejos.

Entre essas duas esferas, o ofício de professor esteve presente enquanto elo que vivenciou as duas experiências no mesmo universo letrado: os “homens de talento” e os trabalhadores que aspiravam ao melhor aprendizado à sua prole. Os mestres e mestras transitaram entre aqueles mundos, em boa medida alimentando sonhos entre uma e outra esfera. Seja ao relatarem a vida nos salões e rodas literárias aos seus alunos, ou narrando seus desafios em sala de aula aos homens de letras, as expectativas coletivas dos mestres e dos intelectuais singraram juntos pelos mesmos anseios em nome da instrução no ideário civilizatório. Num trecho bastante elucidativo das memórias de Herman Lima, o convívio próximo entre intelectuais renomados e as professoras primárias deixou a entender como este trânsito alimentou nos jovens de uma escola o desejo em torno da cultura letrada. Ao verem alguns intelectuais circulando pelo modesto espaço das suas escolas ou em conversa com as professoras, os comentários em sala de aula durante alguns minutos giravam em torno da convivência e da participação delas em alguns eventos da cena pública local.

(...) muitos escritores cearenses já me eram familiares, das longas conversas de casa, após o jantar. É que minha avó materna tendo enviuvado cedo, para se manter com duas filhas moças, fundara uma escola de Primeiras Letras, freqüentadas pelas filhas das melhores famílias locais (...) e por isso eram muitos os convites para as recepções nos clubes elegantes e nas reuniões literárias<sup>138</sup>.

Em muitos casos, mesmo limitado o acesso à instrução àqueles agentes sociais, alguns indivíduos ligados às camadas sociais menos favorecidas não deixaram de participar das rodas intelectuais que envolveram os temas públicos no período. Como foi dito antes, estes grupos criaram diferentes estratégias de acesso à leitura e inserção, a transitarem por outros círculos e redes de sociabilidade, além das esferas sociais que estiveram agregados. O poeta Sabino Batista, por exemplo, um dos fundadores da Padaria Espiritual, agremiação já

---

<sup>138</sup> Lima. Op. Cit. p. 51.



mencionada, freqüentava as rodas literárias de época, tinha “instrução primária não muito cuidada”, era servente da Biblioteca Pública, cargo que o possibilitou certa intimidade com as discussões literárias do período. Sobre seu autodidatismo, constatou-se que a “freqüência da Biblioteca era pequena, [por isso] ele dispunha de tempo para se entregar à leitura, tendo à mão os livros que não podia comprar” (Sales. Op. Cit. p. 109).

Assim como ele, muitos alimentaram demasiada ansiedade para fazer parte dos círculos letrados da época, imaginando estar entre os homens de política, intelectuais, escritores, jornalistas etc, pois, no caso de Sabino Batista, ele “começou a fazer versos mesmo antes de penetrar nos mistérios da ortografia”. Era comum pensar ser relativamente certo entre eles entender que da literatura para a vida pública em poucos passos se fazia. E com o poeta em questão foi mais ou menos assim: superando adversidades, ele custeou seu livro com recursos próprios, vendendo-os de casa em casa, em busca do reconhecimento público. Como bem relatou seu companheiro Antônio Sales: “Ferrão por natureza, metia-se por toda a parte, e a sua fealdade risonha foi fazendo relações em todas as partes [e ao passar do tempo] já era figura visível nas rodas sociais mais diversas, e quando se fundou a Padaria Espiritual, ele já tinha credenciais para entrar nela. Da Biblioteca passou-se para uma secretaria do estado [época em que militou no CRC, durante o governo do Cel. Ferraz]” (Idem).

Casos à parte, nada incomuns, isolados pela sorte ou pelas oportunidades, aconteceram aqui e ali, em que jovens de origem modesta se sobressaíram aos tantos filhos de camponeses, trabalhadores braçais, pertencentes às parcelas menos favorecidas da população tiveram inserção no restrito mundo das letras, vencendo as dificuldades impostas pelo meio social e os descasos com a população por parte dos poderes públicos. Somados aos nomes de Antônio Sales, Herman Lima, Rodolfo Teófilo, dentre outros, o jornalista e comerciante João Cordeiro<sup>139</sup>, era para muitos o perfil de “homem de sucesso”, sobretudo, para aqueles que se assemelhavam na sua trajetória e se ocuparam da sua antiga profissão: “nascido em Santa Ana, onde teve apenas instrução primária, veio para a capital tentar a fortuna, empregando-se como caixeiro na firma de Severiano da Cunha Freire & Irmão. Depois negociou por conta própria e, conseguindo enriquecer, casou-se com uma senhora importante da família Castro e Silva” (Idem. Ibidem. p. 89).

A possibilidade de mérito intelectual, prestígio público e ascensão econômica nos centros urbanos alimentaram os desejos de muitos jovens de modesta origem social do

---

<sup>139</sup> Proprietário do jornal Libertador, membro do CRC, integrante das primeiras administrações republicanas no Governo do Ceará, mencionado no capítulo anterior.

período, que depositaram seus sonhos de realização na cultura letrada. Aliás, não deve ser esquecido que “as tensões e articulações entre a cultura letrada, campo privilegiado das elites, e a oralidade constituem dimensão fundamental da formação das culturas urbanas e das relações de poder na cidade” (Cruz, 1994. p. 24). Neste ensejo, como bem foi dito no capítulo anterior, a República foi entendida como um “reino de oportunidades” a serem angariadas por aqueles que detiveram a excelência nas funções intelectuais. No entanto, mais do que a própria sorte e diferente daqueles que já nasceram com a distinção pelo “berço” ou apadrinhado pelas oligarquias, alguns agentes sociais ligados às camadas trabalhadoras desenvolveram estratégias de inserção que possibilitaram sua modesta projeção intelectual. A circulação de alguns caixeiros, tipógrafos, amanuenses, operários fabris, dentre outros, nas rodas letradas será priorizada na análise do próximo tópico, suas práticas desenvolvidas naquele ambiente letrado, contatos e espaços de sociabilidade.

## 2. 2. Letras, Artes e Ofícios: Atividades de Imprensa e Literatura entre Caixeiros, Operários Gráficos e outros Trabalhadores

A ascensão sócio-econômica e o prestígio na vida pública foram horizontes vislumbrados por grande parte dos letrados que vivenciou as transformações ocorridas na passagem da Monarquia para a República. Tanto quanto os militares, os homens de letras foram igualmente requisitados a assumirem as funções administrativas nos primórdios do novo regime, como ficou registrado nas trajetórias de muitos intelectuais que se destacaram naquele período, aspecto já analisado no capítulo anterior. Casos como a rápida projeção pública de Antônio Sales, ex-caixeiro, poeta, membro fundador do CRC, amanuense no primeiro governo republicano e Secretário do Interior na administração do Gal. Bezerril Fontenele, certamente, inspiraram muitos trabalhadores do período que entenderam aquela transição de regimes políticos como oportunidade de ascensão social.

Estas projeções foram igualmente cultivadas entre indivíduos de modestos perfis sociais. Grande parte se deu na esfera dos projetos pessoais daqueles estudantes das escolas noturnas, empregados do comércio, operários gráficos, artistas que participaram direta ou indiretamente das rodas de debates, em maioria situadas na Praça do Ferreira, denominada popularmente de o “coração da cidade”. Naquele entorno, rodeado pelos principais estabelecimentos comerciais do centro de Fortaleza (Azevedo, 1992. p. 56 - 58), os cafés outrora existentes naquela praça, como o “Java”, “Elegante”, “Comércio” e o “Iracema”, agregaram círculos de palestras, presenciaram incessantes discussões intelectuais e filosóficas

e assistiram ao surgimento de algumas agremiações literárias, como a Padaria Espiritual e a Academia Polímica, entre o final do século XIX e o início do XX, numa vivência mundana amplamente conhecida na historiografia urbana local<sup>140</sup>.

Raimundo Girão relatou que na Praça do Ferreira a “abertura de outros Cafés e de algumas livrarias proporcionou, bem se compreende, a formação de pequenos blocos de habitués – intelectuais, boêmios, caixeiros, políticos, estudantes, que se compraziam, matando o tempo, em bate-papo sem hora marcada, nem ordens-do-dia prefixadas” (Girão, 1995. p. 185). Por este testemunho, pode-se entender que naqueles espaços da capital foi vivida intensamente a confluência de idéias e debates entre diferentes sujeitos letrados, uns mais destacados, já ocupando distintas posições e cargos públicos, alguns conhecidos das redações dos jornais de época, outros mais modestos a publicar os primeiros versos em folhas noticiosas e muitos tantos completamente anônimos à cena pública. De acordo com as denominadas “especializações” do saber, ocorridas na cultura letrada no início do século XX, assim como em outros centros urbanos, era possível encontrar em Fortaleza os “homens de ciência”, “homens de cultura geral”, “literatos” e muitos outros de “literatura de folheto, apressada ou sem livros” (Miranda de Sá, 2003).

Como aqueles intelectuais do período que obtiveram maior prestígio em virtude das campanhas políticas, literárias e filosóficas já foram abordados por diferentes autores<sup>141</sup>, no presente estudo foi priorizada a produção literária daquela parcela de homens de letras que não usufruíram as benesses do Estado e dos apadrinhamentos políticos, mas, às duras penas, conciliaram seus desejos de ascensão pública com as dificuldades cotidianas, deixando pistas sobre a sua experiência de trabalhador que se envolveu nos debates do campo intelectual. Ou seja, em contraste com estes últimos, aqui terão destaque aqueles segmentos letrados menos favorecidos com “a consagração olímpica do arrivismo agressivo sob o pretexto da democracia” na virada dos séculos XIX para o XX; expectadores otimistas de que

<sup>140</sup> Apenas para listar alguns dos trabalhos visitados com esmero neste estudo: MOTA, Leonardo. A Padaria Espiritual. – Fortaleza: Casa de José de Alencar/UFC, 1995; GIRÃO, Raimundo. Geografia Estética de Fortaleza. – Fortaleza: Casa de José de Alencar/UFC, 1995; PONTE, Sebastião Rogério. Fortaleza Belle Époque. Reformas Urbanas e Controle Social (1860 - 1930). – Fortaleza: Multigraf, 1993; MENEZES, Raimundo de. Coisas que o Tempo Levou. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

<sup>141</sup> CARDOSO, 2000. Op. Cit. Ver Também: CORDEIRO, Celeste. Antigos e Modernos no Ceará Provincial – São Paulo: Annablume, 1997; OLIVEIRA, Almir Leal de. Saber e Poder: O Pensamento Social Cearense no Final do Século XIX - São Paulo: Dissertação de Mestrado PPGH/ PUC-SP, 1998; AMARAL, Eduardo Lúcio G. Intelectuais e Política no Instituto do Ceará (1887 - 1920) - São Paulo: Dissertação de Mestrado PPGH/ PUC-SP, 2002; OLIVEIRA, Cláudia Freitas de. “Idéias Científicas no Club Literário” IN: SOUZA, Simone de & NEVES, Frederico de (orgs). Fortaleza: História e Cotidiano/ Intelectuais – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002; ALENCAR, Manoel Carlos F. de. Adolfo Caminha e Rodolfo Teófilo: a Cidade e o Campo na Literatura Naturalista Cearense – Fortaleza: Dissertação de Mestrado defendida no PPGH/UFC, 2002.

uma nova era poderia lhes abrir espaço nas decisões públicas, porém, foram engolidos pelo “triunfo da corrupção destemperada em nome da igualdade de oportunidades” (Sevcenko, 1995. p. 26).

Sabe-se que Adelaide Gonçalves Pereira (Op. Cit.) e Francisco de Assis Oliveira (2005) já realizaram criteriosas análises quanto à experiência dos trabalhadores em Fortaleza e suas atividades letradas, em especial, na esfera da imprensa periódica dos tipógrafos e caixeiros durante a passagem dos séculos XIX para o XX. Desta feita, a considerar a importância da imprensa, aqui terá maior destaque a produção literária de alguns desses sujeitos históricos como “prática social” (Certeau. Op. Cit.), a entendê-la tanto como gesto que vislumbrou inserção pública e distinção nas rodas intelectuais, quanto leituras sociais de suas experiências de vida. Neste sentido, as narrativas literárias serão consideradas enquanto portadoras de “experiências históricas vividas” (Thompson, 2002. p. 52), junto ao entendimento das estratégias de publicação, produção e reprodução de textos e o seu ingresso nos círculos letrados. Assim, de acordo com o entendimento de Antônio Cândido (2000), para compreender a relevância histórica de um texto literário, devem ser consideradas na obra “as influências concretas exercidas pelos fatores socioculturais” e identificar “o elemento social a partir da própria construção artística da obra” em sua estrutura narrativa.

Logo, na sua condição de documento histórico, de acordo com os referenciais teóricos da História Social, foi entendido que a literatura comporta as “estruturas de sentimento”, ou as formas racionalizadas e heterogêneas - coletivas, históricas e subjetivas - de perceber e sentir o meio social<sup>142</sup>. No “historizar da obra literária”<sup>143</sup>, acredita-se que a partir do cruzamento com outras fontes do período, seus conteúdos narrativos permitiram entender como aqueles agentes se dispuseram a adentrar nos embates da época e se fazerem presentes na esfera pública, identificando as relações existentes entre suas leituras, produção literária, as forças históricas e as tensões sociais vivenciadas nos espaços por eles frequentados<sup>144</sup>.

<sup>142</sup> WILLIAMS, Raimond. *Marxismo e Literatura*. Trad. Waltensir Dutra – Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1979. p. 130 – 137. Ver também *O Campo e a Cidade*. Na *História e na Literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

<sup>143</sup> CHALLOUB, Sidney & PEREIRA, Leonardo A. de M. *A História Contada*. Capítulos de História Social da Literatura no Brasil – Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1998. p. 07 – 14.

<sup>144</sup> Ao entender a “obra literária como produto de um sujeito coletivo”, a análise de Lucien Goldman permitiu compreender como os diferentes elementos da narrativa literária (estrutura, sinestesia, metáforas, metalinguagem etc) comportam significados em torno das tensões sociais, desejos de classe, interesses antagonicos, embates simbólicos, a partir das “homologias, processos heterogêneos e relações inteligíveis” que compõem qualquer produção cultural. GOLDMAN, Lucien. *Sociologia do Romance* – Rio de Janeiro: Paz e Terra, s/d. p. 203 – 223. Ver também FACINA, Adriana. *Literatura e Sociedade* – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

Por ser considerado um dos maiores expoentes poéticos do Ceará naquela virada de século, ter convivido em diferentes rodas intelectuais, tanto no Ceará quanto na Capital Federal, participado de campanhas como o abolicionismo, a construção da República, ocupando cargos públicos e, em virtude desta trajetória, angariado mérito e notoriedade entre diferentes letrados, renomados e anônimos, como já foi dito, várias obras de caráter memorialista, historiográfico e biográfico dedicaram páginas à figura de Antônio Sales. Além disso, ele foi um dos poucos intelectuais que vieram das camadas menos favorecidas da sociedade e conseguiram projeção e notoriedade naquele meio. É muito raro folhear um livro de memória ou artigo de uma revista literária de época que não faça sequer alguma menção ao “Mestre Sales”, assim chamado nos seus últimos anos de vida pelos jovens talentos que iam à sua casa pedir sugestões ou mesmo um prefácio nas suas primeiras publicações em verso (Lima. Op. Cit. p. 106).

Porém, não haverá aqui dispendiosa atenção à sua biografia e obra, uma vez que foram, em certa medida, contempladas num outro momento<sup>145</sup>. Mas, as reminiscências escritas por ele e seus contemporâneos e os registros deixados por alguns biógrafos forneceram informações preciosas sobre a dinâmica do universo letrado que ele pertenceu, as adversidades encontradas, as “hierarquias intelectuais” configuradas, dificuldades para publicação e estratégias criadas em busca de projeção na cena pública. Das informações mais instigantes encontradas, aquelas que dizem respeito às condições de trabalho e a forma de conciliá-las com as atividades de leitura e produção literária foram de suma importância a estabelecer, por exercício analógico, a compreensão dos esforços que muitos jovens caixeiros dispensavam aos seus sonhos e pretensões intelectuais.

Aos 14 anos, em vez de prosseguir nos estudos [após sair do seu município de origem Paracuru, e recém chegado à vila de Soure], Antônio Sales abandonava os livros e se empregava como caixeiro nesta capital, com o ordenado mensal de 25\$000. Deixemo-lo falar: ‘Separado dos meus pais pela primeira vez e nunca tendo trabalhado, muito sofri nos primeiros dias de minha nova vida, e, ao fechar-se a loja, ia para casa, recolhia-me ao quarto e chorava até o adormecer. Depois fui me habituando e verifiquei que o trabalho é o melhor remédio para a tristeza. Os caixeiros não tinham, então, as regalias que hoje desfrutam. Eu ia abrir a loja às seis horas da manhã, e, às vezes, escrevia cartas e faturas até às onze da noite. Eu não era só auxiliar de escrita: quando não tinha serviço na carteira, cosia fardos de fazendas,

---

<sup>145</sup> Um estudo parcial sobre a trajetória política e intelectual de Antônio Sales, sobretudo, quando este atuou na Padaria Espiritual, foi realizado na dissertação de mestrado *As Repúblicas das Letras Cearenses. Literatura, Imprensa e Política* (Cardoso, 2000), no tópico 3. 2. “Antônio Sales ou um certo ‘Moacir Jurema’”.

arrumava barricas de miudezas ou vendia o retalho no balcão<sup>146</sup>.

Assim como Antônio Sales, outros caixeiros e pequenos funcionários do comércio vivenciaram exaustivas jornadas de trabalho em meados do século XIX, tendo ainda que arcar com a disposição em exercitar as práticas da leitura ou a produção literária. Tão equivalente fado foi o que viveu Rodolfo Teófilo: por volta de 1868, ao relatar que “Passava o dia na praia, exposto ao sol, no serviço do algodão. Ao escurecer, sentado à carteira a copiar o borrador! Voltava às 9 horas da noite das aulas e recolhia-me ao quarto, uma espelunca quente e com mais muriçocas do que nas florestas do Amazonas. Ia preparar as lições alumiadas por uma miserável vela de carnaúba, de vintém, pois não podia comprar estearina. Estudava três horas, o tempo que a vela durava a luz” (Teófilo, 1927. p. 25 e 26).

Segundo este autor, ao saber que ele estava estudando após o expediente de serviço, seu patrão que “não queria caixeiro doutor”, o retirou do balcão da loja e o pôs a trabalhar com a arrumação e contagem do algodão. Da mesma forma, as condições da produção literária foram também desafiadoras a outros trabalhadores, como ocorreu ao poeta e pintor Otacílio de Azevedo, quando relatou a sua experiência de funileiro e pintor “na ‘Ceará Light’, onde eu era empregado, escrevi [o livro] Alma Ansiosa, escondido dos ingleses, nas enormes valas onde se ajustavam os estômagos dos bondes elétricos para consertos” (Azevedo. Op. Cit. p. 44).

Como se não bastasse a opressão patronal, a dificuldade em conciliar estudo com atividade letrada era por assim dizer causticante, conforme os testemunhos de época, o que se fez permitir sonhar melhorias de vida, aspirações conquistadas posteriormente: “Mas, auxiliar do comércio, Sales enfronhava-se na literatura e, quando perfazia os vinte anos, compreendeu que o burocrata dispõe de mais tempo para cuidar de coisas da inteligência. Fez-se, pois, funcionário público estadual e chegou a ser Secretário do Interior. E não foi esta a única destacada situação que a política lhe proporcionou. Na legislatura de 1893/1896, deram-lhe uma cadeira de deputado na Assembléia. Ainda na vigência do regime monárquico (...) se filiara ao Centro Republicano” (Mota. Op. Cit. p. 158).

Semelhantes a ele, com relativo domínio na arte do versejar, alguns modestos escritores passaram a publicar seus poemas e outros escritos nos pequenos jornais, pasquins e folhas da cidade. Para muitos iniciantes, o jornal O Meirinho, dentre outros, foi o passaporte para a vida pública de muitos caixeiros, operários gráficos, estudantes e letrados sem projeção

<sup>146</sup> MOTA, Leonardo. Padaria Espiritual. Fortaleza: Casa de José de Alencar/ UFC, 1994. p. 158.

pública nas rodas literárias e intelectuais de Fortaleza, no final da década de 1880. Este jornal teve “Antônio Ferreira de Lafaiete, o Lafite, o único redator e o único compositor. Gordo, baixo, de tez acaboclada, feio, boêmio, zarolho, arredio ao meio intelectual, amante da pinga, compunha sozinho o jornal, sem nada escrever, pois na acanhada redação sempre faltava papel e tinta. Saía o jornal aos domingos e se gabava de ter entre seus fiéis admiradores o Capistrano de Abreu. Conhecido como o Matusalém da imprensa humorística, foi nele que Antônio Sales, aproveitando-se dos motes que em todos os números Lafite propunha ao público leitor para serem glosados, se exercitou na técnica da metrificação (Bóia. Op. Cit. p. 75)”. Mas não só Antônio Sales: Rodolfo Teófilo, Sabino Batista, Jovino Guedes, Álvaro Martins e outros amantes das letras aqui mencionados tiveram O Meirinho como a primeira investida no meio literário local.

Passo a passo, à medida que o jornal vendia, os modestos escritores se projetaram no meio intelectual. Timidamente, iam circulando por espaços e redações de jornais mais conhecidos, em busca de reconhecimento e prestígio. É bastante versada a passagem de Antônio Sales, ainda auxiliar do comércio, que “vivia ralando para entrar para a roda do Clube Literário, que se reunia em certas noites numa pequena sala contígua ao Libertador” (Sales. Op. Cit. p. 111). O relato nas suas memórias chega a ser comovente pela aspiração dele em adentrar naquela roda de letrados:

Um dia, fiz um soneto, meu primeiro soneto, assinei-o com o pseudônimo anagramático – A. Lessal – e o meti por baixo da porta do Clube Literário. No dia seguinte, à noite, fui passar pela porta do Clube, que estava reunido, e comecei a ir e a voltar deitando olhares invejosos para o grupo que estava lá dentro palestrando. Numa dessas passagens, Oliveira Paiva chegou à porta, por acaso, e, ao ver-me, pôs-se a conversar comigo e convidou-me depois a entrar, o que aceitei de muito bom grado. Mas, quando cheguei ao pé da mesa, que havia eu de ver? O grupo lendo e comentando meu soneto! Imaginem a minha situação... Afinal, o laudo do juiz foi que meu soneto era um pouco ingênuo, mas estava escrito em linguagem correta e bem metrificado, pelo que devia ser publicado no Libertador, como de fato foi, no dia seguinte<sup>147</sup>.

Pelo que foi exposto, para o ingresso no meio literário se fez indispensável o domínio das formas, combinar perfeitamente as palavras e atingir o belo nas rimas com a arte dos versos. Apresentar intimidade com a leitura dos principais escritores nacionais e internacionais, suas obras, os temas e as polêmicas assuntados na imprensa literária, assim

---

<sup>147</sup> Idem. p. 111 e 112.

como o domínio da oratória, previa também o acesso garantido naquele orbe de “iniciados”. Como se leu no tópico anterior, numa sociedade de maioria analfabeta, apresentar trato com algum dos aspectos acima, mesmo ligados às camadas sociais de menor poder aquisitivo (caixeiro, tipógrafo, amanuense etc), um modesto homem de letras atento àqueles predicados teria sem grandes esforços interlocutores de diferentes posições sociais e profissões.

Sobre os atributos que despertaram o interesse daqueles letrados, o poeta Otacílio de Azevedo deu testemunho sobre certa ocasião em que, no início do século XX, advindo do interior do Ceará para trabalhar na Fotografia Olsen, logo após sua chegada à capital, sem pretensão alguma, rabiscou com um canivete versos numa mesa do antigo Café Riche. Dias após, retornando àquele espaço, ao perceber que intelectuais frequentadores do respectivo estabelecimento elogiavam aquela quadra, ele fez o seguinte relato: “tive vontade de gritar: ‘É minha, foi escrita por mim, que também sou poeta!’” (Azevedo. Op. Cit. p. 87). Num outro momento, sobre equivalente desejo de um colega de sarau, ele discorreu: “Andava sempre comigo um companheiro, Tertuliano Menezes, cuja maior ambição era ser intelectual. Sabia de memória três longos discursos, um para casamento, um para aniversário e outro para festa de primeira comunhão” (Idem. p. 96). Otacílio ainda comentou:

Eu sempre gostei de privar da amizade de poetas e pintores, discutir, mostrar-lhes meus versos, trocar opiniões. Cruz Filho, Júlio Marciel, Antônio Furtado, Beni Carvalho, Clóvis Monteiro, Genuíno de Castro, Luís de Castro, Gérson Faria, Pretextato Bezerra e outros eram por mim frequentados de forma permanente. Estávamos sempre em contato, trocando idéias, mostrando o nosso trabalho, pedindo conselhos e opiniões críticas<sup>148</sup>.

Além destes predicados em torno do domínio das palavras, da oratória e o convívio com os “distintos”, outro grande obstáculo que se fez também a ser vencido girava em torno das dificuldades para a publicação de um texto na imprensa. Imagina-se quão onerosa era a publicação de um material mais acabado, no caso, um livro, pois, em suas memórias, Adolfo Caminha já havia denunciado a “usurária especulação dos editores” que transitaram pelas rodas literárias do Rio de Janeiro, dentre eles, o editor Garnier, que teria feito fortuna às custas de José de Alencar, Machado de Assis e Aluísio Azevedo (Caminha, 1999. p. 122 e 123). Se na antiga Corte e, posteriormente, Capital Federal “muitos jovens que fizeram da literatura sua atividade principal sofreram na pele as conseqüências dessa

---

<sup>148</sup> AZEVEDO. Op. Cit. p. 228.



desconsideração do trabalho literário” (Pereira, 2004. p. 36), viu-se que nos recônditos regionais brasileiros as provações eram de tamanha proporção, senão maiores.

Nas suas reminiscências, Herman Lima escreveu que “num meio já de si bem parco de recursos, de restrito poder aquisitivo, onde a publicação de livros quase sempre se fazia à custa dos maiores sacrifícios dos próprios autores, ainda mais difícil se tornaria o lançamento de qualquer plaquette de versos (...) Assim, os poetas, que sempre andaram em grande maioria sobre os prosadores, tinham de contentar-se com a inserção de seus versos [quase sempre sonetos, talvez também pela economia de espaço], nalguma coluna de jornal de boa vontade” (Lima. Op. Cit. p. 94). A todo o custo, foram vislumbradas formas de menor resistência, estratégias de se “furar o bloqueio” ou adentrar no restrito mundo das letras. Vê-se quão tortuosa e diferenciada dos intelectuais de renome foi a escalada daqueles outros escritores pelo tão sonhado prestígio e reconhecimento nas rodas literárias.

A busca pelo reconhecimento entre os “distintos” era uma importante meta para aqueles de origem social modesta que detiveram certo instrumental. Inserir-se nas rodas literárias, participar dos eventos do meio compensava qualquer esforço. Ver seus textos publicados nos órgãos de imprensa à época era entendido como ingresso junto aos círculos intelectuais. Não por menos, esta cultura meritocrática foi um *modus pensandi* muito presente no seio das camadas urbanas, sobretudo, um sentimento alimentado pela evidenciada cultura política republicana nos seus primórdios.

No livro de memória *Poeiras do Tempo* (1967), escrito por Herman Lima, fica evidente que essas atitudes foram justificáveis se consideradas enquanto possíveis acessos aos louros da glória. Ainda caixeiro da Fotografia Olsen, ele passou a publicar seus desenhos nas revistas *O Malho*, *Tico-Tico* e *Fon-Fon!*. Tempos depois, foi trabalhar como balconista na Loja Pernambucana. Com habilidade também nas letras, devido ao contato com intelectuais e políticos da época, em 1915 foi trabalhar na Secretaria da Fazenda do Estado, onde estreitou amizade com Alcides Mendes, antigo membro do Centro Literário (1894 - 1904). Daí foi convidado pelo escritor, historiador, poeta e, à época, delegado-fiscal, Mário Linhares a trabalhar como feitor na Comissão de Estudos e Construção da Estrada de Rodagem de Aracati-Morada Nova-Quixadá. Foi a Bahia, onde publicou seu primeiro livro, *Tigipió*, em 1924, e formou-se em medicina. Mudou-se para o Rio de Janeiro onde ainda publicou o livro de contos *Mãe d'Água*, o romance *Garimpos* e os livros de viagem *Na Ilha de John Bull* e *Outros Céus, Outros Mares*, inspirados em sua estada na Europa. Sobre a ascensão do antigo amigo de balcão, o poeta Otacílio de Azevedo disse:

Nestes longos anos que nos separam, Herman Lima foi sempre a formiga – estudando e trabalhando firmemente, decidido a conquistar o seu lugar ao sol. Conseguiu-o brilhantemente, merecidamente. É hoje, sem favor, um dos maiores escritores brasileiros. Quanto a mim, fui sempre a cigarra, trocando o mealheiro ou a busca pela glória pela lira e pela paleta [poeta e pintor]. Ao invés de somar, esbanjei nos ventos da indecisão e da incerteza (e até mesmo da irresponsabilidade) o talento que a Natureza me deu. Mas satisfeito de ver o triunfo e a glória daqueles que realmente fizeram por conquistá-los, como Herman Lima<sup>149</sup>.

Como já se vislumbrou, a instrução foi entendida como um imperativo à realização dos desejos de ascensão pública e notoriedade para muitos letrados. No testemunho acima, nota-se também a presença do discurso disciplinador, “princípio da não ociosidade” (Foucault, 1999. p. 131), já incorporado no discernimento dos trabalhadores urbanos. Em grande parte, estes sonhos foram alimentados pelas forças históricas daquele período, a princípio pela proclamação da República, que os fizeram acreditar nas oportunidades vindouras do novo regime. De acordo com um testemunho, em Fortaleza, “os pruridos republicanos se faziam sentir em caixeiros e alunos da Escola Militar, recentemente inaugurada” (Sales, Op. Cit.).

Sobre esta instituição, é válido lembrar que a Escola Militar do Ceará foi fundada no dia 01 de maio de 1889. Como se viu no capítulo anterior, desde bem pouco após a sua inauguração, seus alunos, através do Capitão Joaquim Catunda, professor de Língua Portuguesa, tiveram participação na campanha republicana em Fortaleza. Após o golpe de 1889, nos jornais *Libertador* e *A Pátria* sempre se leu uma ou outra menção dos cadentes “em prol da regeneração do país”, como no levante armado que derrubou o governador deodorista Gal. Clarindo de Queirós, em 16 de abril de 1892. Em 1891, os cadetes Thiago Ribas, Ayres de Miranda, Eugenio Brandão, Oscar Feital, Rodolpho Brígido e Xavier d'Oliveira lançaram a revista *Primeiro de Maio*, composta de artigos filosóficos, científicos e crítica literária. Outros órgãos como *Silva Jardim* (1892), *Atleta* (1891, este em parceria com os caixeiros) e as revistas *Evolução* (1893) e *Pequena Revista* (1891), contaram com a participação de alunos da Escola Militar, que tiveram notoriedade no meio letrado da capital (Marques e Klein Filho, 2007. p. 49 - 59). Porém, aprofundar análise sobre as práticas letradas desenvolvidas por este segmento, fugiria ao recorte temático proposto neste estudo.

---

<sup>149</sup> Idem. p. 246.

Como foi mencionado, em maio de 1889, cadetes e caixeiros, jovens idealistas motivados pelos “ventos do progresso” emanados da campanha republicana, aproveitaram a data do aniversário de Antônio Sales, “aos 13 de junho daquele respectivo ano, para fundarem o Centro Republicano Cearense, instalado ainda nesse mesmo sobradinho [onde funcionou o Clube Educando Caixeiral]” (Bóia, 1980. Op. Cit. p. 88). Ao tomar este incidente como ponto de partida, observando a rápida ascensão de alguns caixeiros como Antônio Sales, João Cordeiro, Rodolfo Teófilo, Herman Lima e outros, certamente, pode se entender que se fez sentir entre alguns rapazes do comércio a mesma possibilidade de projeção, já que nos casos de João Cordeiro e, sobretudo, Antônio Sales é nítida sua escalada ao prestígio público em meio às agitações ocorridas no final da década de 1880.

Antônio Sales, “com vinte anos de idade, e já segundo-secretário do Clube Literário, redator do Libertador com o pseudônimo de João Flauta, integrante do Clube Educando Caixeiral, [era] colaborador de A Quinzena e da folha literária O Domingo, e que por algum tempo atuaria como gerente da libreria-Papelaria do Guálter” (Idem. p. 82). Necessariamente, não pode ser determinado que apenas por parâmetro destas vivências e de outros ex-caixeiros que alcançaram notoriedade pública através das letras<sup>150</sup>, que operou grande motivação nos demais trabalhadores urbanos daquela realidade. Porém, devem ser consideradas que estas perspectivas vislumbradas, sobretudo, pelos comerciários, em parte se deram pela eloquência propalada em nome da “meritocracia”, retórica do discurso republicano em torno do imaginário democrático, em que diferentes setores sociais, entre estes setores letrados menos favorecidos, acreditaram ser uma possibilidade real, após a queda da Monarquia.

Enquanto entidade de classe, juntamente com os alunos da Escola Militar, os caixeiros foram os primeiros a assumirem a causa do republicanismo no Ceará. Esse intercâmbio existiu desde o funcionamento do Clube Educando Caixeiral, já apreciado. Tal atributo nem aos jornalistas mais exaltados, como João Cordeiro, considerado o “primeiro republicano” pelo próprio Antônio Sales (Sales. Op. Cit. p. 89) poderia apelar à luz da história, tampouco para os intelectuais outrora militantes no movimento abolicionista.

---

<sup>150</sup> De fato, há de se reconhecer que Antônio Sales teve uma rápida ascensão pública e social, se considerada a sua condição de modesto caixeiro na segunda metade da década de 1880 até a sua ida ao Rio de Janeiro, em 1896, onde já era conhecido na rua do Ouvidor e sendo convidado a trabalhar no Correio da Manhã, em que escreveu na sessão “Pingos e Respingos”. Como já foi dito, antes, ele foi Secretário do Interior no Governo de Bezerril Fontenele, fundador da Padaria Espiritual (agremiação literária cearense mais conhecida nacionalmente) e, posteriormente, deputado estadual entre 1893 e 1896. Sempre que vinha ao Ceará, era convidado a participar de solenidades, dividindo atenções com celebridades políticas e literárias do período.

Na vida pública, à sua maneira, os comerciários se fizeram presentes nas rodas de conversas e debates. A historiografia aponta para o fluente contato entre eles e alguns intelectuais nos espaços de sociabilidade do período. No restaurante e café Maison Art-Nouveau, por exemplo, freqüentado por intelectuais de renome local, como desembargadores, políticos, escritores e jornalistas, o historiador Raimundo Girão mencionou que “paralelamente, ocupavam as bancas da Art-Nouveau muitos empregados do comércio, que aproveitavam para isso o pequeno intervalo do almoço. Quase todos alunos da escola do comércio da Phênix Caixeiral, como, por exemplo, Edigar de Alencar, Josafá Linhares, João Monteiro de Lima, Francisco Falcão, Carlos Barbosa, Aldo Prado, César de Magalhães, José Joaquim de Oliveira Paiva, Francisco Chagas Baima, Raimundo Barbosa, Raimundo da Silva Freitas, Laudomiro de Sousa Pereira, Antônio Ferreira Filho, José Aristides Barcelos e Paulo Avelar. A eles se incorporavam elementos de outros setores de atividades, mas igualmente interessados no objeto das palestras que, por ocasião das pugnas eleitorais fenistas, acaloravam-se. Vários deles mais afeiçoados às coisas do espírito, destacaram-se como fundadores de grêmios literários. A Academia Fenista, o Ateneu dos Simples e a Academia dos Novos foram as suas criações” (Girão. Op. Cit. p. 191).

O aprimoramento intelectual era atributo indispensável à inserção nas conversas e assuntos dos círculos letrados. Assim, desde a fundação da Phenix Caixeiral, suas iniciativas em prol do “aperfeiçoamento”, como a Escola de Comércio e suas publicações na imprensa, diante dos funcionários do comércio foram consideradas marcos distintos a inaugurarem a fase de “ilustração” daquele segmento sócio-profissional.

Dois anos há que fundou-se esta sociedade tão grande em seus princípios como imensa em seus fins, com meia dúzia de moços modestos que, pode-se dizer, há dois anos ainda viviam na obscuridade e quase que na escuridão, os quais (...) traçaram no coração de todos os caixeiros uma lista de amor pelo aperfeiçoamento do espírito (...) <sup>151</sup>

A participação dos diretores da Phenix Caixeiral em diversas solenidades de feição literária, como as sessões extraordinárias da Academia Cearense e do Centro Literário, motivou seus sócios e alunos a pensarem “a todo tempo, [numa] vida intelectual intensa [em que] a ela estiveram ligadas literariamente a Padaria Espiritual e o Centro Literário, sendo que, graças a um ativismo intercâmbio literário com este último se desenvolveram e

<sup>151</sup> “Nobreza” IN: Phenix Caixeiral. Ano I, nº 01. Fortaleza: 24/junho/1893. p. 01.

produziram entre outros os espíritos juvenis de fenistas como Pedro Moniz, Rodrigues Carvalho, Teles de Sousa e Antônio Ivo de Matos” (Barreira, 1954. p. 203).

Observadas por Adelaide Gonçalves Pereira com exímio rigor histórico (2001. p. 143 - 168), as revistas publicadas por alunos e/ou professores daquela entidade apontaram para diferentes matizes que pairaram no universo letrado dos caixeiros em Fortaleza, dentre eles, as preocupações em torno do aperfeiçoamento intelectual, projeção e formação da opinião pública, a abrirem espaços para publicações de textos literários, bem como, denunciar comportamentos e práticas ofensivas à boa conduta dos comerciários e, ponderadamente, combater os abusos patronais e fazer reivindicações (Idem). Dos órgãos situados no recorte do presente estudo, O Atleta (1891), com tiragem de mil exemplares, “era órgão simultâneo dos Alunos da Escola Militar e da Classe Caixeiral de Fortaleza, e tinha como redatores: José de Tobias Coelho, A. Freitas e José Horácio Coelho da Frota (...) se ocupando então de crítica e literatura” (Barreira, 1957. p. 206). Em dezembro do mesmo ano passou a ser órgão exclusivo da Phênix Caixeiral, tendo como colaboradores intelectuais locais conhecidos como Farias Brito, Sabino Batista, Roberto de Alencar, Álvaro Martins e outros.

O Phenix Caixeiral foi outro órgão, com data de 1893, em que foram publicados números quinzenais e, posteriormente, semanais até 1903. Seus redatores foram Pedro Moniz, Rodrigues de Carvalho e Antônio Ivo de Matos, estes três pertencentes ao Centro Literário, agremiação aqui ainda será mencionada. Talvez por isso grande parte das suas páginas tenha comportado poemas, crônicas, sonetos e cartas, mas, também notícias de interesse do comércio local (Pereira, 2001. Op. Cit. p. 151). Outros jornais dos comerciários tiveram indistintamente o caráter mais corporativo, em busca de melhorias exclusivamente dos seus pares. Foi assim A Opinião (1897), “em campanha específica contra os jogos de azar, em particular contra a contravenção e o jogo do bicho” (Idem. p. 152). A União, de 1906, segundo Dolor Barreira (Op. Cit. p. 207) funcionou sob a direção de José Alencar Araripe e a gerência de José Aleixo de Sá. Teve como principal meta a “federação de classe”, a defender interesses particulares dos empregados do comércio. O Caixeiro (1909) se dizia “semanário literário de propaganda do ‘Comitê Caixeiral’” que derrotou nas urnas a administração de Joaquim Magalhães, em prol de Adolfo Siqueira à presidência da Phênix Caixeiral (Idem. Ibidem).

Por fim, a revista Phenix (1912) “de alevantada significação literária (...) fulcro de cultivo intelectual no Ceará” (Idem. Ibidem. p. 208), fundada por J. A. Lopes Filho, João Alencar Araripe, Daniel Augusto Lopes, tendo por colaboradores os poetas e prosadores

Genuíno de Castro, Raimundo Varão, Otacílio de Azevedo, Josias Goiana, Virgílio Brandão, Gustavo Frota, Sebastião Moreira de Azevedo, F. Menezes Matos, Estevão Mosca e Raimundo Paula Viana. Publicava-se mensalmente, de 1912 a 1917 e, posteriormente, retomando a publicação em 1922, durante o Centenário da Independência do Brasil. Tão notória foi a repercussão literária desta revista que na História da Literatura Cearense, Dolor Barreira destacou expressivos momentos da obra de Ramos Neto, Epifânio Leite, Gustavo Frota Braga, Josias Goiana e Genuíno de Castro, dentre outros funcionários do comércio que gozaram de modesto reconhecimento público no meio literário de Fortaleza, no início do século XX. Atesta-se quão importante foi a manutenção dos veículos de imprensa no circuito letrado, pois, numa sociedade de leitores, o jornal foi bem mais que um “porta-voz” de uma determinada “classe” organizada. Era também aquele espaço de publicação das idéias e textos literários de tantos modestos e pretensos escritores, que tiveram naqueles jornais mais abertura para se apresentarem ao público leitor.

Sem muito esmero no ritmo, singelas composições de sinestésias, metáforas e rimas acanhadas, grande parte escrita sob a orientação dos mestres do Romantismo, os textos literários publicados nesta revista certamente ajudaram a projetar aqueles moços nos círculos intelectuais da capital. Entretanto, para esta análise histórica, o que mais chamou a atenção em alguns poemas foi a cumplicidade da experiência cotidiana daqueles trabalhadores presente nos versos.

Desta luta cruel que o sofrimento envida  
 Há de surgir a luz da venturosa aliança,  
 Serão flores no azul da bem-aventurança  
 As duras provações da tormentosa lida.

Na senda do progresso o mundo marcha e avança  
 Em busca do Ideal da Perfeição querida.  
 E em meio do sofrer, das lágrimas da vida,  
 Nos anima e conforta um raio de esperança:

Os Mártires da Dor, os que padecem tanto  
 Nem sempre verterão amargurado pranto  
 Numa triste existência, eternamente inglória.

Em um laço de amor, na mais doce harmonia,

A humanidade inteira há de reinar um dia  
Na paz universal das regiões da glória.

O soneto acima é da autoria de Ramos Neto e publicado na revista Phenix nº 01, fevereiro de 1912, p. 04. Em sua composição poética, é percebida a tensão entre o “martírio das provações” e as “flores da bonança”. Essas imagens possivelmente podem ser interpretadas segundo as construções metafóricas, como as asperezas cotidianas vivenciadas pelos trabalhadores do comércio e suas expectativas em torno de melhores dias. No texto, o embate entre as projeções explícitas daquele segmento social e os infortúnios nas condições de trabalho já apresentadas, leva a crer que ali foi experimentado um campo de tensões entre o que se imaginou e o que realmente foi vivido por aqueles sujeitos históricos.

Publicado também na revista Phenix (ano I, nº01, 1912. p. 06), o soneto “Vida”, escrito por Josias Goiana, trouxe em seus versos uma sutil reflexão schopenhauereana sobre o modo de vida daqueles rapazes. As árduas jornadas de trabalho, os baixos salários, entremeando-se com seus projetos e sonhos edificados em meio aos percalços do dia-a-dia e as tensões sociais constantes, estão contidos nas construções poéticas, cujo desfecho da narrativa apontou para a aspiração de melhorias à existência no porvir.

Sempre uma dor intermina sombria  
Dentro, em noss'alma, cruelmente impera,  
Não há menos prazer nem alegria  
Que não ceda a essa lei tremenda e fera.

Por toda a parte ouvimos, noite e dia,  
Das cousas da mudez solene e austera  
Marchai! Que é rude e longa a travessia.  
Que tanto o coração vos dilacera.

Si ás vezes, fatigados da jornada  
Procuramos repouso em noite escura,  
Não tarda a nos surgir a madrugada.

Então, se erguendo o sol na imensa altura,  
Qual si fora a bandeira avermelhada  
Na batalha da vida alto fulgura.

Como foi contemplado há pouco, o relato das memórias analisadas deixou a entender que foi vivenciada uma cruenta simbiose, em que se amalgamavam as fadigas cotidianas e os ideais cintilantes de bonanças futuras entre aqueles indivíduos com aspirações intelectuais. A verve pessimista do soneto estaria em íntima conformidade com a vivência dos

jovens em questão. Vale a pena destacar o repertório de leituras que certamente inspirou a composição estética daquele poema. Como bem reconheceram os livros de memória e a historiografia literária cearense, a circulação dos textos de autores ligados a diferentes escolas filosóficas e literárias, do Ultra-Romantismo ao Decadentismo-Simbolismo, como Schopenhauer, Baudelaire, Mallarmé e Antônio Nobre, foi marcante entre os poetas de Fortaleza na virada do século XIX para o século XX (Azevedo, 1992 e Azevedo, 1996). Certamente, essas obras que chamaram a atenção pela crítica ao cientificismo, materialismo, evolucionismo e ao positivismo “que conduziram a literatura e a arte para o caminho do anticientismo, da imaginação e da intuição” (Moretto, 1989. p. 24), foram lidas, apreciadas e seus conteúdos semânticos absorvidos por inúmeros leitores de Fortaleza naquele período, que passaram a ensaiar seus versos e rimas após a aquisição junto às livrarias e empréstimos às bibliotecas nas instituições ou entidades que freqüentaram, conforme serão observados.

Contudo, não podem ser esquecidos que os referenciais positivistas, em ovações contagiantes “ao progresso e à civilização”, bem como, o evolucionismo, ainda estiveram em voga naquele meio intelectual. Comte, Littré, Spencer, Darwin, Haeckel ainda se faziam presentes nos repertórios de leituras daquela geração. Neste sentido, pode-se dizer que houve uma aderência entre as experiências de vida, os ideais vislumbrados e os diferentes correntes filosóficas e campos estéticos assimilados através de diversos textos e leituras correntes naquele momento.

Outro soneto de Josias Goiana, publicado na revista Phenix (Ano I, nº10, 1912. p. 10), tão diferente daquele supracitado, retratou com fino humor e ironia às limitações materiais vividas pelos trabalhadores do comércio, não esquecendo dos desejos comuns aos rapazes casadoiros no soneto “Espírito dos Outros”.

Quis um modesto empregado,  
Aproveitando o momento,  
Procurar melhor estado  
Num bem feliz casamento.

Mas, ao expor tal intento  
Ao pai da moça, pasmado  
Ficou do modo violento  
Como foi interrogado:



- Então, que é isso? Está louco?

Quer você seu bigorriha

Casar ganhando tão pouco?

- Sim, senhor! Volve o rapaz,

Casando com sua filha

Emprego não quero mais...

Em contraste com as reminiscências de um antigo comerciário que dizia ser “a classe caixeiral que ditava a moda, e de onde saía, depois que se foram os cadetes, la jeunesse dorée disputada pelas meninas casaduras (...) um grupo de jovens, bem vestidos, cada qual com a sua bengalhinha domingueira” (Pimenta, 1949. p. 60), outros traços comuns à realidade de um comerciário foram apresentados neste poema: as exíguas condições de sobrevivência, a vida modesta e os baixos salários, além da sutil passagem referente aos conflitos de classe, em que a opressão patronal se fez presente no cotidiano daqueles trabalhadores. Todavia, outro aspecto comum a este setor também se apresentou, como o desejo de ascensão sócio-econômica, já aludido no capítulo anterior, à medida que se entendia o comércio como uma atividade em que os indivíduos poderiam progredir financeiramente. Marcante em quase todos os sonetos de Josias Goiana, são as reflexões em torno da existência, como o que foi constatado na primeira estrofe do soneto “A Um Morto”: “Homem, verme que andaste a sofrer a miséria,/ a fome, a ingratidão, a protéria mais dura,/ como numa retorta o teu ser se depura/ e transforma, na paz, na modorra funérea”<sup>152</sup>. Porém, reportando-se por meio de metáforas, os embates, a sua condição material de trabalhador, os conflitos sociais e a realidade econômica de seu grupo ali estiveram presentes. Por mais intimista e pessoal que possam ser poemas, numa abordagem em que literatura é documento histórico, não se pode deixar de considerar esse autor como agente social, cuja obra foi perpassada pelas tensões do seu tempo.

Este sentimento em forma de agrura foi comum ao estilo literário e às vivências de outros trabalhadores do comércio cearense naquele tempo. Ao que se atesta, as dádivas da glória imaginadas foram suspirosamente saboreadas com o tempero cáustico das contradições sociais e dilemas cotidianos, como nos casos dos ex-caixeiros bem sucedidos, há pouco relatados. O exemplo de Genuíno de Castro, antigo diretor da revista Phenix, também

<sup>152</sup> GOIANA, Josias. APUD BARREIRA. Op. Cit. p. 239.

se enquadrou nesta realidade. Empregado da “Casa Americana”, de propriedade do comerciante acciolista Hermínio Barroso, em vida ele foi mais um destes desafortunados, segundo Otacílio de Azevedo, vítima das contendas políticas e, por conta das tensões ocorridas em 1912, teve que se mudar para o município do Aquiráz. Anos mais tarde, voltou a Fortaleza e “aqui chegando, desempregado, tímido e retraído, não teve outro jeito senão empregar-se como mata-mosquito. Andava de casa em casa, com uma lanterna e uma lata de petróleo... Ele que fora redator de revistas e membro da ‘Academia Rebarbativa’, ao lado de Mário Linhares, Raul Uchoa, Jaime de Alencar e Joaquim Pimenta, abandonou os amigos, mergulhando na mais triste solidão (...) Talvez envergonhado do seu emprego, Genuíno de Castro fugiu do convívio dos antigos amigos e nunca mais apareceu nas rodas literárias. (...) Foi enterrado nos trajes de S. Francisco. Como o santo, tinha, também, suas chagas – não as do corpo, mas as da alma, que o acompanharam até a última morada” (Azevedo, 1992. Op. Cit. p. 190 e 191).

Nota-se que nem sempre os estudos e a intimidade com a literatura puderam garantir posição social privilegiada aos letrados sem grandes vínculos com as esferas do poder, pois, muitos deles foram atropelados pelas contendas partidárias. Não deve ser esquecido que a realidade sócio-política brasileira esteve fortemente marcada pela prática do apadrinhamento, comum às oligarquias rurais e urbanas, concentradoras de poder e prestígio nas esferas burocráticas, políticas e até intelectuais, como será observado. Neste sentido, compreende-se que os textos produzidos pelos autores em evidência estiveram inseridos num “campo literário”, aquele “espaço das relações de força entre agentes ou instituições que têm em comum possuir o capital necessário para ocupar posições dominantes (ou de inserção, insubordinação etc) nos diferentes campos (econômico, cultural, político)” (Bourdieu, 1996. p. 244). Assim, as desilusões que o meio social lhes proporcionou, ajudaram a configurar algumas narrativas literárias, marcadas pelo desalento imortalizado em alguns poemas, como no soneto “Término”.

Eis-me chegado a um ponto, a um termo enfim, senhores,  
 A um dos momentos maus, difíceis da existência;  
 Em que o espírito é um caso, a alma! A alma em turbulência,  
 Solta a amarga canção dos entes sofredores.

Não sei mais nem sentir, nem sinto mais clemência,  
 E rio-me até de minhas próprias dores...

Parece que a turba audaz dos malfeitores  
Roubara-me de chofre a luz da consciência.

Pragas, trucidações, convulsionados gritos,  
E a agonia feroz, desesperada e bruta  
Que vai da terra ao céu em turbilhões malditos...

- Tudo isso para mim, toda esta horrível luta,  
Por meus ouvidos passa; assim como os atritos  
Longínquos de uma voz que muito mal se escuta<sup>153</sup>.

Vê-se que alguns enunciados comportaram bem àquela experiência marcada pelos conflitos políticos entre as oligarquias do período, a quem o poeta se reportou como “turba dos malfeitores”. Atesta-se também aquele campo de tensões afetando o poeta que, em meio à violência das injúrias e difamações tão freqüentes na imprensa e nas conversas do dia-a-dia, se sentiu anulado enquanto indivíduo. Para alguém que respirou aquela ansiedade erigida no seio das projeções entre os comerciários, esteve a freqüentar as rodas literárias e os salões do período, conviveu com intelectuais e figuras ilustres na época e, por fim, ser sentenciado ao anonimato pelos desafetos partidários, tudo aquilo se convergiu num mar de desencanto, afogando expectativas pessoais outrora elevadas na sua experiência social.

Em outro soneto, Genuíno de Castro discorreu sobre as asperezas do dia-a-dia, deixando a entender que, no seio do seu grupo profissional, o desencanto foi tão marcante quanto o vislumbre de projeção pública, permitindo questionar a proporção de um sentimento em relação ao outro. Eis aqui os tristes versos do “Livro de Job”:

Como os outros nasci e, como tal, oriundo  
Da mesma causa ultriz, filho do mesmo amor,  
O fardo da existência arrasto pelo mundo,  
Hoje com meu prazer, depois com minha dor.

O gozo mais feliz, o prazer mais profundo  
- Vibrem no coração seja ele quem for,  
Acho tão natural, tão simples, tão fecundo,  
Com a essência sutil no cálice da flor.

<sup>153</sup> CASTRO, Genuíno de. APUD BARREIRA. Op. Cit. p. 416.

Acostumei-me assim; a dúvida, o destino  
 Ministraram-me a lei desse severo ensino  
 De preceitos cruéis, terríveis, violentos.

Tão vária se me mostra essa vida de abrolhos  
 Que, às vezes, chego a rir, trazendo inda em meus olhos,  
 Os vestígios mortais de recentes tormentos<sup>154</sup>.

É bem sabida a dimensão das expectativas apreendidas por diversos setores sociais, em virtude do imaginário republicano que se amparou de um discurso amplamente democrático. A considerar o conflituoso “universo simbólico destinado a legitimar a República” desde a sua proclamação, foi com as crises intra-oligárquicas na década de 1910 que essa representação “respaldada na legitimidade pública [mostrou-se definitivamente] insustentável” (Velloso, 1996. p. 38). Não bastassem as querelas políticas motivadas pela disputa dos recursos públicos estaduais, que alimentavam a prole das oligarquias e de seus afilhados, bem como, os desafetos lançados àqueles que estiveram ligados, mesmo que indiretamente às facções desfavorecidas, naquele momento, o “reino de oportunidades” outrora anunciado já estava mais que fenecido.

Diante do que fora exposto, considerando a produção literária apresentada como relato histórico de experiências socialmente vividas, nota-se que esse campo de projeções sociais comuns aos caixeiros deve ser matizado. As poesias publicadas na revista *Phenix*, em maioria, entoaram cânticos desolados referentes às rudezas da vida pública, que propriamente o idealismo abrasador das mudanças conjeturais. Um balanço dos textos literários ali publicados, entre 1912 e 1914, mostra que ao lado desse conteúdo semântico desvencilhado de sonhos, os temas ligados ao romantismo intimista e ao regionalismo bucólico (declarações de amor, paixões não correspondidas, paisagens sertanejas etc) predominaram, juntamente com os textos comemorativos e as homenagens à *Phenix* Caixeiral. Raros foram os artigos e os poemas com algum fascínio pelos “progressos da civilização” ou pelas idéias da época, como se viu outrora em várias revistas literárias nas últimas décadas do século XIX (Cardoso, 2000).

---

<sup>154</sup> Idem. *Ibidem*. p. 225 e 226.

Além das forças históricas serem outras, muito longe do entusiasmo da geração inspirada na Abolição e na República (sob os laivos do positivismo, cientificismo e evolucionismo), a verve que predominou na década de 1910 girava em torno da “incapacidade de orientar-se para rumos mais estéticos e mais definidos [oscilando entre] o idealismo simbolista e o naturalismo convencional” (Cândido. Op. Cit. p. 116 - 118). Logo, a considerar a dimensão social como um fator de arte, a “interpretação estética” (Idem) destes textos literários reporta-se, de um lado, aos vazios deixados pela incapacidade dos poderes constituídos efetivarem um projeto de ampla participação democrática na vida pública e, por outro, a aspereza vivenciada por aqueles modestos autores em relação às tensões sociais e contendas políticas geradas na república oligárquica.

Ainda que o discurso de sua imprensa e entidades propalasse impetuoso desejo de notoriedade e ascensão públicas na sociedade local, as fontes literárias supracitadas, apresentaram certa desconfiança vivenciada em relação aos projetos vinculados ao meio intelectual. Mesmo a entender a educação como “solução de necessidades imediatas ou de problemas práticos cotidianos” (Oliveira, 2005. Op. Cit. p. 72), bem como, pensar “a instrução como meio eficaz de operar as reformas sociais” sendo uma “virtude republicana” (Pereira. Op. Cit. p. 363) e tendo em vista grande número de letrados inseridos nos nichos do poder oligárquico, conforme já se observou e ainda será melhor explanado, pouco restou àqueles sem vínculos clientelistas numa estrutura social desfavorável à garantia mínima dos direitos sociais, políticos e civis para as camadas subalternas em geral.

Em passagens de escárnio, que apontaram para um profundo desencanto sobre aquele meio social desvencilhado dos sonhos outrora imaginados, o poema “O Céu no Inferno” de Genuíno de Castro rechaçou em corrosivos versos a sociedade à época. Reportando-se ao seu amor proibido, desejo contido e abalado pela bisbilhotice nas ruas, dentre outros comportamentos ditos “provincianos”, o poeta não poupou palavras em comparar a sociedade a um campo estéril de ideais e sonhos.

(...) - O mundo é sempre assim...

Que importa, em seu raivar mortífero e profundo,

Que a cólera do povo e a cólera do mundo

Surja, como fantasma horrível e absurdo,

Aos nossos pés rugindo?!

(... ..)

- E a maldição social,

E a sociedade, então?!

- A sociedade?

- É o foco do mal...

É lá onde se cria o vírus da maldade.

É a taça onde se bebe o fel da ingratidão...

E a eterna maldição?!

- Ah! é irrisório... – Crês nisto deveras?

Tudo são quimeras

(... ..)<sup>155</sup>

Em geral, tanto na poesia de Genuíno de Castro quanto boa parte dos seus colegas que também publicaram na revista Phenix, viu-se que as narrativas e conteúdos semânticos se mostraram apreensivos quanto às projeções de caráter sócio-intelectual referidas na historiografia. Pode-se entender que suas realizações na imprensa, a aproximação com a literatura e o envolvimento com figuras destacadas nos círculos letrados de Fortaleza daquele período, despertaram, sem dúvida, ambições e desejos naqueles trabalhadores em busca de reconhecimento e respeito. Porém, constata-se que eles foram ofuscados naquela sociedade moldada pelos caprichos das elites políticas e econômicas. Diante de outras considerações da historiografia corrente, em verdade, aqui foram apresentados outros “pontos de vista” presentes na narrativa (Scholes e Kellog, 1977. p. 169 - 197), sobretudo, as “percepções de mundo não-autorizadas” (Bourdieu, 1998. p. 139 - 151), pouco comuns à cultura letrada de época.

Além dos comerciários, outros profissionais também tiveram participação nas atividades letradas de Fortaleza, em diálogo com as rodas literárias da época. As redes de sociabilidades ali configuradas, envolvendo atividades de escrita, impressão e circulação de textos, permitiram ricas trocas de experiências tanto em relação ao mundo do trabalho e às práticas letradas exercidas por segmentos trabalhadores, como os contatos e as interlocuções destes com os intelectuais em destaque. Assim como os caixeiros, os tipógrafos também tiveram destaque naquela realidade, como apontaram as memórias de Otacílio de Azevedo:

Ao lado de Carlos Gondim, Cruz Filho, Antônio Furtado, Mário Linhares e muitos outros expoentes da poesia, além do bando de geniais tipógrafos da Tipografia Minerva – Eurico Pinto,

<sup>155</sup> CASTRO, Genuíno de. “Céu no Inferno” IN: Phenix. Ano II, nº XIII. Fortaleza: agosto/1913. p. 05, 06 e 07. Conf. também: APUD BARREIRA, Dolor. História da Literatura Cearense. Vol. III. Fortaleza: Edições Instituto do Ceará, 1954. p. 218 e 219.

Joaquim Alves, Gastão Justa, Josué Sena e Joaquim Santos, percorria as ruas de Fortaleza, freqüentava os seus cafés, penetrava os bairros mais distantes<sup>156</sup>.

Sabe-se que os tipógrafos e os operários gráficos exerceram importante papel no meio intelectual de Fortaleza. Eles compuseram um grupo bastante requisitado no meio intelectual, pois, sua atividade de trabalho se deu no contato direto com a impressão dos textos. Os livros, os jornais, os folhetos e outros materiais de leitura, sempre tiveram que passar pelas suas mãos, ocasião em que eles apresentaram suas habilidades a sugerir os tipos, vinhetas, configurações de páginas, costuras, formato de textos aos autores que somente detinham o domínio da escrita. A “classe dos tipógrafos” em Fortaleza foi bastante expressiva e teve destaque em diferentes momentos: a princípio, na greve dos operários gráficos do jornal Cearense (1882), durante campanha abolicionista, nos primeiros anos da República, na queda da oligarquia acciolina, fundando sociedades beneficentes e outras associações, dentre outros momentos em que estiveram em pauta suas reivindicações, como as denúncias à perseguição política e à liberdade de imprensa, à carestia e aos desmandos políticos (Pereira. Op. Cit. p. 65 - 84). Apreciada no capítulo anterior, a participação dos operários gráficos das oficinas do jornal Libertador, cujo proprietário era João Cordeiro, durante a aclamação do contra-golpe de Floriano Peixoto através do impresso A Legalidade, assim como em outros momentos, apontou para o interesse de alguns trabalhadores gráficos, em se fazerem presentes nos acontecimentos de ordem política no alvorecer da República. Daí sua relevância para apreciação neste estudo, enquanto segmento letrado presente nos embates públicos do período.

De acordo com Adelaide Pereira, os jornais “União Operária (1860), O Colossal (1866), O Typographo (1879) e A Greve (1882) resultam da ação dos tipógrafos, que se percebem ‘homens de letras’ e desejam difundir a palavra impressa em folhas cujo conteúdo seja por eles definido” (Idem. p. 83). Contudo, estes jornais não serão analisados aqui, pois fogem do recorte proposto em torno da experiência dos trabalhadores letrados em Fortaleza na organização do regime republicano. De forma mais específica será dada importância devida à produção literária do operário gráfico Pedro Augusto Mota, sobretudo, em virtude da sua ligação com a militância socialista e libertária. Na mesma ocasião, jornais que contaram com significativa participação daquele setor profissional, como o Ceará

---

<sup>156</sup> AZEVEDO. Op. Cit. p. 242 e 243.

Socialista (1919), Voz do Gráfico (1921) e O Combate (1921) serão melhor estudados, a entender os embates políticos, referenciais ideológicos, leituras sociais e as tensões existentes entre esses órgãos de imprensa e suas respectivas entidades com outros segmentos de trabalhadores à época. Da mesma forma em que se deu devida atenção aos comerciários, neste momento, será importante entender as condições de vida dos operários gráficos, sua realidade material, dificuldades cotidianas e relações com a cena letrada.

Sobre o cotidiano daqueles trabalhadores, a historiografia e alguns registros históricos foram elucidativos no mapeamento desta realidade. Em diversos momentos do seu estudo, Adelaide Pereira (2001.Op. Cit) foi bastante feliz nesta apreciação. Aqui, como foi feita até o presente momento, a reconstituição destas experiências de vida foi possível também mediante a soma de diferentes retalhos, que juntos condensaram um mosaico de testemunhos históricos. Mais uma vez, as memórias impressas, as fontes hemerográficas e os textos literários forneceram os subsídios para esta “operação histórica”.

Segundo o Almanaque do Ceará de 1900, existiam em Fortaleza oito tipografias, todas elas localizadas no perímetro do centro comercial da cidade. Eram elas “Ceará Libertador, de uma Sociedade Anônima” (propriedade da família Pompeu Accioly), rua Floriano Peixoto, n. 55A e rua Coronel Bezerril; Estado, de uma Sociedade Anonyma, rua Formosa 130; Costa Souza e Cia, rua Formosa 68; Econômica, do Tenente-Coronel Antonio Joaquim Guedes de Miranda, Praça do Ferreira 43; Minerva, de M. Bezerra, rua Major Facundo 55; Universal, de Cunha, Ferro e Cia, rua Formosa 98-A; Apollo, de Paiva e Irmão, rua 24 de maio; Atelier Louis, de Louis Cholowiescki, rua Formosa 71; Studart, do Dr. Guilherme Studart, rua Formosa 36<sup>157</sup>. Porém, outros textos de referência deram a entender que a atividade tipográfica foi também realizada por empreendimentos menores, de caráter artesanal. As condições de instalação na Tipografia Americana, propriedade de Teotônio Esteves de Almeida, onde foi rodado o jornal O Meirinho, no final do século XIX, foram narradas nas preciosas reminiscências de Antônio Sales: “Recorda-se o autor de Retratos e Lembranças que essa tipografia ficava numa ‘casinha de taipa muito baixa, mais de funda dentro que a rua, onde havia umas velhas caixas de tipos, e um velhíssimo prelo, que imprimia por um verdadeiro milagre” (Sales APUD Bóia. 1984. Op. Cit. p. 75). De acordo com Adelaide Pereira (Op. Cit. p. 65) “alguns prelos eram montados a partir do engenho e

---

<sup>157</sup> Almanach do Ceará. Almanach Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará, Confeccionado por João Câmara. Ano 6. – Fortaleza: s/d. 1900. p. 125.



arte de certos pioneiros driblando a rusticidade do meio”. Nota-se que o ofício tipográfico poderia ir além das oficinas onde o maquinário era tecnicamente mais aperfeiçoado.

Sobre as condições de trabalho dos gráficos, já foi mencionada a greve dos operários do jornal Cearense, o que revela a insatisfação com os baixos salários e as insalubres condições de trabalho, dentre outros aspectos (Idem. p. 82). Em diferentes momentos, foram encontrados protestos desta ordem. No jornal Ceará Socialista - Órgão do Partido Socialista Cearense - foi observado que a perseguição era prática recorrente aos trabalhadores considerados “indisciplinados”, como na ocasião em que o operário Pedro Augusto Mota foi demitido das oficinas do jornal Correio do Ceará, cuja alegação do seu proprietário, A. C. Mendes, era “moralizar o seu estabelecimento gráfico”<sup>158</sup>. No jornal Voz do Gráfico também se presenciou a realidade vivida pelos gráficos em relação à ausência de garantias trabalhistas, como a que foi mencionada nas edições do dia 29/outubro/1921 (Ano I, nº12) e 11/dezembro/1921 (nº15), em que o operário José Antônio Borges solicitou ajuda da Associação Gráfica para retornar com sua família a Camocim, por estar enfermo e em penúria na capital, tendo em vista que o seu patrão recusou adiantar algum recurso para seu tratamento e sobrevivência da família, desde que ele estivesse assiduamente trabalhando<sup>159</sup>.

Sobre o seu *modus vivendi*, pouco se tem registro, mas, na crônica “Lápis de Cor”, coluna publicada em 31/março/1911 no jornal A República, assinada por Míncio Leiva (provavelmente, um heterônimo) foram narrados aspectos do cotidiano da personagem “Mestre José”, mestiço, atarracado, viúvo, pai de uma filha, a única companhia em seu lar, residente numa modesta casa no subúrbio do Oiteiro. Era mestre-impressor da tipografia Liberdade (nome fictício), onde trabalhou por mais de 35 anos e convivera em seu ofício com mais de 150 tipógrafos da capital. Segundo a crônica, era semi-analfabeto, mas amava as letras, pois, ao final do expediente levava no bolso o primeiro rascunho do jornal para que a sua mocinha pudesse, à luz da lamparina, junto à rede do pai, ler para ele o que fora ali noticiado. O desfecho da crônica é a morte por “congestão” de Mestre José, quando este cumpria o mesmo ritual de leitura após o jantar, ao se recolher, em sua rede, quando sua filha leu inocentemente sobre a nova aquisição das oficinas tipográficas da Liberdade, local onde

<sup>158</sup> “Repto” e “Reunião Suspeita” IN: Ceará Socialista – Órgão do Partido Socialista. Ano I, nº 02 e 03. Fortaleza: 20/julho/1919 e 27/julho/1919. p. 03.

<sup>159</sup> “Associação Gráfica do Ceará” e “Males da Desorganização Gráfica” IN: Voz do Gráfico – Órgão da Associação Gráfica do Ceará. Ano I, nº 12 e 15. Fortaleza: 29/outubro e 11/dezembro/1921. p. 199 e 244 APUD GONÇALVES, Adelaide & SILVA, Jorge (orgs). A Imprensa Libertária do Ceará – São Paulo: Imaginário, 2000.

trabalhara: uma máquina a vapor, aparelhagem que ele, previsivelmente, percebeu que o iria substituir<sup>160</sup>.

Esta crônica foi um precioso achado. Sabe-se que a literatura pode comportar em suas construções, metáforas, sinestésias e ações de personagens, os movimentos da vida social, desejos e frustrações coletivas, testemunhos de vida, angústias, embates cotidianos, ideais de luta, táticas de inserção pública, social e política de forma poética (Chalhoub, 1991). Logo, a narrativa do texto mencionado comportou imagens bem próximas do dia-a-dia daqueles profissionais. Os objetos rústicos e a simplicidade no interior do pequeno casebre, as modestas condições de existência, o trabalho na senilidade para manter o sustento, a parca alimentação são, dentre outros, alguns traços que na relação ficção/realidade a obra literária permite imaginar como viveu boa parte dos operários gráficos de Fortaleza naquele momento. Vale também considerar outras passagens que dizem respeito ao universo de trabalho daqueles sujeitos sociais, dilemas por eles sofridos, como o aprimoramento técnico do maquinário a substituir a força-de-trabalho do operário nas atividades tipográficas e fabris. Concernente às condições de trabalho, acredita-se que, similares à realidade em outros estados do Brasil, a exemplo do Rio de Janeiro, na capital cearense aqueles trabalhadores tiveram que conviver com a precariedade das instalações, os riscos de acidentes, exploração do trabalho infantil, insalubridade e baixos salários, dentre outros aspectos (Barbosa, 1991 e Ribeiro, 1989. p. 17 - 27). A relação com a leitura é outro ponto interessante, pois revela a predisposição de alguns trabalhadores para essa prática, mesmo inseridos numa realidade pouco favorável a esse hábito.

Outra “classe laboriosa” também destacada em sua relação com as práticas letradas e rodas de sociabilidades do período foram os artistas, definidos por marceneiros, mestres-de-obra, escultores, curtidores, pintores, dentre outros trabalhadores afeiçoados às habilidades manuais apresentadas no capítulo anterior. A entidade que se disse representá-los foi o Centro Artístico Cearense, já mencionado, sendo o jornal Primeiro de Maio o seu órgão de imprensa, ambos já vislumbrados. Nos exemplares manuseados deste jornal, não foi encontrada produção literária relevante, sendo, portanto, um órgão eminentemente político-associativo, de preocupações organizacionais. Porém, cabe então destacar que estes trabalhadores também tiveram notoriedade naquele momento, mesmo a sofrerem com as adversidades que o meio social lhes apresentava.

---

<sup>160</sup> LEIVA, Míncio. “Lápis de Cor” IN: A República. Ano XIX, nº 74. Fortaleza: 31/março/1911.

Fôssemos esmiuçar o anônimo arquivo dos subúrbios de Fortaleza e ali encontraríamos grandes artistas – poetas, músicos, pintores, escultores e muito teríamos de dizer sobre verdadeiros valores que se estiolam e desaparecem sem deixar o mínimo vestígio. Diamantes que, lapidados, brilhariam o sol; da glória, valorizariam os mais luxuosos salões e galerias. A falta de aperfeiçoamento necessário, do apoio indispensável, rolam, ignorados, na sombria ascosidade dos balcões das mais imundas tascas<sup>161</sup>.

Das memórias de um artista do período, o trecho acima apresentou elementos relevantes à compreensão das projeções que pairavam no universo daqueles agentes sociais. A começar pela localização descrita, vê-se que era expressiva a presença de indivíduos afeitos às letras e às artes nos subúrbios da capital, área onde se destinavam as moradias das camadas sociais menos favorecidas. Como será contemplado no próximo tópico, o bairro Joaquim Távora (subúrbio a sudoeste do perímetro urbano) foi um dos maiores redutos destes artistas no início do século XX. Outro aspecto diz respeito à consciência que eles tiveram sobre as limitações do meio sócio-urbano de Fortaleza, em relação às políticas públicas voltadas ao incentivo artístico (exposições<sup>162</sup>, oficinas de aprimoramento, instrução etc). A forma pela qual boa parte destes pintores ganhou notoriedade foi através das pinturas nas paredes dos cafés, quiosques, barbearias, salões e salas-de-jantar de algumas das famílias. Sobre o pintor, boêmio e seresteiro Jota Carvalho, Otacílio de Azevedo disse que “não havia alpendre, barbearia ou mesmo um reles botequim que não ostentasse, na parede, uma paisagem sua. Era o pintor predileto do bairro Joaquim Távora”, lugar que também concentrou ateliers de tantos outros pintores, a exemplo daquele “modesto, pequeno cenáculo” onde residiu o pintor Clóvis Costa e que “nos finais de semana, reuniam-se os pintores da terra” (Azevedo. p. 306 e 308).

Remunerados pelos letreiros, paisagens e retratos que criavam, os pintores vivenciaram intensamente aquele universo permeado de mundanismo, leituras e boemia. Ainda sobre os artistas, vale mencionar os marceneiros, com atividade em evidência nos anúncios dos jornais de época. Quanto à relação destes com as práticas letradas, Otacílio de

---

<sup>161</sup> Azevedo, 1992. 119.

<sup>162</sup> Raras foram as exposições voltadas exclusivamente para os talentos artísticos dos pintores e escultores em Fortaleza. Em suas memórias, Otacílio de Azevedo relatou uma exposição realizada às duras penas pelo pintor retratista e fotógrafo Walter Severiano: “Fervoroso incentivador das artes plásticas, promoveu, à própria custa, duas exposições coletivas de pintura no seu atelier, em 1924. A primeira compunha-se de quadros a óleo de Gérson Faria e meus, aquarelas de Walter e Clóvis Costa, Pacheco de Queiroz, Barbosa, Sá Roriz, Katunda, Mário Dias e Emme Guilherme. A segunda foi de um pintor sulista moderno – Di Caro”. AZEVEDO. Op. Cit. p. 320.

Azevedo testemunhou em suas memórias a passagem de José Alberto Leite e Hemetério Cabrinha, que além de exímios e reconhecidos trabalhadores em marcenaria eram também poetas. Sobre este último, ele comentou:

Quase defronte à nossa casa, morava um marceneiro mulato que dava serenatas, tocava violão, fazia versos. Chamava-se Hemetério Cabrinha e com ele travei, de logo, a melhor das amizades. Trocávamos impressões e discutíamos nossas produções poéticas (...) Eu estava ainda engatinhando e para mim o Hemetério era um semideus, como Bilac, Alberto de Oliveira, Raimundo Correia ou Cruz e Sousa. Tornou-se ele o meu professor de métrica<sup>163</sup>.

Ao que se atesta, entre esses agentes sociais era comum a troca de experiências, tanto em relação ao seu universo de trabalho quanto ao conhecimento no campo da atividade literária. Como bem afirmou o memorialista, no ambiente de casa, muitas das vezes a própria oficina, espaço de trabalho, era o local onde eles discutiam literatura e interagiam as impressões das leituras realizadas. Neste sentido, é válido afirmar que no espaço doméstico, em particular, daqueles segmentos sociais, os temas literários foram compartilhados, juntamente com outros assuntos cotidianos, que envolveram o trabalho, afazeres de casa, notícias da rua etc, em contraste com a realidade dos salões, jantares anunciados ao público, reuniões programadas e outros ritos inerentes às “elites cultas”, aqueles agentes históricos criaram em seus espaços de trabalho e moradia as suas sociabilidades.

Como se entendeu neste tópico, as práticas letradas foram também vivenciadas por alguns trabalhadores na cidade de Fortaleza daquele período, a compartilharem desejos de inserção pública, participação nos debates correntes, nas redes de sociabilidade e discussão intelectual, apresentando suas leituras sociais, questionamentos e desilusões ante suas experiências de vida. O próximo ponto debruçará sua análise sobre as formas de compartilhar suas aquisições intelectuais, a entender os espaços de sociabilidades e as redes de interação criadas por eles em torno das práticas letradas.

---

<sup>163</sup> AZEVEDO. Op. Cit. p. 139.

### 2. 3. Espaços de Sociabilidade: Praças, Cafés, Livrarias, Sítios, Bodegas, Barbearias, Boticas e Salões

Mais que a historiografia, os memorialistas e os cronistas discorreram longamente sobre os diferentes espaços de sociabilidade de Fortaleza<sup>164</sup>. E não por menos, graças a esta documentação histórica, variados pontos de encontro e convivência tiveram o seu cotidiano registrado, pois, do contrário, seria muito difícil tecer alguma leitura sobre eles. Em outros textos de época, não se viu tanta atenção dispensada a eles. Nas fontes hemerográficas, somente as praças e os cafés tiveram destaque, seja pela referência de urbanidade ou pelo frisson das discussões acaloradas em torno da política e das modas literárias. Nos jornais da época, as livrarias, as barbearias e as farmácias tiveram os seus anúncios publicitários evidenciados. E o que dizer dos sítios, das chácaras e das bodegas, tão íntimos àqueles que se deixaram envolver pela vivência mais bucólica, desapegada da aceleração capitalista? Enfim, não houve como os memorialistas, espíritos mais generosos aos historiadores, a fornecer imagens, burburinhos, movimentos da vida mundana em todos estes lugares, sem restrições.

Comum à leitura destes autores, pode-se assegurar o consenso a respeito da distinção social e a segregação urbana existentes em alguns espaços da cidade, como os salões da “alta sociedade” (Clube Iracema, por exemplo), Avenida Sete de Setembro na Praça do Ferreira e a Avenida Caio Prado, no Passeio Público. Sobre este último, nunca é demasiado mencionar a distribuição sócio-espacial que convencionalmente se fez em suas alamedas:

O Passeio Público era uma ampla praça dividida em três partes iguais. A primeira era a [Avenida] Caio Prado, onde fervilhava a fina sociedade local; a parte do meio era chamada de Carapinima, destinada ao pessoal da classe média e onde a Banda da Polícia Militar executava operetas e valsas vienenses. A terceira era a Avenida Padre Mororó, freqüentada pela ralé – as mulheres da vida, os rufiões e os operários pobres<sup>165</sup>.

Numa sociedade marcada por grandes disparidades sociais, era comum haver espaços diferenciados pelas “convenções”, a perfazer distinções entre os grupos sociais, como

<sup>164</sup> Apenas para mencionar alguns historiadores e memorialistas que discorreram sobre esse tema: MENEZES, Antônio Bezerra de. Descrição da Cidade de Fortaleza; GIRÃO, Raimundo. Geografia Estética de Fortaleza; PONTE, Sebastião Rogério. Fortaleza Belle Époque. Reformas Urbanas e Controle Social (1860 - 1930); MENEZES, Raimundo de. Coisas que o Tempo Levou; NOGUEIRA, João. Fortaleza Velha, dentre outros já citados. Somam-se a estes, CAMPOS, Eduardo. Capítulos de História da Fortaleza do Século XIX. O Social e o Urbano – Fortaleza: EUFC, 1985 e PIMENTEL, José Ernesto. Urbanidade e Cultura Política. A Cidade de Fortaleza e o Liberalismo Cearense no Século XIX – Fortaleza: Casa de José de Alencar/ UFC, 1998.

<sup>165</sup> AZEVEDO. Op. Cit. p. 50.

ficou evidente no testemunho acima. Todavia, nem por isso os agentes letrados, aqui destacados, deixaram de criar suas estratégias de inserção nas rodas intelectuais, conforme já se observou, tampouco se deixaram esmorecer pela falta de opções. Pelo contrário, os espaços de interação social configurados por eles foram variados, confirmando aquilo que se pretende entender aqui como “redes de interação cultural”, onde trocaram experiências de vida, compartilharam de suas habilidades no cenário letrado, ajudando a se perceberem enquanto “produtores culturais”<sup>166</sup>.

Como ocorreu em outras cidades mundo a fora (Viena, Paris, Berlim, Londres), entre as décadas de 1890 e 1920, a capital cearense também vivenciou as suas “comunidades profissionais”<sup>167</sup>, marcadas também por um considerável gosto pelos acontecimentos públicos, como os debates literários, as querelas intelectuais e, em especial, para a política. Não tão distantes daquelas “rodas” literárias, intelectuais e políticas que ficaram tão conhecidas na historiografia brasileira sobre o Rio de Janeiro, então Capital Federal, das polêmicas na Rua do Ouvidor, Confeitaria Colombo e no Café Papagaio<sup>168</sup>, em Fortaleza os lugares onde os “dilettantes” travaram contato com as notícias e os acontecimentos políticos, artísticos e literários, foram para além das praças, salões e cafés. No entanto, concernente aos espaços de sociabilidade da Capital Federal, não podem ser esquecidos aqueles grupos musicais que fizeram os trabalhadores se reunirem nos grêmios recreativos, a promover festas nas associações beneficentes, sem desmerecer os encontros ocorridos em nome do incentivo à prática do foot-ball (Lemos, 2000. p. 78 – 87 e 128 - 129). Em grande parte, esta variação deveu-se às experiências dos diferentes segmentos sócio-profissionais que conciliou suas atividades de trabalho, moradia e lazer com as práticas da cultura letrada. Nesta confluência de matizes, as conversas, debates, trocas de impressões

<sup>166</sup> Termo utilizado por Carl Schorske para definir os autores de obras de arte, idéias e estilos, como escritores, jornalistas, pintores, romancistas, escultores etc. Ver: SCHORSKE, Carl. *Viêna Fin-de-Siècle. Política e Cultura* – São Paulo: UNICAMP/ Cia das Letras; 1988.

<sup>167</sup> Essa expressão é também de Carl Schorske para designar os grupos de pintores, escritores, intelectuais, jornalistas, artistas, enfim, os grupos específicos que congregavam indivíduos unidos pelas mesmas habilidades, gostos, discussões e tendências estéticas na cidade de Viena na virada dos séculos XIX para o XX, que se reuniam nos cafés, salões, praças, parques e universidades. Ver também: WEBER, Eugen. *França Fin-de-Siècle* - São Paulo: Cia das Letras; 1988.

<sup>168</sup> Ver: SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão. Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República* – São Paulo: Brasiliense; 1995 (5ª ed.); VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro. Turunas e Quixotes* – Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; 1996; PEREIRA, Leonardo Miranda. *O Carnaval das Letras. Literatura e Folia no Rio de Janeiro do Séc. XIX* – Campinas: EDUNICAMP; 2004 (2ª ed); NEEDELL, Jeffrey. *Belle Époque Tropical* – São Paulo: Cia das Letras; 1993.

sobre as leituras realizadas, nem sempre restringiram os trabalhadores a espaços fechados, mas, conforme se viu, possibilitaram àqueles mais afeiçoados às letras a interação com indivíduos de outros segmentos sociais.

Os leitores da Praça do Ferreira na década de 1910, por exemplo, descritos nas memórias do poeta Otacílio de Azevedo, ilustraram bem este universo misto, pois em “quatro fileiras de bancos de taliscas verdes eram ocupados por verdadeira multidão: uns liam O Malho, outros a Leitura para Todos, outros ainda o Jornal do Ceará ou A República” (Azevedo, 1992. p. 24). Pelos materiais de leitura citados e as variações do seu acesso, já tratados, vê-se que a declaração acima sugere a presença de diferentes leitores naquele espaço. Conforme pode ser entendido, a Praça do Ferreira foi uma importante convergência entre vários momentos da sociabilidade local. Dentre seus cafés, restaurantes e quiosques, os “bancos” também foram instituídos enquanto relevantes pontos de encontro. Daqueles, o “banco da opinião pública” mereceu devido destaque, pois, “todas as tardes, a partir das duas horas, começavam a chegar os banquistas [ricos, comerciantes, políticos, cônsules, bacharéis, professores etc]” que horas a fio adentravam nas polêmicas e assuntos do dia (Girão. Op. Cit. p. 195).

Ali também merecem ser evidenciados os cafés elegantes, freqüentados pelos políticos, burocratas, jornalistas, intelectuais, artistas, boêmios, trabalhadores do comércio. O “Elegante”, o “Comércio”, o “Java”<sup>169</sup>, o “Iracema” e, posteriormente, o “Riche”, foram os mais aclamados. Sobre o Café Riche, disse Otacílio de Azevedo:

De 1913 a 1926, foi o Café Riche a maior porta aberta à literatura cearense. Ali juntavam-se ao redor de suas mesas os intelectuais do Ceará num grupo compacto, de onde sobressaíam Beni Carvalho, Irineu Filho, Antônio Furtado, Clóvis Monteiro, Sabóia Ribeiro, Herman Lima, Leonardo Mota, Mozart Pinto, José Albano, Quintino Cunha, Pedro Sampaio, Sílvio Júlio, Rubens Falcão, Martins Capistrano, Sales Campos, Jader de Carvalho e muitos outros. (...) O Café Riche funcionava nos baixos do antigo sobrado de três andares, do Comendador Machado, situado onde hoje é o Excelsior Hotel [Praça do Ferreira]<sup>170</sup>.

A descrição acima apresenta uma relação de nomes ligados aos escritores, jornalistas, poetas e intelectuais mais atuantes em Fortaleza no início do século XX. Como

<sup>169</sup> Este café tem importante referência na historiografia local, pois, segundo consta, aos 30 de maio de 1892, nele foi fundada a Padaria Espiritual, grêmio literário de maior destaque na cena intelectual cearense do século XIX.

<sup>170</sup> AZEVEDO. Op. Cit. p. 85.

foram apreciados no tópico anterior, os contatos entre esses intelectuais ligados aos setores mais abastados da sociedade local e às classes médias, ocorreram em grande parte nestes logradouros agora destacados. Porém, vale salientar que, por iniciativa das camadas subalternas, foram criadas diferentes estratégias de inclusão letradas. Estes logradouros também se configuraram por serem espaços singulares e autônomos de convívio e interação social. Assim, mais uma vez entende-se que suas iniciativas não estiveram à mercê das realizações dos setores dominantes e elites esclarecidas. De acordo com Thompson (1987. Vol. 2. p. 310), estas práticas de sociabilidade podem seguramente ser consideradas como um “empenho consciente dos próprios trabalhadores”.

Um destes locais mais freqüentados pelas camadas populares, sobretudo, pelos moradores dos subúrbios ao perímetro sul, foi “Café do Pedro Eugênio” na segunda estação da linha do bonde no Benfica. “Aquele suave retiro espiritual, verdadeira colméia de poetas e artistas, era um oásis, um seio de Abraão, aonde, de sábado a domingo, iam centenas de pessoas de todos os bairros de Fortaleza, saborear um delicioso mungunzá, a suculenta panelada com unhas de boi, os doces, as tapiocas, o pão de milho, os refrescos, arroz doce e outros quitutes” (Azevedo. 1992. Op. Cit. p. 33). As guloseimas regionais, assim como a localização daquele quiosque nos arrabaldes de Fortaleza, sugerem uma freqüência de maior contingente de populares e pessoas de hábitos simples naquele ambiente. Segundo as memórias de Otacílio de Azevedo, o Café do Pedro Eugênio foi um importante reduto de artistas, boêmios e poetas, todos trabalhadores do comércio, autônomos ou operários, que ao fim do dia e aos finais de semana dedicavam ali longas horas em nome da arte e da boemia. Infelizmente, não foram encontrados outros registros sobre este recinto, mas, pelo que se leu destas reminiscências, tudo leva a crer que os cafés situados na Praça do Ferreira, centro comercial da cidade, não exerceram plena influência sobre esses grupos sociais, mostrando que eles não foram meros expectadores dos “homens distintos” e suas prosas.

Além dos cafés e quiosques, as livrarias também se configuraram em importantes núcleos da experiência letrada. As livrarias do “Banco do Ceará”, a “Imperial”, “Araújo”, “Hermínio Barroso” e o “Sebo do Guimarães”, dentre outras, além das novidades literárias, foram as constelações aspiradas por alguns trabalhadores que desejavam se projetar no meio literário. Como também relatou Otacílio de Azevedo, rememorando sua modesta condição de empregado da Fotografia Olsen, na “Imperial Porta” (entrada da Livraria Imperial) “podiam ser encontradas pela manhã e às vezes à tarde figuras exponenciais de nossa cultura, entre elas, João de Deus Cavalcante, Ismael Pordeus, Raimundo Girão, Pedro Sampaio, Silveira Marinho, Martinz de Aguiar, Carlos Studart Filho, Hugo Rocha, Marco



Antônio Forte, Francisco Porfírio Maia, Ferreira Antero e muitos outros” (Idem. p. 38). Pontos de encontro e contatos com os homens de letras e de política em destaque na cidade, estes estabelecimentos (agregadores de leituras e de leitores) foram bastante expressivos como espaços de interação e discussão dos intelectuais mais destacados. Dentre elas, a “Livreria Araújo” também foi outra que fez história, pois, nela se reuniu a geração de intelectuais denominada “Plêiade”, no início do século XX, composta de poetas e escritores, a maioria oriunda da Faculdade de Direito do Ceará, dentre eles, Mário Linhares, Alf de Castro, José Siqueira, Henrique Jorge e o professor Soriano Albuquerque (Girão. Op. Cit. p. 186).

Bem diferente daquela ambientação singular aos grupos sociais de maior poder aquisitivo, como se viu outrora, para a realidade de alguns trabalhadores o improvisado e a ajuda mútua teriam certamente contribuído para arregimentar textos e leitores. Em locais muitas vezes onde menos se podia esperar, surgia uma modesta coleção de livros, tendo por proprietário um autodidata, morador de um arrabalde, comerciante, leitor curioso ou mesmo um parente sempre prontificado a auxiliar seus visitantes, fregueses e curiosos de restrito acesso aos labirintos deleitosos da leitura. Em suas memórias, Herman Lima registrou os primeiros contatos com a leitura dos clássicos ocorrida no sítio onde morava. Segundo ele suas “leituras iniciais até 1915 [com idade de 17 anos] tinham sido, no entanto, apenas as de alguns volumes encontrados na pequena estante do sítio, romances de George Ohnet (...), Joaquim Manuel de Macedo, José de Alencar e Machado de Assis” (Lima. Op. Cit. p. 51).

Disse ainda que o lugar fosse visitado por familiares que, advindos do núcleo irradiador das atividades letradas, o centro da capital, fizeram circular textos interessantes até para as crianças: “uma das lembranças mais distantes da minha infância é a de me ver, no largo alpendre branco do nosso sítio do Meireles [subúrbio de Fortaleza], aí por volta dos meus dez anos, mergulhado nas páginas d’O Tico-Tico, trazido da cidade, cada semana, por uma velha e querida tia (...) o gosto da leitura e do desenho me veio daquelas histórias tão brasileiras, deliciosamente povoadas pelos bonecos de J. Carlos, Yantok, Storni, Vasco Lima e do meu patrício Leônidas Freire, autor de uma famosa História do Brasil em Figuras, a primeira dessa espécie aparecida entre nós” (Idem. p. 49).

Nos subúrbios de Fortaleza, algumas chácaras e sítios foram destacados pelos memorialistas como espaços de sociabilidade. O sítio do Pedro Dantas, no logradouro denominado “Mata-galinha”, entre a cidade e o antigo distrito de Messejana (hoje, bairro da região nordeste da cidade), era um dos mais venerados pelos artistas, poetas e boêmios do início do século XX. “À falta de transporte íamos todos a pé numa alegre comitiva (...) Ali passávamos o dia inteiro a cantar, a recitar poesias ao som da ‘dalila’ ou contando anedotas.

Nossa chegada era sempre aos sábados. Passávamos todo o dia e, não raro, dormíamos em brancas e cheirosas redes numa velha casa de farinha ao lado da casa grande” (Azevedo. Op. Cit. p. 43). Disse ainda o memorialista:

Faziam parte do grupo (...) muitas pessoas, todas bem dotadas para a arte, tocando, cantando ou recitando ou ainda narrando casos pitorescos. Eram verdadeiros saraus literários e musicais, agradáveis e instrutivos (...) Contava histórias do tempo do Accioly. Dizia-nos que aquela região era apenas um mato fechado com uma casinha de palha aqui e outra ali<sup>171</sup>.

Ao que se vê, aquele espaço distante das rodas eloqüentes e dos salões elegantes da capital se configurou num ditoso parnaso para muitas daquelas pessoas de hábitos e vida simples. Em meio aos seus amigos e familiares, trocaram ali suas impressões sobre leituras realizadas, socializaram suas produções e, sobretudo, compartilharam da experiência de classe, reforçando os laços sociais. Na biografia de Antônio Sales, escrita por Wilson Bóia, já mencionada, a foto de uma confraternização numa chácara localizada no arrabalde do Benfica apresenta estas práticas para além do perímetro urbano como habituais em outros setores da sociedade. Políticos, livreiros, jornalistas, poetas e escritores renomados ali se fizeram presentes, dentre eles, o presidente de província Caio Prado, o músico Alberto Nepomuceno, os poetas Antônio Bezerra e Antônio Martins (as “Liras da Abolição” cearense), o livreiro Guálter Silva, o jornalista João Lopes, dentre outros. Sobre o lugar, disse o biógrafo: “Tal retrato [datada em 1888] documentava um piquenique que o livreiro Guálter Rodrigues Silva e sua esposa Isabel ofereceram a alguns de seus amigos em sua chácara Vila Isabel, no então distante bairro do Benfica, e que seria a nova residência da família” (Bóia, 1984. Op. Cit. p. 81).

Caso curioso que sobressaiu à documentação manuseada foi a interseção entre a boemia e a leitura. Há registros de alguns estabelecimentos “etílicos” junto às livrarias, como a “Gruta”, de propriedade do já mencionado Teófilo Cordeiro<sup>172</sup>, presidente do Centro Artístico Cearense, próxima à “Livraria do Hermínio Barroso” (Azevedo. Op. Cit.). No arrabalde do Joaquim Távora, a mercearia do Abraão Carvalho também se destacou como um ponto de encontro de boêmios, artistas e leitores, sobretudo, pela sua biblioteca particular enriquecida pela “literatura penetrando no mundo maravilhoso de autores como Eça de

<sup>171</sup> Idem. Ibidem.

<sup>172</sup> Há poucas referências de Teófilo Cordeiro na historiografia local. Em verdade, carece um estudo que contemple a sua experiência, sobretudo, a interface do barbeiro e do político. Suas habilidades profissionais e a militância no Centro Artístico renderam-lhe vitória nos pleitos de 1912, 1924, 1928 e 1947, respectivamente, como deputado estadual (no primeiro) e vereador nos demais, pelo Partido Republicano Conservador. Ver: PEREIRA. Op. Cit. p. 169 – 184.

Queirós, Ramalho Ortigão, Guerra Junqueiro, Aluísio Azevedo, Coelho Neto, Gomes Leal, Júlio Dinis, Olavo Bilac, Raimundo Correia, Victor Hugo, Máximo Gorki e uma infinidade de outros autores” (Idem. p. 52). Sobre o movimento de transeuntes por tão apreciada mercearia, o poeta Otacílio de Azevedo confessa:

Sempre que saía em serenata com os amigos, aproveitando as noites de luar, era à sua porta que íamos parar. Nunca deixou de nos receber com o melhor dos sorrisos. Era um ‘gentleman’ tão perfeito que perdoava a imperfeição dos outros...<sup>173</sup>

Aspecto importante a ser destacado aqui é a socialização das leituras. Górkí, Tolstói, Baudelaire, Verlaine, Byron, Antônio Nobre, Guerra Junqueiro, dentre tantos outros autores, foram amplamente mencionados naquelas memórias (Idem. Ibidem. p. 37, 38 e 52), o que permitiu, além do contato com a obra dos arautos das escolas literárias do período, a iniciação de posturas militantes, ideais de lutas, o conhecimento de outras realidades e o domínio de léxicos, no entender de Adelaide Pereira (2001. Op. Cit.). Mas, certamente, também proporcionou àqueles homens de origem modesta a vivência de outras práticas, como o domínio dos temas literários, a apreensão dos conteúdos discutidos nos romances, habilidade com os temas, aprendizado nas formas da escrita literária, elementos indispensáveis à ambientação no mundo letrado.

Assim como o “Café do Pedro Eugênio” a “Mercearia do Abraão Carvalho”, as bodegas também deram a sua contribuição na configuração das práticas de sociabilidade daqueles grupos sociais. Eram na verdade pequenos estabelecimentos comerciais extensivos à moradia dos seus proprietários, onde se vendia a varejo produtos de primeira necessidade, da farinha ao querosene, da manteiga ao metro de corda, mas, também, do fumo em rolo à aguardente. Estima-se que a localização de boa parte dessas bodegas ficava nos subúrbios e arrabaldes de Fortaleza, como no bairro Joaquim Távora, reduto de boêmios, artistas, pintores e seresteiros, onde elas são correntemente mencionadas nas reminiscências. Mais uma vez é Otacílio de Azevedo que escreve sobre as bodegas freqüentadas por professores, estudantes, comerciários, trabalhadores em geral, artistas, poetas e boêmios, onde, dentre outros letrados, o professor do Colégio Militar William Petersen Bernard, que, “quando o dinheiro escasseava, bebia aguardente nas bodegas e botequins mais reles” (Azevedo. Op. Cit. p. 98). O cronista João Nogueira, que deu testemunho dos elegantes cafés existentes na Praça do Ferreira, mencionou também algumas “casinholas (...) como o botequim do Napoleão [e outros que]

---

<sup>173</sup> Azevedo. Op. Cit. p. 53.

serviam água choca e bebidas aos fregueses e também era casa de jogo” (Nogueira, 1980, p. 172).

Para aqueles trabalhadores que se deixaram contagiar pelos acordes da lira dionisíaca, as bodegas foram bem mais que espaços de sociabilidade e lazer. Infelizmente, não foi encontrado registro algum que descrevesse o interior destes estabelecimentos comerciais. Acredita-se, porém, que devem se assemelhar aos muitos que ainda hoje existem pelos subúrbios de Fortaleza, uma extensão da casa adaptada ao trabalho comercial, a vender secos e molhados, rações de animais, grãos, queijos, pães e biscoitos, com balanças sobre os balcões próximas aos produtos vendidos a granel, com rolos de fumo acomodados de improviso, juntamente com empoeiradas garrafas de bebidas alcoólicas expostas em prateleiras e petiscos deixados sobre vasilhas nada higiênicas. Uma apreciação destes logradouros e sua dinâmica no Rio de Janeiro, daquele período, disse que “nos botequins, a vida quase nunca cessava. Muitas vezes, secos & molhados, casas de pastos e botequins formavam um único estabelecimento, apenas o tipo de cliente mudava com o passar dos dias” (Menezes, 1998. Op. Cit. p. 110). Logo, seja na Capital Federal ou em Fortaleza, boêmios, artistas, poetas, pintores e trabalhadores, como o cabriollet (condutor de charrete) Noberto Golignac, encontraram ali verdadeiros “pontos de apoio” a alimentarem suas almas sedentas e inspiradas.

Ninguém perdia nesta Fortaleza quando descalça, uma noite de luar: toda a boemia, reunida, saía pelas ruas em algazarra, aqui e ali parando para ‘molhar a goela’. As bodegas abriam suas portas em plena madrugada para atender aos notívagos<sup>174</sup>.

Válido é lembrar que naquela época, em vários momentos, a Phenix Caixeiral se empenhou numa fervorosa campanha contra as bodegas, condenando-as enquanto lugares “obscuros e humilhantes”, destacando a “Escola do Comércio” como espaço da regeneração dos trabalhadores do comércio (Pereira. Op. Cit. p. 334 e Oliveira, 2005). Interessante entender que naquele contexto marcado pela extrema valorização da disciplina e da produtividade, comportamentos “desviantes” no seio dos trabalhadores foram recorrentes, sobretudo, nas áreas mais afastadas do perímetro urbano.

Ao relatar o talento do pintor Lucas Nascimento, Otacílio de Azevedo mais uma vez menciona “as areias” como refúgio dos “gigantes mal-afortunados”, subentendendo-se que os botequins ali eram muitos: “Lucas (...) tinha receio de parecer uma excrescência nos meios mais intelectualizados. Ficava-se nas areias, esbanjando não só os miseráveis níqueis

---

<sup>174</sup> Idem. Ibidem. p. 36.

que ganhava, mas, sobretudo, o grande mealheiro que Deus lhe deu – as moedas de ouro do seu talento. Para esquecer o mal da vida, que, desgraçadamente veio a compreender, recorria à efêmera alegria do álcool” (Azevedo. Op. Cit. p. 299). Era ali, distante dos olhares disciplinadores e dos códigos de posturas, que também “havia a esse tempo, nas areias, um bodegueiro conhecido pelo nome de Rato e que abria suas portas mesmo em alta madrugada. Mas, a condição essencial era que tocassem o ‘Zé Pereira’” (Idem. p. 97).

De acordo com Dolor Barreira, alguns grêmios de letras fizeram das bodegas suas sedes improvisadas: “A Academia Rebarbativa realizava o seu programa por meio de agitadas tertúlias, à noite, nos bancos do Jardim Sete de Setembro, nas quais ‘se discutiam letras a esmo’, depois de se beber cerveja à farta, pelos botequins da Praça do Ferreira e tabernas da vizinhança” (Vol. II. 1951. Op. Cit. p. 458).

A “Academia Rebarbativa de Letras do Ceará” foi “dada à luz” na barbearia do João Catunda, que era um “salãozinho pobre, com teto de estopa caiada, dava abrigo a uma colméia de pintores, poetas e músicos. A pobreza do ambiente, onde os fregueses se equilibram em velhos bancos e se refletiam em espelhos mofados e carcomidos, não impedia de se criar ali verdadeira academia (...) composta por Castro Severo, Josias Goiana, Luís de Castro, Genuíno de Castro, João Coelho Catunda e José Gil Amora. Os boêmios faziam honras a Baco e terminavam a noite na Praça do Ferreira, sentados num banco diante do Café Iracema, de Ludgero Garcia, onde discutiam literatura, metendo a lenha nos ‘medalhões’ da época, como o Barão de Studart, Papi Júnior, Antônio Sales e outros” (Azevedo. Op. Cit. p. 55). Observa-se que nomes de alguns poetas, “rapazes do comércio”, mencionados no tópico anterior, colaboradores da revista Phenix, apareceram entre os boêmios que se confundiram com alguns nomes da alta intelectualidade do período, a transgredirem as posturas anunciadas pela entidade que os representava, a Phenix Caixeiral. Percebe-se que o discurso disciplinador não foi tão ressonante sobre o modo de viver daqueles jovens, pouco deslumbrados com as promessas de ordenamento moral comuns àquele tempo.

As barbearias também foram pontos de encontro expressivos naquela época. Ali se destacaram barbeiros conhecidos pela vivacidade e poder de agraciar diferentes clientes, desde intelectuais renomados como o Barão de Studart até poetas estrepantes e anônimos, como tantos caixeiros, artistas e pequenos funcionários das repartições públicas. A maioria delas se localizou no entorno da Praça do Ferreira, centro da capital, como foram as seguintes: “Salão Izidro” (de Izidro Marçal), “Salão Cearense” (Teófilo Cordeiro), “Salão Viana”, “Barbearia Popular” (Raimundo Nonato Rodrigues) e as barbearias de Antônio Macieira, Antônio Israel, Felon Pereira Maia, João Cirino, Francisco Brilhante, José

Piancó, Neném Grampão, Chico Budu, José de Sales, Morel, Deoclécio, dentre outras<sup>175</sup>. Ao discorrer sobre “um dos mais populares barbeiros de Fortaleza (...) que com mais leitura poderia se equiparar a Paula Ney ou Quintinho Cunha” (Idem. p. 151), Otacílio de Azevedo fez menção ao Chico Coruja, cujos “senadores, deputados, escritores, artistas sempre o procuravam na certeza de momentos de agradável e inteligente palestra”. Os barbeiros podem ser considerados como intermediadores e seus salões um dos importantes pontos de convergência da cultura letrada, pois, sempre divertidos, alegres e envolventes, esses trabalhadores congregavam em seu ofício diferentes agentes letrados, participavam das discussões mais variadas e se contagiavam com as polêmicas do período. Lamentavelmente, muito pouco foi registrado sobre estes profissionais e seus logradouros, além daquilo que foi apreciado nas reminiscências aqui visitadas.

As boticas são outros estabelecimentos que ao longo da sua atividade também congregou pessoas, assuntos e falações. A maioria delas esteve situada no entorno da Praça do Ferreira. Não obstante, o nome desta praça é devido ao proprietário de um dos primeiros estabelecimentos comerciais lá edificado, proveniente do ano de 1825, por sinal, uma botica. Antônio Rodrigues Ferreira, vulgo “Boticário Ferreira”, “vindo do Estado do Rio, de malas e bagagens (...) Estabeleceu-se na feira-nova, então chamada Praça Pedro II, (...) local que começava o Beco das Trincheiras” (Menezes, 2000. p. 49). E sobre a sua botica, disse o memorialista:

(...) e ali começou a tornar-se o alvo das atenções dos fortalezenses da época, pois era homem de visão larga e notável simpatia. Sua botica ficou sendo, desde então, o ponto de reunião obrigatório da cidade. Era ali que se abrigavam os políticos da atualidade no cavaquear costumeiro de todas as tardes, a saber das notícias do dia, a mexericar, no diz-que-diz, - espécie de jornal falado dos acontecimentos notáveis da Fortaleza daqueles tempos<sup>176</sup>.

Ao que consta nas reminiscências, o Boticário Ferreira se fez homem de política, em boa medida, por conta dos contatos que ele conseguiu arregimentar em sua botica. Em 1848, foi eleito vereador pelo Partido Conservador, não demorando muito para se tornar presidente da Câmara Municipal por 12 anos ininterruptamente. Naquele tempo, outras boticas existentes também marcaram a vida da então modesta capital, dentre elas, a Farmácia Mamede, de Antônio Paes da Cunha Mamede, e as de propriedade de Antônio Elói da Costa e

<sup>175</sup> Estes estabelecimentos e seus respectivos donos foram identificados nos anúncios do jornal Primeiro de Maio – Órgão do Centro Artístico Cearense e ao longo das páginas do livro de memórias Fortaleza Descalça (Op. Cit.).

<sup>176</sup> MENEZES, 2000. Op. Cit. p. 49 – 50.

Bernardo José Teixeira. Destes três boticários, apenas o primeiro não “fez sala à política” em seu estabelecimento, ao contrário dos outros dois. Já Antônio Elói da Costa foi um dos líderes do antigo Partido Liberal, adversário, pois, do Boticário Ferreira, que era chefe conservador, sendo suas boticas verdadeiros redutos políticos-partidários, “que servia de gostoso refúgio aos dirigentes e aos espoletas do partido, nas suas trocas e picuinhas de toda hora contra os adversários” (Girão, 1995. p. 92).

Quanto ao Bernardo Teixeira, a sua ligação com a vida urbana da cidade é curiosa. Segundo Raimundo Girão, estava seu “renome ligado mais ao seu interesse em rasgar novas ruas para o crescimento da rua, do que propriamente às habilidades de técnico do gral” (1995. p. 90). É curiosa a disposição com a qual o seu colega de profissão, Antônio Ferreira, na condição de Presidente da Câmara Municipal, se dispôs a continuar o alinhamento urbano da cidade, iniciado em 1818 pelo outrora Governador Sampaio e o seu ajudante de ordens, o engenheiro Silva Paulet (Brígido, 2001. p. 209), considerado o primeiro urbanista de Fortaleza<sup>177</sup>.

Os relatos acima fizeram alusão a um período não contemplado neste estudo, muito menos apontou para a participação de trabalhadores nestes estabelecimentos. Contudo, por referência analógica, essas informações foram proveitosas para se ter uma idéia destes espaços como ambientes agregadores de conversação e sociabilidades. Pelo que foi documentado, muito pouco se registrou sobre a presença de indivíduos pertencentes aos segmentos pobres no cotidiano destes espaços, deixando apenas a imaginação histórica vislumbrar a interação entre os comerciários destas boticas e seus freqüentadores mais notados, como os homens de política, jornalistas, advogados e intelectuais. Otacílio de Azevedo, o memorialista mais visitado neste estudo, não por menos, devido à sua trajetória enquanto trabalhador urbano na capital, fez uma pequena menção sobre outros grupos além dos políticos que se encontraram nestes logradouros, a exemplo do que ele viu na Farmácia Pausteur, freqüentada também por jornalistas, pintores e escritores, como Vicente Roque (Correio do Ceará) “tomando Café com vários amigos, entre os quais João Moisés, Raimundo Ramos, Silveira Marinho, Josias Barbosa, Dr. Antero, João Jacques e Raimundo Araújo, às oito da manhã, na Academia que funciona ali há muitos anos” (Azevedo. Op. Cit. p. 103)

Os salões de festa também estiveram presentes na vivência intelectual, freqüentados tanto pelos “talentos” da época, quanto pelos homens de mais modesta pena.

---

<sup>177</sup> Toda historiografia urbana aqui mencionada fez alguma menção a Silva Paulet, pois, sua planta de 1818 foi o primeiro projeto moderno de alinhamento das ruas, pelo qual os demais subseqüentes passaram a se orientar.

Para muitos letrados, ali desfilavam os “medalhões” das altas rodas e as famílias da “boa sociedade”. Distante do que se considerou a respeito das festas no Clube Iracema (Sales, 1995), para os iniciantes no trato com a escrita, o Salão Juvenal Galeno foi o lugar que agregou os escritores de menor expressão. Estes iam “periodicamente a homenagear figuras de relevo nas letras nacionais de passagem pelo Ceará”. Segundo Herman Lima:

(...) foi [lá] que se iniciaram vários escritores da minha geração, além de servir de palco para a audição de poetas e prosadores já firmados no meio literário (...) Meus primeiros contos, como os primeiros versos de Sobóia Ribeiro, Clóvis Monteiro, Leão de Vasconcelos, Antônio Furtado, Otacílio de Azevedo, Sales Campos (...) foram ouvidos pela assistência sempre escol, acorrida prazerosamente ao Salão [Juvenal Galeno] (...) Entremeando prosa e verso, faziam-se ouvir também moças de verdadeiras vocações musicais, em recitais de cantos nativos, piano ou violão, ao mesmo tempo que a melhor tradição da doçaria regional se renovaria ao fim da festa, em vasta mesa de refrigerantes e gulodices indígenas (...) O comparecimento dos poetas, no máximo da sua juventude, trazia naturalmente o mais vivo interesse das bonitas patricias adolescentes (...)<sup>178</sup>.

De acordo como que foi apreciado, mais do que pontos de encontro, os espaços mencionados neste tópico se configuraram em redes de sociabilidades, onde os sujeitos históricos em evidência vislumbraram coletivamente suas projeções intelectuais, apresentaram suas produções literárias, trocaram impressões sobre suas leituras, bem como, reforçaram seus laços sociais e compartilharam suas experiências de vida. Por conta das restrições civis, políticas e intelectuais impostas à grande parcela da população, tendo em vista os canais “legítimos” de atuação no limitado “ambiente democrático” do período, aqueles trabalhadores afeiçoados à cultura letrada desenvolveram suas próprias habilidades e configuraram espaços de discussão e atuação no processo social. Mesmo a entender que supostas “hierarquias” existiram nos círculos letrados em relação àqueles de maior renome (seja pela habilidade com a pena, a trajetória intelectual, “conquistadas” e junto aos nichos do poder oligárquico), fato é que existiu naquele momento uma aspiração por participarem das decisões coletivas e inserção na vida pública, fruto do ideário democrático recorrente no discurso republicano, professado pelos agentes históricos que se ocuparam da orientação política da sociedade.

Neste sentido, há de ser considerado que essa representação, em torno das oportunidades era a expressão coletiva dos trabalhadores urbanos que passou a direcionar seus projetos em torno dos direitos civis. A literatura, portanto, foi entendida por eles,

---

<sup>178</sup> LIMA. Op. Cit. p. 99 e 100.

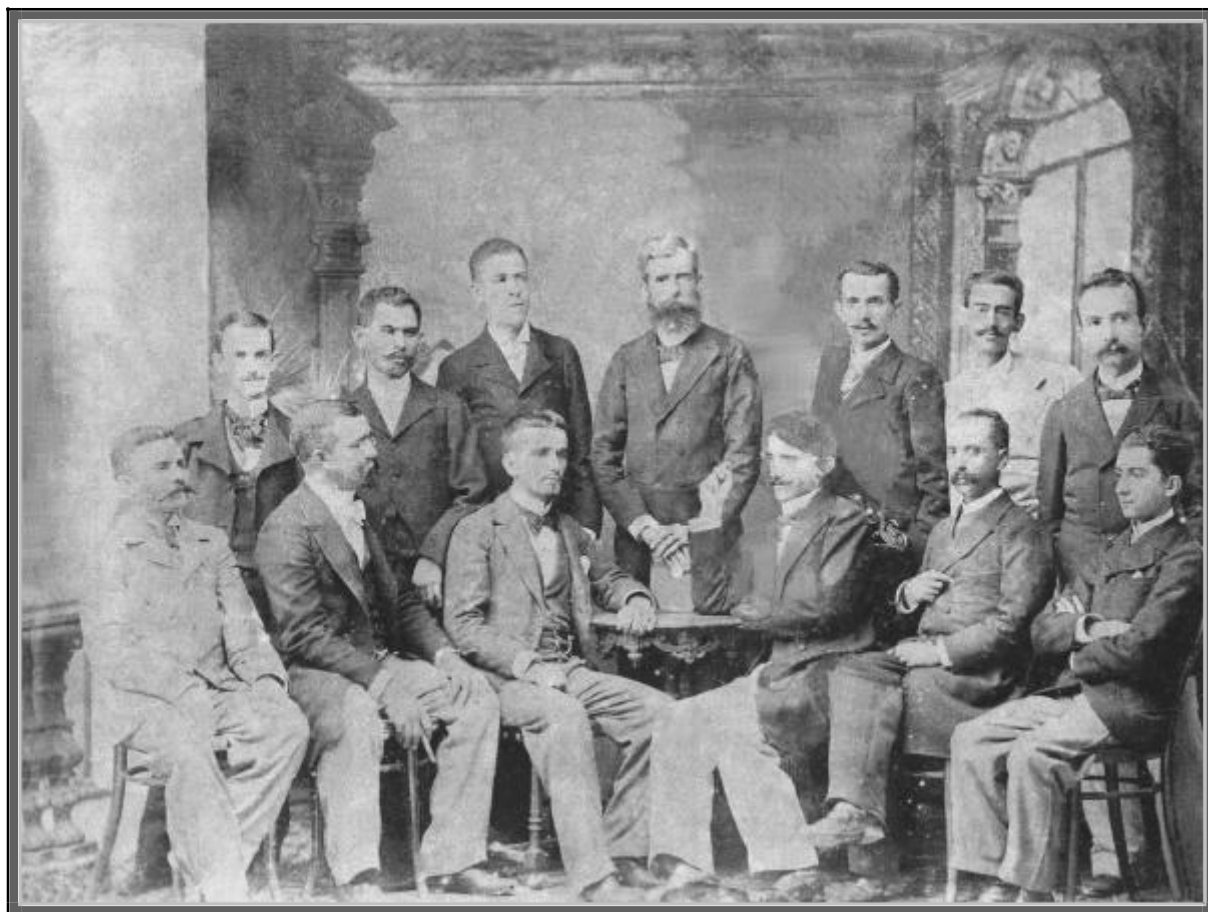


primeiramente, como um meio de ascensão, mas, sobretudo, uma forma de ler e intervir na sociedade com o seu olhar. Logo, para alguns deles com aptidão, domínio e exercício letrado, não lhes faltaram oportunidades para exercer sua prática social no campo da arte e da criação literária. Às duras penas, estes “aventureiros” erigiram à sua maneira as formas de vivenciar a literatura e as artes, recriando suas representações de sociedade, reinventando mundos, desfazendo mitos, a afirmarem sonhos muitas vezes inimagináveis. Em suma, o que ficou patente neste tópico, é que eles não limitaram sua existência à sombra dos intelectuais renomados e suas instituições, pois, ao seu modo, criaram formas próprias e estratégias de publicação, escrita, diálogo, leitura, interação e de vivência da atividade literária, sem negar sua condição social, ainda que esta fosse marcada por percalços cotidianos. Portanto, trata-se de sujeitos históricos profundamente ativos em relação à sua experiência social. Os capítulos seguintes irão priorizar a análise sobre os campos semânticos e estéticos mais eloquentes, encontrados na produção literária desses agentes em Fortaleza no período estudado, a entender como suas formas de escrever, narrativas e estilos estiveram ligados diretamente às experiências históricas e sociais de seus autores.



## Capítulo 3

### Nefelibatas, Decadentistas e Simbolistas rumo à Turrís Ebúrnea



Padaria Espiritual (1892 - 1898) – Agremiação literária que agregou os dois pioneiros do movimento decadista-simbolista no Ceará. Da esquerda para direita, encontram-se nesta foto (sentados) José Carvalho, Almeida Braga, Waldemiro Cavalcante, Antônio Sales, José Carlos Júnior, Roberto de Alencar e (em pé) Artur Teófilo, Sabino Batista, José Nava, Rodolfo Teófilo, Lopes Filho, Ulisses Bezerra e Antônio de Castro. Fonte: Arquivo Nirez (fotos gentilmente cedidas pelo Sr. Miguel Ângelo de Azevedo/ Nirez).

# Capítulo 3

## Nefelibatas<sup>179</sup>, Decadentistas e Simbolistas rumo à Turrís Ebúrnea<sup>180</sup>

Este capítulo se propõe a analisar a trajetória e a produção intelectual de Lopes Filho e Lívio Barreto. Suas obras e experiências de vida foram relevantes neste estudo por várias razões. Primeiramente, pela participação deles junto à cena literária e intelectual de Fortaleza no final do século XIX, quando compuseram o quadro de fundadores da Padaria Espiritual. Neste aspecto, serão entendidas suas estratégias de inserção nas redes de sociabilidades, no circuito de idéias e rodas de debates, bem como, as formas de publicação por eles adotadas, pontuando suas condições de produção escrita e práticas da leitura, conciliadas com as atividades de trabalho. Em segundo, por suas origens e trajetórias de vida estarem ligadas à experiência social das camadas menos favorecidas da população cearense. Por fim, em virtude das suas produções literárias se reportarem às respectivas vivências, constatou-se os campos de tensão, relações de poder, projetos e frustrações experimentadas por alguns homens de letras, dentre outras parcelas da sociedade brasileira naqueles primeiros anos de República. De acordo os seus contemporâneos e a historiografia literária, ambos estão compreendidos naquele grupo de autores que se alinharam à escola decadentista-simbolista. No Ceará, eles foram os pioneiros dessa estética. O destaque a esse estilo se deveu por ser um dos campos semânticos em que se observou a produção literária de trabalhadores letrados, envolvidos com o circuito intelectual à época, a apresentar suas leituras sobre aquela realidade social. A documentação manuseada neste capítulo foi essencialmente as obras literárias destes autores, intercaladas com outras fontes, dentre elas, os livros de memória, jornais literários, imprensa de época e documentos oficiais.

### 3. 1. Lopes Filho: Phantos em fuga

As relações que envolvem a vida e a obra do poeta Lopes Filho são instigantes para iniciar um estudo sobre as condições de produção literária, estratégias de publicação e

<sup>179</sup> A palavra “nefelibata” tem seu radical na mitologia grega. “Néfilis” era o nome da divindade que levava os homens aos reinos da fantasia, do sonho e da loucura. No final do séc. XIX, com o advento da corrente literária decadentista-simbolista, este termo passou a designar os escritores identificados com a escola CAROLLO, 1980 e MORETO, 1989.

<sup>180</sup> A “Torre de Marfim” era o espaço imaginário onde os autores desta estética diziam ser o refúgio das imperfeições cotidianas.

experiência social de trabalhadores letrados em Fortaleza. A princípio, perante a historiografia literária, o livro *Phantos* traz uma polêmica, acerca do marco inaugural do primeiro livro simbolista publicado no Brasil. De acordo com Sânzio de Azevedo, “o livro *Phantos*, de Lopes Filho, foi posto à venda em Fortaleza, um mês antes da publicação dos *Broqueis*, de Cruz e Sousa”, este lançado no Rio de Janeiro (Azevedo, 1996. p. 161). O livro é uma brochura de 70 páginas, com 46 poemas, a maioria muito singela, construções modestas, por assim dizer, sem grandes pretensões artísticas e ousadas enquanto obra de arte, como bem disse o próprio autor no depoimento acima, reconhecidas também por seu “padrinho” na literatura, Antônio Sales.

Meu caro Lopes Filho,

(...)

Sou, pois, o padrinho de girau do teu livro, visto que me escolhe para apresentá-lo à pia batismal da crítica.

(...)

Analisemos o teu livro. Os senhores Parnasianos escusam de torcer-te o nariz: eu também sou Parnasiano, conforme Deus me ajuda, mas ponho de parte os teus processos métricos, se é que os tens, para apreciar teus versos à luz do verdadeiro critério artístico, o qual consiste em surpreender na obra de arte a nota flagrante de individualidade do autor, caracterizada espontaneamente nas suas predileções afetivas, plásticas e sensitivas<sup>181</sup>.

Antônio Sales, já mencionado no capítulo anterior, na condição de “padrinho” e colega de agremiação, tratou de fazer a blindagem frente àquele grupo de escritores que certamente teceria comentários, muitos deles severos, aos versos do *Phantos*, sobretudo, os literatos que se alinharam à estética parnasiana<sup>182</sup>, conhecidos mundo afora pela impecabilidade com a metrificacão dos versos, musicalidade, plasticidade dos poemas, racionalismo, objetividade dos temas. Entre esta escola e a corrente decadentista-simbolista, houve troca de farpas, ataques e contra-ataques generalizados.

<sup>181</sup> SALES, Antônio. “Carta-Prefácio” IN: LOPES FILHO. *Phantos* – Fortaleza: Padaria Espiritual, 1893 . p. VII e VIII.

<sup>182</sup> “É na convergência de ideais anti-românticos, como a objetividade no trato dos temas e o culto da forma, que se situa a poética do Parnasianismo. (...) Seus traços de relevo: o gosto da descrição nítida (mimese da mimese), concepções tradicionalistas sobre metro, ritmo e rima e, no fundo, o ideal da impessoalidade que se partilhavam com os idealistas do tempo”. Conf. BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira* (33ª ed) - São Paulo: Cultrix, 1994. p. 219 e 220.

Sobre o repertório de leituras e as matrizes estéticas que inspiraram Lopes Filho, na “Carta-Prefácio”, Antônio Sales também comentou:

Bem se vê que leste Verlaine, Mallarmé, Moréas, Nobre e Eugênio de Castro, esses alucinados vates do fim do século, apóstolos da escola estranha do Decadentismo, que invadiu também a literatura dramática, fundando o Theatre libre de Paris, e domínios da Música, da Pintura e da Escultura, criando a seita dos Impressionistas<sup>183</sup> [grifo do autor].

O prefaciador conheceu bem as influências herméticas, musicais, rítmicas e simbólicas que os autores mencionados tiveram sobre o amigo Lopes Filho. Ali, ele estampou os nomes dos principais representantes franceses e portugueses. A princípio, sabe-se que o movimento decadentista-simbolista teve origem na França, no segundo quartel do século XIX. No campo da pintura, ele esteve relacionado aos impressionistas, como bem disseram as linhas supracitadas, mas, também, as propostas do Art-Nouveau também na escultura e na arquitetura (Gombrich, 1995. p. 514 – 533 e Mackintosh, 1977).

Quanto à distinção entre o Decadentismo e o Simbolismo, há inúmeras controvérsias envolvendo diferentes autores sobre a influência de um em relação ao outro, qual veio primeiro, simultaneidade entre ambos etc. Entretanto, cabe dizer que em sua evolução, o movimento indubitavelmente comportou duas fases, muito próximas uma da outra. A princípio, sabe-se que a escola foi iniciada com o nome de Decadentismo<sup>184</sup>, em virtude dos hábitos excêntricos de alguns jovens franceses no final do século XIX, dentre os quais, roupas extravagantes, hermetismo literário, apego ao misticismo, consumo de “paraísos artificiais” (ópio, haxixe, absinto)<sup>185</sup> etc. Em verdade, de acordo com a historiografia literária, a escola nasceu sob o rumor do desencanto técnico-científico, momento em que o cientificismo, o darwinismo e o positivismo limitaram o horizonte da percepção humana às lucubrações do pensamento materialista, mecanicista e determinista (Bresciani, 1985. p. 48 e 49). Foi, assim, um movimento nascido “pós-falência” do cientificismo durante a afirmação

<sup>183</sup> SALES IN: LOPES FILHO. Op. Cit. p. X e XI.

<sup>184</sup> “O Decadentismo (...) não é uma escola mas um ‘espírito de revolta’ em que cada autor cria a sua língua e seu estilo. Ele é de fato uma atmosfera comum de desconfiança dentro da interrogação do que será este mundo que a ciência tanto promete. Ultrapassando a ‘arte em sua extrema maturidade’ de que nos fala Gautier, o Decadentismo torna-se uma nova época primitiva quando, tendo o artista renegado seus valores atuais, ele está à procura de uma nova forma (...)”. MORETTO, Fulvia M. L. Caminhos do Decadentismo Francês. – São Paulo: EDUSP/ Perspectiva; 1989. p. 31.

<sup>185</sup> Esse “estado excepcional do espírito e dos sentidos (...), paradisíaco, se o comparado às pesadas trevas da existência comum e cotidiana” foi hábito comum entre muitos escritores daquele final de século, que se permitiram às experiências alucinógenas nas casas de ópio, cafés, bares e cabarés das principais cidades européias. Conf. BAUDELAIRE, Charles. Os Paraísos Artificiais. O Ópio e o Poema do Haxixe.- Rio Grande do Sul: LP & M, 1986.

da Era Industrial. Entretanto, o discurso científico não conseguindo explicar todos os efeitos do industrialismo na sociedade, sobretudo, os males resultantes de sua época, como a pobreza, divisão de classes, insatisfações com a vida urbana (tédio, alcoolismo, suicídio etc), deu margem para que um grupo de jovens negasse os valores burgueses e a exclusão social, a viver uma vida baseada nos prazeres individuais e egocêntricos (Bosi. Op. Cit. p. 263 - 267).

Ao contrário das limitações impostas pelo objetivismo, os adeptos da *Décadence*<sup>186</sup> se basearam na emoção, no subjetivo, pois, segundo eles, o mundo estava em queda com a burguesia e, nessa expectativa do fim, criou-se um ambiente de total desesperança (Oehler, 1997 e 1999. p. 268 - 290). Assim, a *Decadentia*<sup>187</sup> foi, sobretudo, uma estética urbana, hermética e soturna, negando todas as considerações do pensamento pragmático, materialista e mecânico que impregnou as relações sociais e as trocas simbólicas na vida das grandes metrópoles do século XIX (Moisés, 1984. p. 04 - 14).

Paris foi a "Meca" do Decadentismo, pois tinha todo o clima favorável à sua existência: as casas de ópio ou da China (onde eram consumidas vários entorpecentes), vida mundana nos cafés, cabarés e salões, a elegância excêntrica das modas, os subúrbios decadentes e o exotismo do Oriente, oriundo da migração e intercâmbio com os árabes, africanos e orientais (Weber, 1989 e Hobsbawm, 1988. p. 271 – 337 ). Neste sentido, o desejo de evasão do cotidiano formatou a verve daquela tendência literária, que tão bem se aliou à filosofia pessimista de Schopenhauer (Torres Filho IN: Schopenhauer, 1991). A busca pelo “nirvana” foi a base filosófica da escola (estampada na obra "O Mundo como Vontade e Representação"), bem como, a estética anunciada pelos autores Charles Baudelaire<sup>188</sup>, Paul Bourget<sup>189</sup> e Paul Verlaine<sup>190</sup>, os pioneiros que aliaram hermetismo intelectual, pessimismo

<sup>186</sup> Termo usado para exprimir as concepções do artigo “Théorie de la Décadence”, publicado em *La Nouvelle Revue* (15/novembro/1881), da autoria do crítico e novelista Paul Bourget, “analisando a idéia de pessimismo e a natureza da decadência como vinha sendo observada em Baudelaire. A partir daí, o termo ‘decadente’ entra a designar o lirismo anti-realista e os seus seguidores”. Conf. MOISÉS. Op. Cit. p. 05.

<sup>187</sup> Expressão latina muito utilizada pelos adeptos da escola, reportando-se ao “deslumbramento pela decadência de Roma, à época, considerada exemplar àquela estética, imortalizada na obra de E. Gibbon”. TRINGALI. Op. Cit. p. 147.

<sup>188</sup> A reviravolta poética causada por Baudelaire, deveu-se à sua ruptura com os formalismos literários ainda marcados pelas concepções clássicas e românticas. Sua obra “abole a distinção entre a forma e o fundo, o estilo e a mensagem: exige da poesia que integre o espírito e o universo concebido como um reservatório de símbolos do qual a linguagem pode reaprender o sentido oculto, bebendo no inesgotável cabedal da analogia (...) uma espécie de misticismo da sensação ampliada pelo jogo da linguagem: realidade autônoma, sem outro referente que não ela mesma, o poema é a criação independente da criação, (...) que nenhuma ciência positiva percebe, e que são tão misteriosos quanto as correspondências que unem entre si os seres e as coisas”. BOURDIEU, 1996. p. 127 e 128. Ver também: BATAILLE, Georges. *A Literatura e o Mal* – L& PM: Porto Alegre, 1989. p. 29 – 54 e BAUDELAIRE, Charles. *As Flores do Mal* - Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1995 (6ª ed.).

<sup>189</sup> Autor do artigo “La Théorie de la Décadence”, já mencionada a sua contribuição para o movimento.

<sup>190</sup> O livro *Poèmes Saturniens* fez de Paul Verlaine a síntese lírica do movimento decadentista-simbolista, sobretudo, concernente ao ritmo e à musicalidade dos versos. Conf. MOISÉS. Op. Cit. p. 05 e VERLAINE, Paul. *Poemas Saturnianos e Outros* (Trad. Fernando Pinto Amaral) – Lisboa: Assírio & Alvim, 1994.

filosófico e musicalidade poética às bases do movimento. Com o fluente intercâmbio comercial entre países industrializados e suas “zonas de influências”, estas sensações foram similarmente experimentadas por indivíduos das camadas letradas de outros centros urbanos, para além da realidade europeia. No Brasil, as tensões políticas e sociais geradas pela passagem dos séculos XIX para o XX teriam alimentado essa atmosfera de desencanto e *taedium vitae*. Concomitante, na capital do Ceará, as intervenções urbanas, os efeitos sociais causados pelas estiagens, as pestes, fome e as contendas políticas, certamente, aguçaram as percepções que se refletiram nas produções literárias assoladas pela “nevrose psicológica da época” (Sales IN Lopes Filho. Op. Cit.).

Do ponto de vista literário, a fase posterior e mais original àquele movimento foi o Simbolismo<sup>191</sup>. Suas principais características vêm do jogo de musicalidade, sinestésias, alegorias, símbolos que fazem explodir em ritmos poéticos as imagens do texto. Na França, Artur Rimbaud<sup>192</sup>, Paul Verlaine, Stéphane Mallarmé<sup>193</sup> foram as “pontas-de-lança” do movimento. Em Portugal, Antônio Nobre<sup>194</sup> foi o mais aclamado. No Brasil, os mais expressivos foram Cruz e Sousa e Alphonsus de Guimaraes, tão mencionados pela historiografia literária. No Ceará, como é sabido, foi no seio da Padaria Espiritual que a estética desabrochou, com as obras de Lopes Filho e Lívio Barreto (Azevedo, 1996). Ainda em Fortaleza, no século XX, outros escritores vieram com o neo-simbolismo, a exemplo de Raimundo Varão e Mário da Silveira, mas, seus versos foram intercalados dos laivos românticos e neo-parnasianos. Sabe-se que, do ponto de vista literário, a escola decadentista-simbolista foi uma ruptura com o movimento parnasiano na literatura e com a escola realista-naturalista que atingiu tanto o campo literário, quanto diferentes manifestações do campo artístico.

A partir desta apreciação estética e literária, juntamente com a trajetória de Lopes Filho, poderão ser melhor entendidos os aspectos que teriam motivado sua escrita. Não

<sup>191</sup> “O simbolismo, em geral, se funda numa concepção espiritualista, idealista. Tem mais pendor pela religião que pela ciência. Não se entusiasma com a técnica e o progresso. Confia mais na intuição que na discursividade, cultivando o pensamento analógico. Em última análise, busca o infinito, qualquer que seja seu aspecto”. TRINGALI. Op. Cit. p. 157.

<sup>192</sup> Artur Rimbaud demonstrou de maneira mais sucinta a síntese do simbolismo, “a equivalência [que] refletia o intuito de estabelecer um nexos entre a palavra e a imagem, paralelamente a musicalização do verso”. MOISÉS. Op. Cit. p. 12 e RIMBAUD, Artur. Poesia Completa (Trad. Ivo Barroso) – Rio de Janeiro: TopBooks, 1994.

<sup>193</sup> “Mais radical, a experiência de Stéphane Mallarmé pretende atravessar o caos do mundo sensível e do eu, para atingir um absoluto de pureza que se revela, afinal, o próprio Nada (...)”. BOSI. Op. Cit. p. 265. Ver também: MALLARMÉ, Stéphane. Poemas (Trad. José Lino Grunewald) – Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1990.

<sup>194</sup> Os versos de Antônio Nobre se caracterizam pelo tom nostálgico, romântico e decadentista-simbolista, conforme se viu em sua obra-prima *Só*, publicada em 1892. Conf. NOBRE, Antônio. *Só* (4ª ed.) – Porto: Tipografia de “A Tribuna”, 1921.

cabe aqui discutir se ele foi “mais ou menos” simbolista-decadentista em virtude da sua experiência. A sugestão levada em consideração é aquela de Antônio Cândido, em que a “interpretação estética assimilou a dimensão social como fator de arte” (2000. p. 07 - 09). Ou seja, dentre outras considerações em torno da sua experiência social, atividades de trabalho, inserção letrada e as redes de sociabilidade em que o autor esteve presente, o seu envolvimento ou opção pela escola literária aqui é entendido como um elemento a mais da sua condição de agente social, leitor e produtor de idéias elaboradas sob a ação das forças históricas do seu tempo. Logo, por mais que se digam que esta escola em particular previu a evasão para o passado ou para o futuro e a negação do presente, aqui se entendeu que “os elementos individuais adquirem significado social na medida em que as pessoas correspondem a necessidades coletivas” (Cândido. Op. Cit. p. 25).

Destarte, no campo da História Social, nenhum autor pode se dizer imaculado numa “torre de marfim”, como bem afirmou em alguns momentos discursos em nome da escola decadentista-simbolista e a historiografia correspondente ao tema. A relação de Lopes Filho com aquela estética, diz respeito às apreensões intelectuais dos temas discutidos naquele momento, em virtude dos repertórios de leituras que circularam em Fortaleza naquele período. Sobre este ponto, recorre-se novamente à “Carta-Prefácio” do Phantos, redigida por Antônio Sales para se fazer uma idéia desses debates.

Não sei bem ao certo o que diga sobre o Decadentismo, que tu recebeste de braços abertos por se adaptar perfeitamente a ele o teu estado da Alma, segundo a expressão decadista [grifos do autor].

(...)

Muita gente já proclama o Decadismo como sucessor do Naturalismo, que, não há negá-lo, está sensível ao declínio, por já não corresponder bem ao estado do espírito humano presente no momento.

Depois de tantos anos de análise fria e inexorável, depois da tarefa monstruosa levada a cabo por Zola (...), começa a se impor uma necessidade de aconchego, de repouso espiritual, que se anunciam pelos tons suaves de misticismo que vão poetizando os horizontes da alma.

(...)

O Decadentismo veio pois, a calhar para um sujeito, que como tu, é nevropata e católico.

Fizeste bem em aderir ao Decadentismo: ele é incontestavelmente a condenação de quanto nevrosismo anda



latente ao ambiente espiritual do fim do século, e representa, fielmente, portanto, o estado psicológico desta época.

(...)<sup>195</sup>

De acordo com este depoimento de época, bem como, com a historiografia literária, o Decadentismo se fez ressonante em vários circuitos letrados. Os principais redutos dessa estética no Brasil foram a Capital Federal, Fortaleza, e, posteriormente, Curitiba. No Rio de Janeiro, remeteu-se àquela plêiade de escritores em torno da *Folha Popular* (1891), em que Cruz e Sousa, B. Lopes, Oscar Rosas, Emiliano Pernetá, Virgílio Várzea, Gonzaga Duque, Alves de Faria, dentre outros que formaram o primeiro grupo de feições simbolistas no Brasil. Já na capital cearense, os simbolistas da *Padaria Espiritual*, Lopes Filho, Lívio Barreto e os prosadores Cabral de Alencar e Tibúrcio de Freitas. Por fim, em Curitiba, onde houve uma verdadeira “febre” literária, pois, ares de movimento ecoaram por ali, com Dario Veloso, Rocha Pombo, Domingos do Nascimento, Nestor de Castro, Júlio Pernetá e Nestor Vítor (Vicente, 2004).

Jornais e revistas chegaram a tomar partido ou publicar manifestos inerentes à escola e abrir espaço para produções do gênero: “(...) no Rio - *Galáxia*, *Rio-Revista*, *Thebaida* (1895), *Vera-Cruz*, *Pierrot* (1890), *Revista Ilustrada* (1890) e *Novidades* (1890); em São Paulo - *O Mercantil* e *o Correio Paulistano* (ambas de 1890); e em Curitiba - *Victrix* (1902), *Pallium* (1898), *O Sapo* (1898), *Revista Azul* (1900), *Breviário* (1900), *Turrís Eburnea* (1900), *Club Curitibano* (1890), *Galeria Ilustrada*, *O Cenáculo* (1895), *Jerusalém* (1898), *Stellario* (1905), *A Penna* (1897) e outras” (Idem. p. 32). Várias polêmicas surgiram em torno do Decadentismo (como assim foi inicialmente chamada a tendência no Brasil) e sua chegada às rodas intelectuais causou polêmica em diferentes capitais (Moisés. Op. Cit.). No Ceará, no próprio seio da *Padaria Espiritual*, uma polêmica literária rendeu páginas e desafetos entre um dos colaboradores da revista carioca *Thebaida* (1895), “Pedro, o Eremita”, e José Carlos Júnior e Antônio Sales, debate já apreciado em outro momento (Cardoso, 2000. p. 226 e 227). O Centro Literário, outra agremiação onde Lopes Filho atuou, foi implacável na crítica à “literatura nova, do nefelibatismo do Sr. Alves de Farias (...) o decadismo, o sosismo, que é uma coisa que dá para engulhar, principalmente quando se sofre de dispisia literária” (*Iracema*. Ano I, nº02. 01/jul/ 1895. p. 01 e 02).

O próprio Phantos não foi poupado das críticas implacáveis à sua escrita. De acordo com Monteiro (Op. Cit. p. 46 - 50), do Pará, Paraíba, Bahia e da então Capital Federal foram elaboradas as mais duras críticas e deboches ao Phantos, de Eustáquio de Azevedo e

<sup>195</sup> SALES, Antônio. “Carta-Prefácio”. Op. Cit. p. IX – XII.

Leopoldo Sousa a Artur de Azevedo. Contudo, num gesto que poderia ser tomado como esteticamente contraditório, por conta da polêmica há pouco mencionada, os próprios padeiros fizeram a defesa do livro quando abraçaram a publicação da obra, bem como, saiu em sua defesa o poeta parnasiano Antônio Sales. Este, em relação ao Parnasianismo, justificou o perfil de Lopes Filho sendo “ao contrário, um insubmisso, um revolucionário, deixando que a idéia te caia da pena na sua conformação inicial, estenografando maquinalmente a linguagem da tua alma” (Sales, 1893. Op. Cit. p. IX).

Neste sentido, entendeu-se aqui que a relação da literatura com a vida social foi apreciada pelas influências recíprocas entre a posição do artista em sua comunidade, a configuração da obra sob o “influxo dos valores sociais, ideologias e sistemas de comunicação” e a recepção do texto pelo público (Cândido. Op. Cit. p. 24 - 37). O Phantos esteve, portanto, inserido num campo de debates intelectuais, onde se depararam diferentes posicionamentos sobre a “febre civilizatória” nos centros urbanos mundo afora. Diante das imagens e sensações estampadas em seus versos, tendo em vista a sua experiência social e intelectual, o pessimismo e o desencanto de Lopes Filho se sobrepuseram àquele arrivismo contagiado pela atmosfera de progresso que atingiu grande parte dos intelectuais daquele período.

Comum a todo texto e obra de arte, independente da sua corrente literária ou natureza (romance, prosa, crônica etc), o Phantos possui uma estrutura narrativa caracterizada por uma sucessão de imagens, movimentos e temas que os poemas se sucedem a formar uma seqüência lógica (Scholes e Kellog, 1977). O livro é uma coletânea de textos poéticos, divididos em duas partes (“Phantos” e “Velos”) que obedecem a uma curiosa estrutura. Na primeira parte, oscilam poemas que aludem ao Lost Paradise dos Poets Maudits<sup>196</sup>, seguidos pelos que reverenciam a vida no campo sob intensa nostalgia, fechando com poemas de verve melancólica e pessimista, repletos de niilismo e apatia sobre a existência. As lembranças da infância são permeadas por imagens de um ambiente ainda rural, relacionado à evasão do ser para o passado, lugar da plenitude, que contrasta com as decepções na vida e a sensação de

---

<sup>196</sup> Expressão utilizada por Paul Verlaine na sua antologia de poetas simbolistas, em Paris, 1884. Daí por diante, foram assim definidos os autores que romperam com o formalismo literário do século XIX, abusaram dos temas nas suas composições, em geral, a aludir os pensamentos mais recônditos da subjetividade (lascívia, ódio, alucinação, melancolia) e aderiram posturas excêntricas, a exemplo de Charles Baudelaire que pintou os cabelos de verde e declarou publicamente seu amor por uma prostituta de origem africana. Conf. MOISÉS, Massaud. História da Literatura Brasileira. O Simbolismo – São Paulo: Cultrix; 1984 IV; TRINGALI, Dante. Escolas Literárias - São Paulo: Musa Editora; 1994 e BOSI. Op. Cit p. 266.

morte e desencanto. A segunda parte do livro são textos dedicados a Américo Barreira<sup>197</sup>, a maioria datada de 1890, todos sob o impulso do romantismo doentio do Mal du Siècle, perpetrado pelos goivos mórbidos à mulher ideal, o desejo platônico na alegoria da musa inatingível, ícone tão cultuado por aquela geração conhecida mundo afora através da obra de Goethe e Lord Byron, sendo destacado Álvares de Azevedo no âmbito nacional e Barbosa de Freitas no Ceará.

No entanto, para o estudo presente, interessa saber como Lopes Filho, na condição de agente social, oriundo dos setores menos favorecidos, residente de um subúrbio de Fortaleza e inserido numa rede de sociabilidades intelectuais, se percebeu enquanto trabalhador e homem de letras, a entender em que medida seus textos poéticos deram testemunhos da sua experiência social, conforme ele próprio discorrera, apontando a sua leitura sobre os acontecimentos históricos do período.

Seu nome de batismo foi João Lopes de Abreu Lage e adotou na vida pública o nome de Lopes Filho. Em suas reminiscências, Antônio Sales, fundador da Padaria Espiritual, fez o seguinte comentário a respeito do comportamento do escritor: “Sentia-se que ele [Lopes Filho] suportava mal as asperezas da vida e por isso se abroquelava no seu mutismo e no seu retraimento (...) Era um filósofo, segundo o qualificativo que continuam a dar aos indivíduos que vivem um pouco à margem da vida e desdenham os imperativos práticos” (Sales, 1995. p. 122). A “Nota Final” do Phantos, uma espécie de “posfácio”, traz um depoimento do autor sobre a sua vida e obra, o que teria motivado a escrevê-la.

(...) aos amigos da Padaria Espiritual toda a minha eterna gratidão, pelo fraterno concurso, que dispensaram-me e cujo incentivo poderosíssimo foi o primeiro grito de coragem que animou-me a aparecer em público.

Sei como nenhum outro, que meu livro é crivado dos maiores e mais salientes defeitos – caprichos de forma e, sobretudo, muito pouco respeito “às regras convencionais d’arte”, tão castigada e exigente nestes últimos tempos.

Aí, nessas páginas modestas, vereis impressas, unicamente, leitor, a minha fantasia e as pueris excentricidades da juventude doente deste fim de século, tão cruelmente flagelada pela outonal ventania do desalento e da nevrose.

---

<sup>197</sup> Naquele período, Américo Barreira, sócio-correspondente e membro honorário da Padaria Espiritual, morava em Salvador, cursava medicina e publicou alguns textos no jornal Diário de Notícias, ocasião em que fez a defesa do Phantos, a rebater as críticas dos diretores daquele órgão sobre o livro de Lopes Filho. Ver: NOBRE, F. Silva. Mil e Um Cearenses Notáveis – Casa do Ceará Editora: Rio de Janeiro, 1996. p. 66 e MONTEIRO. Op. Cit. p. 48.

...Os versos que ora publico, nasceram muitos deles, sob a influência mórbida da negra melancolia dos exilados no Amazonas, a lutar pela vida, doente, nostálgico, entre o choro e a blasfêmia, tive necessidade de escrever, transformar no cristal rutilo e santíssimo do verso as lágrimas que meu desespero fazia derramar: eis, como se fez um poeta...<sup>198</sup>

De maneira lúcida e objetiva, o autor discorreu sobre os acontecimentos que perpassaram todo o processo de realização do livro, além da sua intenção. Foram destacados os momentos determinantes: a participação no círculo letrado em que ele esteve inserido, em meio aos escritores da Padaria Espiritual, como ele se percebeu junto ao ambiente intelectual da época, sua aproximação ou alinhamento estético com a escola decadentista/simbolista, o lugar da escrita, o que teria motivado a escrever e a intenção da obra. Sobretudo, dentre outras vivências na sua trajetória até aquele momento, também estão relatadas ao longo do texto sua condição de trabalhador, sua estada em Belém, naquele momento, a “metrópole da borracha”, onde teria vivenciado, juntamente com outros, as tensões cotidianas típicas das cidades envolvidas com a economia dos seringais.

Ao que se sabe, Lopes Filho foi um homem simples, proveniente de um subúrbio de Fortaleza, um pequeno funcionário da Alfândega, não se sabe ao certo, mas, provavelmente, um amanuense, pois, faltam registros históricos e historiográficos que venham precisar melhor sua biografia (Sales, 1995. p. 122 – 125; Azevedo, 1996. p. 161 – 180 e Monteiro, 2000). Além do seu livro, pouco se falou sobre a sua vida, excetuando algumas notícias esparsas ligadas à documentação hemerográfica de época ou reminiscências, ambas, em grande parte, relacionadas à sua atividade literária. O seu destaque público se deu enquanto literato, autor de um único livro publicado pela iniciativa da Padaria Espiritual. Contudo, na edição nº 22 d’O Pão (15/ agosto/ 1895. p. 07), noticiou-se na coluna “Nossas Sessões” que “foram exibidos os autógrafos de dois livros de versos – Procelas de Lopes Filho, e Telesias de Rodolfo Teófilo”. Procelas jamais chegou a ser publicado<sup>199</sup>. Sobre esta iniciativa da Padaria Espiritual, ela também levou ao prelo a obra de outros sócios. Logo, muito provável, o Phantos foi impresso pelo rateio dos amigos, na cota entre os padeiros que haveria de publicar obras de outros colegas da referida associação, uma estratégia utilizada

<sup>198</sup> “Nota Final” IN: LOPES FILHO. Phantos – Fortaleza: Padaria Espiritual/ Tipografia Universal, 1893. p. 67 e 68.

<sup>199</sup> De acordo com um testemunho, Procelas contém cinquenta poemas inéditos, nunca publicados, “tendo os seus manuscritos sido cedidos gentilmente (...) pelo escritor Murilo Mota, filho de Leonardo Mota (memorialista da Padaria Espiritual)”, a Sânzio de Azevedo. Conf. AZEVEDO. Op. Cit. p. 130.

por aqueles escritores em início de carreira<sup>200</sup>. Não se sabe ao certo como era feita a escolha ou indicação da obra a ser publicada, mas, o fato é que se não fosse essa iniciativa, muitos daqueles escritores sequer teriam seus livros lançados.

Ele nasceu em 07 de abril de 1868 e, durante toda sua infância e boa parte da adolescência, viveu no Mondubim, subúrbio de Fortaleza, que à época guardava ainda algumas características rurais, assim como outros subúrbios, a exemplo de Messejana, Porangaba e Outeiro. “No Campo”, soneto com registro em “Mondubim, 1892”, o poeta apresentou sua percepção familiarizada e regozijo direcionado às imagens e à vida naquele ambiente.

Eis-me aqui no campo. Sou feliz agora!  
Vejo de novo antigos conhecidos:  
Meu coração, mais forte, já não chora,  
Rir-se, ele tão afeito a dar gemidos!

Deixo a rede mal vem rompendo a aurora,  
E dou bom dia aos pássaros queridos;  
Bebo o ar da mata a goles repetidos,  
E vou, como um cigano, estrada a fora...

Nem sei mesmo onde vou... erro nas matas,  
Vendo as flores e os pássaros que estão  
Cantando ao Sol dulcíssimas volatas.

E o bosque e as aves me conhecem todos,  
Pois, cuido ouvi-los (e com que bons modos!)  
Dizer:- bom dia! adeus! olá! João!...<sup>201</sup>

Até 1875, quando os operários da Estrada de Ferro Fortaleza – Baturité ergueram uma estação naquela localidade, o Mondubim era, assim como Messejana e Porangaba, uma região habitada por pequenos agricultores, comerciantes e poucos fazendeiros, não diferente de outros subúrbios mais próximos do perímetro urbano de

<sup>200</sup> Os livros publicados pela Padaria Espiritual foram: Phantos (Lopes Filho, 1893); Flocos e Vagas (Sabino Batista, 1894 e 1896); Contos do Ceará (Eduardo Sabóia, 1894); Trovas do Norte (Antônio Sales, 1895); Os Brilhantes (Rodolfo Teófilo, 1895); Cromos (Xavier de Castro, 1895); Dolentes (Lívio Barreto, 1897); Maria Rita (Rodolfo Teófilo, 1897); Perfis Sertanejos (José Carvalho, 1897) e Marinhas (Antônio de Castro, 1897). Conf. BARREIRA, 1948. p. 161 – 165.

<sup>201</sup> “No Campo” IN: LOPES FILHO, 1893. p. 26.

Fortaleza, já observados em capítulos anteriores. Mas, o soneto acima, dedicado ao amigo padeiro Sabino Batista, reportou-se à maneira como o autor vivenciou aquele espaço distante do perímetro urbano. Seu retorno ao cenário bucólico apontou para uma relação de bem-estar com a paisagem do Mondubim naqueles tempos.

A princípio, vale ressaltar que sua descrição do cotidiano naquele arrabalde contrastou com a leitura apresentada pelos agentes do poder público, como os regeneradores urbanos, o aparelho policial, sanitaristas, bem como, as práticas asilares gerenciadas pela Igreja e apoiadas pelos comerciantes do centro de Fortaleza, conforme será melhor apreciado no próximo capítulo. Estes setores comprometidos com o “ordenamento” da sociedade enxergavam os subúrbios enquanto locais da promiscuidade, do vício, sujeira, ócio, doenças, visto que naquelas paragens habitava o grande contingente de trabalhadores urbanos, pequenos agricultores, pobres e, em épocas de seca, ainda se concentravam os retirantes alojados em terrenos baldios.

Porém, ao contrário do que foi entendido por aqueles sujeitos preocupados com a “regeneração moral dos pobres”, os versos de Lopes Filho apontaram para outra percepção quanto ao modo de vida, habitação e atividades realizadas naquela localidade. Na sua experiência, ali era o espaço do idílio e da harmonia, ausente de quaisquer tensões anunciadas naquela época acoçada por estiagens e seus efeitos sociais. Distante dos olhares disciplinadores, empregados, em boa medida, pelos poderes públicos, setores da Igreja e camadas emergentes de Fortaleza, a leitura de Lopes Filho indica um espaço social ausente de conflitos, desvincilhado das “imperfeições” observadas pelos setores sociais comprometidos com a regeneração social. No poema “As Felizes”, dedicado ao padeiro Lívio Barreto (que será logo apreciado), o autor reverenciou as atividades domésticas e o cotidiano das populações de menor poder aquisitivo, contrapondo-se aos valores impregnados na urbanidade da capital, como o olhar pejorativo às atividades braçais e aos gestos “bárbaros” anunciados pelos padrões civilizados.

Passam na estrada raparigas  
De pote ao ombro, levando água,  
Vão cantando doces cantigas...  
Nem uma mágoa  
Lhes tolda a vida abençoada!  
Vida feliz! Tão festejada!  
Sem uma mágoa!

(... ..)

Quantos ricos não têm inveja

Vendo-as assim alegrezinhas (...)<sup>202</sup>.

Essas imagens descritas pelo autor apresentaram o perceptível choque de leituras, referentes aos modos de viver presentes na configuração urbana de Fortaleza daquele período, entre as populações existentes em seu perímetro e subúrbios. Nestes versos, Lopes Filho destacou a tensão, sob o paradoxo entre as atividades domésticas dos moradores suburbanos e o olhar dos ricos num outro pólo. Em relação aos setores comprometidos com as melhorias urbanas e o ordenamento sócio-moral da população, é sabido que estes interesses estiveram relacionados à exclusividade do centro comercial como espaço de excelência para as atividades econômicas, moradia das elites e localização dos prédios públicos. Logo, posturas relacionadas não somente aos padrões de higiene, salubridade, mas, também, aos modos de vestir, circular pelas ruas e realizar atividades de trabalho estiveram prescritos nos códigos de postura e olhares civilizadores (Ponte. Op. Cit. p. 97 - 108). Vale salientar que o autor em destaque divergiu daquela leitura normatizadora, compartilhada pela grande maioria dos intelectuais que estiveram em seu convívio.

De acordo com os documentos históricos manuseados, diferentes leituras de intelectuais foram lançadas sobre a grande maioria dos moradores dos subúrbios de Fortaleza, sobretudo, concernentes aos hábitos e práticas das camadas pobres, mendigos, trabalhadores, pequenos agricultores e muitos retirantes que se arranchavam embaixo das árvores. Para Guilherme Studart, por exemplo, como será observado posteriormente, aquela população carecia da assistência “espiritual e moral” da Sociedade S. Vicente de Paulo, afim de não praticar os “vícios e hábitos indesejáveis e indecorosos”. Até mesmo no seio da Padaria Espiritual, Lopes Filho se deparou com diferentes visões de seus colegas. Para Rodolfo Teófilo, o subúrbio era o lugar da “canalha”, onde residia a “barbárie”. Em sua descrição dos bairros do Matadouro, Oiteiro e Alto Alegre, dentre outros, as lavadeiras ali, por exemplo, não trabalhavam aos sábados para engrossarem o “vício (...) de uma procissão de esmoleres” (Teófilo, 1904. p. 112 - 117). Para Adolfo Caminha, que esteve presente na primeira fase daquela agremiação literária, de acordo com o seu romance *A Normalista*, o arrabalde do Oiteiro foi percebido quão a “frescura selvagem do campo”, porém, ao desfecho de sua obra literária, aquele espaço veio a ser das pessoas rudes, as habitações eram “palhoças miseráveis”

---

<sup>202</sup> “As Felizes”. Idem. p. 41 e 42.

e era onde as pessoas fora dos padrões sociais (a exemplo de Maria do Carmo, a mocinha grávida do seu padrinho) iriam se abrigar (Caminha, 1973).

No poema “Os Simples”, dedicado ao próprio Adolfo Caminha, datado de 1893, no Mondubim, Lopes Filho apresentou mais uma vez a simpatia que ele nutriu em relação à simplicidade no modo de vida e habitação das camadas populares.

Moram num rancho próximo à estrada,  
Dous pobrezinhas – um casal ditoso;  
Vivem felizes, não conhecem nada  
Do Mundo vil, estúpido, enganoso!

E quando os vê, meu coração ferido,  
Tem tanta inveja e fica sucumbido,  
Que eu chego ouvi-lo a soluçar baixinho:  
Invejo aquela paz celeste e mansa!  
A velha é uma flor; uma criança  
O velho, e a choça um verdadeiro ninho.

No meu egoísmo, olho-os pesaroso,  
Co’ a inveja n’ Alma e dor no Coração!  
E digo a mim: aquilo sim, é gozo,  
No mais, tudo na vida é uma ilusão!<sup>203</sup>

A verve do poema lembra o romantismo popular de Juvenal Galeno em *Lendas e Canções Populares* (1865). O apreço ao rústico esteve presente em Phantos, tanto em virtude da valorização das belezas do campo, quanto dos costumes das populações pobres. Em sua leitura, naquelas condições reais se via um elevado estado de graça, através do despojamento das ambições materiais, a condenar as superficialidades em relação aos valores mundanos e os desejos de ascensão social, tão presentes naquela realidade marcada pela aceleração das relações capitalistas.

Fica perceptível que o olhar de Lopes Filho entrou em contraste com as leituras de época sobre os subúrbios de Fortaleza. E assim como outros setores sociais, os intelectuais entenderam aqueles espaços sob diferentes formas. A leitura de Lopes Filho, porém, destoou destas, pois, em relação à população pobre, seu modo de vida foi interpretado enquanto estado

---

<sup>203</sup> “Os Simples”. Idem. p. 27.



de pureza, próximo àquela leitura de Rousseau sobre o “homem natural” ou a “inocência original do estado de natureza” (Starobinski, 1991. p. 37 e 38). Em verdade, os traços estoicos desta leitura remetem-se, em boa medida, à influência do romantismo em sua obra e a sua experiência religiosa junto ao catolicismo, como ainda será vislumbrado.

No poema “Beira-Mar”, dedicado a Henrique Jorge, também membro da Padaria Espiritual, o autor apresentou as sensações de outros moradores dos arrabaldes em relação às suas atividades e moradias. Neste poema, um momento de regozijo foi estampado na imagem de um pescador que, retornando do mar, se viu realizado com o aconchego do lar junto aos filhos.

Tardes à beira-mar... Voltou e, bando  
 As jangadas que vêm da pescaria:  
 Sentado à popa, o pescador, fumando,  
 Pensa no Lar com funda nostalgia  
 (... ..)  
 Enquanto o olhar do rude pescador,  
 Procura, como uma ave busca uma flor,  
 Os filhinhos que brincam distraídos...<sup>204</sup>

Mesmo a conceber a imagem rústica atrelada às formas plásticas do pescador, em nenhum momento o tom da narrativa ressoou complacente ou depreciativo. Ao contrário, o conteúdo semântico do soneto eleva as práticas cotidianas destes agentes sociais aos viços epopéicos, enaltecendo e distintos. A sugerir o mesmo olhar em relação aos modos de vida dos setores populares, este texto também contrasta com os gostos requintados, disseminados pela febre arrivista em nome do consumo de produtos importados, cultivados pelos setores médios e opulentos desde o estreitamento das relações comerciais da capital cearense com os países industrializados (Ponte. Op. Cit. p. 150 - 160).

Ao contrário de alguns autores adeptos da mesma corrente literária, na obra de Lopes Filho o dândi<sup>205</sup> não é uma personagem comum, muito menos qualquer “homem polido

<sup>204</sup> “Beira-Mar”. Idem. p. 18.

<sup>205</sup> Um dos marcos do “dandismo” na literatura foi a publicação do romance *À Rebours*, de Joris Karl Huysmans. No seu prefácio à edição brasileira, José Paulo Paes comentou sobre o refinamento de gosto, típico deste personagem: “Mas se o preço da abundância é a saciedade, o preço da saciedade é o tédio. Para fugir do tédio, Des Esseintes [protagonista da obra] se vê forçado a refinar cada vez mais os seus prazeres”. PAES, José Paulo. “Huysmans ou a Nevrose de Novo”. Prefaciando o livro *Às Avessas* – São Paulo: Cia das Letras; 1987. p. 10. Ver também: LEVIN, Orna Messer. *As Figurações do Dândi*. Um estudo sobre a obra de João do Rio – Campinas: EDUNICAMP, 1996.

(...) vestido de casaca preta, calça de pano da mesma cor, colete e luvas brancas” ou portando as “modas francesas e inglesas (...) ao gosto do povo” (Campos, 1985. p. 29 - 42). Sua obra destoou dos anseios e desejos comuns à urbanidade da época, motivados por um status sócio-econômico mais elevado, consumo de bens importados e projeção pública. Presentes naquela sociedade que se transformava com a aceleração das relações capitalistas, estes valores foram em grande medida provocados pela acumulação de capital, por parte de alguns setores urbanos (ligados ao comércio, serviços, burocracia e vida política), em virtude da instalação das “casas de importação/exportação”, fábricas de beneficiamento (algodão, oiticica etc) no centro urbano que proporcionaram o aumento das trocas comerciais com os países industrializados e outras forças históricas que teriam orientado o reordenamento urbano, as campanhas de regeneração social, dentre outros elementos incompatíveis com o modo de viver das camadas pobres da população (Sevcenko, 1995; Carvalho, 1996; Needell, 1994 e Cardoso, 2000). No campo intelectual, sabe-se que estas transformações ocorridas na segunda metade do século XIX foram interpretadas, inicialmente, sob o influxo das leituras científicas, evolucionistas e positivistas, por aquele grupo definido por “Escola do Recife” (a destacar Sílvio Romero e Tobias Barreto) e, posteriormente, por outros talentos arregimentados que caracterizaram a “geração de 1870”, reforçando suas teses em torno do progresso após os acontecimentos da abolição dos cativéis e a queda do regime monárquico (Martins, 1996).

Despojada destas teorias, a narrativa dos versos de Lopes Filho sugere quietude, calma e perfeição, reportando-se às práticas sociais das pessoas simples, pescadores, lavadeiras, lavradores etc, seus espaços domésticos e comportamentos espontâneos. Sabe-se que, à época, houve uma tensão entre intelectuais quanto à relação campo/ cidade, variando muito a idéia sobre cada espaço (campo: “puro”, “imaculado”/ cidade: “suja”, “viciosa”, “promíscua”. Conf. Williams, 1989). Em relação à literatura cearense, já foram percebidas outras variações entre esses temas, de uma cidade que oscila entre o progresso e o desencanto civilizador, e o campo, um paraíso idílico que se desvanece com as estiagens e transforma os sertanejos em “bárbaros” (Alencar, 2002). Em outra ocasião, ainda, foi percebido que alguns autores da Padaria Espiritual, a exemplo de Adolfo Caminha, José Carlos Júnior, Xavier de Castro, dentre outros, denunciaram n’O Pão, o periódico daquele grupo, as mudanças dos comportamentos ingênuos, puros e espontâneos do homem do campo, vilas e também da capital, a resultar numa “hipocrisia sofrivelmente atrasada”, motivada pelo avanço das “modas burguesas”, suas posturas e convenções anunciadas pela

expansão ferroviária nos sertões cearenses e a conseqüente chegada das “modas estrangeiras” (Cardoso, 2000. p. 175 - 261). Destarte, inserido num conjunto de interpretações literárias sobre o campo, a cidade e suas dimensões, na obra de Lopes Filho, o arrabalde do Mondubim era referência da sua realização enquanto sujeito, a fuga do espaço de tensões cotidianas que era Fortaleza. Naquele momento, sabe-se que a capital era uma realidade atingida por valores argentários, concorrência entre os indivíduos, consumo arrivista, posturas e comportamentos impostos aos trabalhadores e demais e camadas pobres, comuns aos espaços urbanos brasileiros naquela virada de século.

De acordo com o que já foi apreciado em capítulos anteriores, assim como muitos jovens que recebeu algum instrumental letrado, durante a fase adulta, Lopes Filho deixou seu lugar de origem para tentar a sorte no centro comercial de Fortaleza. Naquele espaço competitivo e de crises institucionais provocadas pela acomodação do regime republicano, ele vivenciou a realidade dos homens de letras da sua época, em que muitos foram incorporados em diferentes postos de trabalho e de produção intelectual, conforme a sua proximidade com os grupos políticos no poder, procedência familiar, nível de instrução, dentre outros aspectos típicos da Primeira República e sua cultura política, ancorada no coronelismo e suas práticas clientelistas, nepóticas e tradição bacharelesca (Leal, 1975; Janotti, 1989 e Faoro, 1995. p. 697 - 738). Durante este período da história brasileira, o desenrolar da relação entre boa parte dos intelectuais e as práticas políticas adotadas naquele momento, deixou a entender que “em geral, a frivolidade predominava nas rodas sociais e intelectuais brasileiras”, concernente à participação dos homens de letras na vida republicana (Magalhães, 1999. p. 101).

A familiaridade com as letras, o prestígio público e a aproximação com o Estado republicano e suas benesses se fizeram entender a partir de uma “rede de proteção em um sistema de indicações” (Samet, 2001. p. 20 - 22). Aquela realidade, permeada por tensões nesta particular relação entre o saber (letrado) e o poder (oligárquico), foi sugerida no Phantos. O poema “Longe do Mundo”, por exemplo, é uma canção ressentida com os ideais e aspirações não realizadas pelo autor, deixando a entender que os embates cotidianos, a luta argentária e as decepções sofridas ao longo de sua vida foram uma constante no meio social no qual ele se inseriu.

Longe do mundo, da minha Cela escura,  
Eu penso tristemente em toda essa Amargura,  
Que fez do ser humano um mísero animal:

Vejo pela Vida tanto Ódio, tanta Dor,  
 Crenças perdidas, ou corações sem Amor,  
 E, em cada olhar de homem, um brilho de punhal!  
 (... ..)

Sempre absortos num sonho indefinido e nobre!  
 Aspiração! Ideais! Amor terreno e bruto!  
 Mágoas da vida, prantos, alucinações,  
 Sois os comediantes vestidos de luto,  
 E nós homens, feras cobertas de grilhões!

(... ..) Antes sonhar  
 Tal como sonham os Budistas do Oriente...  
 (...) <sup>206</sup>.

Levada em conta a experiência dos vários letrados que não tiveram relação direta com os poderes constituídos, os versos de Lopes Filho também sugeriram o pessimismo vivido por grande parte daqueles intelectuais durante os anos tumultuados na crise institucional, sobretudo, entre 1891 e 1894. No livro *Bestializados* (1996. p. 26), José Murilo de Carvalho destacou a “fuga da capital para evitar prisões” sofrida por certos intelectuais durante o governo de Floriano Peixoto. Nos anos em que Lopes Filho escreveu e publicou seu livro (1890 - 1893), os conflitos gerados pela ascensão da oligarquia acciolina (aliada de Floriano Peixoto) sobre os dissidentes do CRC (deodoristas) estiveram em pauta no cotidiano da capital. Como pode ser constatada, boa parte dos fundadores daquela entidade era composta por amigos do autor, como Antônio Sales e Jovino Guedes, dentre outros. Logo, percebe-se que o fenecimento do discurso democrático pregado outrora pelos arrivistas do regime foi amplamente vivido por diferentes setores da sociedade, dentre eles, alguns homens de letras que não se alinharam aos caprichos oligárquicos, como bem se observou ou ainda será vislumbrado ao longo dos capítulos. A violência cotidiana, prisões generalizadas, empastelamento de jornais, foi uma constante naquele momento.

Curioso observar é que, em vários poemas, Lopes Filho deixou transparecer inquietações sobre o desvanecimento de aspirações claramente coletivas. Na sua experiência individual, aquelas frustrações sociais de época, retratada nos versos em maioria das vezes na

<sup>206</sup> “Longe do Mundo” IN: LOPES FILHO. Op. Cit. p. 31 e 32.

primeira pessoa do singular, se fizeram entender como coleção de ilusões perdidas ao longo da vida. Há de ser lembrado que ele conviveu com Antônio Sales, Waldemiro Cavalcante, Jovino Guedes, Rodolfo Teófilo, Antônio Bezerra e outros que participaram ativamente das campanhas abolicionista e republicana, como já foi observado. Destarte, não seria incomum que ele tivesse absorvido as inquietações vividas por aquela geração de letrados, em geral, durante a “República da Espada” e, em particular, sofrida em proporções mais específicas à sua condição social, enquanto homem de letras sem maior projeção. Neste caso, sabe-se que desde cedo os letrados não favorecidos pelos vínculos oligárquicos, foram desenganados por aquele discurso de democracia, inclusão sócio-econômica e abolição das regalias às camadas opulentas.

Pode-se dizer que, na sua condição de agente social, Lopes Filho também respirou o constrangimento que os trabalhadores vivenciaram naquelas tentativas em participar da vida pública, sobretudo, nas eleições de 1891, momento já contemplado em capítulos anteriores. Muito próximo a tantos outros que se aproximaram da sua condição social, o autor foi expectador de episódios tristes, como a repressão implacável às representações políticas do seu segmento social, a exemplo daquela em que foi utilizada o Batalhão da Força Policial contra os membros do Partido Operário no primeiro pleito republicano, dentre outros eventos.

Assim, o seu desalento apareceu em forma de versos e o protesto veio em rimas e simbolismos, pois, através da literatura, ele poderia se opor aos rumos que orientaram a vida pública, mostrar seu desafeto com a ordem ali estabelecida, sem hostilizar ou bater de frente com as forças repressoras do período. Inserida num campo de tensões sociais, políticas e intelectuais, sua obra pode também ser apreciada como a denúncia de um homem simples, de vida modesta, um trabalhador letrado com anseios frustrados e desejos reprimidos pelas relações de forças sociais e políticas configuradas naquele momento. Lopes Filho, enquanto agente histórico, foi um porta-voz dos desafetos provenientes da sua experiência social, marcada pelo ruir da credibilidade em torno da República e suas promessas aludidas ao bem-estar social. No entanto, o que outrora alimentou a crença de muitos sobre as melhorias que o novo regime poderia trazer, se confirmou nas práticas do mandonismo local, exclusivismo oligárquico, disputas acirradas entre as famílias que se revezavam na orientação da máquina administrativa, desde os tempos do Império. O soneto “A Toa!”, dedicado ao padeiro José Maria Brígido, destacou a imagem que o autor teve das expectativas desvanecidas naquele momento.

Minha Alma aflita, desolada e nua  
 Lacera a Dor que fez sofrer a Job;  
 E meu corpo – cadáver que flutua –  
 Rola no chão da minha vida errante e só!

Onde vou? onde irei por entre o pó  
 Das multidões, sem um clarão da Lua?  
 Se apenas, ouço em mim, o triste dó,  
 Dentro do peito onde o Amor estua?

Do coração no Sahara desolado  
 Tudo perdido! Tudo transformado,  
 - Sonhos, desejos, crenças juvenis!

Meus Ideais benditos do Passado,  
 Onde pairam vocês? em que País?  
 Desejos, crenças, Sonhos juvenis?<sup>207</sup>

As expressões deste soneto dão indícios para se compreender as “estruturas de sentimento” socialmente experimentadas pelo autor (Williams, 1979). As imagens carregadas de frustração, desengano, incerteza no futuro e isolamento ante a vivência social, apontaram para sua referência de bem-estar, em boa medida, ancorada na infância e, pelo visto, esmaecida desde o seu ingresso à maturidade. Em meio àquele ambiente hostil e competitivo da capital, Lopes Filho se viu inserido numa teia de conflitos, tendo a necessidade de sobreviver e pôr em prática a sua habilidade letrada em Fortaleza, caracterizada por ser o centro econômico hegemônico, espaço de disputas em torno das atividades de trabalho e também o pólo convergente das agitações políticas. Entretanto, na sua condição de escritor, lhe foi possibilitado assumir o “reconhecimento coletivo da sua atividade” perante o público leitor (Cândido, 2000. p. 75). Ou seja, inserido naquele campo de tensões, através da literatura, Lopes Filho fez ecoar a hesitação com os rumos tomados na vida pública, a reclamar os ideais fenecidos daqueles agentes históricos, que acompanharam as promessas em torno das mudanças ocorridas na virada dos anos de 1880 a 1890. A repressão que o autor

---

<sup>207</sup> “À Toa”. Idem. p. 05.

poderia sofrer viria num campo em que as idéias antagônicas e os debates são comuns, diferentes das ações no campo político e social em que, qualquer posicionamento destoante da ordem estabelecida, poderia sofrer violenta retaliação.

A sua verve não hesitou em esconder os cânticos de langor, desilusão e incerteza aos acontecimentos daquele tempo. “(...) Noites de tédio! noites de desesperança,/ Onde o Ideal que eu sonhei em tempo de criança?/ Esperança, onde estás?/ Meus castelos azuis que edifiquei sonhando,/ Eu hoje vos evoco, a gemer, suspirando,/ E não me respondeis.../ Nunca mais! nunca mais!...” (Lopes Filho. Op. Cit. p. 17). Para a análise da obra literária enquanto documentação histórica, passagens como esta podem apontar para o texto enquanto fala direta do autor. Mas, na sua condição de “mediador entre o autor e o público, [e sendo] este mediador entre o autor e a obra” (Cândido. Op. Cit. p. 75), essa relação dialética permite entender que as falas do texto literário são coletivas, impressões sociais de uma época. Ao autor cabe, portanto, discorrer sobre os eventos sociais que se apresentam sob forma de metáforas, sinestésias, movimentos e personagens que se reportam a ações coletivas no processo social. De qualquer forma, também não se pode afogar uma obra de arte somente na ebulição das tensões sociais e esquecer do homem que sentiu, sofreu, desejou, teve vontades e angústias próprias, ainda que de alguma forma as mesmas viessem estar relacionadas aos eventos sociais.

Ao longo da leitura do *Phantos*, faz-se entender que a frustração nas imagens produzidas por Lopes Filho, também esteve ligada a um amor platônico, uma mulher idealizada e inatingível, geralmente aliada à idéia de morte.

Do Coração no negro cemitério,  
Jaz enterrado o meu primeiro Amor,  
Dormindo o grande sono do mistério,  
Pobre cadáver! seu caixão é a dor!  
(... ..)<sup>208</sup>.

Sobre suas aventuras amorosas, relacionamentos, laços conjugais em que o autor esteve envolvido, nada se sabe. Coisa alguma foi dita na historiografia ou nos registros de época. Porém, é eminente a idéia de paixão irrealizada, amor fenecido que teria ocorrido em sua vida.

---

<sup>208</sup> “Sem título”. Idem. p. 35.

(... ..)

... E à noite evocarei tu'Alma errante,  
 Como um bruxo e lendário feiticeiro,  
 Que evoca a Noiva morta a todo instante...<sup>209</sup>

Naquele tempo, sabe-se que a possibilidade de realizar um casamento e estruturar uma família era uma aspiração inerente aos jovens, contagiados, em boa medida, pelas demandas do capitalismo civilizatório, em nome do ordenamento e do controle social. De acordo com a análise de Jurandir Freire Costa (1989), as campanhas em prol do casamento e contra a mancebia, apoiadas pelo Estado, encampadas pela Igreja e orientadas pelos médicos sanitарistas, tiveram forte repercussão no imaginário social à época. Na literatura, estes desejos foram relacionados às características individualistas e subjetivistas presentes no Romantismo, inerentes aos anseios da sociedade burguesa (Tringali, 1994 e Bosi, 1994). Desta feita, percebe-se que ambos aspectos estiveram presentes em alguns versos de Lopes Filho.

(... ..)

Quero aplacar minha sede voluptuosa,  
 Embriagar min'alma, num oriental desmaio:  
 E, como quem dorme n'um estendal de Rosas,  
 Sonhar contigo... Não me tardes, mês de Maio!...<sup>210</sup>

Entretanto, para a realidade do autor em questão, seria difícil conciliar aqueles desejos do imaginário social à época com as limitações impostas à sua vida material. Ele, um modesto funcionário da Alfândega (Sales, 1995. p. 123), de poucos recursos, certamente teria encontrado alguns obstáculos para a realização deste desejo. Quase nada se sabe sobre sua vida afetiva, pois, como foi dito no início deste capítulo, há poucos registros que possam precisar mais detalhes. No entanto, de acordo com os escassos relatos que existem, muito provável é que os limites da vida material e as decepções afetivas tenham lhe rendido hábitos taciturnos, marcados pelo consumo excessivo de tabaco (Idem. p. 124) e pelo alcoolismo (Monteiro. Op. Cit. p. 62 - 64), práticas combatidas pelas campanhas regeneradoras do período. O consumo de álcool, por exemplo, se fez presente em sua obra: “Então de taça em punho, o vinho d'amargura/ Bebo – sangue de minh'Alma – nesta cova escura,/ Onde um raio

<sup>209</sup> “Á uma Tuberculosa”. Idem. p. 22.

<sup>210</sup> “Mês de Maio”. Idem. p. 35.



solar de Amor nunca desceu!/ Eu sou, pois, o resto de um corpo que viveu;/ Que teve um Coração, que outrora quis amar,/ E, hoje, sabe (coitado!) apenas soluçar... oh! noite de Agonia!” (Lopes Filho. Op. Cit. p. 16 e 17).

O certo é que tanto nas fontes históricas, bem como, na historiografia concernente ao autor, não se observou menção alguma a respeito da sua realização conjugal. Porém, sua obra está permeada de alusões à vida solitária, alma “errante e só” de um homem que vagou em desatino. Por outro lado, inerente à sua referência familiar, nas reminiscências de Antônio Sales se leu a respeito dos “parentes [que moravam no Mondubim] onde ia espairecer de quando em quando” (Sales. Op. Cit. p. 123). Outras informações somente puderam ser lidas sobre seus irmãos Zefinha e Lahire, como bem estampou os poemas “Igrejinha”, “Carta a Zefinha”, “Indo”, dentre outros.

Da irmã, suas lembranças se reportam ao idílio da infância, sempre carregada de pureza e castidade, em que o autor rememorou cenas em que esteve de mãos dadas com a mãe, irmã ao colo, rumo à “Igrejinha aldeã (...) velhinha e esbranquiçada”<sup>211</sup>, ou mesmo a ouvir e contar-lhe “estórias do trancoso” ao luar sob o encanto do imaginário popular infantil<sup>212</sup>. Naqueles versos, as imagens sugeriram uma evasão para o passado impoluto, traço comum à estética simbolista, já apreciado.

Em relação ao seu irmão mais moço, também pouco foi dito sobre ele. Contudo, a bordo do barco S. Salvador com destino a Belém, Lopes Filho escreveu o soneto “Indo”, quando ele, vestido do espírito desbravador, acompanhou tantas levas de nordestinos em busca da “fortuna no Norte”, aos tempos do primeiro ciclo da borracha, entre os anos de 1890 a 1913.

Lahire,

Meu irmão: abraça-me, não chores!  
Cinjamos peito a peito os nossos corações!  
Tu irás onde eu for, eu irei onde fores,  
Somos novos ainda, sonhamos Ilusões!

Olha este mar azul: as ondas em cachões [sic],  
Melancolicamente choram suas dores,  
Sem sentir o que sentem nossos corações!

<sup>211</sup> “Igrejinha”. Idem. p. 06 - 08.

<sup>212</sup> “Carta à Zefinha”. Idem. p. 13 e 14.

Lahire, meu irmão, abraça-me, não chores!

Espera-nos (quem sabe) a imagem da Fortuna  
Lá nessas paragens tão longínquas, para onde,  
O nosso sonho vai numa dourada escuna...

És moço, há de sorrir-te em Sonho, a loura Esperança...  
Vamos! esconde tuas lágrimas, esconde,  
Que elas me fazem tanto mal... pobre criança!...<sup>213</sup>

Entre 1891 e 1892, o autor fez morada em Belém, conforme atestam dados biográficos, reminiscências e outros registros. Naquele momento, caravanas de emigrantes de todas as posições sociais migraram de várias partes do Brasil e do mundo para a Amazônia, entusiasmadas com as possibilidades de melhores condições de vida. Do Ceará, os estados da região Norte, agraciados com a economia do látex, receberam levas de retirantes que estavam a sofrer com os impactos negativos das estiagens de 1889 e 1904. De acordo com os jornais de época, já analisados no primeiro capítulo, um número considerável de cearenses deixaram o estado rumo aos seringais, o que teria gerado até argumentos para animar as contendas entre os grupos políticos locais, na disputa pela administração pública. Num primeiro momento, esse fluxo teria sido incentivado pelos governantes, a fim de equacionar os agravantes sociais provocados pelas secas. Porém, nos anos em que o Ceará não esteve exposto a esse fenômeno climático, os próprios administradores teriam reprovado “(...) o cearense, [que] depois de ter sido açoitado por duas secas, tem abusado muito da liberdade de emigrar, que se lhe tem deixado, pondo-se a correr mundos à procura de um fantástico paraíso”<sup>214</sup>. Conforme se leu no jornal *O Diário* (Ano I, nº 05. 20/maio/1892. p. 02), para quem poderia arcar com as despesas, as passagens pela agência “Lloyd Brasileiro” variavam em torno de 31\$950 a 16\$200, respectivamente, para Belém e Manaus.

Assim, a emigração para as “terras do Norte” foi entendida como uma possibilidade almejada por muitos, a fim de superarem as limitações impostas pela realidade sócio-econômica do período. Não somente depauperados, mas, comerciantes, bacharéis, jornalistas, dentre outros segmentos, também vislumbraram a possibilidade de serem agraciados pela fortuna e pela sorte. Sob o mesmo influxo, alguns intelectuais cearenses com

<sup>213</sup> “Indo”. Idem. p. 43.

<sup>214</sup> Mensagem do Presidente do Estado Cel. Bezerril Fontenelle... 1894. p. 14.

certa notoriedade na capital também migraram para as cidades da região amazônica. Themístocles Machado (colega de Lopes Filho na Padaria Espiritual e no Centro Literário) migrou para o Amazonas em 1895, chegou a ocupar o cargo de Promotor de Justiça Pública em Manaus e foi redator dos jornais Federação e Amazonas Comercial. Tempos depois, ele se afastou da vida pública por conta das desavenças políticas, passando a exercer a advocacia naquela capital (Studart, 1915. p. 126 e 127).

Outros intelectuais migraram para a região Norte em virtude das perseguições políticas, a exemplo de Justiniano de Serpa (também do Centro Literário e dissidente do CRC), que fugiu das retaliações promovidas pela ascensão da família Pompeu Accioly no poder. Em Manaus, ele chegou a exercer advocacia, jornalismo e, aproximando-se do grupo hegemônico na região, chegou a ocupar vários cargos políticos e administrativos, desde professor do Liceu, diretor da Biblioteca do Estado, procurador da República, até prefeito da capital amazonense, dentre outras atribuições (Sales. Op. Cit. 66). Sabe-se que, naquela região, outros letrados se destacaram, a exemplo de Euclides da Cunha que, em 1904, já reconhecido enquanto talento intelectual chefiou a equipe brasileira da “Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus”, a fim de demarcar os limites entre o Brasil e o Peru (Santana, 2000. p. 901 - 917).

Assim como eles, imigrantes de várias partes do Brasil e do mundo foram à região amazônica com intuito de fazer fortuna. Mas, a sorte esteve ao lado de poucos, sobretudo, em virtude das oligarquias locais e dos grandes atravessadores que chantageavam os trabalhadores pobres e agregavam as classes médias em torno do seu universo de valores. Até mesmo estadunidenses e ingleses, respectivamente, os representantes da Madeira & Mamoré Railway Company Limited e da Public Works Construction Company, que primeiro investiram na construção da Ferrovia Madeira-Marmoré, em menos de dois anos (1871 - 1873) se desiludiram com tamanhas adversidades enfrentadas na floresta, desde as doenças tropicais, ataques indígenas, demora na chegada de mantimentos, remédios e materiais para a construção, até as condições inadequadas para alojamentos e insubordinação dos operários recrutados. Destarte, não foi a esmo que na última página do seu livro, a “Nota Final” do Phantos, Lopes Filho fez alusão aos sofrimentos (luta pela vida, doença e nostalgia) de seus conterrâneos e de outros aventureiros desiludidos naquelas terras.

Como se atesta, a realidade de Lopes Filho foi bem diferente daqueles homens de letras. Sem vínculos com os grupos políticos e, certamente, não portando curso superior<sup>215</sup>, o poeta foi na condição de mais um aventureiro, dentre tantos outros indivíduos, letrados ou não, que aspiraram melhores posições e fazer fortuna naquelas paragens. Porém, assim como aos inúmeros desbravadores que se arriscaram naquele mundo desconhecido, muito cedo a sorte lhe abandonou em meio ao hostil e tenebroso. No poema “Voltando”, datado nas “Águas do Amazonas, março de 1892”, Lopes Filho deixou embalar a sua triste lira.

Volto; venho doente; quase morto!  
 Quem sabe se ainda abraçarei meus pais?  
 Meu coração que sofre sem conforto,  
 Não te ensolvas em lágrimas e ais!

O que sonhei eis por terra transformado  
 Em cruéis e dantescas amarguras,  
 No mais aflito e desolado estado!

Fantasia! Esperança! ó Sonho alado  
 Dai-me as invulneráveis armaduras  
 Que me cingiste outrora no Passado!

Deus do exílio! meu anjo tutelar,  
 Levai-me em paz à minha terra amada,  
 Quero meus Pais e Irmãos inda abraçar  
 Para fazer a última jornada... [grifo do autor]<sup>216</sup>

Sabe-se que adversidades sob diferentes matizes assolaram a vida dos trabalhadores pobres nos estados da região Norte do Brasil, sobretudo, aos que se destacaram floresta adentro, rumo aos seringais. Ali, as relações de produção foram baseadas no “trabalho cativo”, onde o “patrão” (dono do seringal), arrendava certa área para cada seringueiro colher o látex. Como se sabe, as mercadorias consumidas pelos seringueiros eram paga com o saldo

<sup>215</sup> Nas reminiscências, artigos ou livros que fazem alusão à biografia de Lopes Filho, nenhum faz menção à sua vida escolar.

<sup>216</sup> “Voltando” IN: LOPES FILHO. Op. Cit. p. 44.

da produção, que dificilmente daria para pagar suas dívidas contraídas na venda do proprietário, que era simultaneamente dono do seringal e do comércio na respectiva unidade produtiva (Santos e Muaze, 2002. p. 36 - 54).

As pestes também se constituíram em outro agravante naquela realidade: beribéri, malária, disenteria, hanseníase, doença de chagas, dentre outras. Como se não bastassem todos esses males, a violência cotidiana daquelas plagas atingiu vários grupos em torno dos conflitos mais diversos: disputas fundiárias, grilagem, pistolagem, índios em defesa dos seus territórios, brigas por conta dos endividamentos nos armazéns dos seringais, dentre outros. Fazendeiros, seringalistas, latifundiários, comerciantes, posseiros, seringueiros, índios, pistoleiros, bandidos, dentre outros segmentos, foram os sujeitos que ajudaram a compor a trama dos conflitos cotidianos na região amazônica. Válido é lembrar que o poder oligárquico, ali centralizado na força despótica dos “coronéis de barranco”, desenhava as relações sociais tão violentas quanto na realidade cearense, marcada pela truculência dos coronéis do sertão. Em verdade, para muitos o Eldorado se transmutou em “Inferno Verde” quando aquelas tensões se apresentaram à vivência de muitos aventureiros, dentre eles, os nordestinos.

Sobre a vida que Lopes Filho levou durante a sua estada em Belém, não há registros que possam revelar maiores detalhes do(s) seu(s) vínculo(s) empregatício(s), qual(is) atividade(s) de trabalho ele integrou, seus contatos com os letrados da capital paraense etc. Acredita-se que ele deva ter exercido algum tipo de trabalho urbano, no comércio, o mais provável, pois, os seringais, geralmente eram reservados àqueles cujo desespero os remetia ao confinamento e ao trabalho forçados na floresta. Porém, como bem disse o próprio autor, foi durante a sua passagem por Belém que ele “se fez poeta”. O que se sabe de fato é que naquele momento ele praticou o exercício da literatura, a obter inspiração para escrita da sua obra.

Entretanto, foi durante a sua morada em Fortaleza que Lopes Filho teve o seu reconhecimento no circuito intelectual. Deveras, foi a partir da sua relação e convívio com a Padaria Espiritual e, posteriormente, com a publicação do Phantos, que o poeta se fez “homem distinto” nas rodas de leitores da capital cearense. Como pode ser constatado em alguns momentos da sua obra, foi entre a plêiade dos “padeiros” que ele se sentiu acolhido: “Rogo às pessoas que se dignarem criticar este livro o obséquio d’enviar o exemplar do jornal à PADARIA ESPIRITUAL [grifo do autor], Ceará, a Imprensa que emitir sobre o mesmo, qualquer opinião” (Lopes Filho, 1893. p. v). O seu apreço e gratidão pela entidade se fez expressar, de forma eloqüente, a equivalência das pessoas mais próximas do seu respeito (na dedicatória, “A meus Pais e Irmãos. Aos Irmãos da Padaria Espiritual”).

Em verdade, foi aquela agremiação literária que o abrigou e a partir dela o autor conquistou notoriedade enquanto homem de letras em Fortaleza. Este caso não foi exclusivo de Lopes Filho, pois, tantos outros intelectuais daquele grupo, devem seu destaque no circuito letrado local e nacional à repercussão que a Padaria Espiritual teve na década de 1890 e nos tempos vindouros. As trajetórias de Lívio Barreto, Sabino Batista, Xavier de Castro, Eduardo Sabóia, José Carvalho e, sobretudo, o próprio idealizador do grupo, Antônio Sales, ajudam a reforçar esta afirmativa. Em estudo já realizado, foi compreendido que, distante do centro gravitacional dos debates, o Rio de Janeiro, sabe-se que a prática da arregimentação de intelectuais através de clubes, agremiações e sociedades literárias foi historicamente comum aos hábitos da cultura letrada na capital cearense daquele período, como forma de se destacarem nas rodas letradas do país (Cardoso, 2000. Op. Cit.).

Mesmo em evidência na Padaria Espiritual, o modo como Lopes Filho se percebeu no meio intelectual revela aspectos contundentes da sua inserção naquele circuito. Os versos de “Perspectivas” trazem inquietações que o autor alimentou naquele meio.

(... ..)

Porém sou um poeta rude, um sonhador  
Obscuro, sem nome, e que nunca teve Amor!  
Cujo único egoísmo e única aspiração  
É amar o Céu, o Mar, os astros d’Amplidão.

(... ..)

Volvo minha Infância, a minha Adolescência  
Essa fase querida e cheia de inocência  
Que implantou-me, na Alma o lírio da Poesia:  
E como um doente com febre e com emoção  
Eu digo a mim mesmo, (ainda que resignado,)

Num ar de torturado:

Sofre com paciência, sofre, oh Coração!<sup>217</sup>

De acordo com Bourdieu (1996), o campo literário é tão competitivo, hierárquico e organicamente funcionalista quanto o campo político ou econômico. A saber, existiram diferentes trajetórias no circuito intelectual de Fortaleza: homens ligados à política local, à imprensa, ao partidarismo ou à burocracia, outros a exercer suas profissões liberais de

<sup>217</sup> “Perspectivas”. Idem. p. 19 – 21.

médico, advogado, engenheiro, professor, jornalista e, como bem foi dito no capítulo anterior, uma enorme leva de “talentos promissores”, rapazes que tinham habilidade com as composições poéticas, contudo, nada mais a oferecer àquela teia de influência e prestígio. Neste sentido, frente à sua condição de escritor modesto, sem distinção e renome, ele se apegou à poesia como arte e à nostalgia como espaço de realização, aquilo que Deleuze e Guattari (1979) denominaram “linha de fuga”, ou a realização fora das tensões cotidianas.

Seu ingresso na Padaria Espiritual, que permitiu publicar o Phantos e outros textos n’O Pão, rendeu-lhe o trânsito por outro grupo letrado da capital, a convite dos padeiros dissidentes Themístocles Machado e Álvaro Martins. O Centro Literário (1894 - 1904), já mencionado, contou também com a participação de intelectuais de maior renome no circuito letrado local e nacional, como Antônio Bezerra, Papi Júnior, Guilherme Studart, Rodolfo Teófilo, Pedro Muniz, dentre outros. Lopes Filho, assim como Rodolfo Teófilo e Antônio Bezerra, foi sócio simultâneo das duas entidades que se rivalizaram no campo estético-literário (Cardoso. Op. Cit. p. 141 - 159). Porém, a sua participação parece ter sido mais intensa no ambiente da Padaria Espiritual, pois, pelo que se leu nas “Atas do Centro Literário”, publicadas na sua revista Iracema e disponíveis no acervo de Obras Raras da Biblioteca Nacional, pouco foi dito, publicado ou registrado quanto à atuação de Lopes Filho junto aos “centristas”, ao contrário do que se viu n’O Pão.

De acordo com o relato das atividades e atas das reuniões do Centro Literário (Iracema. s/ d. 1896), em que foram narrados os encontros entre 13/outubro e 01/dezembro/1895, não há menção alguma sobre a participação e assiduidade de Lopes Filho junto ao grupo. Entretanto, no “Relatório do Movimento do Centro Literário, apresentado pelo seu presidente [à época], o Dr. Guilherme Studart”, dos 30 sócios da agremiação, o nome de Lopes Filho não apareceu junto dos demais cujas “exigências da vida nos trazem afastados” (p. 159). Logo, estima-se que o poeta era considerado sócio, mesmo sendo mínima sua participação nas atividades do Centro Literário, dentre elas, as publicações em sua revista, bem como, nas comissões formadas em prol das atividades daquela entidade. Somente foi encontrada uma rápida passagem quanto à leitura que ele fez de um poemeto seu, intitulado o “Eremita”, na sessão de 01/julho/1896 (p. 195).

Ainda nos tempos de Padaria Espiritual, Lopes Filho dedicou um soneto ao aniversário do colega Álvaro Martins, à época, um modesto escritor, sem os vínculos com o acciolismo, assim como o autor de Phantos. Os versos abaixo apontaram para a sua falta de expectativa com o meio social que ele integrava.

Em Abril vimos nós a luz do Dia,  
 E até a mesma sorte temos tido,  
 A ambos, longe do Lar, tentanda via  
 As mesmas aflições nos há ferido!

Quantas vezes, na brusca Nostalgia  
 Que te golpeava o coração dorido,  
 Não chegaste a gemer como eu gemia  
 E a soltar as blasfêmias de um perdido!

Mentiram-te Homens, e Mulheres todas!  
 E tiveste, como eu, as mesmas Bodas,  
 - Filho Pródigo, enfim, voltando ao Lar...

Hoje, olhamos a todos com desdém,  
 E, como pobres a peregrinar,  
 Que importa que nos chamem Pedro Cem? [grifos do autor]<sup>218</sup>

De acordo com o que foi encontrado nos documentos históricos, não se observou vôos mais ousados na carreira de Lopes Filho, senão o seu enlace com a literatura. Em momento algum foi registrado seu nome junto às esferas do poder, seja integrando as instituições de saber ligadas ao poder oligárquico local, seja enquanto colaborador de um órgão de imprensa, ou mesmo a ocupar algum cargo na administração pública. Ao contrário de muitos contemporâneos, a exemplo de alguns dos seus colegas de grupos literários, Lopes Filho “não foi convidado a sentar à mesa” dos poderosos, muito menos partilhar do “bolo” que poucos saborearam, uns mais, outros menos, assim como ocorreu cedo ou tarde com Álvaro Martins, Artur Teófilo, Waldemiro Cavalcante, Antônio Sales, Justiniano de Serpa, Guilherme Studart, Antônio Bezerra e tantos outros.

Evidente, não cabe questionar o que lhe faltou, em maior ou menor proporção, a usufruir as mesmas benesses que seus amigos e confrades de letras. Contudo, vale salientar que na sua experiência letrada, enquanto trabalhador e funcionário da Alfândega, ele não demonstrou disposição aos ritos, caprichos, conveniências e práticas daquelas sociabilidades que outros vivenciaram junto aos representantes dos poderes constituídos. Não que Lopes

<sup>218</sup> “Aniversário de um Poeta”. Idem. p. 23.



Filho tivesse se entendido como opositor político ou ideológico de um ou outro grupo, facção, família ou segmento oligárquico e intelectual, muito menos se deve imaginar que ele não possuiu discernimento ou leitura alguma das tensões cotidianas em sua volta. Longe de tudo isso. O fato é que, como ele bem sugeriu em suas jóias literárias, seu “tesouro, vale mais do que as pérolas do Mar!/ [pois] Adoro o sol da Inteligência/ Cujo brilho sem par nos entontece (...)”<sup>219</sup>.

Tudo leva a crer que ele incorporou a literatura enquanto opção de vida, a fazer por onde ela fosse despojada dos vícios, interesses e oportunidades que o campo político-partidário certamente proporcionou a outros letrados. Entretanto, ao que parece, aquele modelo sustentado nas relações clientelistas e nepóticas, em que a promiscuidade entre a literatura e o poder era algo previsível, para a experiência de Lopes Filho aquilo pareceu apreensivo. Em certa medida, seu retraimento em relação àquela esfera poderia ter sido sentido na formação bacharelesca que lhe faltava, mas, ao que tudo indica, existiram razões de caráter pessoal, afinidades não aderentes àquela ordem de valores, interesses e, sobretudo, relações de poder que ele se esquivou.

Sua fuga aos dissabores da existência se fez através da Poesia. A verve decadentista-simbolista foi seu “refúgio etéreo”, a *Turris Ebúrnea* a qual se imaginou livre das privações que ele passou em vida, bem como, das condições que deveria se submeter a galgar os “arautos da glória”. Como se todo aquele ambiente não bastasse, dentre outros aspectos, a sua opção estética junto ao Decadentismo não foi bem apreciada naquele circuito letrado, segundo sugeriu Antônio Sales no prefácio do *Phantos*. O soneto “Os Vencidos da Vida”, dedicado ao padreiro Ulisses Bezerra, apresentou esse “vento outonal da nevrose e do desalento” que foi hostilizado por muitos literatos do período. Marcou também a experiência letrada de Lopes Filho e outros autores naquela virada de século.

De nosso lábio triste e descarado  
Murchou a flor vermelha da Alegria;  
E o nosso rir é um rir contrariado,  
Sempre amarelo e cheio de Ironia...

Vinte anos! já velhice! quem diria  
Que chegasse (tão cedo!) tal estado,  
Em que é o Coração supliciado

---

<sup>219</sup> “Sem título”. Idem. p. 12.

Um claustro cheio de Melancolia!...

Schopenhauer! Lusbel, tu semeaste  
A dúvida em nossos peitos,  
E a Fé e o Amor de nós arrebataste!

Vamos, pois, meus amigos, no abandono!  
Resta-nos hoje derradeiro Sono!...  
- Coveiros! onde estão nossos leitos?<sup>220</sup>

Na atmosfera triste e pessimista destes versos, alguns elementos são relevantes para a compreensão do campo estético ao qual Lopes Filho se integrou. Primeiramente, cabe destacar a filosofia de Artur Schopenhauer, o cânone daquela geração de “poetas malditos”, que negava a sociedade e as “dores do mundo” em nome de um estado de graça, o “nirvana”, capaz de ser vivenciado de forma sublime e pura através da “Arte pela Arte”<sup>221</sup>. Compreendido como o autor observou o mundo a sua volta, a sua inserção nas rodas literárias do período e representação de bem-estar, contento e realização na vida, pode-se entender que, diante da sua condição social, trajetória de vida, busca por melhores oportunidades e inserção no circuito literário, ele se percebeu alheio e com muitas restrições ao meio social e intelectual no qual esteve inserido, sobressaindo, apenas, sua relação de empatia com a Padaria Espiritual e seu afeto com o modo de vida simples das camadas populares. Neste sentido, ele assume aquele personagem descrito por Baudelaire como “observador que se faz príncipe pelo uso do seu incógnito” (Apud Benjamin, 1989. Vol. III. p. 37 – 62.). O flâneur, que observa, adentra numa determinada esfera social e simbólica, porém, se mantém afastado, resignado e consciente de que não pertence ao lugar onde se encontra, pois, ele próprio, não se via fazendo parte dali. A historiografia já contemplou análise sobre a “flanagem”, sendo João do Rio um dos autores “malditos” mais visitados. No Rio de Janeiro, início do século XX, suas crônicas aludiram sobre os efeitos da modernidade, em que as intervenções urbanas teriam se repercutido em alterações de valores, posturas, gestos, costumes, permitindo

<sup>220</sup> “Os Vencidos da Vida”. Idem. p. 55.

<sup>221</sup> “No sistema de Schopenhauer, a vontade é a raiz metafísica do mundo e da conduta humana; ao mesmo tempo, é a fonte de todos os sofrimentos (...) Mas, apesar de todo o seu pessimismo, a filosofia de Schopenhauer aponta algumas vias para a suspensão da dor. Num primeiro momento, o caminho (...) encontra-se na contemplação artística (...) A atividade artística revelaria as idéias eternas (...)”. TORRES FILHO, Rubens Rodrigues (consult.). IN: SCHOPENHAUER, Artur. O Mundo como Vontade.../ Crítica da Filosofia.../ Parerga e Paralipomena (Trad. Wolfgang Leo Maar e Ma. Lúcia Mello e Oliveira Cacciola) 5ª ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1991. p. XI (Coleção “Os Pensadores”).

surgirem novos “tipos” sociais, dentre outras “coisas que jamais as pessoas tinham ouvido falar sobre a cidade e o mundo” (Rodrigues, 2000. p. 19).

Tensões de época já apontadas, seja no território cearense ou na estada em Belém, levam a crer que Lopes Filho nutriu insatisfação com os predicados, conveniências, reciprocidades e condições da vida pública naquele momento. Sua satisfação, porém, em diferentes momentos da sua obra, se viu aliada à evasão do seu ser rumo a um imaginário nostálgico em torno da vivência espiritual.

(... ..)

E diz o Poeta que a Dor atrofia,

Que geme, sofre, no Mundo sozinho:

(...)

Bendita sejais, ó Luz que a alma guia,

(...)

Ave, Maria!<sup>222</sup>

Através das experiências de outrora, o autor via na evasão para o passado o seu idílio. O misticismo cristão foi então bastante presente na vida e na obra de Lopes Filho. Ao contrário de outros autores simbolistas, a exemplo de Baudelaire e Cruz e Sousa que incorporaram o satanismo em sua verve (Vicente. Op. Cit. e Torres, 1998), o poeta do Phantos permaneceu fiel aos preceitos do catolicismo. Mas, não por menos, pois, dentre outros aspectos, sabe-se que em relação ao território cearense, desde que houve a sua implantação efetiva no Ceará, a Igreja Católica esteve muito presente ao longo do processo histórico local, em diferentes matizes da sociedade (política, cultural, religiosa etc), não só em relação aos grupos dominantes, mas, sobretudo, junto às camadas populares (Montenegro, 1992).

Como bem disse seu amigo Antônio Sales, o hermetismo da escola decadista caiu-lhe bem, por sua personalidade “nevropata e católica”. Estes dois momentos teriam permitido em sua obra o encontro com aquilo que lhe foi fuga às tensões cotidianas, a própria Turris Ebúrnea. No primeiro poema do seu livro, dedicado ao amigo Álvaro Martins, Lopes Filho já deixou a entender sobre os traços de sua personalidade e a sua leitura em relação ao “ser poeta”.

<sup>222</sup> “Flor Mística” IN: LOPES FILHO. Op. Cit. p. 46.

Ó Nirvana! repouso absoluto e completo!  
 Sonhos, Espírito meu, eleva-te às alturas,  
 Onde as Águias do Céu, no seu mundo diletto  
 Olham, cheias de horror, as pobres criaturas!

Ó Ideal do Amor imaterial e casto,  
 Harmonia dos Sons, combinação da Cor:  
 Encantado País, Mundo mais que este vasto,  
 Ó região que eu sonho! ó região do Amor!

Poetas! meus irmãos! febris adoradores  
 Do Luar e do Sol que morre quando desce  
 A noite sob o palio auricolor dos Astros!

De joelhos, irmãos! rezemos nossa prece!  
 Amigos, a rezar! nós que vamos de rastros  
 Por este Mundo vil de mágoas e negroses!...<sup>223</sup>

Sabe-se que outros autores simbolistas também incorporaram suas experiências do catolicismo popular aos textos poéticos, a exemplo do português Antero de Quental (Grünewald IN: Quental, 1991. p. 09 - 30) e o mineiro Alphonsus de Guimarães (Moisés. Op. Cit. p. 46 - 57). Em Lopes Filho, as imagens das práticas católicas, como o ato de rezar, gestos de penitência, dentre outros, pensados em relação aos amigos de atividade literária, reportaram-se à experiência religiosa e intelectual do autor, a sugerirem um caminho trilhado qual refúgio imaginário onde poucos poderiam estar, dentre estes, os poetas em suas trajetórias resignadas e martírios estóicos. No Phantos, a alusão a um lugar impoluto, sem as máculas e as tensões cotidianas, lembra a imagem do paraíso cristão, puro e casto, onde haveria ausência de dor, agruras, desilusões e injustiças sociais. Uma redenção aos que sofrem neste mundo, dentre estes, os literatos, tendo em vista a sua experiência e a de outros colegas de jornada pelas letras.

Em outro poema dedicado ao também padreiro Jovino Guedes, Lopes Filho completou as imagens deste Éden: “Só pássaros e flores perfumadas são/ Os únicos habitantes

---

<sup>223</sup> “Sem título”. Idem. p. 01.

dessa região/ Que o mundo chama Nada – e eu chamo Poesia” [grifo do autor]<sup>224</sup>. De acordo com o que foi escrito, parece ser através da produção literária que ele poderia chegar a este estado de graça, compartilhar com seus leitores a lembrança de um mundo que outrora foi vivenciado na infância, repleto de ingenuidade e desvanecido em meio os embates cotidianos, suas dissimulações e vida competitiva. Tendo em vista as representações relacionadas ao pensamento pragmático, técnico, laico, mecânico daqueles “tempos de certeza” (Costa e Schwarcz, 2000), a obra de Lopes Filho deixou a entender que as promessas em torno do progresso naquele momento, emanadas desde as campanhas da “geração de 1870”, somadas ao impulso da abolição dos cativeiros, proclamação da República, novidades estrangeiras, intervenções urbanas, dentre outras forças históricas do período, não teriam lhe despertado encanto algum naquele momento.

A evasão para um mundo imaginário e casto se fez entender a partir das suas lembranças de criança: “Deito-me triste, triste sempre acordo!/ Às vezes, com saudade, então recordo/ A minha infância, minha mocidade (...)”<sup>225</sup>. Os tempos pueris apareceram em sua obra como o abrigo das tensões que ele vivenciou no mundo do trabalho e na vida pública. No poema “O Anjinho”, dedicado a João Paiva, o autor sintetiza este movimento de passagem do meio social às regiões quiméricas.

(... ..)

Leva a cabeça encanecida,  
Num caixãozinho, o filho morto:  
Pai infeliz! Pai sem conforto!

(... ..)

Nem um adorno leva o anjinho,  
Nem um enfeite, ó pobrezinho,  
Teu pobre Pai pode comprar!  
Teu manto é um trapo de algodão,  
Tua mãe fê-lo em aflição  
Para o teu corpo amortilhar!

Ó, ser feliz que vais p’ra o Céu  
Rasga a mortalha e toma o véu

<sup>224</sup> “Sem título”. Idem. p. 03.

<sup>225</sup> “Sem título”. Idem. p. 04.

Que o louro Sol te lança aos ombros;  
 És tão feliz assim voando  
 Ala-te ao Céu, fuge, voando  
 Da terra vil cheia de escombros!...<sup>226</sup>

Destarte, às características nevro-pata, mórbida e triste, devem ser acrescentados os traços do apelo ao rústico, ao popular, o saudosismo pueril e o misticismo cristão à obra de Lopes Filho. Uma rápida apreciação semântica da estrutura narrativa do *Phantos*, sem maiores esforços, leva a crer que, no seu conjunto, os textos estão organizados no sentido de apontar para a fuga incondicional do poeta a um espaço etéreo, distante das agruras do mundo. Esta esfera imaginária, por sua vez, encontra sua representação mais próxima no passado idílico, aliado à lembrança do autor no seu tempo de criança, quando ele esteve acolhido ao seio familiar, na simplicidade de sua morada, longe das convenções urbanas, percebendo o mundo sob o olhar ingênuo. Ao circular como um flâneur entre os letrados da capital, ele se despojaria das conveniências necessárias a pertencer àquele ambiente e vai em busca das divindades celestes. Porém, no tempo presente dos poemas, o autor experimentou as decepções que pulverizaram tudo o que ele acreditou e viveu outrora (unidade familiar, vida modesta, ausência de tensões sociais, alma impoluta). Logo, somente através da poesia, ele percebeu que poderia arrebatá-lo do ambiente imaginado como hostil e arruinado, chegando então ao paraíso.

Sob a luz da análise histórica, através do movimento que a narrativa obedeceu, a sucessão das imagens elaboradas possibilita relacionar a estrutura do texto literário com base na experiência de vida do autor e as projeções que ele manifestou em sua obra. A partir da sua vivência pessoal e sua inserção na sociedade à época, Lopes Filho foi mais um daqueles tantos rapazes provenientes dos segmentos menos favorecidos que vislumbrou melhores condições de vida. Contudo, desde cedo, com a sua peleja tanto em Fortaleza quanto em Belém, em momento algum pareceu que ele poderia ser alentado nas atividades de trabalho por ele realizadas, muito menos, na sua condição de escritor. Com relativo domínio letrado, sem vínculos estreitos com os poderes oligárquicos e não inserido na teia de influências dos intelectuais à época, naquele momento, enquanto homem público, ele não foi além dos louros de poeta que lhe reservaram a Padaria Espiritual e o Centro Literário, este último em menor proporção. Como bem noticiou a edição do jornal *A República* de

---

<sup>226</sup> “O Anjinho”. Idem. p. 10 e 11.

20/julho/1900, na ocasião da sua morte, a impressão daqueles que não fizeram parte do Éden de Lopes Filho foi a seguinte: “Sofria [ele] satisfeito as maiores injustiças, sem modificar o rictus do rosto e a expressão do olhar, como quem estava seguro da justiça superior, fora do mundo. Nas divagações do seu espírito, distraía-se e ficava, muitas vezes, a contemplar uma paisagem, uma nesga de céu, enlevado e taciturno”.

A literatura foi, por assim dizer, o seu veículo de ação sobre aquela pequena parcela de leitores no período, que tinha opinião sobre tudo e debatia os assuntos da ordem do dia. Através deste segmento, Lopes Filho apresentou a sua leitura social, seus desafetos em relação aos rumos que a sociedade tomava e se apresentava enquanto sujeito, portador de ação, desejos e desilusões. A inquietude que lhe é aparente na percepção de si próprio, leva a crer que ele alimentou uma reprovação irremediável pelo jogo de disputas cotidianas, em que se viram envolvidos intelectuais, políticos, trabalhadores e outros setores menos abastados, em meio à ressonância de uma representação benevolente de inserção na vida pública, participação nas decisões coletivas e usufruto das mínimas condições de bem-estar, alardeadas pelo discurso democrático dos arrivistas, porém, tão distantes à grande maioria da população brasileira naquele início de República. Daí a sua evasão para o passado pueril e casto, rumo às cintilantes lembranças da infância, nas órbitas imaginárias do firmamento, sobre as asas dos “phantos”, anjos e demônios, seja através da poesia simbolista, da prece aos santos ou mesmo sob os efeitos do álcool.

Assim como Lopes Filho, Lívio Barreto, seu amigo de Padaria Espiritual, também vivenciou essas tensões no ambiente literário e no meio social. Marcada por muitos desencontros com as oportunidades, similares àquelas apreciadas em linhas anteriores, sua trajetória de vida colecionou muitas agruras, o que lhe permitiu uma leitura peculiar daqueles tempos. Segundo seus amigos e biógrafos, sua obra foi também um relato da sua vivência. O tópico seguinte se debruçará sobre a experiência e a produção literária deste autor que, enquanto caixeiro e literato, também compartilhou dessa tensão entre o trabalho no comércio e a vida intelectual.

### 3. 2. Lívio Barreto: Dolentes “livres de peias”

Simbolista, “padeiro”, caixeiro e poeta. Tão “amante do inefável” e “mártir da dor” quanto Lopes Filho foi Lívio Barreto, um daqueles letrados que se adequou bem ao perfil de “maldito”. Diferente do “fantasma” que foi Lopes Filho, em relação aos registros da sua

passagem pela terra, a documentação existente sobre Lívio Barreto já é mais generosa se comparada ao seu confrade do Mondubim. Reminiscências deixadas pelos seus amigos de infância, colegas de grupo literário e memorialistas do início do século XX têm contribuído para a investigação sobre este autor. Em boa medida, as fontes de época que trataram da sua existência foram feitas mediante uma atmosfera intensa de comoção pelo jovem talento que findara seus dias aos seus 25 anos de idade, deixando uma obra pequena em volume, porém significativa do ponto de vista da história literária do Ceará. Como é percebido, ele também foi um dos fundadores da Padaria Espiritual e teve uma vida intensa, marcada por ansiedades, devaneios e desilusões.

Estas experiências estão presentes na sua obra, *Dolentes*, livro organizado por ele ainda em vida, mas publicado pela Padaria Espiritual em 1897, dois anos após a morte do autor, sob a iniciativa do seu amigo de infância e também padeiro Waldemiro Cavalcante. A obra está dividida em duas partes: a primeira, “*Dolentes*”, foi dedicada ao seu pai (em memória), mãe, irmãos e à Padaria Espiritual. A segunda parte, “*Cravos Brancos*”, que, de acordo com Lívio Barreto, foi dedicada

Àquela a quem meu ser, ajoelhado, rende  
O culto mais profundo, o amor mais ideal,  
Essa estrela que na alma a inspiração me ascende  
Como um sol faz florir as violetas do val,  
Estes versos dedico, este sonho ofereço,  
Onde canta a esperança o seu canto risonho...  
Em seus olhos de criança eu o pensar, esqueço!  
Foi Ela quem me deu o meu primeiro verso,  
O meu primeiro amor, o meu primeiro sonho<sup>227</sup>.

Sem delongas e de forma bem sucinta, pode-se dizer que os versos acima, que compõem a dedicatória presente na segunda parte do livro, expressaram as reais intenções do autor. De acordo com seus amigos de infância, ela traduz a motivação de toda a obra poética de Lívio Barreto. Dentre outros detalhes da sua vida e produção literária, tanto Waldemiro Cavalcante quanto Artur Teófilo, outro conterrâneo, companheiro de meninices e também sócio daquela agremiação, deixaram as duas maiores fontes de informação histórica e biográfica sobre a vida, a trajetória, os desejos mais recônditos e os dolosos sentimentos vivenciados pelo “infortunado poeta granjense”.

Segundo a datação dos poemas, o seu livro é uma coletânea de textos escritos entre 1892 e 1895, que sugere o momento do seu regresso ao Ceará depois da estada em

---

<sup>227</sup> “*Cravos Brancos/ Dedicatória*” IN: BARRETO, Lívio. *Dolentes* (2ª ed.) – Fortaleza: Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 1970. p. 217.



Belém e suas passagens por Granja, Fortaleza e Camocim. Concernente às condições de publicação, o livro fora confiado a Waldemiro Cavalcante, enquanto amigo, quando este residia na capital e Lívio Barreto em Camocim, pouco antes do seu falecimento. Em carta destinada ao amigo, o autor disse:

O meu livro não tem prólogo e não tenho bem a quem me dirigir pedindo-o, senão a V. que pode com franqueza dizer o que ele vale; assim peço-lhe que continue a sua penitência apresentando esse pobre defeituoso à vida que o espera. A mim e a ele honrará sobremaneira quaisquer palavras que haja de escrever suas primeiras páginas. Creia que tenho andado bastante impressionado depois que V. tomou a peito a improba tarefa de fazer comparecer perante o tribunal do Público o pobre rimador granjense!

A minha ambição de autor satisfaz-se de antemão com qualquer juízo que lhe dispensem, mas a minha amizade ressent-se, meu caro doutor, de que o seu generoso intuito não seja coroado como V. em sua confiança o deseja (...)<sup>228</sup>

Nestas linhas, Lívio Barreto apresentara a sua condição de escritor. Sua vida foi modesta, porém, movida por uma febre insofismável de projeções e expectativas em torno do mundo letrado que, lamentavelmente, lhes foram frustradas. Ele enfrentou diferentes percalços ao longo dos seus dias, sobretudo, os contrastes gritantes entre seus sonhos e as limitações do meio social. As privações lhes foram muitas, a começar pela vida material, reduzida a poucos objetos descritos em seus versos (cachimbo, rede, lamparina, livros), sempre encontrados num quarto destinado aos caixeiros de balcão. Foi um homem simples e de hábitos equivalentes, sem dândismo algum, apesar da altivez no temperamento e dos horizontes por ele imaginados. Os amigos o consideraram um insubmisso, diante das convenções literárias ou da própria condição de trabalho a que ele teve que se submeter, como será logo apreciado. Por fim, Lívio Barreto teve uma experiência bastante diferente daqueles “intelectuais de gabinetes” ou de “profissão”, mencionados na historiografia (Needell. Op. Cit. p. 209 – 269; Carvalho, 2003. 63 – 92 e Rodrigues, 2003).

De acordo com seu amigo de infância e confidente, “Lívio era magro, pequeno, altivamente petulante. Tinha o olhar penetrante, sem vacilações, a fronte alta e abaulada e uma palidez baça de hepático. Com o vulgo, era sisudo, um tanto frio mesmo, com uns longes de bem entendido orgulho. Usava caxemiras claras, chapéu de feltro alto, e fumava cachimbo, à noite, embalando-se rapidamente na rede, com um livro de versos nas mãos” (Teófilo IN: O Pão. nº26. Ano II. 15/ outubro/ 1895. p. 02). Descrição tão minuciosa, só poderia vir de

<sup>228</sup> CAVALCANTE, Waldemiro. “Lívio Barreto” IN: BARRETO. Op. Cit. p. 237.

alguém muito próximo a ele, ou que tenha convivido tempo razoável. Em verdade, este artigo de Artur Teófilo, publicado na edição nº26 de O Pão, pouco após a morte do autor, é um achado precioso em termos biográficos, ainda mais porque se trata de um amigo de infância e um interlocutor intelectual.

Para Antônio Sales, “Lívio (Barreto) era, absolutamente, uma criatura fora do seu meio. Natureza delicada, profundamente sensitiva, parecia ter caído da lua no meio dessa gente ignara e grosseira, que não o compreendia e a que ele se sentia de todo estranho. Era um tipo de sonhador (... ..) era de uma sensibilidade requintada, toda especial, e tinha um ideal que não se ajeitava ao meio em que lhe era forçado a viver. Seu reino não era deste mundo de vida utilitária, de competições argentárias” (Sales, 1995. p. 126 e 127). Estes perfis traçados pelos seus contemporâneos são relevantes para se ter uma idéia da personalidade do autor, suas manias, seus afetos e ojerizas, a saber, como ele circulou pelo meio social onde viveu.

Lívio Barreto “nasceu na fazenda do Angicos, distrito de Iboaçú, da comarca de Granja (...) a 18 de fevereiro de 1870” (Teófilo. Op. Cit. p. 01). Os tempos de menino foram vividos no sertão norte do Ceará, numa localidade do município de Granja, onde ele desde cedo se contagiou da liberdade irradiada daquela paisagem rural. Quanto à pequena urbe, ela é oriunda do comércio remanescente do ciclo da pecuária, às cabeceiras do rio Coreau, onde foram desenvolvidas as feitorias de charque em torno do “porto (fluvial) do urubu” (Girão, 1980. p. 108 - 119). Segundo A Luz – Periódico Literário e Noticioso (Ano I, nº06. 24/janeiro/1892. p. 01), órgão do qual Lívio Barreto foi colaborador, “até 1876 Granja se conservou estacionada, com uma população de 2 a 2.500 habitantes mais pequeno comércio (...) e atrasada lavoura e criação pastoril. [Porém, a] Estrada de Ferro de Sobral construída na época da estiagem de 1877/79, com intervenção do Ministério de Sinimbu, a dispensar recursos para recrutamento de mão de obra retirante, também [foi] utilizada para melhorias urbanas no centro comercial de Granja e a construção de prédios públicos, como a Casa de Câmara e Cadeia do município, Mercado Público, Cemitério e reforma na Matriz”.

De antemão, vê-se algumas das forças históricas com as quais Lívio Barreto teve que conviver na infância, dentre elas, a estiagem de 1877/1879 e as intervenções urbanas no centro de Granja, onde ele passou a residir a partir dos seus 08 anos de idade, conforme será visto. Ao longo da vida, seu regozijo veio da lembrança dos “ledos dias de descuidosa infância, passados à sombra de cajueiros floridos nas verdes quintas, à margem do Coreau, em cujas águas atirávamo-nos afoutos” (Cavalcante IN: Barreto. Op. Cit. p. 229). Aquelas impressões da infância, fase em que até as tensões cotidianas são coloridas para as crianças,

teriam marcado os momentos mais cintilantes de sua obra, quão ocorreu ao colega Lopes Filho, apreciado anteriormente.

Nas recordações das peripécias de menino, sempre esteve presente o rio a estalar na memória os anos de bonança que ali viveu. Em seus versos, essas lembranças eram reatualizadas em diferentes passagens, por exemplo, na imagem da amada “Voltando do banho”, poema escrito em 1894, quando ele já morava em Camocim.

A longos haustos sorvo o aroma dos cajueiros.  
 Quando menino ai passei dias inteiros  
 Nessa quinta a brincar. Que júbilo! que gosto!  
 (... ..)

Levantava-me cedo, ia ao banho e ao passar  
 Levava-os para o rio onde ia me banhar.  
 Manhãzinha. Passava um vento fresco e brando  
 De leve, a água parada aos poucos arrepiando  
 Numa carícia terna, um murmurinho vago.  
 Sacudia os cajus para o meio do lago,  
 E atirava-me após, nadador vigoroso,  
 Mergulhando e saindo além vitorioso,  
 Todo impando de orgulho e de satisfação  
 Com três frutos e mais, talvez, em cada mão!  
 Aos domingos então depois do meio-dia  
 Era melhor o bródio e maior a folia:  
 Largava-me de casa e mais dois companheiros  
 E íamos a rir à sombra dos cajueiros,  
 (... ..)

Tranqüilo, àquela hora, entre altas ribanceiras  
 Dormia o rio à sesta, e as velhas lavadeiras  
 Com seus chapéus de palha a resguardar-lhe o ardor  
 Do sol, iam botando a roupa ao corador.  
 (... ..)

Hoje quando visito a velha quinta, lembro  
 O que gozava ai pelo mês de Setembro,  
 Das manhãs joviais dess passado caro  
 E contemplo-as com dor, e pensativo paro  
 (... ..)

E no fundo esfumado e triste do horizonte  
 O perfil esquisito e válido da ponte:  
 A longo haustos sorvo o aroma dos cajueiros  
 E sinto a nostalgia atroz dos forasteiros!<sup>229</sup>

Ao contrário de Lopes Filho, na obra de Lívio Barreto não é gritante o paradoxo entre “campo imaculado” e “cidade degenerada”, com exceção das imagens que se reportaram apenas à sua infância, sempre ligadas à idéia de um espaço imaculado. Em geral,

<sup>229</sup> “Os Cajueiros”. Idem. p. 167 - 169.

todos os lugares, independente de serem urbanos ou rurais, apresentaram feições lúgubres, tristes, melancólicas, como se estampou nos trechos de “No Campo”<sup>230</sup> e “Inverno”<sup>231</sup>.

Os tempos de menino foram resguardados, aparecendo em sua obra num idílio etéreo, sempre revisitado em sua triste lira. Não foi exclusividade só dos momentos da infância, mas, outros desejos que o acompanharam ao longo da vida afetiva e intelectual, também perfizeram o seu *Lost Paradise* qual uma constante em seus versos. E assim, como tantos outros modestos escritores, Lívio Barreto acreditou ser possível vislumbrar melhores possibilidades de vida no caminho das letras.

O seu ingresso no mundo letrado se deu quando ele passou a freqüentar o Gabinete Granjense de Leitura. “Ai ele aprendeu com o professor Francisco Garcez dos Santos as primeiras letras”, no tempo em que “exercia um ofício na magistratura da terra o Dr. Antônio Augusto de Vasconcelos, que soube aproveitar suas excelentes qualidades de educador, ensinando a um punhado de rapazes esperançosos de Granja ligeiros conhecimentos de português, geografia e francês (...)” (Teófilo. Op. Cit.). De acordo com os jornais que circularam pelo município naquele período, aquela entidade teve considerável repercussão, no tocante ao seu “Curso Noturno – para lecionar as primeiras letras às classes” e “para os trabalhadores e filhos destes” (Granjense. Ano II, nºs 07 e 08, 20 e 27/fevereiro/1881. p. 02). As primeiras letras de Lívio Barreto tiveram início ainda na infância, já a fazer morada na pequena urbe, quando também ele entrou em contato com crianças de outros segmentos sociais, filhos de comerciantes, fazendeiros, bacharéis, chefes políticos etc.

Éramos um forte grupo de meninos, formando uma família unida e disciplinada nos estudos e nos brinquedos, dela fazendo parte uma criança franzina, de olhos vivos, nervosa e contemplativa, revelando sempre aproveitamento das aulas que acompanhava na Escola de nosso querido mestre Francisco Garcez e no Gabinete de Leitura Granjense, dirigido pelo ilustre Dr. Antônio Augusto de Vasconcelos<sup>232</sup>.

Ainda sobre a infância, certamente, aquelas foram as melhores experiências de sua vida. A princípio, só o deleite com a natureza na fazenda dos Angicos, as brincadeiras e, posteriormente, a vastidão de assuntos no mundo da leitura apreendidos no Gabinete Granjense. Acompanhada destas, porém, apenas uma desventura que, aos oito anos de idade, teria sido a primeira agrura da sua vida, quando, em virtude das contendas partidárias, sua

<sup>230</sup> “No alpendre onde me acho/ Passa um morcego e agita, voando baixo... Doiram-se ao longe os cimos dos oiteiros/ Aos moribundos raios do sol-poente...”. Idem. p. 87.

<sup>231</sup> “Pelas campinas,/ pelos oiteiros,/ Só nevoeiros,/ Frio e neblinas./ Pela cidade/ Tristeza só!/ Vestem-se os muros/ Pardos, escuros,/ De limo e pó...”. Idem. Ibidem. p. 113.

<sup>232</sup> CAVALCANTE IN: BARRETO. Op. Cit. p. 229.

família fora “expatriada” da aldeia onde nasceu, tendo que se refugiar em Granja (Teófilo. Op. Cit.).

Após aquele lamentável incidente, uma sucessão de desalentos teria acompanhado aquela criança até os últimos dias da sua vida. De início, a inserção no mundo do trabalho para ele se deu bem cedo, ainda menino, pois, proveniente de trabalhadores modestos saídos do meio rural, a sobreviver com privações naquele pequeno município, a labuta recaiu não só ao chefe de família, mas também à prole. Como é de se imaginar, para a realidade sócio-educacional à época, este aspecto fez a diferença entre as crianças, a lhes proporcionar caminhos distintos no futuro, aspecto já apontado no capítulo anterior. E Lívio Barreto não teve escolha, tendo que saborear o fel das privações desde muito cedo.

De pouca duração, porém, foi essa convivência cheia de estímulos, de amor e de invejável fraternidade [no Gabinete Granjense de Leitura].

A luta pela vida determinara a dispersão desse formoso grupo que deu homens às letras, ao comércio, à burocracia e às indústrias.

Os que melhores recursos possuíam seguiram rumo das academias e muitos deles laurearam-se.

A criança franzina, cuja inteligência precoce, notada e admirada pelos seus condiscípulos, era filho de José Soares Barreto – um homem de honra e probidade imaculada, mas a quem infelizmente faltavam recursos para educar convenientemente os filhos, todos muito hábeis e esperançosos.

José Barreto, amigo que eu prezo como irmão, e que é hoje guarda-livros em Sobral, Ordônio Barreto, outro amigo precioso, guarda-livros em Granja, duas filhas e a criança que, apenas com exame primário, tivera necessidade de abandonar os estudos e trocar os livros pelo metro, a escola pelo balcão<sup>233</sup>.

Como o relato acima bem aponta, a origem social da família de Lívio Barreto era muito modesta. Seus irmãos e irmãs também tiveram que se ocupar da labuta cotidiana, a fim de complementar a renda doméstica. Conforme vislumbradas no capítulo anterior, aquelas condições dificultavam as possibilidades de ascensão social através das letras. Naquele período, sabe-se que muitos dos rapazes provenientes dos setores de baixa renda, que se aventuraram pelas letras, possuíam apenas o ensino primário. A trajetória de Lívio Barreto ilustrou bem a realidade daqueles jovens que tiveram apenas a instrução básica e precisaram abandonar ou conciliar os estudos com o trabalho, para poderem se manter e ajudar a família. Entretanto, uma parte desses rapazes não abriu mão da atividade letrada. Afinal de contas, esse campo poderia lhes proporcionar melhores condições de vida, como assim imaginaram.

---

<sup>233</sup> Idem. Ibidem.

Da mesma forma que ocorreu com outros trabalhadores do comércio já mencionados, no caso do poeta granjense, “o tempo que lhe sobrava da sua tarefa diária empregava o Lívio ouvindo as lições do desinteressado mestre” no Gabinete Granjense de Leitura (Teófilo. Op. Cit.). Conforme o testemunho de época, ele não pode se dedicar exclusivamente aos estudos, ao contrário dos colegas que depois alçaram vôos na vida pública seja na magistratura, no jornalismo ou na política partidária, como ocorreu aos seus amigos de corriola Waldemiro Cavalcante e Artur Teófilo, ambos colaboradores na imprensa através do jornal A República e, no primeiro caso, atuante junto à política acciolina até 1904. De acordo com o que fora abordado no capítulo inicial deste estudo, Wademiro Cavalcante rompeu com a oligarquia, momento em que publicou o Jornal do Ceará, a fazer parte da trincheira “anti-accioly” juntamente com João Brígido (proprietário do jornal Unitário), entre os anos de 1904 e 1912. Já Artur Teófilo, teve a sua atuação maior na imprensa, mas, sua vida foi ceifada muito breve, em 1899, por conta de um naufrágio nas proximidades do Porto de Fortaleza (Studart, 1915. p. 217 – 218 e Nobre, 1996. p. 380).

Conforme outras trajetórias conhecidas no capítulo anterior, mesmo exercendo o ofício de caixeiro, Lívio Barreto fez por onde atuar no modesto circuito letrado do seu município de origem.

Caixeiro de um seu tio negociante em Granja, Lívio Barreto não podia conter os ímpetos de sua alma em anseios de ideal superior e com José Barreto, Luís Felipe, Belfort e outros funda um jornal literário – O Iracema – onde apareceram seus primeiros versos, defeituosos ainda, mas já reveladores da inspiração e da originalidade de seu autor<sup>234</sup>.

Os conhecimentos adquiridos na instrução primária, realizados no Gabinete de Leitura de Granja, teriam lhe proporcionado não somente as habilidades para os preceitos básicos exigidos nas atividades do comércio, junto ao ofício de caixeiro, mas, também despertado sua “audaciosa imaginação de poeta” (Teófilo. Op. Cit). Com a publicação do Iracema, ele teria mostrado “sua decidida vocação para as letras, publicando versos e escrevendo crônicas humorísticas” (Idem. Ibidem).

Ao que se atesta, Lívio Barreto era um jovem concatenado às idéias de sua geração. As teorias que ajudaram a pensar a sociedade ocidental naquele momento, diante das mudanças que ela passava naquele último quartel do século XIX, tiveram repercussão em Granja, bem como, na capital cearense. Certamente, este ímpeto intelectual teria ocorrido em menor proporção naquele município, se comparado a Fortaleza, sem tantas associações

<sup>234</sup> CAVALCANTE. IN: BARRETO. Op. Cit. p. 230.

literárias, volumes de livros, livrarias, jornais, revistas e a vida mundana. Aquela porção do sertão norte cearense foi deveras atingida pelo surto das idéias civilizatórias que atravessaram o Atlântico, pois, relativamente, Granja esteve ligada ao mundo pelo seu porto fluvial e, sobretudo, pelas relações que manteve com o município de Sobral (centro irradiador da economia cearense no norte do estado), bem como, aos portos de Camocim e Fortaleza. Durante o ciclo da pecuária, sabe-se que aquela região, cortada pelos rios Acarau e Coreau, manteve intercâmbio comercial com outros portos brasileiros e o norte do país através das “estradas do gado” (Girão, 1980). Já no ciclo algodoeiro, com a hegemonia econômica de Fortaleza, os portos fluviais daquela região mantiveram suas trocas comerciais tanto com os portos marítimos do Camocim e da capital (ligados a outros portos brasileiros e ao mercado internacional) quanto Sobral e sua rede ferroviária. Assim, como em muitas cidades, seus segmentos letrados se fascinaram com os livros, temas, teorias e práticas intelectuais que chegaram das “nações civilizadas” às terras tupiniquins. O poder da palavra impressa, por exemplo, foi assimilado e ajudou a projetar em diferentes realidades urbanas a noção de mudança pelas idéias, como foi percebido no poema “O Jornal”, em que Lívio Barreto deixou claro qual era o seu entendimento pelo assunto.

Trabalha o Homem, pensa:

Alarga a idéia os grandes horizontes,  
 Chocam-se os raios de diversas fontes...  
 Para uma Lei formar – rui uma Crença.  
 O Mar, para minar a rocha bruta,  
 Séculos bate impávido, terrível,  
 Luta da Força, atroz, contra Impassível  
 Que... não fala nem luta!

Guarda o solo nas áridas entranhas  
 Rico tesoiro, aurífero veeiro,  
 Mas, não resiste às vibrações estranhas  
 Da curva picareta do mineiro,  
 Que desce ao fundo das soturnas minas  
 Onde não vê do sol um raio loiro  
 E, ou fica sepultado nessas ruínas,  
 Ou traz ao sol o oiro.

Em tudo a força impera,  
 Bruta e terrível, válida e cruel!  
 Entanto há alguém que a Força diz: espera!  
 E ela curva a cerviz alta e revel!  
 Pois tem a calma intemerata e brava  
 Com que nos erros a verdade crava  
 A augusta autoridade da Palavra

### Impressa no papel!<sup>235</sup>

Sabe-se que a carreira de escritor ou jornalista foram perspectivas vislumbradas por muitos rapazes iniciados nas letras, sobretudo, para aqueles que não tiveram maiores oportunidades para concluir seus estudos. De fato, o poder da pena fascinou os corações e mentes daqueles jovens, pois, ter a oportunidade de intervir na opinião pública, apresentar respostas aos principais assuntos debatidos à época, ser mencionado nas rodas intelectuais ou mesmo obter aclamação em torno de uma obra de arte, enfim, conviver entre os “distintos” com fama, prestígio e notoriedade era um horizonte muito sedutor o de poder “viver das letras”. Porém, a sorte de Lívio Barreto foi outra. Em boa parte das localidades onde ele residiu (Granja, Belém, Fortaleza, Camocim), viu-se que desde a sua infância o autor exerceu a profissão de caixeiro, quando não, também a de guarda-livros. De acordo com o que se percebeu em sua trajetória de vida, o poeta migrou de cidade em cidade, desde os seus 18 anos até o final de seus dias, aos 25, a sugerir que ele esteve a fugir, incessantemente, desta labuta no exercício do balcão. Sua primeira saída de Granja para as terras do Pará, por exemplo, deveu-se a este motivo, tendo em vista a possibilidade de projeção no meio letrado, segundo as palavras do seu amigo de infância.

Pequeno e acanhado era o meio intelectual da terra e o poeta, cujos versos começam a ser admirados e transcritos pela imprensa dos estados, resolveu seguir para Belém do Pará, onde esperava encontrar colocação mais condigna aos seus talentos<sup>236</sup>.

A considerar as limitações do meio intelectual e a modesta realidade sócio-econômica e urbana de Granja naqueles tempos, somadas às penosas condições de trabalho no balcão (já apreciadas no capítulo anterior), entende-se que para as pretensões do poeta, aquela configuração do espaço social não poderia lhe possibilitar projeções maiores na carreira de escritor. De acordo com um testemunho de época, “foi-lhe pesando insistentemente o aborrecimento daquele atrasado meio de civilização, e ao seu espírito sonhador e idealista que se apresentou, numa clarividência de contraste, um mundo outro, onde suas grandes faculdades imaginativas pudessem, livre de peias, se desdobrar livremente” (Teófilo. Op. Cit.). Neste sentido, a documentação histórica aponta a entender que Lívio Barreto teve mais predisposição em fazer parte das rodas intelectuais que o autor de Phantos, seu amigo padreiro Lopes Filho. A sua postura de flâneur pareceu estar relacionada mais à condição de

<sup>235</sup> “O Jornal” IN: BARRETO. Op. Cit. p. 204 e 205.

<sup>236</sup> CAVALCANTE. IN: BARRETO. Op. Cit. p. 230.



trabalhador do comércio, cuja fuga desta realidade era uma constante em suas decisões, que propriamente o receio com o mundo letrado e suas formalidades.

Contudo, os valores sociais ancorados na lógica argentária se contrapuseram aos idealismos alimentados por Lívio Barreto que, assim como tantos escritores daquele tempo, acreditou ser possível “viver de literatura”.

As letras o atraíam e fascinavam irresistivelmente, mas delas era impossível tirar os meios de subsistência, numa terra onde a burguesia olha com sarcasmo e desprezo os que têm por valimento a inteligência.

Ser poeta é ter amor às letras e, sobretudo, ter talento é grave delito que duras penas acarreta.

Lívio Barreto expiou amargamente o horroroso crime de perpetrar bonitos versos.

(...)

Por isso, quando a ascensão foi fácil aos medíocres, áspera e insuportável foi a sua existência, tecida de decepções, tristezas e dissabores<sup>237</sup>.

Este desejo que percorreu os corações de muitos jovens talentos, conforme já se apreciou, foi motivado por aquele turbilhão de idéias, discussões e mudanças provocadas pela velocidade e o estreitamento da inserção econômica do Brasil nas relações comerciais com as metrópoles industrializadas, concomitante, as transformações na sociedade brasileira em torno da abolição da escravatura, passagem do regime monárquico para o republicano e crescimento das principais urbes do país (Pereira, 2004 e Sevckenko, 1995).

Sobre as condições de trabalho nos centros urbanos daquele período, com exceção dos serviços prestados por profissionais liberais (bacharéis, médicos e engenheiros, em maioria), boa parte das atividades esteve relacionada às “pequenas profissões”, ligadas ao comércio, às fábricas de beneficiamentos, ao setor portuário, aos melhoramentos urbanos e, sobretudo, aos trabalhos informais. Sobre a inserção do autor no mercado de trabalho brasileiro no último quartel do século XIX, pode-se dizer que Lívio Barreto participou daquela “fase inicial da formação” da classe operária no país, em que ocorreram profundas modificações no sistema de transportes e nos serviços ferroviários”, quando “a exportação assumiu proporções consideráveis, gerando um significativo excedente econômico” (Fausto, 1983. p. 13 -36). Quanto ao ofício de caixeiro, profissão bastante requisitada nas atividades comerciais, era equivalente a um “escravo branco”, “criado de servir”, no dizer de Rodolfo Teófilo (1927). Geralmente, eles moravam com o proprietário do estabelecimento comercial, num quarto aos fundos da loja ou da casa deste, a realizar serviços domésticos para além das

---

<sup>237</sup> Idem. Ibidem.

obrigações no comércio (Idem). É válido lembrar que, naquele tempo, os protestos contra as degradantes condições de trabalho no comércio, dentre outras reivindicações no âmbito da instrução, motivaram as campanhas em prol de melhorias para os comerciários, em grande parte tomadas à frente pela Phenix Caixeiral (1893), já apreciadas nos capítulos anteriores.

Conforme foi dito, aos 18 anos de idade, exatamente em 1888, o jovem Lívio Barreto se deixou levar pelo mesmo fascínio que motivou tantos trabalhadores, letrados ou não, assim como Lopes Filho, a desbravar o Eldorado que seria a região amazônica. Ele tomou o mesmo caminho que tantos bacharéis, negociantes, aventureiros e, principalmente, muitas levas de pessoas despossuídas de bens e propriedades, insatisfeitas com a sua realidade no Nordeste, que peregrinaram rumo ao desconhecido e ao inesperado nas “terras do Norte”.

(...)  
 Cansado, exausto, o olhar  
 Amortecido do pranto,  
 Pus-me a cismar, a cismar  
 Por que assim tardavas tanto...  
 Tinha a tristeza, o quebranto  
 Vago, profundo do mar!  
 (... ..)  
 Por isso, a peregrinar  
 Fui-me por essas estradas;  
 Tardo romeiro a cantar  
 Antigas loas sagradas,  
 Caminhando às alvoradas  
 E repousando ao luar.  
 (... ..)<sup>238</sup>

Sem muita opção de trabalho para o exercício de suas habilidades letradas, já conhecida também a habitual dificuldade no ingresso às rodas intelectuais e a ascensão nestes círculos, não demorou a que Lívio Barreto retomasse as penosas atividades de caixeiro, desta vez, em Belém, na loja Mariposa. Segundo o depoimento do amigo que bem conheceu o desafeto que o poeta alimentou, “parece que o perseguia em toda parte o maldito balcão que odiava tanto e do qual tentava fugir esforçadamente” (Teófilo. Op. Cit. p. 01). De acordo com as reminiscências de Waldemiro Cavalcante, longe do sonho de ser escritor “profissional”, nem ali ou por onde ele tenha passado, Lívio Barreto não foi em momento algum agraciado pela estabilidade financeira e a realização na vida sócio-econômica.

Não lhe sorria porém a fortuna na Amazônia e teve de regressar doente à terra de seu nascimento, trazendo a alma mordida pela serpente do ceticismo e o coração vazio de esperanças<sup>239</sup>.

<sup>238</sup> “Peregrinando” IN: BARRETO. Op. Cit. p. 77 e 78.

<sup>239</sup> CAVALCANTE. IN: BARRETO. Op. Cit. p. 230.

Sabe-se que as migrações passaram a ser uma realidade, não somente na vida dos pobres e de pauperados pela sorte e pela fortuna, mas também, por aqueles que possuíam o mínimo de instrumental letrado. Assim, como o poeta dolente, muitos imaginaram que o manuseio das letras lhes pudesse proporcionar ascensão social e prestígio público. Nos versos de “Boa Viagem”, dedicado a Eduardo Sabóia, Lívio Barreto compartilhou das circunstâncias e desilusões que outrora ele viveu.

(... ..)

E quando o luar na espuma lactescente  
Seus reflexos lançar, trêmulos, baços,  
E a tua alma chorar, quem docemente,  
Há de estender-te os braços?  
Ninguém! Família, amor deixaste e vais,  
O rosário desfiando das saudades,  
Em busca de remotos ideais,  
Longínquas claridades.  
(... ..)<sup>240</sup>

Três anos mais tarde, em 1891, ele retornara a Granja, trazendo na bagagem somente “alguns livros, um poema inédito e um fígado irritado” pelo beribéri. Segundo os relatos de seus amigos, ele voltou da região Norte com uma frustração profunda. Como se pode bem imaginar, aqueles sonhos vislumbrados em que seus talentos intelectuais haveriam de ser notados, não foram realizados. Esta mesma decepção, em virtude do seu condicionamento às atividades de caixeiro, ele já trazia desde o sertão, o acompanhou em Belém e ainda o perseguiu em Fortaleza, mesmo sendo na capital cearense o ambiente aonde ele deveras veio a se projetar como escritor. Em trechos do poema “Dolentes” ele fez transparecer suas frustrações.

(... ..)

Meus ideais, meus sonhos, meus  
Castelos alvos, de escumilha,  
Caíram todos... e onde Deus  
Um mundo o pôs, acho uma ilha.

E na atra e perfídia agonia  
Que os nervos todos me constringe,  
Como uma vela, a fantasia  
Foge num mar que a luz não tinge.  
(... ..)<sup>241</sup>

<sup>240</sup> “Boa Viagem” IN: BARRETO. Op. Cit. p. 147.

Em seus versos, o mar sempre apareceu de forma soturna, tumultuada. Em várias passagens a imagem do mar está relacionada ao desespero e às desilusões: “mar de agosto”, “repleto de abismos”, “revolto”, “medonho”, “hediondo”, “bruto”, “tenebroso” e assim sucessivamente. Interessante é perceber que esta paisagem geográfica sempre esteve presente ao longo da sua inserção no mundo do trabalho, momento em que ele angariava melhores possibilidades de viver, saindo e chegando aos portos, a subir e a descer dos barcos. Aqui, as imagens contidas no mar bem sugerem como ele compreendeu sua trajetória, sempre um caminho impreciso e tumultuado percorrido ou a se percorrer. Estas foram sensações constantes a respeito de suas escolhas, durante os seus últimos e mais intensos anos de vida, marcados por sonhos fenecidos e diferentes frustrações. Válido salientar que, segundo os registros biográficos, Lívio Barreto não foi caixeiro-viajante, como poderia sugerir as informações sobre suas idas e vindas por alguns portos, mas, no dizer da época, “caixeiro-balcão”. Conforme pode ser constatado, ele apenas desejou mudar de profissão, substituir a pena da contabilidade pela do jornal e do livro, porém, já conhecidas, as limitações do meio o impediram.

Naquela realidade, Lívio Barreto não portou alguns predicados minimamente exigidos para a escalada no mundo das letras, como assim ocorreu a muitos intelectuais do período, apreciados em capítulos anteriores. Além do ingresso num curso superior, o que lhe foi impossível, sendo-lhe reservada apenas a instrução primária, dentre outros aspectos, o autor não teve como usufruir do favorecimento do vínculo familiar, das relações nepóticas, clientelistas ou mesmo da aproximação com algum grupo político, tão necessária para escalada no restrito campo das letras, sobretudo, na realidade cearense. Para ele, tornou-se difícil a inserção naquele meio em que a teia dos poderes locais constituídos absorveu grande parte dos letrados em favor dos seus caprichos, como bem ocorreu com tantos apaniguados ou favorecidos que se aliaram aos homens de política, seja na esfera da imprensa, da burocracia ou dos partidos. De acordo com seu amigo, “Altivo como os elevados granitos que põem sentinela à nossa cidade natal, o poeta preferia pendurar a lira nas jermataias que enverdecem as margens do Coreau a descantar submisso nas arcadas das habitações dos poderosos” (Cavalcante. Op. Cit.).

Em alguns momentos, Lívio Barreto deixou escapar em sua lira como ele se percebeu no mundo, a sua inserção e o seu lugar na sociedade à época. O soneto “Só” descreveu uma cena do seu dolorido cotidiano, após o recolhimento no íntimo da sua alcova.

---

<sup>241</sup> “Dolentes”. Idem. p. 34.

Que luta atroz a que eu sustento, quando  
 À noite velo no meu quarto, e escuto  
 O coração gemendo e blasfemando,  
 Órfão de tudo, sob os véus do luto.

Lá fora o vento passa esfuziando;  
 Cai o orvalho da noite; aqui, enxuto,  
 Lento, o silêncio desce, amortalhando  
 O meu silêncio atroz e absoluto.

Abro um livro, passeio, fumo, escrevo,  
 Medito e sonho; e a minha noite levo  
 Insone, e deito-me ao romper da aurora.

Ergo-me pálido e desesperado  
 Do sono cataléptico acordado,  
 E vou, maldito, pela vida afora!<sup>242</sup>

A sensação de abandono, não pertencimento a algum espaço, instituição ou grupo esteve presente em várias passagens de sua obra. O confinamento insular dos seus desejos parece remeter a uma descrença com a sociedade e os valores em sua volta. Este descontentamento com a realidade cotidiana, bem como, a inquietude com as suas condições de vida, dentre outros aspectos, ilustrou em sua obra diferentes passagens da sua experiência. O retorno a Granja, em 1891, também devido à nostalgia tão comum aos exilados, como bem disse Artur Teófilo, não lhe proporcionou a paz, tampouco a reconciliação com seu ímpeto em atuar no mundo das letras. Lá, ele chegou ainda a colaborar no jornal *A Luz*, em que ele “publicou muitos sonetos e escrevendo ligeiras crônicas humorísticas”<sup>243</sup> (Teófilo. Op. Cit.). Mesmo assim, acometido pela inquietude no espírito, do seu torréo natal ele saíra novamente, muito provável em virtude das limitações do meio há pouco mencionadas, “volvendo então suas vistas para a capital do Estado, a bela Fortaleza, onde ia surgir inteligente e sadia a plêiade de Padeiros tendo à frente a simpática figura do talento de Antônio Sales” (Cavalcante. Op. Cit. p. 229). Sua chegada à cidade deu-se em meados de fevereiro de 1892, “quando esta capital era um campo de batalha e as bombardas estoiravam incessantemente, vomitadas pelos Krupps da Escola Militar” (Teófilo. Op. Cit.).

Em Fortaleza, ele testemunhou a violência dos conflitos entre os grupos militares, deodoristas e florianistas, respectivamente, entre os defensores da permanência do resistente Gal. Clarindo de Queiros no governo do Estado (apoiado pelos dissidentes do

<sup>242</sup> “Só”. Idem. Cit. p. 92.

<sup>243</sup> Apenas uma única edição deste jornal (Ano I, nº06. 24/janeiro/1892) foi encontrada no Setor de Obras Raras da Biblioteca Nacional.

Centro Republicano) e aqueles que reivindicaram o empossamento do Cel. Liberato Barroso, ligado ao Comendador Nogueira Accioly e ao jornalista João Cordeiro. Episódio já apreciado, vale acrescentar que esta ocasião, dentre outras, teria proporcionado a Lívio Barreto imagens de ojeriza e revolta, tão presente em muitos de seus versos, sobre as tensões do meio social ao qual ele pertenceu.

Pois que a vida é um sonho à toa  
 Pelo deserto do mundo,  
 Árido, triste, infecundo,  
 Onde a alma cansada voa;

Pois que da alegria imensa  
 - Herança do nosso berço –  
 Fica o amargor de descrença,  
 Sombra do nosso Universo;  
 (...)

Pois se a mão que nos afaga  
 Hoje, amanhã nos açouta  
 E a idéia é como uma vaga,  
 E o crânio uma veia rota;

Pois se a noite da traição  
 De trevas horrendas, mudas,  
 Ri-se de Cristo e Catão  
 E elege um tirano: Judas;

Pois se Deus, o eterno sábio,  
 Permite (que enigma atroz!)  
 Que a idéia morra no lábio  
 Como a verdade na voz;

Se tudo tomba, naufraga,  
 Da vida nos vagalhões;  
 E a espuma desfaz a vaga,  
 E as dores as ilusões,  
 (...)

Se tudo mente, atraiçoa  
 Aqui, se tudo é mentira,  
 Poeta! Abraça-te à lira,  
 Alma – abre as asas e voa,

Rasga das nuvens o véu  
 Corta o Oceano azul,  
 E vai, andorinha exul,  
 Fazer o teu ninho no céu<sup>244</sup>.

<sup>244</sup> “Refúgio Eterno” IN: BARRETO. Op. Cit. p. 157 e 158.

“Céus”, “paraísos”, “horizontes”, “nuvens”, “crepúsculos”, agregam as imagens sempre estampadas nos seus versos, quando ele queria se reportar à sua insatisfação com o seu entorno. As sensações de fuga, isolamento e evasão sugerem descontentamento em sua leitura com relação às forças sociais do período, sejam aquelas contendas políticas, tensões cotidianas agravadas pelo anseio disciplinador dos agentes públicos, os conflitos envolvendo o contingente retirante que perambulava pela cidade ou mesmo as privações que afetaram sua existência. Vale ressaltar que boa parte dos letrados naquele momento, sobretudo, alguns amigos seus, dentre eles, os padeiros Antônio Sales, Jovino Guedes e Waldemiro Cavalcante, dentre outros, estiveram no meio daqueles conflitos que envolveram o CRC e a queda dos deodoristas no Ceará, conforme apreciado outrora. Assim, o próprio “parnaso literário” da capital não esteve alheio aos conflitos de natureza política e partidária daquele período.

Como se não bastassem todas as tensões em que estiveram envolvidos os intelectuais em Fortaleza, Lívio Barreto ainda teve que dividir a atenção com a necessidade de sobreviver. Como se estivesse fadado a uma predisposição cármica, para o poeta granjense foi “preciso [lutar pelo] o pão da vida material sem o qual não há milagre de equilíbrio que faça sustentar no espaço um corpo vivo. Dificuldades surgiram e o poeta teve que voltar às pesadas labutações do comércio, com as quais seu espírito delicado e sensível não se coadunava” (Cavalcante. Op. Cit. p. 230). Como se esperava, para sobreviver em Fortaleza ele teve novamente que se submeter ao balcão, no estabelecimento comercial de Adolfo Barroso, fato que teria contribuído mais uma vez para que, quatro meses depois, ele retornasse a Granja. E a sorte pareceu mesmo não lhe sorrir, ao menos para abrandar-lhe as decepções, pois, no trajeto de retorno ao torreão natal, ele foi vítima do naufrágio do barco “Alcântara”, em 27 de junho de 1892. Ao conseguir nadar até a praia de Periquara, o seu registro pessoal daquele tétrico momento foi a feitura do poema “Náufrago”, segundo o próprio autor, escrito na areia daquela praia, quando fora encontrado por um pescador.

De volta à pequena urbe do sertão, Lívio Barreto ainda trabalhou como guarda-livros na Casa Beviláqua e Cia, “até o dia 06 de fevereiro de 1893, quando se mudou para Camocim, indo se empregar na Companhia Maranhense de Navegação e Vapor” (Teófilo. Op. Cit. p. 02). Ali, ele viveu seus últimos dias, tendo como iniciativas, além do trabalho, a publicação do poema “No País do Sonho” no jornal A Reforma – Periódico Literário e Noticioso (Ano I, nº 02. 20/maio/1894. p. 01), o envio do seu livro ao amigo Waldemiro Cavalcante e uma carta em confissão a Artur Teófilo da sua vida em “indecisão”. Pouco depois ele tombara no balcão de trabalho, “fulminado por uma congestão cerebral”, aos 29 de

setembro daquele ano. Dos dias em que morou naquela cidade, Lívio Barreto escreveu o poema “Romaria dos Sonhos”, um cântico de langor e desencanto profundo com os ideais que ele havia almejado e lhe foram evadidos.

(... ..)

Romaria de sonhos do passado  
 Por que buscas as névoas do presente?  
 Por que deixaste o tálamo sagrado  
 Onde dormias pálida e doente?

Volta ao teu leito, doida impenitente,  
 De saudade e tristeza perfumado.  
 Deixa a luz do luar brando e clemente  
 Mais branco que uma alcova de noivado!  
 (...)

Segues na correnteza cristalina  
 Das tuas vãs paixões secretas,  
 E a luz que te incendeia a luz retina  
 É a que incendeia o cérebro dos Poetas.

Por que sobes vaidosa e confiada  
 P’ra onde não há pouso e lenitivo,  
 Se tens de regressar desta jornada  
 Cheia de tédio ao leito primitivo?

Antes repouses e cansada  
 Buscando no passado um paliativo...  
 Romaria de sonhos, malfadada,  
 O teu destino é o de um balão cativo!<sup>245</sup>

Em boa medida, os desejos do passado, tão eloqüentemente aludidos, reportaram-se à possibilidade almejada em torno da carreira intelectual, como bem ficou visível nos relatos de época. A sensação de estar “cativo”, descrita nos versos acima, se contrapõe à vontade de se distanciar do balcão, uma constante em sua vida desde o momento em que ele se dispôs a sair pela primeira vez do torreão natal, desejo que o acompanhou até à morte. Contudo, Lívio Barreto se viu impotente a obter alguma ascensão nas condições em que ele se encontrava, pois, as limitações impostas no circuito intelectual e sua relação com os poderes estabelecidos, afastaram quaisquer esperanças de prestígio exclusivamente literário.

(...)

Do mundo cruza a túrbida devesa  
 Cheia de cardos, cheia de tormento,  
 Resignado? Eu sei? no esquecimento  
 Talvez, talvez lutando na incerteza.

<sup>245</sup> “Romaria dos Sonhos”. Idem. p. 36 e 37.



Vão-se no outono as andorinhas pretas,  
 Canta a saudade mística dos Poetas  
 Eternas loas, doloridos poemas.  
 (...) <sup>246</sup>

No entanto, pelos registros históricos deixados, bem como, a repercussão de sua obra na historiografia e crítica literárias, acredita-se que foi na rápida passagem por Fortaleza que Lívio Barreto deveras viveu o deleite literário. Não por menos, mas ele foi um dos fundadores da Padaria Espiritual, agremiação literária que foi tão elogiada dentro e fora do Ceará naquele período (Cardoso. Op. Cit. p.156 - 170). Juntamente com a “plêiade dos padeiros”, Lívio Barreto colecionou ali prestígio, mérito e reconhecimento pelos seus escritos. A princípio, antes mesmo da repercussão da Padaria Espiritual, ele já havia colaborado no jornal Libertador, mas, somente após sua morte, é que o reconhecimento nacional lhe veio, a estampar tanto na historiografia literária, quanto nas homenagens póstumas em revistas do gênero. No seio daquela agremiação, juntamente com Lopes Filho, ele foi considerado um dos precursores do simbolismo no Ceará, como bem apontam a crítica e a historiografia literária cearense (Azevedo, 1996 e Barreira, 1948). No campo da História Social, sobre o que foi a participação destes poetas simbolistas na Padaria Espiritual, sem observar as trajetórias dos respectivos autores, em estudo anterior percebeu-se que as obras de Lívio Barreto, Lopes Filho e Cabral de Alencar publicadas n’O Pão, caracterizaram um olhar diferenciado entre as posturas eminentes naquele grupo, em que predominou o desencanto para com os discursos arrivistas das camadas emergentes da sociedade em torno da República e das reformas urbanas em Fortaleza (Cardoso. Op. Cit. p. 215 - 240).

Em relação a Lívio Barreto, pouco a pouco, a cada etapa de sua vida, ele passou a perceber que a sua realização na carreira intelectual esteve muito distante de acontecer. Dedicado a José Raulino, provavelmente, um parente de Antônio Raulino, diretor do jornal literário A Luz, o qual Lívio Barreto colaborou após sua chegada a Granja, o poema “Carta” deixou transparecer seu desalento em relação ao campo intelectual, desde o seu retorno de Belém.

Não diga que eu faço versos,  
 Pois não são versos que eu faço;  
 A Poesia é que eu desfaço  
 Em mil bocados diversos.

Fazer versos! P’ra fazê-los

---

<sup>246</sup> “Com as Andorinhas”. Idem. Ibidem. Cit. p. 160.

É necessário ao artista  
 Ter o sonho da conquista  
 No sono dos pesadelos.  
 (... ..)  
 Ter aspirações, delírios,  
 Frêmitos de águas possantes,  
 E o casto sono dos lírios,  
 E a rigidez dos diamantes.

Quem não tem, porém, como eu,  
 Para tecer coisas belas  
 Nem o filó das estrelas  
 Nem a luz e o oiro do céu;  
 (... ..)  
 E sinto, mau lutador!  
 Que meu ser, triste, se abisma  
 Rolando de dor em dor  
 No pego amargo da cisma.  
 (... ..)  
 Tudo me sai ante os olhos  
 Roxo da cor do martírio!  
 Ando a passear em delírio  
 Por sobre cardos e abrolhos.  
 (... ..)  
 Bom amigo, edifiquemos  
 Castelos de oiro e de luz.  
 Mas, para vê-los, voemos  
 Para os espaços azuis.

Para só de longe vê-los,  
 Longe, onde não chegue a voz...  
 Para evitar que os castelos  
 Desabem sobre nós...<sup>247</sup>

De acordo com o que foi percebido, sua estada em Belém foi o primeiro golpe sofrido em relação aos projetos que ele alimentou sobre a carreira intelectual. Porém, conforme relatou Artur Teófilo, na capital paraense se deu o aprimoramento intelectual e literário, onde ele também realizou várias leituras, teve contato com diferentes autores, dentre eles, com a obra de João de Deus do Rego, “que muito contribuiu para a formação da sua orientação literária, nova, equilibrada e bem entendida” (Teófilo. Op. Cit.). Assim como ocorrera a Lopes Filho, a influência do poeta português Antônio Nobre teria ocorrido em Fortaleza, naquela ocasião em que Adolfo Caminha descrevera que “o único volume do SÓ, que aparecera misteriosamente na província, andava de mão em mão, era lido e relido, e entrava-nos pela alma como um jorro de luz setentrional, como uma onda quente de vida

<sup>247</sup> “Carta”. Idem. p. 125 - 130.

nova. O Só era a nossa bíblia, o nosso encanto, o nosso livro amado” (Caminha, 1999. p. 131). Aqui é percebida a forma como as leituras eram realizadas por estes letrados em Fortaleza, onde algumas obras eram lidas em grupo, emprestadas de um a um, realizadas muitas vezes em seus espaços de trabalho, bancos de praça, rodas de amigos ou sob os balanços da rede na alcova. Mas, Lívio Barreto sempre zelando pela sua autonomia nas formas poéticas, segundo Artur Teófilo, enquanto leitor, ele teria procurado se distanciar da verve decadista de Antônio Nobre, o que ocorreu em termos. Para Sânzio de Azevedo (1996), as influências do poeta português estiveram presentes tanto em Lívio Barreto quanto em Lopes Filho.

O Decadentismo em Lívio Barreto, como bem se percebeu, é repleto de enunciados panteísticos, herméticos, onde uma atmosfera lúgubre toma conta da natureza e a ação dos seres é portadora de alegorias. No *Dolentes* é predominante a influência do Romantismo nas características formais, estando presente também o “parnasianismo descritivo”, mas, em verdade, a obra “impregnou-se da roxa melancolia de Antônio Nobre” (Azevedo IN: Barreto, 1970. p. 22). Sobre sua relação com o nefelibatismo, Waldemiro Cavalcanti disse que “no desleixo nefelibata, mostra-se, ainda assim, superior aos que entre nós têm procurado acompanhar a nova tendência literária sem a compreenderem” (Cavalcanti. Op. Cit. p. 235). Em verdade, o *taedium vitae*, tema baudeleriano do *Spleen* e o desencanto com a época, são constantes na obra do poeta granjense.

Galé da vida, vou passando os dias,  
Dias cruéis de desespero e tédio!  
e da tristeza o rancoroso assédio  
Mata-me n’alma a flor das alegrias.

Spleen constante, negras vagas frias  
Da dúvida! onde um bálsamo, um remédio?  
Coração que naufraga, quem impede-o  
De se afundar no mar das agonias?!

Fantástico mineiro, eu deço à noite,  
Ao fundo do meu ser, ao triste açoite  
Do vento acerbo da Desolação!

Profunda queda! perdição sombria!  
Subo chorando ao monte da Utopia  
Morta entre as ruínas do meu coração!<sup>248</sup>

Esta passagem aponta para a idéia de que ele foi um dos pioneiros e esteve lúcido do que fez com o alinhamento dos seus versos ao estilo em voga. Ao contrário do que

---

<sup>248</sup> “Spleen”. Idem. p. 178.

ocorreu nos grandes centros urbanos, a exemplo de Paris (o berço da escola), bem como, no Rio de Janeiro, Curitiba e em outras capitais, no Ceará não houve um “movimento” simbolista. Mas, no dizer de Mário Linhares, “Lívio Barreto teve a intuição do Simbolismo, antes mesmo de conhecer coisa alguma dessa escola” (Linhares, 1936. p. 202).

Destarte, a intensidade narrativa presente no *Dolentes*, reportando-se à frustração que Lívio Barreto carregou em vida, o seu desencanto com as possibilidades de melhorias mediante a profissionalização no meio intelectual, foi somado a uma “paixão antiga que muitas vezes tentou em balde fugir, e que o acompanhou, cada vez mais insistentemente, até à morte” (Teófilo. Op. Cit.). Assim como outras desilusões trazidas ainda da região amazônica, aquela afetou implacavelmente a sua vida sentimental, acabando por marcar sua verve melancólica e triste, envolvendo de forma amargurada e soturna toda sua obra literária.

#### Uma Borboleta

(... ..)

Deixei um cravo sonhando

Com as minhas asas e vim

De seio em seio pousando. E o pobre cravo sonhando

Definha a esperar por mim.

(... ..)

#### As Flores

Ventos de longes paragens

Cheios de sons matinais;

Que viste em tuas viagens

Por essas longes paragens?

#### O Vento

Idílios madrigais...<sup>249</sup>

Como bem disse Artur Teófilo, o *Dolentes* foi dedicado a um amor irrealizado, uma paixão infortunada. “E, a propósito, é bom que eu, - seu amigo e confidente, - o afirme aqui: - toda a obra literária do Lívio Barreto não é mais que o diário escrito dessa infeliz paixão, que tão implacavelmente o torturou, impressionando-o muito, roubando-lhe a energia e desenhando-lhe sobre o rosto a nódoa de duas olheiras” (Teófilo. Op. Cit. 1895). O seu livro está repleto de imagens referentes a um desejo idílico em forma de mulher. “Cândida quimera”, “rosa do outono”, “sonho de amor”, “magoada flor”, “crepúsculo triste”. De acordo com as datações dos poemas, os conteúdos narrativos dos textos, bem como, o testemunho de

<sup>249</sup> “Canções de Maio”. Idem. p. 120 e 121.

Artur Teófilo sobre a intenção do Dolentes e a própria dedicatória de “Cravos Brancos”, tudo leva a crer que Lívio Barreto sofreu em vida pelo amor de uma moça.

Não te apavores tu, não te atormentes,  
 Ó minha doce e virginal senhora,  
 Às rajadas coléricas, frementes,  
 Que me envolvem de dia e de hora em hora.  
 (...)
   
 Eu vou sereno contemplando o vulto  
 De um ideal que me sorri na mente...  
 Ódios? Não vejo, e rio-me do insulto,  
 Rio de todos, e amo a ti somente...

Sei que separas o vírus da calúnia  
 Muitas almas e muitos corações,  
 Mas a inveja banal desses vilões  
 O meu desprezo simplesmente pune-a.  
 (...)
   
 Pois se o navio voga não deriva  
 Do rumo, e a proa há de chegar  
 Não teme o mar, e aos ventos não se esquiva:  
 Que importa os ventos e que importa o mar?

Bem como o marinheiro, eu não descoro  
 Ao rugir da calúnia, bronco e fundo:  
 Que me importa esta gente, se eu te adoro?  
 Se tu me amas, que me importa o mundo?<sup>250</sup>

Assim como em outras passagens, o poema acima apresentou ressentimento direcionado tanto à sua desilusão amorosa quanto ao meio social que o cercava, provavelmente, em alusão às pessoas que tomaram conhecimento deste desventurado romance. Não existem dados mais precisos, até porque os registros de época zelaram pela discrição, apenas a sugerir que Lívio Barreto alimentou o desejo por alguém. Nestes versos, cujo título se oculta, o autor deixou a entender que seu fracasso foi acompanhado pelo deboche maledicente, em que a futricaria e as bisbilhotices da vida alheia eram comuns naquela realidade provinciana. Esta denúncia quanto aos comentários maldosos, gestos desrespeitosos à privacidade, não foram exclusivos de Lívio Barreto. Autores contemporâneos seus, como Adolfo Caminha (*A Normalista*, 1893) e Emília de Freitas (*A Rainha do Ignoto*, 1899), também destacaram nos romances estes hábitos provenientes daquela urbanidade mergulhada no “provincianismo local”. Essas passagens na obra de Lívio Barreto e de seus contemporâneos, revelaram comportamentos destoantes no cotidiano daquela sociedade, em

---

<sup>250</sup> “A\*\*\*”. Idem. p. 43 e 44.

relação aos discursos e às práticas civilizatórias de época que zelavam pela privacidade e o individualismo (Ponte, 1993. p.120).

Em verdade, estes trechos na obra de Lívio Barreto apontaram para uma série de indagações sobre a vida pessoal do autor, que infelizmente não serão revelados diretamente pelos documentos históricos encontrados. Contudo, os dissabores que ele vivenciou, tendo em vista suas permanências em diferentes cidades, a buscar melhores condições de vida e, ao chegar ao seu torreão natal, se deparar com a sugerida indiferença da amada e a aversão ao meio social, foram passagens registradas em versos e simbolismos.

É bem doce o viajar  
 Atrás de um sonho, querida;  
 Mas é bem triste voltar  
 Com a crença desvanecida!  
 .....  
 Fui-me a buscar minha vida  
 E trouxe a morte ao chegar!<sup>251</sup>

Mesmo a suportar tamanha tristeza em sua lira, Lívio Barreto viu a poesia quão percebida entre outros escritores simbolistas. A “Arte pela Arte”, enquanto manifesto, esteve presente no conjunto de sua obra, apenas a afirmar que, assim como outros autores que assumiram o “nirvana” schopenhaueriano, o único horizonte impoluto, desvencilhado das tensões mundanas e onde poderia ser vivenciada a harmonia, era no firmamento dos artistas.

(...)  
 Arte do Verso, prene de luares,  
 De sóis fecundos, de punjantes messes,  
 Amplo seio de prantos e de preces,  
 De amarguras, de risos, de pesares;

Arte do Verso, Arte das harmonias  
 Vibrantes, doudas, cálidas, inquietas;  
 Elétrica centelha dos Poetas,  
 Que esfolhas rosas sobre as agonias;  
 (... ..)  
 Arte! ideal, oh sacrossanto viático!  
 Ó Arte – Mater das consolações!  
 Com os meus sonhos e amores e ilusões  
 Fiz-te um missal de Dor! – sou teu fanático!<sup>252</sup>

As “quimeras”, “utopias”, “sonhos”, “ideais”, “castelos”, dentre outras palavras que demonstram desejos erigidos e horizontes a serem alcançados, presentes em boa

<sup>251</sup> “Peregrinando”. Idem. p. 81.

<sup>252</sup> “Credencial”. Idem. p. 31 e 32.

parte do livro, são portadoras de significados pessoais e também sociais. O amor que feneceu, as melhorias de vida que lhe fugiram à existência por conta da sua condição social, as relações entre saber letrado e poder oligárquico nas quais Lívio Barreto não esteve inserido, dentre outros aspectos, teriam marcado a sua experiência de homem simples, proveniente das camadas pobres da população rural cearense, a exercer o ofício de caixeiro. Porém, munido das letras, como bem ocorreu a muitos jovens do período, ele acreditou ser possível trilhar uma jornada menos sofrida, com o exercício intelectual. No entanto, a glória só lhe veio anos após a morte, acompanhando-lhe num sonho castelar pelas órbitas imaginárias do firmamento.

Os autores analisados neste capítulo não tiveram tempo suficiente para deixar uma produção intelectual vasta, que permitisse perceber a “evolução” sistemática do seu pensamento. Suas obras foram tão breves quanto suas vidas, apenas produções momentâneas e circunstanciais de suas rápidas trajetórias sobre a terra. Entretanto, são portadoras de uma riqueza artística reconhecida no âmbito da crítica, história e historiografia literária locais. Entre outros aspectos, eles foram marcos pioneiros da escola simbolista no Ceará e, a exemplo de Lopes Filho, para alguns estudiosos sua obra foi considerada o marco do Simbolismo no Brasil. Além disso, eles foram fundadores da Padaria Espiritual, agremiação literária marcada pela irreverência, rupturas estéticas, inovações literárias e portadora de algumas reflexões sobre a realidade brasileira no início da República.

Conforme foi dito outrora, no presente estudo, a relevância de suas trajetórias e obras literárias deveu-se à possibilidade de entender como aqueles homens de pouca instrução, ligados aos segmentos de menor prestígio social, mas, inteirados dos temas literários, com domínio da escrita e atuantes na cena intelectual, se perceberam enquanto agentes sociais e procuraram se inserir nos debates correntes da ordem do dia. Por mais que se diga que, no caso específico dos dois autores aqui abordados, os adeptos da escola simbolista estiveram eximidos das “preocupações” mundanas, o que foi entendido neste capítulo rebatendo tal afirmação.

Segundo o que se leu nos relatos biográficos, literários, bem como, nas dedicatórias, reminiscências e notas dos escritores em questão, suas obras deram testemunhos das inquietações sociais vividas por cada um deles. A promiscuidade do circuito intelectual com as esferas dos poderes constituídos, os desejos coletivos em torno do bem-estar, as lucubrações imaginadas em virtude do discurso arrivista da República, as oportunidades inexistentes e os sonhos desvanecidos, bem como, as intervenções “civilizatórias” nos modos de pensar e agir das camadas menos favorecidas da sociedade, são forças históricas e sociais que tiveram ressonância sobre a experiência de Lívio Barreto e Lopes Filho. Em boa medida,

para a abordagem na História Social, a documentação analisada leva a crer que, entre quimeras e desencantos, suas obras foram leituras sociais sobre o processo histórico corrente naquele período, sendo eles interlocutores e agentes.

Assim como aqueles que foram descritos por nefelibatas, simbolistas-decadentistas, outros trabalhadores com habilidade nos temas literários participaram da vida pública em Fortaleza, a apresentar suas leituras à sociedade, vivenciando as tensões de sua época. O próximo capítulo abordará outros campos semânticos presentes naquele momento, a saber, a verve pândega e boêmia de Raimundo Ramos “Cotôco” e a poesia combativa e engajada de Pedro Augusto Mota, dentre outros. Será focado como esses autores perceberam o seu tempo histórico e participaram da vida intelectual naquele momento. Também serão apreciadas as práticas e os discursos daqueles intelectuais comprometidos com as instâncias do poder instituído, em sintonia com os interesses da Igreja, tendo em vista a organização e o controle dos trabalhadores urbanos, pobres, vadios e outras “classes perigosas”.



## Capítulo 4

### Pândegos, Libertários e Ilustrados Cristãos: Encontros e Desencontros na República das Letras



Pândegos e Austeros – Acima, Ramos “Cotôco”, Antônio Rodrigues e Paula Barros fotografados e representados entre pincéis e serenatas. O contraste vem após com a austeridade na foto da reorganização da Academia Cearense de Letras (1922), com a presença de intelectuais, autoridades políticas, militares e outros.  
Fonte: Arquivo Nirez (fotos gentilmente cedidas pelo Sr. Miguel Ângelo de Azevedo/ Nirez).

# Capítulo 4

## Pândegos, Libertários e Ilustrados Cristãos: Encontros e Desencontros na República das Letras

Neste capítulo serão destacados outros dois campos semânticos identificados no conjunto das obras literárias deixadas pelos sujeitos letrados em questão, bem como, a mobilização dos grupos hegemônicos, preocupados com a disposição dos segmentos populares em Fortaleza na Primeira República. A princípio, será analisada a poesia pândega de Raimundo Ramos “Cotôco” que, dentre outros aspectos, comportou críticas às posturas e hábitos difundidos em Fortaleza pelos regeneradores urbanos. Em seguida, será estudada a poesia combativa publicada nos órgãos classistas Voz do Gráfico (1921 - 1922) e O Combate (1921), a maioria dos autores Pedro Augusto Mota e Eliezer Rocha que, inspirados nas difusas teorias políticas do socialismo-libertário, estiveram sintonizados com as campanhas do movimento operário à época, a considerarem a literatura enquanto estratégia de transformação social. Por fim, será realizada uma análise dos mecanismos pelos quais os agentes do poder público, os intelectuais católicos e os clérigos se empenharam rumo à adesão dos trabalhadores e de outras camadas subalternas aos seus projetos sociais e políticos, tendo em vista a “renovação” da República através dos ensinamentos da Igreja, segundo os preceitos da Rerum Novarum (1891). Para este fim, será analisada a produção literária do autor em questão, os livros de memória, a imprensa local, documentos oficiais, dentre outros.

### 4. 1. Raimundo Ramos “Cotôco”: Cantares Boêmios Risonhos

Pintor, músico e poeta. Estes foram os principais atributos de Raimundo Ramos Filho. Por ter nascido sem o antebraço direito, o artista ficou conhecido jocosa e grosseiramente por Ramos “Cotôco”, em Fortaleza na virada dos séculos XIX para o XX. Um homem curioso, pois, sua experiência de vida foi marcada pelas oscilações da dinâmica social naquele momento. Seus dotes artísticos abriram portas para ele transitar por diferentes espaços e redutos sociais, que vão desde requinte dos salões e cafés à boemia nos botecos e rodas de pândegos. Neste tópico, sua obra literária será a principal documentação analisada, uma distinta “cartografia social” do cotidiano na capital cearense.

Pode-se dizer que, na sua produção cultural e artística, se sobressaíram as imagens daquilo que se entendeu e foi amplamente discutido como “cultura do povo”<sup>253</sup>. Não sendo necessário retomar este longo debate, mas, de acordo com as considerações de E. P. Thompson na coletânea *Costumes em Comum*, fica patente que a obra literária de Ramos Cotôco evidenciou, dentre outros aspectos, aquelas práticas e valores “reproduzidos ao longo das gerações na atmosfera lentamente diversificada dos costumes (...) que se perpetuam em grande parte mediante a transmissão oral” (Thompson, 2008. p. 19). Necessariamente, não se trata de destacar práticas, experiências, representações que denotam “resistência” ou “indisciplina”, sobretudo, ao avanço das relações capitalistas de produção e o desejo compulsivo pelo consumo de produtos importados, que atingiu diversos grupos sociais em Fortaleza naquela época. Contudo, entender que nos textos deixados pelo respectivo poeta, viram-se narrativas que retrataram a dinâmica específica de um *modus pensandi* e *operandi* autônomo, singular, em relação ao que foi denominado de “cultura de elite” e ao processo civilizador.

Portanto, refere-se aos gestos, falas, posturas e ritos próprios, distintamente “grotescos”, “robustos” e “insubordinados” (Idem. p. 25 - 85) presentes entre os segmentos pobres da sociedade, trabalhadores urbanos, pequenos agricultores, retirantes, mestiços, caboclos, pretos etc. Cabe ainda dizer que, na elaboração das suas narrativas, aliando as habilidades de pintor e poeta às atitudes pândegas e boêmias, Ramos Cotôco fez o inverso do previsto por aqueles estudiosos da “cultura popular”, pois, sem apelar para a originalidade do “diferente” ou abusar do romantismo ufanista, ele realçou suavemente as imagens do “populacho” e seu cotidiano em versos pincelados de charme, sensualidade e muita ironia.

Da mesma forma que Lopes Filho e outros autores aqui estudados, constatou-se que são escassos os registros históricos sobre Ramos Cotôco. Seu sobrinho, Edigar de Carvalho (literato, prosador, ensaísta), foi um dos poucos que contaram algo a respeito do poeta. No ensaio/ prefácio para o livro *Variações em Tom Menor*, Sânzio de Azevedo entendeu que Edigar de Carvalho, bem como Dolor Barreira (1951, p. 242 - 247), reconheceu para Ramos Cotôco “seu pouco merecimento como poeta, reivindicando para ele, isto sim, o lugar de artista do povo, modinheiro dos maiores que teve a nossa terra” (Azevedo IN: Alencar, 1984. p 13). De fato, assim o foi, pois parte da sua verve literária esteve mais próxima da composição musical, que propriamente alguma pretensão do artista em ser

---

<sup>253</sup> Ver também: SAMUEL, Raphael (org.). *História Popular y Cultura Socialista* – Barcelona: Critica/Grjalbo, 1984.

exclusivamente um “homem de letras”, como se percebeu entre os “padeiros” Lopes Filho e Lívio Barreto, já que, forçado a trabalhar muito cedo, não pode se dedicar aos estudos.

Nasceu em Fortaleza, em 21 de maio de 1871 e era o filho mais velho do casal Raimundo Ramos e Rufina Farias Ramos, que viviam da agricultura e do comércio. Segundo Edigar de Alencar, “com a perda do pai, aos 16 anos, tudo se desmantelara que, assediada por dívidas, rapidamente empobreceu (...) teve que abandonar os estudos e cair na vida prática (...) viveu pobre e morreu pobríssimo” (Alencar. Op. Cit. p. 41 e 46). Teve, assim, vida modesta, morando com a primeira esposa numa “casinha de uma porta só, sem janela”. Boa parte destes momentos de sua vida foi expressa em “Golpe Fatal”, datado em 1903, o primeiro poema de seu livro *Cantares Boêmios* (1906).

Chegara-me bem cedo, o sofrimento:  
Meus pais morreram! Fiquei só no mundo.  
Para não descansar um só momento...<sup>254</sup>

Em grande parte, sua representação sobre a existência foi marcada por sensações de privação e desventuras, como pareceu no poema “Viver” (1905): “(...)/ Porém viver como eu vivo,/ Sempre das dores cativo,/ Sem encontrar lenitivo, Lutando sempre a sofrer/ As mais tremendas torturas,/ Mil achaques, desventuras,/ Mil desgostos e amarguras.../ - Não vale a pena viver!”<sup>255</sup>. Ramos Cotôco faleceu em 20 de outubro de 1916, com 45 anos de idade. Foi um homem de vida simples, porém, com hábitos excêntricos e, em grande medida, “desregrados” aos olhos da época, como serão percebidos. Teve o reconhecimento da sociedade, dos memorialistas e cronistas do período, seja pelas habilidades com o pincel ou pelas atribuições musicais.

Sua pintura foi bastante aclamada. É autor de imagens conhecidas, como aquelas que estampam o teto da Igreja de N. S. do Carmo (1906) e do Teatro José de Alencar (1910). Já perdidas e destruídas pelo tempo, outras tantas, como os letreiros, anúncios, murais das casas comerciais e as paisagens nos jardins alpendrados e salas das famílias abastadas, foram descritas pelos memorialistas e historiadores. Otacílio de Azevedo, pintor e poeta, companheiro de boemia, em inúmeras páginas de suas reminiscências, destacou as habilidades de Ramos Cotôco no pincel e no bandolim (1992).

<sup>254</sup> “Golpe Fatal” IN: RAMOS, Raimundo. *Cantares Boêmios* – Fortaleza: Typo-Lithographica a Vapor, 1906. p. 09.

<sup>255</sup> “Viver” IN: RAMOS. Op. Cit. p. 28.

O teatro, a história e a crítica fizeram algumas menções à sua obra musical. “O Bonde e as Moças”, por exemplo, foi incorporado à peça *O Casamento de Peraldiana*, escrita pelo comediógrafo cearense Carlos Câmara (1881 - 1939) e montada nos anos 70 pelo grupo teatral *Comédia Cearense*<sup>256</sup>. Na história da música brasileira, uma modesta passagem: através da “Casa Edson”, que realizou os primeiros trabalhos fonográficos no Brasil, o cantor e violonista Mário Pinheiro (1880 - 1923) - cuja mãe era uma enfermeira cearense residente em Campos (RJ) - chegou a gravar músicas compostas por Ramos Cotôco, dentre elas, “Engomadeira”. “Mas o nome de Ramos não aparece no disco”, segundo Edigar de Alencar (Op. Cit. p. 44). De acordo com Gilmar de Carvalho, as letras de Ramos Cotôco chegaram a “ganhar melodias de Ernesto Nazareth, enquanto outras se tratavam de paródias e algumas tinham o autor da melodia não identificado”(Carvalho Op. Cit. p. 11).

Obra conhecida, autor desconhecido: um dos tantos desencontros que perpassaram o poeta. Mas, é provável que tais composições não teriam a repercussão que tiveram, entre o final do século XIX e início do século XX, se não fossem as andanças de Ramos Cotôco e seus amigos solitários e boêmios pelas ruas da cidade, madrugadas a dentro, fechando botecos aqui e ali, sob o luar prateado, a cantarolar suas modinhas e tangos<sup>257</sup> em serenatas, colecionando tanto a simpatia dos casais enamorados, quanto os desafetos daqueles que reivindicavam as preciosas horas de sono, comprometidas pelos acordes e cantigas dos pândegos que afrontavam a rotina do trabalho. Vinte e quatro dessas composições foram cifradas no final do seu livro, somadas a outros oitenta e nove poemas que perfazem o total da obra.

Os versos do livro foram datados entre 1888 e 1906, período em que se presenciaram significativas mudanças na realidade brasileira, como a abolição da escravatura, a proclamação da República e, no caso específico do Ceará, o crescimento comercial de Fortaleza e, concomitante, os investimentos sobre a disciplina urbana na capital, bem como, as disputas oligárquicas pela permanência no poder político e as estiagens de 1889, 1900 e 1904. Divididos em duas partes, os poemas parecem compor duas obras reunidas em uma só encadernação. São partes distintas, em certa medida, incoerentes, sem aderência entre elas. Afinal, o que seria coerente para um artista? Enfim, sobressaiu-se o retrato da diversidade social. E o que parece ser destoante do ponto de vista estético-literário, pode bem sugerir sutis

---

<sup>256</sup> O grupo teatral criado em 1957, por iniciativa dos artistas Haroldo Serra, Glice Sales, Palmeira Guimarães e outros atores amadores, bastante atuante no Ceará.

<sup>257</sup> HEITOR, Luiz. 150 Anos de Música no Brasil (1800 1950) – Rio de Janeiro: José Olympio Editor, 1956. p. 137 – 174.

movimentos de intersecção social e cultural, junto às esferas, espaços e circuitos por onde Ramos Cotôco teria transitado naquela época. A respeito da cultura política presente em sua produção literária, assim como se entendeu em Lopes Filho e Lívio Barreto, pode se constatar um apelo em nome da inclusão dos diferentes segmentos populares nas decisões públicas durante a construção da ordem republicana.

“Cantares”, a primeira parte, é composta por aquela poesia romântica já habitual, repetitiva e anacrônica que ainda resistia por entre as rodas literárias de Fortaleza no início do século XX: queixumes, lamúrias, desencantos, passagens poéticas sem grandes pretensões, um lirismo deveras modesto. Já a segunda metade, “Boêmios”, é bastante original. Trata-se de uma fina pintura do cotidiano fortalezense na virada de século, colorida sob a linguagem de um fino humor tópico do “Ceará-Moleque” (Girão, 1995). Nesta paisagem em movimento, os tipos sociais são o destaque, revelando os desejos, manias, costumes e intrigas daqueles que compuseram a cidade e suas imagens. As mocinhas contagiadas pelas modas, a vida privada dos cidadãos, o interior dos recintos domésticos, os hábitos alimentares, atividades de trabalho, os assuntos discutidos nas bodegas, praças, cafés, as desavenças pessoais etc.

Na “cartografia” da obra, os temas mais evidentes são o amor, as mulheres, os contrastes sócio-econômicos, os costumes do populacho e as manias que foram incorporadas pelos setores ricos e emergentes ante a chegada dos produtos estrangeiros. Ramos Cotôco narrou as práticas sociais e os valores da época, sobretudo, aquelas inerentes aos segmentos sociais menos favorecidos, compostos pelos artesãos, operários fabris, tecelões, pescadores, engomadeiras, criadas, feirantes, moradores dos subúrbios. Contudo, não foram esquecidos aqueles outros setores que também integravam a realidade urbana da capital cearense, em parte comprometidos com o projeto civilizador para a cidade, marcada por gritantes contrastes (culturais, econômicos, sociais). Com sarcasmo, ele ilustrou as mocinhas e os rapazolas contagiados pelas modas européias, o desfile tosco dos que andavam pelas praças e avenidas, a exibição exagerada dos adornos e adereços “modernos” (cartola, fraque, nanquim, zarcão, espartilho, batom etc).

Pode-se dizer que Ramos Cotôco foi um “pintor” das intensidades socialmente vivenciadas. Sua lira ora entoou o frisson, mas também a desconfiança e a ojeriza em relação aos novos valores e hábitos que iam tomando conta do gosto popular no cotidiano da capital cearense. Essa sensação “híbrida” pode ser facilmente percebida em seus textos, em grande medida, análogos ao seu trânsito pelos diferentes grupos e espaços sociais, pois, como bem

disse Otacílio de Azevedo, boêmio e também poeta e pintor, “das festinhas familiares saíamos para os Congos, Fandangos e Pastorinhas (1992. p. 97)”. Tomando por base a análise da sua experiência social, pode-se dizer que ele foi mais que um flâneur: era um componente de movimentos simultâneos, a percorrer a engrenagem social e suas transformações estéticas e simbólicas, ganhando e perdendo aderência entre as diferentes nuances daquela realidade urbana.

Sobre esse fluente trânsito do poeta entre os distintos grupos e espaços sociais, Edigar de Alencar o destacou a partir das suas habilidades de músico e pintor, pois, era solicitado pelas famílias abastadas da capital, tanto para decorar jardins, salas, murais e letreiros, bem como, convidado a embalar suas conhecidas modinhas, chulas e polcas nos bailes “auridourados”, segundo o próprio Ramos Cotôco definia. Edigar de Alencar ainda discorreu: “Logo se fazia elemento obrigatório das rodas festivas. E embora continuasse pobre e naturalmente retraído, a alta sociedade de Fortaleza o distinguia e o admirava” (Alencar. Op. Cit. p. 42). Das rodas literárias, ele incorporou temas, estruturas textuais, traços semânticos e estéticos daquelas intensidades experimentadas por outros poetas já mencionados, frequentadores dos cafés e dos bancos da Praça do Ferreira. A influência de Byron, por exemplo, que foi marcante em outros autores do período, se vê em alguns de seus versos (sobretudo, na primeira parte do livro), tão comum à maioria dos poetas sem renome no circuito letrado da capital à época. Por essa influência, sua lira chegou a embalar o *Lost Paradise*, explícito no soneto “Ilusão de Ótica”, datado de 1902:

Eu não deixo de ver-te um só momento!  
 Vejo-te sempre pura e divinal!  
 Tua imagem gravei no pensamento!  
 Não te esqueço, meu único ideal.  
 (...)  
 E sabes porque gozo esta ilusão?  
 É o porque o meu firme coração  
 Vive de amar-te – mesmo assim distante!  
 (...) <sup>258</sup>

Vê-se que o ultra-romantismo foi presente em seus versos. O amor inatingível, a mulher imaculada, o sonho distante, enfim, o idealismo e o platonismo ajudaram a compor alguns poemas. Aproximando poesia e experiência, vale dizer que sua relação com as

---

<sup>258</sup> “Ilusão de Ótica” IN: RAMOS. Op. Cit. p. 20.

mulheres é bastante peculiar. Ramos Cotôco foi casado duas vezes; a primeira, com “uma morena forte de boa família” e a segunda “com uma professora”, segundo o sobrinho Edigar de Alencar (p. 46 e 47). No entanto, seus versos revelaram diferenciados olhares sobre situações adversas em que o “belo sexo” lhe apareceu. Ora entoam um lirismo apaixonado<sup>259</sup>, ora o sarcasmo estridente sobressaiu-se<sup>260</sup>. Ao que parece, por estas passagens, pode-se imaginar que sua relação com as mulheres, ao menos, foi intensa e conturbada. Este traço de sua obra literária, em que o olhar sobre o gênero feminino evidenciou diferentes tensões, ainda será revisitado outras vezes.

Da estética romântica, o paradoxo campo/ cidade também se fez presente. Como em outros autores já estudados, a apoteose às imagens do ambiente rural se apresenta nas duas partes do livro. Este trecho do poema “Serrana”, datado em 1902, ilustra a sensação do autor sobre o diferencial positivo no campo em relação à degeneração existente no ambiente urbano: “Na serra o céu é mais lindo,/ A flor mais perfumes tem,/ A brisa é mais branda e pura,/ A lua mais luz contém;/ E, assim, tais dotes infindos,/ Tem a serrana também” (Ramos. p. 11). Em “Camponesa”, de 1895, ele declamou que “É lindo vê-la à tardinha/ Trazendo soltos cabelos,/ Tangendo a mansa ovelhinha/ Assim com tantos desvelos (Idem. p. 31)”. Grande parte da obra traz os gestos simples, as atividades de trabalho ligadas ao mundo rural, à vida nos subúrbios e os costumes ligados às populações pobres, exaltados com narrativa benevolente. As imagens cotidianas das camadas populares e a rotina no interior das casas modestas se destacaram de forma sensual, dentre outras impressões, como se viu nos versos de “Cozinheira” (1897).

Consente atizar teu fogo,  
 Quero fazer labareda;  
 Não consentes?... Até logo...  
 Arreda, morena, arreda.  
 (...)  
 Se tens fogão estragado  
 Não fui eu quem estragou;  
 Queixa-te do desleixado  
 Que teu fogo abandonou.

<sup>259</sup> “É assim que quero ver-te,/ Toda de branco vestida,/ Para baixinho dizer-te:/ és minha esposa querida!” IN: “Amor” Idem. p. 29. Grifo do autor.

<sup>260</sup> “É mesmo louco,/ Não tem cachola,/ Perdeu a bola/ (Posso afirmar),/ Quem neste tempo/ De diabrura,/ Cai na loucura/ De se casar” IN: “Lundu” Idem. p. 82.



Gosto de fogão de barro!  
 Prefiro-o a fogão de ferro...  
 E quando co'algum me esbarro  
 Faço o fogo e... dou um berro!  
 (...) <sup>261</sup>

Da mesma forma que em Lopes Filho, a lira romântica de Juvenal Galeno em *Lendas e Canções Populares* (1865) pareceu também contagiar Ramos Cotôco. Porém, a narrativa dos seus poemas revelou um tônus semântico, diferenciado daquele literato que exaltou a “pureza imaculada” do campo e o modo de vida das camadas populares. Em verdade, Ramos Cotôco não falou em nome do caráter “ingênuo” ou a perda da “originalidade”, mas se empenhou a afirmar práticas que existiram e foram renunciadas no momento. Afinal, há preferência pelo fogão de barro ao de ferro; uma alusão de apego às ferramentas e instrumentos rústicos em relação aos produtos “modernos” que gradualmente tomavam conta do gosto e dos hábitos locais. A saber, é bem verdade que aquelas práticas que se reportavam a um passado recente, manifestas nos gestos, falas e representações das populações menos favorecidas, sofreram discriminação pelo processo civilizador em curso, em grande medida, encabeçado pelas elites comprometidas seja com o ideal republicano ou os valores “civilizados” (Sevcenko, 1995, Carvalho, 1996 e Ponte, 1993).

Esta apreciação positiva também se viu sobre o ambiente das atividades de trabalho desenvolvidas nos subúrbios da capital. Em “Varandas” (1899), o poeta retratou a atividade produtiva do núcleo familiar voltada para o artesanato de varandas, em que se destacaram a rotina de trabalho, a integração doméstica junto ao tear, bem como, sua importância para a reprodução da vida material daqueles indivíduos.

Desde o romper das manhãs,  
 Até o findar do dia,  
 Filhas, papás e mamãs  
 Vivem numa balburdia:  
 (...)  
 O velho o fio tingindo,  
 A velha faz as meidades,  
 Que as filhas vão dividindo  
 Em varandas delicadas.

---

<sup>261</sup> “Cozinheira” IN: RAMOS. Op. Cit. p. 78.



Conforme foi visto no Capítulo 1, as manufaturas em Fortaleza, no início do século XX, ainda eram tímidas. Entretanto, as poucas que existiram, aliadas à dinâmica das casas comerciais, deixaram marcas na vida local, alterando alguns aspectos daquele cotidiano, como o incremento de novas atividades produtivas, a introduzir uma racionalidade do tempo mais acelerada. Assim, modificava-se pouco a pouco a rotina de trabalho na cidade, bem como, a urgência por diversificar as atividades de lazer e de vigilância sobre os trabalhadores (Ponte. Op. Cit. p. 97 - 122). Distante do que fizeram outros escritores do período, a exemplo do olhar cético e misantropo dos simbolistas-decadentistas, já apreciados, ou da crítica social daqueles que veredaram pelas leituras libertárias, a serem abordados no próximo tópico, Ramos Cotôco preferiu realçar as singularidades das suas personagens, nos seus gestos, práticas e modos de vida. Não que ele estivesse a negar as relações de exploração ou fosse alheio às tensões sociais no seu entorno. Mas, parece ser relevante ao poeta afirmar uma “cultura” própria em relação àqueles hábitos, posturas, valores, vestuários e outras práticas sociais que aos poucos foram alterando a vida dos cidadãos.

Nos versos de “Cabocla” (1903), adaptada ao gênero musical, o poeta rebateu o gosto pelas “últimas novidades de Paris” com a “beleza dos dotes naturais”, uma precisa afirmação das qualidades in natura frente à artificialidade que tomava conta do gosto à época.

Ninguém me vence em beleza,  
 Pois sou formosa também  
 Sem possuir riqueza  
 Que a moça da praça tem.

Não invejo os requintes da moda.  
 Fantasias que o instante desfaz  
                                     É bastante a beleza  
                                     Dos meus dotes naturais.

Quando eu passo em qualquer parte  
 Todos ficam a me olhar,  
 E dizem: que primor d’arte!  
 Que formosura sem par!

No entanto minha veste é tão simples,  
 É de chita de azul cor do céu

E sob ela a beleza  
Que a natureza me deu.

Nenhuma rica da praça,  
Envolta na fantasia.  
Tem mais beleza, mais graça,  
Mais meiguice e poesia.

Eu sou pobre, não tenho essas sedas,  
Nem brilhantes nem rubros corais...

Só tenho a beleza dos meus dotes naturais.

As brancas de mim não gostam  
E só me olham com desdém!  
Eu nem lhes presto atenção,  
E creio que faço bem.

(...) <sup>264</sup>

É visível o contraste entre a elegância indispensável para alguns e a beleza natural apresentadas pelo autor. A saber, o “cumprimento exato da moda” era uma instituição exigida nos eventos, salões, cafés e praças, a fazer dos alfaiates uma das profissões mais solícitas na cidade (Campos, 1985. p. 21 - 30), em contraste com a “feiticeira que ajeita com perfeição sua roupa e coração”, reportando-se à rotina doméstica da “Engomadeira” (1905). De acordo com Sebastião Ponte, em Fortaleza, desde 1860 “a moda vestuária (...) provocava excitação nas rodas elegantes” (Op. Cit. p. 153). E não por menos que o historiador Raimundo Girão destacou o impulso econômico que as casas de importação e exportação deram à capital (1995. p. 101 - 106). Como já foi entendido no Capítulo 1, este momento coincide com a inserção acelerada da economia cearense no comércio internacional, durante o período algodoeiro, e as transformações que a cidade sofreu na sua esfera urbana, social e econômica, sobretudo as atividades de trabalho aliadas ao crescimento comercial e à instalação de manufaturas. Junto às necessidades de higienização e controle social, “as novidades da moda feminina que chegavam à cidade compeliavam as mulheres a renovar constantemente o seu guarda-roupa” (Idem. p. 154).

---

<sup>264</sup> “Cabocla” IN: RAMOS. Op. Cit. p. 60.

Aquelas tensões cotidianas estiveram presentes em momentos consideráveis na obra de Ramos Cotôco. E, conforme se disse, ele elegeu o “belo sexo” para denunciar as contradições existentes na cidade. De um lado, os costumes dos habitantes arraigados numa esfera com traços do passado colonial (rústica, grotesca, rural) e, do outro, um projeto moderno e civilizador para Fortaleza, encabeçado pelas elites urbanas, comerciantes, agentes do poder público, intelectuais, médicos, sanitaristas, dentre outros. Este embate entre modos de vida destoantes foram representados, por exemplo, no esforço das “mocinhas” do Passeio Público, a incorporarem as modas do período e se alinharem aos padrões estéticos da época. Os versos de “Não faz mal” (1901), “Assim é que é” (1901), dentre outros, apontaram para “tantos mongangos, certos defeitos” cobertos pelos “rebique, quartos, espartilho e meias”.

O poema “Modernismo” (1902) é um dos mais emblemáticos. Aqui, Ramos Cotôco lançou mão de sua ironia e sátira à artificialidade das moças do Passeio Público. Nele, o exibicionismo das modas se deparou com uma fatalidade: os traços naturais que as exigências daquele momento não admitiam, tornaram as mulheres escravas do consumo.

Não existe moça feia,  
 Todas são puras e belas,  
 A questão é um jeitinho  
 Que jamais faltou a elas.

E, além disto, elas:

Tem nanquim,  
 Tem zarcão,  
 Tem carmim,  
 E algodão;  
 Tem mil prendas,  
 Fingimentos,  
 Da beleza  
 Monumentos.

(... ..)

Aos domingos, na avenida,  
 São lindas de arrebatam;  
 Porém na segunda-feira  
 Ficam feias de espantar.

Creio porque elas em casa tiram:

O nanquim,

O zarcão (...) <sup>265</sup>.

Assim, também nos versos de “Modas” (1903), “Que m’importa?” (1905), “Letra na Avenida” (1903), “Amor é Interesse” (1903) e “Conselhos” (1903), o autor satirizou as “mocinhas” e seus mais inusitados esforços para acompanharem os ditames da moda européia em Fortaleza, na virada de século. Mais que a polidez dos gestos exigidos no processo civilizador em curso, Ramos Cotôco debochou daqueles códigos morais amparados no higienismo (Costa, 1989). Ele também criticou os valores argentários, aqueles que relacionavam o amor ao interesse material, bem como, as posturas “elegantes” definidas como “fingimentos e termos difíceis”.

Nota-se aqui o paradoxo entre a “beleza natural” que destoa das convenções urbanas identificadas com a artificialidade. Os espartilhos, nanquins, batons e outros produtos relacionados com o gosto das “mocinhas”, filhas das camadas emergentes, contrastam com o fogão de barro, o tecido de chita, a labuta doméstica, o suor e os gestos espontâneos das caboclas, mulatas, pretinhas, criadas, cozinheiras, artesãs, tecelonas, engomadeiras. Assim, quanto à estética e às práticas sociais envolvendo mulheres, Ramos Cotôco apresentou as tensões configuradas na urbanidade de Fortaleza daquela virada de século. Em sua narrativa, a excentricidade das modas, aliada ao arrivismo e à febre de consumo, sucumbem sob tons depreciativos à beleza da vida rústica presente no modo de vida simples, nos costumes e práticas dos setores menos favorecidos da população.

Como bem fizeram outros escritores contemporâneos, a exemplo dos membros da Padaria Espiritual, “(...) Ramos Cotôco porfiava em escandalizar o burguês, como então eram chamados os mais abastados e ilustres, isto é, os grã-finos da época e até mesmo a classe média de melhor condição social” (Alencar. Op. Cit. p. 42). No poema “Meu Gosto” (1902), para o alvoroço dos valores dominantes ele deixou claro a sua preferência pelas mulheres de vida simples, dentre outros aspectos.

Enquanto os ricos namoram  
 Com senhoras ilustradas,  
 Eu satisfaço o meu gosto:  
 Vou namorando as criadas.  
 Se vão ao passeio,  
 Eu vou ao mercado;

<sup>265</sup> “Modernismo” IN: RAMOS. Op. Cit. p. 127 e 128.

Também, tal como eles,  
 Eu gozo um bocado:  
 Em noites de belo  
 Luar sem rival,  
 Eles - lá na sala,  
 Eu – cá no quintal.

Eles nos salões doirados  
 Entretêm suas Marocas,  
 Eu, na treva, mergulhado,  
 Vou matando as muriçocas.

Porém, se eles amam,  
 Eu amo também;  
 Não invejo a sorte  
 Feliz, de ninguém!  
 Na sala há cadeiras,  
 Ornamentação;  
 No quintal, canecos,  
 Barricas, caixão.

Eles falam sobre a música,  
 Sobre teatros, partidas,  
 Eu e ela – a minha Chica,  
 Falamos das nossas lidas.

No salão conversam  
 Com voz natural:  
 Mas nós cochichamos,  
 Pois alto faz mal:  
 Na sala há sorrisos,  
 Há doces beijinhos...  
 Nós cá beliscamos  
 Entre outros carinhos.

Quando é noite de Passeio  
 Vão todos, ninguém vai só:  
 Eles vão a Caio Prado,  
 Nós vamos a Mororó.

Vão eles tomando

Cognac, sorvetes:  
 Nós nos taboleiros  
 Compramos roletes!  
 Estou satisfeito  
 Com tais namoradas!  
 Procurem patroas...  
 Que eu quero as criadas<sup>266</sup>.

Mais uma vez viu-se o paradoxo entre a cabocla “pobre sem sedas” e a “rica da praça”. Aqui também se encontra uma leve tensão entre distintos grupos sociais, representados por antíteses de figuras femininas (“senhoras ilustradas”, “marocas”, “chicas”, “patroas”, “criadas”) e lugares (“passeio”, “mercado”, “sala”, “quintal”). Quanto aos espaços de convívio público da época, a narrativa apresenta os contrastes sociais ali encontrados. Assim como a Praça do Ferreira, o Passeio Público era um dos pontos de encontro e desfile da vida mundana na capital cearense da época. Como se leu no Capítulo 2, estes locais foram freqüentados por diferentes segmentos onde as diferenças sócio-econômicas eram realçadas. Porém, já observado, predominou na historiografia local a descrição dos “desfiles elegantes” e inexistência de tensões. A apreciação de Ramos Cotôco sugeriu que aqueles ambientes foram segregadores, a definirem uma distinção urbana e sócio-espacial. O glamour das camadas abastadas e emergentes de Fortaleza é percebido como gestos forçados, inapropriados e toscamente altivos. No olhar do poeta, a moda feérica e o estrato rico da sociedade estiveram intimamente ligados, paradoxos, por sua vez, da vida rústica e simples dos setores populares.

Sobre as imagens deixadas pelas práticas de convívio urbano ali experimentadas, na sátira de Ramos Cotôco foram também percebidos outros movimentos sutis e singulares. O poema “Passeio Público” (1902), por exemplo, mostrou as ações de diversos grupos sociais que se diferenciaram na esfera dos valores, hábitos e outras variantes no modo de pensar e fazer a vida em sociedade. Mas, curiosamente, sem deixar de existir, essas distinções passaram a compor uma amálgama social que divergiu da apreciação historiográfica corrente.

## I

Em dias próprios de festa  
 Não procuro outro recreio:

<sup>266</sup> “Meu gosto” IN: RAMOS. Op. Cit. p. 157 e 158.



Tomo o bonde e, na palestra  
 Vou perolustrar no passeio,  
     Apenas, chegando,  
     Vou a Caio Prado,  
     Avenida bela,  
     Do povo educado  
     Do luxo e namoro  
     Dos tipos pedantes  
     Que procuram o ouro  
     E seda e brilhantes:

    Das magras, das gordas,  
     Das feias das belas,  
     Das tortas, corcundas,  
     Roxas e amarelas:  
     Das caras pintadas,  
     Das velhas titias,  
     Das damas casadas,  
     Das mil fantasias.

## II

Enquanto a música ronca  
 Uma valsa maviosa,  
 Vou mudando de avenida  
 Olha a minha dengosa.

    Vou à predileta,  
     Que é a Carapinima,  
     Dos bancos escuros,  
     Do primo, da prima,  
     Das capas bordadas,  
     Do velho burguês.  
     Das lindas viúvas,  
     Do povo cortês.

    Das pretas Chiquinhas,  
     Das Lauras mimosas,

De grossas pilhérias,  
 Respostas gostosas;  
 Onde o milionário  
 E os sábios doutores  
 Têm seus reservados,  
 Supimpas amores.

III

Depois de um cálice de Cumbe,  
 Ou coisa mais agradável,  
 Me estendo p'ra Mororó,  
 Que é avenida impagável:

De saias de chita,  
 Criadas faceiras,  
 Bandos de meninas,  
 Risadas, carreiras,  
 Ampla liberdade  
 Do povo contente  
 E onde se vêem  
 No meio da gente:

Beliscões, beijocas,  
 Bofetes, pancadas,  
 Empurrões, apertos,  
 Respostas salgadas...  
 Porém todos gozam,  
 Todos fazem vaza,  
 Até nove e meia  
 Que eu volto p'ra casa<sup>267</sup>.

Grosso modo, a descrição dos versos acima correspondeu àquela que Otacílio de Azevedo e outros já fizeram sobre a segregação conhecida pela historiografia e crônica da cidade, concernente aos três pisos e à distinção sócio-urbana do Passeio Público, já apontados. Porém, vale salientar que o poeta foi além e revelou outras práticas de sociabilidades, onde, sutilmente, ocorreram interações entre distintos segmentos, seja em nome dos romances

<sup>267</sup> “Passeio Público” IN: RAMOS. Op. Cit. p. 137 e 138.

“reservados” ou da licenciosidade e dos gestos desmedidos. Este traço sugere que a ubiquidade da “disciplina urbana” merece ser revisitada, sobretudo, no que tange a segregação sócio-espacial (Ponte, 1993). Nota-se que a narrativa destacou o segundo piso, “a Carapinima, destinada ao pessoal de classe média” (Azevedo. Op. Cit, p. 50), onde, segundo o autor, davam-se os encontros entre diferentes camadas, do “velho burguês” às “pretas Chiquinhas”. Este aspecto também pode revelar um desejo de autonomia do poeta enquanto sujeito social, frente às convenções do período.

Como bem deixou a entender os textos de época, sejam os romances ou a imprensa literária, essas discrepâncias certamente existiram, pois foram mencionadas tanto no jornal O Pão... da Padaria Espiritual quanto em A Normalista de Adolfo Caminha. Entretanto, nos trechos de “Cabocla” e “Passeio Público”, Ramos Cotôco percebeu que, apesar das diferenças, a segregação espacial se impôs, mas, não foi cumprida à risca. Houve, portanto, certa interação entre os estratos sociais, o que não impede de se fazerem às claras permanentes tensões cotidianas, em grande medida, provocadas por aqueles grupos que se identificaram com o discurso civilizador em voga, amplamente incorporado pelas camadas mais favorecidas e que, segundo o poeta, foi de encontro às camadas populares e seus modos de vida. Vale a pena lembrar que alguns letrados, já mencionados em outros capítulos, sobretudo poetas e escritores em projeção, também incorporaram o discurso civilizador. Essas posturas revelam que a recepção dos discursos e das práticas em nome de um projeto civilizador para Fortaleza foi assimilado segundo as demandas e as representações de sociedade inerentes a cada setor, mesmo sendo encabeçado pelas elites políticas e econômicas daquele período, a atender seus interesses específicos.

Mas, ressalta-se o fato de Ramos Cotôco não abrir mão da altivez popular, que se reporta a um desejo de afirmação sobre as convenções sociais verticalizadas. Em “Mulata Cearense” (1900), por exemplo, as moças e senhoras da “boa sociedade” são identificadas com a moda “fingida”, enquanto a real beleza se alia à espontaneidade das formas.

(...)

Estes encantos que em mim se notam

Não são fingidos, são naturais:

Meu garbo altivo lembra a sublime

E verde copa dos coqueirais

Onde a jandaia seus cantos solta,

- Notas plangentes, doridos ais.

(...)  
 As brancas todas de mim não gostam,  
 Voltam-me o rosto se vou passando,  
 E eu nem reparo na raiva delas...  
 Passo sorrindo, cantarolando;  
 Todos os moços me chamam linda  
 E a muitos deles vou namorando.  
 (...)<sup>268</sup>

Nos versos acima, há algo que destoou da febre de consumo apregoada pelo “arrivismo” daqueles tempos. Bem se vê que as “brancas”, já mencionadas em “Cabocla”, se apartam das mestiças. Apesar do contingente negro na capital ser reduzido, se comparado a outras realidades do Brasil em que a força-de-trabalho do escravo africano esteve mais presente (Pinheiro, s/d), de acordo com a crônica histórica, sabe-se que manifestações da cultura africana e cabocla foram expressivas em Fortaleza, especialmente, durante os ensaios e execução das “festas de preto”, os congos, fandangos reisados, bumbas-meu-boi, geralmente, ocorridos entre dezembro e janeiro (Nogueira, 1980. p. 126 – 137 e 181 e 183). Apesar da ênfase nos poemas de Ramos Cotôco, isso não significa dizer que ali se configurou uma realidade com extremos conflitos raciais. Mas, à época, sabe-se que as práticas culturais relacionadas aos grupos caboclos, mestiços e, sobretudo, negros, foram perseguidas Brasil afora (Carvalho, 1996. p. 29 - 31), o que não foi diferente em Fortaleza. Como já se entendeu em outro momento, não só Ramos Cotôco, mas, a exemplo dos “padeiros espirituais” Adolfo Caminha<sup>269</sup> e Sabino Batista<sup>270</sup>, já se lamentava a perseguição aos fandangos, congos, maracatus e outras festas populares (Cardoso, 2000. p. 169 - 188).

Em certa medida, pode-se dizer também que o autor de *Cantares Boêmios* esteve sintonizado com aquele momento da literatura brasileira, marcado pelas antíteses “campo/ cidade”, “civilização/ barbárie”, “regional/ cosmopolita”, dentre outros dilemas intelectuais vividos entre os séculos XIX e XX. Pode-se afirmar até que ele se pronunciou em

<sup>268</sup> “Mulata Cearense” IN: RAMOS. Op. Cit. p. 65.

<sup>269</sup> “(...) E o bumba meu boi? E os congos? E os fandangos? E todas essas festas tradicionais que o povo se incumbia de criar para o gaudio dos rapazes alegres?... Tudo vai desaparecendo com o patriotismo nacional. O Natal, como o S. João e como todas as festas de caráter popular – vai degenerando em festa aristocrática (...)”. GUANABARINO, Félix. (Adolfo Caminha) “Sabatina”. O Pão. Ano I; Nº 05; Fortaleza, 24/ 12/ 1892. p. 03.

<sup>270</sup> “Antigamente, eram os fandangos, os congos, o bumba-meu-boi e as legendárias pastorinhas que, por toda parte, enchiam de luz e de alegria a noite de natal; hoje são os bailes da alta sociedade; o povo já não brinca, o povo já não se diverte”. ALEGRETE, Sátiro (BATISTA, Sabino). “Noite de Festa”. IN: O Pão. Ano: I; Nº: V. – Fortaleza: 24/ 12/ 1892. p. 05.

favor da preservação de um idílio rural e dos costumes e modos de viver inerentes à cultura local. No entanto, a constatar que sua poesia é eminentemente urbana, pois, em maioria, suas personagens são aquelas que compuseram a paisagem social da capital cearense naquele momento, foi do seu interesse chamar a atenção para os costumes, práticas e modos de vida reprovados pelo discurso civilizador em voga e seus agentes. Segundo Janotti Pires Marques (2008), em virtude das “perseguições, preconceitos e tentativas de cerceamentos”, naquele período, negros, caboclos, mestiços e outros componentes dos estratos pobres da sociedade “ressignificaram” e “reelaboraram” suas festas afirmando-se enquanto sujeitos no território social de Fortaleza. Esses embates ocorridos foram, portanto, vivenciados pelos diferentes grupos que compuseram os segmentos populares naquele momento.

Destarte, em “Eu gosto assim” (1901), Ramos Cotôco justificou a preferência pelas “pretinhas” em detrimento das “brancas”. Nota-se que os versos satíricos denunciam as convenções sócio-urbanas e os valores civilizatórios inerentes às elites cidadinas, dentre os quais, o que reprovava o namoro entre um homem branco e uma negra.

Porque gosto das pretinhas,  
 Línguas daninhas,  
 Falam de mim!  
 Que falem, que o gosto é meu  
 Quem quer sou eu,  
 Eu gosto assim:  
 Preta é comigo!  
 Eu gosto assim.  
 (... ..)  
 As brancas fazem caretas  
 Se acaso as pretas  
 Riem p’ra mim;  
 E eu gosto dessas gracinhas...  
 - Belas pretinhas,  
 Eu gosto assim.  
 Preta é comigo!  
 Eu gosto assim<sup>271</sup>.

<sup>271</sup> “Eu gosto assim” IN: RAMOS. Op. Cit. p. 116 e 117.

O trecho acima traduziu a percepção do autor sobre as tensões ocorridas durante os primeiros anos do regime republicano, correspondente à perseguição que grupos negros e suas manifestações passaram a sofrer nos centros urbanos brasileiros. A preferência assumida pelo poeta pode bem revelar a afirmação das práticas daqueles segmentos sociais (negros, caboclos, pobres, desocupados, brincantes, artesãos, trabalhadores urbanos etc), ameaçadas pela racionalidade e austeridade assumidas pelos agentes regeneradores (médicos, urbanistas, policiais, sanitaristas etc), que nutriram aversão a quaisquer gestos considerados “indisciplinados” ou “contestadores” da ordem política vigente, principalmente as simbologias referentes ao passado monárquico (Carvalho Op. Cit. p. 29).

De acordo com Otacílio de Azevedo, companheiro de Ramos Cotôco naqueles momentos, “em grandes terreiros, armavam-se palcos nos quais se representavam as estórias e lendas entremeadas de cânticos e cenas empolgantes, ao som de uma cadência de ritmos envolventes. O Rei e as princesas, envoltos em rendas e cetins, impunham sua majestade e grandeza pelos ares” (1992. p. 62). Nas suas memórias, disse ainda que “dessas grandes festas populares (...) seis meses antes do início de suas representações, já se iniciavam os ensaios. Os sons dos tambores, zabumbas e maracás eram envolvidos nos quatro cantos da cidade”, freqüentados por pessoas como o “Gorgulho (...) um simples analfabeto e pedreiro” (Idem). Além das simbologias monárquicas, nota-se que os gestos “grotescos” e “transgressores”, que tanto motivaram a perseguição da polícia, sempre se fizeram presentes “a frente do lugar onde se realizava o pagode, [onde] ia se beber e tirar gosto com caranguejo e comentar os fatos e feitos da festividade. Mesas e cadeiras eram entulhadas pela comida e pelos fregueses. Muitas vezes, tarde da noite, costumava haver grossa pancadaria e os convivas desapareciam como por encanto” (Idem. Ibidem. p. 63). Em boa medida, este era um dos ambientes de lazer e integração social freqüentados pelas personagens descritas por Ramos Cotôco (“chicas”, “criadas”, “pretinhas”, “mulatas”, “caboclas”, “tecelonas” etc).

No entanto, a sutileza da verve poética contrastava com o ideário dos segmentos sociais que encamparam a República como um paradigma de civilização. Como é sabido, foi no período de afirmação da ordem republicana que as elites brasileiras compartilharam o temor sobre “a pobreza, visível nas classes trabalhadoras e nos desempregados que transitaram pelas cidades, geralmente desenraizados do campo” (Resende IN: Ferreira e Delgado, 2003. p. 113). Assim, a repressão e a implacável truculência do Batalhão de Polícia estiveram atentas àquelas esferas da população. De acordo com o que se constatou nos documentos de época, o recolhimento de sujeitos pertencentes aos estratos

pobres da população foi efetuado em longa escala, variando desde infrações consideradas mais graves como o furto, desordem, insultos, até as “imposturas”, como a participação em festas populares e espaços de diversão não autorizados pelos órgãos públicos, a exemplo de uma ocorrência em que se registraram prisões em um “samba” realizado num subúrbio de Fortaleza<sup>272</sup>.

O registro histórico, certamente, pode causar estranhamento, uma vez que o samba “de breque” (oriundo do Rio de Janeiro, surgido no início da década de 1930, e no qual o cantor dá uma ou mais paradas súbitas a fim de encaixar frases faladas, de caráter humorístico) e o samba de “enredo” (típico das escolas de samba) são considerados por historiadores, musicólogos e outros especialistas como as configurações do ritmo que hoje se conhece. Mas, “o samba de partido alto é um gênero de samba muito próximo do batuque africano, cultivado na cidade do Rio de Janeiro desde o fim do século XIX por grupos de negros já urbanizados. É dança de umbigada, com ritmo marcado por palmas, prato de cozinha raspado com faca, chocalho e outros instrumentos de percussão, e, às vezes, acompanhada pelo violão e pelo cavaquinho. E, segundo velhos sambistas, a expressão ‘partido alto’ provém da alta dignidade desse samba, cultivado por minorias negras” (Ferreira, 2004).

Logo, confrontando com a documentação referente ao locus e no período em estudo, essas “festas de preto”, os congos, maracatus, fandangos ou os “pagodes” que aconteceram em Fortaleza naquela virada de século, agregando diferentes setores da população menos favorecida, fizeram alusão aos ritmos africanos, sobre o qual se leu o “samba”, na sessão “Da Parte da Polícia”, do jornal A República. Como bem ocorreu em Fortaleza e no Rio de Janeiro, o objetivo de regenerar estas camadas populares e seus costumes foi vivenciado em outras capitais do Brasil, a exemplo de São Luiz, onde a hostilidade do regime republicano foi intensa sobre os folguedos e festas realizadas pelas populações pobres (Correia, 1998. p. 85 - 91).

Assim, não tardou para que a representação de República em Ramos Cotôco pudesse aparecer. No poema “O Matuto na Cidade” (1903), o autor reproduziu de forma caricata a linguagem do populacho iletrado, apresentando o distanciamento entre o Estado e

---

<sup>272</sup> A notícia como se leu na época foi a seguinte: “Foram recolhidos ao xadrez do Posto Policial à minha ordem (...) Francisca Maria da Silva, Francisca das Chagas, João Batista do Nascimento, Francisco Pereira da Silva, Manoel Paulino Monteiro, Vicente Correia de Lima, João Teixeira da Silva, Manuel Ângelo do Nascimento, Antônio dos Santos Vieira e Antônio Jacinto de Almeida, por desordens cometidas em um samba (...)”. Ver: “Da Parte da Polícia” IN: A República – Órgão da Sociedade Anônima Ceará-Libertador. Fortaleza. Ano XI, nº 19, 16/abril/1902, p. 02.

os setores populares: “Dissérum qui o gunverno da Ripubia/ A nossa dinheirada já acabou?!/ Eu bem dixei: morreu Pedro Segundo,/ Nois nada semo! tudo já favou!” (Ramos. Op. Cit. p. 146 - 147). No poema, a relação do “matuto” (alusão ao sertanejo, retirante) com o poder público emergiu a partir de dois momentos conflitantes no alvorecer da República: a violenta mudança de regimes e o encilhamento; ambas, situações marcadas pelas disputas armadas, especulação e a carestia.

No dizer de Edigar de Alencar, “o poeta dedica seu lirismo e sua graça às camadas populares, fazendo confronto e realçando hábitos e costumes” (Op. Cit. p. 44). Desta feita, discriminado, perseguido e alheio às convenções e decisões tomadas pelas elites econômicas e políticas junto à vida social, o populacho se afirmou nas narrativas poéticas de Ramos Cotôco. Seus costumes assumiram papel central nos textos que se reportavam ao cotidiano local. Entretanto, no que tange às sociabilidades constituídas em torno da vida “elegante”, o poeta construiu sensações de desconforto e irrealização. Nos versos de “Por ti” (1896), “Antes, Durante e Depois” (1900) e “No Baile” (1905), escritos em primeira pessoa, bem sugerem a distância do autor com aqueles ambientes, mesmo sendo um assíduo frequentador, sobretudo, na condição de músico. Sua imagem feita a de um “náufrago nos mares”, mergulhado em desilusões amorosas, levam a crer o quanto ele vivenciou as tensões presentes nestas distintas esferas da sociedade.

É verdade que os contrastes tiveram destaque naquelas composições referentes ao amor e à sua relação com as mulheres. Aliás, em boa parte da sua obra, a realização amorosa encontrou um limite de ordem sócio-econômica. “Rica”, escrito em 1903, trouxe essa inquietação.

És rica; saber não podes  
O que sofre o peito meu;  
Sonha somente prazeres  
E o prazer p’ra mim morreu.

És nobre; tens sobre a fronte  
Uma estrela a cintilar;  
Eu sou pobre, e no meu rosto  
Poisa a sombra tumular.

Tens salões iluminados  
Onde a alegria palpita;



Eu tenho a treva da noite  
E a tristeza que me agita.

Não pensas senão em festa,  
Nos delírios do prazer;  
Eu penso nos sofrimentos  
Do meu infeliz viver.

Assim, não podes, nem queres  
Saber meu pesar sem fim:  
És tão distante do pobre,  
Como as estrelas de mim<sup>273</sup>.

No poema “Esther” (1902), Ramos Cotôco reforçou tal consideração: “(...) Porém, dize-me, Esther, que hei de fazer!/ Esta pobreza imensa que eu arrasto!/ Em outra parte obriga-me a viver./ (...) Que poderei eu dar sendo indigente?/ - Nada queres além do meu amor?/ Porém não basta aos corações amantes/ Esta jóia com todo o seu valor.../ Não, minha Esther! O mundo é impiedoso!/ Não condoe-se de nós, pobres, sem lar.../ - Amas-me, amo-te, e somos bem ditosos,/ Porém eu temo te fazer penar” (Ramos. Op. Cit. p. 34). Mas, nos versos “De Menina à Velha” (1901), o autor sugeriu que as moças “educadas”, ao longo da vida, “Logo aos quinze anos (...) Gosta dos bailes/ E do postigo!/ Só namora/ Co’os tais doutores,/ Aos quais preferem/ P’ra seus amores” (Idem. p. 113).

Este dualismo, que apresenta duas leituras sobre as mulheres e faz pensar que sua obra foi escrita por dois autores, em verdade, deixa evidente uma tensão semântica concernente à sua condição social. Primeiramente, lamenta o fato de ser “pobre” e, em segundo, o autor critica os valores argentários em favor da beleza que existe nos costumes, hábitos, práticas, atividades de trabalho comuns ao universo social das pessoas de baixo poder aquisitivo. Mas, em que plano da organização social residiu esta tensão? Apenas no que tange ao poder aquisitivo? Talvez seja algo bem além.

Sabe-se que um embate estava ocorrendo e que, em boa medida, segmentos sociais dominantes, representados pelos grupos políticos oriundos do período imperial (senhores de terra, chefes políticos, fazendeiros), juntamente com as “classes médias” em

<sup>273</sup> “Rica” IN: RAMOS. Op. Cit. p. 12.

ascensão (profissionais liberais, bacharéis, comerciantes, médicos etc) se apropriaram da construção do novo regime (Faoro, 1995; Sevcenko, 1995 e Cardoso, 2000). Desde a implantação da República, a relação dos órgãos públicos e seus representantes com a população pobre de Fortaleza intensificou o exercício de poder e o controle social já existente. Durante os primeiros governos republicanos, recrudesciu cada vez mais o olhar sobre aqueles setores que, diante das agitações políticas à época, pudessem representar alguma ameaça junto aos motins e arruaças pelas ruas da cidade. Foi assim que, por essas e outras razões, aqueles trabalhadores que lidavam com o fluxo de pessoas e mercadorias, receberam a comunicação que “de ordem do cidadão Dr. Custódio Alves dos Santos, Chefe de Polícia deste Estado, são chamados à matrícula nesta repartição (...) os boleiros e condutores de bondes, carros e carroças, em serviço nesta capital”<sup>274</sup>.

Naquele momento, os órgãos da imprensa governista relataram diversas vezes as prisões por vadiagem, alienação mental e furtos, em contraste com os sinais de insultos, desordem e embriaguez publicados diariamente. A saber, essas manchetes tiveram a intenção de mostrar aos setores hegemônicos alguma “eficiência” do novo regime sobre aqueles assuntos que interessavam aos setores dominantes, como o controle da pobreza, dentre outros. Além do caráter disciplinador no espaço urbano, a corresponder àquela atmosfera de civilização profusa pelas elites locais, para estes segmentos carecia intimidar possíveis transgressões na cidade, tendo em vista também a preocupação em conter outros efeitos negativos, dentre eles, os saques sobre as casas comerciais e armazéns da capital e de outros municípios cearenses, muito comuns naquela realidade de escassez provocada pelas secas (Neves. Op. Cit. p. 71). Vale ressaltar que, naquele momento, a desconfiança dos aparelhos repressores e seus agentes sobre as camadas pobres da população também foi mais intenso, tendo em vista o fantasma dos motins políticos que tornavam a ação dos policiais mais determinada (Carvalho, 1996 e Pamplona, 2003).

Ramos Cotôco não tardou a apresentar alguns desses confrontos cotidianos. Nos versos de “Mata-Pasto” (1894), o imaginário presente na medicina caseira entra em choque com os anseios de salubridade urbana; trincheiras demarcadas pelos embates entre o desejo estético-disciplinador dos poderes públicos, as intervenções médico-sanitaristas na capital e as práticas e saberes das camadas populares.

Nasce o capim pelas ruas,  
Corre a água pelas coxias;

---

<sup>274</sup> A Pátria. Fortaleza: Ano I, n° 27. 24/janeiro/1890. p. 03.

Nas praças o mata-pasto  
Se ergue cheio de magias;  
E a polícia diz sorrindo:  
- Temos serviço esses dias.

(...)

Quando, amanhecendo o dia,  
Ao fitar tanta verdura,  
Alguém maldiz com furor  
Este encanto da natura;  
Esse alguém, nós já sabemos  
Que é um tipo de caradura.

E se ele à noite é pegado  
Pelas ruas a vagar,  
De manhã vai, escoltado,  
O mata-pasto arrancar;  
E não há pai nem padrinho,  
Que dele o possa livrar.

P'ra ele vão moças, meninas,  
Velhos, velhas, rapazinhos,  
Vão pretos, louros e brancos  
E até frade capuchinho;  
Vai o rico, vai o pobre,  
Vai o feio e o bonitinho.

É lugar onde a friteira  
Tem grito de general!  
E do primeiro combate  
O cabra vai p'ro hospital!  
E se brincar co'a bichinha  
Acaba no funeral.

Os homens arracam verde,  
As mulheres o maduro,

Pois elas são mais jeitosas,  
 Dão o golpe mais seguro!  
 Eles arrancam da rua,  
 E elas do pé do muro!<sup>275</sup>

No Ceará, o mata-pasto<sup>276</sup> há muito divide opiniões. Para alguns, é considerado erva-daninha. Mas, para a grande maioria da população, o arbusto é de uso medicinal, pois serve para banhos, inalação a vapor e fricção das folhas sobre inflamações. Tem ainda finalidade asséptica e expectorante, combatendo a febre, gripe e infecções, como bem sugeriu o poeta Juvenal Galeno no seu livro *Medicina Caseira* (1969. p. 40). Dentre outras ervas e matos, era comum ver seu uso nos subúrbios da capital cearense e nos sertões, em meio aos cânticos, à penumbra nas casas das rezadeiras, à fumaça das velas no pequeno altar e ao cheiro de lenha queimada no fogaréu (Gadelha, 2007). Porém, outros olhares pairavam sobre o arbusto. Sabe-se que, para atender as exigências de embelezamento urbano, sob a orientação dos médicos-sanitaristas e a pedido dos comerciantes, os agentes do poder público na capital empenharam ampla campanha em prol do aformoseamento e da higienização (Ponte. Op. Cit. p. 36 - 47). Assim, tudo aquilo que pudesse comprometer a sensação de limpeza, velocidade, civilização e modernidade deveria ser suprimido daquele espaço. As ervas-daninhas, assim como os mendigos, depauperados, maltrapilhos, doentes infecciosos, vadios, bêbados, prostitutas, menores abandonados, dentre outros grupos, fizeram parte deste orbe de indesejados. Consta-se que a obra de Ramos Cotôco apresentou esses movimentos de tensão existentes nos assuntos do dia, vivenciados nas ruas da cidade, no interior das casas e na vida pública.

Há de se perceber também, que estes segmentos subalternos não foram tão passivos diante das investidas dos poderes regeneradores. A fim de atender aos anseios dominantes, a imprensa governista noticiou registros de prisões efetuadas por insultos e desordem, assim como aquelas que foram noticiadas como “infração das posturas municipais” (A República, Ano XI, nº 21, 27/janeiro/1902, p. 04). No entanto, estes dados podem revelar também que aquelas atitudes frente às medidas de controle social (dentre elas a ação violenta da polícia) foram respostas de hostilidade ao modelo social estipulado pelos primeiros governos republicanos. Tamanha foi a reação sobre os agentes repressores que, na edição do dia 22/janeiro/1902 (Ano XI, nº 17, p. 04), A República noticiou agressão física e insultos

<sup>275</sup> “Mata-Pasto” IN: RAMOS. Op. Cit. p. 80 e 81.

<sup>276</sup> Também conhecido como crista-de-galo, caquera, tareroque e fedegoso.

dirigidos aos policiais em serviço nas ruas do centro comercial de Fortaleza, que resultaram na prisão de dois populares, Francisco José Tavares e Paulo Barbosa. A aparente estabilidade política retratada nas primeiras páginas do órgão do governo, sobrepondo-se aos acontecimentos provocados pelos efeitos da seca, procuraram ofuscar as ações isoladas da violência cotidiana por parte de indivíduos que enfrentaram a Força Policial. Contudo, nas páginas finais das suas edições, o jornal testemunhou o insurgir dos setores populares sobre os representantes dos aparelhos repressores do Estado.

(... ..) Foi removido ao Dr. Promotor de Justiça, o inquérito policial que procedi contra Joventino Fernandes de Oliveira e Antônio Botelho Neto, por terem na madrugada de 10 do corrente praticado desordens, nas ruas Formosa e Misericórdia, ferindo a um soldado da patrulha, sendo ambos presos em flagrante (...) Foi remetido também o que procedi contra Braz Fernandes, por ter no dia 25 de dezembro p. findo, nas mediações do matadouro, espancado a um soldado do Batalhão de Segurança<sup>277</sup>.

Ao longo da obra de Ramos Cotôco, vê-se que não aparecem os cidadãos dóceis, disciplinados, sadios, limpos, previstos no imaginário das elites urbanas e suas medidas que, dentre outros interesses, se objetivaram na manutenção da ordem política e do controle social. Sabe-se que, naquela época, sinais de revolta e instabilidade política rondavam a imagem de ordem e controle que os primeiros governos republicanos se empenharam a transmitir por diversos meios, a começar pela ação do aparelho policial. Porém, esses eventos de violência popular contra a força policial, mesmo isolados, causaram maior aflição nas autoridades, somando-se às notícias de saques em diversas localidades do Ceará. Não por menos, as matérias publicadas na coluna “Telegramas” ou “Da Parte dos Estados”, em *A República*, abrangendo temas nacionais como “Os Fanáticos de Canudos”, “A Armada se Rebelou”, “A Revolução Rio Grandense”, “Mato Grosso pega em Armas!”, “O Levante Monarquista em Araras”, “Caos na Capital Federal”, dentre outras chamadas em alusão aos episódios ocorridos entre os anos de 1897 e 1904, como Canudos e a Revolta da Vacina, acabavam por alimentar a imagem do “monstro” social que precisava ser dominado. Além das divergências políticas, em boa parte das capitais brasileiras, os governos republicanos tiveram que enfrentar motins, revoltas e outros focos de resistência e

<sup>277</sup> *A República* – Órgão da Sociedade Anônima Ceará-Libertador. Fortaleza. Ano XI, nº 19, 02/abril/1902, p. 04.

insubmissão ao ordenamento urbano e às campanhas regeneradoras deliberadas naquele período (Correia. Op. Cit. p. 49 - 73).

Quando o descontrole generalizado ameaçou pairar, sobretudo, diante das multidões desordenadas, em alguns casos a deportação de cidadãos para os estados do sudeste e região amazônica, a grande maioria pobres e miseráveis, foi também um recurso amplamente utilizado, especialmente pela oligarquia acciolina, no sentido de conter os efeitos sociais negativos, a princípio, causados pela estiagem. Não alheio a esse episódio, no poema “Cearenses” (1906), Ramos Cotôco ilustrou o sonho e o medo que acompanharam a partida de muitos conterrâneos rumo às plagas amazônicas: “Sonhando áureo castelo/ Sai daqui robusto e forte/ De lá, se escapa da morte/ Volta magro e amarelo” (p. 161). De acordo com o que se leu na nota “Emigração”, publicada em A República, 08/fevereiro/1901 (Ano IX, nº 33, p. 01), “durante o ano de 1900 saíram pelo porto de Fortaleza nos vapores do Lloyd Brasileiro e de outras companhias 28.134 sendo: 2.112 para o Sul e 26.022 para o Norte”. Sabe-se que estas práticas não foram exclusivas da oligarquia acciolina, pois, durante a estiagem de 1877/1879, imigrantes nordestinos (grande maioria cearense) foram deslocados para as lavouras de café no Espírito Santo (Saletto, 1993. p. 187). Para Neves (Op. Cit. p. 73), estas iniciativas aconteceram quando os serviços nas obras públicas não mais deram conta de absorver todo o contingente disponível de retirantes.

Sobre esse temor dos motins, a ação do Batalhão de Polícia no incidente de 03 de janeiro de 1904, conhecido como a Revolta dos Catraieiros do Porto de Fortaleza, já mencionado no Capítulo 1, não pode ser esquecida como uma das investidas mais truculentas da oligarquia acciolina sobre trabalhadores e os oposicionistas. Concomitante às práticas igualmente ocorridas Brasil afora nos primórdios da República sobre os segmentos populares, este episódio, de caráter isolado do ponto de vista da organização classista, se caracterizou por uma greve de natureza espontânea, não organizada, em que os estivadores do porto foram contra a lei de recrutamento obrigatório para o serviço militar. Como tantas outras que ocorreram a exemplo daquela de maior repercussão em 1910, na Capital Federal, conhecida como “Revolta da Chibata”, o que aconteceu em Fortaleza foi uma forma dos estivadores contestarem a obrigatoriedade do recrutamento militar, uma vez que a Armada possuía fama em relação aos maus-tratos, baixos rendimentos, alimentação insuficiente etc. Como já foi observado, este incidente foi a grande bandeira do grupo dissidente para atacar a oligarquia. Logo, para a análise corrente, é importante retomá-lo a fim de mostrar como se deu o diálogo entre trabalhadores (a grande parte dos manifestantes) e os governos cearenses na Primeira

República, episódio não distante da realidade brasileira daquele momento, em que os setores subalternos da sociedade eram caso de polícia (Carvalho, 1996). Aos olhos dos poderes estaduais constituídos, a truculência policial sobre esta manifestação foi assim entendida:

Se a resistência é um fato violento contra o princípio legal da autoridade, esta não lhe podia opor, para dominá-la, senão o emprego da força. Do choque, que foi inevitável, resultou as conseqüências funestas que ninguém mais que o governo deplorou. Mas quem agride e resiste com armas na mão para contrapor-se à ordem e à lei, com desprestígio do princípio de autoridade, não pode pretender condições mais vantajosas ou melhores garantias do que a força pública, que se coloca no terreno da defesa do princípio constitucional<sup>278</sup>.

Diante desta realidade, estima-se que em sua obra literária, Ramos Cotôco denunciou estes processos de segregação e exclusão existentes, bem como, a violência empregada naquele tempo. Vale lembrar que, em momento algum, ele fez de sua obra um panfleto para denunciar atrocidades cometidas pelos poderes públicos sobre os setores populares, a exemplo daquelas há pouco mencionadas. Entretanto, o autor se prendeu a observar movimentos mais sutis destes embates cotidianos. Nota-se que a vida pública foi por ele representada como espaço de tensões entre valores de uma ordem emergente baseada, dentre outras práticas, no controle social, e experiências sociais de um passado que o discurso modernizador negava. Essas, por sua vez, estiveram presentes enquanto modos de pensar e de fazer daqueles setores menos favorecidos. Assim, constata-se um desejo de inserção junto àquela ordem que outrora se disse “democrática”, mas, se materializou numa República excludente. Portanto, estima-se que Ramos Cotôco desejou que estas camadas subalternas, juntamente com seus gestos, valores, modos de vida, costumes, credences e outras práticas fossem incorporadas à cidadania e à vida pública naquele período.

Ao que tudo indica, o desejo do autor residiu num possível abrandamento das diferenças e tensões sociais. É no campo dos costumes que esse sentimento se faz percebido. Poemas como “Atas”<sup>279</sup> (1897), “Cangatis” (1893), “Má Língua” (1905), “Titia” (1902), “O Bonde e as Moças” (1901), dentre outros, apresentaram os hábitos e práticas cotidianas dos diferentes segmentos da sociedade (ricos, pobres, emergentes etc), a partir da reconstituição sonora e imagética dos burburinhos na feira, os temas discutidos nas bodegas, o comércio

<sup>278</sup> Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Ceará em 1º de Julho de 1904 pelo Presidente do Estado, Dr. Pedro Augusto Borges. Fortaleza. Tipografia Minerva, 1904. p. 08.

<sup>279</sup> Como se denomina “fruta-do-conde” no Ceará.

ambulante nas ruas à época, a maledicência das mulheres “faladeiras”, a “moça-velha”<sup>280</sup> que ao balançar na rede hostiliza os jovens enamorados, as paqueras entre as moçoilas sobre as janelas e os rapazes que passavam no bonde pela cidade etc. Enfim, no conjunto da obra, Ramos Cotôco, enquanto “cronista sonoro da sua cidade” (Alencar. p. 44) anunciou uma possibilidade de coexistência entre esses diferentes nuances da vida social. De fato, a febre das modas estampada em alguns poemas apresenta uma marcante tensão sócio-econômica, uma necessidade de distinção social por parte de alguns representantes dos grupos hegemônicos, bem como, outros afirmam a beleza “natural” em detrimento do esforço por se tornar “elegante”. Mas, em outros versos já apreciados, os contrastes daquela realidade, ao mesmo tempo em que distinguem os espaços e os sujeitos sociais, também apontam para certa indulgência entre estes modos de fazer e pensar destoantes.

Nos gestos grosseiros do poema “Os Ricos e Eu” (1901), por exemplo, dedicado ao escritor Rodrigues de Carvalho, Ramos Cotôco apresentou o paradoxo existente na sociedade, a envolver tipos, costumes, práticas, hábitos e valores etc. Porém, ele finalizou seus versos sinalizando a coexistência dos extremos, desde que seu comportamento desregrado pudesse existir.

Enquanto nos salões auri-dourados  
Os ricos palestram satisfeitos,  
Eu vou, pelos balcões azinhavrados,  
Copázios aos milhões chamando aos peitos!

Enquanto dos banquetes na fartura  
Bebem taças de esplendidos licores,  
Eu mastigo uma vil bolacha dura  
Que nem, se quer, da pança aplaca as dores.

Enquanto nas alcovas perfumadas,  
Falam de amor os noivos venturosos,  
Eu, nos bordéis, atiro bofetadas  
Às prostitutas vis e aos criminosos.

Enquanto o dandi frisa o seu bigode  
E ajeita o fraque em bela posição,

---

<sup>280</sup> Expressão pejorativa para designar mulher madura solteira.



Eu esfarelo a barba como um bode,  
E as camisas conserto com cordão.

E se eu pensasse em ser correto,  
Sem ter dinheiro e sem ser empregado,  
Meus olhos furariam com espeto,  
Ou tinham-me na praça fuzilado.  
Portanto, deixarei que, neste taco  
De mundo, o rico ou o pobre vá viver..  
De qualquer forma não darei cavaco!  
Diabo leve a quem quiser morrer!<sup>281</sup>

Como foi dito no início deste tópico, ele foi mais que um flaneur. Esnobou dos salões e bailes, mas, os frequentou, assim como aos pagodes, pastorinhas, fandangos, reisados sem esquecer as rodas intelectuais nos cafés e a atividade boêmia junto aos pândegos nos botecos do subúrbio também. O amigo e escritor Fernando Weyne ilustrou o que deveras pareceu mais agradar Ramos Cotôco: a vida em boemia tanto com os abastados quanto com a “gente miúda”.

Nos descantes ao luar, nos casamentos obrigados a violão, aluá e cantorias, nos aniversários, batizados e outros [sic] festejos da gente suburbana, é raro ouvir um boêmio temperar a garganta a recitar um fragmento da “Judia”, de Thomaz Ribeiro, ou cantar “Maria, eu vou-me embora”, de Castro Alves; a “Dormes? e eu velo”, de Casimiro de Abreu. É raro. Mas a “Dizem que as moças namoram”; a “Fico todo me babando”; a “Não existe moça feia”; a “Ó Jacy, já te esqueceste”, etc... etc..., do Ramos Cotôco – como és conhecido, - são de tal forma comuns, que admira quando, nesses momentos de alegria, não se as ouvem<sup>282</sup>.

Nos registros sobre sua existência, as festas e comemorações se destacaram enquanto os momentos em que Ramos Cotôco se fazia notável. Seu talento musical contribuiu imensamente para tal destaque. Era na interação social, junto às práticas de sociabilidade, tanto nos subúrbios quanto nos bailes elegantes da capital cearense, que ele fez história na virada dos séculos XIX para o XX. Edigar de Alencar disse que Ramos Cotôco foi “Boêmio,

<sup>281</sup> “Os Ricos e Eu” IN: RAMOS. Op. Cit. p. 133.

<sup>282</sup> WEYNE, Fernando. “Carta ao Autor” IN: RAMOS, Raimundo. Cantares Boêmios – Fortaleza: Typo-Lithographica a Vapor, 1906. p. VI.

gostava de serenatas, tinha boa voz (...) como compositor dava preferência às chulas e polcas, que logo se espalhavam pela cidade (...)” (p. 42). Não por menos que destacou em seus versos, dentre outras práticas, os namoros escondidos, as licenciosidades, algazaras, bebedeiras, as roletas de jogo e outras transgressões às condutas morais e aos comportamentos disciplinados aos olhos da época.

Vale dizer que ele não esteve isolado neste modo de ser e de fazer “boêmio”. Nas reminiscências de Otacílio de Azevedo, Ramos Cotôco apareceu ao lado de Virgílio Brandão, Carlos Gondim, Fernando Weyne, Norberto Golinac, Amadeu Xavier de Castro, Abel Canuto e o próprio Otacílio de Azevedo, dentre outros, que, ao cair da noite, se entregavam às serenatas andarilhas pelas ruas da cidade e areais nos arrabaldes, fazendo “palpitar os corações que despertavam”, abrindo as bodegas madrugada a dentro para “molhar a goela” (Azevedo. Op. Cit. p. 288). Diante do que se viu em capítulos anteriores, estes homens conviveram com aqueles outros freqüentadores dos Cafés Riche, Java e do Pedro Eugênio, redutos já apreciados da vida boêmia e literária de Fortaleza naquela virada de século, dentre outros espaços, como a Praça do Ferreira, a Livraria do Banco do Ceará, a biblioteca do Abrão Carvalho, onde Josias Goiana, Raimundo Varão, Cruz Filho, Leonardo Mota, Alf Castro, Antônio Sales e outros letrados mais ou menos renomados discorreram sobre temas, assuntos e acontecimentos correntes na vida política e intelectual.

Não se pode esquecer ainda os pândegos, como Carlos Severo, Quintino Cunha, “Rochinha da Farmácia”, Pilombeta, Amâncio Cavalcante, dentre outros da “comuna inquieta” que executavam polcas, sambas e maxixes na Praça do Ferreira, à sombra do “Cajueiro Botador”<sup>283</sup>, a promoverem as famigeradas eleições com chapas fantasiosas, anunciadas aos ventos através de cartazes e insultos, “às vezes acompanhados de grossa pancadaria” (Idem. p. 28). Além destes, o convívio com operários e outros setores sociais já mencionados também fez parte da experiência de Ramos Cotôco. Alguns de seus amigos eram trabalhadores gráficos, como o aprendiz Antônio “Louro”, em que ele e outros “boêmios e notívagos” se entregavam às “cartas do baralho, ao pano verde e à roleta” (Alencar. Op. Cit. p. 45).

Ao que parece, esta seria a leitura de vida social que mais agradou a Ramos Cotôco: uma realidade onde os indivíduos pudessem existir com seus diferentes modos de viver, pensar e fazer, sem detrimento um do outro. Assim como Lopes Filho e Lívio Barreto,

---

<sup>283</sup> Era uma árvore que ficava na Praça do Ferreira. Conta-se que no dia 1º de Abril eram ditas as mentiras mais absurdas, dentre as quais, relativas às autoridades à época. Ver: Girão, 1995. p. 109 – 134.

apreciados anteriormente, vê-se que o discurso democrático anunciado nas campanhas em prol da legitimidade da República teria também contagiado Ramos Cotôco. No entanto, ele assistiu aos conflitos cotidianos que envolveram diferentes segmentos, representações de mundo e práticas sociais de um modo diferente. Ele interagiu com os contrastes daquela cartografia social, exaltando os caboclos, mulatos, mestiços, trabalhadores pobres, depauperados, boêmios, mesmo a rechaçar as ações adotadas pelos agentes do poder público e conviver nos salões com comerciantes, intelectuais, as classes médias e outros setores ligados às elites urbanas, estes últimos, envolvidos com o modelo republicano excludente. Em seus versos estamparam-se a denúncia aos valores materiais e ao consumo feérico das camadas emergentes, que o levou à afirmação dos modos de vida inerentes às camadas populares, mas vislumbrou também a possível coexistência das diversidades simbólicas e sociais. Em boa medida, na sua narrativa poética, esse campo de tensões se diluía em meio à atividade boêmia, uma vez que ele conviveu com diferentes escritores, intelectuais, artistas e músicos, dos mais diversos estratos sociais.

Além dos campos semânticos já observados, outro foi perceptível junto à produção literária de trabalhadores em Fortaleza naquele momento. Distantes do conteúdo evasivo presente na estética simbolista-decadentista e mais incisivos que a lira boêmia e popular, foram encontrados na imprensa classista de época textos poéticos marcados pela denúncia, a militância política e o posicionamento ideológico. O próximo tópico se reportará a esta produção e à experiência social que marcou seus autores.

#### 4. 2. Pedro Augusto Mota e outros “Tupãs”: a Poesia Combativa na Imprensa dos Trabalhadores Cearenses

No início da década de 1920, a produção literária deixada por Pedro Augusto Mota, Eliézer Rocha e outros escritores sem projeção no circuito convencional das letras, se apropriou dos significados<sup>284</sup> em torno da inserção pública e participação dos trabalhadores nas decisões políticas daquele momento. A destacar a trajetória do primeiro autor na militância operária cearense, nos textos literários encontrados, constatou-se que estes agentes

---

<sup>284</sup> De acordo com M. Bakhtin, os significados são resultados da “palavra [que] penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político etc. As palavras são tecidas a partir da multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É portanto claro que a palavra será sempre o indicador mais sensíveis de todas as transformações sociais (...)”. BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem. Problemas Fundamentais do Método Sociológico da Ciência da Linguagem* – São Paulo: Hucitec, 1979. p. 27.

letrados se empenharam em consolidar um pensamento hegemônico (Gramsci, 1989 e Williams, 1979) entre diferentes grupos de trabalhadores, tendo em vista os diálogos junto às redes de sociabilidades configuradas por diferentes núcleos operários locais e nacionais daquele período.

Dos autores que serão mencionados, pouca documentação foi encontrada a respeito da sua biografia, o que não se aplica totalmente a Pedro Augusto Mota. Deste, sabe-se que foi um dos fundadores da União Geral dos Trabalhadores de Fortaleza, com diretrizes semelhantes à homônima fundada na Capital Federal e a UOFT (União dos Operários em Fábricas de Tecidos), entidades evidenciadas pelo “levante anarquista” de 1918 no Rio de Janeiro (Addor, 2002. 118 - 144). Entre 1920 e 1921, ele ainda colaborou na criação da Federação dos Trabalhadores do Ceará. Foi também um dos redatores dos jornais aqui em destaque, *O Combate* (1921) e *Voz do Gráfico* (1921 - 1922)<sup>285</sup>, este último, órgão da Associação Gráfica do Ceará e o primeiro da federação supracitada. Sua trajetória na militância foi perpassada por sucessivas perseguições, a saber, sua demissão do jornal *Correio do Ceará* (quando era operário gráfico em sua oficina), a retaliação coletiva da classe patronal de Fortaleza para não empregá-lo em nenhum estabelecimento, o que o levou a residir em São Paulo, onde ele compôs o conselho editorial do jornal operário *A Plebe*. Por ser um dos signatários do manifesto “O que o Povo reclama”, ali publicado e entregue ao Comitê Dirigente da Revolução Paulista, durante o movimento tenetista em 1924, foi efetuada a sua prisão pela polícia sob as ordens do Presidente da República Artur Bernardes e, em seguida, deu-se a sua deportação para o campo de concentração da Nova Clevelândia<sup>286</sup>, no Oiapoque, onde morreu (Gonçalves & Silva. 2000. p. 49 – 52).

Outros autores que também apareceram assinando versos foram Eliezer Rocha e Jorge Ramos. Porém, tão escassos de informação biográfica quanto Lopes Filho, nenhum registro histórico foi encontrado sobre eles. De igual modo, foi constatada as assinaturas de “Tupã”, “Vulcano”, “Plutão”, “Argos”, dentre outros pseudônimos, provavelmente, atribuídos a Pedro Augusto Mota, já que em um artigo viu-se em sentido contrário as letras de seu nome (“Ordep”). O que ficou constatado na documentação disponível em evidência nas suas obras

<sup>285</sup> Os números publicados do *Voz do Gráfico* e de *O Combate* foram transcritos e reimpressos na coletânea GONÇALVES, Adelaide & SILVA, Jorge (orgs). *A Imprensa Libertária do Ceará – São Paulo: Imaginário*, 2000.

<sup>286</sup> Construído no governo de Artur Bernardes, este campo de concentração foi cenário de vários sofrimentos, dentre eles, torturas e exílio, para onde foram levados os opositores do período. Sabe-se que a grande maioria dos prisioneiros era militante das tendências anarco-sindicalistas no Brasil. Ver também: SAMIS, Alexandre Ribeiro. *Clevelândia do Norte. Anarquistas, Repressão e Exílio Interno no Brasil dos Anos 20 – Rio de Janeiro: Mestrado em História/ PPGHist-UERJ, 2000.*

foi o uso da poesia como estilo literário, utilizado sob forma de prender a atenção do público leitor.

Não somente seus textos literários, mas discursos e artigos político-filosóficos foram publicados por esses autores nos dois órgãos mais engajados da imprensa operária de Fortaleza à época. De tendência classista, eles apresentaram preocupações pedagógicas e doutrinárias, difundindo as idéias e os cânones do socialismo libertário<sup>287</sup>, com iniciativas em torno do associativismo combativo e a defesa dos seus interesses sociais, dentre outras ações. Assim, pode ser entendido que a cultura política destes agentes sociais esteve configurada tanto pelas apreensões elaboradas a partir dos textos alusivos ao comunismo, anarquismo, socialismo, suas bandeiras de luta e reivindicações, quanto pela experiência na realidade do trabalho urbano em Fortaleza naquele tempo. Através dos jornais Voz do Gráfico (1921 - 1922) e O Combate (1921) estes homens e suas entidades se empenharam a se fazer referência combativa com tendência socialista-libertária daquele grupo social. Segundo Gonçalves e Silva (Op. Cit. p. 40 – 66), aqueles jornais merecem ser destacados como iniciativas, sobretudo, dos operários gráficos que muito contribuíam para a projeção do incipiente movimento operário cearense junto às demais entidades classistas no âmbito nacional, participando juntamente com outras federações estaduais dos debates nos congressos operários e suas reivindicações sociais.

Vale salientar que no âmbito local, através daqueles veículos de imprensa, os autores em evidência denunciaram o projeto hegemônico (classista, ideológico e eleitoreiro) do Círculo dos Operários Católicos São José, incitaram diferentes segmentos sócio-profissionais a participar das lutas contra os clérigos (que já haviam cooptado outras entidades), apontando os desmandos de certos administradores públicos e dos patrões, através de discursos e chamadas às greves, paralisações e passeatas. Não podem passar despercebidas as iniciativas conciliadoras da Maçonaria, como bem foi relatado a respeito do Centro Artístico Cearense no primeiro capítulo. Sabe-se que desde a década de 1880, durante a instalação das primeiras fábricas de beneficiamento de matéria-prima e outras manufaturas na capital, tanto a Igreja quanto a Maçonaria estiveram junto dos trabalhadores urbanos a propor o associativismo beneficente e de auxílios mútuos, serviços funerários, dentre outros (Parente IN: Sousa, 1994 p. 347 - 358). Ao longo do tempo, em alguns municípios mais expressivos do

---

<sup>287</sup> Como não havia uma sistematização precisa das inúmeras idéias e correntes revolucionárias absorvidas pelos operários cearenses naquele momento, pode-se entender por socialismo libertário “a visão constituída a partir do pensamento de Proudhon, Bakunin e Kropotkin” que, segundo Adelaide Pereira, foram, dentre outras matrizes, leituras que orientaram a postura e as linhas editoriais dos jornais Voz do Gráfico e O Combate. PEREIRA, 2001. p. 185.

interior cearense, estas duas entidades expandiram sua influência sobre os trabalhadores para além dos domínios de Fortaleza, através dos Círculos Operários (Santos, 2007) e da Aliança Artística e Proletária de Quixadá (Silva, 2007). No entanto, em direção contrária, nos anos 1920, tanto a Associação Gráfica do Ceará quanto a Federação Cearense do Trabalho, propuseram outra referência de auxílio mútuo, pautada na solidariedade classista e posturas combativas ancoradas nas idéias anarco-sindicalistas.

No entender de alguns militantes operários mais fervorosos, a difusão dos cânones teórico-filosóficos das idéias libertárias e/ou socialistas naquele momento era estratégia vital para os trabalhadores e os demais setores subalternos atingirem seus objetivos. Não somente nas cidades industrializadas européias, onde há décadas possuía considerável histórico de mobilização das lutas operárias, mas também em algumas capitais brasileiras em seu processo de industrialização tardio e particular, a preocupação pedagógica envolvendo a “questão doutrinária” ecoou amplamente na década de 1920 pelo movimento operário nacional. Como se leu no segundo capítulo, o jornal Voz do Gráfico já demonstrava tal interesse quando noticiou a abertura de uma “Escola Operária Secundária” (06/jan/1921, nº02).

Na realidade, iniciativas como aquela na capital cearense dos anos 20, levam a crer que, através destes aparelhos, aquelas entidades buscaram reproduzir posturas combativas. Através da difusão dos cânones libertários, imaginaram referendar um pensamento coeso que pudesse estabelecer vínculos, atingir anseios dos diferentes segmentos de trabalhadores cearenses que se organizavam, como o Centro Panificador de Fortaleza, a União Geral dos Trabalhadores, Sociedade Beneficente Centro dos Carroceiros, União dos Tecelões e Rendeiros, União dos Ferroviários Cearenses, União dos Operários Sapateiros, União de Pedreiros, dentre outras. Como atestou Otacílio de Azevedo em suas memórias, livros de Górkki, Tolstoi, Marx, Proudrón, Bakunin, dentre outros autores, estiveram presentes em bibliotecas, como a do Banco do Ceará, ou a venda em livrarias, a exemplo da Imperial (Op. Cit. p. 37 - 39).

Nas palavras de Gramsci (Op. Cit.), eles estiveram primando pela “hegemonia” de uma representação de grupo social, elaborada por um “serviço público intelectual”. No caso em destaque, uma instituição escolar, orientada por intelectuais “orgânicos”, operários letrados, leitores dos textos com conteúdos políticos e filosóficos direcionados aos interesses sociais da “classe”. De acordo com o que se leu nos dois primeiros capítulos, em grande parte, naquele momento em Fortaleza, este segmento era composto por uma população oriunda das

migrações causadas pelos violentos ciclos de estiagem, formando parte considerável de um contingente desprovido da assistência pública (sobretudo educação, saúde, condições dignas de moradia etc) e que duramente sofreu com o processo de urbanização e controle social.

Também deve ser lembrado que, concernente à instrução letrada, este grupo social possuía pouco ou quase nenhum acesso à leitura, muito menos aos livros, debates e doutrinas político-filosóficas libertárias ou socialistas em voga no período. Logo, presume-se que mesmo aqueles veículos de imprensa tomando para si a responsabilidade de conduzir as camadas subalternas à emancipação, teriam naquele âmbito somente um número reduzido de leitores. Entretanto, como bem disse Francisco Foot Hardman, a exemplo dos núcleos militantes anarquistas do sudeste brasileiro durante a Primeira República, esses agentes sociais “sempre revelaram sua preocupação com a distância entre os cultos e os incultos, situação complicada ainda mais pelo analfabetismo e pela multiplicidade lingüística trazida com a imigração” (Hardman, 2002. p. 60). E, não por menos a literatura, através da poesia, dos recitais, saraus e encenações, tornou-se mais uma estratégia aliada à “necessidade de propaganda”.

Sendo iletrada boa parte destes segmentos, se explica a necessidade daqueles indivíduos que detiveram maior acesso aos textos se empenharem por instrumentalizar os demais no campo da leitura, a promover discussões e debates, “organizando” o setor junto às suas demandas e reivindicações e levar a compreensão dos textos libertários e/ou socialistas. Eliézer Rocha, no soneto “Camaradas!”, publicado no jornal Voz do Gráfico, nº 06, em 06/março/1921, destacou a importância das idéias relativas ao “amor pela classe oprimida”, em que a “Escola e as Leis Universais” (teorias libertárias e socialistas envernizadas por concepções evolucionistas) envolveriam o mundo na solidariedade rumo à emancipação dos trabalhadores.

Para que serve a Vida efêmera e ligeira,  
Se melhor não se emprega esse instante de Vida;  
Sem persistir, lutar e transpor barreira,  
Que se antepõe a nós numa perpétua lida?

Lutar para vencer, persistir sem cansa,ira,  
Na firme convicção de uma idéia florida,  
Desfraldando no Todo a Vermelha Bandeira,  
Em sínteses de amor pela classe oprimida!

Unamo-nos de vez numa artéria latente,  
Que envolva o Mundo inteiro em laços fraternais  
Pulsando em cada peito um coração consciente!

Vamos pois trabalhar o bem da humanidade,  
Reformando-se a Escola e as Leis universais,  
Na crença que nos prende à luz da Liberdade!

Esta inquietude com a formação também se fez presente nos textos literários, ao comportarem sentidos pedagógicos e conteúdos explicativos sobre as concepções e temas inerentes à condição social daqueles sujeitos históricos. Como resultado da prática pedagógica, era prioridade a compreensão orientada pelas leituras libertárias sobre as tensões sociais vivenciadas por aqueles agentes sociais. Pedro Augusto Mota destacou tais inquietações no soneto “Anarquia”, publicado no jornal Voz do Gráfico, nº 17, em 14/janeiro/1922.

Anarquia não é o que propala  
por toda a parte casta exploradora,  
e nem tão pouco o germe que assinala  
da Humanidade a clava destruidora.

Mas sim; a Anarquia é a luz que fala  
às multidões de povos, que a opressora  
lei do despotismo, a fogo e a bala,  
traz sujeitas ao jugo da penhora

que até hoje, despótica, domina  
pela força selvática e assina  
da IGNORÂNCIA que reina ante a VERDADE<sup>288</sup>...

A Anarquia, pois, é portadora inata  
Da idéia verdadeira e intemerata  
Que sintetiza em suma a Liberdade...

No início do século XX, a corrente anarquista (mais propriamente anarco-sindicalista) havia se propagado nos debates do operariado nacional, sobretudo, desde o I Congresso Operário Brasileiro, realizado na Capital Federal em 1906. Não se deve esquecer que outras linhas de pensamento, como a socialista-reformista e a trabalhista (denominada pelos combativos de “amarelos”) também buscaram orientar diferentes setores organizados durante a Primeira República. Sabe-se que as idéias socialistas, difundidas entre os operários do Rio de Janeiro e São Paulo, tiveram maior expressão e direcionamentos mais sistematizados após o II Congresso Socialista Brasileiro, realizado em São Paulo, resultando a publicação do Programa do Partido Socialista Brasileiro no jornal carioca Gazeta Operária,

---

<sup>288</sup> Grifos do autor.



no ano de 1902 (Gomes, 2005. p. 66 - 80). Já os trabalhistas, segundo Carlos A. Addor, “lutavam apenas por conquistas econômicas imediatas, por melhores condições de vida e trabalho no interior dos quadros delimitados pelo capitalismo, e aceitavam tacitamente uma posição de dependência em relação ao Estado”. Ainda neste raciocínio, foi no alinhamento às políticas sociais da Primeira República que os trabalhistas tiveram o seu momento mais expressivo quando, no Palácio Monroe, o Ten. Mário Hermes, deputado federal baiano, filho do Presidente Hermes da Fonseca, articulou um congresso operário em 1912, denominado pelos memorialistas de “Congresso Pelego” (Addor, 2002. p. 67 – 100).

Entretanto, de acordo com Ângela de Castro Gomes (2005. p. 31 - 33), é indiscutível a expressiva participação da tendência anarquista junto ao operariado no Brasil, mesmo com o “risco reducionista” das visões na historiografia que contemplam o tema, muitas vezes, esquecendo a participação das demais correntes. O certo é que as teses defendidas no Congresso Operário Brasileiro de 1906, 1913 e 1920, tiveram ampla repercussão nas demais capitais, dentre elas Fortaleza. Dessa maneira, no poema supracitado, pode se entender o prestígio que o anarquismo teve naquele tempo entre diferentes profissionais urbanos. O grau de envolvimento de Pedro Augusto Mota, a se perceber enquanto propagador das idéias libertárias, refletiu um traço marcante em sua experiência de operário gráfico e militante junto aos dilemas que o operariado atravessou naquele momento, dentre eles, melhorias nas condições de trabalho, moradia, direito à instrução, saúde, salário e, de modo especial, participação nas decisões públicas.

Assim, o autor não hesitou em desconstruir a reapropriação do enunciado “anarquia”, que os grupos dominantes e seus órgãos de imprensa há muito relacionaram com “desordem”, “bagunça”, “caos”. Na disputa pela “apropriação do significado”, entendida a existência do “signo como uma arena onde se desenvolve a luta de classes”, é percebida nos versos a intenção do autor em extrair um sentido de valor positivo dos enunciados, junto à apreensão pelo seu grupo de leitores. Por outro lado, ele relacionou a ação dos poderes constituídos como “despótica”, nociva aos anseios das camadas subalternas, em que residia também a sua ignorância. A “anarquia”, entendida não só como condição política e organizativa, se fez compreender também enquanto postura e corrente de pensamento que traria a libertação dos trabalhadores sobre a opressão sócio-econômica.

Em Mikhail Bakhtin, sendo os signos portadores de “valores semióticos (...) produzidos pelos homens organizados em sociedade”, a leitura do soneto “Anarquia” deixa às claras a “avaliação que reflete ou refrata um valor” (ponto de vista ou leitura social), a entender como diferentes agentes com projetos e interesses materiais, definidos e divergentes,

concebem as variadas leituras de um determinado signo – este, por sua vez, produzido, apropriado e reapropriado num campo de tensões sociais (Bakhtin, 1979. p.17 – 33.). Ainda no jornal Voz do Gráfico do dia 25/fevereiro/1922, nº20, sob o heterônimo de “Vulcano”, Pedro Augusto publicou também um artigo intitulado “Anarquia”, conceituando teórica e etimologicamente o termo, a destacar que “nenhum fundamento tem o termo anarquia com o sinônimo de ‘desordem’, a não ser por interesses de quem não se sente bem, capaz de viver em um regime comunista-anárquico ou simplesmente anárquico”.

Sobre o “reflexo” e a “refração” de um valor atribuído por grupos sociais com pontos de vistas antagônicos, em seu poema, o autor tornou a denúncia uma estratégia discursiva como forma de prender a atenção do seu respectivo público leitor, quando é lembrada a violência contra os trabalhadores, em passagens como “lei do despotismo”, “a fogo e a bala” e “força selvática”, comum à repressão da força pública às reivindicações operárias naquele período (Addor, 2002; Gomes, 1979 e Batalha, 2003. p. 161 – 189.). Não por menos, as agressões direcionadas a este segmento social fizeram parte da própria experiência de Pedro Augusto Mota, como já foi dito. Inerente à sua trajetória de vida, a resistência às ações “tirânicas” é percebida nos versos do soneto “Novo Mundo”, publicado no jornal O Combate, nº 02, em 26/junho/1921, em que se invocou a “existência em rigidez de atleta” e a crença nos ideais revolucionários (“calor de vida pura e ardente”), enquanto traços importantes para levar a humanidade ao “Novo Mundo (...) grande e feliz ao sol da Liberdade” .

Vibre minh'alma toda, impulsionada, ereta,  
no fogo deste amor flamífero, sublime,  
que a mim revoluciona e em vibração secreta  
o Ser me traz banhado à luz que o Bem exprime.

Labore dentro de mim, como da vida o vime  
que treme e busca sempre a destinada meta  
do seu dia final, a chama que redime  
a seiva da existência em rigidez de atleta!

E assim, neste calor de vida pura e ardente,  
na vibração do amor que me revoluciona  
do Novo Mundo eu possa inda colher semente...

A semente do Bem, do Amor e da Igualdade,  
a semente que tem, por fim, de a raça humana  
tornar grande e feliz ao sol da Liberdade.

Sabe-se que a violência foi a resposta correntemente adotada pelos poderes constituídos em relação às demandas e reivindicações em pauta daqueles setores da sociedade, definidos como “classes perigosas”. Mas, nem por isso se limitaram à docilidade nos galpões insalubres das fábricas e oficinas. De acordo com o que se vislumbrou no Capítulo 1, muitas vezes tiveram que se unir a outros setores (inclusive com a classe patronal ou elites políticas tradicionais), como estratégia de inclusão em meio às disputas das facções políticas pelo comando da máquina pública, a exemplo do que ocorreu com as alianças entre o Partido Operário e a União Republicana, bem como, entre a União Operária e o Centro Republicano Cearense, durante o pleito para a Constituinte de 1891<sup>289</sup>. Percebe-se, desta forma, a fragilidade que desde os primórdios do regime republicano pairou sobre estes segmentos, no que diz respeito à sua representação autônoma enquanto grupo político organizado, relativamente empenhados – diante das suas limitações – a participar da elaboração das leis (nacionais, estaduais) que haveriam de orientar os rumos da organização social.

No tocante à organização político-participativa dos trabalhadores urbanos no Brasil, estes ficaram completamente alheios à vida político-eleitoral do país. A lembrar o cenário político cearense, entre 1894 a 1912, o período da oligarquia acciolina foi marcado pela emblemática da violência com que esta lidava em relação às camadas subalternas da população, como se observou o trágico episódio de 1904 durante a greve dos catraeiros no Porto do Mucuripe. Após a queda dos Accioly em 1912, quando trabalhadores e diferentes setores populares se uniram às oligarquias locais dissidentes e, durante o tumultuado período intervencionista da “política das salvaçãoes”, acelerado pela Sedição de Juazeiro (Montenegro, 1980. p. 83 - 87), percebe-se aos poucos uma tímida postura combativa de alguns trabalhadores na cena política local.

Em 1919 é fundado o Partido Socialista Cearense (PSC), por iniciativa de alguns integrantes do Centro Artístico Cearense, trabalhadores gráficos, autodidatas, entre eles, Raimundo Ramos (homônimo do boêmio estudado anteriormente), Eurico Pinto, Gastão

---

<sup>289</sup> Mesmo diante destas inusitadas alianças com segmentos da elite política tradicional, sobre o Partido Operário Brasileiro (fundado na então Capital Federal) e suas variações nos estados, há quem considere que “o discurso socialista pioneiro pode ser ingênuo, mas tem coerência: pretende sempre representar o povo, na pessoa dos trabalhadores urbanos”. Ver CHACON, Vamiréh. História dos Partidos Brasileiros. – Brasília: EdUNB, 1981. p. 89 – 91.

Justa, Joaquim Alves, tendo por órgão de imprensa o jornal Ceará Socialista (1919) em que colaboraram Moacir Caminha<sup>290</sup> e o já mencionado Pedro Augusto Mota. O surgimento do PSC representou o momento de fragilidade das antigas forças oligárquicas (Accioli e a família Paula Pessoa, aliados aos coronéis do sertão), bem como, a inabilidade das novas lideranças políticas daquele período (Rabelo e Brígido, representantes das elites urbanas), em consolidar seus propósitos facciosos sobre a máquina estatal. Sabe-se que desde 1914, quando o presidente da República Hermes da Fonseca nomeou o Cel. Liberato Barroso para assumir o cargo de governador do Ceará, as facções oligárquicas passaram a sofrer gradativo abalo no seu habitual esquema de chegar ao poder (influência, empreguismo, favoritismo etc). Foi naquele momento, durante o mandato de João Tomé de Sabóia e Silva, que se chegou a uma frágil aliança entre essas facções, uma sob a bandeira do Partido Republicano Democrata (rabelistas e Paula Pessoa) e outra no Partido Republicano Conservador (acciolistas e coronéis do sertão).

No entanto, assim como a experiência anterior do Partido Operário Cearense (1890 - 1893) no início da República, o PSC também sofreu com a falta de um direcionamento mais consistente e autônomo, que o destacasse enquanto referência política dos interesses dos trabalhadores urbanos em Fortaleza. Além disso, a participação de membros do partido junto às associações beneficentes, a exemplo do Centro Artístico (influenciado por maçons), a tímida convivência em momentos solenes com a administração pública à época, bem como, o embate com intelectuais e a colaboração de militantes combativos no seu órgão de imprensa, mostraram as contradições e dilemas sofridos pelos integrantes do PSC. Além disso, a desbotada simpatia do então governador João Tomé, que se fez presente na cerimônia de fundação do partido, os ataques do jornal Correio do Ceará pelo industrial e intelectual Tomáz Pompeu de S. Brasil Filho (presidente do Centro Industrial Cearense), a encabeçar campanha de demissão e não-contratação de integrantes do PSC, as críticas de Pedro Augusto Mota às entidades beneficentes em nome do sindicalismo de luta, dentre outros episódios, ilustraram bem o campo de tensões que ali foi vivenciado.

Neste sentido, percebe-se quão era frágil a coesão entre os trabalhadores e seus projetos de autonomia social e política, a manter suas próprias reivindicações e prioridades sem que estivessem ligados a um ou outro setor dos grupos hegemônicos. Esta prática também pode ser entendida pela excessiva repressão direcionada a estes durante os primeiros

---

<sup>290</sup> Professor e jornalista libertário que no início do século XX fundou o “Clube Socialista Máximo Górkki”, espaço de discussões e estudos libertários que teve como órgão O Regenerador. De acordo com Gonçalves (op. cit, p 28), “parece pertencer a [Moacir] Caminha a condição de primeiro socialista libertário [no Ceará], ou pelo menos o primeiro que, de forma aberta, expressou através de sua militância essas idéias (...)”.

governos republicanos. Assim, diante desta experiência, o soneto “Pressentimentos”, de Jorge Ramos, publicado no jornal *Voz do Gráfico*, nº 18, em 28/janeiro/1922, comportou em sua narrativa “estruturas de sentimento” que apontaram para a dura vivência daqueles agentes sociais, em relação à esfera pública e os interesses dominantes.

Meu peito é uma abóbada sonora  
onde vem retumbar lugubrememente  
os surdos ecos dum soluço injente  
que no peito dos homens estertora.

Ranjam cadeias de metal candentes,  
os grilhões despedacem-se lá fora:  
tudo o que o povo tristemente chora  
repercute, em meu peito, tristemente.

Sucede às noites, o clarão do dia,  
e não tenho o infeliz onde pernoite,  
esqueça as amarguras, a agonia.

Embora. S’empolgar um dia o açoite  
vergastarei o dorso à tirania,  
dando uma aurora ao povo em plena noite.

A narrativa literária comporta sensações de sofrimento. Contudo, movida por uma reação ao “açoite”, os últimos versos apresentam a esperança, “uma aurora ao povo em plena noite”, indefinida e vaga. Passagens como esta destacam bem a reflexão que pairava entre os trabalhadores, quanto às formas de se perceberem nos acessos rarefeitos, sua restrita participação junto aos debates político-institucionais.

Concernente ao desejo de inserção na vida pública, bem como, o descaso dos governos à época com as camadas subalternas da sociedade, de acordo com Ângela de Castro Gomes (1979), entendeu-se que na Primeira República as preocupações e os debates travados no âmbito dos poderes constituídos, em torno de uma legislação social, possuíam “explícita preocupação moral e sanitária (...) não se tratava, por conseguinte, de regulamentos que pudessem ser situados dentro do sentido da formação de um Direito Social, de uma legislação trabalhista”. Por outro lado, entendeu-se também que, sobretudo, entre as décadas de 1910 e 1920, reivindicações discutidas no âmbito da legislação em torno da questão social, foram a princípio erguidas como bandeiras nas manifestações operárias, depois somadas às demandas das classes médias urbanas diante dos problemas que atingiram as populações citadinas (concentração de riqueza pela burguesia urbano-industrial, legislação que priorizava a

proteção do capital). Dentre outros aspectos contraditórios, somam-se a estes “a necessidade do estímulo ao desenvolvimento industrial” (pequenos industriários) e as “campanhas antiindustriais” que determinados setores destas camadas médias urbanas (atravessadores com interesses na agroexportação, por exemplo) levantaram durante as crises internacionais (Idem. 59 - 61).

Ao que parece, foi no meio destas tensões, quanto à elaboração de uma legislação voltada às demandas sociais, que houve a simbiose de interesses e projetos em que se confundiram os desejos dos trabalhadores urbanos e dos segmentos emergentes, como as classes médias (espremidas pelas flutuações econômicas e os anseios de civilização e progresso). Daí serem facilmente percebidos naquele momento em Fortaleza, vínculos entre os distintos grupos sociais. Muitas vezes, essas alianças foram costuradas por entidades como a maçonaria, segmento que dentro das suas características facilmente encontrava “brechas” para atuar. Assim, os trabalhadores elaboraram suas complexas reivindicações, muitas vezes atendendo a interesses imediatos ou, involuntariamente, somando suas demandas às pautas de outros segmentos sociais mais favorecidos do ponto de vista sócio-econômico, uma vez que pouco ou quase nenhuma inserção tiveram nas decisões públicas.

Mesmo em meio a estes aspectos contraditórios, no empenho por configurar uma referência hegemônica para o seu grupo social, pode-se dizer que, na capital do Ceará, tanto a Associação Gráfica quanto a Federação Cearense, primaram pela interlocução com as lutas operárias do período e, guardadas as devidas proporções, consideradas suas limitações, empenharam-se na solidariedade classista junto às mobilizações do movimento operário internacional e suas lutas. No momento em que a Revolução Bolchevique projetou novos horizontes a serem almejados, em boa medida, a imagem da Rússia de 1917 nutriu as esperanças de operários unidos pela causa combativa. Em Fortaleza, estes ecos não demoraram a ressonar como puderam ser percebidos nas paralisações e greves entre o final da década de 1910 e o início da década de 1920, retaliadas com extrema violência pelos poderes públicos e patrões (Ponte, 1993. p. 57 - 63). Assombrados, outros setores chegaram a conciliar suas discrepantes orientações e dogmas, como ocorreu na frágil aliança entre a Igreja e a Maçonaria junto aos trabalhadores urbanos, tendo em vista a repercussão da “ameaça vermelha” naquela década (Parente IN: Sousa, 1994. p. 353). O soneto “Conjecturando”, de Eliézer Rocha, dedicado “ao camarada Manuel Paulino de Moraes”, publicado no jornal *Voz do Gráfico*, nº10, em 01/maio/1921, destacou bem a representação que o signo das idéias socialistas e a emblemática imagem de 1917 na Rússia (“Rubor que todo Mundo agita”) fizeram sobre as aspirações de certos letrados engajados na luta operária.

Novo astro incandescente, além, no azul palpita,  
 Aurifulgente, excelso, irradiante e puro,  
 E esse astro é o Rubor que todo o Mundo agita;  
 E o símbolo do amor, é o fanal futuro!...

Na crença que me envolve ascética e esquisita  
 Vejo a transmutação do grande ideal que auguro,  
 Numa escola de amor sintética e bendita  
 Preza ao grilhão de luz dos sonhos de Epicuro...

Vejo o bem procurando as rudes consciências,  
 Vejo a luz penetrar em bruscos corações,  
 Sem vestígios deixar entre reminiscências...

É a luz fosforescente e excelsa da verdade,  
 Que nos conduzirá entre hinos e canções  
 À vitória final da nossa Liberdade!

Para muitos militantes socialistas-libertários, era provável no futuro um processo revolucionário que, segundo suas leituras, teria se iniciado vitimando o czarismo russo. A “crença ascética” estaria sendo confirmada segundo as manchetes do período. Não obstante, a repercussão da Revolução Bolchevique lançou sobre diferentes realidades do operariado mundo a fora os ecos da “revolução mundial (...), ouvidos onde quer que atuassem movimentos trabalhistas e socialistas, independente de sua ideologia, e mesmo além” (Hobsbawm, 1995. p. 71 - 77). A “falência e a derrubada final do capitalismo”, assim entendidas, mereceriam melhor compreensão na realidade de Fortaleza, sobretudo, aqueles setores cuja Igreja e Maçonaria já havia se aproximado. Daí a solidariedade, a união da classe em uma mesma “escola de amor”, sendo a imprensa engajada, a escola secundária, as conferências, a constituição do sindicato combativo, entre outras atividades, os espaços por onde “o bem procura as rudes consciências” e as conduz “à vitória final da Liberdade”.

Além da Revolução Bolchevique, a data emblemática do 1º de maio de 1886, em Chicago, foi outro acontecimento de repercussão nas memórias do movimento operário. Diferente da representação vislumbrada no Capítulo 1, tendo a frente as comemorações encabeçadas pelo Centro Artístico Cearense, nos anos 1920, a data apelava pela tragédia histórica acometida sobre os trabalhadores que ali tombaram. Sabe-se que, naquele período, na capital cearense e mundo a fora, a lembrança deste episódio passou a comportar “dimensão internacionalista” de luta, reforçada por um forte sentido pedagógico que ajudou a legitimar a luta operária na construção das “memórias exemplares” (Pereira. Op. Cit. p. 435 - 461). Sob o codinome de “Tupan”, Pedro Augusto Mota publicou no jornal Voz do Gráfico, nº10, em

01/maio/1921, o soneto “Primeiro de Maio”, referendado pelo caráter pedagógico em nome da memória de luta “dos que tombaram no passado”.

Contrapondo o sorrir fero, irritante  
do burgo ladravaz e desalmado  
eis que nos surge a luz de um sol radiante  
o PRIMEIRO DE MAIO, consagrado

o dia mais sublime e edificante  
na história secular do operariado,  
cujos feitos de luz lembram o pujante  
vigor dos que tombaram no passado.

PRIMEIRO DE MAIO, data bendita<sup>291</sup>  
para aqueles que sonham no vindouro  
ter o dia ansiado da vindita

contra aqueles cuja alma negra, insana,  
mandam matar, a custa do seu ouro,  
paladinos da liberdade humana.

No texto literário, a representação do 1º de Maio como “dia mais sublime e edificante na história do operariado” comportou, além da denúncia, alusão à memória de luta daquele segmento, inserida numa realidade social cujo embate entre os grupos (“patrões e operários”) seria permanente. Segundo o autor, não se podia admitir a submissão àqueles “cuja alma (...) mandam matar, a custa do seu ouro”. Já apresentada, nota-se que diante da vivência militante e engajada, na sua produção literária está contido o empenho por se fazer uma referência hegemônica entre os segmentos profissionais da capital cearense, não somente junto às questões trabalhistas em pauta na ordem do dia, mas, quanto ao uso dos ritos e memórias das lutas sociais, a expressarem o caráter doutrinário, empenhado em aproximar a vivência daquele setor aos textos de Górkí, Marx, Proudhon, Kropotkin, Bakurnin.

Certamente pode ser afirmado que Pedro Augusto Mota foi um dos poucos que assimilaram mais intensamente o conteúdo daquelas leituras, o que pode ser percebido na militância que lhe desenhou a vida. Por conta do engajamento apaixonado, algumas passagens em seus versos expressaram significados quase religiosos pela perseverança nos ideais defendidos, assimilados nos textos dos seus cânones filosóficos e políticos. No soneto “Florescência de Luz”, publicado no jornal Voz do Gráfico, nº 12, em 29/outubro/1921, chega a ser transcendente sua relação com as obras libertárias.

Visando do Infinito a profundeza imensa  
cheguei a divulgar na abóboda Celina

---

<sup>291</sup> Grifos do autor.



magestoso fulgor da luz Adamantina  
- aurora germinal da redentora Crença.

E ao fundo de cristal, profundamente intensa,  
resplendescia [sic] em cone a forma purpurina  
de portentosa Idéia, essa de que germina  
toda luz desse Bem que a minha mente incensa.

Depois, como a mudar para um cenário novo,  
eu vejo aparecer a multidão de um povo  
que ao peso do trabalho a existência enobrece...

E a proporção que a cena avulta em amplitude,  
do Velho Mundo passa em crepes o ataúde,  
e em flâmulas de luz – Novo Mundo floresce.

Este é um dos poemas mais herméticos produzidos pelos autores em questão. Em várias passagens se destacam as sinestésias (“aurora germinal”, “flâmulas de luz [onde] Novo Mundo floresce”), em que ricas sensações luminosas (típica dos simbolistas solares) evidenciaram os afetos que Pedro Augusto Mota deteve sobre as idéias que o inspiraram. De maneira alguma seria forçado à imaginação histórica entender que, assim como todo ser humano, o autor também teve seus momentos de transcendência; intensamente a imaginar uma sociedade futura, em que ele (“divulgador na abóboda celina”) também faria germinar um “Novo Mundo”. No emaranhado dos diferentes processos racionais e irracionais que envolvem a produção de um texto, entre as mais infinitas formas de sentir e perceber que compõem as “estruturas de sentimento” na obra literária, entende-se que, na visão do autor, a pedagogia libertária seria tão importante à emancipação e aos ditames do capital, quanto a religiosidade cristã em suas práticas e liturgia seria um rumo à “salvação”.

É bom lembrar que, se tratando de atividade religiosa e o mundo do trabalho, em Fortaleza, a Igreja já vinha de longas datas se aproximando dos operários fabris, artesãos, retirantes, mendigos e pedintes. Desde a década de 1870, em pleno processo de romanização, a Igreja Católica no Ceará havia se alinhado às deliberações do Concílio Vaticano I, em ofensiva à maçonaria, contra o liberalismo e as idéias evolucionistas, seja na imprensa<sup>292</sup> ou na política partidária após a proclamação da República, com a criação do Partido Católico (Pinheiro IN Sousa, 1994. p. 199 - 210). Junto às forças histórico-sociais que se desenrolavam desde o final do século XIX, a destacar a querela entre o laicismo do Estado republicano e a atuação dos clérigos junto à população, que atingiu diretamente a participação da Igreja na

<sup>292</sup>Em destaque, os jornais *Tribuna Católica*, órgão da Arquidiocese de Fortaleza (1867 – 1875) e *A Verdade*, órgão do Partido Católico (1890 – 1893).

organização da vida social brasileira, bem como, a retomada de algumas prerrogativas da Encíclica *Rerum Novarum* (em destaque as que apontaram o socialismo como um dos principais inimigos da fé), justificava-se a aproximação urgente entre as atividades clericais e os segmentos sociais, principalmente os trabalhadores fabris (Souza, 2002. p. 63 - 68). De acordo com Josênio Parente, “a presença da Igreja na organização do movimento operário [cearense] inicialmente se cristaliza (...) nos moldes corporativistas preconizados pela *Rerum Novarum* e as Conferências Vicentinas eram incentivadas como as formas mais adequadas”, conforme será melhor entendido no próximo tópico (Op. Cit. p. 347 - 358).

Contudo, foi com a criação do *Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José*, em 1915, que a Igreja Católica passou a exercer maior influência sobre os diversos trabalhadores na capital. Vale lembrar que até o início dos anos de 1910, além das irmandades vicentinas mencionadas e dos maçons que também influenciaram a organização e o controle sobre as camadas menos favorecidas da população. Conforme será vislumbrado, por conta do crescente índice de pobreza, os clérigos, através da Sociedade S. Vicente de Paula, foram se aproximando mais dos miseráveis e desvalidos, contingente muito expressivo em virtude dos ciclos de estiagem.

Num determinado momento, tendo em vista o espaço de atuação ampliado, os maçons não perderam tempo: se aproximaram dos trabalhadores urbanos (fabris, têxteis, mestres-de-obra, sapateiros, carpinteiros) com iniciativas que vão desde a fundação do Centro Artístico (1904) ao apoio do Partido Socialista Cearense (1919), já observados, apontando para esta tendência “bem comportada (...) influenciada pela social democracia (socialismo democrático e evolucionário)” (Idem. p. 353). No entanto, junto às iniciativas do recém-formado PSC, o investimento dos maçons para cativar as simpatias das entidades de classe vinha no sentido de minar a estratégia mais poderosa da Igreja naquela realidade, com influência crescente sobre aquelas associações: o *Círculo Operário São José*. Assim, pode-se afirmar seguramente que o modesto prestígio dos maçons sobre os trabalhadores cearenses foi esmorecendo, no desenrolar dos anos de 1910, sobretudo, a partir da nomeação do bispo D. Manoel da Silva Gomes para a Diocese de Fortaleza.

Fundador do já mencionado *Círculo Operário*, D. Manoel tem um leque de inúmeras realizações: fundou o *Círculo Católico de Fortaleza (CCF)*, grupo de intelectuais católicos fundado em 1913<sup>293</sup>, o *Crédito Popular São José* (1922) e o *Banco São José* na

---

<sup>293</sup> “O *Círculo Católico de Fortaleza* foi a escola política que posteriormente seria seguida por D. Leme, então, arcebispo do Rio de Janeiro, quando cria o *Centro D. Vital*, em 1922”. PARENTE, Josênio C. *A Fé e a Razão*

década de 1930. Foi articulador, juntamente com o Papa Bento XV, da elevação das paróquias de Crato e Sobral à condição de Dioceses, em 1914, o que elevou Fortaleza à Arquidiocese. Foi coordenador da Liga Eleitoral Católica (1933), juntamente com Severino Sombra, momento que lhe trouxe maior projeção, inclusive nacional. No entanto, as reações contrárias ao Bispo D. Manoel foram incisivas, quando este tratou de cumprir à risca a principal medida da *Rerum Novarum* (combate ao socialismo) e as resoluções da Conferência do Episcopado Brasileiro de 17/ janeiro/ 1915, “espécie de constituição eclesiástica”, que ressaltava o monopólio da Igreja, a oferecer “o caminho a seguir, pautado nas regras morais emanadas de suas leis e da ética católica” (Souza. Op. Cit. 123). Diante do avanço acelerado de sua influência carismática sobre os trabalhadores organizados, a condenar o “ateísmo bolchevique” e arregimentando entidades em torno do Círculo Operário, a pena poética de Eliézer Rocha não deixou por menos seu contra-ataque ao bispo arquidiocesano e suas iniciativas, como foi constatado num soneto sem título, datado em abril/ 1921, publicado no jornal *O Combate*, nº 01, em 12/jun/1921.

...Que diga a humanidade inteira, romanista,  
Que nós somos brutais, perversos, criminosos!  
Porque temos no peito o ideal do comunista,  
Na esperança final de tempos venturosos!

A ventura pertence ao mais forte e otimista,  
Que encara uma opressão sem ódios caprichosos,  
E depois de sofrer, como Cristo, o Anarquista,  
Veda a sorrir de amor os olhos lacrimosos!

E a lágrima contém a suprema bondade,  
A bondade sem fim da glória mais perfeita,  
Que prende a Vida humana ao Céu da fraternidade!...

Ao Céu... sublime Céu!... tão límpido e tão suave!  
Onde a luz se espargiu, sinceramente afeita,  
À Bíblia colossal dos sonhos de João Grave!...

Mais do que licença poética, o autor destes versos ousou no senso criativo, pois tornou possível o que seria impraticável para muitas posturas, desde o ceticismo dos materialistas ao espiritualismo dos cristãos. No singelo jogo de imagens e conteúdos de sua estrutura narrativa, o que se pensou irreconciliável, tornou-se comum, a exemplo da analogia entre o sofrimento de Cristo e o do militante anarquista. Ambos teriam a mesma experiência da perseguição dos tiranos, a dor, porém, como a “ventura pertence ao mais forte e otimista”,

detentores de “bondade sem fim”, teriam um lugar comum lhes reservado: o “céu”, que insiste em aparecer nos últimos versos, seja aquele paraíso espiritual cristão ou o que poderá ser na vida social, com a solidariedade classista e o aniquilamento das relações de poder na sociedade capitalista. O recurso da apropriação dos significados, em que se entendeu a refração e o reflexo de um valor semiótico em disputa no campo de tensões dos grupos sociais, é bastante visível neste texto poético, pois, na leitura do autor, as posturas e os signos, outrora apropriados pelos dogmas cristãos (renúncia, abnegação etc), tornaram-se análogos à experiência e ao desejo daqueles em que a práxis libertária se fez necessária para distanciar os trabalhadores da influência clerical. O que está ressonante neste soneto é um duplo caminho de desconstrução/reconstrução: em primeiro, reelaborar uma leitura hegemônica, composta por sentimentos comuns, alimentada por desejos sociais compartilhados por aqueles que vivenciaram a mesma condição. Porém, acreditaram que a sua libertação estava no embate social, pedagogicamente apresentado pelos textos anarquistas, socialistas e comunistas. Por fim, estimaram minar a arquitetura dos enunciados que os intelectuais católicos (sobretudo do CCF) dominavam, aproximando as teorias evolucionistas das idéias combativas, a apartá-las da imagem “anticristã”.

As reações aos ataques do clero não pararam por aí. A tentativa em desconstruir a influência crescente do “Circo”<sup>294</sup> dos Operários chegou à beligerância nos recursos literários. Em paródia ao “Hino dos Sindicatos Cristãos”, Pedro Augusto Mota, sob o heterônimo de “Tupan”, publicou no jornal Voz do Gráfico, nº 18, em 28/janeiro/1922, um cáustico ataque a um dos símbolos mais ritualizados da entidade: o seu hino.

Avante ó povo, guerra de morte contra a corte  
que vos explora!  
E sempre em luta com o despotismo,  
do Socialismo saudai a aurora!

Avante ó povo, que a Igreja ladre  
e o Santo Padre  
clame piedade!  
Lembraí que ele pela Mentira,  
Zomba e conspira contra a Verdade!

Avante ó povo, armas à mão que a religião,  
também oprime!  
E a vosso espírito guiai à luz,  
do bom Jesus que o Bem exprime!

<sup>294</sup> São freqüentes os trocadilhos pejorativos que Pedro Augusto Mota e Eliezer Rocha utilizaram a fim de satirizar a nomenclatura do Círculo Operário.

Avante ó povo, para a peleja contra a igreja  
 - cancro da terra!  
 E como o Justo contra o Tirano,  
 ao Vaticano declarai guerra!

Avante ó povo, cerrai fileira junto à Bandeira  
 da Liberdade!  
 E a Jesus Cristo sempre imitando,  
 Ide lutando pela Igualdade!

Avante ó povo, que o Socialismo  
 ao catolicismo  
 derrotará!  
 E desde as faldas do Ocidente  
 A's do Oriente ele dominará!

Com chamadas expressivas, “Avante ó povo, guerra de morte contra a corte que vos explora!”, os versos contêm uma explosiva dose de ofensas e declarações em tons de batalha: “armas à mão (...) ao Vaticano declarai guerra!”. Não por menos, o bispo arquidiocesano de Fortaleza havia eleito a militância e as idéias combativas os seus principais alvos. E, interpretado como arauto da mentira, não tardou que fosse rechaçado, o “Santo Padre [que] clam[a] piedade!” e “zomba e conspira contra a Verdade!”. É notório o apelo do autor em deslegitimar o discurso empregado pelas ações clericais adotadas naquele período contra a imagem ressonante do socialismo, sobretudo, atribuída aos acontecimentos marcantes na Rússia desde 1917. Na letra original do Hino dos Sindicatos Cristãos, ataques à repercussão do socialismo aparecem em trechos como “Avante ó povo, o Cristianismo ao Socialismo triunfará! Ao Socialismo, sim derrotará! Viva a Fé católica do Ceará!”<sup>295</sup>. Contudo, nas passagens da paródia representam-se as dimensões geográficas (“do Ocidente ao Oriente”) que bem expressam a amplitude desejada pelos militantes, quanto à repercussão que este marco haveria de atingir em diferentes partes do mundo.

Sobre o aspecto anterior, concernente à aproximação de Cristo com os ideários de revolução social, é interessante perceber este artifício como estratégia semântica a distanciá-los da imagem do “anticristo” (“Avante ó povo, cerrai fileira junto a Bandeira da Liberdade! E a Jesus Cristo sempre imitando, ide lutando pela Igualdade!”). Neste sentido, pode ser entendida a real preocupação de algumas entidades e militantes combativos com o avanço considerável da influência de D. Manoel e do Círculo dos Operários sobre os cearenses. Esta inquietude não foi apenas uma ilusão. Sabe-se que os clérigos da capital,

---

<sup>295</sup> Ao lado da paródia, o editor teve o cuidado de publicar a letra original do hino, como forma dos leitores compararem as duas mensagens.

através do Seminário da Prainha (1864) e do jornal diocesano O Nordeste (1922), fizeram inúmeros ataques ao “bolchevismo ateu” na imprensa e em ocasiões comemorativas (Pinto, 2005). Dentre as várias estratégias identificadas da Igreja Católica em arregimentar os trabalhadores de Fortaleza, as comemorações em torno do Centenário da Independência política do Brasil tiveram grande destaque na cena pública da cidade. O nº01 do jornal O Nordeste de 22/junho/1922. p. 02, destacou bem que os objetivos do clero cearense era criar referências ligadas ao patriotismo e ao civismo católico.

#### A COLUMNNA A CHRISTO REDEMPTOR

Tem ecoado entusiasticamente em nosso meio social a noticia de que a data do Centenário da Independência do Brasil vai ser comemorada, em nossa capital, com a ereção de um monumento a Jesus Cristo Redentor.

A feliz idéia partiu do “Circulo de Operários e Trabalhadores Católicos S. José”, sociedade por tantos títulos merecedora da administração de todos os bons cearenses.

Será levantada à Praça da Prainha, dominado a cidade, uma coluna de 30 metros de altura, sobre a qual se destacará a imagem pacifica e triunfante do redentor do mundo.

Esta nobre homenagem a Nosso Senhor Jesus Cristo falará dos sentimentos de fé e do esclarecido patriotismo do nosso povo, às gerações futuras.

Ao mesmo tempo que constitui um preito de verdadeiro amor à pátria, vale por um testemunho edificante da coragem das nossas radicadas convicções católicas.

A religião, que, no berço da nossa nacionalidade, eficazmente contribuiu para a solidificação e garantia das nossas instituições e para as grandes conquistas da nossa civilização, é sempre a mesma fecunda fonte inspiradora de civismo e de liberdade.

As nossas colunas estão à disposição dos generosos cearenses que desejem contribuição para a ereção do monumento a Jesus Cristo Redentor, e nelas registraremos os donativos que nos forem enviados para tão justificável fim.

Este monumento, fincado na Praça do Cristo Redentor, está entre o Seminário da Prainha e a antiga sede do Círculo dos Operários de Fortaleza (hoje, Teatro S. José). É o registro de uma luta que a Igreja Católica vinha travando contra as posturas combativas da militância local. Sabe-se que estas iniciativas do clero, não ocorreram somente em Fortaleza, mas também em cidades como Olinda e, nove anos depois, no Rio de Janeiro, como aquelas encabeçadas pelo Cardeal Sebastião Leme (Souza. Op. Cit. p. 130 - 139). As medidas

tomadas por D. Manuel, publicadas n’O Nordeste, apontaram para a necessidade de o clero cearense configurar um civismo em torno da fé cristã, em prol da “pátria e trabalho”, que viria constituir uma nova referência de civilização, distante tanto do laicismo positivista quanto do “internacionalismo” bolchevique. A Igreja previu minar a idéia de ausência da autoridade clerical, a insubordinação aos ditames da religião, assim como, o monopólio dos meios de produção pelos trabalhadores, dentre outras referências libertárias e socialistas tão difundidas pelos sindicatos e associações de luta do momento. Naquelas circunstâncias, de modo especial, aquelas comemorações “cívicas” e “patrióticas” se distanciaram do “internacionalismo” apresentado como pressuposto da “solidariedade de classe”, estratégia discursiva nas leituras comunistas e anarco-sindicalistas contra a mundialização do capital e, por sua vez, das condições de exploração, sentimento presente em diferentes números nas páginas da Voz do Gráfico, como ocorreu durante a criação do “Comitê Pró-Flagelados da Rússia”.

O proletariado russo, heróico proletariado que há quatro anos vem sustentando uma luta sem precedente na história contra o capitalismo mundial, o proletariado russo enfrenta corajosamente a desgraça imprevista e cruel, contando certo com a solidariedade internacional das classes trabalhadoras. Nesta hora grave e angustiada, ele faz um apelo premente aos sentimentos fraternos dos operários e operárias de todo o mundo, para que acorram, imediatamente, em seu auxílio<sup>296</sup>.

Ainda na crítica ao clero, outros textos literários retomaram antigas denúncias como a opulência monumental dos templos, frente à pobreza que assolava boa parcela da população. No poema “Redenção”, publicado no jornal Voz do Gráfico, nº11, em 16/outubro/1921, assinado por Collin (?), que provavelmente seria outro heterônimo de Pedro Augusto Mota (assim como “Tupã”, “Vulcano”, dentre outros), as estrofes colocaram em circunstâncias paradoxais as “jóias dos altares” e os “milhares de famintos”.

Sobre os altares impassíveis, santos,  
Dormes no topo de mármore plintos;  
Utilizando as jóias dos seus mantos  
Podemos secar todos os prantos  
E socorrer milhares de famintos.

Riquezas dos turíbulo, do Cálice  
Dos Torciopelos, das Sobrepelizes!  
Transformadas em foices para os vales  
Apagariam da miséria os males,  
Tornando os homens menos infelizes.

<sup>296</sup> “Comitê Pró-Flagelados da Rússia” IN: Voz do Gráfico. Fortaleza: 11/ dez/ 1921.

Templos inúteis, égides soturnas,  
 Onde se aninham tristes aves pretas  
 Enquanto o povo mora pelas furnas  
 E, sem um lar, nas solidões noturnas,  
 Há crenças [SIC] dormindo nas sarjetas...

As freiras, esses pálidos junquinhos,  
 E os frades, esses pândegos, terão  
 Em breve de seguir por novos trilhos:  
 Elas, em casa amamentando os filhos,  
 Eles, na roça, cultivando o pão.

As imagens presentes nos versos refletem bem aquele quadro social de Fortaleza, em destaque a fome e as precárias condições de moradia de grande parte da população. Em contraste, surge a opulência arquitetônica, especialmente, dos templos católicos. Estes pólos antagônicos estampados no poema são retratos daquela realidade marcada por abismos sociais, registrados também na imprensa de época.

Ontem, a hora que se dirigia o nosso grande mundo para o Majestic [pequeno complexo com sala de projeção, salões, cafés e lojas situado na Praça do Ferreira, no centro comercial de Fortaleza], afim de gastar o muito de supérfluo que tem, assistimos a uma cena enternecedora. Uma família de flagelados passava mendigando uma esmola. O chefe, um velho de idade avançada, coberto de andrajos, conduzia nos braços uma criança que não resistindo mais à fome, agonizava. E isto em frente a uma casa de diversão. Até quando continuaremos a assistir, impassível, ao aniquilamento dos nossos patrícios? <sup>297</sup>

Nota-se que o discurso do jornal do PSC apela para a denúncia do antagonismo social. De um lado, os efeitos sociais produzidos pelas secas mais recentes, 1915 e 1919, em meio aos espectros populacionais, trabalhadores “protagonistas da miséria e da carestia de vida”<sup>298</sup> somando-se à “multidão de pedintes andrajosos e maltrapilhos” – massas de depauperados que ocupavam ruas e praças em busca de esmolas (Neves, 2000. p. 63 - 104). De outro, o autor dos versos não hesitou sugerir aspectos polêmicos da época, como a riqueza presente em igrejas como a do Pequeno-Grande, erigida no início do século XX, próxima ao Centro de Fortaleza. Trata-se de uma réplica em proporções menores à catedral gótica da Boêmia, erguida pela ordem das Irmãs Vicentinas, curiosamente, ligada às ações de caridade junto aos pobres, desvalidos e miseráveis.

<sup>297</sup> “Reinado da Miséria” IN: Ceará Socialista. Órgão do Partido Socialista. Ano I, nº 03, de 27/ julho/ 1919, p. 04. Edição Fac-similar. GONÇALVES, Adelaide (org). Florianópolis: Insular, 2001.

<sup>298</sup> “Horrores! Horrores!...” IN: Ceará Socialista. Órgão do Partido Socialista Cearense. Ano I, nº 10. Fortaleza: 14/ set/ 1919, p. 03.



Aspecto transcendente ao tempo social vivido, o final do poema lido anteriormente, retomou a discussão sobre a possibilidade da futura queda do catolicismo e dos privilégios do clero, quando colocou os seus representantes em condições próximas à realidade das camadas menos favorecidas, seja em suas atribuições domésticas (freiras “em casa amamentado os filhos”) ou nas atividades produtivas (padres “na roça cultivando o pão”). Sob este ponto de vista, como bem sugeriu Pedro Augusto Mota no soneto “Visão da Noite”, publicado no jornal O Combate, nº 04, em 23/julho/1921, vislumbrou-se a idéia de um mundo em transformação e a imagem de uma nova organização entre os indivíduos, não mais orientada pela segregação social, mas pelo desenvolvimento das “leis naturais”.

Na mutação da noite enlanguescida,  
num lento caminhar de quem padece  
eu antevejo além do que estremece  
do Velho Mundo a base apodrecida.

E sob os seus escombros estendida  
arqueja, no murmúrio de uma prece,  
o monstro – SOCIEDADE – onde floresce<sup>299</sup>  
tudo quanto de mau tem sobre a Vida.

Em torno distendo o olhar, e, defronte,  
divulgo de entre as fímbrias do horizonte  
a réstia aurifulgente de um clarão...

É a glória do Porvir, é a grandeza  
da nossa mãe fecunda – a Natureza –  
que traz ao mundo nova geração.

Em suma, pode-se entender que os autores em destaque, dentre eles Pedro Augusto Mota, Eliézer Rocha e outros ligados às entidades aqui mencionadas, sendo militantes e leitores das obras político-filosóficas respaldadas nas idéias do socialismo e do anarco-sindicalismo, tiveram em mente a crença de que outra organização social seria possível. Porém, o que se apresentou aos seus olhos e o que fora compartilhado em suas experiências sociais, foi o desenrolar das forças históricas naquele momento, a saber, a crise do sistema oligárquico, a escassez provocada pelas estiagens, a repressão às camadas populares, a inabilidade e o descaso dos gestores em atender as demandas sociais e a vida pública configurada numa ordem excludente. Mesmo apresentados os diferentes fatores contrários à confirmação de suas teses, tendo a Revolução Bolchevique e as diferentes incursões do movimento operário mundo afora como a aplicação das teorias socialistas e

---

<sup>299</sup> Grifos do autor.

libertárias em voga, aqueles agentes sociais acreditaram ser possível as transformações sociais rumo à eliminação dos antagonismos de classe e das contradições oriundas das relações capitalistas de produção. Neste sentido, a produção literária deixada por eles na imprensa de época, se apresentou mais que um conjunto de estratégias discursivas ou anseios políticos velados por artefatos literários: são testemunhos dos sonhos almejados por aqueles sujeitos históricos, os registros de suas experiências, desejos coletivos, projetos de militância, sentimentos comuns, leituras sociais que se pretendiam possíveis.

Na Primeira República, a violenta repressão dos governos oligárquicos às mobilizações dos trabalhadores urbanos, bem como, a inabilidade dos expoentes deste segmento junto aos partidos operários e socialistas fundados no período, refletiram diretamente sobre a rarefeita inserção deste setor nas decisões públicas, aspecto que também aponta para a deficiente coesão entre os interesses e os programas das entidades, sindicatos, associações, federações etc. Muitas vezes, elas reproduziram a pauta de organizações geograficamente mais próximas dos debates políticos (a exemplo da Federação Operária do Rio de Janeiro sobre a Confederação Operária Brasileira) ou limitaram-se à luta por garantias específicas da sua realidade local (em relação às federações estaduais).

Sua fragilidade em sistematizar reivindicações sob bandeiras de luta que representassem a autonomia da “classe trabalhadora” e suas demandas, muitas vezes fez com que estes segmentos sócio-profissionais se aliassem aos setores emergentes, como as classes médias-urbanas (intelectuais, bacharéis, jornalistas, profissionais liberais, pequenos comerciantes etc), estas, com projeções de ascensão social definidas na lógica das relações capitalistas.

Não obstante, viu-se que em alguns momentos esta aproximação foi intencional, a exemplo do que ocorreu quando a imagem da Rússia de 1917 se fez presente, ameaçando garantias como a propriedade privada. Estes setores emergentes e médios-burgueses (os maçons, por exemplo) se empenharam em despertar sentimentos conciliadores, apresentando aos trabalhadores caminhos “evolucionários”, como a social-democracia. Contudo, foi o espectro do “ateísmo” e as cenas da derrubada dos governos, relacionadas à mudança do status quo, que assombraram não somente patrões, mas, acima de tudo, o clero, que rechaçou a militância comunista e anarquista, pondo em prática as deliberações implacáveis do Vaticano.

Enfim, o que não se pode perder de vista é a iniciativa de agentes letrados como Pedro Augusto, Eliézer Rocha, dentre outros, no empenho por levar os demais integrantes do seu grupo social ao acesso de textos teóricos e político-filosóficos,

apresentando as idéias, autores, temas e acontecimentos que agitaram a cena operária nas principais cidades industrializadas no início do século XX. Eles fizeram da literatura um recurso de apreensão dessas leituras e os desejos nelas anunciados. Diante da realidade iletrada ou pouco acessível de outros muitos, estas passagens se apresentaram como pequenos sonhos cintilantes à luz da história dos homens.

Entretanto, não se pode esquecer o investimento que outros agentes letrados empenharam durante as primeiras décadas da experiência republicana no Brasil. Naquele momento, sabe-se que o discurso democrático e o desejo de participação nas decisões públicas foram dosados e combinados aos interesses dominantes em voga. Diante das possíveis inquietações em torno desses anseios, também presentes nas camadas sociais menos favorecidas, intelectuais católicos, clérigos e representantes dos grupos políticos hegemônicos se empenharam na construção atenta do novo regime, durante a sua afirmação nos primórdios às crises internas nas décadas de 1910 e 1920. O tópico seguinte tratará das práticas, discursos e estratégias utilizadas por estes setores naquele momento.

#### 4. 3. Conveniências e Afinidades: Homens de Saber, Fé e Política na Construção da Ordem Republicana

Na alvorada da República, um dilema surgiu para os setores hegemônicos da sociedade: o que fazer com as demandas sociais daqueles grupos, cujo processo histórico, seja nos tempos coloniais ou durante o Império, teria lhes reservado o apartamento das decisões na vida pública? Haveriam de exigir tudo o que lhes fora omitido pelo Estado brasileiro ao longo dos tempos? Ainda que remota, a possibilidade de uma avalanche de cobranças dessa natureza teria alardeado diferentes setores das elites a assumirem um papel conciliador, frente às inquietudes causadas pela verticalização em torno das prioridades dos governos republicanos à época. Intelectuais de diferentes orientações, chefes políticos, administradores públicos, clérigos, comerciantes, enfim, não faltou quem se dispusesse a acompanhar os pobres, retirantes, trabalhadores (organizados ou não), dentre outros segmentos menos favorecidos, no tortuoso caminho traçado pelas promessas democráticas e a manutenção do status quo. Destacam-se o exercício intelectual e a habilidade no campo letrado enquanto ferramentas importantes para definir parâmetros, amenizar tensões, projetar leituras, produzir enunciados, enfim, estabelecer relações de poder sobre aquelas esferas sociais não provenientes das elites, quando vislumbrassem a inserção nos assuntos cotidianos. Portanto, houve naquele momento

a comunhão de interesses entre os “homens de letras”, os “donos do poder” e, por que não dizer, os “representantes de Deus”.

Cedo ou tarde, já era previsível o envolvimento dos antigos chefes políticos ligados aos extintos partidos monárquicos na construção da República. Frente ao “atraso das instituições monárquicas”, a campanha revanchista do Clube Militar e a verve acalorada dos positivistas no cenário nacional, pouco a pouco mostraram que os principais entusiastas do novo regime não tiveram tanta habilidade no trato com a administração pública (Castro, 1995 e Carvalho, 1996). Logo, a articulação dos interesses entre as oligarquias históricas que orientaram a vida brasileira desde os tempos coloniais, favoreceu o reingresso destes grupos nas esferas dos poderes público e político (Faoro, 1995). Junto destes, diante dos momentos atônitos iniciais, não se pode negar que, em geral, os intelectuais estiveram à vontade com as transformações ocorridas naquele final de século XIX no Brasil. Em certa medida, eles “sentiram funcionar” as teorias em voga por eles propaladas (o evolucionismo e o positivismo), a entender que os acontecimentos em torno da abolição dos escravos e a queda da Monarquia fossem sua confirmação. Assim, os homens de letras também viram na República um “reino de oportunidades”, mesmo quando este se esvaiu em meio às manobras articuladas por grupos políticos concentradores de prestígio e poder em torno dos seus apaniguados, nem sempre ligados às esferas letradas (Sevecenko. Op. Cip. p. 25 - 51).

No que diz respeito à realidade cearense, já foi compreendido que os intelectuais atuantes nas campanhas entre 1873 a 1904, estiveram em ampla sintonia com a construção do imaginário republicano e a consolidação do pacto oligárquico, tendo como espaço de atuação as agremiações ou sociedades filosóficas, científicas e literárias da época (Cardoso, 2000)<sup>300</sup>. No presente momento, diante das fontes manuseadas na pesquisa atual, foi possível vislumbrar que boa parte daqueles ilustrados, pertencentes aos circuitos letrados convencionais, tiveram ampla aderência nas atividades político-partidárias e na esfera público-administrativa, o que leva a entender que, em Fortaleza, naquela ocasião houve interesses em comum entre este setor e outros segmentos dominantes (antigos chefes políticos, comerciantes, clérigos, militares etc). Tendo em vista que “a própria maneira pela qual a propaganda republicana, em seus diferentes segmentos, se organizou, raramente permitiu maior incorporação popular” (Lessa, 1988. p. 24), o discurso conciliador dos intelectuais esteve

---

<sup>300</sup> Conforme fora estudado ao longo da dissertação de mestrado, duas gerações de intelectuais, “Mocidade Cearense” e “Novos do Ceará”, distribuíram-se pelas sociedades literárias ou participaram dos movimentos intelectuais, políticos e sociais durante a transição Monarquia/ República, entre a campanha positivista (Academia Francesa, 1872/1875), abolicionista (Clube Literário, 1887/1888) e republicana de “última hora” (Padaria Espiritual, 1892/1898; Academia Cearense, 1894/1922 e Centro Literário, 1894/1904). Ver: CARDOSO, 2000. Op. Cit.

largamente sintonizado com os anseios dos primeiros governos republicanos em manter a ordem política, sem desmerecer as iniciativas do clero cearense em torno das preocupações com a “questão social”, em grande medida aprovadas pelos comerciantes da capital cearense.

Em meio àquelas tensões provocadas pela disputa entre facções políticas rivais, investindo sobre a atenção dos trabalhadores (Partido Operário e União Operária), vê-se que os homens de letras também tiveram papel relevante, concernente à acomodação dos anseios daqueles aos interesses dominantes. Quando organizados, vislumbrou-se que, em Fortaleza, operários gráficos, caixeiros, artistas e outros segmentos sócio-profissionais urbanos estiveram ansiosos pela participação na vida pública e nas decisões políticas. A exemplo do que ocorreu na campanha para as eleições de 1890, no episódio em que o engenheiro Henrique Thebérge<sup>301</sup> (aliado do CRC) e o filósofo e ex-abolicionista Farias Brito trocaram farpas numa certa reunião do Partido Operário, noticiada no Cearense, Ano XLIV, nº 139, 26/junho/1890, o ocorrido sugeriu que, através do exercício intelectual, os letrados se desdobraram para angariar apoio para o grupo político ao qual estava alinhado.

Partido Operário – no dia 22 teve lugar uma numerosa reunião dos artistas que em número superior a 300, elegeram a diretoria e os vices do Partido operário. (... ..) O Dr. Thebérge, chefe da locomoção da estrada de Baturité, tendo sido aceito como sócio, pediu a palavra e declarou que manifestando-se o Partido Operário adeso ao Governador do Ceará [Cel. Ferraz], ele fazia parte da associação. Foi acolhido com desagrado unânime esta leviana e pouco descente afirmação. O Dr. Farias Brito em frases de um brilhantismo e verdade que o seu talento e caráter sabem realçar, combateu o recado do Dr. Thebérge (...). Não comentamos o fato; apenas entregamo-lo ao júízo público, que já conhece de quanto são capazes os nossos governantes tão exclusivistas, que até o direito de associação querem fazer depender de adesão ao Centro [Republicano]!

Naqueles primeiros meses de República, assim como tantos outros sujeitos pegos de surpresa com o 15 de novembro, os letrados cearenses estiveram divididos a procura de uma sombra que os acolhessem em meio ao tiroteio das facções políticas. No entanto, uma certeza pairava entre eles: algum lado, certamente, haveria de acolhê-los, a considerar o “talento da pena”, pronto a servir à imprensa, à burocracia, à administração pública ou mesmo à alguma trincheira partidária. Tendo em vista as expectativas em torno do novo regime, a matéria “Festas de Domingo” (Ano I, nº 01, 28/novembro/1889. p. 01), publicado no jornal A

<sup>301</sup> O respectivo engenheiro, no período, foi o chefe responsável pela finalização da Estrada de Ferro Fortaleza-Baturité. Era bastante benquisto e respeitado entre os operários da rede ferroviária local, Iron Railway Ceará Company. Inúmeras vezes foi homenageado pelos trabalhadores locais, como se viu no jornal O Operário – Órgão da Classe Operária. Fortaleza: Ano I, nº 13, 24/maio/1892, p. 01.

Pátria – Folha da Manhã, demonstrou que diferentes intelectuais cearenses se envolveram nas comemorações e festas cívicas que aclamaram a implantação do novo regime.

Domingo último realizou-se a grande marcha cívica organizada por uma comissão do Centro Republicano para festejar o feliz advento da República. A cidade vestiu-se de galas para assistir à esplêndida solenidade e tomaram parte nessa manifestação de regozijo popular todas as classes sociais. À noite, houve sessão solene do Centro Republicano no Teatro São Luiz, sendo observado o seguinte: (... ..) A abertura da sessão, pelo cidadão presidente do Centro Republicano Joaquim Catunda; (...) Poesia épica de Antônio Sales; (...) Discurso proferido pelo cidadão Abel Garcia; idem, idem pelo cidadão Jovino [Guedes]; idem, idem pelo cidadão Justiniano de Serpa; (...) Em nome do Libertador, fez-se ouvir o cidadão João Lopes (...).

A matéria acima narrou a passagem em que o CRC congregou letrados que tiveram participação em distintos momentos da história política e intelectual do Ceará. Joaquim Catunda, militar e professor do Liceu do Ceará, foi membro fundador do Instituto do Ceará em 1887, abolicionista e adepto do republicanismo após retomar suas correspondências com amigos da Escola Militar da Praia Vermelha onde estudou (Sales, 1995. p. 87). Justiniano de Serpa começou a vida pública no jornal conservador Pedro II, porém, durante a campanha da abolição, ficou conhecido como uma das “Três Liras” (juntamente com Antônio Bezerra e Antônio Martins) pelas poesias que publicou e, pouco depois, foi eleito deputado provincial em 1882. Os jornalistas João Lopes e Abel Garcia também fizeram parte da campanha abolicionista, sobretudo, através da Sociedade Cearense Libertadora e do Clube Literário (1886 - 1888). Antônio Sales e Jovino Guedes não fugiram à regra. À época, em meados da década de 1880, ambos foram respectivamente caixeiro e guarda-livros, escreveram para os jornais Libertador e A Quinzena, bem como, em pequenas folhas, a exemplo d’A Avenida, Meirinho, dentre outras, chegando a fundar a Padaria Espiritual, em 1892. Comum a todos eles, naquele final de 1889 houve uma cumplicidade de pertencimento à República, a entender-se enquanto os seus próprios agentes sociais, já agregavam outra experiência anterior, quando se deu a participação em outra campanha aclamadora, a abolição dos cativeiros no Ceará, em 1884 (Studart, 1915).

Sintonizados com as leituras de Comte, Spencer, Taine, Darwin, Littré, Buckle, dentre outros cânones que teriam apontado as “leis científicas e morais”, semelhante à grande parcela dos intelectuais brasileiros, eles entenderam que estava em voga o curso natural da evolução rumo ao progresso, acreditando compartilhar da mesma atmosfera

clarividente do previsível: a República<sup>302</sup>. Destarte, entenderam naquele momento que “a liberdade, que ainda agora muita gente considera um presente, uma dádiva do céu, é, segundo as afirmações da ciência e as lições da história, um resultado do desenvolvimento particular, um produto do struggle for life e da natural selection, que não frases de efeito, mas, verdadeiros princípios de profundo valor científico. (... ..) Tais considerações [de Tobias Barreto, Schopenhauer e Goethe sobre a liberdade, mas, curiosamente reforçados pelas concepções de Darwin] são um resultado do momento atual. Feita a República, todos consideram realizado o nosso mais santo ideal, quando agora, no nosso modo de ver, começa a luta (...)”<sup>303</sup>.

Em diferentes momentos, mesmo atônitos em meio às posições surgidas no início da República, os intelectuais de Fortaleza participaram ativamente da campanha adesista ao novo regime. Essa afirmativa pode ser vislumbrada em diversas ocasiões, mesmo naquelas situações extremamente tensas, como ocorreu durante derrubada do governo deodorista no Ceará. Naquele momento, nomes como Abel Garcia e Waldemiro Cavalcante tiveram participação decisiva no violento golpe sobre o último vestígio do deodorismo, contribuindo, por sua vez, para a ascensão ao poder da facção Pompeu-Accioly.

Ao Libertador, órgão do Centro Republicano, de que é chefe o valente João Cordeiro, arquimilionário do pé pr’a mão; e, aos seus prepostos Srs. Benjamim Barroso. Abel Garcia, Waldemiro Cavalcante e Waldemiro Moreira fazemos com vista a retificação do [Estado do Ceará]. Retificação expressiva, que deve ser apreciada em vista dos lisonjeiros conceitos manifestados pelo Sr. Barão do Aquiráz, consórcio do Sr. Comendador Antônio Pinto Nogueira Accioly, chefes beneméritos da União Republicana, que desde a eleição de senadores, efetuada em 15 de agosto, puseram-se a serviço do Sr. João Cordeiro, pleiteando a par deste a eleição, e, elegendo senadores quatro figuras (sic) do seu antigo grupo que eles diziam ter coligido e fundido com o grupo do Centro Republicano<sup>304</sup>.

<sup>302</sup> Vários autores, dentre eles, Wilson Martins (1996), Nicolau Sevcenko, Leonardo Miranda Pereira, Lílian Schwarz (1993), Jeffrey Needell, discorreram sobre a repercussão das teorias evolucionistas, positivistas e cientificistas predominantes no cenário europeu, amplamente incorporadas nos textos e obras dos intelectuais brasileiros na virada do século XIX para o XX. Ao que se atesta, a realidade dos letrados cearenses do período não fugiu a regra, uma vez que o comércio livreiro, a atividade de imprensa e as polêmicas científicas e literárias da época trouxeram ao público leitor este vasto arcabouço de temas e idéias “civilizadas”. Ver: Cardoso, 2000. Op. Cit. p. 46 – 87.

<sup>303</sup> “Notas da Manhã” IN: A Pátria - Folha da Manhã. Fortaleza: Ano I, nº 04, 06/dezembro/1889. p. 03.

<sup>304</sup> “Uma Retificação” IN: Cearense – Órgão Democrático. Fortaleza: Ano XLIV, nº 252, 01/dezembro/1891, p. 02.

Na crença de portarem todos os predicados condizentes à nova ordem social e política, sobretudo, dada também a sua proximidade com os novos “donos do poder” (elites urbanas em ascensão), em Fortaleza, a ocupação de cargos públicos por intelectuais não foi uma realidade distante. Constatou-se que boa parte dos homens de letras foi de alguma forma agraciada com a construção da República, a exemplo do que ocorreu com Júlio César da Fonseca Filho, nomeado Secretário da Intendência Municipal<sup>305</sup>; Antônio Sales como amanuense da Comissão de Exame de propostas para Socorros Públicos e, posteriormente, Secretário do Interior no Governo do florianista Cel. Bezerril Fontenele<sup>306</sup>; Farias Brito, Secretário do Interior no governo do Gal. Clarindo de Queirós<sup>307</sup>; Waldemiro Cavalcante, Inspetor Especial da Instrução Pública no primeiro mandato de Nogueira Accioly<sup>308</sup>, dentre tantos outros que também ingressaram na vida pública pelas vias eleitorais ou pela proximidade com os chefes oligarcas.

Mesmo acalentados os ânimos ideológicos após o pacto de 1898, viu-se que os intelectuais careceram tomar posições junto às frações oligárquicas. No período acciolino, sobretudo, após o segundo governo de Nogueira Accioly (1904 - 1908), houve expressamente uma demarcação entre aqueles que apoiaram e os que hostilizaram o chefe oligarca. De acordo com algumas edições do jornal *A República*, em que se leu em vários anúncios, matérias, versos, artigos e notícias sobre eles, Álvaro Martins, Temístocles Machado, Guilherme Studart, Antônio Bezerra, Farias Brito, pertencentes ao Centro Literário ou à Academia Cearense, dentre outros, foram citados ou homenageados na imprensa governista e publicamente se definiram enquanto intelectuais ligados de alguma forma ao acciolismo. Em posição contrária, os nomes de Rodolfo Teófilo, João Brígido, Waldomiro Cavalcante, Antônio Sales, Justiniano de Serpa e outros, bateram de frente ou se exilaram (a exemplo dos dois últimos) em virtude das intrigas com a oligarquia, após as eleições estaduais de 1900 e 1904.

Abertamente simpáticos aos olhos da oligarquia, foram os que pertenceram ao Centro Literário, Academia Cearense e ao Instituto do Ceará, até porque boa parte dos sócios dessas entidades pertenceu à parentela ou era favorecida pelo governo. Mesmo o jacobinismo, postura abominada pelos governos civis, era tolerado no jornal *A República*, tratando-se do perfil do Centro Literário e suas campanhas em torno do “patriotismo ortodoxo”. Como pode

<sup>305</sup> Libertador – Órgão do Centro Republicano. Fortaleza. Ano X, nº 23, 28/janeiro/1890, p. 04.

<sup>306</sup> Libertador – Órgão do Centro Republicano. Fortaleza. Ano X, nº 24, 29/janeiro/1890.

<sup>307</sup> Correio Oficial do Estado do Ceará. Fortaleza: Nº 68, 04/outubro/1891. p. 06.

<sup>308</sup> *A República* – Órgão da Sociedade Anônima Ceará-Libertador. Fortaleza. Ano VII, nº 40, 18/fevereiro/1898, p. 01.



ser visto, o órgão governista apoiou abertamente em várias edições as campanhas em que o seu presidente à época, Rodrigues de Carvalho, propôs “reação contra a literatura eivada de estrangeirismo” (a Padaria Espiritual já havia colocado em seu manifesto 10 anos antes). Sobre o tricentenário do Ceará, o presidente do Centro Literário se dispôs ainda “que se nomei (sic) uma comissão para tratar sobre o assunto com a Academia Cearense e o Instituto do Ceará, a fim de juntas, as três sociedades, comemorem esta data”<sup>309</sup>.

A oposição “ilustrada” à oligarquia na historiografia local ficou emblemática na luta incisiva de Rodolfo Teófilo com o segundo governo de Nogueira Accioly. Curiosamente, até aquele momento, sua campanha de vacinação contra a varíola era noticiada e apoiada como se viu nas páginas d’A República. Mas, durante as “cisões” no seio da oligarquia, Rodolfo Teófilo continuou sua campanha de vacinação pelos subúrbios e arrabaldes de Fortaleza, atacada pelo governo e defendida pelos jornais opositores que noticiaram “A República pretende que a vacina de R. Teófilo não presta, e, segundo o seu costume, cala as razões, que a levam a pensar desse modo. Entretanto, se a afirmação fosse verdadeira, a prova já estaria feita; milhares de pessoas têm sido vacinadas, e se a vacina de Rodolfo Teófilo não aproveitasse, como afirma a República, inúmeras declarações teriam chovido no órgão oficial, confirmando os seus dizeres (... ..)”<sup>310</sup>. Até mesmo no campo literário, as agressões não foram poupadas, como podem ser lidas as críticas aos artigos acompanhadas de difamações a Rodolfo Teófilo, juntamente com a gravíssima acusação a Antônio Sales de plágio poético, noticiadas pelo órgão governista<sup>311</sup>. Assim, estando junto ao grupo político no comando da máquina ou na trincheira oposicionista, os intelectuais estiveram sintonizados com os acontecimentos do poder político.

Sabe-se que não foram as intrigas partidárias ou políticas as maiores dificuldades enfrentadas pelos primeiros governos republicanos no Ceará. As estiagens, a fome, a mendicância, os saques, acompanhados pelas epidemias, dentre outros males, muitas vezes puseram em cheque a viabilidade do regime. Sintonizados com a organização social, junto à crescente necessidade em reordenar o contingente de retirantes advindos do interior do Estado, outros segmentos da sociedade se mobilizaram na luta contra a fome, a peste e os vícios provenientes da seca, levando em conta o crescimento das atividades econômicas,

<sup>309</sup> “Centro Literário” IN: A República – Órgão da Sociedade Anônima Ceará-Libertador. Fortaleza. Ano XI, nº 210, 22/setembro/1902, p. 01.

<sup>310</sup> “Por que não presta?” IN: Unitário – Jornal Político. Fortaleza. Ano II, nº 254, 23/março/1905, p. 01.

<sup>311</sup> “A Morte”, de Rodolfo Teófilo” IN: A República – Diário da Tarde. Fortaleza. Ano XVI, nº 06, 09/janeiro/1908, p. 02 e “Visita Matinal” IN: A República – Diário da Tarde. Fortaleza. Ano XX, nº 230, 06/outubro/19011, p. 02.

assim como a preocupação das elites sobre a excelência do centro comercial de Fortaleza. Além dos integrantes do poder público com esforços dispensados em aliar a idéia de ordem social à imagem da República, a Igreja, sob a inspiração da *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII (Souza, 2002), demonstrou em seus gestos assistencialistas atenção cuidadosa ao modo de viver e pensar dos setores populares. Em ambos os casos, ficou patente a preocupação que tiveram sobre o controle dos emigrantes, mendigos, trabalhadores e outros grupos menos favorecidos da sociedade. A princípio, em suas práticas e discursos, percebeu-se que as razões do seu investimento foram além da problemática social, pendendo, assim, para desdobramentos de natureza política.

Da parte dos poderes públicos, em sintonia com outros interesses dominantes, a preocupação com a pobreza já vinha de longas datas. As antigas instituições asilares, provenientes de estiagens anteriores como os abarracamentos, o Lazareto da Lagoa Funda (1857), o Asilo de Órfãos (1862), o Asilo de Mendicidade (1889 - 1891), Asilo de Alienados de Parangaba (1886), eram mantidas pela intendência municipal, administração da província ou estado, mas, sob a supervisão da Igreja e donativos das classes médias. Estas foram as primeiras medidas segregadoras para contenção dos efeitos sociais causados pelas secas. Porém, ao longo dos anos, seu funcionamento já não mais surtiu os efeitos esperados, sobretudo, em virtude do aumento exasperado do número de migrantes que aumentava a cada estiagem, somando-se àquela “infeliz gente [que] arranchou-se nos subúrbios da cidade à sombra das poucas árvores, que a seca ainda não havia despido (...)” e outros que “ao centro da capital, iam esmolar o pão de cada dia, armavam as redes à sombra das frondosas mongubeiras de todas as praças da cidade” (Teófilo, 1904. p. 52).

Sabe-se que foi com a intenção de aproveitar este contingente que no início de 1889, o então presidente da Província, Caio Prado, fundou a Hospedaria Geral da Emigração. De acordo com o discurso da época, a instituição teve a finalidade “de acolher, durante a curta demora nesta capital, os infelizes que, acossados pela seca, tentavam escapar ao flagelo pela emigração, e asilar temporariamente o inevitável excedente do pessoal admitido nas diversas obras de socorros, excedente em grande maioria composto de mulheres, crianças, velhos e valetudinários, que só na assistência do estado podiam encontrar meios de sobreviver aos rigores da calamidade (...)”<sup>312</sup>. Como se observou, os retirantes alojados na Hospedaria eram direcionados aos trabalhos junto às obras públicas na cidade, como pavimentação de ruas,

---

<sup>312</sup> “Hospedaria Geral da Emigração” IN: Libertador – Diário da Tarde. Fortaleza. Ano IX, nº 155. 12/julho/1889, p. 01.

melhorias no porto, abertura de poços e chafarizes, manutenção das praças, construção de prédios, dentre outros serviços. Segundo Kênia Rios (2001), a respeito do uso dos recursos governamentais, décadas depois, revelou-se novamente o emprego histórico dos retirantes em obras públicas, aliado à expansão dos interesses comerciais e manufatureiros em Fortaleza.

A saber, que “só no último semestre de janeiro a junho [1889], segundo dados oficiais, transitaram pela hospedaria 4.055 famílias compostas de 20.622 pessoas, tendo o total de despesas, no mesmo semestre, atingido apenas a cifra de réis 47:208\$685”<sup>313</sup>. De acordo com o testemunho de época, pode-se entender quão fora vantajosa essa iniciativa, uma vez que a força-de-trabalho empregada atendeu as demandas das elites econômicas do período nas melhorias de infra-estrutura. Também ajudou o governo na prestação de contas com os gastos feitos para amenizar os impactos negativos da seca e retirava do ócio aquela população potencialmente “perigosa” aos interesses dominantes dos comerciantes e dos administradores públicos. Como já foi observado, mesmo com estes objetivos em pauta, a Hospedaria da Emigração teve duração efêmera, em virtude das disputas facciosas no seio da política local, acirradas com a morte prematura de Caio Prado e a posse do seu cargo pelo Senador Henrique d’Ávila, já vislumbrados. Entretanto, essas ações do poder público foram muitas vezes entendidas como violenta, o que, por sua vez, teria causado certos confrontos urbanos, já tratados anteriormente.

No que diz respeito às práticas coercitivas, não pode ser esquecido o trabalho em conjunto dos agentes repressores com alguns aparelhos de segregação urbana. Naquele período, uma das principais ações do Batalhão de Polícia era recolher mendigos das ruas e interná-los no Asilo de Mendicidade, como se leu em *A República*, Ano XIX, nº 133, 10/junho/1911, p. 02. Tendo em vista que esta instituição era mantida pela Sociedade São Vicente de Paulo, ligada à Igreja Católica, percebe-se que interesses em comum foram compartilhados pelos administradores e os clérigos, referente à problemática da pobreza urbana. Como se imagina, essas preocupações giraram em torno da segurança indispensável aos olhos das elites econômicas de Fortaleza. Em diferentes edições do jornal *A República*, especialmente na edição do dia 01/agosto/1911 (Ano XIX, nº 174, p. 02), explícitos interesses foram compartilhados entre o poder público, a igreja e os comerciantes, tendo em pauta a ação necessária da instituição policial sobre aqueles que mendigavam às portas do comércio na capital.

---

<sup>313</sup> Idem.

Sabemos que as autoridades policiais têm expedido ultimamente enérgicas providências no sentido de reprimir a mendicidade nas ruas desta capital. Nestes últimos dias, ao que nos consta, foram presos e internados no Asilo de Mendicidade vários indigentes apanhados em flagrante. Louvamos a solicitude das zelosas autoridades em não consentir que se reproduzam os espetáculos deprimentes observados entre nós anteriormente à criação dessa benemérita instituição de caridade que é o Asilo de Mendicidade, tanto mais quanto esta medida se fez mister a plena confiança do Comércio desta praça, que contribui grandemente para a manutenção do mesmo.

Favorável à imagem da eficiência administrativa, o jornal governista apresentou as preocupações que nortearam estes três setores da sociedade local, bem como, o funcionamento da respectiva instituição asilar. Em nome da ordem pública, a polícia recolhia os saqueadores, viciosos e pestilentos em potencial, pois, a lembrança da estiagem de 1877 era constantemente reavivada quando “o comércio completamente paralisado dava as ruas mais públicas a feição de uma terra abandonada” (Teófilo, 1904. p. 23). Por outro lado, com o discurso da caridade e do assistencialismo, a Igreja amenizou a intolerância que os objetivos segregadores da disciplina sócio-urbana levaram adiante pelos sanitaristas e outros agentes dos poderes locais. As constantes campanhas de donativos, que recorrentemente a Igreja fez junto à cidade com ajuda das “zelosas senhoras da Pia Obra”<sup>314</sup>, tiveram ampla repercussão sendo apoiadas não só pelo segmento social mais interessado, os comerciantes, mas, também outros grupos provenientes das classes médias, a ponto de serem publicados o volume dos donativos na imprensa local, como aquele feito por uma certa turma de bacharéis, no valor de 125\$000, em A República na edição do dia 05/fevereiro/1911, Ano XIX, nº26, p. 01.

Além daquele órgão governista, o Cruzeiro do Norte, “Órgão Hebdomadário Católico”, foi o jornal que mais se empenhou nas campanhas vicentinas em Fortaleza dos anos 1910, apresentando suas realizações diante dos pobres e trabalhadores. Chamadas à colaboração dos usuários dos bondes a “guardarem o cupom das passagens (...) que acumulados aos dos demais passageiros durante o mês acende a quantia que não é para desprezar em benefício da Sociedade Vicentina”<sup>315</sup>, demonstraram que houve por parte da Igreja a preocupação em mobilizar os diferentes setores sociais no combate à pobreza, utilizando-se de diferentes táticas de convencimento.

<sup>314</sup> “Asilo de Mendicidade” IN: A República – Diário da Tarde. Fortaleza. Ano XV, nº 17, 21/janeiro/1907, p. 01.

<sup>315</sup> “Cupons” IN: O Cruzeiro do Norte – Órgão Hebdomadário Católico. Fortaleza. Nº 19, 10/maio/1913, p. 01.

Junto à população pobre, outra ação que mobilizou os clérigos em parceria com outros segmentos, foi a realização das Conferências Vicentinas. Ali, os intelectuais católicos se envolveram energeticamente. Introduzidas no Ceará desde 1879, a princípio, no município do Aracati, pelo Dr. Antônio Sabóia de Sá Leitão (Parente, 1994. p. 351), se caracterizaram por um conjunto de práticas destinadas ao “auxílio material e espiritual”, compreendido por donativos, refeições, acompanhamento pedagógico, doutrinação e cumprimento dos predicados da fé católica, como a instituição dos sacramentos aos que ainda não haviam recebido. Estas conferências foram integradas por pequenos aparelhos, compostos por uma estrutura hierárquica que organicamente se interligavam as esferas maiores do clero, sob a orientação dos padres vicentinos e dos grupos de caridade. Desta forma, os conselhos particulares e as conferências foram organizados com a participação de senhoras pertencentes, em maioria, às classes médias, realizando arrecadação de donativos, atendimento em domicílio, distribuição de alimentos e roupa, educação de crianças, doutrinação e aconselhamento de adultos.

De acordo com os “dados fornecidos ao Conselho Central relativamente ao ano de 1901, verificou-se o seguinte movimento na vida dessa associação: 1 Conselho Central, 19 Conselhos Particulares, 79 conferências agregadas e 32 conferências não-agregadas; 1908 confrades ativos e 64 honorários; 686 famílias visitadas semanalmente; 40 casamentos de amasiados; 123 meninos patrocinados; 99 volumes adquiridos para as bibliotecas; 4 escolas para meninos pobres; 3 rouparias; receita de 35.619\$990 e despesa de 31.703\$970. Deixaram de enviar esclarecimentos para o mapa geral do ano 5 conselhos e 27 conferências”<sup>316</sup>. Segundo a notícia, atesta-se uma cadeia de relações e práticas que demonstraram organização e eficiência aos olhos da sociedade, a despertar a atenção do poder público, no momento em que este aceitou ajuda para conter os males sociais.

Deliberadamente, o governo, à época, reconheceu que “serviços valiosos tais estabelecimentos têm prestado à humanidade sofredora, tornando-se por isso dignos da proteção dos poderes públicos”<sup>317</sup>. Somando-se ao respectivo asilo, foram reconhecidos também na “Mensagem Dirigida à Assembléia Legislativa do Estado do Ceará” pelo governador do Estado, Nogueira Accioly, a “assistência pública a cargo da Santa Casa de Misericórdia (...) e o Asilo de Alienados São Vicente de Paula”. Não por menos, a

<sup>316</sup> “Sociedade São Vicente de Paulo no Ceará” IN: A República – Órgão da Sociedade Anônima Ceará-Libertador. Fortaleza. Ano XI, nº 98, 02/maio/1902, p. 01.

<sup>317</sup> Mensagem Dirigida à Assembléia Legislativa do Ceará em 1º de Julho de 1907 pelo Presidente do Estado, Dr. Antônio Pinto Nogueira Accioly. Fortaleza. Tipografia a Vapor, 1907. p. 07.

repercussão das ações de caridade aos pobres e miseráveis, administradas pelos padres vicentinos e amplamente deliberadas pela iniciativa e o patrocínio das mães e filhas das classes médias urbanas e dos comerciantes, foi ganhando notoriedade e prestígio diante da cena pública na capital cearense, pois, além de reafirmarem os preceitos cristãos, as obras de caridade contribuíram para amenizar os impactos sociais deixados pela escassez, a atender os interesses dominantes que regiam a “ordem pública”. Trocando em miúdos, a participação do “belo sexo” habilitava as mesmas estratégias de controle e repressão sobre os miseráveis, contudo, de forma a atenuar a lógica dos mecanismos isoladores com outros recursos, utilizados para os mesmos fins de segregação sócio-urbana.

Os fiéis que quiserem comemorar a paixão de Jesus Cristo – exercendo o ato de caridade encontrarão (...) a comissão de senhoras da pia Obra, recebendo esmolas para a manutenção dos doentes pobres (...) É preciso saber que todos se lembrem que os pobres, assistidos pela associação de senhoras da Pia Obra, são aqueles que se acham impedidos de implorar pelas ruas a caridade pública e que por estas circunstâncias sofrem as mais penosas privações<sup>318</sup>.

Sob outras cores, o esforço dos grupos de caridade sobre essas camadas indesejáveis, contribuiu simultaneamente com aqueles levados adiante pelo aparelho policial. Vale a pena ressaltar também que grande parte dos delitos era praticada por menores infratores, como pode ser lido nos jornais de época, a destacar os furtos<sup>319</sup> e as prisões por desordem. As ocorrências que envolveram os menores Cícero Gomes da Costa e Francisco de Moura<sup>320</sup>, dentre tantos outros casos noticiados cotidianamente, despertaram as atenções dos clérigos e das autoridades governamentais, a ponto de em 13/setembro/1902, na edição nº 203 d’A República, deu-se por informado o “assentamento da primeira pedra do futuro Liceu de Artes e Ofícios”, localizado à Rua da Assembléia, bairro do Outeiro, situado no arrabalde mais próximo do perímetro leste na área urbana. O que se sabe é que essa instituição foi mantida pela “bafejada caridade popular e pela boa vontade dos poderes públicos (...) aos serviços do ilustre Diocesano, (...) sob a direção carinhosa das abnegadas filhas de São Vicente”. Sabe-se que instituições como esta já haviam sido implantadas em outras localidades do Brasil, no período imperial, a exemplo do Rio de Janeiro e de Niterói, a atender

<sup>318</sup> “Para os Doentes Pobres” IN: A República – Órgão da Sociedade Anônima Ceará-Libertador. Fortaleza. Ano VII, nº 75, 02/abril/1898, p. 01.

<sup>319</sup> Conf. A República – Órgão da Sociedade Anônima Ceará-Libertador. Fortaleza. Ano XI, nº 53, 08/março/1902, p. 02.

<sup>320</sup> “Da Parte da Polícia” IN: A República – Órgão da Sociedade Anônima Ceará-Libertador. Fortaleza. Ano XI, nº 199, 06/setembro1902 e nº 278, 09/dezembro1902.

“interesses sociais e políticos” (Bastos, 1985. p. 229 - 232). Nota-se que o jornal governista fez ampla campanha para tornar eficiente a imagem da administração estadual, no intuito de amortizar o peso das contradições sociais ali encontradas.

De acordo com o discurso de fundação, sua razão de existir esteve diretamente ligada às tentativas de trazer “debaixo de seus tetos hospitaleiros, alta escola de disciplina e bons costumes, e sob as vistas de mulheres amestradas, na ciência do bem e ricas dos dons do coração, aprenderão o evangelho do trabalho e se embeberão de exemplos e de ensinamentos salvadores dezenas e dezenas de crianças, que hoje vagueiam pelas ruas, expostas aos assaltos de todas as ruínas paixões, entregues à vagabundagem mais desenfreada e a preguiça mais censurável e deletéria; debaixo de seus tetos se formarão gerações de cidadãos laboriosos, cômnicos do próprio valor e da própria responsabilidade (...) serão colaboradores dentro do círculo de suas humildes aspirações (...)”<sup>321</sup>.

Em seu texto de fundação, a Escola Jesus, Maria e José de Meninos Desvalidos teve como objetivos não somente dar “abrigo a desamparados, pão a famintos, trabalho a inertes, ensino a ignorância”<sup>322</sup>, mas, em certa medida, a preocupação em qualificar a futura força-de-trabalho a ser absorvida nas atividades produtivas da cidade. Nas edições posteriores, a República fez entender ao público leitor que a fundação da entidade e seus efeitos beneficentes sobre os menores infratores pareciam ter surtido algum êxito, uma vez que, comparadas às estatísticas outrora apresentadas, percebeu-se a brusca redução ou quase não mais se registrou ocorrências envolvendo menores em delitos urbanos. O que se pode afirmar é que se estes menores não foram inseridos nas atividades educativas, certamente, permaneceram isolados do perímetro urbano e do convívio com as casas comerciais do centro. Portanto, conclui-se que, diante das informações que a documentação histórica apresentou, os objetivos capitais do projeto segregador das elites urbanas estavam em andamento.

De acordo com o discurso proferido pelo reverendo João Augusto da Frota no assentamento da pedra de fundação, as razões que orientaram a Escola dos Meninos Desvalidos estiveram ancoradas também à luz de preocupações maiores, fundamentadas em temas polêmicos que pairaram sob a Igreja Católica, no momento em que, no dizer de Eric Hobsbawm, “a própria religião tinha poucos meios eficazes de se proteger contra movimentos de massa que, por causalidade, traziam consigo o secularismo” (2005, p. 71). Diante das

<sup>321</sup> “Escola para meninos Pobres” IN: A República – Órgão da Sociedade Anônima Ceará-Libertador. Fortaleza. Ano XI, nº 203, 13/setembro1902, p. 01.

<sup>322</sup> “Escola de Meninos Desvalidos” IN: A República – Órgão da Sociedade Anônima Ceará-Libertador. Fortaleza. Ano XI, nº 217, 30/setembro1902, p. 01.

mobilizações sociais que agitaram as principais cidades industrializadas com os trabalhadores em cena a erguer suas reivindicações sob a bandeira do socialismo e do anarco-sindicalismo, encabeçando paralisações, greves, promovendo atentados às autoridades políticas, fundando partidos com discursos revolucionários, dentre outras ações, esses incidentes fizeram estremecer os alicerces do Vaticano, trazendo ao clero o alarde da “questão social”. Para aquele orador, a Escola dos Meninos Desvalidos, em Fortaleza, sob a direção dos padres vicentinos e a orientação de D. Joaquim Vieira, bispo diocesano, estaria ensaiando “desde já a melhor solução de uma questão gravíssima e acatelemos o nosso futuro contra agitações e turbulências de mal orientado proletariado”.

E sob este último aspecto, isto é, da educação moral de artistas e operários e formação de seu caráter nos moldes do Evangelho, mais do que sob qualquer outro, se torna encarecida a instituição que surge. A chamada questão social, questão do dia entre os povos mais cultos, tão debatida e ainda tão problemática, virá a ser um dia a questão aguda entre nós. Sabeis quanto no velho continente a questão anda acesa. Formam-se conluíus, agremiam-se partidos, empenham-se na liça das direções contrárias (...) E haveis de saber igualmente, senhores, que considerando, por um lado, os resultados negativos tanto das leis de repressão como da educação nos princípios da moral independente e atendendo (...) ao encaminhamento satisfatório dado pelo inclito Leão XIII à poderosa questão (...) <sup>323</sup>.

Como se leu no texto acima, a construção da escola para a infância desvalida era também orientada pelas reflexões que o clero, sob o papado de Leão XIII, desenvolveu e colocou em prática os preceitos da *Rerum Novarum*. De 1891, nesta encíclica a Igreja previu no “associativismo das profissões” a forma de atenuar os conflitos entre capital e trabalho, a combater o laicismo dos liberais burgueses e o ódio classista dos operários socialistas e anarquistas. Em síntese, ela propôs um direcionamento em que a concentração de riqueza por parte das elites econômicas cedesse em nome da assistência aos pobres e aos necessitados, a forma mais eficaz de combater o avanço do socialismo e do ódio entre as classes (Souza Op. Cit. p. 73 - 84).

Na realidade de Fortaleza do início do século XX, as notícias internacionais que chegaram por telegramas ou transcritas de outros jornais publicados em diferentes cidades brasileiras, alardeavam periodicamente sobre os acontecimentos em que trabalhadores se

<sup>323</sup> “Escola de Meninos Desvalidos” IN: A República. Op. Cit. 30/setembro/1902, p. 01.



rebelaram contra os patrões e autoridades constituídas. Em matérias como aquela que se leu em “A Crise Social e a Necessidade da Religião” no jornal A República (Ano XI, nº 63, 18/março/1902, p. 01), as greves dos metalúrgicos, sob orientações dos anarquistas, ocorridas com violentos impactos em cidades italianas como Bolonha e Pisa<sup>324</sup>, os atentados contra chefes de Estado, a exemplo do incidente contra o imperador da Alemanha, Guilherme II (surpreendidos por anarquistas russos quando esteve em companhia do Czar Nicolau II)<sup>325</sup> e o sofrido pelo rei belga Leopoldo II (por anarquistas italianos migrados para a Bélgica)<sup>326</sup>, dentre outros, foram alguns dos acontecimentos mais noticiados como “sintomas do espírito desagregador que paira sobre o mundo”<sup>327</sup>. De outras cidades brasileiras, foram ainda noticiadas em Fortaleza as agitações operárias em algumas capitais, como aquela que, no Rio de Janeiro, Capital Federal, durante a greve dos operários da Companhia Leopoldina, os ferroviários reivindicaram o direito de folga e a remuneração das jornadas durante os domingos e feriados<sup>328</sup>.

Na experiência urbana da capital cearense, as paralisações reportavam-se às lembranças dos acontecimentos de 1878, quando os retirantes recrutados para a construção da Estrada de Ferro Fortaleza-Baturité se negaram ao trabalho forçado (Cândido, 2005. p. 72 - 89), as paralisações dos operários (assim autodenominados) da mesma estrada em 1892 e, novamente, quando no ano de 1902 eles reivindicaram melhorias salariais e melhores condições de trabalho (Sousa e Oliveira, s/d. p. 18)<sup>329</sup>. A greve dos tipógrafos do jornal Cearense, em 1882 (Pereira, 2001. p. 82 - 84), dentre outras da categoria, também compuseram a imagem deste “monstro social”. Essas notícias e recordações, certamente, reforçaram a atenção das elites que se aliou às motivações da Igreja junto aos trabalhadores e às parcelas pobres da população.

No início da década de 1910, o jornal católico Cruzeiro do Norte reforçou esta preocupação ainda pertinente à questão social. Denunciando o “progresso socialista [e] as

<sup>324</sup> “Telegramas Internacionais” IN: A República – Órgão da Sociedade Anônima Ceará-Libertador. Fortaleza. Ano XI, nº 211, 23/setembro/1902, p. 01.

<sup>325</sup> “Atentado contra o Imperador da Alemanha” IN: A República – Órgão da Sociedade Anônima Ceará-Libertador. Fortaleza. Ano XI, nº 188, 25/agosto/1902, p. 01.

<sup>326</sup> “Telegramas Internacionais” IN: A República – Órgão da Sociedade Anônima Ceará-Libertador. Fortaleza. Ano XI, nº 282, 19/dezembro/1902, p. 01.

<sup>327</sup> “A Crise Social e a Necessidade da Religião” IN: A República – Órgão da Sociedade Anônima Ceará-Libertador. Fortaleza. Ano XI, nº 63, 18/março/1902, p. 01.

<sup>328</sup> “Revista dos Estados – Rio de Janeiro” IN: A República – Órgão da Sociedade Anônima Ceará-Libertador. Fortaleza. Ano XI, nº 63, 18/março/1902, p. 01.

<sup>329</sup> Em novembro de 1912, os ferroviários da Estrada Fortaleza-Baturité deflagraram outra greve contra “a condição precária e vexatória (...) consequência da exploração e da exortação voraz dos patrões ingleses”. Ver: Microfilmes nºs 62 e 44 do Setor de Microfilmes da Biblioteca Pública do Ceará Menezes Pimentel.

greves que invadem todas as indústrias, pequenas e grandes”, este órgão apontou uma solução inusitada para conter o socialismo.

As greves (...) são a expressão de uma luta de classes que começa na praça pública e acaba no lar doméstico, buscando sempre as bases de toda a autoridade para derrocá-la (...) e anular com as gerarquias sociais os princípios e fundamentos da sociedade humana. (...) Para ganhar a essas classes numerosas, para saciar seu apetite devorador, para dominá-las com leis suaves e eficazes, é necessário compartilhar sua pobreza, retificar seu apetite, submeter-se com eles a uma suave e fecunda obediência (...) Não serão os ricos que hão de dominar o socialismo, mas sim os pobres; não será nunca seu guia um Rotschild, açambarcador de grandes capitais, mas sim um S. Francisco, o cruciferário de Cristo<sup>330</sup>.

Como foi visto, vale a pena lembrar que esta preocupação apontada no jornal católico trouxe consigo as inquietações contidas na *Rerum Novarum* em que, através da assistência aos necessitados, contrapondo-se à concentração de riqueza por outros, se chegaria a uma conciliação entre os “ódios de classe” disseminados pelo socialismo. Percebe-se que, assim como os preceitos socialistas, a crítica ao liberalismo também se fez presente no olhar dos seguidores de Leão XIII.

Destarte, vê-se a sintonia de interesses em torno do ordenamento e da amortização das tensões sociais, compartilhados entre as elites políticas, administradores públicos, comerciantes, dentre outros, bem como, sua aproximação com as inquietações do clero. No campo intelectual, vale lembrar que também se deu a aproximação entre a Igreja e alguns segmentos letrados. Diferentemente do que se observou com a geração de 1870, defensora das idéias laicas e do materialismo, no cenário intelectual cearense, os primeiros anos do século XX presenciaram a conciliação entre intelectuais – sobretudo, próximos ao poder político - e os objetivos da Igreja Católica. Como já foi mencionado, em pauta nas discussões públicas, estava a famigerada “questão social”, que despertou tanto a atenção do clero quanto das elites urbanas identificadas com o liberalismo. Tendo estas preocupações em mente, foi no amparo aos pobres que a Igreja e os intelectuais se encontraram a investir na contenção dos distúrbios sociais, em grande parte, provenientes dos efeitos das secas. Naquele período, a repercussão das Conferências Vicentinas do Ceará trouxe à tona a figura do Barão de Studart, historiador, médico, católico, um dos fundadores do Instituto do Ceará, da

---

<sup>330</sup> “As Greves e a sua Solução” IN: *Cruzeiro do Norte* – Órgão Hebdomadário Católico. Fortaleza. Ano VII, nº 19, 10/maio/1913, p. 01.

Academia Cearense, do Centro Literário e do Centro Médico Cearense, dentre outras entidades, a colher elogios na imprensa nacional, como o que fora publicado na Gazeta de Notícias e transcrito no jornal A República.

Em magnífico discurso (...) caleado sobre os princípios evangélicos (...) o exmo. Sr. Barão de Studart se desempenha das altas funções que as diversas conferências de S. Vicente de Paulo no Ceará lhe conferiram. Depois de fazer em larga síntese o estudo do papel altamente humanitário que as conferências cearenses têm representado entre os pobres daquele estado, sobretudo na época calamitosa da seca, que mal havia passado, talvez para se reproduzir amanhã, cita o proveniente orador, com louvável modéstia, os honrosos juízos que os vicentinos devem acolher com humildade verdadeiramente cristã, emitidos por órgãos autorizados, como os Conselhos Superiores de Paris e desta Capital [Rio de Janeiro], os dizeres da mensagem anual ao Congresso Estadual em que o exmo. Sr. Dr. Pedro Borges, presidente do estado, se referiu, agradecido, aos inestimáveis serviços que por aquela ocasião as conferências prestaram ao Ceará (...) em que são reconhecidos e proclamados os extraordinários serviços realizados pelos beneméritos confrades de São Vicente em prol do Ceará, a braços com a miséria e com a fome, durante o ano que findara<sup>331</sup>.

A trajetória do Barão de Studart é bastante ilustrativa para entender esse desdobramento da postura intelectual comum no início do século XX. Desde a década de 1880, ainda conhecido como Dr. Guilherme Studart, ele havia se destacado na campanha abolicionista com a fundação do “Centro Abolicionista 25 de Dezembro”, em 1883. Durante a proclamação da República, não se viu nele uma adesão fervorosa junto aos partidos políticos, como ocorreu com alguns dos seus contemporâneos. Mas, no campo intelectual, ele teve presença destacada em instituições letradas que se envolveram com o novo regime, a saber, a Academia Cearense, o Centro Literário e o Instituto do Ceará. Em 1900 recebeu o título de barão, não do consulado britânico de Fortaleza, mas, diretamente do Vaticano das mãos do Papa Leão XIII, em reconhecimento aos seus feitos na Sociedade São Vicente de Paula, quando foi o presidente do seu Conselho Central desde 1883. De acordo com Amaral (2002, p. 22), “sua participação e organização por toda a província, foi decisiva na obtenção do título honorífico”.

Mesmo a entender que a ligação do Barão de Studart com a Igreja vinha de longas datas, as aproximações entre intelectuais e o Clero, naqueles tempos, delinearam laços

<sup>331</sup> “São Vicente de Paulo – Lemos no Gazeta de Notícias” IN: A República – Órgão da Sociedade Anônima Ceará-Libertador. Fortaleza. Ano XI, nº 72, 01/abril/1902, p. 02.

de estreita simpatia e interesses comuns, a conceber novas redes de sociabilidades quase impensáveis desde as incursões positivistas aclamadas pela “geração de 1870”. Não tardou para que ocorresse um fluxo recíproco de afinidades entre os clérigos e os letrados, com trocas de elogios e congratulações, conforme se constatou durante a apresentação de D. Joaquim José Vieira, Bispo Diocesano de Fortaleza, pelo secretário do IHGB, Visconde de Ouro Preto, em 1907, na condição de “sócio-correspondente”. Posteriormente, o bispo foi também proclamado pelo secretário do Instituto do Ceará, Joaquim Catunda, como “sócio-honorário”<sup>332</sup>. Em verdade, essa coincidência de sentimentos convergiu nas preocupações inerentes à “questão social”, presentes nas Conferências Vicentinas em sintonia com as inquietações da *Rerum Novarum*.

Envolvida nesta atmosfera, concomitante com as realizações das conferências da Sociedade São Vicente de Paulo, em 1902, uma iniciativa da Igreja chamou a atenção, tanto pelo nível das discussões em torno da orientação política da sociedade, quanto pelo poder arregimentador das opiniões que as elites urbanas de Fortaleza desenvolveram sobre o poder político, a pobreza e as tensões sociais naquele momento. Tratam-se das “Conferências Católico-Sociais” do padre Júlio Maria Lombaerde em sua passagem por Fortaleza, que apontaram as preocupações da Igreja sobre a orientação política e a organização social. Desde o período imperial, o padre Júlio Maria já havia se posicionado contra o gradual distanciamento entre o Estado e o Clero, em alusão ao fim do sistema de padroado. No início do período republicano, diante da onda de laicismo que varreu o Estado brasileiro, “inspirado em Leão XIII ele optou pelos pobres e achava que estes deveriam ser instruídos nos princípios religiosos para que se afastassem do fanatismo religioso que os manipulava politicamente” (Souza. Op. Cit. p. 105 - 107).

Realizada na Sé, a primeira dessas conferências foi noticiada em *A República*, Ano XI, nº 64, 20/março/1902, cujo tema foi “A incredulidade Contemporânea e a Noção Científica da Fé”, ocasião em que, segundo o jornal, “as naves, o coro, as galerias, superiores e inferiores, os corredores e o altar-mor achavam-se literalmente cheios, notando-se entre as pessoas presentes o Presidente do estado, o bispo diocesano, jornalistas e deputados, políticos, advogados, homens de letras e o comércio”<sup>333</sup>. Naquela primeira conferência, as preocupações pairavam em torno do distanciamento entre a fé e os governos, em grande parte relacionada à opção laica dos regimes republicanos modernos, como bem expôs o conferencista, noticiado

<sup>332</sup> *A República* – Diário da Tarde. Fortaleza. Ano XV, nºs 68 e 70, 23 e 27/março/1907.

<sup>333</sup> “A Incredulidade Contemporânea e a Noção Científica da Fé” IN: *A República* – Órgão da Sociedade Anônima Ceará-Libertador. Fortaleza. Ano XI, nº 64, 20/março/1902, p. 01.

na imprensa: “(...) O orador começou fazendo ligeira recapitulação da precedente conferência, (...) tornando-a presente na crise social: (...) mostrou a ineficiência para governo das sociedades de qualquer outro princípio que não seja o religioso. Mas, se é assim, (...) por que não faz no mundo e no Brasil, o consórcio da política com a religião? S. Exce. Responde que explicam o fato os preconceitos em matéria de religião das classes dirigentes, das quais grande parte não tem a noção científica da fé”<sup>334</sup>.

Com uma eloqüência apurada, nas suas palestras, o Padre Júlio Maria fez análises em defesa da fé cristã, baseado em exemplos da história e argumentos filosóficos, amparados nas teorias de Voltaire, Kant, Max Nordau e outros. Como se viu em *A República*, Ano XI, nº63, 18/março/1902, p. 01, suas reflexões em torno das crises sociais fizeram menções alarmantes sobre as greves ocorridas naquele momento na Capital Federal e nos centros industriais europeus. Para ele, toda a “tristeza do homem moderno e a infelicidade da sociedade atual”, tiveram como causas os seguintes elementos presentes no cotidiano das sociedades ocidentais: “o despotismo político, a opressão dos pequenos pelos grandes, a questão operária, os exércitos permanentes, o realismo literário, a corrupção do caráter, a degradação das administrações públicas e a imbecilidade moral do nosso tempo”<sup>335</sup>. Seguindo à risca os preceitos da *Rerum Novarum*, o padre também condenou a concentração de riquezas pelas classes opulentas, onde “na Alemanha originou-se um movimento social católico favorável à limitação da liberdade econômica por meio de uma legislação social” (Idem. p. 78).

Tamanha foi a repercussão daquelas palestras em Fortaleza, que não foram poupados esforços de diferentes segmentos sociais a homenagearem o “sapiente missionário”. A princípio, sua notoriedade pública pode ser vislumbrada no fato de ser constantemente prestigiado pela presença de políticos, comerciantes, homens de letras e outros segmentos sociais durante as palestras na Sé, permitindo entender o quão foi contagiante o envolvimento da sociedade naquela iniciativa. Não foi também de menor proporção da parte dos governantes, pois o órgão governista *A República* passou boa parte do ano de 1902 dedicando uma coluna à transcrição dos seus discursos, a comentar a repercussão e narrando as homenagens feitas ao clérigo. Em relação aos intelectuais, não foi diferente, uma vez que, em vários números d’*A República*, o poeta J. Martins ovacionou o conferencista com sonetos a exaltarem o “sacro levita”.

---

<sup>334</sup> Idem.

<sup>335</sup> “A Crise Social e a Necessidade da Religião” IN: *A República – Órgão da Sociedade Anônima Ceará-Libertador*. Fortaleza. Ano XI, nº 63, 18/março/1902, p. 01.

Depois de tão soberba saudação  
 A esta terra de Iracema,  
 O clérigo começa, sobre o tema,  
 A dissertar, com ampla erudição.

Mas ao passo que assim desenvolvendo  
 A tese desta vasta preleção,  
 Impõe-se ao silêncio, a atenção  
 De todo o auditório, vai prendendo.

Pela senda luminosa da ciência,  
 Vai buscar nos arcanos do passado  
 Os fatos que atestam a evidência...

P'ra roborar as justas asserções  
 Que os argumentos seus hão suscitado  
 No fluir de tão sábias discussões<sup>336</sup>.

Das homenagens rendidas ao Padre Júlio Maria na sua estada em Fortaleza, bastante emblemática foi a que ocorreu no Seminário Diocesano da Prainha, quando integrantes da sociedade literária denominada Recreio Literário, fundada por seminaristas, fizeram um recital e proferiram elogios ao “iluminado sacerdote”, logo após a exibição da Banda dos Aprendizes de Marinheiros. Ao término, o Reitor do Seminário, Júlio Simon, junto aos Beneditinos (ordem do Padre Júlio Maria) e aos Lazaristas (pertencentes ao seminário), sob duas bandeiras, em que estampavam o retrato de Júlio Maria e da República, “ergueram brindes e todos deram Vivas à República! Vivas ao Seminário!”<sup>337</sup>. A ritualística apresentada naquela ocasião lembrou passagens anteriores dos primórdios da vida republicana no Brasil, em que “o simbolismo das imagens e dos rituais” fora manipulado por positivistas num vigoroso esforço que contribuiu para definir “o papel de protagonista político às classes educadas (...) e às elites” (Carvalho, 1997. p. 130 e 140).

Sempre em pauta nas suas conferências, concernente ao combate sobre o materialismo, em geral, e ao laicismo institucional, em particular, o Padre Júlio não se

<sup>336</sup> MARTINS, J. “Sobre as Conferências” IN: A República – Órgão da Sociedade Anônima Ceará-Libertador. Fortaleza. Ano XI, nº 78, 08/abril/1902, p. 04.

<sup>337</sup> “Homenagem ao Padre Júlio Maria” IN: A República – Órgão da Sociedade Anônima Ceará-Libertador. Fortaleza. Ano XI, nº 94, 328abril/1902, p. 01.

intimidou em denunciar a escolha que as elites políticas brasileiras fizeram em torno da República e suas referências no materialismo positivista, que primaram pelo distanciamento do regime anterior. Lamentou não ser o contrário, que pudesse estar próxima da religião.

Assim, criticando a escolha que fez ruir o “orleanismo” no Brasil, sobre a orientação do governo republicano, o Padre Júlio disse que “o nosso mal é o materialismo que (...) penetrou no ensino, na educação, na administração e na política, separando completamente as classes dirigentes de toda influência religiosa. A nossa salvação será a reconstrução nas aulas e na sociedade do sentimento católico, que nos dará a Pátria grande e próspera, e para isto o lema de todos deve ser: - A República, com Jesus Cristo!”<sup>338</sup>.

Como bem frisou Montenegro (1992. p. 100), a Igreja “aos poucos é que vai aceitando o Estado Republicano, e de forma sofrida”. Como se não bastassem os incidentes em torno da “Questão Religiosa” no final do Império, as relações entre a Igreja e o Estado brasileiro ficaram bastante desgastadas diante do laicismo professado pela neófita República, que baixou decretos em torno do casamento civil e da não obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas. Porém, tendo em vista a inabilidade das elites que orientaram as políticas públicas na construção do novo regime em relação às camadas populares, abriu-se uma lacuna para que as ações da Igreja, envolvidas com os preceitos de Leão XIII, retomassem gradualmente seu papel junto aos segmentos sociais desassistidos pelo Estado.

Naquelas circunstâncias, viu-se a importância de ações ligadas à beneficência tendo a cooperação dos segmentos letrados, pois seus discursos junto às camadas subalternas (pobres, retirantes, mendigos, trabalhadores etc), como já foi dito, vieram no sentido de amenizar as tensões entre os discrepantes interesses sociais. Em consonância com este pensamento, o jornal católico *Cruzeiro do Norte*, em 1913, anunciou a importância em aproximar a Igreja dos acadêmicos e do operariado, a considerar que “(...) de todas as classes sociais, duas há cuja importância avulta em nossos dias: a mocidade acadêmica e o operariado. Esta, a classe operária, é por assim dizer o braço que trabalha, aquela, a luzida falange dos soldados das letras e das ciências, será, em parte já é, o cérebro criador ou transformador das teorias, a palavra inflamada, não rara revolucionária, sempre ardente, perigosa, irresistível. Ai da sociedade, quando estas duas classes não dobrarem o joelho ante a Hóstia imaculada. (...) Pobre agregado social, quando os operários professarem as doutrinas

---

<sup>338</sup> “A Crise Social e a Necessidade da Religião” IN: A República. Op. Cit. p. 04.

socialistas desenvolvidas por certos autores, e o livre pensamento reinar soberano nas escolas superiores”<sup>339</sup>.

A consolidação dos projetos envolvendo intelectuais católicos e a Igreja em torno da pobreza materializou ainda no seio da Sociedade Vicentina a criação de um movimento intelectual “dentro dos novos parâmetros filosóficos e pastorais do Catolicismo” (Montenegro. 1992. Op. Cit. p. 129). Essa iniciativa surgiu “no domingo, 27 de abril [1913], quiseram os Vicentinos solenizar o centenário de Ozanam [fundador da Sociedade]. Imponente assembléia reuniu-se no salão da sede das conferências, estando presentes S. Exc. Os Srs. D. Manuel e D. Xisto, o Sr. Barão de Studart, Presidentes das Conferências e crescido número de homens de todas as classes. (...) A mocidade emancipa-se hoje não só da tutela paterna como dos dogmas incursos da Religião. É preciso ampará-la, coadjuvá-la, instruí-la. O Sr. Bispo destina-lhe um Círculo Católico, que será mui brevemente fundado (...)”<sup>340</sup>. Foi assim, com a bênção do recém-nomeado bispo diocesano D. Manoel da Silva Gomes, que surgiu o já mencionado Círculo Católico de Fortaleza, entidade que até 1922 teve papel relevante no envolvimento dos intelectuais católicos junto aos pobres, chamando a atenção dos poderes públicos sobre suas responsabilidades sociais. Cabe lembrar que naquele ano em que se comemorou o Centenário da Independência política do Brasil, a Academia Cearense foi restaurada pelo folclorista Leonardo Mota, ocasião que reuniu a elite intelectual cearense, o Governador do Estado no período, Justiniano de Serpa (fundador da entidade em 1894), o bispo D. Manoel, militares e outras personalidades (Barreira, 1948).

Dois anos após, a ação foi mais direcionada. Como foi observada, a fundação do Círculo Operário Católico teve maior repercussão junto aos trabalhadores e outros segmentos pobres de Fortaleza, marcando posição ferrenha e hostil frente às idéias socialistas, anarquistas e comunistas professados por alguns órgãos da imprensa ligada aos operários gráficos. Em boa medida, aqueles rumores ocorridos na capital cearense já eram ressonâncias do que aconteceu a partir de 1916, sob as iniciativas da “Restauração Católica”, em que a Igreja no Brasil teve maior inserção juntos aos círculos intelectuais e partindo daí para o restante da sociedade (Crochet, 2003. p. 05 - 12). Diante do exposto, presume-se que aos olhos dos clérigos, dos comerciantes, dos intelectuais, dos administradores públicos e de outros setores dominantes, a participação das demais esferas sociais (trabalhadores urbanos,

<sup>339</sup> “Uma profilaxia que se impõe” IN: Cruzeiro do Norte – Órgão Hebdomadário Católico. Fortaleza. Ano VII, nº 18, 03/maio/1913, p. 01.

<sup>340</sup> “Pela Fortaleza” IN: Cruzeiro do Norte – Órgão Hebdomadário Católico. Fortaleza. Ano VII, nº 22, 31/maio/1913, p. 02.



pobres, retirantes etc) na vida republicana e suas decisões, somente através da “bênção divina” e dos seus mediadores na terra. Enfim, este exercício de democracia não seria possível através dos pleitos eleitorais, dos debates públicos ou da vida institucional, mas apenas no “reino dos céus”.

\* \* \*

## Considerações Finais

Durante os primórdios da República no Brasil, a experiência dos trabalhadores urbanos e de outras camadas sociais menos favorecidas foi marcada pela obstrução dos direitos sociais, políticos e civis. Sob perspectiva histórica, aqueles momentos iniciais do novo regime reforçaram os processos de exclusão que caracterizaram o Estado brasileiro desde a sua gênese. Porém, ao longo do tempo, estes setores elaboram estratégias a fim de exprimir suas demandas na cena pública, bem como, participar da vida institucional, mesmo quando os meios convencionais ao debate democrático se tornaram inviáveis. Assim, foi entendido que, através da literatura, esses agentes sociais puderam se posicionar frente aos poderes instituídos no período, a evitar o choque direto, a hostilidade ou mesmo a violência física habitualmente empregada pelos grupos hegemônicos aos seus opositores.

No decorrer do texto, sobre a realidade do espaço urbano de Fortaleza na virada dos séculos XIX para o XX, foi entendido que, durante as estiagens, as elites locais, representadas por comerciantes, intelectuais, médicos, bacharéis, chefes políticos, classes médias e emergentes, dentre outras categorias, dispensaram atenção às levas de retirantes que passaram a ocupar o território destinado às atividades econômicas, administrativas, moradia e lazer dos mais abastados. No entanto, conforme se constatou, no imaginário político dos grupos dominantes, aquele fenômeno se tornou instrumento indispensável tanto para municiar as facções políticas que se digladiavam pelo controle da máquina pública, tendo em vista a concentração dos recursos destinados ao combate dos impactos negativos das secas, bem como, o exercício de práticas coercitivas sobre a população pobre.

Por sua vez, esta foi composta por mendigos, órfãos, prostitutas, bêbados, vadios, pedintes, maltrapilhos, dentre outros apossados pela escassez e que receberam atenção dos diferentes aparelhos segregadores e de controle social no perímetro urbano. Em verdade, também não pode ser esquecido que as estiagens contribuíram para a formação de um contingente favorável ao mercado de trabalho urbano na capital, tendo em vista o aquecimento econômico e a necessidade de beneficiar matéria-prima (algodão, oiticica, mamona etc) advinda com as atividades de exportação.

Naquele ambiente, marcado por contradições sociais, interesses econômicos consolidados e projeções políticas, os trabalhadores urbanos provenientes, em maioria, dos retirantes sertanejos ou da população pobre dos subúrbios, se perceberam enquanto um

expressivo setor na capital. Em momentos decisivos, como nas primeiras décadas da República, através de associações beneficentes ou partidos políticos (União Operária, Phênix Caixeiral, Centro Artístico, Partido Operário, Partido Socialista Cearense) os trabalhadores vislumbraram participar da construção do novo regime. Entretanto, a exemplo do que ocorreu no pleito de 1890, aqueles segmentos organizados viram o surgimento do seu projeto político autônomo cada vez mais distante, por conta da sua aproximação com outros grupos sociais de interesses já consolidados (antigos chefes políticos, classes médias urbanas, clérigos, maçons, intelectuais orgânicos etc), uma vez que as instituições republicanas foram abocanhadas pelas facções oligárquicas oriundas do período monárquico.

Tanto esses setores sócio-profissionais quanto grande parte das esferas pobres da sociedade não se eximiram dos confrontos cotidianos, em meio à desfavorável relação de força sobre sua participação na vida pública. Somado ao desejo explícito em compor os pleitos eleitorais, naquele período, os trabalhadores em Fortaleza compensaram a falta das políticas sociais com a prestação de auxílios mútuos e assistência beneficente. Todavia, o enfrentamento isolado, as pequenas transgressões e os delitos anônimos encontrados na documentação deixam evidentes que, mesmo atônitos em torno dos debates à época e em meio às trincheiras partidárias, as camadas subalternas, de modo geral, responderam à inexistência de diálogo entre elas e os representantes da nova ordem institucional.

Grande parte das demandas reveladas por aqueles estratos sociais pairava em torno das promessas anunciadas pelo discurso democrático, amplamente incorporado pelos grupos encarregados da propaganda republicana. O acesso à educação, à moradia de qualidade, à oferta de trabalho, ao combate à carestia, aliados ao sonho de desenvolvimento econômico-industrial, dentre outros alardes, ajudaram a instigar os ânimos, sobretudo, daqueles indivíduos menos abastados, mas, que tiveram algum acesso aos livros, aos jornais e relativo domínio daqueles enunciados salvacionistas. Contudo, aos olhos da República, em boa medida, herdeira das contradições sociais e econômicas do regime monárquico, a instrução letrada, apreciada por muitos como meio de ascensão, era um dos reflexos mais pontuais daquele comprometido quadro social e administrativo, algoz de qualquer sonho.

A começar pelas precárias condições de acesso ao ensino para as camadas subalternas, sua prole, em idade escolar, tinha que sacrificar os estudos para atender às exigências da vida doméstica, agravada pelos imperativos econômicos, sobretudo, provenientes das secas. De acordo com a documentação histórica manuseada, a defasagem nas práticas pedagógicas adotadas no período, as políticas educacionais do sistema de ensino e a indiferença dos administradores públicos com a educação das crianças pobres, tendo em

vista a manutenção dos seus interesses eleitoreiros, ajudaram a reforçar aquela realidade sócio-educacional. Todavia, atentos a essas limitações e paralela à iniciativa dos agentes filantropos ou dos poderes públicos, foi observado que caixeiros, artesãos, operários gráficos, militantes, dentre outros indivíduos letrados pertencentes às esferas menos favorecidas, se empenharam pela instrução e pelo “aprimoramento moral da classe”, a promover aulas, cursos e compartilhar dos conteúdos escolares. Tal iniciativa aponta para a não passividade desses agentes sociais frente ao descaso dos governos, bem como, rebate a idéia de dependência em relação às ações de caridade e filantropia das elites e do clero junto à instrução dos pobres.

Para as esferas intelectualizadas, ligadas às classes médias urbanas ou às “elites cultas”, a instrução dos pobres foi entendida como alavanca do progresso econômico (vistos o aprimoramento e a qualificação da força-de-trabalho). Já para aqueles indivíduos pertencentes aos segmentos populares, o acesso à educação esteve aliado à idéia de participação na vida pública. Assim, percebeu-se que alguns trabalhadores afeiçoados às letras se envolveram nas atividades de imprensa e literatura.

Tendo em vista os mecanismos que foram adotados sobre a inserção de alguns indivíduos junto à República, através do apadrinhamento, clientelismo, nepotismo, dentre outras práticas, não houve hesitação por parte dos agentes históricos aqui evidenciados em desconfiar do meio intelectual do período. Conforme se leu em boa parte da obra literária analisada, no campo semântico dessas narrativas constatou-se um tônus diferente em relação aos discursos arrivistas, carregados pelas concepções liberais, positivistas e evolucionistas, anunciados durante a passagem entre os regimes. Portanto, não tardou para que o manto do ceticismo caísse sobre os “bestializados” e que esta sensação fosse compartilhada através dos jornais e da produção literária deixados pelos trabalhadores.

Essas vivências em relação às práticas letradas, artísticas e diletantes se fizeram presentes nos espaços de sociabilidades e de interação cultural configurados por aqueles sujeitos históricos, caixeiros, tipógrafos, pintores, músicos, ferroviários, operários fabris, dentre outros. O envolvimento destes indivíduos pelos espaços das boticas, cafés, botequins, sítios etc, apontou mais uma vez para a autonomia deste grupo, a desenvolver suas próprias experiências letradas. Mesmo em diálogo constante com os intelectuais “distintos”, os agentes em evidência não ficaram a mercê das iniciativas e redutos exclusivos daqueles renomados nas rodas literárias do período. Naqueles ambientes, eles reforçaram seus laços sociais, compartilharam das suas “experiências em comum”, trocaram informações inerentes à esfera intelectual e política e interagiram com homens e mulheres de outras camadas sociais.

Em meio a estes autores sem maior projeção, as trajetórias de Lopes Filho e Lívio Barreto se encontraram. Integrantes da agremiação literária Padaria Espiritual que, em certa medida, teria lançado suas obras pelas discussões e polêmicas intelectuais à época, estes dois poetas se inserem na corrente ou estética decadentista-simbolista. Foi entendido que em suas narrativas literárias as tensões envolvendo representações, experiências e modos de vida das camadas populares estiveram presentes, em contraste com os referenciais civilizatórios levados adiante pelos agentes do poder público, setores dominantes e classes médias urbanas (administradores, médicos, comerciantes, bacharéis, intelectuais etc).

Através de metáforas, sinestésias e alegorias próprias daquela corrente literária, ambos demonstraram apreensão com a sociedade do período, o que sugere desconforto em suas experiências com o ambiente intelectual, marcado pelas relações entre saber letrado e poder oligárquico. Assim, com o uso da metalinguagem, a atmosfera melancólica, soturna e pessimista dos seus poemas esteve em sintonia com o desencanto vivenciado por alguns homens de letras que se mantiveram distantes das benesses políticas. Em parte, essa sensação de descontentamento deu-se em virtude das contradições existentes no discurso democrático, anunciado durante a implantação da República, em que se fez entender, dentre outras promessas, que a instrução seria um campo possível de inserção social.

Em Lopes Filho, a inquietação com as tensões cotidianas lhe rendeu o gosto pela “flanagem”. Ele se envolveu com as discussões e assuntos do circuito intelectual através dos grêmios literários em que ele atuou (Padaria Espiritual e Centro Literário). Porém, no conjunto das narrativas, viu-se a fuga subjetiva para as suas lembranças de infância, geralmente agregadas aos ritos do catolicismo popular. Assim sua obra trouxe a representação de um passado casto, impoluto e de feições rurais, composta de imagens singelas, gestos rústicos e práticas em grande parte ligadas ao modo de viver e de pensar das camadas sociais subalternas. Através do espectro do flanêur, o autor se percebeu interagindo com as rodas letradas à época, mas, esteve a evadir-se das relações e práticas daquele ambiente, como a aproximação entre a ilustração e o poder político, expressas na aderência de muitos letrados à burocracia, imprensa facciosa, partidos políticos e instituições de saber (Academia Cearense, Instituto do Ceará, Faculdade de Direito, Liceu do Ceará, Escola Normal e outras).

Já em Lívio Barreto, o fascínio e a ansiedade para se viver exclusivamente das “letras” estiveram presentes tanto em sua obra quanto nos testemunhos de época ao seu respeito. Entretanto, faltou-lhe o alinhamento aos nichos oligárquicos, as bajulações e a submissão aos caprichos clientelistas, necessários ao ingresso de um “homem de letras” junto à imprensa, aos gabinetes e boa parte das instituições de saber. Nas suas jornadas pelas

idades portuárias do Ceará e da região amazônica, malogrou-lhe o sonho tão caro, o que lhe condicionou diversas vezes a retomar o ofício de caixeiro. Sua obra apresenta a aflição em conciliar os projetos literários e a necessidade de sobrevivência.

Na obra de Raimundo Ramos “Cotôco”, os gestos rudes, modos grotescos, atividades de trabalho, hábitos simples, festividades e outras práticas das camadas populares se afirmaram sobre as posturas “elegantes”, padrões higiênicos, modas e valores propalados pelo discurso civilizador das elites urbanas, administradores públicos, médicos, intelectuais, comerciantes e outros setores dominantes. Em grande medida, seus versos destacaram as tensões cotidianas existentes na capital, dentre elas a ação dos agentes “regeneradores” (batalhão de polícia, sanitaristas, urbanistas etc) sobre os segmentos pobres, mendigos, retirantes, caboclos, negros, trabalhadores braçais e outros atores sociais enaltecidos em sua obra.

Contudo, certas nuances encontradas em sua narrativa permitiram compreender que Ramos Cotôco imaginou um possível abrandamento destes embates, somados à coexistência indulgente dos diferentes matizes que integraram a realidade social do período. Em certa medida, pode-se afirmar que esta leitura esteve ancorada na sua experiência social, pois, através dos seus dotes artísticos, ele conviveu com diferentes estratos sociais em seus espaços de integração. Sua música entoada nos salões elegantes, o prestígio pela habilidade no pincel, bem como, a bebedeira nas mesas de jogo, algazarras durante as “festas de preto” (congós, pastorinhas) e intensa atividade boêmia, revelaram sua flexibilidade em transitar pelos contrastes daquela paisagem urbana.

Distante da evasão decadentista-simbolista e da pilhéria de Ramos Cotôco foi a poesia de caráter combativo, inspirada nas idéias correntes do Anarco-Sindicalismo, Comunismo e Socialismo. Dos autores contemplados, Pedro Augusto Mota se destacou, sobretudo, pelo seu engajamento junto à militância anarquista no início dos anos 1920. Comum às concepções libertárias, a preocupação pedagógica esteve presente nos poemas analisados, em que se perceberam as inquietações, debates e aspirações vivenciados pelos trabalhadores organizados naquele período. Temas como a Revolução Bolchevique, o 1º de maio e as reivindicações estampadas nas bandeiras de luta dos movimentos operários mundo afora inspiraram os versos publicados nos jornais O Combate (1921) e Voz do Gráfico (1921 - 1922), respectivamente, órgãos da Federação dos Trabalhadores do Ceará e da Associação Gráfica do Ceará.

O caráter pedagógico desta documentação manuseada reforça o argumento outrora mencionado, concernente ao uso da literatura para difundir as leituras dos cânones

“revolucionários”. Também motivaram essa prática a denúncia às contendas sociais, anuviadas pela crise oligárquica (fruto do desentendimento entre as elites políticas), bem como, a crescente influência do Círculo Operário S. José sobre os trabalhadores da capital.

A fim de tornar mais eloqüente e inteligível as idéias de Bakurnin, Kropotkin, Proudron, Marx, dentre outros, além de Pedro Augusto Mota, os demais poetas encontrados fizeram uso de diferentes recursos da linguagem (apropriações, reapropriações, ressignificações etc) a construir e desconstruir significados, de acordo com sua experiência social. Logo, percebe-se que os embates travados naquele momento foram também mais sutis, para além do campo ideológico ou partidário, tendo em vista o acirramento das trincheiras entre as concepções políticas e leituras sociais tanto da militância operária, quanto dos clérigos, administradores públicos, patrões e demais esferas dominantes e hegemônicas.

Por fim, compreendeu-se que a ressonância do discurso republicano aguçou as demandas dos grupos sociais menos favorecidos e historicamente excluídos das decisões públicas e prioridades do Estado brasileiro. Não por menos, os intelectuais ligados à Igreja e às frações oligárquicas, bem como, os governantes e o clero se empenharam na contenção das resistências e forças antagônicas ao modelo de República que se fez naquele momento.

Os intelectuais, tanto na imprensa facciosa, burocracia, administração pública, instituições de saber ou entre as trincheiras partidárias, se mostraram amplamente sintonizados com a construção e institucionalidade do novo regime. Junto às tensões de época, num primeiro momento, a contribuição dos “ilustrados” aliados ao poder foi produzir enunciados favoráveis à idéia de inclusão social, governo eficiente, manutenção da ordem pública, amparados nas teorias evolucionistas e positivistas.

Percebida a inabilidade do poder público com a inquietação dos segmentos populares, pouco a pouco os governos republicanos foram se desvencilhando do laicismo anunciado outrora, a estabelecer adesão aos interesses da Igreja, expressos na *Rerum Novarum* (1891). A ação conjunta entre os médicos sanitaristas, o batalhão de polícia e a Sociedade S. Vicente de Paulo foi um gesto de sintonia entre grupos preocupados com a manutenção do controle social, mediante as investidas sobre o equacionamento e repressão dos pedintes, mendigos, depauperados, órfãos, desocupados, dentre outras “classes perigosas” que perambulavam pelo centro comercial e administrativo de Fortaleza.

Da mesma forma em que houve participação junto às esferas administrativas, os intelectuais com expressão na capital cearense mantiveram seus discursos alinhados aos preceitos do Papa Leão XIII. A produzir efeitos de verdade sobre a contenção dos problemas ocorridos em torno das estiagens (saques, mendicância, vadiagem etc), o poder “ilustrado”

também encampou luta na imprensa a combater o avanço das idéias socialistas, comunistas e anarco-sindicalistas sobre os trabalhadores urbanos da capital. A criação do Círculo Católico de Fortaleza e a bênção do Bispo Diocesano D. Manoel durante a reorganização da Academia Cearense de Letras, em 1922, ano do Centenário da Independência, apontaram para esta reciprocidade entre referenciais e leituras envolvendo o clero e os homens de letras naquele momento. Em suma, viu-se que os argumentos da Rerum Novarum sobre a organização social possibilitaram ampla aderência entre o prestígio da inteligência, a institucionalidade dos governos e, sobretudo, a “bênção” da Igreja. Através da caridade e do assistencialismo, o exercício de poder simbólico dos clérigos sobre aqueles grupos sociais acossados pela miséria, analfabetismo, mancebia, insubordinação civil, dentre outros “males” que a República não conseguia reparar, fez a cúria local retomar seus postos junto aos pobres e necessitados. A minimização das responsabilidades do poder público sobre as camadas menos favorecidas a reação implacável às insinuações da “ameaça vermelha”, também marcaram este momento da “República com Cristo”.

\* \* \*



## Documentação Manuseada

### 1. Obras de Época:

BARRETO, Lívio. Dolentes (2ª ed.) – Fortaleza: Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 1970).

CAMINHA, Adolfo. A Normalista - São Paulo: Editora Três; 1973.

FREITAS, Emília de. A Rainha do Ignoto (2ª ed.) – Fortaleza: Edições UFC; 1979.

GALENO, Juvenal. Lendas e Canções Populares – s/d, 1865.

LOPES FILHO. Phantos – Fortaleza: Padaria Espiritual/ Tipografia Universal, 1893.

NOBRE, Antônio. Só (4ª ed.) – Porto: Tipografia de “A Tribuna”, 1921.

RAMOS (“COTÔCO”), Raimundo. Cantares Boêmios – Fortaleza: Typo-Litthographica a Vapor, 1906.

TEÓFILO, Rodolfo. A Fome/ Violação (conto) (2ª Ed) - Rio de Janeiro: José Olympio/ Fortaleza: ACL, 1979.

### 2. Livros de Memória e Relatos de Época:

AZEVEDO, Otacílio de. Fortaleza Descalça (2ª ed.) – Fortaleza: Casa de José de Alencar/ UFC, 1992.

BRASIL FILHO, Tomás Pompeu de Sousa. In Memmoriám. Discurso sobre (...) Justiniano de Serpa. – Fortaleza: Off graph/ Diário do Ceará, 1924.

CAMINHA, Adolfo. Cartas Literárias – Fortaleza: EUFC, 1999.

LIMA, Herman. Poeira do Tempo. – Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

MENEZES, Raimundo de. Coisas que o Tempo Levou. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

MOTA, Leonardo. Padaria Espiritual (2ª ed.) – Fortaleza: Casa de José de Alencar/ UFC, 1995.

NOGUEIRA, João. Fortaleza Velha – Fortaleza: Edições UFC, 1980.

PIMENTA, Joaquim. Retalhos do Passado – Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.

SALES, Antônio. Novos Retratos & Lembranças. – Fortaleza: Casa de José de Alencar/ UFC, 1995.

TEÓFILO, Rodolfo. Varíola e Vacinação no Ceará – Fortaleza: Tipografia do Jornal do Ceará, 1904.

\_\_\_\_\_. A Libertação do Ceará (A Queda da Oligarchia Acciolina) – Lisboa: Typ. A Editora, 1914.

\_\_\_\_\_. O Caixeiro (Reminiscências) – Fortaleza: Typographia Minerva, 1927.

### 3. Jornais e Outros Escritos Impressos de Época:

#### 3. 1. Biblioteca Nacional (Setores de Obras Raras e Periódicos):

- \* Granjense (1881)
- \* A Pátria – Folha da Manhã (1889 – 1890)
- \* Brasil – Ordem e Progresso (1889)
- \* O Estado do Ceará (1890)
- \* Correio Oficial do Estado do Ceará (1891).
- \* A Legalidade. Homenagem dos Operários do ‘Libertador’ aos Salvadores da República (1891)
- \* O Norte – Folha da Tarde (1891)
- \* A Verdade – Órgão do Partido Católico (1891)
- \* O Operário – Órgão da Classe Operária (1892)
- \* A Luz – Periódico Literário e Noticioso (1892)
- \* O Diário (1892)
- \* Phenix Caixeiral (1893)
- \* A Reforma – Periódico Literário e Noticioso (1894)
- \* Iracema. Revista do Centro Literário (1895 - 1896)
- \* O Combate – Órgão do Partido Operário (1896)
- \* Phenix – Órgão da Phenix Caixeiral (1912 e 1913)
- \* Cruzeiro do Norte – Órgão Católico Hebdomadário (1913)

#### 3. 2. Biblioteca Pública Menezes Pimentel/ Fortaleza (Setor de Microfilmes):

- \* Libertador – Órgão do Centro Republicano (1889 - 1891)
- \* Cearense – Órgão do Clube Democrático (1889 - 1891)
- \* A República (1898, 1900, 1901, 1902, 1908 e 1911)
- \* Jornal do Ceará – Político, Comercial e Noticioso (1904, 1905, 1908 e 1911)
- \* Unitário – Órgão Político (1904, 1905, 1908 e 1911)

\* Primeiro de Maio – Órgão do Centro Artístico Cearense (1908 e 1909)

\* Boletins Diversos (1911 e 1912)

### 3. 3. Seminário da Prainha:

\* O Nordeste (1922)

### 3. 4. Acervo do NUDOC/ UFC:

\* O Pão... da Padaria Espiritual (1892/ 1895 - 1896)/ Edição Fac-Símile: Fortaleza: ACL/ BNB, 1982.

\* Voz do Gráfico (1921 - 1922) IN: GONÇALVES, Adelaide & SILVA, Jorge (orgs).

A Imprensa Libertária do Ceará – São Paulo: Imaginário, 2000.

\* Ceará Socialista – Órgão do Partido Socialista (1919) IN: GOLÇALVES, Adelaide (orgs). – Fortaleza/ Florianópolis: Edições UFC/ Insular, 2001.

## 4. Documentos Oficiais e Estatísticos:

### 4. 1. Acervo do Instituto do Ceará:

\* Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Enéas de Araújo Torreão passou a Administração da província do Ceará ao Sr. Dr. Caio da Silva Prado, no dia 21 de abril de 1888. – Fortaleza: Typographia Constitucional, 1888.

\* Relatório com que o Exm. Sr. Conselh. Henrique d'Ávilla, Senador do Império e Presidente do Ceará, passou à administração desta Província... Fortaleza: Tipografia Economia, 1889.

\* Mensagem do Presidente do Estado Tenente Coronel Dr. José Freire Bezerril Fontenelle à Assembléia Legislativa do Ceará em sua 2ª Sessão Ordinária da 1ª Legislatura – Fortaleza: Tipografia d'A República, 1894.

\* Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Ceará pelo Presidente do Estado Exmo. Sr. Dr. Antônio Pinto Nogueira Accioly, em 1º de julho de 1900. Fortaleza. Tipografia d' A República, 1900.

\* Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Ceará em 1º de Julho de 1901 pelo Presidente do Estado, Dr. Pedro Augusto Borges. Fortaleza. Tipografia Econômica, 1901.

\* Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Ceará em 1º de Julho de 1904 pelo Presidente do Estado, Dr. Pedro Augusto Borges. Fortaleza. Tipografia Minerva, 1904.

\* Mensagem Dirigida à Assembléia Legislativa do Ceará em 1º de Julho de 1907 pelo Presidente do Estado, Dr. Antônio Pinto Nogueira Accioly. Fortaleza. Tipografia a Vapor, 1907.

\* Memória Histórica da Phenix Caixeiral do Ceará. Publicada por Ocasão do Primeiro Centenário da Independência do Brasil. Fortaleza. Tipografia Comercial, 1922.

4. 2. Acervo da Academia Cearense de Letras (Setor de Obras Raras):

\* Almanaque Estatístico, Industrial, Comércio e Literário do Ceará. s/d. 1900 - 1920.

4. 3. Acervo do NUDOC/ UFC:

\* Constituição do Estado do Ceará de 1891 e Decreto nº 122, de 23 de dezembro de 1890 .

POMPEU, Gina Marcílio; FARIAS, Isabel Sabino de; VIEIRA, Sofia Lerche (Orgs).

Vol. I. – Fortaleza: INESP, 2005.

\* Constituição do Estado do Ceará de 1892. Vol II. Idem.

\* Reforma da Constituição do Estado do Ceará, de 19 de julho de 1905 e Constituição do Estado do Ceará de 1921. Vol. III. Idem.

5. Dicionários Bio-Bibliográficos:

NOBRE, F. S. 1001 Cearenses Notáveis – Rio de Janeiro: Ed. Casa do Ceará; 1996.

STUDART, Guilherme. Dicionário Bio-bibliográfico Cearense – Fortaleza:

Imprensa Universitária da UFC, 1915. Volume. I, II e III.

\* \* \*

## Referências Bibliográficas

- ALENCAR, Edigar de. *Variações em Tom Menor* – Fortaleza: EdUFC, 1984 (Coleção Letras Cearenses).
- ALENCAR, Edigar de. *Fortaleza de Ontem e de Anteontem* – Fortaleza: EdUFC, 1980 (Coleção José de Alencar).
- ALENCAR, Manoel Carlos F. de. *Adolfo Caminha e Rodolfo Teófilo: A Cidade e o Campo na Literatura Naturalista Cearense* – Fortaleza: Dissertação de Mestrado defendida no PPGH/ UFC, 2002.
- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da Instrução Pública no Brasil (1500 – 1889)*. – São Paulo: EDUC, 1989.
- ALVES, Joaquim. “O Ensino Primário na Primeira Metade do Século XX” IN: MARTINS FILHO, Antônio e GIRÃO, Raimundo. *O Ceará* – Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará; 1966. p. 361 – 368.
- AMARAL, Eduardo Lúcio G. *Barão de Studart. Memória da Distinção* – Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do CE, 2002.
- AMARAL, Eduardo Lúcio G. *Intelectuais e Política no Instituto do Ceará (1887 - 1920)* - São Paulo: Dissertação de Mestrado PPGH/ PUC-SP, 2002
- AMORA, Zenilde Baima. “Aspectos Históricos da Industrialização no Ceará” IN: SOUSA, Simone de (Coord.). *História do Ceará. (2ª ed.)* – Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha; 1994. p. 121 – 128.
- ARAÚJO, Ma. do Carmo Ribeiro. “O Poder Local no Ceará” IN: *História do Ceará. (2ª ed.)* – Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994. p. 105 – 120.
- AZEVEDO, Sânzio de. “Edigar de Alencar e a Literatura Cearense” IN: ALENCAR, Edigar de. *Variações em Tom Menor* – Fortaleza: EdUFC, 1984 (Coleção Letras Cearenses) p. 07 – 15.
- \_\_\_\_\_. *A Padaria Espiritual e o Simbolismo no Ceará (2ª ed.)* – Fortaleza: Casa de José de Alencar/ UFC, 1996.
- AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira (6ª ed.)* - Rio de Janeiro/ Brasília: UFRJ/

- UNB, 1996.
- BAKER, Keith M. "The Political Culture of the Old Regime" IN: *The French Revolution and the Creation of modern Political Culture* – s/d Pergamon Press, 1994. Vol. 1.
- BAKTHIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem. Problemas Fundamentais do Método Sociológico da Ciência da Linguagem* – São Paulo: Hucitec, 1979
- \_\_\_\_\_. *Questões de Literatura e de Estética. A Teoria do Romance.* - São Paulo: UNESP/ HUCITEC, 1998.
- BARBOSA, Marinalva. "Operários do Pensamento". *Visões de Mundo dos Tipógrafos no Rio de Janeiro (1880 - 1920)* – Niterói: Dissertação de Mestrado Defendida no PPGH/UFF, 1991.
- BARREIRA, Dolor. *História da Literatura Cearense* – Fortaleza: Edições do Instituto do Ceará, 1948, 1951, 1954 e 1957. Tomos. I, II, III e IV.
- BASTOS, Lúcia Ma. Oliveira. *A Instrução Pública e o Ensino na Província do Rio de Janeiro. Visão Oficial e Prática Cotidiana (1873 - 1888)* – Dissertação de Mestrado Defendida no PPGH/ UFF, 1985.
- BATAILLE, Georges. *A Literatura e o Mal* – L& PM: Porto Alegre, 1989.
- BATALHA, Cláudio. "Formação da Classe Operária e Projetos de Identidade Coletiva" IN: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de A. Neves (orgs). *O Brasil Republicano (O Tempo do Liberalismo Excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930)* – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 162 – 190.
- BAUDELAIRE, Charles. *Os Paraísos Artificiais. O Ópio e o Poema do Haxixe.*- Rio Grande do Sul: LP & M, 1986.
- \_\_\_\_\_. *As Flores do Mal* - Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1995 (6ª ed.).
- BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do Capitalismo* – São Paulo: Brasiliense, 1989. Coleção: Coleção "Obras Escolhidas" Vol. III.
- BERSTEIN, Serge. "A Cultura Política" IN: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean François. *Para uma História Cultural s/ d.* – Lisboa: Estampa, 1998.
- BÓIA, Wilson. *Antônio Sales e sua Época.* – Fortaleza: BNB, 1984.
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira (34ª ed.)* – São Paulo: Cultrix; 1994.
- BOURDIEU, Pièrre. *As Regras da Arte. Gênese e Estrutura do Campo Literário* – São

- Paulo: Cia. Das Letras, 1996.
- \_\_\_\_\_. O Poder Simbólico – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- \_\_\_\_\_. A Distinção. Crítica Social do Julgamento – Trad. Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo/ Porto Alegre: EDUSP/ Zouk, 2007.
- BRASIL, Tomáz Pompeu de S. Ensaio Estatístico da Província do Ceará – Tipografia de B. Matos: s/d, 1863.
- BRESCIANI, Ma. Stella. “Metrópoles: as Faces do Monstro Urbano (as Cidades no séc. XIX)” IN: Revista Brasileira de História – São Paulo, 1984/85. Nº08/ 09, p. 35 - 68.
- BRÍGIDO, João. Ceará. Homens e Fatos – Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2001.
- CAMPOS, Eduardo. Capítulos de História da Fortaleza do Século XIX. O Social e o Urbano – Fortaleza: EUFC, 1985.
- CÂNDIDO, Antônio. Literatura e Sociedade. Estudos de Teoria Literária e História Literária (8ª ed) – São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.
- CÂNDIDO, Tyrone Apollo . Trem da Seca. Sertanejos, Retirantes e Operários (1877 - 1880) - Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do CE, 2005.
- CARDOSO, Gleudson Passos. As Repúblicas das Letras Cearenses. Literatura, Imprensa e Política (1873 - 1904). – São Paulo: Dissertação de Mestrado defendida no PPGH da PUC/ SP, 2000.
- \_\_\_\_\_. Padaria Espiritual. Biscoito Fino e Travoso – Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do CE, 2002.
- CAROLLO, Cassiana Lacerda. Decadentismo e Simbolismo no Brasil. Crítica e Poética - Rio de Janeiro/ Brasília: Livros técnicos e Científicos/ INL, 1980.
- CARONE, Edgard. A República Velha (Evolução Política). – São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.
- \_\_\_\_\_. Movimento Operário no Brasil (1877 - 1914) – São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1984.
- CARVALHO, Gilmar de. “Raimundo Vulgo ‘Cotôco’” IN: RAMOS, Raimundo. Cantares Boêmios – Fortaleza: Typo-Litthographica a Vapor, 1906. p. 07 – 14.

- CARVALHO, José Murilo. Teatro de Sombras. A Política Imperial. – São Paulo/ Rio de Janeiro: Vértice/ IUPERJ, 1988.
- \_\_\_\_\_. Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi (3ª ed.) – São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- \_\_\_\_\_. A Formação das Almas. O Imaginário da República no Brasil (3ª ed.) – São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- \_\_\_\_\_. Cidadania no Brasil. O Longo Caminho. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- \_\_\_\_\_. A Construção da Ordem (A Elite Política Imperial)/ Teatro de Sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- \_\_\_\_\_. Forças Armadas e Política no Brasil – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CASTELO, Plácido Aderaldo. História do Ensino no Ceará. – Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial/ Instituto do Ceará, 1970.
- CASTRO, Celso. Os Militares e a República. Um Estudo sobre Cultura e Ação Política – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- CAVALCANTE, Ma. Juraci Maia (org.). História e Memória da Educação no Ceará. – Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002.
- CERTEAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano – Petrópolis: Vozes, 1994. Vol. 1
- \_\_\_\_\_. A Cultura no Plural. Trad. Enid Abreu Dobránszky – Campinas: Papyrus, 1995
- CHACON, Vamireh. História dos Partidos Brasileiros. – Brasília: EdUNB, 1981.
- CHALHOUB, Sidney. “A História nas histórias de Machado de Assis: uma interpretação de Helena” IN: Primeira Versão. Nº33. – Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991.
- \_\_\_\_\_. Trabalho, Lar e Botequim. O Cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque – Campinas: EDUNICAMP, 2001.
- \_\_\_\_\_. & PEREIRA, Leonardo A. de M. A História Contada. Capítulos de História Social da Literatura no Brasil – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- CHARLE, Christophe. A Prosopografia ou Biografia Coletiva. Balanço e Perspectivas – S/D; mimeo.



- CHARTIER, Roger. História Cultural, entre Práticas e Representações – Lisboa: Difel; 1988.
- \_\_\_\_\_ (Org). Práticas da Leitura. – São Paulo: Estação Liberdade; 1996.
- CORREIA, Ma. da Glória Guimarães. Nos Fios da Trama: Quem é Essa Mulher? Cotidiano e Trabalho do Operariado Feminino em São Luís na Virada do Século – Niterói: Dissertação de Mestrado Defendida no PPGH/UFF, 1998.
- CORDEIRO, Celeste. Antigos e Modernos no Ceará Provincial – São Paulo: Annablume, 1997
- COSTA, Ângela Marques da e SCHWARCZ, Lilia Moritz. 1890 – 1914. No Tempo das Certezas – São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: Momentos Decisivos. – São Paulo: Brasiliense; 1987 (4ª ed.).
- COSTA, Jurandir. Ordem Médica e Norma Familiar (3ª ed.) – Rio de Janeiro: Graal; 1989.
- CROCHET, Eduardo José. A Revista A Ordem e o Pensamento Católico no Brasil – Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado Defendida no PPGHIS/UFRJ, 2003.
- CRUZ, Heloísa de. Na Cidade, Sobre a Cidade. Cultura Letrada, Periodismo e Vida Urbana (São Paulo 1890 - 1915) – São Paulo: Tese de Doutorado Defendida na FFLCH da Universidade de São Paulo, 1994.
- CUNHA, Luiz Antônio. Educação e Desenvolvimento Social no Brasil. – Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
- DARNTON, Robert. Boemia Literária e Revolução. O Submundo das Letras no Antigo Regime. – São Paulo: Cia das Letras; 1987.
- \_\_\_\_\_. Edição e Sedição. O Universo da Literatura Clandestina no Século XVIII. – São Paulo: Cia das Letras; 1992.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. Kafka. Por uma Literatura Menor – Rio de Janeiro: Imago, 1979.
- FACINA, Adriana. Literatura e Sociedade – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- FALCON, Francisco. “História das Idéias” IN: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronald (Orgs.). Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia. – Rio de Janeiro: Campus, 1997.

- FAORO, Raimundo. Os Donos do Poder. A Formação do Patronato Político Brasileiro (10ª ed.) – São Paulo: Globo, 1995. Vol. I e II.
- FAUSTO, Boris. Trabalho Urbano e Conflito Social (1890 - 1920) – São Paulo: Difel; 1983 (4ªed).
- FOUCAULT, Michel. Vigiar & Punir - Petrópolis: Vozes, 1999.
- FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. – São Paulo: EDART, 1978; NAGLE, Jorge. Educação e Sociedade na Primeira República. – São Paulo: EPU, 1976.
- GADELHA, Georgina da Silva. Os Saberes do Corpo. A “Medicina Caseira” e as Práticas Populares de Cura no Ceará (1860 - 1919) – Fortaleza: Mestrado em História/PPGH-UFC, 2007.
- GALENO, Juvenal. Medicina Caseira – Fortaleza: Ed. Henriqueta Galeno, 1969.
- GIRÃO, Raimundo. Geografia Estética de Fortaleza (2ª ed.) – Fortaleza: Casa de José de Alencar/ UFC, 1997.
- \_\_\_\_\_. História Econômica do Ceará (2ª ed.) – Fortaleza: Casa de José de Alencar/ UFC, 2000.
- GIRÃO, Valdelice Carneiro. As Oficinas ou Charqueadas no Ceará - Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1980.
- GOLDMAN, Lucien. Sociologia do Romance – Rio de Janeiro: Paz e Terra, s/d.
- GOMBRICH, E. H. A História da Arte Trad. Álvaro Cabral (16ª ed.) – Rio de Janeiro: LTC, 1995.
- GOMES, Ângela de Castro. Burguesia e Trabalho. Política e Legislação Social no Brasil (1917 - 1937). – Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979.
- \_\_\_\_\_. A Invenção do Trabalhismo (2ª ed.) – Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- GONÇALVES, Adelaide & FUNES, Eurípedes. “No Tempo em que Rodolpho Teófilo era Caixeiral” IN: TEÓFILO, Rodolfo. O Caixeiro (Reminiscências). – Fortaleza: SECULT/ Museu do Ceará (Edição Fac-símile), 2003. p. 05 – 42.
- GRAMSCI, Antônio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- GRÜNEWALD, José Lino. “Introdução” IN: QUENTAL, Antero de. Antologia – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

- GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *Errantes da Selva. Histórias da Migração Nordestina para a Amazônia – Campinas: Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do IFCH da UICAMP, 1999.*
- HAGUETTE, André. *A Educação no Ceará. – Brasília: UNICE, 1989.*
- HEITOR, Luiz. *150 Anos de Música no Brasil (1800 1950) – Rio de Janeiro: José Olympio Editor, 1956.*
- HOBBSAWM, Eric. J. *A Era dos Impérios (1875 - 1914) – Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.*
- \_\_\_\_\_. *Mundos do Trabalho. Novos Estudos sobre a História Operária (4ª ed.) Trad. Waldea Barcellos e Sandra Bedran – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.*
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil (25ª ed.) – São Paulo: Cia das Letras, 1994.*
- HUYSMANS, Joris-Karl. *Às Avessas – São Paulo: Cia das Letras, 1987.*
- JANOTTI, Ma. de Lourdes. *Os Subversivos da República - São Paulo: Brasiliense, 1986.*
- \_\_\_\_\_. *O Coronelismo: uma política de compromissos (7ª ed.) – São Paulo: Brasiliense, 1989.*
- KOCHER, Bernardo. *Luto – Luta. O Primeiro de Maio no Rio de Janeiro – Niterói: Dissertação de Mestrado Defendida no PPGH/ UFF, 1987.*
- LEMOES, César de Miranda e. *A Formação da Classe Ferroviária: Identidade e Cultura na Construção do Ideário Nacional – Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado Defendida no PPGH/UERJ, 2000.*
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto. – São Paulo: Alfa-ômega, 1975.*
- LESSA, Renato. *A Invenção Republicana. As Bases e a Decadência da Primeira República Brasileira. – Rio de Janeiro/ São Paulo: IUPERJ/ Vértice, 1988.*
- LEVIN, Orna Messer. *As Figurações do Dândi. Um estudo sobre a obra de João do Rio – Campinas: EDUNICAMP, 1996.*
- LINHARES, Mário. *Poetas Esquecidos – Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1936.*
- MARQUES, Janote Pires & KLEIN FILHO, Luciano. *O Casarão do Outeiro – Fortaleza: ABC Editora, 2007.*
- MARQUES, Janote Pires. *Festas de Negros em Fortaleza. Territórios, Sociabilidades e Reelaborações (1871 - 1900) – Fortaleza: Mestrado em História/ PPGH-UFC, 2008.*
- MACKINTOSCH, Alastair. *O Simbolismo e o Art Nouveau Trad. Vera Regina Rabello*

- Terra – Barcelona: Editorial Labor, 1977.
- MARTINS, Wilson. História da Inteligência Brasileira – São Paulo: T. A. Queiróz Editor; 1996 (2ª ed.). Vols. IV e V.
- MAGALHÃES, Eliane. O Desmonte do Morro do Castelo: Pela Ordem e pelo Progresso. O Imaginário Político no Rio de Janeiro no Início do Século XX – Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado Defendida no PPGH/ UERJ, 1999.
- MALLARMÉ, Stéphane. Poemas (Trad. José Lino Grunewald) – Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1990.
- MENEZES, Antônio Bezerra de. Descrição da Cidade de Fortaleza – Fortaleza: Edições UFC, 1992.
- MENEZES, Djacir. “O Ensino Primário na Primeira Metade do Século XX” IN: MARTINS, Filho e GIRÃO, Raimundo. Ceará (3ª ed.) – Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1966. p. 350 - 360.
- MENEZES, Wagner Chagas. “Costurando Retalhos”. Configuração e Cotidiano do Pequeno Comércio do Espaço Central da Cidade do Rio de Janeiro (1889 - 1903) – Niterói: Dissertação de Mestrado Defendida no PPGH/UFF, 1998.
- MIRANDA DE SÁ, Dominich. Idéias sem Fronteiras: da Generalidade à Especialização do Pensamento Intelectual do Brasil (1895 - 1935) – Rio de Janeiro: Tese de Doutorado Defendida no PPGHIS/UFRJ, 2003.
- MORETTO, Fulvia M. L. Caminhos do Decadentismo Francês - São Paulo: EDUSP/ Perspectiva; 1989.
- MOISÉS, Massaud. História da Literatura Brasileira. O Simbolismo – São Paulo: Cultrix; 1984. Vol. IV.
- MONTEIRO, Túlio. Lopes Filho – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000 (Coleção “Terra Bárbara”).
- MONTENEGRO, Abelardo F. Os Partidos Políticos do Ceará. – Fortaleza: EUFC, 1980.
- MONTENEGRO, João Alfredo. O Trono e o Altar. As Vicissitudes do Tradicionalismo no Ceará (1817 - 1978). – Fortaleza: BNB, 1992.
- MORETO, Fulvia M. L. Caminhos do Decadentismo Francês - São Paulo: EDUSP/ Perspectiva, 1989.
- MOTA, Aroldo. História Política do Ceará (1889 - 1930) – Fortaleza: Stylus, 1987.

- NEEDELL, Jeffrey. Belle Époque Tropical. Sociedade e Cultura de Elite no Rio de Janeiro na Virada do Século. Trad. Celso Nogueira - São Paulo: Cia das Letras; 1993.
- NEVES, Frederico de Castro. A Multidão e a História. Saques e outras Ações de Massa no Ceará – Rio de Janeiro/ Fortaleza: Relume Dumará/ SECULT, 2000.
- NOBRE, Geraldo e Silva. O Processo Histórico de Industrialização do Ceará (2ª ed) – Fortaleza: FIEC, 2001.
- OEHLER, Dolf. Quadros Parisienses: Estética Antiburguesa (1830-1848) - São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- \_\_\_\_\_. O Velho Mundo desce aos Infernos. Auto Análise da Modernidade após o trauma de junho de 1848 em Paris – São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- OLIVEIRA, Almir Leal de. Saber e Poder: O Pensamento Social Cearense no Final do Século XIX - São Paulo: Dissertação de Mestrado PPGH/ PUC-SP, 1998
- \_\_\_\_\_. O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará – Memória, Representações e Pensamento Social (1887 - 1914) – São Paulo: Doutorado em História/ PPGH-PUC/SP, 2001.
- OLIVEIRA, Cláudia Freitas de. “Idéias Científicas no Club Literário” IN: SOUZA, Simone de & NEVES, Frederico de (orgs). Fortaleza: História e Cotidiano/ Intelectuais – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002
- OLINDA, Ercília Braga. Tinta, Papel e Palmatória. A Escola no Ceará no Século XIX – Fortaleza: Museu do Ceará/ SECULT, 2005.
- \_\_\_\_\_. “Tradicionalismo e Progressismo na escola Primária Cearense” IN: CAVALCANTE, Ma. Juraci (org.) História da Educação: Instituições, Protagonistas e Práticas. 2005. 2. p. 128 – 145.
- OLIVEIRA, Francisco de Assis. Os Caixeiros no Ceará. Trabalho e Educação na Revista Phenix (1891 - 1916) – Fortaleza: Dissertação defendida no PPGH/ UFC, 2005.
- PAMPLONA, Marco A. Revoltas, Repúblicas e Cidadania. NY e o Rio de Janeiro na Consolidação da Ordem Republicana – Rio de Janeiro: Record, 2003.
- PARENTE, Eduardo Oliveira. Operários em Movimento. A Trajetória de Luta dos Trabalhadores da Ceará Light (Fortaleza, 1917 - 1932) – Fortaleza: Mestrado em História/ PPGH-UFC, 2008.

- PARENTE, Josênio. *A Fé e a Razão na Política. Conservadorismo e Modernidade das Elites Cearenses* – Fortaleza: Edições UFC/ Edições UVA, 2000.
- \_\_\_\_\_. “O Movimento Operário na 1ª República” IN: SOUSA, Simone de (Coord.). *História do Ceará*. (2ª ed.) – Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994. p. 347 – 358.
- PEREIRA, Adelaide Gonçalves. *A Imprensa dos Trabalhadores no Ceará, de 1862 aos anos 1920* – Florianópolis: Tese de Doutorado defendida no PPGH da UFSC, 2001.
- PEREIRA, Leonardo Miranda de. *O Carnaval das Letras. Literatura e Folia no Rio de Janeiro do Séc. XIX* (2ª ed) – Campinas: EDUNICAMP, 2004.
- PIMENTEL, José Ernesto. *Urbanidade e Cultura Política. A Cidade de Fortaleza e o Liberalismo Cearense no Século XIX* – Fortaleza: Casa de José de Alencar/ UFC, 1998.
- PINHEIRO, Francisco José. “O Processo de Romanização no Ceará” IN: SOUZA, Simone de (coord). *História do Ceará* – Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994 (2ª ed). p. 199 – 210.
- \_\_\_\_\_. *A Organização do Mercado de Trabalho no Ceará (1850 - 1880)* s/d.
- PINTO, José Aloísio. Martins. *Serventuários das trevas: os bolcheviques na imprensa católica (Fortaleza/CE, 1922 - 1932)* – Fortaleza: Mestrado em História Social PPGH/ UFC, 2005.
- PINTO, Rodrigo M. S. *Do Passeio à Ferrovia: O Futebol Proletário em Fortaleza (1904 - 1945)* – Fortaleza: Mestrado em História/ PPGH-UFC, 2007.
- PONCE, Aníbal. *Educação e Luta de Classes*. Trad. José Severo de Camargo Pereira. 19ª ed. – São Paulo: Cortez, 2001.
- PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque. Reformas Urbanas e Controle Social (1860 - 1930)*. – Fortaleza: Multigraf, 1993.
- RESENDE, Ma. Efigênia Lage de. “O Processo Político na Primeira República e o Liberalismo Oligárquico” IN: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de A. Neves (orgs). *O Brasil Republicano (O Tempo do Liberalismo Excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930)* – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 89 – 120.
- RIBEIRO, Paulo César Azevedo. *Os Trabalhadores Gráficos do Rio de Janeiro. Luta e*

- Organização (1926 - 1945) – Niterói: Dissertação de Mestrado Defendida no PPGH/UFF, 1989.
- RIMBAUD, Artur. Poesia Completa (Trad. Ivo Barroso) – Rio de Janeiro: TopBooks, 1994.
- RIOS, Kênia Sousa. Os Campos de Concentração no Ceará: Isolamento e Poder na Seca de 1932. Fortaleza: SECULT/ Museu do Ceará, 2001.
- RODRIGUES, Anto. Edmilson M. João do Rio, a Cidade e o Poeta. O Olhar do Flâneur na Belle Époque Tropical – Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- RODRIGUES, João Paulo C. de S. A Dança das Cadeiras. Literatura e Política na Academia Brasileira de Letras (1896 - 1913) – Campinas: EDUNICAMP; 2003.
- SALETTTO, Nara. Trabalhadores Nacionais e Imigrantes no Mercado de Trabalho do Espírito Santo (1888 - 1930) – Niterói: Dissertação de Mestrado Defendida no PPGH/UFF, 1993.
- SAMET, Henrique. Os Agentes da (In)tranqüilidade. O Corpo de Agentes de Segurança Pública do Distrito Federal (1889 - 1908) – Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado Defendida no PPGH/ UERJ, 2001.
- SAMIS, Alexandre Ribeiro. Clevelândia do Norte. Anarquistas, Repressão e Exílio Interno no Brasil dos Anos 20 – Rio de Janeiro: Mestrado em História/ PPGHist-UERJ, 2000.
- SAMUEL, Raphael (org.). História Popular y Cultura Socialista – Barcelona: Critica/ Grjalbo, 1984.
- SANTANA, J. C. B de. “Euclides da Cunha e a Amazônia: visão mediada pela ciência”. História, Ciências, Saúde — Manguinhos, vol. VI (suplemento) 901-917, setembro 2000.
- SANTOS, Fernando Dumas dos e MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. Tradições em Movimento: Uma Etnohistória da saúde e da doença nos vales dos rios Acre e Purus – Brasília: Paralelo 15, 2002.
- SANTOS, Jovelina. Círculos Operários no Ceará. “Instruindo, Educando, Orientando, Moralizando” (1915 - 1963) – Fortaleza: BNB/ PPGH-UFC, 2007.
- SCHOLES, Robert e KELLOG, Robert. A Natureza da Narrativa – São Paulo: McGraw-hill do Brasil, 1977.
- SCHORSKE, Carl. Viêna Fin-de-Siècle. Política e Cultura – São Paulo: UNICAMP/ Cia

- das Letras, 1988.
- SCHWARCZ, Lilia M. O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e a Questão Racial no Brasil. – São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- SEVCENKO, Nicolau. Literatura como Missão. Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República (5ª ed.) – São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SILVA, Antônio Zilmar. A Oralidade deitada sobre o Papel. Homens, Letras e Vozes em Trincheiras (Movimento Armado em Fortaleza, 1911 - 1912) – São Paulo: Mestrado em História/ PPGH-PUC/ SP, 2004.
- SILVA, Marcos José Diniz. No Compasso do Progresso. A Maçonaria e os Trabalhadores Cearenses – Fortaleza: BNB/ PPGH-UFC, 2007.
- SILVA, Renata Augusta dos Santos. Homens de “Pequenas Profissões”. A Fotografia na Construção de Representações sobre o Trabalho Ambulante no Rio de Janeiro – Niterói: PPGH/ UFF. Dissertação de Mestrado, 1998.
- SIRINELLI, Jean-François. “A Geração” IN: FERREIRA, Marieta de M. e AMADO, Janaína. Usos e Abusos da História Oral (6ªed) – Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- SOIHET, Rachel; BICALHO, Ma. Fernanda B. e GOUVÊA, Ma. de Fátima S. (orgs) Culturas Políticas. Ensaios de História Cultural, História Política e Ensino de História – Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
- SOUSA, Francisco Herbert Rolim de. Otacílio de Azevedo sob a Perspectiva da Arte Anfíbia: Literatura e Pintura – Fortaleza: Mestrado em Literatura/ UFC, 2003.
- SOUZA, Jessie Jane Vieira de. Círculos Operários. A Igreja Católica e o Mundo do Trabalho no Brasil – Rio de Janeiro: UFRJ/ FAPERJ, 2002.
- SOUZA, Simone e OLIVEIRA, Francisco de Assis S. O Movimento Operário Cearense na 1ª República. – Fortaleza: NUDOC/ UFC, s/d.
- STAROBINSKI, Jean. A Transparência e o Obstáculo Trad. Ma. Lúcia Machado – São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- TAKEYA, Denise Monteiro. Europa, França e Ceará. – São Paulo/ Natal: HUCITEC/ Editora da UFRN, 1995
- TASSINGNY, Mônica Mota. “As Rodas-de-Calçada, a Constituição de 1891 e a Incipiente



- República Cearense” (prefácio) IN: Constituição do Estado do Ceará, 1891; Decreto nº 22 de 23 de dezembro de 1890. – Fortaleza: INESP, 2005.
- THOMPSON, Edward P. A Formação da Classe Operária Inglesa Trad. Denise Bottmann – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Vol. 1, 2 e 3. Col. “Oficinas de História”
- \_\_\_\_\_. Os Românticos. A Inglaterra na Era Revolucionária. Trad. Sérgio Morais Rego Reis – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- \_\_\_\_\_. Costumes em Comum. Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional (Trad. Rosaura Eichenberg) – São Paulo: Cia das Letras, 2008 (3ª Ed.)
- TORRES FILHO, Rubens Rodrigues (consult.). IN: SCHOPENHAUER, Artur. O Mundo como Vontade.../ Crítica da Filosofia.../ Parerga e Paralipomena (Trad. Wolfgang Leo Maar e Ma. Lúcia Mello e Oliveira Cacciola) 5ª ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1991. p. XI.
- TORRES, Marie-Hélène Catherine. Cruz e Sousa e Baudelaire. Satanismo Poético – Florianópolis: EDUFSC, 1998.
- TRINGALI, Dante. Escolas Literárias - São Paulo: Musa Editora, 1994.
- TROTTA, Francesco. Trabalhadores e a Educação Popular. As Correntes Anarquista e Trabalhista e a Educação Popular no Rio de Janeiro (1888 - 1920) – Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado Defendida no PPGE/ PUC- RJ, 1991.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. Modernismo no Rio de Janeiro. Turunas e Quixotes. – Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- VENTURA, Roberto. O Estilo Tropical. História da Cultura e Polêmicas Literária no Brasil – São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- VERLAINE, Paul. Poemas Saturnianos e Outros (Trad. Fernando Pinto Amaral) – Lisboa: Assírio & Alvim, 1994.
- VICENTE, Natália Simões de. O Satanismo na obra de Júlio Pernetta – Campinas/SP: Dissertação de Mestrado Defendida no Programa de Estudos Históricos e Literários da UNICAMP, 2004.
- VIEIRA, Sofia Lerche e FARIAS, Isabel Sabino de (col.). História da Educação no Ceará: Sobre Promessas, Fatos e Feitos. – Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.
- VIEIRA, Sofia Lerche. “Educação na Constituição do Estado do Ceará de 1892” (Prefácio)

IN: POMPEU, Gina Marcílio; FARIAS, Isabel M. Sabino de; VIEIRA, Sofia Lerche. Constituição do Estado do Ceará de 1892 e Reforma da Constituição do Estado do Ceará, de 19 de julho de 1905 – Fortaleza: INESP, 2005. p. 19 - 22.

WEBER, Eugen. França Fin-de-Siècle. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

WILLIAMS, Raymond. Marxismo e Literatura. Trad. Waltensir Dutra – Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1979.

\_\_\_\_\_. O Campo e a Cidade. Na História e na Literatura. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

WINOCK, Michel. “As Idéias Políticas” IN: RÉMOND, René. Por uma História Política Trad. Dora Rocha (3ª ed.) – Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 285.

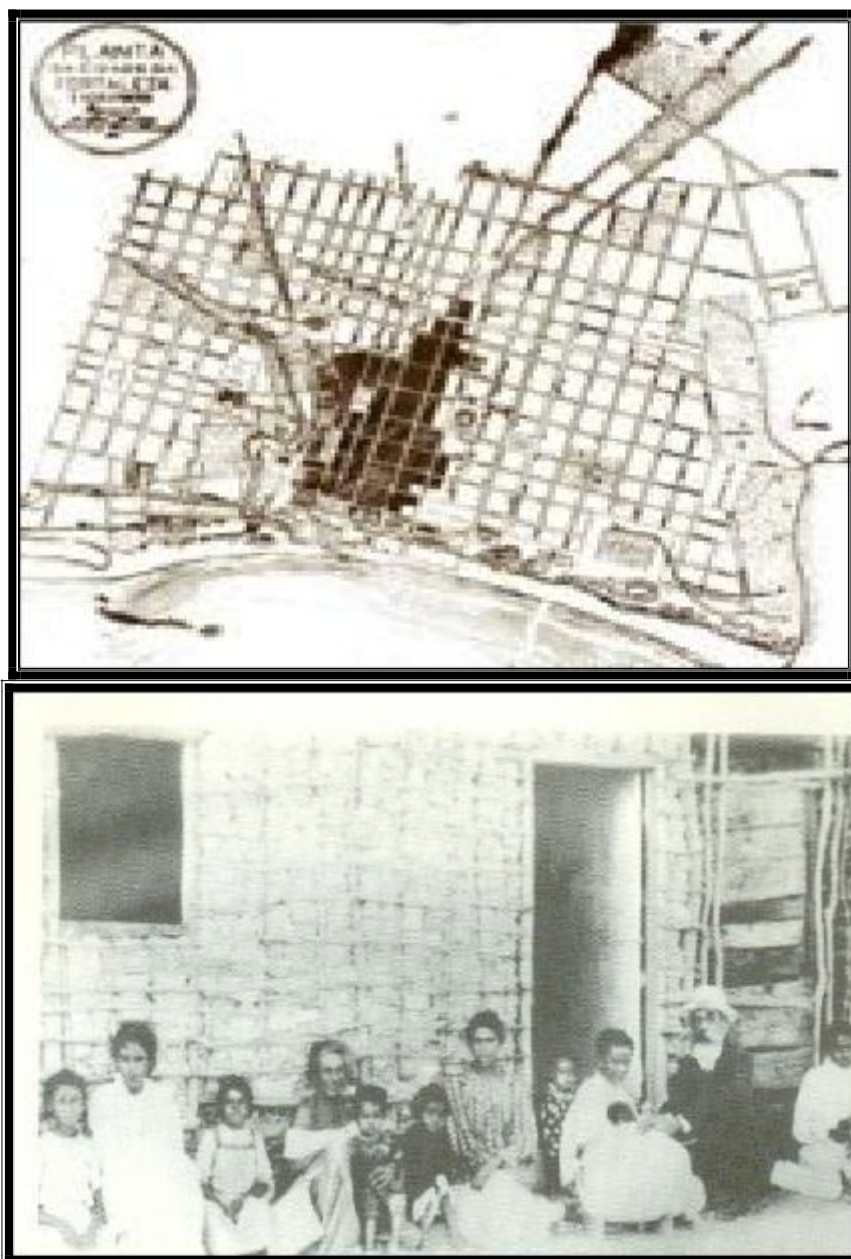
#### Sites

ARRUDA, Ozângela. “A Atuação dos Livreiros e a Circulação de Romances em Fortaleza no século XIX”. <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios>.  
<http://www.unicamp.br/iel/memoria/cronologias/numeros>.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa Versão 5.0 (3ª edição) – Editora Positivo Informática, 2004. Site: <http://www.aureliopositivo.com.br>.

# Anexos

## ANEXO 1



A Cidade e seus Indesejados – Acima, a planta xadrez projetada pelo urbanista Adolfo Hebler (1875), plano que ajudou a executar as medidas segregadoras no espaço urbano. A parte mais escura é a área privilegiada do comércio e da moradia das elites. Abaixo, Rodolfo Teófilo vacina moradores dos subúrbios de Fortaleza contra a varíola, em 1907.

Fonte: Arquivo Nirez (fotos gentilmente cedidas pelo Sr. Miguel Ângelo de Azevedo/ Nirez).

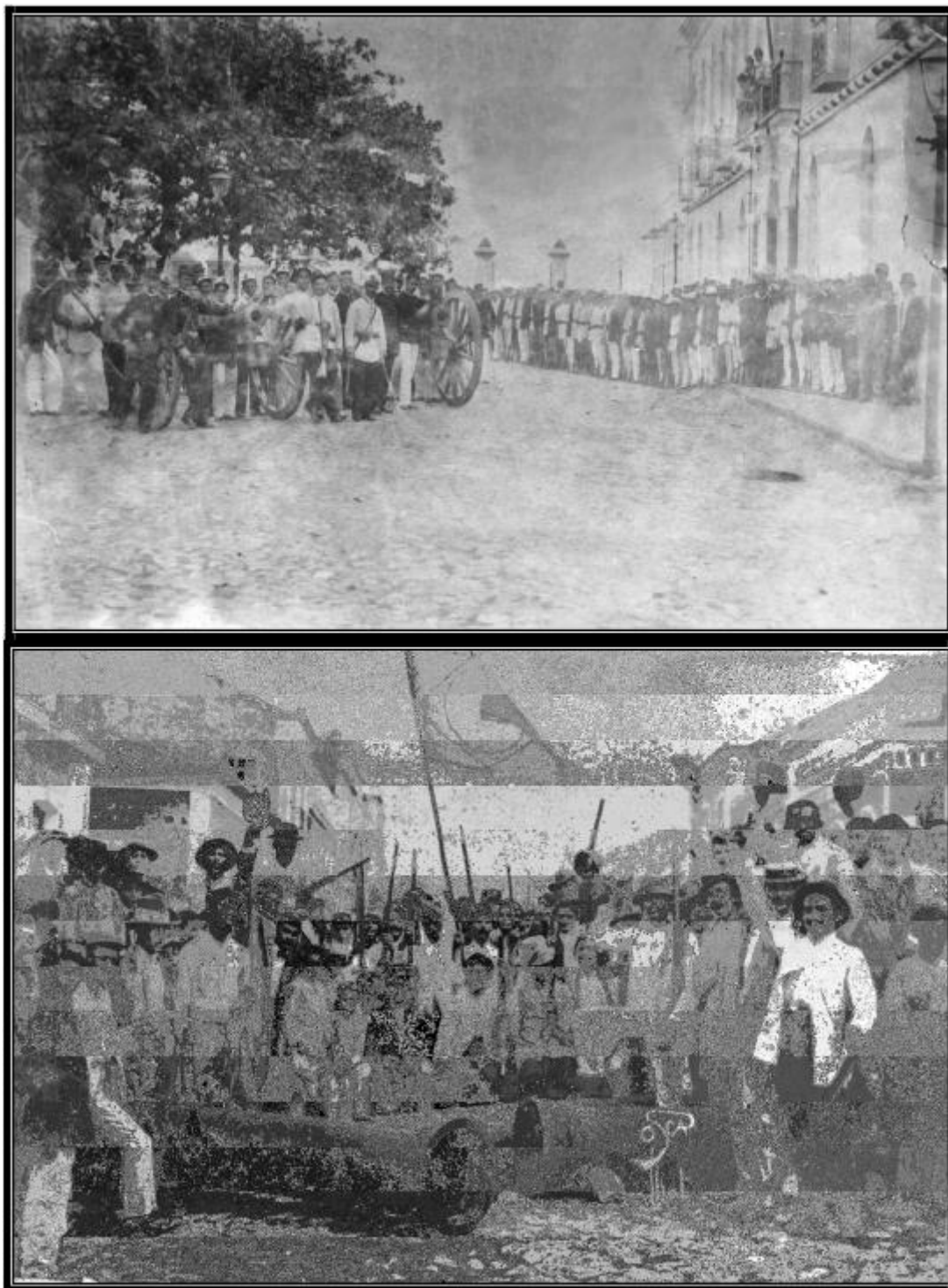
## ANEXO 2



Letras Engajadas - Sociedade Cearense Libertadora (1881) e o Centro Literário (1894). Em comum, o uso da Literatura como recurso para intervir na sociedade. Também foram entidades que agregaram ao mesmo tempo sujeitos ligados às elites urbanas (comerciantes, bacharéis, militares etc) e aos grupos sociais menos favorecidos, como caixeiros, guarda-livros etc.

Fonte: Arquivo Nirez (fotos gentilmente cedidas pelo Sr. Miguel Ângelo de Azevedo/ Nirez).

## ANEXO 3



A República e as Armas – Acima, os dois conflitos armados de maior repercussão em Fortaleza. A primeira foto traz os alunos da Escola Militar (florianistas apoiados pelo Cel. Liberato Barroso e Nogueira Accioly) em frente ao Palácio do Governo, durante a deposição do Gal. Clarindo de Queiróz (deodorista), em 16 abril de 1892. A seguinte, uma barricada erguida por populares durante a Revolta Popular de 1912, quando foi deposto o oligarca Nogueira Accioly.

Fonte: Arquivo Nirez (fotos gentilmente cedidas pelo Sr. Miguel Ângelo de Azevedo/ Nirez).

## ANEXO 4



Espaços de Sociabilidade – A primeira foto retrata o encontro de alguns intelectuais, bacharéis e do Presidente da Província Caio Prado (o quarto sentado da esquerda para direita) na chácara do livreiro Gualtier (à direita, em pé com um bandolim), no arrabalde do Benfica em 1888. Abaixo, uma das exposições realizadas pelo fotógrafo e retratista Walter Soriano (“incentivador das artes plásticas”), em 1924. Dentre os autores que expuseram suas obras, Otacílio de Azevedo (segundo sentado da direita pra esquerda). O poeta e escritor Mário Linhares (o primeiro sentado da esquerda pra direita) também prestigiou o evento.

Fonte: Arquivo Nirez (fotos gentilmente cedidas pelo Sr. Miguel Ângelo de Azevedo/ Nirez).

## ANEXO 5

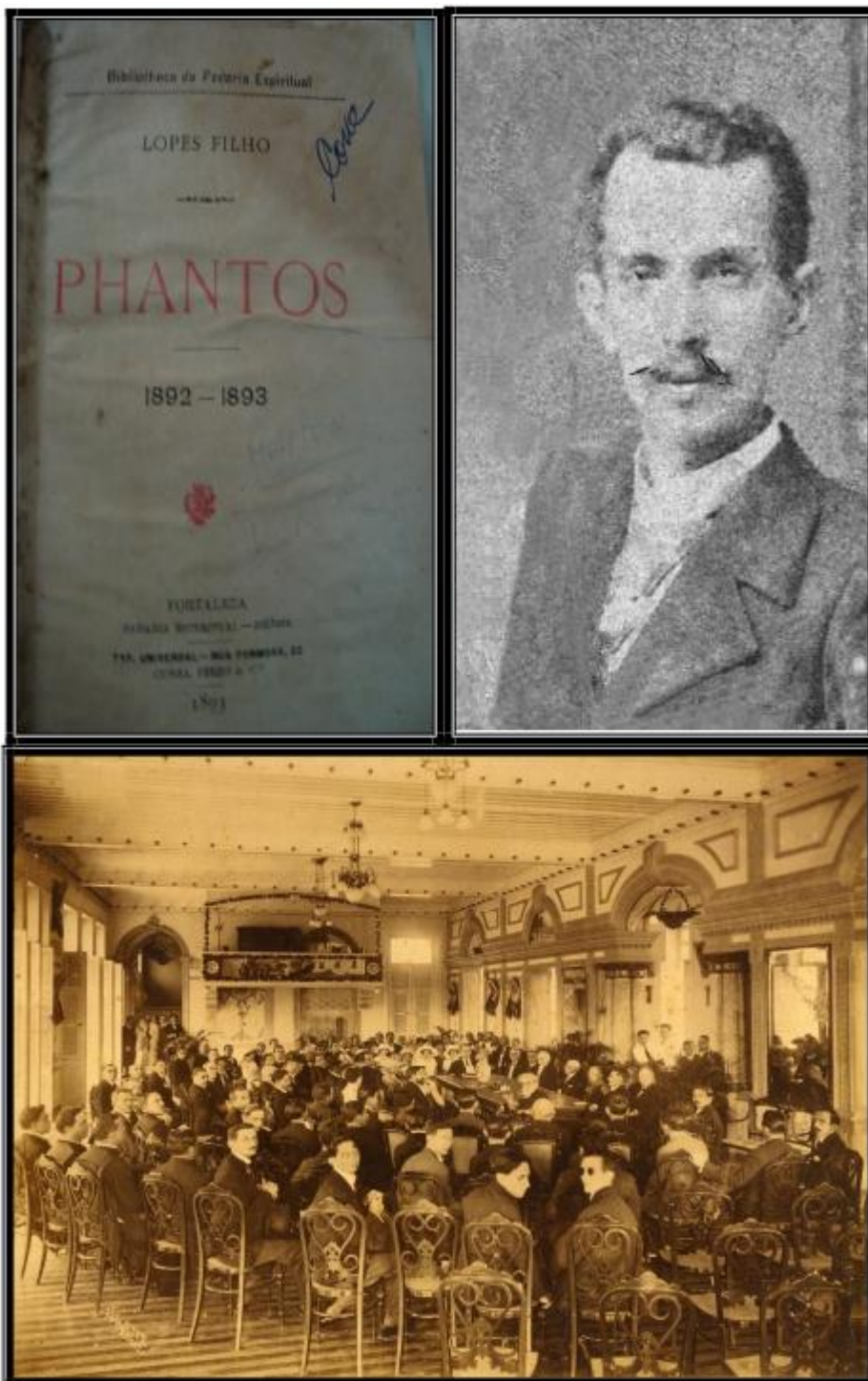


Espaços de Sociabilidade – O Café Java (1892) e o Rotisserie (início do século XX) foram redutos de intelectuais, políticos e abastados. No primeiro, foi fundado o grêmio literário Padaria Espiritual. O segundo era ponto de encontro dos “distintos” à época.

Fonte: Arquivo Nirez (fotos gentilmente cedidas pelo Sr. Miguel Ângelo de Azevedo/ Nirez).



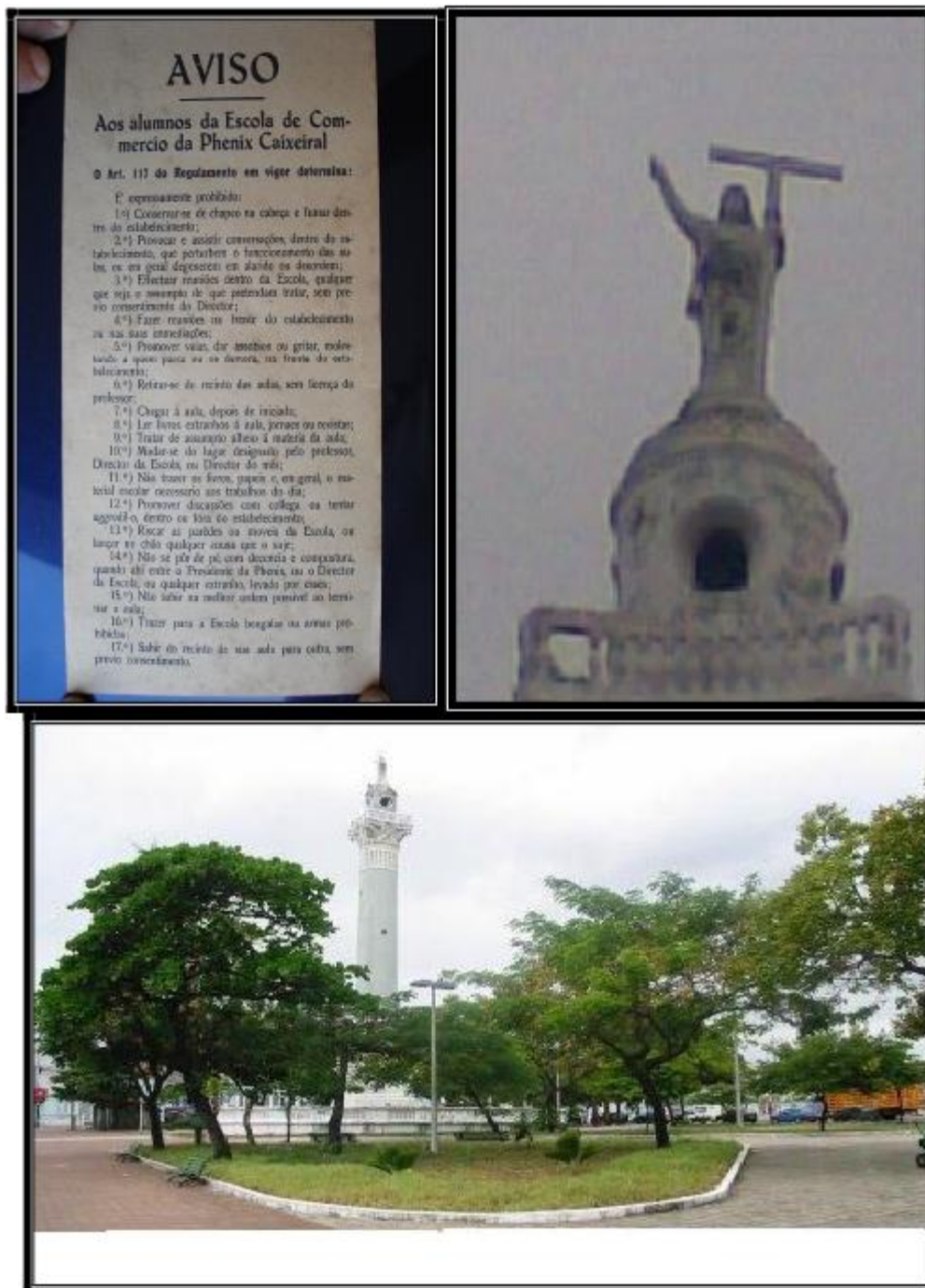
## ANEXO 6



Tensões Intelectuais – Das tensões na obra de Lopes Filho (1869 - 1900), o envolvimento entre saber e poder foi sugerido. Comum aos círculos letrados, essa relação se constatou na retomada da Academia Cearense de Letras (1922), onde houve aclamação geral dos intelectuais, autoridades políticas, militares e clérigos, a exemplo do Bispo Diocesano D. Manoel da Silva Gomes que se fez presente naquela ocasião.

Fonte: Arquivo Nirez (fotos gentilmente cedidas pelo Sr. Miguel Ângelo de Azevedo/ Nirez).

## ANEXO 7



Condutas Sociais – Preocupados com o possível envolvimento dos caixeiros nas agitações políticas, os diretores da Phenix Caixeiral fizeram circular uma lista com regulamentos e condutas a serem seguidos (acima, à esquerda). À direita e abaixo, o detalhe e o plano da Praça do Cristo Redentor, onde foi erguido o monumento ao Centenário da Independência do Brasil pelo Círculo Operário S. José, com apoio do Seminário da Prainha e da Arquidiocese de Fortaleza.

Fonte: Arquivo Pessoal.

Esta Tese de Doutorado foi impressa  
na fonte Times New Roman, corpo 12;  
notas de rodapé, corpo 10; Microsoft Word.  
O papel utilizado é Ultra-branco, A4, 75g/m<sup>2</sup>.

Niterói  
Abril de 2009.